00100.063079/2025-18

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX SUP. B AO Nº 44, QUARTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2025

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – CPI DAS BETS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 de Novembro de 2024 4

Ata da 2ª Reunião, realizada em 19 de Novembro de 2024 22

Ata da 3ª Reunião, realizada em 26 de Novembro de 2024 105

Ata da 4ª Reunião, realizada em 3 de Dezembro de 2024 245

Ata da 5ª Reunião, realizada em 10 de Dezembro de 2024 431

Ata da 6ª Reunião, realizada em 17 de Dezembro de 2024 608

Ata da 7ª Reunião, realizada em 11 de Março de 2025 657

Ata da 8ª Reunião, realizada em 18 de Março de 2025 761

Ata da 9ª Reunião, realizada em 25 de Março de 2025 779

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA CPI DAS BETS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e três minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Dr. Hiran, reúne-se a CPI das BETS com a presença dos Senadores Eliziane Gama, Alessandro Vieira, Fernando Farias, Eduardo Gomes, Izalci Lucas e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores Jorge Kajuru, Damares Alves, Chico Rodrigues, Zenaide Maia, Augusta Brito, Wilder Morais e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Omar Aziz, Humberto Costa, Veneziano Vital do Rêgo e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação, eleição de Presidente, Vice-Presidente e indicação do Relator da Comissão. **Resultado:** Instalada a comissão. Eleito para o cargo de Presidente o Senador Dr. Hiran e, para o cargo de vice-presidente, o Senador Alessandro Vieira. A Senadora Soraya Thronicke foi designada Relatora da Comissão. **2ª Parte - Deliberação do plano de trabalho**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 -** "Plano de trabalho da Comissão". **Autoria:** Sen. Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da CPI das BETS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/12

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Há número legal para a abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento 680, de 2024, para investigar, no prazo de 130 dias, a crescente influência dos jogos virtuais em apostas *online* no orçamento das famílias brasileiras, além da associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

A presente reunião é destinada à instalação, com a eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão.

Instalada esta Comissão, consulto as Lideranças sobre as indicações para o preenchimento dos cargos.

Pergunto aos Srs. Senadores e Senadoras presentes que façam a indicação dos nomes para Presidente, Vice-Presidente e relatoria, para que possam ser apresentados e aprovados.

Existe a perspectiva – eu, como Presidente, estou abrindo esta Comissão pelo tempo de serviço e de idade cronológica – da indicação do nobre Senador Hiran, Dr. Hiran, colega meu, médico, um grande Senador, e da Senadora Soraya, que foi a autora do requerimento, e Vice-Presidente o Senador Alessandro Vieira, que não está presente, mas falou comigo ao telefone.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Senador Otto Alencar, primeiro queria cumprimentá-lo pela Presidência e pelo registro de um recorde: o senhor é o Senador mais velho mais novo a abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é. Eu acho que... Bom, bem lembrado, não é?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Bem lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bem mais novo do que eu.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Prodígio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu tenho mais uns dez anos na frente dele.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Quero cumprimentá-lo também pela ascensão ao cargo de Líder do Governo no Senado...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – ... sempre registrando a minha gratidão pela forma sempre leal e correta com que o senhor se relaciona com seus colegas – e tive essa experiência como Líder do Governo no Congresso Nacional. Então, só posso desejar ao senhor êxito e o mesmo procedimento. Desejo felicidades.

E também, pelo PL, reafirmando o acordo aqui da Presidência ao Senador Hiran, Vice-Presidente o Senador Alessandro, meu conterrâneo, e a relatoria da Senadora Soraya, desejar êxito nesse trabalho da CPI, já que é um problema extremamente grave e um momento importante para o Senado se posicionar no auxílio às correções com relação à liberação dos jogos, às apostas em si e a todas as consequências para a sociedade brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a presença do Senador Alessandro Vieira, que é o indicado para a Vice-Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito, eu coloco em votação os nomes do Senador Hiran, Presidente; da Senadora Soraya, Relatora; e do Senador Alessandro, Vice-Presidente.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com a indicação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada, então, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que passará a ser presidida pelo Senador Hiran.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria apenas fazer uma observação.

O Senador Eduardo Gomes sempre conversa comigo bastante e ele é um conhecedor da música popular brasileira. Nós trocamos ideia no Plenário, e eu sou apaixonado pela música popular brasileira. E vi, com muita tristeza, a participação – não vou nominar – de cantores, inclusive sertanejos, que estão envolvidos nessa situação, que é uma situação grave, de utilizar os jogos para avançar em enriquecimento ilícito, participação incorreta. Eu pediria até, nessa abertura da Comissão, que eles corrigissem esse caminho errático, deslustrando a imagem da música sertaneja, que eles preservassem, por exemplo, a memória de Renato Martins – que fez aquela composição belíssima que começa "Eu sou caipira, Pirapora..." –, um homem honrado e que deixou uma história de vida perfeita, de trabalho, de luta, de honradez e dignidade.

Eu fico muito triste com isso, até porque gostar de música é uma coisa fantástica. Eu até, se não passasse o meu dia, pelo menos durante o dia, cantando para mim mesmo – porque aí eu não reclamo que desafinei no mínimo dez músicas do Gil, ou do Caetano, ou da Bethânia, ou do Chico Buarque, ou, lá do Rio Grande do Sul, do Oswaldo Montenegro, sobretudo aquela música A Lista, que fala dos amigos, e tantos outros compositores do Brasil afora que honram tanto a música popular brasileira e não enveredaram por esse caminho...

Eu há pouco falava com o Senador Eduardo Gomes, meu caro Presidente, que a vaquejada, que nós defendemos no Senado e na Câmara, para a manutenção dela – que é uma cultura popular brasileira, a relação do cavalo, do vaqueiro e do boi, que hoje emprega milhares de pessoas nessa atividade –, começou a ser também contaminada pelos jogos. Hoje a vaquejada está sendo contaminada por isso, com as apostas de quem é que vai cair do cavalo, se o que vai fazer esteira para quem vai derrubar o boi vai cair, se o boi vai cair na faixa. Até a vaquejada está sendo contaminada por essas *bets*. É um absurdo isso, porque é uma cultura nordestina que se espalhou pelo Brasil inteiro, e por que eu lutei, como todos lutaram, para preservá-la. Eu tomei a iniciativa de apresentar aqui a PEC e expandir, inclusive, para os esportes equestres – e tive, na época, o apoio inclusive dos gaúchos, porque eles têm um cavalo crioulo lá que faz as peleadas –, e eu espero que isso não seja contaminado.

Portanto, vamos verificar isso. Está em boas mãos, pela história, pela trajetória do Senador Hiran, do Senador Alessandro Vieira e da Senadora Soraya.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu quero passar com muita honra a Presidência ao Senador Hiran, que ele possa assumir e começar o trabalho para investigar os malfeitos que foram realizados em todos os setores, não só na música popular brasileira, também nos jogos de azar, a contaminação através do crime organizado. E salve, salve a minha vaquejada, porque, sem ela, o meu Sertão não seria tão alegre e feliz! E concorda comigo o nosso amigo lá de Sergipe, que conhece muito bem o que significa para nós a vaquejada.

Senador Hiran, por favor, pode assumir aqui a Presidência?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente Otto, antes de assumir a Presidência, eu queria fazer uma fala ainda como membro titular desta Comissão.

Primeiro, quero agradecer a todos os partidos que apoiaram os nossos nomes e àqueles que subscreveram o requerimento da nossa querida Senadora Soraya Thronicke, que está sintonizado com a aspiração do povo brasileiro. O povo brasileiro quer saber de onde vem, para onde vai, a rastreabilidade, o impacto na vida das pessoas, as doenças causadas pelos jogos. E nós aqui, eu acho que nós vamos corrigir um erro que nós cometemos no passado, porque nós não aprovamos os cassinos físicos, que são mais rastreáveis, mais fiscalizáveis, que geram mais emprego, enfim, e nós colocamos cassinos dentro da casa das pessoas. Isso foi um erro.

Então, eu quero aqui agradecer, agradecer a V. Exa. pela maneira como conduziu a construção dessa CPI, agradecer o voto de confiança que os meus colegas nos outorgaram e dizer ao senhor que eu fico muito à vontade ao defender a vaquejada. Você também sabe que a maior parte da população de Roraima é nordestina, e eu tive a honra, junto com o Ottinho, seu filho, de defendermos a vaquejada como patrimônio cultural do Brasil.

Então, eu acho que nós temos uma responsabilidade imensa de preservar a economia do nosso povo, preservar os nossos jovens, mostrar pras pessoas que jogar é um divertimento e não é um negócio, uma maneira de tentar enriquecer de uma maneira completamente insegura. Então, eu acho que esta Comissão prestará um grande serviço ao nosso país.

Agradeço a V. Exa. por ser o instalador, uma pessoa que nós todos respeitamos, e também aproveitar pra... Nessa tarefa muito difícil de substituir o grande baiano, que é o nosso Jaques,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Liderança do Governo, que você tenha muito sucesso! Conte sempre conosco! Um grande abraço e Deus te abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço as suas palavras, Senador Hiran.

Realmente o Wagner está se recuperando. Ele fez uma cirurgia que nós chamamos em ortopedia de retropé – V. Exa. é dos olhos; eu ainda sei um pouquinho da ortopedia –, mas está se recuperando bem. Acho que ele volta logo às atividades.

Quero saudar aqui a presença da Senadora Damares, do Senador Izalci, da Senadora Eliziane Gama.

Vou passar a Presidência ao Senador Dr. Hiran.

Senador Dr. Hiran, você colocou, definiu o que significou aprovar essa matéria: colocou o cassino dentro das casas das pessoas. Tem que se retirar o cassino de dentro das casas das pessoas ou regulamentar de uma forma em que ele possa ser fiscalizado. Quero parabenizá-lo. A sua frase é lapidar: "Colocaram o cassino dentro das casas das pessoas". É lapidar essa frase, é espetacular essa frase. Então, quero que V. Exa. assuma aqui pra presidir e tocar em frente, como é a música de Almir Sater: "Ando devagar porque já tive pressa...". Não é isso? O Almir Sater não canta essa música? (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom dia a todos e todas, nossos queridos Senadores e Senadoras.

Inicialmente, eu quero agradecer o apoio de todos, esse voto de confiança que vocês nos dão e dizer a vocês que, regimentalmente, normalmente quando o Presidente assume, ele indica o Relator, mas, como já havia um consenso, nós discutimos muito sobre a matéria... Inclusive a instalação desta Comissão foi adiada por conta de que alguns membros da Comissão não estavam presentes, entre os quais a Senadora Soraya Thronicke, que não estava presente por questão de saúde na família. Nós resolvemos instalar esta Comissão hoje e no decorrer das nossas conversas já havia um consenso entre nós de que a nossa autora do requerimento, Soraya Thronicke, seria a nossa Relatora. Então, por isso chamo aqui a nossa Soraya para compor aqui a Mesa. (*Palmas.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também chamar o meu querido colega Alessandro Vieira, nosso Vice-Presidente, para fazer parte da nossa Mesa Diretora.

Antes de continuarmos o nosso trabalho, eu acho que cada um dos membros da Comissão quer fazer alguma fala em relação à instalação desse procedimento tão importante para o nosso país.

E eu começo com o primeiro inscrito, que é o nosso Senador Izalci Lucas.

Izalci, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu só gostaria de me inscrever, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senadora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero desejar a V. Exa. muito sucesso na condução desta CPI, também à nossa querida Senadora Soraya, que será a Relatora, e ao Alessandro, o nosso Vice.

É um tema delicado, não é? O Brasil, como foi dito aqui por V. Exa., virou um cassino e a gente precisa regulamentar isso. Evidentemente que tem matéria já no Supremo sendo discutida, teve audiência pública agora, inclusive, lá, sobre isso. A PGR acatou o pedido dizendo que era inconstitucional essa lei que foi aprovada aqui.

A preocupação que eu tenho com CPI, Presidente, é que o Supremo tem exagerado, inclusive no caso da CPI também, com relação às suas decisões. Nós sabemos, eu não sou advogado, mas nós sabemos que ninguém é obrigado a se incriminar, declarar, mas ao eles virem aqui, não tem sentido o Supremo dar uma liminar no sentido de não comparecer. E foi dada recentemente aqui agora. Então, eu fico preocupado porque nós precisamos avançar nesse mecanismo, que acho que é o mecanismo mais importante que nós temos no Congresso de fiscalização, que é CPI, e da forma como está sendo conduzido, fica muito vulnerável.

Então, a gente precisava depois também – o Alessandro é especialista nisso aí – elaborar alguma emenda constitucional ou alguma legislação para que esse instrumento seja mantido e que seja aproveitado da melhor forma possível.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que essa CPI... E acho que aqui não tem... É evidente que o Governo tem um posicionamento sobre isso, eu vi nas audiências públicas. O Ministério da Fazenda só pensa em arrecadar, custe o que custar; para ele, arrecadando está tudo certo, independentemente das questões sociais, questão de saúde, questão de dívida. Mas cabe ao Congresso amenizar isso.

Então, parabéns a V. Exa. como Presidente. Tenho certeza de que V. Exa. vai conduzir muito bem essa CPI e a gente vai poder aqui esclarecer muita coisa.

Nós já fizemos alguns requerimentos, espero que a gente possa aqui ouvir todos e que o Supremo não interfira naquilo que é da nossa competência.

Muito obrigado e parabéns.

Sucesso aí, Soraya, nessa relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Izalci.

Próxima inscrita, Senadora Eliziane, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente Hiran, eu quero inicialmente cumprimentá-lo e parabenizá-lo, da mesma forma também que parabenizo o meu grande amigo, Senador Alessandro Vieira, que é um dos Senadores mais competentes, na verdade, desta Casa. E eu acho que o senhor, Presidente Hiran, estará muito bem acompanhado do nosso querido Alessandro Vieira, como Vice-Presidente, ao seu lado. Vão conduzir com muita maestria.

E quero o parabenizar pela escolha dessa mulher brava, dessa mulher lutadora, determinada, experiente, que, na verdade, demonstrou, com muita clareza, ao longo das CPIs de que participou nesta Casa, sobretudo na CPI da Covid, quando, juntamente conosco, nós impusemos a presença feminina naquele momento da CPI da Covid; e também na CPI do 8 de janeiro, quando ela, de uma forma brava e determinante, foi fundamental para a finalização do relatório que apresentamos como Relatora naquele momento...

E, Soraya, eu tenho plena convicção de que, com você como Relatora nesta Comissão, nós teremos um grande relatório para o Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão das *bets* hoje é um desafio para o nosso país. Eu acho que isto já foi colocado aqui em algum momento: a regulamentação lá atrás acabou endossando o cenário que nós estamos vivenciando hoje. Por exemplo, a Confederação Nacional do Comércio e Turismo aponta R$117 bilhões de prejuízo por ano no comércio brasileiro. É um orçamento bilionário, que ultrapassa o orçamento de dezenas de municípios do Brasil. São 20 milhões de brasileiros hoje que, infelizmente, apostam. Nós temos um outro prejuízo bilionário, inclusive de pessoas com Bolsa Família – e aqui vem os meus cumprimentos ao Governo Federal por banir, por limitar o acesso desse cartão a esse tipo de procedimento.

E eu acho que esta Comissão, Senadora Soraya, vem, na verdade, como um alento para o Brasil. Nós temos hoje um Brasil continental, com várias regiões, inclusive com perfis diferenciados, e a gente percebe, em todas as regiões do Brasil, essa prática muito maléfica para as famílias brasileiras.

Eu estou falando de prejuízo econômico, Damares, e você, que tem uma visão muito grande do que significam os impactos emocionais na vida das pessoas... A gente está vendo casos de suicídio. Não sei se foi você que, inclusive, chegou a publicar isso. Nós tivemos casos – não no Brasil, mas no Brasil, também, nós temos casos semelhantes de pais vendendo filhos para aposta. Olha o cenário a que nós chegamos hoje na sociedade brasileira! As pessoas recorrendo ao suicídio porque o volume financeiro de débito é gigantesco.

Então, esse endividamento só vai parar com uma ação clara e enérgica. Não adianta dizer "nós vamos levantar recursos em impostos para o Erário público", se vai sair pelo SUS, se vai sair pelo desastre das famílias, ou seja, entrar por um lado um volume x e sair um volume cinco ou dez vezes x.

Então, eu acho, Soraya, que V. Exa., como Relatora desta Comissão, terá um papel fundamental para o Brasil, terá um papel fundamental para as famílias brasileiras: de trazer o relatório conclusivo, de trazer indiciamentos importantes, de convocar para esta Casa aqui pessoas que financiam isso, que ganham à custa da miséria do povo, da morte das famílias brasileiras.

Então, eu apenas te cumprimento. Eu sou apenas suplente nesta Comissão, mas tenha em mim o apoio e o companheirismo para lhe ajudar nessa caminhada como Relatora desta

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão. A sua sensibilidade como mulher e a sua firmeza, que é peculiar sua, não há dúvida nenhuma de que serão elementos fundamentais para nós realmente barrarmos o que a gente está vivenciando hoje no Brasil.

E quero dizer também que nós temos outro desafio, daqui a pouco, que são os jogos de azar, que já estão aí prontos, inclusive, para votação. Eu acho que nós temos que estar muito atentos, porque são situações absolutamente semelhantes.

Tenha em mim o meu apoio, a minha torcida e a minha certeza de que você fará um relatório brilhante nesta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Senadora Eliziane.

Próxima inscrita, nossa querida Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, se olhar no painel, vai observar que eu não estou ainda como membro desta Comissão. Estou lutando aí por uma vaga de suplência em um dos blocos.

Mas o que eu quero dizer, Presidente? Como membro, eu teria direito a voto, mas eu, como Senadora, tenho direito a voz. Então, eu vou participar desta Comissão, eu quero ajudar e quero muito, Soraya, te ajudar em dois eixos que a gente pode trazer aqui para uma discussão séria: o efeito disso nos adolescentes e nas crianças. Eu não paro de receber famílias no gabinete, os nossos adolescentes estão sendo levados ao vício, *influencers* no Brasil que têm assim, de fato, a influência nos adolescentes, levando esses meninos para as apostas, para os jogos, para as *bets*.

E eu trago aqui uma outra grande preocupação que talvez vocês não pensaram: vocês não têm ideia do que está acontecendo nas aldeias indígenas, nossos indígenas estão tendo acesso à internet, nossos indígenas recebem Bolsa Família, nós estamos com problemas com jovens indígenas por causa das *bets*. Então, eu quero muito te ajudar na condução desses dois eixos, o efeito nas crianças e adolescentes e também nos povos tradicionais. Nós somos um país

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diverso, Soraya, a gente não pode mais tomar nenhuma decisão, neste Congresso Nacional, sem pensar o efeito nos povos tradicionais, eles precisam estar no debate. E não foi considerada essa vertente dos povos tradicionais quando tomamos as decisões sobre as *bets*.

Então, eu quero ajudar, estarei presente. Se eu conseguir a vaga ou não, eu estarei aqui para ajudar o Presidente, o Vice e a Relatora. E esta Comissão tem tudo para dar certo, essa CPI, primeiro, pela composição, segundo, pela Secretaria. Eu quero estender aqui o cumprimento, nós estamos com o melhor time, eu acompanho esse time aí há muito tempo. Então, eu acredito que nós vamos dar uma resposta para a sociedade e eu estou aqui torcendo e quero ajudar muito, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Querida Senadora Damares, queria só dizer para V. Exa. que a sua participação aqui – tenho certeza de que é o pensamento de todos nós – engrandece esta Comissão. Esta Comissão, Senadora, não é de A, de B, nem C, esta Comissão é do Senado, dos Senadores. Todos os Senadores que vierem aqui participar terão de nós a receptividade de 100% e certamente nos ajudarão a desenvolver os nossos trabalhos.

Muito obrigado pela sua dedicação e pelo seu compromisso com o nosso país.

Quero passar a palavra, em seguida, ao nosso querido Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Senador Hiran, queria parabenizá-lo pelo novo desafio, cumprimentar também o Senador Alessandro e a Senadora Soraya, três Parlamentares com muita experiência, com muita dedicação.

Eu tenho certeza de que essa CPI pode absorver uma responsabilidade muito grande, que é uma organização do Estado brasileiro, com a presença do Executivo e do Judiciário, para entender esses tempos que nós vivemos em que pelo menos três assuntos cobram de todos nós medidas importantes. E, quando eu falo da estruturação da forma da lei e que precisamos ter a capacidade de mudar leis com mais rapidez, é por esses desafios por que a sociedade vem passando: na inteligência artificial, nos problemas da sociedade, em que tem uma ação, por exemplo, recente do Governo tentando reclassificar as *bets* que tenham condições legais para o seu funcionamento... E o Congresso Nacional, através desta CPI, que pode ser, além de

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigativa, uma CPI absolutamente propositiva, pode, sim, dar respostas àquilo que é o nosso desafio no dia de hoje.

No final de semana, tive a oportunidade de acompanhar uma reportagem longa, de mais de dois blocos, no programa Fantástico, falando da questão do cigarro eletrônico, atestando cada vez mais que ou o Estado brasileiro se une ao Congresso Nacional – Poder Executivo, Judiciário e Legislativo – para tratar das doenças modernas, dos desafios modernos, ou, então, nós vamos ficar cada um gritando num canto sem saber o que vamos fazer. Porque, imagine, a gente recentemente deu uma regulamentação inicial às *bets*. Com menos de 60 dias, a gente está sentado aqui para fazer uma CPI que sabe que só vai funcionar se houver um trabalho conjunto do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. E esta CPI ainda ganhou essa experiência, Presidente Hiram, que é importante, porque eu acho que, além de a gente ouvir as pessoas que estão envolvidas, pela forma como isso tem se alastrado na sociedade, que é de uma maneira ruim para a saúde pública, para a saúde mental, para a saúde financeira, uma das pessoas mais importantes para serem ouvidas neste momento é o Ministro Fernando Haddad, é o Governo Federal – que, por sinal, temos que fazer justiça, nem começou ainda a arrecadar, então nem a justificativa da arrecadação está clara.

Então, é preciso que esta CPI tenha... Vou tentar ajudar da melhor maneira possível, mas eu entendo que, pelo que está aqui, a experiência dos Parlamentares demonstra uma CPI muito ágil. E o fato também de termos um número reduzido de membros ajuda nisso. Temos até o nosso delegado aí na Vice-Presidência.

Então, eu acho que nós precisamos juntar estas três pontes – Executivo, Judiciário e Legislativo – para que as decisões da CPI sejam investigativas, prontas para punição, mas principalmente para a realidade. Não adianta a gente achar que vai acabar, de uma hora para outra, com as coisas. O cigarro eletrônico deixou isso muito claro. É impossível você buscar uma situação que não seja uma situação do Legislativo, na questão de segurança jurídica; do Judiciário, fazendo a sua parte; mas do Executivo também, tendo o mínimo controle dessas ações de epidemia pública, como é o caso dos jogos aí.

Parabéns.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Eduardo Gomes.

Quero, antes de passar a palavra ao Senador Alessandro, dizer que a nossa Vice-Presidência está ocupada por alguém extremamente qualificado, como já foi dito aqui pela Senadora Damares, um homem de investigação, um homem que tem uma experiência, como policial e como Senador, que certamente nos auxiliará sobremaneira neste nosso trabalho.

Senador Alessandro, obrigado por participar desta Comissão. Nós temos certeza de que o Brasil conta com sua competência para nós conseguirmos equalizar toda essa questão que envolve tudo que já foi falado aqui em relação à influência dos jogos tanto no nosso país quanto nas pessoas que estão envolvidas nessa questão. O senhor tem a palavra, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com muita brevidade, quero parabenizar o Hiran e a Soraya pela missão que receberam e todos os integrantes, e fazer um apelo antecipado pela sobriedade dos trabalhos. Como todo assunto midiático, é muito fácil se distanciar do centro da questão e buscar apenas holofotes, é importante que a Comissão tenha essa compreensão. E é importante que a gente tenha um foco muito centrado na questão da lavagem de dinheiro, porque os crimes todos se encontram na lavagem de dinheiro, é no mesmo lugar que você vai encontrar o corrupto, o traficante, o apostador, vão estar todos no mesmo centro, e esta CPI tem a possibilidade de conectar esses pontos.

E, para a nossa Relatora, apenas fazer uma observação com relação ao esboço de plano de trabalho, que V. Exa. já protocolou. Eu senti falta apenas de um eixo que cuida da saúde pública. Os impactos das *bets* na saúde são muito consistentes, e isso tem que ser mensurado, sob o ponto de vista de direcionamento, para atendimento e custeio do nosso sistema, que já é naturalmente sobrecarregado.

No mais, desejo para todos sorte, juízo e muito trabalho.

Vamos lá!

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, antes de passar a palavra para a Senadora Soraya, quero dizer que eu também concordo com o Senador Alessandro, eu médico que sou, porque a gente tem que realmente olhar para essa questão do ponto de vista também da saúde, porque... Aliás, eu tenho exemplos muito próximos a mim. Eu tenho um grande amigo, cirurgião – não vou dizer o nome, obviamente, por preservar a sua privacidade. Semana passada nós tivemos uma conversa em que ele me falou que um dos filhos dele está absolutamente viciado em jogos, está fazendo tratamento psiquiátrico; um garoto bem formado, com uma família equilibrada, um excelente pai que eu conheço. Então, isso é um exemplo claro de que realmente nós estamos vivendo uma epidemia de ludopatia, de doença relacionada aos jogos.

Então, quero agradecer a V. Exa. pela sugestão, que certamente será prontamente acatada pela nossa Relatora Soraya, a qual eu, além de parabenizar pela pertinência do seu requerimento, pela sua luta para instalar esta Comissão já no final do nosso ano legislativo, espero que também tenha aí um desenvolvimento do seu trabalho muito focado nas aspirações das pessoas. E você terá aqui certamente, dos seus pares, todo o apoio necessário para ornamentar o seu belo trabalho, que eu tenho certeza de que você fará.

Passo a você a palavra, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Hiran; Sr. Vice-Presidente, Senador Alessandro Vieira; todos os colegas que aqui estão, todos os membros desta CPI, eu gostaria de parabenizar pela competência desse time que se une e também todos os servidores que irão nos acompanhar.

E gostaria de lembrar, Damares, que, mesmo não estando ainda como membro desta CPI, sim, todos nós temos voz. Não sei se V. Exa. se recorda da CPI da covid: não havia nenhuma mulher indicada na composição, nós nos unimos... Não fomos indicadas, nem mesmo não trocaram membros, nem nada, mas nós participamos ativamente e colaboramos muito. Portanto, esse é o menor dos problemas; o mais importante é a tua presença aqui, a tua vontade de ajudar, e é indispensável a tua ajuda. Quero realmente agradecer e dizer que a tua colaboração é de suma importância para todos nós.

Então, parabéns! Obrigada pela luta de estar aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos os colegas, minha querida amiga também, Eliziane Gama, pelas palavras proferidas; agradecer pela indicação, Senador Dr. Hiran.

E, Alessandro, eu fico muito feliz em tê-lo aqui como nosso Vice, por conta da tua capacidade técnica no meio jurídico. Então, vai ser de uma colaboração inestimável, e eu fico muito, muito feliz e muito segura com esse time, que me traz bastante segurança. A segurança que nos traz também, o que é algo raro de se ver, é quando o Poder Executivo concorda com uma CPI, e o Poder Executivo concorda com esta CPI, tamanha a importância dela, tamanha a necessidade.

Eu recebi ligação do Regis Dudena, que é o Secretário de jogos e Apostas, do Juliano também, que é do Ministério do Esporte. Há secretarias extremamente preocupadas com isso, analisando essas resoluções e esses atos normativos que entrarão em vigor no dia 1º de janeiro de 2025, mas que não guardam pertinência com a nossa competência aqui, principalmente na questão criminal. Então, nós vamos fazer um trabalho a muitas mãos.

Já conversei também com o DG, o Diretor-Geral da Polícia Federal, o Dr. Andrei, que já irá disponibilizar agentes da Polícia Federal, delegados da Polícia Federal, para que nos auxiliem nas investigações.

Então, não há contradição e nem colisão de interesses. Por mais que já haja uma investigação em curso, processos em curso, todos eles tramitam em segredo de justiça. Aqui, não; algumas questões irão tramitar em segredo de justiça, mas a CPI tem um condão pedagógico muito importante, justamente, Senador Alessandro, para que entremos... por conta da saúde pública, por conta do dano. Vai ser de suma importância para que a gente traga à consciência das pessoas; alerte pais, familiares, toda a sociedade, as escolas, em relação a esse problema, que é de saúde pública.

Nasceu a CPI justamente por conta dessa preocupação. E, sim, ela está aqui permeando o plano de trabalho bastante aberto... A saúde é a principal questão para nós, lógico. Evasão de divisas, lavagem de dinheiro, isso nos importa sobremaneira e será acrescentado, Alessandro, sem dúvida nenhuma, de forma mais clara e expressa. Mas lógico que é uma das maiores preocupações nossas aqui: a saúde mental da população brasileira, porque esse é um vício silencioso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em uma pessoa viciada em álcool, drogas, você vê uma alteração no comportamento da pessoa; aqui, você não sabe que ela está viciada. Hoje, todo mundo vive em redes sociais, passa a noite lendo tudo via um dispositivo eletrônico, e aí ninguém sabe que a pessoa está ali jogando. E esses joguinhos têm, geralmente, uma característica bastante infantil, e você pode pensar até, olhando de longe no celular do seu filho, que ele está apenas brincando, é não é isso que acontece.

Bom, gostaria de dizer que eu já coloquei no sistema o plano de trabalho. Justamente pelo atraso que nós tivemos na instalação da CPI, foi possível trabalhar neste plano.

A ideia seria que não percamos tempo, principalmente porque teremos, em breve, já o recesso parlamentar de fim de ano. Nossa preocupação é dar vazão logo aos trabalhos, trabalharmos de forma séria, não perdermos tempo aqui.

Toda a imprensa, gostaria de agradecer a vocês que estão aqui, que estão nos procurando, que vão noticiar.

Nós não queremos ninguém perdendo tempo, principalmente porque este assunto é seríssimo, envolve o crime organizado, envolve pessoas que têm grande projeção nacional e internacional.

Há dificuldades na localização dos responsáveis por essas empresas.

Isto aqui não é uma brincadeira e jamais terminará em pizza.

É muito trabalho.

Por isso, a proposta, Sr. Presidente, de apenas ler para deliberar na próxima semana, ou, se houver consenso, delibere, e nós acrescentamos.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Eduardo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Eu não li o relatório, mas peguei algumas informações. E o Senador Alessandro fez uma sugestão que eu achei muito pertinente na questão da saúde.

E acho que nós estamos com um período muito comprimido por conta do recesso que se aproxima.

Então, se não houver objeção ou alguma nova sugestão para acomodar as informações, eu sugeriria que fizéssemos a votação hoje, já que temos número e podemos fazer a votação hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Eduardo, conversando com a nossa Relatora... esta Comissão, a expectativa é de que ela fosse instalada no dia 24 de outubro, e nós perdemos esse tempo até por conta das questões de doença, enfim.

Durante esse tempo, a nossa Relatora – já havia um consenso entre nós, porque esta aqui é a Casa do acordo –, a Senadora me confidenciou que já havia preparado um relatório na expectativa de ser a Relatora.

Então, sem tentar atropelar, mas com o intuito de agilizar os trabalhos por conta de que nós temos pouco tempo até o final do nosso ano legislativo, eu solicito aos nossos Senadores e Senadoras se estão de acordo com a aprovação do relatório, o plano de trabalho, com a devida inserção, nesse plano de trabalho, da sugestão do nosso Senador Vice-Presidente, Alessandro Vieira. (*Pausa.*)

Estando todo mundo de acordo, está aprovado o seu plano de trabalho, Relatora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – E a leitura?

É necessário fazer a leitura do plano de trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, pode disponibilizar eletronicamente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Foi disponibilizado. Vamos acrescentar, então.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Antes de encerrar os trabalhos, dou ciência às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que nós já temos 99 requerimentos apresentados pelo nosso querido Senador Izalci, os quais já acatamos e estão no sistema.

Eu vou deixá-los no sistema, à disposição de todos as Sras. e Srs. Senadores, para que nós possamos aprová-los na nossa próxima reunião, que, já adianto, não sei se há alguma sugestão melhor, pode ser na próxima terça-feira, na mesma hora.

Está todo mundo de acordo?

Alguém quer mais se manifestar?

Vice-Presidente?

Izalci?

Relatora? (*Pausa.*)

Quero agradecer aqui a responsabilidade com que vocês me prestigiam e dizer que não serei um presidente, eu serei aqui um membro desta Comissão a trabalhar com vocês, porque essa preocupação que nós manifestamos aqui, hoje – todos nós, indistintamente –, é a preocupação do povo brasileiro, e é por isso que nós estamos aqui: é para ir ao encontro das aspirações, do sofrimento das pessoas, tentar mitigar o sofrimento das pessoas, e eu tenho certeza de que os membros desta Comissão estão plenamente mobilizados e qualificados para apresentar um excelente trabalho ao país.

E, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos.

Convidamos para a próxima reunião, que será realizada na próxima terça-feira, às 11h, aqui neste auditório.

Um grande abraço. Que Deus nos abençoe.

(*Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4175888160

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA CPI DAS BETS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a CPI das BETS com a presença dos Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Alessandro Vieira, Efraim Filho, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Eduardo Gomes, Soraya Thronicke e Carlos Viana, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Marcos do Val, Ana Paula Lobato, Augusta Brito e Damares Alves, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Veneziano Vital do Rêgo e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1 de 2024** que: "Convoca o senhor Ricardo Liáo, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 2 de 2024** que: "Requer informações ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 3 de 2024** que: "Requer informações à empresa Zelu Brasil Facilitadora de Pagamentos Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 4 de 2024** que: "Requer informações à empresa ST Soft Desenvolvimento de Programa de Computadores Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 5 de 2024** que: "Requer informações à empresa Sports Entretenimento e Promoção de Eventos Esportivos Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 6 de 2024** que: "Requer informações à empresa PIX365 Soluções Tecnológicas Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 7 de 2024** que: "Requer informações à empresa Pay Brokers Cobrança e Serviços em Tecnologia." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 8 de 2024** que: "Requer informações à empresa Pagfast EFX Facilitadora de Pagamentos S.A." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 9 de 2024** que: "Requer informações à empresa Neoway Soluções Integradas em Serviços Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 10 de 2024** que: "Requer informações à empresa JMJ Participações Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 11 de 2024** que: "Requer informações à empresa HSF Entretenimento e Promoção de Eventos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 13 de 2024** que: "Requer informações à empresa

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esportes Gaming Brasil Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 14 de 2024** que: "Requer informações à empresa Esporte da Sorte (HSF Entretenimento e Promoção de Eventos/ Esportes Gaming Brasil Ltda)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 15 de 2024** que: "Requer informações à empresa BUP Sociedade de Crédito Direto S.A." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 16 de 2024** que: "Requer informações à empresa BPX Sports & Games Entretenimento Ltda (Vai de Bet, BetPix365 e ObaBet)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 17 de 2024** que: "Requer informações à empresa Bezerra Comunicação e Publicidade Ltda (Zeroumbet Plataforma Ltda)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 19 de 2024** que: "Convoca a senhora Maria Eduarda Quinto Filizola, sócia da Esportes da Sorte." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 20 de 2024** que: "Convoca a senhora Solange Alves Bezerra, mãe da influenciadora e advogada Deolane Bezerra." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 21 de 2024** que: "Convoca a senhora Marcela Tavares Henrique da Silva Campos, sócia da Esportes Gaming Brasil Ltda., na condição de investigada." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 22 de 2024** que: "Convoca o senhor José André da Rocha Neto, representante legal da BPX Bets Sports Group Ltda (VaideBet e Betpix365), na condição de investigado." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 24 de 2024** que: "Convoca o senhor Edson Antonio Lenzi Filho, diretor da Pay Brokers Cobrança e Serviços em Tecnologia Ltda, na condição de investigado." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 25 de 2024** que: "Requer informações ao Jockey Club Cearense." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 26 de 2024** que: "Convoca, na condição de testemunha, a senhora Edna Oliveira dos Santos, supostamente usada como "laranja" em possível fraude envolvendo o patrocínio da plataforma VaideBet ao Corinthians." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 27 de 2024** que: "Convoca a senhora Deolane Bezerra dos Santos, influenciadora digital, na condição de testemunha." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 28 de 2024** que: "Convoca o senhor Darwin Henrique da Silva, dono da empresa Caminho da Sorte, na condição de investigado." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 29 de 2024** que: "Convida o senhor Paulo Gustavo Gondim Borba Correia de Sousa, Diretor Integrado Metropolitano da Polícia Civil de Pernambuco, na condição de especialista." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 30 de 2024** que: "Convoca o senhor Darwin Henrique da Silva Filho, CEO da Plataforma Esportes da Sorte, na condição de investigado." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 -**

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 32 de 2024 que: "Convoca o senhor Boris Maciel Padilha, ligado à HSF Entretenimento e Promoção de Eventos, na condição de investigado." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 33 de 2024** que: "Convoca o senhor Alessandro Carvalho Libório, Secretário de Defesa Social de Pernambuco, na condição de especialista." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 36 de 2024** que: "Convoca a senhora Aislla Sabrina Truta Henriques Rocha, sócia-administradora da BPX Bets Sports Group Ltda (VaideBet), na condição de investigada." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 37 de 2024** que: "Convida o senhor Alexandre Manoel Angelo da Silva, ex-secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Fazenda, na condição de especialista." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 38 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa Esporte da Sorte." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 39 de 2024** que: "Requisita RIF de Latam Gateway Serviços de Pagamento e Cobrança Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 40 de 2024** que: "Requisita RIF do Banco S2." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 41 de 2024** que: "Requisita RIF de ST SOFT Desenvolvimento de Programas de Computadores Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 42 de 2024** que: "Requisita RIF de BPX Sports & Games Entretenimento Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 43 de 2024** que: "Requisita RIF de PIX365 Soluções Tecnológicas Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 44 de 2024** que: "Requisita RIF de Pagfast EFX Facilitadora de Pagamentos S.A." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 46 de 2024** que: "Requisita RIF de JMJ Participações Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 47 de 2024** que: "Convoca o senhor Marcelo Araújo, responsável pela Comunicação e Relações Públicas da Blaze, na condição de testemunha." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 48 de 2024** que: "Convoca o senhor Miguel Duarte, Consultor Sênior de Marketing da Blaze, na condição de testemunha." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 49 de 2024** que: "Convoca o senhor Thiago Lima Rocha, sócio e administrador da Zelu Brasil Facilitadora de Pagamentos Ltda, na condição de investigado." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 50 de 2024** que: "Convoca a senhora Rayssa Ferreira Santana Rocha, sócia e administradora da Zelu Brasil Facilitadora de Pagamentos Ltda, na condição de investigada." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 51 de 2024** que: "Convoca o senhor Italo Tavares de Moura, sócio da ST Soft Desenvolvimento de Programas de Computadores Ltda, na condição de investigado."

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 52 de 2024** que: "Convoca o senhor Djalma Junior dos Santos, sócio da ST Soft Desenvolvimento de Programas de Computadores Ltda, na condição de investigado." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 53 de 2024** que: "Convoca o senhor Renato Márcio Rocha Leite, delegado-geral da Polícia Civil de Pernambuco, na condição de especialista." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 54 de 2024** que: "Convoca o senhor Pedro Ermírio de Almeida Freitas Filho, Vice-presidente de Agente Operador da Caixa Econômica Federal." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 55 de 2024** que: "Convoca o senhor Kaio Augusto Silva Pacheco, sócio da Kasp Serviços Administrativos Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 56 de 2024** que: "Convoca o senhor Carlos César de Lacerda Júnior, sócio da Kasp Serviços Administrativos Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 57 de 2024** que: "Convoca a senhora Lucíola Aor Vasconcelos, ex-Vice-presidente de Agente Operador da Caixa Econômica Federal" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 58 de 2024** que: "Convoca a senhora Dayse Henrique da Silva, investigada na Operação Integration." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 59 de 2024** que: "Convoca a senhora Maria Aparecida Tavares de Melo, investigada na Operação Integration." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 60 de 2024** que: "Convoca a senhora Maria Carmen Penna Pedrosa, investigada na Operação Integration." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 61 de 2024** que: "Convoca a senhora Maria Bernadette Pedrosa Campos, investigada na Operação Integration." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 62 de 2024** que: "Convoca o senhor Eduardo Pedrosa Campos, investigado na Operação Integration." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 63 de 2024** que: "Convoca o senhor Thiago Heitor Presser, investigado na Operação Integration." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 64 de 2024** que: "Convoca o senhor Ruy Conolly Peixoto, investigado na Operação Integration." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 65 de 2024** que: "Convoca o senhor Flavio Cristiano Bezerra Fabrício, investigada na Operação Integration." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 66 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa BUP Sociedade de Crédito Direto SA." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 67 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa Pay Brokers Cobrança e Serviços em Tecnologia." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 68 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa Zelu

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil Facilitadora de Pagamentos Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 69 de 2024** que: "Requisita RIF de empresa Sports Entretenimento e Promoção de Eventos Esportivos Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 71 de 2024** que: "Convida o senhor José César da Costa, Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 72 de 2024** que: "Convida o senhor André Rufino do Vale, Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 73 de 2024** que: "Convoca o senhor William Pereira Rogatto, empresário e apostador." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 74 de 2024** que: "Convida o senhor Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 75 de 2024** que: "Convoca o senhor Dario Carnevalli Durigan, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 76 de 2024** que: "Convoca o senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 77 de 2024** que: "Convoca o senhor José Francisco Cimino Manssur, ex-assessor especial do Ministério da Fazenda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 78 de 2024** que: "Convida o senhor Regis Alexandre Dudena, Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 79 de 2024** que: "Convoca a senhora Simone Aparecida Vicentini, Secretária-Adjunta da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 80 de 2024** que: "Requisita informações à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 81 de 2024** que: "Convida o senhor Fábio Coelho, presidente do Google Brasil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 82 de 2024** que: "Convida o senhor Márcio Borges Malta, CEO da Sorte Online e do NSX Group." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 83 de 2024** que: "Convoca o senhor César Roberto Ramos Junior, representante da Kaizen Gaming Brasil Ltda. (Betano)" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 84 de 2024** que: "Convoca o senhor Marcos Sabiá, CEO do site de apostas Galera Bet, na condição de testemunha." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 85 de 2024** que: "Convoca representante do Ministério da Educação envolvido na regulação do setor de apostas." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convertida em convite. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 86 de 2024** que: "Convoca o Representante do Ministério da Saúde envolvido na regulação do setor de apostas." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 87 de 2024** que: "Convoca o Representante do Ministério da Justiça envolvido na regulação do setor de apostas" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 88 de 2024** que: "Convoca Representante legal da empresa Ventmear Brasil S.A. (Sportingbet)" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 90 de 2024** que: "Convoca os representantes legais da empresa Betfair Brasil Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 91 de 2024** que: "Convoca os representantes legais da empresa HS do Brasil Ltda. (Bet365)" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 92 de 2024** que: "Convida o senhor Cristiano Nabuco de Abreu, Médico no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 93 de 2024** que: "Convoca o senhor Jéferson Quintella, Secretário de Atenção à Saúde." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 94 de 2024** que: "Convoca a senhora Sônia Maria Barros, Diretora do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 95 de 2024** que: "Convida o senhor Ednei Nascimento da Silva, advogado no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 96 de 2024** que: "Convida o senhor Anderson Nunes, "expert" no setor de marketing digital." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 97 de 2024** que: "Convida o senhor Mauricio de Oliveira Costa, Sócio-Administrador da Playtech Brasil Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 98 de 2024** que: "Convoca o Representante do Ministério do Esporte envolvido na regulação do setor de apostas" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 99 de 2024** que: "Convoca o Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 100 de 2024** que: "Convoca o Representante do Ministério do Desenvolvimento Social envolvido na regulação do setor de apostas." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 101 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa Esportes Gaming Brasil Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 102 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa Bezerra Comunicação e Publicidade Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:**

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 103 de 2024** que: "Convida o senhor Bruno Omori, Presidente do Instituto de Desenvolvimento, Turismo, Cultura, Esporte e Meio Ambiente (IDT-CEMA) e da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo (FHORESP)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 104 de 2024** que: "Convoca o senhor Jorge Messias, Advogado-Geral da União." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 105 de 2024** que: "Convida o senhor Nicolao Dino, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 106 de 2024** que: "Convoca o senhor Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-geral da Polícia Federal." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 107 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa Neoway Soluções Integradas em Serviços Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 108 de 2024** que: "Requer informações ao Tribunal de Contas da União (TCU)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 109 de 2024** que: "Convoca o senhor Carlos Manuel Baigorri, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 110 de 2024** que: "Convoca o senhor Alexandre Cordeiro Macedo, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação convertida em convite. **ITEM 102 - REQUERIMENTO Nº 111 de 2024** que: "Convida o senhor Wadih Nemer Damous Filho, Secretário da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 103 - REQUERIMENTO Nº 112 de 2024** que: "Convoca a senhora Talita Lacerda, CEO da empresa Ana Gaming Brasil S.A." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 104 - REQUERIMENTO Nº 113 de 2024** que: "Convoca a senhora Vitória di Felice Moraes, influenciadora digital." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 105 - REQUERIMENTO Nº 114 de 2024** que: "Convoca o senhor Rodrigo Abrão de Carvalho Mussi Ivo, influenciador digital." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 106 - REQUERIMENTO Nº 115 de 2024** que: "Convoca o senhor Eliezer do Carmo Neto, designer e empresário." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 107 - REQUERIMENTO Nº 116 de 2024** que: "Convida o senhor Sérgio Pompilio, Presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 108 - REQUERIMENTO Nº 117 de 2024** que: "Convida os senhores José Roberto Tadros (presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC), Leandro Domingos Teixeira Pinto (vice-presidente financeiro da Confederação Nacional do Comércio - CNC) e Felipe Tavares (economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado - convocação

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sr. Felipe Tavares convertida em convite. **ITEM 109 - REQUERIMENTO Nº 118 de 2024** que: "Convida Magnho José Santos de Sousa, Wesley Callegari Cardia, Plínio Lemos Jorge e André Gelfi Thomaz, especialistas do setor de apostas." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 110 - REQUERIMENTO Nº 119 de 2024** que: "Convida Aloísio Costa Júnior, envolvido em inovações digitais aplicadas às apostas." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 111 - REQUERIMENTO Nº 120 de 2024** que: "Requer informações à Estação do Seguro Corretora e Administração de Seguros Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 112 - REQUERIMENTO Nº 121 de 2024** que: "Convoca Alessandro Rosa Vieira (Falcão), sócio da empresa de apostas F12.bet." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 113 - REQUERIMENTO Nº 122 de 2024** que: "Convida Fábio Wolff e Renê Salviano, especialistas na área de marketing esportivo." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 114 - REQUERIMENTO Nº 123 de 2024** que: "Requisita documentação à Plataforma Blaze (Prolific Trade N.V.),conforme detalhamento." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 115 - REQUERIMENTO Nº 124 de 2024** que: "Convida o senhor Roberto Campos Neto, ex-presidente do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 116 - REQUERIMENTO Nº 125 de 2024** que: "Convida o senhor Isaac Sidney, Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 117 - REQUERIMENTO Nº 126 de 2024** que: "Convida o senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, ex-CEO do Banco Bradesco." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 118 - REQUERIMENTO Nº 127 de 2024** que: "Convida os senhores Luiz Cherman e Pedro Duarte, ambos do Departamento de Pesquisa Macroeconômica do Itaú Unibanco." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 119 - REQUERIMENTO Nº 128 de 2024** que: "Convida a senhora Vanessa Lobato Faria, vice-Presidente executiva responsável pela área de varejo do Santander, e o senhor Ruben Couto, Co-Head de Retail e Consumer Goods para a América Latina do Santander." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 120 - REQUERIMENTO Nº 129 de 2024** que: "Convida advogados estudiosos do setor de apostas, conforme listagem." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 121 - REQUERIMENTO Nº 130 de 2024** que: "Convida representantes de entidades internacionais dedicadas ao estudo dos efeitos das apostas, na condição de ESPECIALISTAS, para prestarem, por VIDEOCONFERÊNCIA." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 122 - REQUERIMENTO Nº 131 de 2024** que: "Convida pesquisadores vinculados a entidades que analisam e debatem o setor de apostas e seus efeitos no Brasil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 123 - REQUERIMENTO Nº 132 de 2024** que: "Convida os senhores Dr. Ciro Jorge (médico atuante no CAPS da Mooca e em centros para o público infanto-juvenil); Dr. Lúcio Mauro Alves da Silva (diretor terapêutico em uma clínica de São Bernardo do Campo); Dr. Fábio Cantinell (psiquiatra); Dra. Elizabeth Carneiro (especialista em dependência química pela Universidade Federal de São Paulo -

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

UNIFESP); Dr. Hermano Tavares (departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP; Dr. Rodrigo Machado (pesquisador no Programa Ambulatorial Integrado dos Transtornos do Impulso - PRO-AMITI); Álvaro Machado Dias (neurocientista e professor livre-docente); e Vera Rita de Mello Ferreira (psicóloga especializada em psicologia econômica e psicanálise)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 124 - REQUERIMENTO Nº 133 de 2024** que: "Convida os senhores Pablo Damaceno, diretor pedagógico da Escola da Vila; e Fermín Damirdjian, orientador educacional do ensino médio na Escola da Vila." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 125 - REQUERIMENTO Nº 134 de 2024** que: "Convida os senhores: Fernando Shayer, presidente da Camino School S.A.; e Letícia Lyle, diretora da Camino School." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 126 - REQUERIMENTO Nº 135 de 2024** que: "Convida os senhores: David Kallás (presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade - Anefac); Ricardo Steinbruch (presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - Abit); Giancarlo Greco (presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços - Abecs); Carlos André (presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima); Gustavo Chiarini Bastos (presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos - Abia); Paulo Solmucci (presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Abrasel); Flávio Lara Resende (presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - Abert); Rafael Marchetti Marcondes (Representante legal da Associação Brasileira de Fantasy Sports - ABFS); Celso Niskier (presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior - ABMES); Basílio Perez (presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações - Abrint); João Galassi (presidente da Associação Brasileira de Supermercados - Abras); Gisela Lucas de Araújo Lopes (presidente da Fecomércio-SP); Jorge Gonçalves Filho (presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo - IDV); Eduardo Terra (presidente executivo da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo - SBVC)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 127 - REQUERIMENTO Nº 136 de 2024** que: "Requisita RIF de Eduardo Pedrosa Campos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 128 - REQUERIMENTO Nº 137 de 2024** que: "Requisita RIF de Maria Carmen Penna Pedrosa." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 129 - REQUERIMENTO Nº 138 de 2024** que: "Requisita RIF de Ruy Conolly Peixoto." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 130 - REQUERIMENTO Nº 139 de 2024** que: "Requisita RIF de Thiago Heitor Presser." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 131 - REQUERIMENTO Nº 140 de 2024** que: "Requisita RIF de Jockey Club Cearense." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 132 - REQUERIMENTO Nº 141 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa Estação do Seguro Corretora e Administração de Seguros Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 133 - REQUERIMENTO Nº 142 de 2024** que: "Requisita RIF

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da empresa Lotérica Sorte Grande de Franca Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 134 - REQUERIMENTO Nº 143 de 2024** que: "Requisita RIF do senhor Darwin Henrique da Silva Filho." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 135 - REQUERIMENTO Nº 144 de 2024** que: "Requisita RIF do senhor Italo Tavares de Moura." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 136 - REQUERIMENTO Nº 145 de 2024** que: "Requisita RIF do senhor Djalma Junior dos Santos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 137 - REQUERIMENTO Nº 146 de 2024** que: "Requisita RIF da senhora Marcela Tavares Henrique da Silva Campos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 138 - REQUERIMENTO Nº 147 de 2024** que: "Requisita RIF da senhora Maria Eduarda Quinto Filizola." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 139 - REQUERIMENTO Nº 148 de 2024** que: "Requisita RIF do senhor Edson Antonio Lenzi Filho" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 140 - REQUERIMENTO Nº 149 de 2024** que: "Requisita RIF da senhora Rayssa Ferreira Santana Rocha." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 141 - REQUERIMENTO Nº 150 de 2024** que: "Requisita RIF do senhor Thiago Lima Rocha." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 142 - REQUERIMENTO Nº 151 de 2024** que: "Requisita RIF do senhor Boris Maciel Padilha." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 143 - REQUERIMENTO Nº 153 de 2024** que: "Requisita RIF do senhor José André da Rocha Neto." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 144 - REQUERIMENTO Nº 154 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa Edscap Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 145 - REQUERIMENTO Nº 155 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa X1 Brasil Promoção de Eventos Esportivos Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 146 - REQUERIMENTO Nº 156 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa ZRO Instituição de Pagamentos S.A." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 147 - REQUERIMENTO Nº 157 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa Loteria Super Milionária Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 148 - REQUERIMENTO Nº 158 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa K.J Participações Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 149 - REQUERIMENTO Nº 159 de 2024** que: "Convoca a senhora Pâmela de Souza Drudi, esposa de Fernando Oliveira Lima, influenciadora e embaixadora da Bet7K." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 150 - REQUERIMENTO Nº 160 de 2024** que: "Convoca o senhor Ednaldo Rodrigues, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF)." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Retirado. **ITEM 151 - REQUERIMENTO Nº 161 de 2024** que: "Convoca o senhor Kaká Diniz, Empresário e CEO da Non Stop." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 152 - REQUERIMENTO Nº 162 de 2024** que: "Convoca o senhor Boris Maciel Padilha, empresário e proprietário da HSF Entretenimento Promoção de Eventos." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 153 - REQUERIMENTO Nº 163 de 2024** que:

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Convoca o senhor João Studart, CEO Bet Nacional - Empresa de apostas." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 154 - REQUERIMENTO Nº 164 de 2024** que: "Convoca o senhor Guilherme Augusto Figueiredo, Country Manager da Betano - Plataforma de apostas esportivas online." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 155 - REQUERIMENTO Nº 165 de 2024** que: "Convoca o senhor Presidente da Blaze Apostas On-Line - Plataforma de jogos e apostas online." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 156 - REQUERIMENTO Nº 166 de 2024** que: "Convoca o senhor Paulo Jose Iasz de Morais, advisor e membro do Conselho de Administração da empresa BIG BRAZIL International Gaming." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 157 - REQUERIMENTO Nº 167 de 2024** que: "Convoca o senhor André Feldman, CEO da Big Brazil." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Retirado. **ITEM 158 - REQUERIMENTO Nº 168 de 2024** que: "Convoca senhor Felipe Domenico Negri, representante da Pinbank Brasil." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 159 - REQUERIMENTO Nº 169 de 2024** que: "Convoca a senhora Fernanda Sant Ana Lacerda da Silva, representante da Pinbank Brasil." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 160 - REQUERIMENTO Nº 170 de 2024** que: "Convoca o senhor Thiago Preihs Pinto, representante da Pinbank Brasil." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 161 - REQUERIMENTO Nº 171 de 2024** que: "Convoca o senhor Fernando Oliveira Lima (Fernandin OIG), empresário e CEO da One Internet Group." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 162 - REQUERIMENTO Nº 172 de 2024** que: "Convoca o senhor Luan Kovarik (Jon Vlogs), influenciador digital e criador da JonBet." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 163 - REQUERIMENTO Nº 173 de 2024** que: "Convoca a senhora Gessica Kayane Rocha de Vasconcelos (Gkay), atriz e influenciadora digital." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 164 - REQUERIMENTO Nº 174 de 2024** que: "Convoca a senhora Adélia Soares, advogada de Deolane Bezerra, influenciadora digital." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 165 - REQUERIMENTO Nº 175 de 2024** que: "Convoca a senhora Jordana Gleise de Jesus Menezes (Jojo Todynho), cantora e personalidade da mídia." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 166 - REQUERIMENTO Nº 176 de 2024** que: "Convoca o senhor Wesley Oliveira da Silva (Wesley Safadão), cantor e influenciador digital." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 167 - REQUERIMENTO Nº 177 de 2024** que: "Convoca o senhor Everson de Brito Silva (Tirulipa), humorista e influenciador digital." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 168 - REQUERIMENTO Nº 178 de 2024** que: "Convoca o senhor Marcus da Silva, diretor do grupo Entain e proprietário, no Brasil, do site de apostas Sportingbet." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 169 - REQUERIMENTO Nº 193 de 2024** que: "Convida o Senhor Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:**

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 170 - REQUERIMENTO Nº 194 de 2024** que: "Convida o Senhor Erick Salum, Delegado de Polícia do Distrito Federal." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 171 - REQUERIMENTO Nº 214 de 2024** que: "Requisita servidores para acompanhar e auxiliar nos trabalhos técnicos da CPIBETs." **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da CPI das BETS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/19

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da CPI das Bets, criada pelo Requerimento 680, de 2024, para investigar, no prazo de 130 dias, a crescente influência dos jogos virtuais de apostas *online* no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos, e, logo em seguida, passarei a palavra aos oradores dos requerimentos.

O primeiro a solicitar a palavra, o nosso querido Senador Izalci Lucas.

Por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, uma questão mais de ordem aqui.

Eu fiz vários requerimentos, e alguns, inclusive, de convocação. Eu queria substituir as convocações para convites, principalmente as das autoridades relacionadas ao poder público, ao Governo, em especial. Que eles venham no sentido de colaborar.

Então, o Requerimento nº 1, que é do Coaf, substituir convocação por convite; o 29 também, que é o Diretor da Polícia Civil de Pernambuco, também para convite; o Secretário de Defesa Social de Pernambuco, o 33; o 53, da Polícia Civil de Pernambuco; o 87, do representante do Ministério da Justiça; e o 106, da Polícia Federal, o Diretor-Geral da Polícia Federal – é o 106, de 2024.

Isso, no primeiro bloco.

No segundo bloco, tem aqui o 54, de 2024, que é o Vice-Presidente da Caixa Econômica – então, também convite. É o 54, de 2024 –; o 75, de 2024, que é o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, também transformar em convite; o Secretário de Prêmios do Ministério da Fazenda, o 78, de 2024; o 85, de 2024, que é o do Ministério da Educação, na parte de regulamentação das apostas – também transformar em convite; do representante do Ministério do Esporte, 98, de 2024; além disso, o 86, de 2024, do representante do Ministério da Saúde; o 93, do Secretário de Atenção à Saúde; o 94, da Diretoria do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde; o 99, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio; o 100

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, do Ministério do Desenvolvimento Social; e o 104, da AGU. No requerimento nº 117, 2024, eu estava convidando aqui, esse é o convite, o Presidente da CNC e o Vice-Presidente, e também o Felipe Tavares, que é o economista-chefe e cuida desse assunto. Então eu estou retirando aqui o Presidente e o Vice-Presidente e deixando apenas o Felipe Tavares, que é economista da confederação e trata desse assunto na CNC – é o 117.

E o de nº 77, de 2024, que é do ex-Assessor Especial do Ministério da Fazenda, o Sr. José Francisco Manssur.

A ideia então, Presidente.. a proposta é transformar todos esses requerimentos em convite. Evidentemente, não vindo, a gente transforma em convocação, mas esse é o pedido que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Izalci.

Submeto à apreciação da plenária a transformação de todos esses requerimentos aqui relatados em convite.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria aqui ressaltar a importância dessa mudança que o Senador Izalci fez.

Queria dizer, inclusive, que contactei o Diretor-Geral da Polícia Federal, e ele também demandava que essa convocação pudesse ser transformada em convite. Ao mesmo tempo, ele disse que a CPI poderá ter todo o apoio possível e imaginável por parte da Polícia Federal. Ele inclusive deixará à disposição desta CPI exatamente o delegado que é especializado nesse tipo de investigação.

Eu louvo aqui a posição do Senador Izalci.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas queria ter certeza se a convocação do Ministro Haddad e também do Ministro da AGU também foram transformadas..

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Já é convite.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Beleza, beleza!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Passo, em seguida, a palavra para a nossa querida Senadora Damares, ressaltando que a Senadora apresentou três requerimentos. Ela não é membro da Comissão, mas eu os subscrevi, e a Relatora também.

Eu queria que V. Exa. se manifestasse, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Eu só quero cumprimentar o Senador Izalci pela iniciativa, porque eu acho que esta CPI vai caminhar dessa forma.. Eu estou muito animada.

E as autoridades estão manifestando preocupação com o tema. Não há necessidade da convocação. O convite eu acho que atende. Parabéns, Senador Izalci!

E aí, para mostrar essa boa vontade, houve o despacho de hoje, Soraya, o Despacho 2.344, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, que suspende – oh, gente! – a publicidade de *bets* para crianças e adolescentes. Eu acho que eu já me dou por satisfeita nessa CPI, mas isso mostra que as autoridades estão preocupadas com o tema; então, não há necessidade da convocação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Querida Relatora, Senadora Soraya Thronicke, por favor, com a palavra.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Senadoras, Senadores, colegas, imprensa e todos os servidores que estão aqui.. Eu gostaria de solicitar, Sr. Presidente, a inclusão extrapauta dos Requerimentos nºs 169 a 178 e 182 a 204, com o seguinte aditamento: para transformar todos eles em testemunhas, para a gente já se adiantar.

E destacar também, porque eu creio ser importante, que foi um consenso aqui entre nós facultar, em cada ofício de convocação, de convite, seja ele qual for, ao depoente o direito ao silêncio nas questões que poderão incriminá-lo, sendo-lhe facultado fazer-se assistir por um advogado ou advogada, na forma do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal.

Portanto, isso aqui nós já asseguramos aquilo que sempre se pede nas impetrações de *habeas corpos* – já é assegurado a todos.

As perguntas objetivas devem ser respondidas, como tramita, como caminha dentro do Judiciário, e aquelas que possam incriminar o depoente, ele não precisa falar.

Então, só para deixar bem claro o nosso respeito às prerrogativas de quem está sendo investigado, de quem está sendo ouvido. Então, isso é importante destacar, e nós, segundo aqui o nosso Presidente, nós vamos deixar muito claro isso em todo ofício convocatório.

É só isso mesmo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu pergunto se alguém tem alguma objeção a que a gente transforme os requerimentos de convocação em convite. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma manifestação em contrário, está aprovada a proposição do Senador Izalci.

Você quer falar, Senador Efraim?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Presidente, nessa linha, acho que é importante o encaminhamento do Senador Izalci. Eu só trago uma preocupação, e pedindo aqui a aquiescência da Relatora, para que a gente não tenha o expediente de extrapauta em cima da sessão, até porque isso vai adiante ser corriqueiro, e aí a

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente fica com um precedente muito perigoso. Então, acho que os requerimentos que foram apresentados agora, no dia de hoje.. Se os requerimentos foram apresentados no dia de hoje e não estão na pauta, a gente deixa para apreciar na próxima sessão deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, eu não tenho nenhum óbice quanto à sua solicitação, Senador Efraim.

Agora, eu tenho que submeter essa proposição do Senador Efraim à plenária.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Tem alguma coisa que os requerentes consideram emergenciais? Se não houver..

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora Damares, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Não tem nada polêmico nesses requerimentos extra, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Nada polêmico.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É só para dar formatação no nosso trabalho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Exato. Nada polêmico. Nada que foge do que já está colocado, inclusive alguns repetidos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Acatada a sua sugestão, Senador. Pela manifestação dos autores dos requerimentos extrapauta, não havendo nenhum óbice da plenária, eu acho que não tem problema a gente votar numa reunião subsequente.

Obrigado, Senador.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho votação em globo dos requerimentos pautados.

Nós temos aqui para.. Eles estão no nosso sistema, mas nós temos 92 requerimentos de informação, temos 31 convites e temos 79 convocações.

Eu solicito, se estamos todos prontos para votar em globo.. Alguém tem alguma objeção?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu queria dar ciência às Sras. e aos Srs. Senadores de que o item 150 foi retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ITEM 150

Requerimento Nº 160/2024

Convoca o senhor Ednaldo Rodrigues, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Autoria: Senadora Soraya Thronicke)

Em votação os requerimentos apresentados pelas Sras. e Srs. Senadores.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados:

1ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 1/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca o senhor Ricardo Liáo, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº 2/2024

Requer informações ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 3

Requerimento Nº 3/2024

Requer informações à empresa Zelu Brasil Facilitadora de Pagamentos Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 4

Requerimento Nº 4/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer informações à empresa ST Soft Desenvolvimento de Programa de Computadores Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 5

Requerimento Nº 5/2024

Requer informações à empresa Sports Entretenimento e Promoção de Eventos Esportivos Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 6

Requerimento Nº 6/2024

Requer informações à empresa PIX365 Soluções Tecnológicas Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 7

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 7/2024

Requer informações à empresa Pay Brokers Cobrança e Serviços em Tecnologia.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 8

Requerimento Nº 8/2024

Requer informações à empresa Pagfast EFX Facilitadora de Pagamentos S.A.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 9

Requerimento Nº 9/2024

Requer informações à empresa Neoway Soluções Integradas em Serviços Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 10

Requerimento Nº 10/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer informações à empresa JMJ Participações Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 11

Requerimento Nº 11/2024

Requer informações à empresa HSF Entretenimento e Promoção de Eventos.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 12

Requerimento Nº 13/2024

Requer informações à empresa Esportes Gaming Brasil Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 13

Requerimento Nº 14/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer informações à empresa Esporte da Sorte (HSF Entretenimento e Promoção de Eventos/ Esportes Gaming Brasil Ltda).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 14

Requerimento Nº 15/2024

Requer informações à empresa BUP Sociedade de Crédito Direto S.A.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 15

Requerimento Nº 16/2024

Requer informações à empresa BPX Sports & Games Entretenimento Ltda (Vai de Bet, BetPix365 e ObaBet).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 16

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 17/2024

Requer informações à empresa Bezerra Comunicação e Publicidade Ltda (Zeroumbet Plataforma Ltda).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 17

Requerimento Nº 19/2024

Convoca a senhora Maria Eduarda Quinto Filizola, sócia da Esportes da Sorte.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 18

Requerimento Nº 20/2024

Convoca a senhora Solange Alves Bezerra, mãe da influenciadora e advogada Deolane Bezerra.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 19

Requerimento Nº 21/2024

Convoca a senhora Marcela Tavares Henrique da Silva Campos, sócia da Esportes Gaming Brasil Ltda., na condição de investigada.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 20

Requerimento Nº 22/2024

Convoca o senhor José André da Rocha Neto, representante legal da BPX Bets Sports Group Ltda (VaideBet e Betpix365), na condição de investigado.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 21

Requerimento Nº 24/2024

Convoca o senhor Edson Antonio Lenzi Filho, diretor da Pay Brokers Cobrança e Serviços em Tecnologia Ltda, na condição de investigado.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 22

Requerimento Nº 25/2024

Requer informações ao Jockey Club Cearense.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 23

Requerimento Nº 26/2024

Convoca, na condição de testemunha, a senhora Edna Oliveira dos Santos, supostamente usada como "laranja" em possível fraude envolvendo o patrocínio da plataforma VaideBet ao Corinthians.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 24

Requerimento Nº 27/2024

Convoca a senhora Deolane Bezerra dos Santos, influenciadora digital, na condição de testemunha.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 25

Requerimento Nº 28/2024

Convoca o senhor Darwin Henrique da Silva, dono da empresa Caminho da Sorte, na condição de investigado.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 26

Requerimento Nº 29/2024

Convoca o senhor Paulo Gustavo Gondim Borba Correia de Sousa, Diretor Integrado Metropolitano da Polícia Civil de Pernambuco, na condição de especialista.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 27

Requerimento Nº 30/2024

Convoca o senhor Darwin Henrique da Silva Filho, CEO da Plataforma Esportes da Sorte, na condição de investigado.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 28

Requerimento Nº 32/2024

Convoca o senhor Boris Maciel Padilha, ligado à HSF Entretenimento e Promoção de Eventos, na condição de investigado.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 29

Requerimento Nº 33/2024

Convoca o senhor Alessandro Carvalho Libório, Secretário de Defesa Social de Pernambuco, na condição de especialista.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 30

Requerimento Nº 36/2024

Convoca a senhora Aislla Sabrina Truta Henriques Rocha, sócia-administradora da BPX Bets Sports Group Ltda (VaideBet), na condição de investigada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 31

Requerimento Nº 37/2024

Convida o senhor Alexandre Manoel Angelo da Silva, ex-secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria do Ministério da Fazenda, na condição de especialista.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 32

Requerimento Nº 38/2024

Requisita RIF da empresa Esporte da Sorte.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 33

Requerimento Nº 39/2024

Requisita RIF de Latam Gateway Serviços de Pagamento e Cobrança Ltda.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 34

Requerimento Nº 40/2024

Requisita RIF do Banco S2.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 35

Requerimento Nº 41/2024

Requisita RIF de ST SOFT Desenvolvimento de Programas de Computadores Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 36

Requerimento Nº 42/2024

Requisita RIF de BPX Sports & Games Entretenimento Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 37

Requerimento Nº 43/2024

Requisita RIF de PIX365 Soluções Tecnológicas Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 38

Requerimento Nº 44/2024

Requisita RIF de Pagfast EFX Facilitadora de Pagamentos S.A.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 39

Requerimento Nº 46/2024

Requisita RIF de JMJ Participações Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 40

Requerimento Nº 47/2024

Convoca o senhor Marcelo Araújo, responsável pela Comunicação e Relações Públicas da Blaze, na condição de testemunha.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 41

Requerimento Nº 48/2024

Convoca o senhor Miguel Duarte, Consultor Sênior de Marketing da Blaze, na condição de testemunha.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 42

Requerimento Nº 49/2024

Convoca o senhor Thiago Lima Rocha, sócio e administrador da Zelu Brasil Facilitadora de Pagamentos Ltda, na condição de investigado.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 43

Requerimento Nº 50/2024

Convoca a senhora Rayssa Ferreira Santana Rocha, sócia e administradora da Zelu Brasil Facilitadora de Pagamentos Ltda, na condição de investigada.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 44

Requerimento Nº 51/2024

Convoca o senhor Italo Tavares de Moura, sócio da ST Soft Desenvolvimento de Programas de Computadores Ltda, na condição de investigado.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 45

Requerimento Nº 52/2024

Convoca o senhor Djalma Junior dos Santos, sócio da ST Soft Desenvolvimento de Programas de Computadores Ltda, na condição de investigado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 46

Requerimento Nº 53/2024

Convoca o senhor Renato Márcio Rocha Leite, delegado-geral da Polícia Civil de Pernambuco, na condição de especialista.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 47

Requerimento Nº 54/2024

Convoca o senhor Pedro Ermírio de Almeida Freitas Filho, Vice-presidente de Agente Operador da Caixa Econômica Federal.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 48

Requerimento Nº 55/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca o senhor Kaio Augusto Silva Pacheco, sócio da Kasp Serviços Administrativos Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 49

Requerimento Nº 56/2024

Convoca o senhor Carlos César de Lacerda Júnior, sócio da Kasp Serviços Administrativos Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 50

Requerimento Nº 57/2024

Convoca a senhora Lucíola Aor Vasconcelos, ex-Vice-presidente de Agente Operador da Caixa Econômica Federal

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 51

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 58/2024

Convoca a senhora Dayse Henrique da Silva, investigada na Operação Integration.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 52

Requerimento Nº 59/2024

Convoca a senhora Maria Aparecida Tavares de Melo, investigada na Operação Integration.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 53

Requerimento Nº 60/2024

Convoca a senhora Maria Carmen Penna Pedrosa, investigada na Operação Integration.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 54

Requerimento Nº 61/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca a senhora Maria Bernadette Pedrosa Campos, investigada na Operação Integration.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 55

Requerimento Nº 62/2024

Convoca o senhor Eduardo Pedrosa Campos, investigado na Operação Integration.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 56

Requerimento Nº 63/2024

Convoca o senhor Thiago Heitor Presser, investigado na Operação Integration.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 57

Requerimento Nº 64/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca o senhor Ruy Conolly Peixoto, investigado na Operação Integration.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 58

Requerimento Nº 65/2024

Convoca o senhor Flavio Cristiano Bezerra Fabrício, investigada na Operação Integration.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 59

Requerimento Nº 66/2024

Requisita RIF da empresa BUP Sociedade de Crédito Direto SA.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 60

Requerimento Nº 67/2024

Requisita RIF da empresa Pay Brokers Cobrança e Serviços em Tecnologia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 61

Requerimento Nº 68/2024

Requisita RIF da empresa Zelu Brasil Facilitadora de Pagamentos Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 62

Requerimento Nº 69/2024

Requisita RIF de empresa Sports Entretenimento e Promoção de Eventos Esportivos Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 63

Requerimento Nº 71/2024

Convida o senhor José César da Costa, Presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 64

Requerimento Nº 72/2024

Convida o senhor André Rufino do Vale, Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 65

Requerimento Nº 73/2024

Convoca o senhor William Pereira Rogatto, empresário e apostador.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 66

Requerimento Nº 74/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convida o senhor Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 67

Requerimento Nº 75/2024

Convoca o senhor Dario Carnevalli Durigan, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 68

Requerimento Nº 76/2024

Convoca o senhor Fernando Haddad, Ministro da Fazenda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 69

Requerimento Nº 77/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca o senhor José Francisco Cimino Manssur, ex-assessor especial do Ministério da Fazenda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 70

Requerimento Nº 78/2024

Convoca o senhor Regis Alexandre Dudena, Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 71

Requerimento Nº 79/2024

Convoca a senhora Simone Aparecida Vicentini, Secretária-Adjunta da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 72

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 80/2024

Requisita informações à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 73

Requerimento Nº 81/2024

Convida o senhor Fábio Coelho, presidente do Google Brasil.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 74

Requerimento Nº 82/2024

Convida o senhor Márcio Borges Malta, CEO da Sorte Online e do NSX Group.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 75

Requerimento Nº 83/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convida o senhor César Roberto Ramos Junior, representante da Kaizen Gaming Brasil Ltda. (Betano)

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 76

Requerimento Nº 84/2024

Convoca o senhor Marcos Sabiá, CEO do site de apostas Galera Bet, na condição de testemunha.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 77

Requerimento Nº 85/2024

Convoca representante do Ministério da Educação envolvido na regulação do setor de apostas.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 78

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 86/2024

Convoca o Representante do Ministério da Saúde envolvido na regulação do setor de apostas.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 79

Requerimento Nº 87/2024

Convoca o Representante do Ministério da Justiça envolvido na regulação do setor de apostas

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 80

Requerimento Nº 88/2024

Convoca Representante legal da empresa Ventmear Brasil S.A. (Sportingbet)

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 81

Requerimento Nº 90/2024

Convoca os representantes legais da empresa Betfair Brasil Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 82

Requerimento Nº 91/2024

Convoca os representantes legais da empresa HS do Brasil Ltda. (Bet365)

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 83

Requerimento Nº 92/2024

Convida o senhor Cristiano Nabuco de Abreu, Médico no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 84

Requerimento Nº 93/2024

Convoca o senhor Jéferson Quintella, Secretário de Atenção à Saúde.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 85

Requerimento Nº 94/2024

Convoca a senhora Sônia Maria Barros, Diretora do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 86

Requerimento Nº 95/2024

Convida o senhor Ednei Nascimento da Silva, advogado no Conselho Administrativo de Defesa

Econômica (Cade).

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 87

Requerimento Nº 96/2024

Convida o senhor Anderson Nunes, "expert" no setor de marketing digital.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 88

Requerimento Nº 97/2024

Convida o senhor Mauricio de Oliveira Costa, Sócio-Administrador da Playtech Brasil Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 89

Requerimento Nº 98/2024

Convoca o Representante do Ministério do Esporte envolvido na regulação do setor de apostas

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 90

Requerimento Nº 99/2024

Convoca o Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 91

Requerimento Nº 100/2024

Convoca o Representante do Ministério do Desenvolvimento Social envolvido na regulação do setor de apostas.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 92

Requerimento Nº 101/2024

Requisita RIF da empresa Esportes Gaming Brasil Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 93

Requerimento Nº 102/2024

Requisita RIF da empresa Bezerra Comunicação e Publicidade Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 94

Requerimento Nº 103/2024

Convida o senhor Bruno Omori, Presidente do Instituto de Desenvolvimento, Turismo, Cultura, Esporte e Meio Ambiente (IDT-CEMA) e da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo (FHORESP).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 95

Requerimento Nº 104/2024

Convoca o senhor Jorge Messias, Advogado-Geral da União.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 96

Requerimento Nº 105/2024

Convida o senhor Nicolao Dino, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 97

Requerimento Nº 106/2024

Convoca o senhor Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-geral da Polícia Federal.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 98

Requerimento Nº 107/2024

Requisita RIF da empresa Neoway Soluções Integradas em Serviços Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 99

Requerimento Nº 108/2024

Requer informações ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 100

Requerimento Nº 109/2024

Convoca o senhor Carlos Manuel Baigorri, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 101

Requerimento Nº 110/2024

Convoca o senhor Alexandre Cordeiro Macedo, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 102

Requerimento Nº 111/2024

Convida o senhor Wadih Nemer Damous Filho, Secretário da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 103

Requerimento Nº 112/2024

Convoca a senhora Talita Lacerda, CEO da empresa Ana Gaming Brasil S.A.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 104

Requerimento Nº 113/2024

Convoca a senhora Vitória di Felice Moraes, influenciadora digital.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 105

Requerimento Nº 114/2024

Convoca o senhor Rodrigo Abrão de Carvalho Mussi Ivo, influenciador digital.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 106

Requerimento Nº 115/2024

Convoca o senhor Eliezer do Carmo Neto, designer e empresário.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 107

Requerimento Nº 116/2024

Convida o senhor Sérgio Pompilio, Presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar).

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 108

Requerimento Nº 117/2024

Convida os senhores José Roberto Tadros (presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC), Leandro Domingos Teixeira Pinto (vice-presidente financeiro da Confederação Nacional do Comércio - CNC) e Felipe Tavares (economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 109

Requerimento Nº 118/2024

Convida Magnho José Santos de Sousa, Wesley Callegari Cardia, Plínio Lemos Jorge e André Gelfi Thomaz, especialistas do setor de apostas.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 110

Requerimento Nº 119/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convida Aloísio Costa Júnior, envolvido em inovações digitais aplicadas às apostas.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 111

Requerimento Nº 120/2024

Requer informações à Estação do Seguro Corretora e Administração de Seguros Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 112

Requerimento Nº 121/2024

Convoca Alessandro Rosa Vieira (Falcão), sócio da empresa de apostas F12.bet.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 113

Requerimento Nº 122/2024

Convida Fábio Wolff e Renê Salviano, especialistas na área de marketing esportivo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 114

Requerimento Nº 123/2024

Requisita documentação à Plataforma Blaze (Prolific Trade N.V.),conforme detalhamento.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 115

Requerimento Nº 124/2024

Convida o senhor Roberto Campos Neto, ex-presidente do Banco Central do Brasil.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 116

Requerimento Nº 125/2024

Convida o senhor Isaac Sidney, Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 117

Requerimento Nº 126/2024

Convida o senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, ex-CEO do Banco Bradesco.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 118

Requerimento Nº 127/2024

Convida os senhores Luiz Cherman e Pedro Duarte, ambos do Departamento de Pesquisa Macroeconômica do Itaú Unibanco.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 119

Requerimento Nº 128/2024

Convida a senhora Vanessa Lobato Faria, vice-Presidente executiva responsável pela área de varejo do Santander, e o senhor Ruben Couto, Co-Head de Retail e Consumer Goods para a América Latina do Santander.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 120

Requerimento Nº 129/2024

Convida advogados estudiosos do setor de apostas, conforme listagem.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 121

Requerimento Nº 130/2024

Convida representantes de entidades internacionais dedicadas ao estudo dos efeitos das apostas, na condição de ESPECIALISTAS, para prestarem, por VIDEOCONFERÊNCIA.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 122

Requerimento Nº 131/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convida pesquisadores vinculados a entidades que analisam e debatem o setor de apostas e seus efeitos no Brasil.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 123

Requerimento Nº 132/2024

Convida os senhores Dr. Ciro Jorge (médico atuante no CAPS da Mooca e em centros para o público infanto-juvenil); Dr. Lúcio Mauro Alves da Silva (diretor terapêutico em uma clínica de São Bernardo do Campo); Dr. Fábio Cantinell (psiquiatra); Dra. Elizabeth Carneiro (especialista em dependência

química pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP); Dr. Hermano Tavares (departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP; Dr. Rodrigo Machado (pesquisador no Programa Ambulatorial Integrado dos Transtornos do Impulso - PRO-AMITI); Álvaro Machado Dias (neurocientista e professor livre-docente); e Vera Rita de Mello Ferreira (psicóloga especializada em psicologia econômica e psicanálise).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 124

Requerimento Nº 133/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convida os senhores Pablo Damaceno, diretor pedagógico da Escola da Vila; e Fermín Damirdjian, orientador educacional do ensino médio na Escola da Vila.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 125

Requerimento Nº 134/2024

Convida os senhores: Fernando Shayer, presidente da Camino School S.A.; e Letícia Lyle, diretora da Camino School.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 126

Requerimento Nº 135/2024

Convida os senhores: David Kallás (presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade - Anefac); Ricardo Steinbruch (presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - Abit); Giancarlo Greco (presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços - Abecs); Carlos André (presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima); Gustavo Chiarini Bastos (presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos - Abia); Paulo Solmucci (presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Abrasel); Flávio Lara Resende (presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - Abert); Rafael Marchetti Marcondes (Representante legal da Associação Brasileira de Fantasy Sports - ABFS);

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Celso Niskier (presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior - ABMES); Basílio Perez (presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações - Abrint); João Galassi (presidente da Associação Brasileira de Supermercados - Abras); Gisela Lucas de Araújo Lopes (presidente da Fecomércio-SP); Jorge Gonçalves Filho (presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo - IDV); Eduardo Terra (presidente executivo da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo - SBVC).

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 127

Requerimento Nº 136/2024

Requisita RIF de Eduardo Pedrosa Campos.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 128

Requerimento Nº 137/2024

Requisita RIF de Maria Carmen Penna Pedrosa.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 129

Requerimento Nº 138/2024

Requisita RIF de Ruy Conolly Peixoto.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 130

Requerimento Nº 139/2024

Requisita RIF de Thiago Heitor Presser.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 131

Requerimento Nº 140/2024

Requisita RIF de Jockey Club Cearense.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 132

Requerimento Nº 141/2024

Requisita RIF da empresa Estação do Seguro Corretora e Administração de Seguros Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 133

Requerimento Nº 142/2024

Requisita RIF da empresa Lotérica Sorte Grande de Franca Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 134

Requerimento Nº 143/2024

Requisita RIF do senhor Darwin Henrique da Silva Filho.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 135

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 144/2024

Requisita RIF do senhor Italo Tavares de Moura.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 136

Requerimento Nº 145/2024

Requisita RIF do senhor Djalma Junior dos Santos.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 137

Requerimento Nº 146/2024

Requisita RIF da senhora Marcela Tavares Henrique da Silva Campos.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 138

Requerimento Nº 147/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requisita RIF da senhora Maria Eduarda Quinto Filizola.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 139

Requerimento Nº 148/2024

Requisita RIF do senhor Edson Antonio Lenzi Filho

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 140

Requerimento Nº 149/2024

Requisita RIF da senhora Rayssa Ferreira Santana Rocha.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 141

Requerimento Nº 150/2024

Requisita RIF do senhor Thiago Lima Rocha.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 142

Requerimento Nº 151/2024

Requisita RIF do senhor Boris Maciel Padilha.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 143

Requerimento Nº 153/2024

Requisita RIF do senhor José André da Rocha Neto.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 144

Requerimento Nº 154/2024

Requisita RIF da empresa Edscap Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 145

Requerimento Nº 155/2024

Requisita RIF da empresa X1 Brasil Promoção de Eventos Esportivos Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 146

Requerimento Nº 156/2024

Requisita RIF da empresa ZRO Instituição de Pagamentos S.A.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 147

Requerimento Nº 157/2024

Requisita RIF da empresa Loteria Super Milionária Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 148

Requerimento Nº 158/2024

Requisita RIF da empresa K.J Participações Ltda.

Autoria: Senador Izalci Lucas

1ª PARTE

ITEM 149

Requerimento Nº 159/2024

Convoca a senhora Pâmela de Souza Drudi, esposa de Fernando Oliveira Lima, influenciadora e embaixadora da Bet7K.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 151

Requerimento Nº 161/2024

Convoca o senhor Kaká Diniz, Empresário e CEO da Non Stop.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 152

Requerimento Nº 162/2024

Convoca o senhor Boris Maciel Padilha, empresário e proprietário da HSF Entretenimento Promoção de Eventos.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 153

Requerimento Nº 163/2024

Convoca o senhor João Studart, CEO Bet Nacional - Empresa de apostas.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 154

Requerimento Nº 164/2024

Convoca o senhor Guilherme Augusto Figueiredo, Country Manager da Betano - Plataforma de apostas esportivas online.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 155

Requerimento Nº 165/2024

Convoca o senhor Presidente da Blaze Apostas On-Line - Plataforma de jogos e apostas online.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 156

Requerimento Nº 166/2024

Convoca o senhor Paulo Jose Iasz de Morais, advisor e membro do Conselho de Administração da empresa BIG BRAZIL International Gaming.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 157

Requerimento Nº 167/2024

Convoca o senhor André Feldman, CEO da Big Brazil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 158

Requerimento Nº 168/2024

Convoca senhor Felipe Domenico Negri, representante da Pinbank Brasil.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 159

Requerimento Nº 169/2024

Convoca a senhora Fernanda Sant Ana Lacerda da Silva, representante da Pinbank Brasil.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 160

Requerimento Nº 170/2024

Convoca o senhor Thiago Preihs Pinto, representante da Pinbank Brasil.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 161

Requerimento Nº 171/2024

Convoca o senhor Fernando Oliveira Lima (Fernandin OIG), empresário e CEO da One Internet Group.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 162

Requerimento Nº 172/2024

Convoca o senhor Luan Kovarik (Jon Vlogs), influenciador digital e criador da JonBet.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 163

Requerimento Nº 173/2024

Convoca a senhora Gessica Kayane Rocha de Vasconcelos (Gkay), atriz e influenciadora digital.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 164

Requerimento Nº 174/2024

Convoca a senhora Adélia Soares, advogada de Deolane Bezerra, influenciadora digital.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 165

Requerimento Nº 175/2024

Convoca a senhora Jordana Gleise de Jesus Menezes (Jojo Todynho), cantora e personalidade da mídia.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 166

Requerimento Nº 176/2024

Convoca o senhor Wesley Oliveira da Silva (Wesley Safadão), cantor e influenciador digital.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 167

Requerimento Nº 177/2024

Convoca o senhor Everson de Brito Silva (Tirulipa), humorista e influenciador digital.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

ITEM 168

Requerimento Nº 178/2024

Convoca o senhor Marcus da Silva, diretor do grupo Entain e proprietário, no Brasil, do site de apostas Sportingbet.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke)

Eu queria passar a palavra para qualquer membro da Comissão que queira dela fazer uso.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Só para ter ciência, foram aprovados aqueles que constam da pauta de hoje, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Da pauta de hoje, conforme sua solicitação e aprovação pelo nosso Plenário.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeito. Obrigado, Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Solicito, se alguma das Sras. e dos Srs. Senadores quer se manifestar acerca do assunto tratado aqui nessa reunião..

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Quero, sim, Presidente. Eu quero manifestar o seguinte: eu li os requerimentos na pauta. Eu estou muito feliz, Senadora Soraya, com a forma como os membros estão apresentando requerimentos que de verdade vão nos dar respostas. E para aqueles que ainda acham, Soraya, "há necessidade dessa CPI?", há. Eu só queria fazer uma manifestação, um exemplo dessa semana.

Um campeonato de vôlei juvenil, os pais foram para o campeonato: na hora de entrar para comprar o ingresso – escutem isso, Senadores –, o ingresso você não comprava na portaria, na bilheteria. Você tinha que entrar num aplicativo de jogo, aí você compra o ingresso, sai o QR *code,* e fica um saldo de R$25 pra você jogar. Um jogo juvenil, eles já estão levando.. Inclusive, pra você entrar em jogos de vôlei, você tem que fazer uma entrada num aplicativo. Isso é ou não é busca ativa de adolescente? Então, essa CPI, sim, vai ter muito trabalho e ela é necessária.

Eu precisava fazer esse registro, Soraya.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Damares.

Eu também queria aproveitar para fazer uma referência a essa CPI. Essa CPI não é contra Governo, não é a favor de Governo. Essa CPI, meu querido Senador Humberto Costa, é a favor da sociedade. Nós que somos médicos, nós estamos sentindo que a sociedade está adoecendo por conta de uma falta de regulamentação nessa atividade, que é uma atividade que existe em todos os países, mas que infelizmente nós precisamos regulamentar com muita responsabilidade para proteger a sociedade. É para isso que nós estamos aqui. Nós não vamos espetacularizar nada aqui. Vamos fazer tudo aqui com muita responsabilidade e com muita seriedade, como o caso requer.

A senhora solicitou a palavra, Senadora Soraya?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vênia ao nosso colega Efraim apenas para três

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimentos, porque eu acredito que isso pode acelerar nossos trabalhos, considerando o tempo exíguo que nós temos durante uma CPI. São os requerimentos de convite ao Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil, cujo nome é Otávio Damaso; ao Delegado da Polícia Federal.. da Polícia do Distrito Federal Dr. Erick Salum; e ao Delegado de Polícia do Estado de Pernambuco Paulo Gondim. Segundo nossas tratativas internas, seriam somente esses três.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O Gondim já foi aprovado nos seus. O.k.

Por quê? Para iniciarmos os trabalhos com esse suporte.

São pessoas que vêm trazer informações, não são testemunhas, não são investigados. Então, nesse sentido, acredito que, para o bom andamento e agilidade na CPI, seria importante. Por isso, estou pedindo vênia aqui.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Parece-me que já tem um que já foi aprovado no rol do Senador Izalci.

Eu vou.. Senadora, tudo bem. Eu acho que você está fazendo esse apelo. Agora que não fique como precedente, Presidente, porque é muito complicado pra nós que somos Senadores chegar aqui e ser votado um requerimento de que não tínhamos sequer conhecimento. Esse é um procedimento que pode gerar uma situação muito desconfortável numa Comissão de Inquérito. Está certo? A gente tem que ter essa responsabilidade. Trata-se de uma Comissão de Inquérito e serem votados extrapauta temas de que sequer tínhamos conhecimento não é o melhor dos procedimentos a ser adotado pela Mesa, mas, diante do apelo da Senadora pra esses casos específicos, nós vamos fazer essa aquiescência muito pontual.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Solicito ao Plenário se há algum óbice em nós acatarmos a solicitação da Relatora. (*Pausa.*)

Acatada, Senadora Soraya.

Eu acho que a senhora..

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Qual é o número aí?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – É o 193 e o 194, Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil e Erick Salum, Delegado da Polícia do Distrito Federal.

Agradeço ao Senador Efraim e concordo com V. Exa. Creio que realmente.. Mas aqui, dando essa publicidade agora..

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Antes de a senhora continuar, eu queria solicitar que aqueles que concordam com a proposição da Senadora Soraya permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos extrapauta, com as ressalvas do Senador Efraim.

(São os seguintes os itens aprovados:

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 169

Requerimento Nº 193/2024

Convida o Senhor Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 170

Requerimento Nº 194/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convida o Senhor Erick Salum, Delegado de Polícia do Distrito Federal.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke)

Pois não, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Creio que estamos caminhando já para o final desta reunião.

Eu gostaria de apresentar dois vídeos que circulam nas redes sociais, lembrando aqui, Senadora Damares, que, quando essas propagandas dessas *bets* ilegais aparecem pra gente nas nossas redes sociais, muitas delas estão dando um bônus também: "Bônus de R$1 mil pra você fazer um mês de experiência". A pessoa, com esses R$1 mil, faz 2 mil, 3 mil, 4 mil e se empolga. E tem prêmios relâmpagos que vocês vão poder observar agora nesses vídeos.

São nessas ocasiões, nessas situações, que estão indo os recursos das famílias brasileiras, e muitas estão indo à bancarrota, muitos jogadores já com vício estão pedindo dinheiro emprestado para agiotas. Isso é muito grave. E todo esse recurso também, que é vultoso, está saindo do mercado brasileiro, está sendo simplesmente rasgado. Então, são bilhões e bilhões e bilhões de reais que estão saindo do nosso comércio, das atividades. E, com isso, o comércio e o setor de serviços estão sentindo muito.

Então, eu gostaria de terminar, para que possamos analisar, diante desses vídeos, a situação em que o Brasil se encontra e para quem estão indo esses recursos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, esse primeiro vídeo, ao que tudo indica, é do dono do Tigrinho. E ali também, junto com ele, tem um *influencer* que, se eu não me engano, já foi convocado, nos seus requerimentos, Senador Izalci.

E o próximo vídeo a que nós vamos assistir é do Tirullipa. Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Diante.. Esse aí não é o do Tirullipa?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – É o do Tirullipa. Não, é porque tinha um que aparecia o rosto dele com as crianças.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – O.k., o.k.

Sr. Presidente, diante da sua ideia de convocarmos, convidarmos – perdão – um técnico e, a cada reunião, termos duas pessoas, eu sugiro que comecemos com os donos do Tigrinho.

Esta é a minha sugestão apenas, se isto for possível: a primeira oitiva com o dono do Tigrinho. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Antes de colocar essa sugestão em votação, eu queria também colocar para os nossos Srs. Senadores e Senadoras que nós precisamos ter acompanhamento aqui de órgãos de controle que vão nos auxiliar muito nos nossos trabalhos.

Eu sugeriria a aprovação de vocês para que nós oficializássemos uma solicitação da presença de um membro da AGU, da Receita Federal, do TCU, da Polícia Federal, do Coaf e do Ministério Público Federal. Se alguém tiver alguma sugestão para adicionar a essa lista, que possa fazê-lo para que nós possamos imediatamente encaminhar os ofícios solicitando as presenças dessas instituições, acompanhando todo o trabalho da nossa Comissão.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu sugiro também o 29, o 33, o 53, que são, exatamente, o Diretor Integrado Metropolitano da Polícia Civil de Pernambuco, o Secretário de Defesa Social também de Pernambuco e o Diretor-Geral da Polícia Civil de Pernambuco, porque eles já têm muita informação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas para acompanhar tudo?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, não. Seria para a primeira oitiva aí.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ah, pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendeu?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Para acompanhar..

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso, é mais a oitiva.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Para acompanhar, eu acho que é suficiente o encaminhamento do ofício..

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Isso, ótimo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – .. e eles indicam, provavelmente, uma pessoa especializada, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É, porque.. Veja bem, eu sugeri um acompanhamento e ele está sugerindo já uma agenda da nossa próxima reunião. Eu não tenho nenhum óbice, não sei se alguém tem algum óbice sobre esses nomes sugeridos, até porque pode, eventualmente, o convocado avocar para si o direito de ficar calado aqui e a gente pode ter três outros convidados aqui que podem nos ajudar nas investigações.

Submeto aos Srs. e Sras. Senadoras se está aprovada já essa nossa agenda da próxima reunião, do convocado e dos demais convidados sugeridos pelo Senador Izalci Lucas.

Quem estiver de acordo permaneça como se acha. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também coloco em votação os requerimentos solicitando acompanhamento pelas entidades sugeridas aqui para acompanhar todos os nossos trabalhos até o final desta Comissão.

Está todo mundo de acordo? (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu indago a algum Senador ou Senadora se quer fazer alguma manifestação em relação aos nossos trabalhos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu só quero ressaltar aqui que o plano de trabalho da Senadora Soraya realmente ficou muito bem elaborado. Acho que, com esses requerimentos aprovados aqui, a gente vai conseguir ter um resultado muito bom, principalmente também com relação à mudança da legislação. Acho que a CPI sempre nos dá elementos pra gente melhorar a legislação, melhorar a fiscalização, pra poder realmente inibir esses abusos que estão sendo cometidos.

Então, parabéns, Soraya, pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Alguém mais quer se manifestar? (*Pausa.*)

Senador Efraim? (*Pausa.*)

Ilustre Relatora? (*Pausa.*)

Antes de encerrarmos, gostaria de submeter ao Plenário o texto com normas de funcionamento da Comissão, como já foi disponibilizado aos assessores designados para acompanhar os trabalhos junto à Secretaria. É uma praxe das CPIs detalhar o funcionamento da Comissão, retomando as principais regras regimentais e apresentando regras complementares sobre inscrições para oitivas e tempo de fala, por exemplo.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 26, na próxima terça-feira, de novembro, às 11h, conforme já havíamos combinado na nossa primeira reunião.

Um bom dia a todos. Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1656418574

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA CPI DAS BETS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a CPI das BETS com a presença dos Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Marcos Rogério, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Carlos Viana e Ciro Nogueira, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Augusta Brito, Wilder Morais, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Zenaide Maia e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Efraim Filho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 179 de 2024** que: "Convoca o senhor Giovanni Rocco Neto, Secretário Nacional de Apostas Esportivas." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Retirado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 182 de 2024** que: "Convoca o senhor Nivaldo Batista Lima (Gusttavo Lima)." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 183 de 2024** que: "Requer informações à empresa GSA Empreendimentos e Participações Ltda." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 184 de 2024** que: "Requer informações à empresa Balada Eventos e Produções Ltda." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 186 de 2024** que: "Transferência de sigilo - RIF Balada Eventos e Produções LTDA" **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 187 de 2024** que: "Requisita RIF de Nivaldo Batista Lima (Gusttavo Lima)." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 188 de 2024** que: "Convida o senhor Eder Ziomek, da empresa UpBet." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 189 de 2024** que: "Convida o senhor Ricardo Rezende, da empresa Multibet." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 190 de 2024** que: "Convida o senhor Hazenclever Lopes Cançado, da Loterj." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Retirado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 191 de 2024** que: "Convida o Senhor Daniel Menegasso, Diretor da Pix2Pay (PixtoPay)." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 192 de 2024** que: "Convida a Senhora Andrea Magalhães, pesquisadora do Laboratório de Regulação Econômica da UERJ." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 195 de 2024** que:

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Convida o Senhor Paulo Gondim, Delegado de Polícia do Estado de Pernambuco." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 196 de 2024** que: "Convida o representante da Associação Brasileira de Apostas Esportivas (Abraesp)." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 197 de 2024** que: "Convida a senhora Helena Moura, Psiquiatra e Professora da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília (UNB)." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 198 de 2024** que: "Convida o senhor Rodrigo de Grandis, professor da FGV." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 199 de 2024** que: "Convida representante do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 200 de 2024** que: "Convida o senhor Hermano Tavares, psiquiatra e professor associado do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 201 de 2024** que: "Convida representante do Laboratório de Direito das Novas Tecnologias e Modelos de Negócios Disruptivos da USP (NPD TechLab)." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 202 de 2024** que: "Convida o senhor Carlos Manuel Baigorri, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 203 de 2024** que: "Convida o senhor Regis Alexandre Dudena, Secretário da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 204 de 2024** que: "Convida o senhor Wadih Nemer Damous Filho, Secretário da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 205 de 2024** que: "Convida o senhor Felipe Neto." **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 206 de 2024** que: "Convida o Sr. Ricardo Gazel, chefe da Assessoria Econômica do Vice-Presidente de Planejamento e Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)." **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 207 de 2024** que: "Convida o Dr. Antônio Geraldo da Silva, médico psiquiatra, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), coordenador e criador da campanha nacional setembro amarelo." **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 209 de 2024** que: "Convida o Senhor Pierpaolo Cruz Bottini, Professor de Direito Penal da USP." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 210 de 2024** que: "Convoca o senhor Ernildo Júnior Farias, CEO da Pixbet, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado como convite.. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 212 de 2024** que: "Convida o Senhor Rodrigo Azambuja

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Martins, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro" **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 213 de 2024** que: "Convida o Senhor Thiago Henrique Cunha Basílio, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 215 de 2024** que: "Convida o senhor Lucimério Barros Campos, Delegado de polícia do Estado de Alagoas." **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO Nº 232 de 2024** que: "Convida o senhor Fernando Oliveira Lima, empresário e CEO da One Internet Group (OIG)." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Depoimentos**. **Finalidade:** Depoimentos. Oitiva de Erik Salum, Delegado de Polícia do Distrito Federal, em atendimento ao requerimento 194/2024; de Paulo Gustavo Gondim Borba Correia de Sousa, Delegado e Diretor Integrado Metropolitano da Polícia Civil de Pernambuco, em atendimento ao requerimento 29/2024; de Fernando Oliveira Lima, CEO da empresa One Internet Group - OIG, em atendimento aos requerimentos 171/2024 e 232/2024; de Marcus Vinicius Freire de Lima e Silva, Diretor do Grupo Entain e Proprietário do Sportingbet, em atendimento ao requerimento 178/2024; e de João Studart, CEO da empresa Bet Nacional, em atendimento ao requerimento 163/2024. **Resultado:** Depuseram o Sr. Erik Salum, o Sr. Paulo Gustavo Gondim Borba Correia de Sousa (convidados) e o Sr. Fernando Oliveira Lima (convocado). O Sr. Marcus da Silva e o Sr. João Studart não compareceram (convocados). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da CPI das BETS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/11/26

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da CPI das Bets, criada pelo Requerimento nº 680, de 2024, para investigar, no prazo de 130 dias, a crescente influência dos jogos virtuais de apostas *online* no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Dou ciência às Sras. e Srs. Senadores que nós vamos ter uma reunião dividida em duas partes. A primeira parte, deliberação dos requerimentos; e a segunda parte serão as oitivas dos convidados e convocado.

Nós temos aqui, em pauta, 29 requerimentos, sendo 21 convites – registrando-se que o Requerimento 190, de 2024, foi retirado pela autora –, três convocações, dois requerimentos de informação, dois pedidos de relatório de inteligência financeira ao Coaf.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 190, DE 2024

Convida o senhor Hazenclever Lopes Cançado, da Loterj.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo ao detalhamento dos requerimentos. (*Pausa.*)

Eu passo... O nosso Vice-Presidente, Alessandro Vieira, tem um requerimento em relação à presença do Sr. Giovanni Rocco, Secretário Nacional de Apostas Esportivas e Desenvolvimento Econômico do Esporte, do Ministério do Esporte.

Ocorre que nós recebemos aqui um ofício à Comissão dando ciência... de autoria do Sr. Giovanni, em que ele nos dá ciência de que está à disposição desta Comissão pra fazer os esclarecimentos necessários. E como já havia um convite ao Sr. Giovanni Rocco, eu solicito ao nosso Vice-Presidente que se manifeste em relação a essa solicitação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Perfeito, Sr. Presidente. O convite atende a demanda; não há necessidade de convocação. Seria automaticamente retirado o requerimento.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está retirado o requerimento.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 179, DE 2024

Convoca o senhor Giovanni Rocco Neto, Secretário Nacional de Apostas Esportivas.

Autoria: Senador Alessandro Vieira)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, no início dessa discussão sobre a questão das *bets*, eu tentei pedir informações através da Comissão de Fiscalização do Senado e através de contatos mesmo. Pedi informações, através da Comissão de Fiscalização, ao Presidente do Banco Central, Roberto Campos; e os

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados que me deu são assustadores: o Bolsa Família é utilizado indiscriminadamente em relação às apostas. E o pior disso tudo é que, de 100% apostados, só 0,8% voltava para os apostadores; 99,2% ficavam com as plataformas de aposta. Isso é um dado.

A presença do Presidente, do Roberto Campos, aqui, nesta Comissão, é muito importante para a população brasileira ter noção do que está se passando, porque, às vezes, a gente apresentar um papel é frio, mas a palavra das pessoas é muito mais forte.

Uma outra pessoa que era importante estar presente nesta Comissão é o Presidente da Febraban, que fez um levantamento de apenas oito bancos. Nós temos mais de 200 instituições, e o que a Febraban me passou são realmente números que nos alarmam.

Um outro setor importante é a Confederação Nacional do Comércio. Eu tive o depoimento de uma pessoa que eu... politicamente a gente pensa de forma diferente, mas todos nós pensamos no Brasil: o empresário dono da Havan. Ele me relatou que o diretor de recursos humanos da Havan... As pessoas estão pedindo a conta pra receber indenização pra poder pagar dívida de jogo.

Então, a gente tem que começar a ver primeiro como é que está esse quadro na economia dos brasileiros, pra depois nós partimos pra cima de quem está causando esse tipo de problema.

Ontem, eu vi – e me assusta – que uma das *bets* pagou 30 milhões e se regularizou. Não é questão de se regularizar; é se regulamentar. Se regularizar é uma coisa; se regulamentar quem vai poder, quem vai jogar, qual é o tipo de jogo... Você abre um *site* desse hoje e é um cassino. Tem gente que é contra o cassino presencial. Ora, o cassino presencial é muito mais fácil você fiscalizar do que você fiscalizar uma plataforma *online*, em que você não sabe o que está sendo feito do outro lado.

A hipocrisia é grande, que é contra... Ora, o cassino presencial gera emprego, você tem como fiscalizar, você está olhando... É uma diferença muito... Há um investimento pra que se tenha isso, se gera emprego...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a questão das *bets*, se a gente não passar a ouvir primeiro, pra criar uma opinião e a população ficar sabendo o que é que está acontecendo de fato – e isso a gente não está conseguindo passar através da imprensa...

Então, a presença do Roberto Campos, a presença do Presidente da Federação dos Bancos, a presença da Confederação Nacional do Comércio, a presença de pessoas que possam dizer o que é que está acontecendo na economia brasileira, em relação aos jogos *online*, é muito mais importante do que estar ouvindo A, B ou C, antes que a gente crie e forme uma opinião dentro da cabeça dos brasileiros sobre o porquê desta CPI, pura e simplesmente. Até porque a forma de controle que o Governo Federal tem que ter tem que ser bastante rigorosa em relação a isso. Você proibir: "Não, você, com o seu dinheiro, não vai poder jogar"... Não é assim que se faz, não vai ser dessa forma. Mas, primeiro, a população brasileira tem que saber o que é que está acontecendo de fato, e quem pode dar essas informações são números, coisas reais. Não é disse me disse.

Os números da Febraban são assustadores; os números do Banco Central são assustadores; os números da Confederação Nacional do Comércio são assustadores.

Depoimentos de empresários sobre o que está acontecendo com os trabalhadores, pedindo a conta pra poder receber indenização pra pagar jogos, e a destruição de famílias que está acontecendo, isso aí pode fazer uma movimentação para que a população, a imprensa nacional possa olhar com mais carinho esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Caso contrário, nós estaremos falando aqui para o deserto. Ninguém vai dar atenção à gente, e disso não vai sair uma linha em lugar nenhum, porque esses dados têm que ser compartilhados com a sociedade e com a imprensa brasileira.

Era isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Omar.

Eu queria dar ciência às Sras. e aos Srs. Senadores de que essa solicitação já foi acatada. Nós havíamos conversado antes, e conversei com o Presidente Roberto Campos. Ele está fora do

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, mas me falou que, a partir do dia 9, está à disposição da nossa Comissão pra esclarecer o impacto dessa jogatina no país, na economia do povo brasileiro.

Parabéns, Senador Omar, pela colocação.

Passo, em seguida, a palavra ao nosso Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, Dr. Hiran; Senadora Soraya, nossa Relatora; nosso Vice-Presidente, querido amigo sergipano, Alessandro Vieira.

Olha, há aproximadamente um ano, esse projeto da regulamentação das *bets* chegou ao Senado. Vai fazer um ano, no próximo mês, que foi aprovado. Até então, não sei o que está acontecendo: nunca foi regulamentado nem normatizado até então – um ano está fazendo.

Então, Sr. Presidente, Sra. Relatora, quem deveria estar aqui sentado nesta CPI, pra dar início...

Viu, Presidente Hiran? Eu quero a questão de uma opinião.

Quem deveria estar sentado, primeiro, pra ser ouvido nesta CPI são os membros do Governo, porque tem um ano que foi aprovado no Senado, e até então não falaram nada. Quer dizer, agora estão saindo os DARFs, os DRUs para pagar os 30 milhões. Sim, mas cadê as normas pra população ficar sabendo? Cadê a regulamentação? O Senador Omar Aziz foi muito feliz nisto: ninguém sabe nada.

É a mesma coisa quando dizem: o álcool é proibido. Claro! Muita gente não bebe álcool porque vira alcoólatra. Daqui a pouco não se joga, porque vem a ludopatia. Então, se você brincar, são práticas similares, tudo fruto do vício.

Então, se você normatiza, você regulamenta... É a mesma coisa: o álcool não é regulamentado? Porque criança não pode tomar álcool antes de tal idade. Então, nós podemos fazer isso.

Eu me lembro de que, quando eu fui o Relator dessa matéria no Senado e cheguei a estudar...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O cigarro.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O cigarro é outro caso também. Exatamente! Quanto ao cigarro, tem na carteira: é proibido fumar, porque dá câncer. Então, vai botar na tela de uma televisão, que seja... Porque vocês vejam...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não tem mais propaganda de cigarro na televisão.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Acabou.

A gente vê hoje que as *bets* viraram uma parte econômica pesada da economia mundial. Me parece que, dos 20 maiores países do mundo, só tem a Nova Zelândia e a Arábia Saudita que ainda não têm os jogos regulamentados, regularizados. Aqui no Brasil, é o contrário. Nós passamos um ano com essa matéria aprovada e até então não foi regulamentada.

Então, eu queria, Sr. Presidente, que V. Exa. antecipasse os próximos depoimentos, ou oitivas, ou convocações, ou convites da equipe do Governo, para que aqui se sentasse, em frente a nós e às câmaras de televisão do Brasil, e explicasse por qual motivo tem um ano que estamos sem essa regulamentação e essa normatização efetiva. Não adianta culpar somente os *players*, as casas de apostas, porque as casas de apostas já existiam no Brasil bem antes de esse projeto ser aprovado – projeto, inclusive, oriundo do Governo, é importante que se diga. Eu fui o Relator de um projeto oriundo do Governo, que saiu da Câmara e veio para cá.

Hoje, estão crucificando muito somente as casas de apostas, como se elas fossem os grandes algozes, mas o Congresso deu o viés de regulamentar. O Congresso fez a sua parte. E nós estamos precisando urgentemente que se puna quem tiver erro, mas também não podemos colocar todos no mesmo balaio, como se todos fossem errados, como se todos cometessem crime no Brasil.

Seria importante, Sr. Presidente, que meu requerimento oral pudesse ser acatado por V. Exa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Acatado, querido Senador Coronel. Inclusive, queria lhe dar ciência de que todos os setores do Governo envolvidos já foram, primeiro, convocados – através de convocação feita pelo nosso Senador Izalci –, e essa convocação foi transformada em convite, porque todos se dispuseram a vir à Comissão quando solicitados.

Nós também deliberamos que podemos fazer, inclusive, sessões nas terças e quintas, pra podermos dar um pouco mais de celeridade a esta Comissão, porque nós temos praticamente mais duas semanas de trabalhos aqui no Senado e vamos...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – É uma coisa muito rápida.

Eu acho que essas falas – tanto a do Senador Omar Aziz quanto os comentários e a fala do Senador Angelo Coronel – são de extrema pertinência. Nós precisamos regulamentar, concluir essa regulamentação.

Veja, o pior dos cenários é o que nós vivemos, o período em que a lei foi aprovada e até agora, porque nós não temos uma regulamentação que cria o cadastro para impedir aqueles que já ultrapassaram o limite e que já caminham para o vício, e nós não conseguimos identificar quais empresas estão utilizando servidores próprios para poder fazer manipulação dos cálculos, para poder tirar vantagem e enganar o apostador; ou seja, a regulamentação, além de tirar milhares de pessoas a possibilidade de jogar, define como é que as pessoas vão jogar e define a regra como o jogo vai ser praticado. Portanto, o pior dos mundos é a inexistência de regulamentação e é o melhor dos mundos para aqueles que estão ganhando muito dinheiro sem a regulamentação, certo?

Então eu acho que esta Comissão tem um papel fundamental no sentido de a gente apressar e exigir que essa regulamentação se dê no menor espaço de tempo possível e que todas as empresas de jogos que não estiverem submetidas à regulamentação ou, se não estiver

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentado, que saia daqui uma recomendação que se suspenda até a regulamentação ser finalizada, para que a gente possa ter um recomeço dentro da lei com a regulamentação inicial, que deve continuar se aperfeiçoando na medida em que se for ganhando experiência sobre esse tipo de atividade econômica no país.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Passo em seguida, rapidamente, à nossa Relatora, para se manifestar sobre os requerimentos apresentados por ela.

A senhora tem uma exceção ao Requerimento nº 20, cujo convocado se manifestou disponível para atender à solicitação desta Comissão a qualquer tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu, inclusive, estou aqui à disposição para a gente fazer duas reuniões semanais para que a gente possa contemplar a sua sugestão, meu querido, Senador Angelo Coronel.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, contribuindo com o Senador Angelo Coronel, as *bets* que eu... Primeiro, eu sempre venho falando da regulamentação, mas tem que ter um responsável por permitir o que está acontecendo no Brasil hoje. E até agora nós não estamos atrás do responsável, nós estamos atrás de quem está fazendo. Quem está fazendo... Quando a pessoa comete um crime e não é punido, o responsável pela não punição é quem deveria punir. Não é só o criminoso, não.

E aqui eu não estou criminalizando, mas eu estou achando que, realmente, depois de um ano de a gente ter aprovado aqui, ter discutido arduamente... Naquela época, se falava que o Brasil iria arrecadar 15 bilhões por ano. Faz um ano então, e nós já perdemos 15 bilhões. E a gente está ouvindo o Governo falar que vai ter que cortar 6 bilhões para que possa se adequar

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao arcabouço fiscal. Então se nós perdemos 15 bilhões, os 6 bilhões mais 8 bilhões que sobrariam dariam tranquilamente para você não estar falando em corte, em nada.

Então, veja bem, tem quem comete o ilícito e quem permite que o ilícito continue sendo cometido. E nós temos que ir atrás de quem está permitindo que o ilícito seja cometido, seja quem for. Não dá para fazer uma CPI só dizendo assim: "Ah, esse cara está cometendo o ilícito e tal". Não. Quem está permitindo isso agora? Quem são os órgãos do Governo Federal que tinham obrigação de não estar permitindo que isso acontecesse?

O Presidente Lula – isso eu disse a ele –, lá atrás, ele fechou os bingos, que geravam milhares de empregos no Brasil. Fechou todos os bingos. Geravam milhares de empregos. Foi lá, num dia, e disse: "Olha, a partir de hoje, nenhum bingo funciona no Brasil". Hoje nós não temos um bingo funcionando no Brasil; nós temos um cassino *online* funcionando, que tem todos os tipos de jogos imagináveis e inimagináveis pela população.

Então, não é só quem está cometendo o ilícito, é quem está permitindo que o ilícito permaneça, e disso nós temos que ir atrás também.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, nós temos diversos pedidos de informações.

Acho que, nessas colocações que estão sendo feitas, nós deveríamos, então, fazer um requerimento de informação, porque não adianta, vamos ver se as informações já são suficientes, antes de convocá-los aqui. Mas nós podemos fazer, sim, um requerimento de informação sobre tudo isso – por que não regulamentou, por que não fez isso, por que não fez aquilo – tanto ao Ministro da Fazenda, principalmente... Mas eu digo, a gente ganharia muito tempo com essas informações. Eu não sei se... Eu fiz alguns requerimentos, mas tem que ver se estão complementando o que foi falado aqui pelo Senador Angelo Coronel.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – E me permita complementar, mas eu acho que, nesse caso que o Senador Angelo Coronel levantou de ouvir os responsáveis pela regulamentação, requerimento de informação é pouco, até porque tem que ter uma réplica, tem que ter uma tréplica, por que é que foi feita, não foi feita.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que a ideia do Senador Coronel de tentar ter num primeiro momento, priorizar essa convocação dos responsáveis pela não regulamentação... A gente precisa entender por que é que não foi regulamentado, por que é que está perdendo recurso ao qual o Senador Omar Aziz se reportou. Lá no Nordeste, agora, o tema do momento é a paralisação da operação de abastecimento de água, no momento em que chega o verão, pela falta de recursos, e a gente está perdendo recurso pela falta de regulamentação. E a gente lembra o que existia neste país quando não era regulamentado. Você não consegue proibir. Ela se instala num *site* lá no exterior – na Argentina, no Paraguai, nos Estados Unidos, na Europa – e continua a funcionar. Então, é imprescindível a regulamentação, para que o país possa ter controle e capacidade de fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Acatadas as sugestões dos Exmos. Srs. Senadores.

E nós vamos convidar, porque os agentes públicos do Governo, eles todos se colocaram à disposição; inclusive várias convocações do Senador Izalci foram transformadas em convite, porque todos se manifestaram absolutamente à disposição desta Comissão. E, se houver a necessidade de convocarmos mais entes do Governo, do Poder Executivo para virem aqui esclarecer essas dúvidas, nós vamos convocar sem nenhum problema e vamos fazer da maneira mais rápida possível.

Muito obrigado.

Passo em seguida a palavra muito rapidamente à nossa Relatora, porque nós temos aí dois delegados e mais um convocado para fazerem as suas exposições e serem inquiridos por esta Comissão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – A título de informação, o Secretário de Jogos e Apostas Regis Dudena, logo que eu fiz o requerimento de abertura da CPI, ele entrou em contato comigo, se colocando à disposição desde então. E ele já foi convidado, só falta a gente marcar. Mas seriam importantes duas reuniões por semana, justamente porque tem muita gente para ser ouvida. Então, tem que ficar conclusivo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estão à disposição, moram em Brasília. E ele me disse que eles estão analisando e trabalhando em dez resoluções. São dez atos normativos para regulamentação e que entram em vigor no dia 1º de janeiro de 2025. Porém, nós temos de fazer a nossa parte. A nossa parte é legislar sobre isso, porque essa regulamentação do Poder Executivo não envolve crime e contravenção, não envolve as questões que são da nossa competência, a título de esclarecimento.

Então, basta convocar; está todo mundo à disposição.

Sr. Presidente, sinceramente, na hora em que o senhor falou, eu não entendi exatamente qual era a pergunta acerca desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É que esse Sr. Ernildo Júnior Farias entrou em contato, dizendo que está à disposição a qualquer momento para fazer os esclarecimentos. Pergunto a V. Exa. se tem algum óbice em transformar esse item em convite.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Nenhum óbice.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Nenhum óbice. E já pode marcar também. Se ele já se colocou à disposição, já podemos até marcar para a próxima terça. Não tenho nenhum óbice.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vamos marcar, sim.

Eu quero solicitar às senhoras e aos senhores que aprovam os requerimentos que permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Em seguida, temos aqui o primeiro convidado, que é o Sr. Paulo Gustavo Gondim Borba Correia de Sousa, Delegado e Diretor Integrado Metropolitano da Polícia Civil de Pernambuco.

O convite se dá nos termos do Requerimento nº 29/2024, aprovado na segunda reunião desta CPI.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria que a assessoria convidasse o Delegado Paulo para comparecer aqui à nossa reunião. (*Pausa.*)

Dr. Paulo, seja bem-vindo à Comissão. Agradecemos a sua disponibilidade de muito prontamente acatar o nosso convite.

O senhor tem 20 minutos para fazer a sua exposição, depois vamos passar a palavra ao Plenário.

Por favor.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA (Para expor.) – Bom dia, Presidente e Senadora... Bom dia, Presidente e Senadora Relatora, demais Senadores presentes e todos que estão aqui nesse recinto.

A gente fez aqui uma apresentação breve, entra pela parte da legislação, em que, como os Senadores falaram, eu não sou a pessoa mais adequada, e, sim, o pessoal do Ministério da Fazenda, especialmente da Secretaria de Apostas Esportivas. Eu acredito que eu fui chamado por conta da operação que nós investigamos, e o que eu poderei falar é só sobre o funcionamento das duas casas de apostas que apareceram na investigação – e sabemos que tem mais de 2 mil.

Pode passar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Bom, as *bets* se tornaram conhecidas acho que de 2021 para 2022.

Além das apostas de quota fixa, que são as apostas nos jogos esportivos, também a Secretaria de Apostas Esportivas editou outras portarias permitindo alguns jogos, como esse famoso Jogo do Tigrinho, o Fortune Tiger, entre outros. Só que muitas delas têm operado à margem da regulamentação. Houve essa Lei 13.756, de 2018, que tinha um prazo de dois anos pra ser regulamentada, renovava por mais dois anos, encerrava em 2022, encerrou e não teve a regulamentação devida, que só foi começar a ter com a Lei 14.790/2023 e as diversas portarias da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronto.

Por meio desse Decreto 11.907 é que a Secretaria de Prêmios e Apostas, que é responsável por monitorar, autorizar e regulamentar as apostas de quota fixa... Toda essa regulamentação que ainda está tramitando só autoriza as *bets* que funcionam no Brasil a funcionar aqui a partir de 1º de janeiro de 2025, se tiverem toda a outorga concedida pelo Ministério da Fazenda. Em que pese o que nós vamos mostrar adiante, há muitas que têm esse funcionamento aqui no Brasil sob o pretexto de *site* que está assediado em outros países, geralmente paraísos fiscais, mas que todo o funcionamento é aqui.

Pode passar.

Pronto.

Aí estão as duas leis que o pessoal do Ministério da Fazenda, quando chamado... Já que o Presidente falou aqui e demais Senadores, pra que as pessoas que são as responsáveis, mais adequadamente, pra falar sobre elas...

Pode passar.

Pronto.

Até o dia 11 de setembro, aquelas *bets* que não apresentaram ao Ministério da Fazenda o pedido pra funcionar no mercado regulado até o dia 16 de setembro de 2024 estariam impedidas de operar legalmente aqui no Brasil a partir do ano que vem. Aí criou-se esse período de adequação em que elas poderiam funcionar, referindo-se às que são as casas que funcionam no exterior e que poderiam funcionar aqui no Brasil dentro desse período de adequação. E, a partir do dia 11 de outubro de 2024, acho que foi a Anatel que recebeu a ordem de bloquear esses *sites*. Eu li, em matérias jornalísticas, que foram mais de 2 mil que foram bloqueados porque não pediram a regulamentação e, se não estou enganado, cerca de 200 *sites* de mais de 2 mil deram entrada no pedido pra se regularizar, pra poder funcionar no mercado regulado a partir de 1º de janeiro.

Pode passar.

Isso aí foram notícias que saíram na imprensa nacional sobre essa regulamentação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pronto.

Aqui são as duas casas de apostas que nós investigamos na Operação Integration. A gente começou a investigar a lavagem de dinheiro no jogo do bicho, só que, em nenhuma dessas casas do jogo do bicho conhecidas lá em Pernambuco, foi detectado que se podia apostar nas apostas de quota fixa, que é a Esportes da Sorte e a Vai de Bet. Essas duas empresas...

A Esportes da Sorte se denomina, se entrar no *site*, HSF Gaming N.V., se diz sediada em Curaçao, que é um paraíso fiscal que pertence à Holanda, ali na costa da Venezuela, e a Betpix N.V. Essas duas empresas são registradas na Câmara de Comércio de Curaçao e são administradas por essa Downtown E-Commerce Com BV, que tem como administradores o Jair Almeida Toussaint, que é um holandês, e também tem o Glenn Rellum, que não está aí.

O pretexto delas é que funcionam em Curaçao. Só que verificamos na investigação, com o apoio da inteligência e da Receita Federal, em pesquisas de fontes abertas e nas quebras autorizadas judicialmente, que ela funciona aqui 100%.

Na Esportes da Sorte, em pesquisas no LinkedIn, foram encontrados vários funcionários que dizem que trabalham na Esportes da Sorte, todos residentes em Recife. Quando a Receita foi fazer o cruzamento desses funcionários no eSocial, todos eles são registrados em empresas da família pertencente ao dono, que é o Sr. Darwin. Também no LinkedIn oficial tanto da Esportes da Sorte como da Vai de Bet diz que o trabalho é presencial, no caso da Esportes da Sorte, em Recife, e da Vai de Bet, em Campina Grande, na Paraíba. E todos esses funcionários da Esportes da Sorte que nós conseguimos coletar e fazer o confronto no eSocial para comprovar o seu vínculo de emprego, que pertencem a empresas desses donos da plataforma, eles nunca saíram para o exterior, nunca receberam dinheiro vindo do exterior, nem os próprios donos têm declaração de saída definitiva ao país, também não declaram receber dinheiro do exterior e nem possuem conta no exterior. Aí nós provamos isso no curso do inquérito policial.

Numa nova quebra fiscal, não por coincidência, o Imposto de Renda do Sr. Darwin e do Sr. José André, que é o da Vai de Bet, eles se declaram, o Darwin como proprietário de 100% das ações dessa HSF Gaming, que estaria sediada em Curaçao e seria do Jair Toussaint, e o José André, ele se declara como 100% dono das cotas da Vai de Bet.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Surgiu esse mercado regulado, aí eles criam outra empresa, no caso da Esportes da Sorte, pediu outorga para poder funcionar no mercado regulado por meio da Sport Games Brasil, cuja sede é no mesmo local onde funcionam as empresas do grupo Esportes da Sorte, em Recife, onde foram feitas buscas e apreensão, com ordem judicial, onde em três andares, em que tinha a sede dessas empresas, todas elas de publicidade e promoções de eventos, só existia material da Esportes da Sorte.

A mesma coisa ocorreu na busca lá na sede da Vai de Bet, só existia material da Vai de Bet, demonstrando, no curso do inquérito, que uma empresa do grupo da Vai de Bet, que é a Pix365 Solucoes Tecnologicas, inclusive numa *van*, que estava lá no local no dia da busca e no levantamento também preliminar da inteligência, existia o nome da marca e um cantor que é patrocinado. Aí, na placa dessa *van*, nós verificamos no Infoseg, no Denatran, que essa *van* pertence a essa empresa Pix365 Solucoes Tecnologicas.

Aí a Betpix N.V. cria agora outra empresa, o BPX Bets Group, pra poder entrar no mercado regulado, com os mesmos sócios.

Pode passar.

Se você entrar nesse *site* de apostas, tem uma aba lá de cassino e também cassino ao vivo. Como essas duas empresas que nós investigamos e demonstramos que funcionam 100% no Brasil, o que é proibido, não é? Só pode funcionar a partir de 1 de janeiro de 2025, se for autorizado pelo Ministério da Fazenda. E, na nossa ótica, configura, portanto, jogo de azar, que são os cassinos, e esses cassinos não podem funcionar aqui no Brasil, tanto é que eu acho que tem projeto aqui no Senado, no Congresso, pra tentar regulamentar os cassinos físicos aqui no país.

Pode passar.

Aconteceu no *site* lá do Esportes da Sorte, que ele veio com a empresa registrada em Curaçao, uma autorização e pertencia à HSF Gaming. Aí, como eles foram autorizados pela loteria do Rio de Janeiro, aí eles colocaram ali a lotação pela Loterj. Aí, como eu falei anteriormente, o próprio dono declara no seu Imposto de Renda que é dono de 100% aí dessa empresa, a HSF Gaming.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Pronto, como eu falei anteriormente, esse é o LinkedIn lá da Esportes da Sorte, funcionamento em Recife.

Pode passar.

E também aí da Vai de Bet, o BPX Bets Group, que funciona totalmente em Campina Grande, na Paraíba.

Isso é exemplo aí de um funcionário, reside em Campina Grande. E também aí é o da Vai de Bet, não é?

Pode passar.

Pronto, como eu tinha falado, no curso da investigação, como nós constatamos? Nós constatamos que, primeiramente, para poder apostar no *site* de aposta, você tem que fazer o seu cadastro, depositar o dinheiro, que vai para os intermediadores de pagamento. E para fazer o saque também. Aí constatamos que muito dinheiro das intermediadoras de pagamento ia para essa empresa Pix365 e para a Esportes da Sorte, que é a Esportes Entretenimento, e eu vi no *site* do Senado, da CPI, que já foi feito o requerimento – não é? – para essas empresas.

Aí aquela *van* que está ali estava no dia da busca e no dia do levantamento da inteligência. A placa dela e de outras três pertencem a essa Pix365.

Pode passar.

Pronto, o apostador, pra poder apostar, tem que depositar via Pix o dinheiro nessas facilitadoras de pagamento. Aqui nós identificamos quatro em funcionamento aqui no Brasil, que prestam serviço pra essas apostas. O dinheiro, uma grande parte fica aqui no Brasil, outras vão para o exterior e, principalmente, vão para o dono da *bet*. E constatamos, com a ajuda da Receita, das quebras bancárias e fiscais autorizadas judicialmente, esse dinheiro vem para outras empresas do grupo dos donos dessas *bets*, no caso das duas que nós investigamos, como eu falei, que seriam sediadas em Curaçao.

Outra coisa que nós achamos, no mínimo, estranho, o que dá um indício bastante claro de lavagem de dinheiro, é que essas *bets*, quando contratam os influenciadores, os cantores,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identificamos também patrocínios também a clubes e cotas de propaganda de grandes emissoras do Brasil. Como a *bet* deixa o dinheiro nessas intermediadoras de pagamento, essas pessoas contratadas não recebem dinheiro diretamente da *bet* e, sim, dessas intermediadoras de pagamento.

E a Receita Federal constatou que elas não têm aquele departamento de *compliance*. O Kaisei conhece seu cliente, que todos os bancos têm. Todas as comunicações dessas transações irregulares que nós recebemos do Coaf foi porque os bancos onde essas empresas têm contas é que comunicaram ao Coaf e à Receita Federal. E até é um facilitador para, a partir de janeiro, a Receita Federal, o Banco Central, os órgãos de controle e de fiscalização se atentarem para isso. Pelo que eu li, as próprias *bets* agora vão passar a pagar uma taxa de imposto. Ou seja, se aquele dinheiro que é da sua casa de apostas, que está depositado na conta das intermediadoras de pagamento, não vem para a *bet*, não vai entrar no seu balancete, como é que você vai calcular se vai pagar esse imposto? Entenderam?

Tem uma influenciadora que nós investigamos, de conhecimento nacional, só para dar aqui um exemplo, que, em 2023, a empresa dela, que é de publicidade, declarou no Imposto de Renda R$31 milhões, que recebeu; R$19 milhões, 61%, foi de uma casa de aposta esportiva. E esse pagamento é feito pela intermediadora de pagamento, que a casa de apostas... que tem contrato com a casa de apostas.

Pode passar.

O começo da investigação foi justamente isto: fizemos uma busca em 2022, lá numa determinada banca do jogo do bicho, aí foi possível constatar que se podia jogar fisicamente, que nem no mercado regulado, a partir de janeiro, vai poder jogar fisicamente no futebol. Aí foram os policiais lá e jogaram tanto no futebol quanto no jogo do bicho, o que é permitido... o que é ilegal. Aí as *bets* entraram na investigação justamente por conta disso.

Pode passar. Pronto.

Tem outra apresentação, mas o que ilustra mais é o que eu falei desses funcionários da Esportes da Sorte e do LinkedIn, que todos eles trabalham aqui no Brasil, todos recebem por

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui. Foi mostrado no inquérito que elas funcionam efetivamente aqui, 100% aqui no Brasil, o que não pode; só vai poder funcionar a partir de janeiro, se tiverem a outorga.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Dr. Paulo.

Passo a palavra aos Senadores que quiserem se manifestar.

Relatora, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Agradeço imensamente, Dr. Gustavo, pela sua presença, pela sua explicação. Gostaria também de pedir que o senhor disponibilizasse para a CPI essa apresentação. Se seria possível...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ah, já está? O.k., muito obrigada.

Gostaria de questionar, Dr. Paulo... Primeiro, o senhor trouxe a nossa legislação, disse das proibições, mas há rumores de que *bets* que nós consideramos neste momento ilegais estão apresentando uma autorização advinda da Loterj. O senhor entende que a Loterj tem competência para autorizar o funcionamento de *bets* no Brasil, diante desse estudo todo da legislação vigente?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA (Para expor.) – Pelo que eu entendi, em tese, teria. Agora, as casas de apostas autorizadas pela Loterj só poderiam atuar no território do Estado do Rio de Janeiro, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Mas só as autorizadas, as esportivas. Só no Estado do Rio.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Isso. As autorizadas pela Loterj.

Agora, como é que se bloqueia o acesso de pessoas fora do Estado do Rio de Janeiro? Se nós entrarmos aqui em Brasília, a gente consegue jogar lá, né?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Exato. Mas a Loterj virá explicar. A Loterj virá explicar para a gente.

Agradeço.

Sr. Delegado, eu gostaria de saber quais os crimes que foram imputados ao Sr. Darwin Henrique da Silva Filho e quais as empresas vinculadas a ele.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Ele foi indiciado por integrar organização criminosa e lavagem de dinheiro. Empresas vinculadas a ele... Nós temos, Senadora Relatora, aí nessa apresentação, que é a Sports Entretenimento e Promoção de Eventos Esportivos; a empresa de promoção de eventos que só tem um cliente, a Esportes da Sorte; também tem a MD Agência de Marketing – no curso do inquérito, fomos verificando que eles iam criando empresas –; também temos a DHF Produções, se não me engano; aí tem o EDSCap Bet, que eles criaram sob a premissa de título de capitalização. Também tem a X1 bet.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Quais os crimes imputados à Sra. Marcela Tavares Henrique da Silva Campos, à Sra. Maria Parecida Tavares de Melo, à Sra. Dayse Henrique da Silva e à Sra. Giorgia Duarte Emerenciano?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Integrarem organização criminosa e lavagem de dinheiro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Os mesmos do Sr. Darwin?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Tá.

Quais os crimes imputados ao Sr. Eduardo Pedrosa Campos e à Maria Bernadette Pedrosa Campos, além de à Maria Carmen Penna Pedrosa?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Os mesmos crimes, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais os crimes imputados à Maria Eduarda Quinto Filizola?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Também organização criminosa e lavagem de dinheiro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – E a Flavio Cristiano Bezerra Fabricio?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Também organização criminosa e lavagem de dinheiro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Gostaria que o senhor nos esclarecesse qual a relação entre essas plataformas e essas pessoas agora citadas e a Sra. Deolane da Silva. Tinham alguma relação contratual? Quais as ilicitudes identificadas? Ela teria adquirido uma Lamborghini da Esportes da Sorte? Foi identificado o pagamento desse veículo? Houve outras transações suspeitas realizadas entre a casa de apostas e Deolane Bezerra?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Acho que devia ter um contrato com a Sports Entretenimento, a marca Esportes da Sorte. Por essa empresa do Sr. Darwin, tinha um contrato de publicidade com a Bezerra Publicidade, de propriedade da *influencer*. Ela aparece na investigação justamente pela compra dessa Lamborghini. O que nós entendemos é que o Sr. Darwin tinha um canal legal de importar esses carros, ele já tinha importado anteriormente uma Ferrari e importou essa Lamborghini. Nós verificamos que ela não tinha restrição, ou seja, dando indicativo de ter comprado à vista ou por dinheiro, por transferência bancária; não sabemos como ele comprou, mas está constatado que não havia restrição. E assim que ele compra ele vende. Temos o contrato da venda: R$3,4 milhões, se não estou enganado. E o preço da tabela Fipe é de quase R$4,096 milhões.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Descontão, hein?

E o senhor me disse... O senhor teve acesso a dois contratos: um de publicidade e o outro, o primeiro que o senhor disse, é também de publicidade?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Não. Teve esse contrato da compra e venda da Lamborghini...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Da Lamborghini...

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – ... e também tem o contrato de publicidade da *influencer,* consolidado por meio das empresas deles. Essa bate entre a Sports Entretenimento e a Bezerra Publicidade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ah, tá. Entendi.

Agora, questões relacionadas à Vai de Bet.

Quanto aos Srs. José André e Aislla Sabrina. Eles são sócios da Pix365 Solucoes Tecnologicas e, segundo o Ministério Público, este é o nome da empresa de apostas esportivas *online* Vai de Bet? É isso mesmo?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Isso, eles são casados e são sócios. Quando começamos a investigação, nós vimos que os pagamentos das intermediadoras de pagamento dessas casas de apostas, da Vai de Bet, no caso, esse dinheiro ia das plataformas de intermediadoras de pagamento diretamente para essa conta da Pix365 Solucoes Tecnologicas. E constatamos que algumas vans utilizadas por essa Vai de Bet, como mostramos na apresentação, é cadastrada na Pix365 Solucoes Tecnologicas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k. Quais são os crimes...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senadora Soraya, só para eu ter uma ideia de noção de tempo, porque eu não tive até agora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu estou quase acabando.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para interpelar.) – Esses R$19 milhões que foram pagos... Foi em quanto tempo isso?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA (Para expor.) – O senhor fala da *influencer*?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, que uma terceira empresa pagou para a *influencer* R$19 milhões, como você falou para mim, aí no seu depoimento.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Pronto. Constatamos que no ano de 2023 – está no Imposto de Renda...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Você podia me dizer: 12 meses, 10 meses... Os R$19 milhões, em quanto tempo foram pagos?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Foi janeiro, fevereiro, até dezembro de 2023. Também está no Imposto de Renda e também está no balancete da empresa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Quanto? Dez meses?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Dez, onze meses.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Onze meses.

Quer dizer, nós estamos falando num grão no deserto, porque isso aí: só uma pessoa, R$19 milhões, num ano.

Nós estamos falando aí de várias e várias outras pessoas e várias empresas que estão fazendo propaganda sobre isso.

Nós estamos falando de uma pessoa só, Senadora, só para eu ter uma ideia. Em um ano, uma empresa repassa R$19 milhões para propaganda. Veja bem, nós estamos falando de propaganda. Imagine o lucro. Para você pagar R$19 milhões em dez meses, onze meses, para uma pessoa, veja o lucro que essa empresa está tendo com o dinheiro que está saindo do Brasil, que não está pagando imposto e que... Eu não vou nem entrar nos outros crimes aí que estão sendo cometidos, mas eu só estou querendo aqui ter uma noção, para as pessoas terem noção.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É evasão de divisas.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Nós estamos falando em 11 meses. Uma empresa só. Só uma empresa. Só uma *influencer*, tá? Imagina aquelas pessoas que estão na televisão fazendo propaganda, jogadores, ex-jogadores, *influencers* e outras coisas mais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sr. Delegado, essa empresa, desse casal, a Vai de Bet, teria feito pagamentos ao Sr. Gusttavo Lima? A que título?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Constatamos num relatório de inteligência financeira – que foi até o motivo de ele ser indiciado – que a Zelu Brasil Facilitadora de Pagamentos, conhecida como Zenet Pay, era uma das intermediadoras de pagamento que trabalhava para a Vai de bet. E essa empresa é de um casal, que é irmão do Sr. José André.

Constatamos, entre janeiro – ou foi fevereiro – e dezembro, de 2023, que essa intermediadora pagou diretamente R$5,75 milhões para uma outra empresa do cantor, GSM Empreendimentos, e a própria Pix365 teria pago R$200 mil. E da GSM, R$1,35 milhão teria ido para a conta pessoa física do cantor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

O senhor disse que indiciou o Gusttavo Lima. Quais crimes?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Lavagem de dinheiro e integrar organização criminosa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Quais outras relações existentes entre a empresa... Eu acho que o senhor já esclareceu.

E quais são os próximos passos da investigação, ou o senhor já concluiu totalmente essa investigação?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Não, está com o Ministério Público. Eles requisitaram em setembro, dia 20 ou foi 21, algumas diligências que nós já cumprimos e encaminhamos para ele no começo de outubro, dia 10 ou foi 11 de outubro, se não estou enganado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Muito obrigada, estou satisfeita, por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Próximo inscrito, nosso Vice-Presidente Alessandro Vieira, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Paulo, por favor, o senhor pode detalhar mais esse roteiro de lavagem de dinheiro, de quanto dinheiro nós estamos falando e qual era o passo a passo?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA (Para expor.) – Na investigação, no caso da Esportes da Sorte, havia uma mistura do dinheiro do jogo do bicho com o dinheiro das *bets*, que eu até acredito que os próprios donos nem saibam distinguir o que é do bicho e o que é da *bet*, porque é muito, muito dinheiro. A quebra fiscal, no período de 2019 a maio ou foi junho de 2023, dá mais de R$3 bilhões.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Bilhões de reais. Quando nós remetemos o inquérito, por meio do Coaf, eu não posso falar muito porque está em segredo, uma unidade de inteligência financeira de um país europeu entrou em contato com o Coaf, dizendo que essas empresas movimentaram, de setembro de 2023 a setembro de 2024, mais de 480 milhões de euros, que dá mais de R$3 bilhões. Isso lá fora.

E como eles identificaram? Era uma ordem de pagamento para um determinado clube de futebol daqui do Brasil, patrocinado por essa *bet*, que por sinal vi nos jornais que eles até reincidiram o contrato.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, para responder sua pergunta, o mecanismo da lavagem, demonstramos que ela funciona aqui no Brasil. Se funciona aqui no Brasil, é ilegal. Como nas plataformas tem o jogo de cassino, é a contravenção penal do art. 50 do Decreto-Lei das Contravenções Penais. É uma das infrações penais antecedentes do crime de lavagem de dinheiro, junto com a do jogo do bicho.

O dinheiro, especificamente da *bet*, o apostador aposta, vai nessas intermediadoras de pagamento, que é a Zelu, PagFest, Zeroum e a Paybrokers, que eu acho que é a maior facilitadora de pagamento aqui do Brasil, e o Coaf nos informou que ele faz 3 milhões de operações Pix por dia, dá 90 milhões. Eles trabalham para vários serviços e nos informaram que prestava serviços para mais de mil *bets*, inclusive, tem até num dos relatórios de inteligência financeira.

Aí, desse dinheiro que fica na intermediadora, uma parte vai para os donos da *bet*, por empresas que eu falei, que a Senadora me fez as perguntas, que está o nome deles, deles e de familiares. Em tese, teria que vir do exterior, já que ele disse que a empresa é sediada em Curaçao.

E, como eu falei no começo da minha apresentação, não há, nos Impostos de Renda dele, declaração de ter recebido nenhum dinheiro vindo do exterior, e nem possuir contas no exterior. Aí, dessas intermediadoras, vai para as contas deles, de familiares: vai uma parte para pagar os prêmios dos apostadores que logram êxito e recebem; e também como eu falei, eles usam esse dinheiro que fica lá na intermediadora de pagamento para pagar os clubes que eles patrocinam, os *influencers* e as pessoas com quem eles têm contrato, o que eu reputo ilegal porque o certo seria vir para a contabilidade da sua empresa e de lá sair para os apostadores e as pessoas com quem eles têm contrato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dr. Paulo, os responsáveis pelas intermediadoras também foram indiciados na operação?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Foram, sim.

O da Paybrokers e Zelu Brasil foram indiciados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor tem notícia...

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – E até bloqueios, não é? Foram feitos bloqueios nas contas e aplicações deles.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor tem notícia do envolvimento dessas pessoas com outras modalidades criminosas no Estado de Pernambuco ou não?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Sim.

No Estado de Pernambuco, falando com um colega e também com o pessoal do laboratório de lavagem de dinheiro e da inteligência, há uma investigação lá de outro delegado de tráfico de droga, em relação criminosa, lavagem de dinheiro do tráfico de droga, em que há uma intermediadora, e a Paybrokers aparece.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Com relação a bancas de advocacia, existem valores de transferência que aparentemente sejam incompatíveis com a prestação de serviço para alguma dessas empresas?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Até então nós não identificamos isso, não. Nenhum escritório de advocacia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Angelo Coronel, próximo inscrito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para interpelar.) – Presidente, Relator, meu nobre Senador Alessandro, eu posso fazer algumas perguntas tecnicamente ao nosso Delegado Paulo Gondim?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvida, sem dúvida, Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dr. Paulo, o senhor falou que as empresas estavam operando abaixo da regulamentação. Qual regulamentação?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA (Para expor.) – É que as empresas sediadas no Brasil...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não tenho a regulamentação, por isso que eu estou lhe perguntando. Qual regulamentação?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Ah! Tem.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A regulamentação está em andamento.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Tem várias leis, não é? E tem várias portarias da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda. Eles seriam as pessoas mais adequadas de estar falando aqui, mas para nós podermos imputar alguma conduta criminosa aos investigados a gente teve que estudar um pouco, não é?

Não sou especialista, mas, resumindo, esse mercado regulado, como o senhor falou, que está sendo... que está em tramitação, só vai estar pronto para funcionar legalmente, aqui no Brasil, a partir de um de janeiro, não é? As empresas das *bets* que foram outorgadas pelo Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria de Prêmios e Apostas.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor disse que os donos, se não me falha a memória, não gravei o nome de nenhum deles, são 100% donos.

Então, se ele é 100% dono, está no Imposto de Renda e está no balancete da empresa, então, significa que não tem laranja aí.

O senhor acabou de informar isso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Não, ele declara... Os dois que eu falei, que se declaram 100% donos, da HSF Gaming e a Betpix NV, se declaram como donos de 100% dessas empresas, mas não tem nenhum valor que eles declararam.

Como eu falei, em tese eles estariam em Curaçao, eles não declaram receber dinheiro do exterior e nem possuir conta no exterior.

O que eu falei do balancete foi da *influencer* que a Senadora havia me perguntado, que eu falei, a de São Paulo, por meio de um contrato celebrado entre a empresa do CEO da Esportes da Sorte e a empresa dela, no próprio balancete da empresa dela e declaração de Imposto de Renda de 2024, exercício de 2023, que declarou um faturamento de aproximadamente R$30 milhões, dos quais R$19 milhões dão sessenta e pouco por cento; vieram só de uma única empresa, essa é Esportes da Sorte, foram só dessa influenciadora e não dos donos das *bets*, essas duas empresas que em tese eles alegam estarem sediadas em Curaçao.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quando o Governo enviou esse projeto de lei para regulamentação aqui no Congresso, eu fui designado o Relator. Naquela oportunidade, eu fiz questão de estudar o mercado e, na verdade, 99% das empresas registradas fora do Brasil, já que não tinha nenhuma ilegalidade registrar essas empresas aqui. Então, o senhor, como um homem da lei, da polícia, como é que o senhor enxerga hoje os estádios de futebol com placa, novelas...? Será que todo esse povo está cometendo alguma ilegalidade com a cobertura da grande mídia, com a cobertura inclusive da própria Justiça, porque estão com os olhos fechados sobre isso? Então, a pergunta é isso. Nessa operação do Estado de Pernambuco – o senhor falou –, a outra foi Campina Grande, foi Paraíba, o Ministério Público e a polícia civil estão andando irmanados ou há alguma divergência entre a civil e o Ministério Público?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Em Pernambuco ou na Paraíba?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nos dois.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Em Pernambuco, está com um certo impasse, porque fizeram o requerimento de umas diligências; nós cumprimos. E ontem eu anulei a manifestação. Eu ainda soube que eles deram manifestação dizendo que nós não havíamos cumprido a diligência e estavam aguardando...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quem deu a manifestação?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – O Ministério Público de Pernambuco. Eles pedem novamente, por causa da Vai de Bet, ir para a Paraíba – não é? –, porque alegam ser de lá, e também manifestaram que estão aguardando a análise da quebra bancária.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, não há uma... Nessa operação que foi realizada pela civil, não há uma unidade, não há um pensamento uno entre o Ministério Público e a polícia civil?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Não, a gente respeita todas as manifestações deles – por meio do Gaeco, são cinco promotores, cinco a seis, bastante profissionais –, nos reunimos, pediram lá as diligências. Na nossa ótica, nós fizemos, entregamos a eles, temos o documento que foi juntado no processo de que esses requisitos foram cumpridos. Aí ontem, como eu falei ao senhor, eu não li essa manifestação, eu vi por conta de uma notícia que saiu num blogue lá de Recife, que estariam aguardando agora a análise da quebra bancária.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor confirma que o Ministério Público pediu arquivamento do processo via, inclusive, a própria promotora do caso?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Eu tinha lido uma manifestação na semana passada de que eles pediram o arquivamento em relação a um negócio jurídico de compra e venda de duas aeronaves, entre essas duas plataformas que nós falamos e uma empresa de um cantor, e não o arquivamento de todo do inquérito, porque, se tivessem pedido o arquivamento de todo...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, o pedido não foi de arquivamento do inquérito?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Se pediram o arquivamento do inquérito todo, eles não se manifestaram.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, o senhor disse que ouviu dizer. Então, o senhor não tem base ainda para dizer se realmente...

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Não, semana passada, semana passada...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... houve um pedido de arquivamento de todo o inquérito ou foi somente das compras das aeronaves?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Da parte. Eu estou dizendo que semana passada eu vi uma manifestação deles em que pedem o arquivamento do negócio jurídico das compras das aeronaves e não de todo o inquérito, porque, se tivessem pedido o arquivamento de todo o inquérito, eles não se manifestariam, como falei ontem, que eu li num blogue, que estariam aguardando a análise da quebra bancária.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, em nenhum momento o Gaeco pediu arquivamento?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Do ingresso policial todo, não.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só uma parte?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – De alguns negócios jurídicos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas você não sabe distinguir quais foram as partes: o que é atinente à *bet e* o que é atinente à aviação?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – É o que eu li no ano... na semana passada, realmente, eu li essa manifestação em relação à compra e venda de dois aviões, de uma empresa de um cantor, com as duas *bets* que nós investigamos. Na ótica dele, foi legal.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu fico, assim, até surpreso, porque eu acho que, numa CPI... Porque eu já fui Presidente de uma aqui, muito problemática, e muitos vinham aqui dar depoimentos, e são depoimentos fáceis de serem dados, principalmente quando é uma atividade que ainda não é regulamentada oficialmente no país.

Era importante, eu reitero, que V. Exas., que estão na relatoria e na Presidência, antecipassem alguns depoimentos que estão previstos para o futuro, porque, senão, a gente fica caracterizando que nós estamos começando a CPI pelo fim, e CPI tem que começar pelo início. Então nós temos que, na realidade, ver se há ilegalidade ou se há uma – vamos supor assim – flexibilidade por parte dos órgãos de repressão no Brasil, porque todos nós sabemos – acho que ninguém aqui é infantil – que jogo de bicho no Brasil é cultural, inclusive o único país do mundo que tem jogo do bicho é o Brasil; e tem sempre repressão, mas, na hora H, sempre é flexibilizado.

Das *bets*, pelo que eu estudei durante a relatoria, praticamente 99% são oriundas de países, fora o Brasil, como Grécia, Estados Unidos, Portugal. E já se tentou evitar até a regulamentação em outros países, e não deu certo; a clandestinidade continuou e os jogos são bancados livremente.

Então nós temos que ter esse cuidado, porque já que, na minha ótica, jogos são uma atividade econômica que vai ser de grande valia para os cofres do Brasil, que está precisando de recursos – tanto é que, foi citado aqui pelo Senador Omar Aziz, o Governo vai cortar 6 bi, e, se pegar somente as 200 *bets* que estão praticamente regulamentadas, que deram entrada na Secretaria de Apostas, já se chega a esse valor, mas, mesmo assim, já estamos há um ano

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perdendo essa arrecadação. Vai fazer um ano agora que nós aprovamos aqui, no Senado Federal, e foi referendado pela Câmara e sancionado pelo Governo, e até então não.

E uma notícia interessante é que... A gente fala muito na hipocrisia brasileira, mas é importante também que a gente traga esse assunto. Hoje eu vi em uma matéria que os evangélicos estão jogando mais nas *bets* do que nas loterias esportivas tradicionais. Então significa que as *bets* estão entrando realmente na cabeça até daqueles que se prostraram contra a matéria na época da sua votação.

É importante, Presidente Dr. Hiran, que a gente cite isso, porque não podemos crucificar uma atividade econômica. Por exemplo, o próximo Big Brother Brasil – eu também li ontem – vai ser patrocinado pela empresa Betnacional. Diretamente, o Big Brother Brasil, que é um programa de altíssima audiência, vai ser bancado pela Betnacional. Os senhores veem os grandes times de futebol todos com uma *bet* no peito. Só tem um, se não me engano, que não tem uma *bet* estampada na camisa.

Então, a gente tem que tomar esse cuidado para que a gente não expulse esses empresários que vieram de fora e os empresários do Brasil, simplesmente por questões até de ordem pessoal, por não gostar de jogo. Então, é importante que a gente... É dizer algo como: a pessoa pode não gostar de fumar, mas eu posso gostar de fumar. Então, não é porque eu gosto de fumar, e você não gosta, que nós temos que ser contrários. Bebida, da mesma forma; o jogo, da mesma forma.

Eu quero deixar claro que eu não jogo. Joguei uma vez, perdi R$400 e desisti de jogar, porque eu já vi que eu não dou sorte em jogo, mas eu me preocupo é com atividade econômica. Porque é difícil, hoje, você acabar com as *bets* no mundo, porque isso é uma questão mundial. Eu repito: só tem a Indonésia que não tem os jogos, e parte da Arábia Saudita já começou também a bancar os jogos oficialmente. Então, não podemos deixar o Brasil a reboque de algo que já é de domínio público no mundo.

Então, eu peço ao Dr. Paulo, como homem da lei, que se tenha muito cuidado nessas apurações, e é bom sempre estar acostado de laudos do Ministério Público, para que não haja aquela separação: "Ah, a polícia é a favor; o Ministério Público é contra". E aí? Como o povo brasileiro vai acreditar? Na polícia civil? Ou vai acreditar no Ministério Público?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante que os órgãos de controle, pelo menos, falem a mesma língua. É isso que nós fizemos aqui, no relatório de legalização das *bets*, em que destinamos parte da receita que será gerada pelo imposto, pelo GGR, fruto, oriundo das *bets*, para a Polícia Federal exercer esse controle, como tem recurso também para combater a ludopatia. Como tem o alcoolismo em quem bebe, tem a ludopatia pra quem joga.

Então, tudo isso foi destinado, fruto desse repasse que será feito do imposto pago pelas *bets*.

Eu queria só deixar isso aí como minha última fala deste bloco.

É importante, Dr. Paulo, que – repito – tenhamos esse cuidado de que qualquer operação seja embasada também com o Ministério Público, e o Ministério Público é muito importante nesse processo.

E, pra encerrar, o que me informaram ontem foi que o próprio Ministério Público, via o Gaeco, com a assinatura de cinco promotores, pediu o arquivamento desse processo que V. Exa. colocou na tela.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Só para alertar, Senador, quando nós representamos... (*Fora do microfone.*) Quando nós representamos pelas medidas cautelares reais – prisão, busca e de constituição do sequestro –, o Ministério Público foi 100% a favor. Foi manifestação de uma promotora de Justiça que está dentro desse grupo, junto com o Gaeco.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, antes de passar...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Ciro, pois não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para interpelar.) – Eu queria saber... Que o senhor fosse mais claro: o Ministério Público pediu o arquivamento ou não disso?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA (Para expor.) – Do inquérito, não.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Não?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Porque, se pedisse o arquivamento de todo o inquérito, eles não... estariam aguardando a análise bancária.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, antes de passar a palavra...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, só pela ordem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

Pela ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Não pude acompanhar todo o processo, mas eu queria apenas registrar a importância dessa investigação que foi feita em Pernambuco, o trabalho realizado pela polícia civil, juntamente com o Ministério Público, o que eu acho que abre vários horizontes de por onde outras investigações poderão ser feitas, o que é que se pode buscar numa investigação, pra que nós possamos ter, realmente, clarificado o que é que acontece nesse mundo das apostas, das *bets*, enfim.

E queria parabenizar o Dr. Paulo Gondim e desejar que tenha sucesso na conclusão desse processo, desse inquérito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Antes de passar a palavra para o próximo inscrito, que é o Senador Izalci, queria também fazer uma referência ao fato de o Senador Angelo Coronel não ter sorte no jogo: é porque é um homem muito bem-sucedido no amor. Eleusa ama profundamente o Coronel e...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É. Então, você jamais terá sorte no jogo, pelo amor que você dedica a Eleusa, e a Eleusa a você.

Parabéns aí e felicidade para o casal.

Quero passar a palavra ao próximo inscrito, que é o nosso querido Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente...

Dr. Paulo, um dos objetivos da CPI, realmente, é a gente buscar uma legislação compatível pra evitar o que foi dito aqui pelo Senador Omar Aziz – e que todo mundo sabe – com relação à saúde mental dos apostadores, o que está acontecendo, a questão do endividamento, a proteção dos direitos da criança e do adolescente. Então, tem uma série de coisas que a gente precisa regulamentar ou legislar sobre isso.

Então, em tudo aquilo que V. Sa. puder contribuir pra aperfeiçoar a legislação e colocar... nós agradecemos, evidentemente.

Eu queria perguntar pro senhor o seguinte: quais as medidas de rastreamento financeiro e de cooperação internacional estão sendo adotadas pra identificar a extensão das operações da organização criminosa, considerando o uso de criptomoeda em transações transnacionais?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA (Para expor.) – Quebra fiscal... Foi constatado que houve uma empresa que, apareceu na investigação, havia comprado a criptomoeda, que funciona regularmente, já que foi informado à Receita Federal algumas dessas plataformas... é *exchange* que chamam. Mas das pessoas... Foi uma empresa intermediadora do pagamento que comprou criptomoedas, investigada, comprou criptomoedas numa... de gestão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, considerando que tem a legislação, que foi citada, a 14.790, a exigência de *compliance* vinculada ao Coaf, quais são os mecanismos específicos utilizados pela polícia civil pra identificar e investigar fraudes que envolvem a manipulação de CPFs e o uso de contas transnacionais? E como essas práticas são alinhadas com as ações das *fintechs* e certificadoras do setor?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – O senhor fala de criar CPFs pra ficar se cadastrando?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, hoje tem muita... Houve... Não sei se durante os procedimentos vocês encontraram muita manipulação de CPF.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Não, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Hoje estão falsificando muito CPF.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Não, a gente foi detidamente às plataformas – não é? – e à casa de bicho que nós investigamos, aos proprietários.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não chegou a verificar essa questão da manipulação de CPF? Nessa operação, não teve nenhum...

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Não, não. Em um dos RIFs das intermediadoras de pagamento, aparecem milhares de comunicações de diversos CPFs e CNPJs, mas não foi alvo de nossa investigação, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, como a Operação Integração estabeleceu a conexão entre os contratos publicitários firmados por influenciadores, como a Deolane – foi falado aí – Bezerra, e os fluxos financeiros suspeitos das casas de apostas investigadas? Como é que vocês fizeram essa conexão aí através da intermediada, da empresa pagadora, não é isso?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Isso, a gente via o dinheiro... O dinheiro ia de uma empresa de publicidade, de um dos CEOs da *bet*. Aí, dessa empresa... Essa empresa recebia da própria intermediadora de pagamento... Não, desculpa. Da intermediadora de pagamento, eles mandavam pras pessoas contratadas. Parte desse dinheiro não vinha pro balancete da *bet*, ia da intermediadora pra esses *influencers*, cantores, também para clubes de futebol e emissoras de TV.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E o contrato não é com a *bet*, é com a instituição pagadora? Contrato de publicidade, etc.?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Não. O contrato de publicidade que nós... foi com uma *influencer* e um cantor, foi com as empresas da família dos CEOs das *bets*, tanto a de Pernambuco quanto a da Paraíba.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E as empresas então faziam o pagamento?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – É, a gente identificou muitas partes. Esse pagamento era feito diretamente pelas intermediadoras.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Fica dinheiro na parte das intermediadoras, uma ia para o exterior, outras acredito que vinham também pra própria empresa do dono das *bets* e também pra pagar influenciadores, clubes de futebol.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vocês chegaram a pegar o contrato entre essa instituição pagadora com as *bets*? Tem esse contrato?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Tem. Os advogados juntaram no processo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, nós pedimos cópia do processo. Acredito que, então, vai estar disponibilizado. Exatamente pra gente ver como é que era o mecanismo, quem autorizava o pagamento. Porque, pelo que o senhor está falando, as empresas dos proprietários autorizavam a empresa de pagamento a fazer o contrato ou a pagar a nota do contrato de publicidade.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – É, os contratos de publicidade foram feitos, tanto do cantor quanto da *influencer* aqui citada, sobre a qual a Senadora Relatora me fez as perguntas – apreendemos alguns contratos –, eram feitos com a empresa deles, com empresas da família dos donos dos CEOs das *bets*.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não... Era com a empresa da família, mas quem pagava era a intermediadora lá?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Isso. Tinha a parte que identificamos do fluxo financeiro; ia o dinheiro diretamente da própria intermediadora pra esses contratados.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois é, mas como a intermediadora não tem contrato com eles, provavelmente tem contrato com a empresa dos donos pra autorizar a pagar, porque eles pagavam.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Isso, aí teria que vir.

Foi o exemplo até que teve do Corinthians, sobre o qual eu li na internet.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É sobre isso até que eu vou fazer a pergunta aqui.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Que foi celebrado o contrato. Quer dizer, não é alvo da minha investigação, não é? É lá do Ministério Público de São Paulo e da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Pelo que eu li, o contrato tinha sido feito com a empresa... do da Paraíba, o Sr. José André, e parece que no contrato previa que o pagamento fosse feito a cada 30 dias por meio de duas intermediadoras, a PayBrokers e a Zelu Brasil.

Nessa reportagem que eu li, o pagamento tinha sido feito por outras intermediadoras, das quais uma foi investigada, que é a Pagfast, que também é de Capina Grande. Foi pago o patrocínio por dois CNPJs dessa Pagfast, o que não estava previsto no contrato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Na investigação, identificou-se exatamente o pagamento de 56 milhões realizados por intermediárias ausentes no contrato formal entre o Corinthians e a VaideBet.

Quais medidas específicas foram adotadas na Operação Integração pra identificar a origem dos recursos dessas intermediárias e quais os indícios que conectaram essas empresas ao suposto esquema de lavagem de dinheiro?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Aí a investigação está mais detalhada na Polícia Civil de São Paulo e no Ministério Público de São Paulo, no Gaeco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso na operação de São Paulo.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Isso, isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nós pedimos também a documentação relacionada a isso.

Estou concluindo já, Presidente.

Considerando o volume expressivo de 702 milhões em movimentações financeiras suspeitas apontadas no relatório, quais medidas investigativas específicas foram ou estão sendo tomadas pra rastrear e comprovar a origem e o destino final desses recursos, especialmente em relação às transações envolvendo a Bezerra Publicidade e Comunicação e a EDSCap?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Foi feita a quebra fiscal e também a quebra bancária desses dois que o senhor citou e de demais investigados.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Já foi...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E foi identificada a origem disso?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Já foi decretado pelo Tribunal de Justiça, na vara criminal em que foi distribuído o processo.

Tem muitos bancos e *fintechs* que estão com dificuldade de fazer a transmissão de todos os dados da quebra bancária. Inclusive, até o Presidente da Febraban procurou o nosso Diretor de Inteligência e o Laboratório de Lavagem de Dinheiro, a quem compete fazer a análise. Aí vai levar um certo tempo, porque, pelo volume transacionado muito grande, tem muitas cargas bancárias.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi. Bem, nós já fizemos requerimento, Presidente, também de solicitação do Coaf de quebra de sigilo de algumas instituições.

Bem, considerando os indícios levantados pela operação, integração, quais foram os critérios e objetivos utilizados para vincular a aquisição de bens de luxo em empréstimos milionários por Boris Maciel Padilha a um suposto esquema de lavagem de dinheiro proveniente de jogos ilegais? Nessa operação, você... Sobre o Boris...

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Sim, o que é lavagem... é bem simples. Eles... Há a atividade ilegal, que nós investigamos, as infrações penais antecedentes, o jogo do bicho e o jogo de azar. Por meio do cassino *online* dessa plataforma, o que nós demonstramos é que realmente eles funcionam aqui no Brasil, e não fora.

E o que é que eles fazem para lavar dinheiro? É distanciar o dinheiro da origem ilícita e dar aparência da origem lícita. Eles vão comprar carro de luxo, vão comprar inúmeras... fazer inúmeras transações bancárias, gastar joias, tudo bens de luxo.

Especialmente o Boris Padilha, nós soubemos, depois que deflagramos a operação, que ele chegou a morar com a genitora de dois investigados, o Sr. Darwin e a Marcela. Eles tinham uma relação de muitos tempos atrás, chegou a ser padrasto dele. O próprio advogado do Sr. Boris nos mostrou um contrato que fez, tinha comprado uma aeronave, que foi até aprendida. O que nós verificamos é que o Sr. Darwin, CEO do Esportes da Sorte, utilizou da pessoa do Boris para adquirir um helicóptero, que foi até aprendido na fábrica da Helibras, em Minas Gerais. E também o Coaf havia informado desse contrato de mútuo, que é de cerca de R$10,5 milhões, se não estou enganado. Ao próprio Coaf ele não quis dizer a intenção desse mútuo. E, no depoimento que ele prestou a um delegado que eu pedi para ser ouvido – o próprio advogado dele procurou a gente espontaneamente, ele veio de São Paulo para cá, para ser interrogado, depois da deflagração da operação –, explicou que trabalhava fazendo dinheiro, tinha que ter um capital de giro, vendendo, e comprando, mesmo de luxo, e revendendo posteriormente, para ter o lucro. Aí teria feito esse contrato de mútuo com o Sr. Darwin, que foi o que ele alegou, para poder ter o capital de giro, para fazer seus negócios. Está no depoimento, está no inquérito. Até falar para o nobre Senador, para o Presidente, para a Relatora: a magistrada que

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deferiu as medidas, ela inclusive autorizou o compartilhamento de todo o inquérito policial e das medidas que foram deferidas ao longo do inquérito. Se esta CPI por bem entender, pode fazer esse requerimento à Polícia Civil de Pernambuco, porque nós, cumprindo a decisão, podemos disponibilizar 100%. Não sei se já foi pedido ou à polícia civil ou ao Ministério Público.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, mas, se não foi, nós vamos pedir. Nós pedimos uma série de documentos, mas se não tiver, a gente complementa o pedido.

Bem, como é que o inquérito fundamentou a relação entre as transações suspeitas e as empresas investigadas, como a Esportes da Sorte e a Vai de Bet? Como é que vocês conseguiram fazer essa relação? Como é que vocês chegaram nisso?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – A relacionar as duas especificamente, uma com a outra?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, a relação entre essas transações suspeitas todas, as empresas investigadas com a Esportes da Sorte e a Vai de Bet.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Pela plataforma da Esportes da Sorte é imputado o jogo de azar e o jogo do bicho, não é? Porque a investigação começou pela lavagem de dinheiro do jogo do bicho. Aí, quando fizemos a quebra, recebemos os RIFs do Coaf, aí são centenas de milhares de transações, várias contas, Pix, TEF, milhares de depósitos em espécie na conta dos CEOs e familiares aos quais essas empresas são vinculadas. Inclusive, o próprio Coaf atesta as comunicações suspeitas, dentro daquela regulamentação do Banco Central, configurando indícios de lavagem de dinheiro. E também 99% das pessoas investigadas... Se não me engano, acho que só foi uma que teve compatibilidade entre o que movimentou e o que efetivamente declarou ao Imposto de Renda, o que para nós é suspeita, indício de lavagem de dinheiro, o que levou ao indiciamento deles.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

Bem, quais são os desafios operacionais e jurídicos enfrentados pela Operação Integração ao lidar com plataformas que operam fora da jurisdição brasileira? E como o Brasil pode fortalecer sua cooperação internacional nesse campo? Vocês tiveram já dificuldade?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Não, essas duas que nós investigamos, eu falei na minha apresentação, a gente demonstra claramente que funcionam aqui no Brasil, então não teve tanta dificuldade. Agora, teve por conta da quantidade de dados, que é gigantesca, muito documento para analisar. Tem que ter muita técnica, tivemos apoio da Receita, do próprio laboratório de lavagem de dinheiro da polícia civil. E o Coaf tem as cooperações com as outras unidades de inteligência financeira ao redor do mundo. Também não, especialmente nessas duas, também a gente não teve, em relação a essa cooperação internacional de que o senhor falou, não teve muita dificuldade, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, é muito importante para nós, com a experiência que V. Sa. teve nesse processo... Eu tenho várias perguntas sobre isso, mas, só para resumir, o que V. Sa. puder contribuir com a Comissão no sentido de sugerir mudanças ou aperfeiçoamentos ou implementação de medidas legislativas para a gente poder realmente tentar amenizar essa situação, principalmente das crianças, da questão mental, da questão de dívida... CPF, tem muito problema com a utilização, manipulação de CPF, então, o que o senhor puder contribuir com a CPI e puder encaminhar para esta Comissão, a gente agradece.

Era isso. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Alguém mais quer fazer alguma consideração, alguma pergunta ao Dr. Paulo? (*Pausa.*)

Não havendo mais ninguém interessado em fazer nenhuma colocação...

O senhor quer falar? Só chamo à atenção que nós temos ainda dois, um convocado e um convidado, para participarem das nossas oitivas.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Pensei que estava encerrando com o delegado aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, está começando. O delegado é o primeiro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, só duas perguntinhas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para interpelar.) – O Dr. Paulo falou que o processo está em aberto, do pessoal ali que passou, mas eu tenho uma informação que me chegou de que o Ministério Público, na verdade, já de posse das RIFs, pediu arquivamento da investigação em relação aos investigados Nivaldo, José André da Rocha Neto, Aislla Sabrina Henriques, Thiago Lima, Rayssa Ferreira e também do investigado Darwin Filho. Isso é recente, foi no dia 25. V. Exa. tomou conhecimento disso aí? Já tem um relatório financeiro aqui, já tem um RIF.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA (Para expor.) – Eu li num *blog* de um jornalista lá de Recife ontem à tarde, não vi essa manifestação e falavam que estariam aguardando. Dizendo que a Polícia Civil não cumpriu a diligência, estaria aguardando a análise dessa quebra bancária, quando pra nós foi até o item 2 no requisitório, eles pediram só para formalizar. Foi feita em setembro, foi decretada ainda em setembro, 19 ou 20 setembro, se não me engano, a quebra bancária. Aí, diante dessa nova novidade de aguardar a análise da...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os RIFs aqui são de agora, de novembro, relatório de inteligência financeira do Coaf.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Essa manifestação de ontem eu não li. Eu li só essa informação, como eu falei, de que estaria aguardando a análise daquela bancária, que foi deferida em setembro, porque era um dos itens do requisitório a formalização dessa quebra bancária.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Paulo, só por questão de curiosidade, evidentemente o senhor responde se quiser: a juíza que patrocinou esse caso tem já algum predicado de outras operações desse porte? Sabe informar? O senhor a conhece?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Não, tratei como tratei também com os promotores.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E a conhece? E a conhece?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Não tenho nenhuma relação pessoal, só profissional, como também tenho com os promotores que se reuniram com a gente em algumas oportunidades.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor vê a juíza muito pouco?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Oi?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor vê essa juíza muito pouco?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Eu despachei com ela, acho, umas duas vezes só, se não me engano, lá na vara.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Por curiosidade, o senhor e ela moram no mesmo prédio, no mesmo edifício?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Oi?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor e ela moram no mesmo edifício, só por curiosidade?

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Sim.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Dr. Paulo, esse inquérito que V. Exa. preside já tem um parecer do Ministério Público solicitando o arquivamento do ponto de vista das *bets* – eu recebi agora –, jogos de possibilidade aleatória, e ficou aberto só em relação ao jogo do bicho. Eu recebi agora. É bom que isso fique...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA (Para expor.) – Eu não tinha lido essa...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou passar para V. Exa. Acabei de receber.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Eu não tinha lido essa manifestação de ontem, só tinha visto no *blog*. E, no *blog*, tinha falado da análise da quebra...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Até por conta de a gente ter muito cuidado aqui de preservar a verdade.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Inclusive, também nós temos que cuidar daquilo que é um bem maior nosso, que é a nossa reputação. A gente precisa ter muito cuidado para realmente não criminalizar aqui quem não deve ser criminalizado.

Então, eu recebi aqui, Senadores e Senadoras, a última manifestação desse inquérito pelo Ministério Público, que é pelo arquivamento das *bets*, jogos de possibilidade aleatória, e está em aberto a questão do jogo do bicho, que também está dentro do escopo do inquérito que V. Exa. preside.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, ilustre Relatora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – É bom que se esclareça aqui que cada um está dentro do seu papel, ele não precisa responder pelo Ministério Público. E outra, é possível também, se o Ministério Público arquivar, é possível, neste caso, apresentação de uma denúncia subsidiária?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA (Para expor.) – O Código de Processo Penal, se pedir o arquivamento, só quem pode arquivar é o Poder Judiciário. Eles podem arquivar ou encaminhar para o Procurador-Geral de Justiça, ou oferecer a denúncia, ou designar um outro promotor para oferecer ou não a denúncia. É o que está no Código de Processo Penal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Agradeço, é bem simples isso. É uma questão processual penal. E outra, está fora do escopo do trabalho dele.

Se nós entregarmos um relatório, e o Ministério Público não fizer nada, engavetar, como o que aconteceu no passado, a culpa é de quem? A pizzaria foi... Onde que é a pizzaria? Aqui? Não. Então, se alguém engavetou, esse que engavetou que responda. Então, podemos chamar o MP aqui, sem problema nenhum, mas eu entendo que ele não tem que responder pelo MP, só até o limite da competência dele, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só para...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu queria estabelecer aqui...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... da nossa querida Relatora?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Mas aqui não houve nenhuma pergunta para que o nosso delegado falasse pelo Ministério Público. O que sempre foi perguntado foi sobre algo que nos chega; já que aqui é uma CPI para investigar, a investigação tem que ser aprofundada. Não é para agradar quem está sentado na mesa, é para ser aprofundada até o limite.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E não se questionou absolutamente o trabalho do Presidente do Inquérito, que é o delegado.

O senhor fez um trabalho brilhante, e eu espero que ajude o nosso país a regulamentar com inteligência essa atividade, que é uma atividade que, como o Senador Coronel falou, a gente precisa proteger as crianças, proteger, fazer uma publicidade responsável, para que a gente não induza pessoas de tenra idade a se seduzir pelo vício do jogo e adoecer.

Enfim, essas coisas a gente deve realmente ter muito cuidado, além da lavagem de dinheiro e da evasão de divisas, porque isso é crime.

O Senador...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – O senhor pode justificar aqui para que não fique um mal-estar, não é? É porque isso pode, quem não está entendendo, pode descredibilizar o trabalho da Polícia Civil. Só nesse intuito que eu falei.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para interpelar.) – Até porque não vi nenhuma manifestação em nenhum Senador aqui de descredibilizar o trabalho da Polícia Civil. Agora não vou negar, é muito estranho, o senhor chegar hoje com um depoimento aqui na CPI e não saber dessa manifestação do Ministério Público. Isso aí me deixa um pouco sem acreditar nessa situação, me perdoe.

O SR. PAULO GUSTAVO GONDIM BORBA CORREIA DE SOUSA (Para expor.) – Porque o nosso trabalho já terminou, não é? A nossa ótica... houve a requisição, já remeti o inquérito, houve a requisição, cumprimos a requisição, vim ontem para cá. Não estava... Como eu estou aqui, porque essa manifestação a gente acessa pelo PJE, também não tinha nem como acessar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu acredito que os Srs. Senadores e Senadoras estão contemplados com essa oitiva e agradeço aqui, em nome da Comissão, ao Dr. Paulo Gustavo. Parabéns pelo trabalho, o senhor está me liberado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos passar para o próximo item da pauta, que é oitiva do Sr. Fernando Oliveira Lima, CEO da empresa OIG (One Internet Group), convocado nos termos do Requerimento 171, de 2024.

Por favor, peço para a assessoria convidar o Dr. Fernando Oliveira para vir aqui à nossa reunião. (*Pausa.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – V. Exa., já que...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... tem mais duas oitivas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É, tem.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Comissão vai patrocinar algum sanduíche, alguma coisa aqui para a gente dar sequência? Vai paralisar?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, está à vontade.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Porque carro não trabalha sem combustível.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vamos embora. Eu não sei... Eu não sei se a Comissão quer fazer um intervalo ou quer continuar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Tem que fazer igual à CPI da Covid. (*Pausa.*)

Na CPI da Covid – dá para a gente organizar isso – tinha uns comes e bebes e a CPI não parava, porque senão fica muito extensa. Aí um sanduíche... O Omar podia patrocinar, não é? Ele é membro. Porque eu descobri que a verba de gabinete não pode pagar esse sanduba.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você não patrocina, Coronel? (*Risos.*)

Eu acho legal essa ideia.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Olha, depois da homenagem que eu fiz ao amor da Eleusa por você, eu acho que a gente merece um...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É.

Bem, eu queria dar ciência às Sras. e Srs. Senadores de que encontra-se sobre a mesa um *habeas corpus* que foi concedido pela Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, que dá direito ao nosso convocado Fernando, onde ela defere parcialmente a liminar requerida, apenas para assegurar ao paciente que tem o dever de comparecimento à Comissão Parlamentar de Inquérito para a qual foi convocado e que, ao ser inquirido pela Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI das Bets, sejam respeitados, primeiro, seu direito de ser assistido por seus advogados e com eles se comunicar pessoalmente e reservadamente, garantidas as prerrogativas da Lei 8.906, de 1994; segundo, o direito de não ser obrigado a produzir provas contra si mesmo, podendo manter-se em silêncio e não ser obrigado a responder tão somente as perguntas que possam incriminá-lo, proibido, entretanto, silenciar-se quando indagado sobre matéria que, nítida e objetivamente, não o incrimine – por exemplo: quanto aos seus dados pessoais, qualificação – e faltar com a verdade quanto os demais questionamentos não inseridos nem contidos nessa cláusula; o direito de ser tratado com urbanidade e respeito, como em todos os casos e instâncias em relação às testemunhas.

Eu passo a palavra, em seguida, à nossa Relatora, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Fernando Oliveira Lima, sejam bem-vindos, o senhor e seu advogado. O senhor então não vai prestar o compromisso, é isso, não é? O senhor não prestou o compromisso? Eu estava aqui lendo...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA (Para depor.) – Não entendi.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor não prestou o compromisso de falar a verdade, o senhor foi chamado como testemunha, certo? A testemunha geralmente presta o compromisso, então o senhor, por meio do *habeas corpus*, não vai falar acerca daquilo que possa incriminá-lo. Apenas para esclarecer a todos: isso já estava disposto, Sr. Fernando, na convocação ou no convite. Nós já estamos trazendo as prerrogativas do inciso LXIII do art. 5º da Constituição Federal, que lhe garantem todas as prerrogativas que geralmente se requer, se pede num *habeas corpus* como esse. Apenas a questão de não comparecer é que poderia legitimar. Então só a título de compreensão, todos aqueles que estão sendo convidados ou convocados, para evitarmos judicializações, nós estamos já deixando claro que todos podem comparecer acompanhados de seus advogados. Tenho o maior respeito pela classe, eu sou da classe. Portanto, sejam bem-vindos.

Sr. Fernando Oliveira Lima, qual é a idade do senhor?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Trinta e três anos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Qual é a sua formação educacional?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Nenhuma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor estudou até que série?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Até o primeiro ano do ensino médio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Qual é a sua atividade profissional atual?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Empresário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Em que área?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Tecnologia.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor é ou foi sócio de quais empresas?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu sou sócio?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sócio ou...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sou sócio da One Internet Group, sou sócio da OIG Gaming Brazil, através da One Internet Group. As que eu lembro agora são essas, mas eu tenho vários outros negócios de que a minha *holding* é dona, proprietária, mas que são vários negócios e hoje eu não tenho nome aqui para falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Sr. Fernando, qual é a atividade da One Internet Group?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – A One Internet Group começou e atua até hoje com o desenvolvimento de jogos sociais, aqueles famosos *quizzes* dentro do Facebook, onde a gente chegou a ter, na pandemia, 250 milhões de usuários mundiais, e hoje a gente continua com o desenvolvimento de jogos, mas, com a nossa *expertise* no mercado mundial, a gente presta serviço de publicidade através das nossas relações, dos nossos contratos com Google, Facebook, redes sociais, para várias empresas do mundo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

O senhor poderia encaminhar à CPI esses contratos relacionados às parcerias?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim. Com certeza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Agradeço.

Qual é o faturamento dessa empresa? E de onde provêm esses valores? E de que tipo de contratos?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Você pode repetir?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Qual é o faturamento da empresa? E de onde provêm esses valores?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – O faturamento eu tenho que consultar o meu contábil, porque eu não tenho agora para lhe falar e eu não quero falar nenhuma besteira aqui.

E a outra pergunta é qual?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor poderia encaminhar à CPI os dez contratos mais rentáveis nos anos de 2023 e 2024?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim, com certeza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

A OIG presta serviços para clientes internacionais?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Qual o perfil desses clientes? E como a empresa se posiciona no mercado global? A OIG presta serviço para clientes internacionais? E qual o perfil desses clientes?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – A gente presta serviço para o Google, para o Facebook e também no começo de... No ano de 2023, a gente prestou serviço para casas de apostas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Casas de apostas de jogos brasileiras ou no exterior?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – No exterior.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Em nota encaminhada à imprensa, Sr. Fernando, a OIG informou que sua receita viria especialmente da venda de anúncios e de desenvolvimento de *games* em redes sociais. O senhor poderia dar exemplos de jogos de sucesso desenvolvidos?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – E como a empresa lucra com esses jogos?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim. O meu maior *case* de sucesso – queria até pedir desculpa aqui se eu der uma gaguejada, porque é a primeira vez que eu falo em público...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Fique absolutamente tranquilo porque aqui o ambiente é o mais urbano possível.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu nunca falei em nenhum departamento de polícia, em nenhuma coisa do tipo. Uma CPI no Senado? Isso aqui para mim é... Eu só vi isso aqui em televisão. Então, estou bem nervoso, vou dizer para vocês. Vou pedir desculpa por qualquer gaguejada, e tudo, mas eu posso contar um pouco da história, da minha história e da história da minha empresa.

Eu vim de uma família pobre. Comecei a atuar no mercado da tecnologia em 2008. Comecei com o desenvolvimento de jogos de RPG. Lá por meados de 2013, a gente começou a desenvolver jogos sociais, que são jogos de perguntas e respostas dentro da plataforma do Facebook. E de lá eu consegui ter um sucesso na vida.

A gente operou... Opera, ainda hoje, a gente não saiu desse mercado... A gente opera em mais de cem países, em mais de 30 línguas, com jogos de perguntas e respostas e tecnologia de inteligência artificial. Um dos *cases* de sucesso que a gente teve, onde mudou minha vida, assim, da água para o vinho é naquele aplicativo de como você será daqui a 20 anos, como você será mais velho, como será o seu filho. Acho que aqui, nesta Casa, alguém aqui da Casa já deve ter visto esse aplicativo em que a gente coloca a cara assim: como você vai ser daqui a 50 anos. Aí mostra um resultado onde ele envelhece.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A maioria daqui já sabe. Eu... Já fico...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Tem que fazer o reverso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Então, como você foi 30 anos atrás.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Então, como será seu filho?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

Um momentinho, Dr. Fernando.

Em mim não funcionou. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – E aí, essa foi a... Assim... Eu já ganhava dinheiro para trás, já nesse setor, mas nesse tempo foi onde o Facebook lançou uma plataforma chamada Instant Gaming. E aí foi onde eu tive realmente a virada de chave na minha vida. Foram milhões e milhões de dólares que eu via todo dia. Então, foi um sucesso mundial. A gente teve bilhões e bilhões de acessos todos os dias, cerca de 250 a 300 milhões de usuários mensais dentro dos aplicativos no mundo todo. E essa foi a nossa, a minha virada de chave da minha vida.

Em meados de 2023, fui procurado para prestar serviço para empresas de aposta aqui no Brasil. E eu comecei a prestar serviço em empresas de aposta como qualquer outro vínculo de mídia no Brasil, como as TVs, rádios, todos os vínculos de mídia. Então, eu comecei a prestar serviço exibindo mídias de *bets* dentro dos meus aplicativos. E de lá para cá, eu vi que era um mercado que já estava dentro de tratativas de regulamentação, de votação e tudo. E de lá para cá, eu meio que dei uma atenção para esse setor, porque, como a minha empresa é uma empresa de tecnologia, a gente tem que estar atentado com o que está rolando no mundo – o que está funcionando, o que está bom agora no Brasil, o que vai dar, o que...

A regulamentação do Brasil é coisa que muitos países não acreditavam. Acreditavam muito no jogo que a gente chama do nicho *black* no Brasil. E quando eu vi que havia uma possibilidade de regulamentação no Brasil, eu comecei a estudar esse setor. E agora, no começo desse ano, eu montei a OIG Gaming, quando eu vi que a lei foi sancionada pelo Presidente Lula. Montei a OIG Gaming, a gente entrou com pedido na Fazenda, de regulamentação. A gente está

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre as empresas aprovadas lá na pré-autorização de adequação do Governo, que foi lançada em setembro, e essa semana eu tive uma grande notícia de que a gente foi uma das primeiras empresas a ser aprovada realmente, em todo o processo burocrático do Brasil, porque o processo do Brasil de regulamentação foi muito elaborado – eu queria até dar os parabéns para o Senador, porque eu sei que você foi o Relator disso aqui no Senado – e ele é um dos processos mais burocráticos do mundo.

Então, eu estou bem em paz por eu ter sido uma das primeiras empresas a ser aprovada – e ter pago a GRU para a Fazenda; já estou com a GRU pago, da regulamentação – porque é um processo bem burocrático.

Foi muito bem elaborada a regulamentação, e eu acho que, no Brasil, dá para controlar essa situação toda do jogo, porque o problema do jogo hoje no Brasil é o jogo ilegal, é o jogo pirata. Tem empresas, empresas que eu não sei nem se são empresas, mas tem gente surfando uma onda aqui no Brasil do jogo ilegal, do jogo pirata, um jogo que não tem algoritmos auditados.

Para vocês terem ideia, a regulamentação do Brasil não aceita nenhuma empresa que não tenha o GLI, que é uma *gambling license international*, que é uma empresa certificada mundialmente, que certifica as empresas a operarem em mercados regulamentados, certificam provedores de jogos a fornecer serviços para essas empresas e... Onde eu estava mesmo?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sr. Fernando, apenas para esclarecer à população, o que nós aprovamos, um belíssimo relatório do Senador Angelo Coronel, foram as *bets* esportivas. Então, as *bets* ilegais também se chamam *bets,* o que está regulamentado e de que também existe uma regulamentação tramitando no Ministério da Fazenda, são dessas dos jogos de azar, porque as *bets* esportivas estão regulamentadas.

Então, só para que entendam a diferença: o senhor considera o Tigrinho uma *bet* esportiva ou um jogo de azar? Só para que as pessoas entendam o que é uma coisa e o que é outra coisa.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Tá. Na regulamentação do Brasil, ele foi aprovado, as apostas esportivas e os jogos *online*.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Tigrinho, o famoso Tigrinho, eu até queria dizer para vocês que eu não sou dono do Tigrinho, que foi colocado um... Como é que se chama? Enredo? Narração de como dono do Tigrinho, e eu queria dizer para vocês aqui desta Casa, e para todo o Brasil, que eu sei que está ao vivo, que eu não sou o dono do Tigrinho. Até depois dessa narrativa que foi colocada na mídia e em tudo, reforcei minha equipe de segurança e tudo, porque eu não posso pagar pelo dono do Tigrinho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Claro...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu não sou o dono do Tigrinho, quero deixar bem claro para vocês. O Tigrinho, Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sr. Fernando, nós vamos chegar lá, aí se o senhor...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Tá, mas eu queria lhe explicar. Você acabou de fazer uma pergunta... Eu queria lhe explicar o que é o Tigrinho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não... Eu perguntei se o senhor considera o Tigrinho um jogo legal ou ilegal.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Legal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É um jogo legal no Brasil?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ele é um jogo de apostas esportivas?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Ele é um jogo *online*.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ele é um jogo *online*. O.k.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, só para que a gente caminhe de uma forma mais pragmática, eu vou chegar no Tigrinho ainda...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Você acabou de chegar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não, eu cheguei, mas perguntando de outra forma, não se o senhor é o dono, ou não. Não perguntei ainda se o senhor é dono, mas só para que a gente não... Pragmatismo, tá?

Bom, o senhor é, ou já foi, em algum momento, sócio do Sr. Gusttavo Lima em alguma empresa?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Já, a gente foi sócio do Clube do Embaixador, mas era apenas um projeto e nunca foi estartado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

E foi só esse o tipo de relacionamento profissional com ele?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Só.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor já o contratou para fazer propaganda, ou divulgar algum produto seu da OIG?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor é, ou já foi, em algum momento, sócio do Sr. Whindersson Nunes em alguma empresa?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor é, ou já foi, em algum momento, sócio do cantor Wesley Safadão em alguma empresa?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor tem relação com ele, de conhecimento, de amizade?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Amizade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

O senhor atua, ou já atuou, no ramo de apostas *online?* É o que o senhor disse... O senhor atua, não é? No ramo de apostas *online*.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Autorização... O senhor disse que o senhor tem essa autorização?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Como aposta esportiva?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Tenho o GRU pago.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k., como aposta esportiva e jogo *online*.

O senhor já apostou no jogo Fortune Tiger, o famoso Tigrinho? Já chegou algum dia a apostar?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Nunca?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Só para teste, assim, para ver o que está funcionando, o que...

Por exemplo, a gente, através da ANJL, da associação, a gente foi... A associação pediu uma ajuda pra gente pra ajudar a esclarecer o Ministério da Fazenda, que bloquear domínios não vai refletir na vida da população brasileira, pra gente ir atrás do chamado, lá nos Estados Unidos, *follow the money*, atrás do dinheiro. Então, a associação me pediu um parecer, pediu

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para eu montar um sistema para levantar *bets* ilegais no Brasil e quais são os bancos e as operadoras de pagamento que estão processando esse jogo sujo no Brasil.

Então, através disso, eu cheguei a jogar para verificar que as *bets* ilegais têm algoritmos falsos, são jogos falsos, pirateados, e que... O problema todo da fama do Tigrinho no Brasil, desse reboliço todo, que é um ditado que a gente tem lá no Piauí, é do jogo pirata, do jogo falso.

Hoje existe, no Brasil... Eu não tenho nem ideia, eu sei que em 24 horas a gente pegou 2.037 *sites* falsos, sem licença... Eu vi vocês falando agora há pouco de Curaçao, sem licença em Curaçao, sem licença em canto nenhum. Um *site* falso, com código falso, que é...

Você sabe como é que é a pirataria hoje, não é? Uma marca lança uma bolsa, vem lá alguém e faz uma bolsa igual. Então, esses algoritmos dos jogos piratas não têm GLI, ele é um jogo pirateado.

O dono do Tigrinho, pelo que eu pesquisei, eu vi que é um tal de Ken Zhang, alguma coisa assim, e da empresa PG Soft. Só que a empresa PG Soft tem todas as licenças mundiais, opera no mercado mundial, não é só no Brasil, e nem a PG Soft recebe sobre esse jogo ilegal.

E aí, o que tem nesse jogo ilegal? Eu tenho uma rede social hoje, mas, assim, muita gente me conhece, e lá eu recebo, em grupos, chamativas pra prosperar esse jogo ilegal no Brasil.

O que eu verifiquei? É que esses *sites* piratas, que a gente chama hoje de chineses, que estão realmente fazendo todo esse problema no Brasil, eles não são... o Tigrinho deles não é da PG Soft; é um algoritmo manipulado que até o meu time de *dev* viu que é vendido, vendido por poucos dólares lá nos *sites* de *dark web*, essas coisas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sr. Fernando...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Então...

Posso falar, Senadora?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Pode, eu gostaria só de...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – É que eu queria explicar qual é realmente o problema do Brasil hoje.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sim, eu entendi, eu entendi.

Então, o senhor não tem nenhuma relação com o jogo do Tigrinho, o senhor disse.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Gostaria de saber qual a opinião do senhor sobre o papel de influenciadores digitais e celebridades nas campanhas de empresas de cassinos virtuais, esses ilegais, e se esse tipo de publicidade realmente gera resultados significativos.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu não tenho como falar se gera, porque eu nunca tive nenhum contrato com nenhum influenciador, nunca mexi com esse mercado de *influencers*, mas o que eu sei é que tem muitos *influencers* ligados a esses jogos ilegais. Eu vejo todo dia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Há também preocupações sobre a manipulação de resultados nos jogos, sobre os algoritmos. Eu já tinha... essa pergunta estava aqui, o senhor esclareceu. E aqui nós temos... Eu gostaria de destacar aqui algumas informações que nós recebemos. Gostaria que o senhor desse alguma resposta sobre isso.

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou um pagamento suspeito de R$1,7 milhão da OIG, empresa sua, a uma empresa em nome de uma faxineira de São Paulo. Conhecido como Fernandinho, o senhor, apontado aqui como o representante do Tigrinho no Brasil; o senhor já disse que não é. A transferência foi considerada atípica pelo Coaf e integra um rol de pagamentos investigados pela Polícia Civil de São Paulo em um inquérito sobre lavagem de dinheiro das *bets*, que já mapeou mais de R$100 milhões em movimentações financeiras suspeitas.

Eu gostaria de destacar aqui que...

Só um minuto, não vou ler o que já foi dito. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das empresas que mantiveram transações com a New Way foi a ACJ Platform Comércio, que recebeu R$600 mil. A ACJ também foi aberta por um homem de Peruíbe, não é o caso aqui do senhor. A questão é sobre essa... Dizem aqui, neste inquérito, que há suspeitas de essa senhora ser uma laranja, uma testa de ferro. O que o senhor tem para dizer sobre isso?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – O que eu tenho a dizer, Senadora, é que eu também fiquei sabendo disso aí hoje, através dessa matéria. Então, tenho que ver com o meu jurídico o que é isso aí, tomar ciência e eu trago para vocês aqui desta Casa tudo que for relacionado a isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Eu estou tentando aqui... No registro da empresa dessa senhora, consta que ela reside ao lado da Marginal Pinheiros, no Butantã. No entanto, ela mora em Suzano, na Grande São Paulo. A mãe dela foi encontrada e disse o seguinte: "Ela faz uns bicos, ela gosta de fazer faxina, é faxineira", disse ao Metrópoles a Sra. Katia Jacinta de Oliveira, mãe de Carolina. "Ela tem filho, é casada, mora em Suzano. Nunca morou em Butantã. Essa história está muito mal contada. Alguém está usando o documento dela [...]", e, assim, ela se assustou.

Eu gostaria que vocês passassem dois vídeos aqui, por favor. (*Pausa.*)

O senhor reconhece? Bom, vamos assistir aos vídeos primeiro.

Nós temos aqui três *sites*: R7Games, Betão e 7Games. O senhor conhece esses *sites*?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eles estão no nome de quem?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Da OIG Gaming Brazil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Essas plataformas realmente estão ligadas ao grupo OIG, certo?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA (*Fora do microfone.*) – Hã-hã.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Como podemos ver, elas remetem a um tipo de entretenimento infantil, lúdico, direcionando as imagens, como o tigrinho e o urso. E o Tigrinho, gostaria que vocês focassem onde está o Tigrinho aí, dentro da sua plataforma. Fortune Tiger, bem ali. O senhor nos disse que não tem relação nenhuma, nenhum negócio. O que a Fortune Tiger, o que o Tigrinho está fazendo ali, dentro do *site*, em seu nome, no nome da sua empresa?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – O Fortune Tiger, o famoso Tigrinho, é um jogo desenvolvido pela PG Soft, no qual a gente tem um agregador de serviços, onde a gente paga o serviço, e ele disponibiliza esses jogos aí na nossa plataforma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Esse é jogo de azar ou é aposta esportiva?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – É um jogo *online*.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É um jogo *online*, um jogo *online* em que se ganha dinheiro e se perde dinheiro?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Exatamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Exatamente. Isso é permitido no Brasil?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Quem disse isso para o senhor?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – A Fazenda, a regulamentação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – A Fazenda? A Fazenda disse que é?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por enquanto, até este momento, Sr. Presidente, eu me sinto satisfeita, mas eu gostaria, só para terminar...

O senhor sabe que muitas pessoas, muitas famílias estão indo à bancarrota por causa de jogos desse tipo?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu vejo as notícias.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Pessoas se matando, suicídio...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... contratação de...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Mas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... menores de idade, de crianças, de adolescentes, utilização do Bolsa Família para... Isso poderia ser... Tratando-se de legalidade, moralidade, o senhor acha moral que um jogo que o senhor difunde na sua plataforma, que ele seja permitido com a utilização do cartão do Bolsa Família?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Senadora, esse jogo aí que ficou famoso, eu quero dizer que ele ficou famoso não foi por causa disso aí que você está vendo aí. Isso aí, ele tem um *return to player* auditado por uma empresa internacional.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Quem?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – GLI, *gambling license international*. Ele retorna 97% do dinheiro apostado para o jogador. A Casa só tem 3% do dinheiro girado do jogador – ele retorna 97%. E desse jogo existe acho que mais de mil provedores e mais de 10 mil jogos disponibilizados com essa licença no mundo, que tem o mesmo algoritmo editado e tudo.

O problema do tigrinho, Senadores, do que eu falo... Isso aí é uma coisa que só é falada por mídia. Hoje, eu estou aqui pra falar pra vocês: o problema desses jogos que saem na mídia é

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o problema do jogo falso, do jogo ilegal, do qual a Fazenda, nenhum órgão do Brasil tem controle.

Esse aqui, se você fizer uma aposta aí agora, a Fazenda está sabendo agora quanto você apostou – R$1, R$2, R$0,50 –, quem você é: é tudo interligado já hoje com o Ministério da Fazenda. Então, o Governo vai ter todo o controle desse jogo: quem está jogando, quem não está...

O problema do Brasil, hoje, é o jogo ilegal. Isso, sim, tem que ter...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Esse jogo é legal? O que o senhor está dizendo é que esse jogo é legal?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Esse jogo é legal. Segundo a regulamentação brasileira, ele é legal hoje.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então existe o seu tigrinho verdadeiro e existe o tigrinho falso?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Exatamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ah, então... Porque eu achei que todas as notícias que estão correndo, todas as histórias de famílias, as histórias tristes de que nós estamos vivenciando uma pandemia de ludomania, o vício do jogo... Não tem nada a ver com esse tigrinho. Existe o tigrinho falso, e o seu tigrinho é o verdadeiro.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Exatamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então não é mentira o vício do jogo.

O senhor pode nos mostrar qual é o tigrinho falso? O senhor pode abrir e, de alguma maneira, no seu...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu posso disponibilizar pra vocês.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Como é que o senhor vai me dizer, como que eu vou saber qual é o tigrinho falso e qual é o tigrinho verdadeiro?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu posso disponibilizar pra vocês, mas, inclusive, se vocês... A gente pode disponibilizar o estudo que a gente fez pra ANJL, a associação, pra ser...

Inclusive, na quinta-feira foi protocolada uma denúncia lá na Fazenda sobre todo esse assunto aí do problema do jogo ilegal e tudo, e a gente tem esse estudo hoje aqui. Eu posso disponibilizar pra vocês, pra esta Casa aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor fez fortunas, e o que a gente vê são donos de *bets*, das *bets* ilegais, jogos de azar, fazendo verdadeiras fortunas.

Conte pra gente qual é o pulo do gato, assim... Acho que poderia dar uma aula de empreendedorismo, porque o senhor devolve, num jogo, 97% pro jogador e o senhor fica só com 3%.

Eu gostaria de ver jogadores biliardários aqui, alguém... Eu gostaria de conhecer os brasileiros que ganham de volta...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Soraya, eu acho que você está estimulando o pessoal a fundar *bets* aqui. Eu acho que já tem *bet* de mais neste país, viu?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não, eu... Daqui a pouco, todo mundo vai querer jogar. Eu acho que a tua fala incentiva as pessoas.

Como é que as pessoas vão saber qual é o tigrinho certo e o tigrinho errado? Tem que entrar na tua plataforma pra jogar no tigrinho certo?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não, é só entrar, Senadora, é só entrar no *site* da Receita Federal, na Secretaria de Prêmios e Apostas, no sistema chamado Sigap, que vai ter a lista das empresas autorizadas no Brasil a operar.

Eu sei que essas empresas... Ninguém que estiver ilegal...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O tigrinho está autorizado?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – ... vai passar por aquilo ali, não. Como eu já falei aqui nesta Casa, é um dos maiores processos do mundo.

Eu viajo o mundo todo, eu vejo as regulamentações de países... Até no começo, quando eu pensei: "Não, essa regulamentação do Brasil aqui é muito complicada". Até pro mercado, pro jogador e tudo, é uma das mais burocráticas do mundo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Nós não regulamentamos ainda, Sr. Fernando.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Então quem estiver na lista lá e quem estiver... Porque, ali na lista, tem muita coisa que foi uma pré-autorização. Quem estiver realmente aprovado agora, com o GRU pago, significa que passou por um processo que é quase como abrir um banco. Vocês sabem como abrir um banco hoje no país é complicado. Então o processo de regulamentação dos *bets* é quase como abrir um banco. Então, quem passar, realmente, vai poder levar esse mercado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, isso é um jogo da sorte, isso não é um jogo de azar? O senhor trabalha e paga, devolve... Se a pessoa aposta R$1 mil, como é que o senhor faz? O senhor devolve 97%? Como é que é isso? A gente ganha toda vez e nunca perde? Toda vez que você joga, ganha? Eu não estou entendendo. O senhor pode explicar melhor?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – O *return to player* é... Do dinheiro que é girado no jogo, 97% do dinheiro fica com os jogadores; ele é dividido entre os jogadores.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Olha, o que órgãos oficiais têm dito é que nós chegamos a... O número de apostas sobe absurdamente – e nós estamos começando, hoje é o primeiro dia de oitivas –: cerca de R$123 bilhões saíram do mercado, do comércio e foram entregues a donos de jogos. E quem mais consome esses jogos são as classes C e D.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa conta não está fechando pra mim, sabe? Está todo mundo preocupado, e o senhor vem e me traz uma notícia dessas? Eu estou realmente muito preocupada.

Como é... O seu tigrinho é o verdadeiro tigrinho? Só o seu? Tem outro tigrinho? O resto todo é plágio?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – É, o tigrinho das empresas regulamentadas é o original.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Esse é o original?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – O problema é o jogo falso. Eles alteram o *return to player*...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Você consegue apontar... Então, esse povo está de sacanagem contigo, não é? Você já entrou com uma ação contra esses tigrinhos falsos?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não?

E esse tigrinho... Imagine o senhor estar respondendo aqui, numa CPI, e os tigrinhos falsos estão...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... são ilegais, e o senhor não está preocupado de confundirem o senhor, do tigrinho falso com o do tigrinho verdadeiro? Eles estão, inclusive, ganhando mais dinheiro que o senhor, porque o senhor, totalmente regrado...

Eu quero... O senhor tem o nome do dono desse tigrinho falso pra me fornecer?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Senadora, eu estou tão preocupado que, quando a ANJL me pediu isso aqui, eu travei minha equipe pra montar esse sistema pra puxar isso aqui

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pra entregar pra a Fazenda, porque isso aqui tem que acabar. Isso aqui é o que está acabando com as famílias brasileiras. O que está dando todo esse problema é isso aqui.

A Fazenda bloqueou mais de 3 mil, acho que 4 mil *sites*, e, em 24 horas, a gente conseguiu detectar 2.037 *sites* falsos, operando ilegais no Brasil, processando através de 61 métodos de pagamentos. E esses métodos de pagamento, se a gente abrir para olhar, é empresa aberta com 30 dias, é empresa aberta com 15 dias... Se você for olhar o nome do fulano, do sicrano, você vai ver que são o famoso "laranja".

E o principal... Com esse estudo, a gente quis mostrar pra Fazenda que o problema hoje não está... Fazenda, não adianta bloquear domínio, domínio, domínio. Os caras fazem um *site* a cada hora, a cada 30 minutos, se eles quiserem, esse pessoal que está por trás disso aí.

O problema hoje do Brasil está chamado no dinheiro: pra onde está indo o dinheiro? O dinheiro está indo... Se você vir aí nessa pesquisa de, em um dia, 2.037 *sites*, se você olhar aí cinco instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central, é onde estão se processando 90% do jogo ilegal no Brasil, que é esse aí, dos códigos falsos, onde eles pegam o código, adulteram, dão para influenciadores...

Sabe os 97% que volta? Eles pegam, botam aí, voltam 200%. O influenciador pega lá: "Ó, estou jogando aqui, estou ganhando!". E toda hora só ganha, só ganha. E aí, o que acontece?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O Daniel Alves faz propaganda do seu jogo? Você já contratou o Daniel Alves?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não, nunca.

Eu nunca contratei nenhum *influencer*.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Nenhum *influencer*?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Nenhum, nenhum.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então vamos fazer o seguinte.... Eu estou impactada realmente com a colaboração do senhor e acredito que o senhor, um menino muito inteligente, um rapaz muito inteligente, fez até o

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro ano do ensino médio... A minha sugestão, Sr. Presidente, é que, como nós estamos iniciando hoje, nós iremos fazer auditorias nos jogos, inclusive no tigrinho seu, pra gente comparar com o falso. Eu gostaria só que me mostrasse...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ele está querendo terminar de mostrar essa plataforma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Só pra terminar aqui, porque eu já estava até terminando mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, pois não. Jamais interromperia uma dama.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Nós precisamos aprofundar o estudo e nós vamos submeter esse também a um estudo, o teu tigrinho com o outro, a uma auditoria. E eu gostaria de pedir, extrapauta, pra gente aproveitar o momento e já chamar o senhor, convidar o senhor pra voltar daqui a uns 15, 20 dias...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... porque nós teremos mais informações, e o senhor pode ajudar o Brasil a se livrar do tigrinho do mal. Nós queremos o tigrinho do bem. (*Risos.*)

O senhor precisa voltar. Eu gostaria de saber... Eu vou fazer oralmente esse requerimento agora e pedir pros senhores... Porque nós não estamos sequer preparados pra essa história, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora Soraya, eu acho que a plenária é soberana. Então, já que o Sr. Fernando está com essa boa vontade de vir, eu acho que não precisa nem a senhora fazer por escrito. Ele já está se comprometendo aqui, perante o Senado da República, a vir aqui esclarecer.

Agora eu queria voltar pra tua plataforma.

A senhora desculpe eu interromper...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não, está certo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – É porque eu queria só fazer uma pergunta aqui.

Eu sou médico...

Volta aí à plataforma dele, onde tem os jogos.

Fernando, eu sou médico e me preocupa toda essa questão desse adoecimento das pessoas, o que você sabe; você é um homem bem-informado, por isso seu sucesso. O que me preocupa é o seguinte: mesmo na sua plataforma, que é uma plataforma que você vem aqui e diz que é algo absolutamente legal, você não acha que a gente podia utilizar figuras que não têm um apelo infantil? Eu não consigo entender por que essas plataformas têm sempre esse apelo de bichinhos, de coisas que se identificam mais com um público menor, com um público infantil mesmo. Isso não induziria crianças, como já acontece muito, a jogarem cada vez mais?

Até porque, não plataformas suas, mas *influencers* que fazem uma motivação pra que o jovem comece a apostar utilizam essas imagens, que são muito, muito atrativas pra... Você não poderia fazer, por exemplo, um gesto com o país de a gente começar a mudar esse... Porque, quando a gente olha, tem muita coisinha de... tem um tigrinho, tem um ursinho, enfim, figuras que são identificadas com revistas em quadrinhos, com uma atividade que é mais ligada à criança. Então, isso me causa uma preocupação muito grande.

Eu tenho amigos meus, filhos de amigos meus que estão com problema de ludopatia, se viciaram em jogo, têm gasto uma quantia significativa dos seus pais. Eu acho que é muito por conta disso e também por essa publicidade que os influenciam: "Olha, eu acabei de jogar, ganhei 20 mil, ganhei 50 mil, ganhei 150 mil! Vou comprar um carro novo! Faça como eu! Estou lhe dando aqui um bônus de 5 mil pra começar a jogar!". Essas coisas é que são muito nocivas pra população brasileira.

Eu acho que o jogo deve ser encarado como uma diversão, não é? E que ele seja, já que você tem... Você é um cara... A gente tem que respeitar a sua história. Aliás, eu estava até meio

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

triste aqui porque induzi muito meus filhos a fazerem Medicina. Então, já tenho quatro médicos e um engenheiro, que poderiam nem ter perdido tanto tempo. Mas é isso aí.

Então, eu acho que você poderia, por exemplo... Você, que tem toda essa *expertise* em comunicação digital... Que a gente fizesse uma plataforma que assegurasse que menores de 18 anos não poderiam entrar nisso aí e jogar. É uma coisa simples de se fazer. Isso já garantiria muita segurança e muita proteção pra quem ainda não tem personalidade formada pra jogar.

Eu não sei o que você acha disso. O que você pensa disso?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA (Para depor.) – Sr. Presidente, eu acho que o senhor está certíssimo, só que essas imagens aí são fornecidas através das empresas, dos *softwares* que a gente contrata, como esse agregador de provedor de que a gente falou. Eles têm licença, têm tudo, mas isso é o que eles disponibilizam para a gente.

Mas eu queria informar pra V. Exa. que um menor não consegue fazer um cadastro aí. Ele não tem como fazer um Pix. Se é um menor... Mesmo antes da regulamentação, não tinha o Face ID. Hoje é igual a banco: pra fazer um cadastro, tem que pegar a face e tudo. Então, uma criança não vai conseguir fazer um cadastro aí, mas, mesmo ela conseguindo, se ela fizer um Pix, automaticamente ele é estornado pra conta. Então, não tem como um menor jogar nesse nicho de jogo pra maiores de 18 anos.

Hoje a Fazenda, a regulamentação, ela cuidou muito bem disso aí. Não tem como jogar – não tem – um menor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu confesso que tinha uma opinião diferente. Eu continuo achando que essas imagens são imagens que têm muito apelo a jovem utilizar isso, o que é ruim, mas eu acho que precisamos realmente ter um ambiente mais seguro, porque eu não vejo como... As pessoas que estão no Bolsa Família que têm jogado aí – só no mês de agosto, o Senador Omar tem esse relatório, eu também tenho, do Coaf, foi uma quantia exorbitante que veio do Bolsa Família pros jogos –, essas pessoas eu acho que não têm nem *smartphone* que dê para fazer reconhecimento facial. Aí eu não sei como é que faz, porque tem muito *smartphone* em que não dá para fazer, em telefone simples não dá pra fazer reconhecimento facial.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu acho que precisamos realmente estabelecer critérios de absoluta segurança pra proteger as pessoas, principalmente aquelas pessoas que estão jogando sem poder, porque o dinheiro do Bolsa Família vai do nosso bolso. E a gente termina sendo permissivo com acesso a jogo, fazendo com que essas famílias sofram mais. Isso aqui é uma preocupação grande, minha, como médico.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, peço minha inscrição.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Senhor – o próximo é o Senador, não é? –, é importante a sua ajuda, mas quero lembrar também – o seu advogado deve ter lembrado para o senhor – que existe a responsabilidade solidária. Em cada contrato desses que o senhor faz, o senhor vende, as pessoas jogam por meio da sua plataforma, o senhor recebe dinheiro e o senhor também manda uma parte para o tigrinho do bem. O senhor manda para fora, o senhor compra o direito de operar ou o tigrinho é seu? O tigrinho é de uma outra pessoa, que o senhor me diz que é, mas o senhor é o representante no Brasil, então, do tigrinho do bem.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA (Para depor.) – Não, não sou nenhum representante.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Mas o senhor é o único que tem o tigrinho de verdade...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... porque todos os outros são falsos. Eu não estou entendendo.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Todas as *bets* do Brasil e do mundo, existe isso aqui que você está vendo. Não é eu que estou "proferando" o tigrinho, eu não sou dono do tigrinho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Quem mais representa o tigrinho no Brasil?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Todas as empresas regulamentadas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Mas isso aí não está totalmente regulamentado. O tigrinho não está regulamentado, tanto que nós estávamos aqui, no começo da reunião, cobrando do Poder Executivo a regulamentação. Mais de um ano, e não tem regulamentação. Nós estamos aqui também para produzir um material, um projeto de lei, uma solução legislativa que possa regulamentar. Nós estamos nos inspirando, inclusive, nos países que mais exigem.

Então, o intuito dessa CPI é este: apurar o que é falso, o que não é. Então, de repente, o senhor vai conseguir colaborar conosco. Por isso eu peço para o senhor... Na sexta-feira me disseram que o senhor não estava aqui em Brasília. A gente não consegue te encontrar, é bem difícil, por isso eu gostaria de aproveitar bem este momento. Aí chegou a informação para a CPI de que o senhor estava no exterior, quando, do nada – Brasília é pequena –, alguém me disse que o senhor estava aqui e que o seu jatinho estava estacionado num hangar ali do nosso aeroporto. Eu pedi para a Polícia Legislativa buscar o senhor, porque o senhor não está recebendo nenhuma intimação da forma normal como se intima. E também, quando eu convidei o senhor para uma audiência pública, nunca nós encontramos o senhor, e eu descobri que no dia da audiência o senhor estava aqui. Então, eu quero parabenizar a Polícia Legislativa, que agiu de forma ágil, mesmo assim tendo que esperar o senhor acho que por mais de oito horas lá no aeroporto, mas encontrou o senhor, o senhor foi intimado pessoalmente.

Por isso eu não gostaria de perder a oportunidade de fechar com ele aqui a próxima vinda. Primeiro, porque nós vamos ter que ir atrás do tigrinho falso.

O senhor já pode ajudar. E a responsabilidade... Porque eles são seus concorrentes, e o senhor não está nem preocupado com isso? Se o senhor ganha tudo isso, imagina os falsos.

Então, é por isso que eu faço esse pedido extrapauta, porque é muito difícil encontrar o Sr. Fernando. É muito difícil.

Então, hoje nós estamos aqui tendo o privilégio de ter o senhor.

Eu peço novamente para que deixemos aqui... Que ele seja intimado pessoalmente para uma data qualquer, daqui 15 dias, 20 dias, porque a gente não consegue intimá-lo. Não sei por que o senhor é tão difícil, é mais fácil encontrar o Papa. Mas...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Senadora, não é verdade. O Dr. Fernando...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor está dizendo que eu estou mentindo?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Não, estou dizendo que não é verdade que é difícil encontrá-lo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É muito difícil. Pra mim é. Pro senhor deve ser fácil.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Não é verdade. O Dr. Fernando...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não vou entrar em discussão.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – ... é um grande empresário do meu estado, eu conheço ele há muito tempo. Eu me comprometo aqui com a CPI, caso nós decidamos trazer ele de volta e encontrá-lo. É uma pessoa que reside no meu estado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não, mas então deixemos intimado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Não existe essa dificuldade de se fazer e de encontrar esse rapaz. Esse rapaz poderia aqui não ter falado nada nesta CPI. Ele tem uma decisão da Justiça que o protege, fez questão de tentar ajudar a CPI, demonstrando toda boa vontade, toda boa intenção, é uma pessoa que está legalizada. Então não tem essa situação de que não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Senador Ciro, eu gostaria que ele nos ajudasse e, como ele respondeu tudo, ele... Não teve uma pergunta que ele não tenha respondido. Então ele não se incriminou aqui.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Não, não é isso. O que eu quero demonstrar pra senhora...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu estou sendo aqui... Eu quero que ele nos ajude.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – ... é que não vai ter dificuldade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não, mas então... Eu tive dificuldade. Me perdoe, eu não sabia, senão eu teria procurado V. Exa. A Polícia Legislativa está aqui de prova de que eu tive dificuldades. Já não é a primeira vez que eu tento intimá-lo e, assim...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Não é a primeira vez? Como assim?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não, pra mim não é a primeira vez porque eu, como Presidente da Comissão de Tecnologia e Inovação, aprovei uma audiência pública, uma simples audiência pública...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – A CPI começou na semana passada. Os primeiros requerimentos foram na semana passada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não, por isso é que eu estou lhe dizendo da dificuldade. Eu nunca consegui encontrá-lo. Então eu tenho um histórico anterior na audiência pública. Então, agora, se a gente... O senhor pode mandar uma procuração para o Senador Ciro. Então a gente... Eu acho que é a melhor forma... Eu não estou mentindo, nem a Polícia Legislativa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Estou dizendo que ele é um profissional estabelecido, reside no meu estado. Então não vejo essa dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora Soraya...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu darei o benefício da dúvida. Estou satisfeita por enquanto.

Vamos passar pro nosso Vice que está aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu quero, antes de passar a palavra pro Senador Alessandro... Eu estou conversando aqui com o Sr. Fernando e com o patrono dele pra que, no decorrer dessa nossa oitiva aqui, a gente estabeleça já uma... Já que ele está com tanta boa vontade... Aliás, tirou e pode tirar mais dúvidas. Eu acho que, até o final dessa nossa oitiva... É final de ano, todos nós temos compromissos, todo mundo tem compromisso. Vai sair daqui da mesa porque teve que ir ao Panamá, voltar pra cá... Enfim, a gente, trabalhando muito... A gente sabe que todo mundo é superocupado.

Mas, se você puder também marcar uma data, eu acho que não tem nenhum problema já sair daqui com essa data marcada, porque você tem sido realmente... Eu fiquei até surpreso, positivamente mesmo, que você veio aqui, explicou com clareza, está fazendo uma reunião absolutamente tranquila e esclarecedora pras pessoas. Apesar de eu achar que esse negócio de joguinho aí não é bom negócio para ninguém, só é bom negócio para ti mesmo, mas tudo certo. Pra mim está tudo certo, eu não jogo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu estou precisando de um *coach* pra ganhar dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu espero que, até o final, a gente marque uma data, porque nós temos aqui só praticamente duas semanas, Senador Ciro, pra terminar o ano. Que a gente marque uma data e faça essa nossa oitiva.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, o senhor é o próximo inscrito.

Não, o próximo inscrito é o...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Certo, mas pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não. Pois não, Senador Coronel.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Só pra ilustrar mais o debate com a Senadora Soraya. Imagine, Senadora, se nós formos ter que trazer aqui o Elon Musk, porque ele é dono da Starlink. Hoje a Starlink já está virando quase domínio nacional. Então, vai ser difícil se a gente tiver que convidar ou convocar aqui o Elon Musk para falar sobre Starlink, porque eu tenho certeza de que muitas plataformas podem utilizar da internet da Starlink.

Mas eu quero reiterar aqui, Presidente, e como disse aqui o Sr. Fernando, tudo isso está porque não tem regulamentação. Há um ano nessa briga e até agora nada, que é importante para qualquer outro depoente no futuro que tenhamos primeiro aqui, representante da Secretaria de Apostas, para explicar o que é que está ocorrendo no país oficialmente. Tudo ainda dentro de uma capa, mas ninguém sabe publicamente.

Por exemplo, o caso do tigrinho. Eu sabia, que me falaram, que o dono do tigrinho era um chinês. Até quando eu vi ele chegar aqui... Meu Deus, um milagre, será que fez um transplante ou alguma coisa? Porque não tem cara de chinês, que é um dos caras, inclusive, mais ricos do mundo, esse dono do tigrinho, que é chinês, que vende esse *site* para todo o mundo.

Então, é importante também tirar para te dar, para a nossa Relatora ficar bem clara que os jogos *online* foram aprovados e, inclusive, com o seu voto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora. *Fora do microfone*.) – Sim, eu votei.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com o seu voto, entendeu?

Então, para poder ficar bem claro o que é jogo legal e o que é jogo ilegal. Porque ficar chamando também empresários que estão tentando trazer divisas para o Brasil... Tem quem goste e quem não goste. Fica até desgastante, porque não é fácil a pessoa ficar duas, três horas sentado numa mesa e, quando ao final, ver que é inocente e não tem nada a ver com isso.

Então, é importante primeiro a gente pegar quem é legal e distinguir de quem é ilegal. Não ficar...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Posso...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... querer colocar uma mesa aqui de crucificação parecendo até uma barbárie com essas pessoas que chegam aqui para isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Izalci, como a sua devida vênia, eu vou passar, porque o...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Eu sou muito...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu posso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – ... obediente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... Não, eu só... Eu posso passar a palavra para o nosso Vice-Presidente?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu já acato a sua questão de ordem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para interpelar.) – Eu agradeço a tolerância do Senador Izalci e dos colegas.

Sr. Fernando, boa tarde. O senhor está com quantos anos de idade, Sr. Fernando?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA (Para depor.) – Trinta e três anos, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Quantos?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Trinta e três.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Trinta e três. O senhor iniciou atividade empresarial com que idade?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Com... acho que com 16 anos eu já estava... mas não tinha empresa ainda, mas já trabalhava como autônomo já.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Certo. E a sua formação qual é?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Primeiro ano, do segundo grau.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mas, na área técnica, o senhor fez alguma formação específica de tecnologia?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não, só o Google.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só o Google mesmo. Qual é a atividade básica das suas empresas, Sr. Fernando?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não entendi.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A atividade básica das suas empresas, o senhor hoje é um dos dez homens mais ricos do Piauí, segundo o último *ranking* que eu vi.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu não sabia, não. (*Risos.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor está lá destacado como jovem revelação do Estado do Piauí, um dos dez homens mais ricos. Informação que o amigo Ciro pode afiançar.

Nesse período, então, de atividade comercial que o senhor tem, vamos dizer, aproximadamente 16 anos, sem formação básica, sem fazer nenhum curso, o senhor tem que atividade essencial? Qual é a base do seu negócio?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Tecnologia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Tecnologia é uma palavra muito ampla. Se o senhor puder detalhar um pouquinho mais, eu lhe agradeço.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Como eu falei aqui no começo, eu não sou bom de cognição, de falar, então eu não consigo explicar não. Começou com o desenvolvimento de jogos de RPG, depois começou a trabalhar para o Facebook, desenvolvimento de jogos...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor fazia desenvolvimento de jogos?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Isso, exatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Desenhava as linhas de programação, o senhor mesmo ou contratava terceiros?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Comecei desenhando e depois montei a empresa, e a empresa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor tem hoje quantos funcionários, Sr. Fernando?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Acho que cerca de 100 funcionários.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Cem funcionários.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Hum-hum.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor usa nas plataformas normalmente esse *software* White Label ou o senhor tem *software* desenvolvido pela sua empresa?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não. É terceirizado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Todos são terceirizados. O senhor, na verdade, faz uma espécie de plataforma agregadora?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não. Eu contrato o agregador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor contrata o agregador...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu sou só o operador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É só o operador. Então o senhor não desenvolve a plataforma, o senhor não desenvolve os jogos. Correto?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Correto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor teve, nas suas empresas... São quantas empresas de que o senhor é proprietário ou sócio?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu não sei dizer. Eu sei que tem a OIG (One Internet Group), que é a *holding*, ela tem vários outros negócios.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor não sabe, assim, se dez, quinze, vinte...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Acho que oito empresas, eu acho.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Oito empresas aproximadamente.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Seis...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

O faturamento bruto global da *holding* o senhor tem como estimar, anual?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu tenho que ver com a minha contabilidade, mas eu acho que é em torno de 200 milhões anual.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Duzentos milhões anual.

O senhor tem alguma dessas empresas atuando na intermediação de pagamentos?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor também faz a contratação desse serviço?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Exato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor contrata qual das empresas para intermediar os seus negócios?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Agora, a gente está com a Genial e outros bancos – não é? –, porque agora, com a regulamentação, você não precisa do intermediador, não é?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Hum-hum.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – A própria empresa que vai processar os pagamentos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

O senhor tem ideia do valor global que roda nas plataformas que o senhor opera? Porque, se o faturamento do seu grupo, que é apenas um contratante, está na casa dos 200 milhões anual, o faturamento global que circula pelas suas empresas o senhor tem ideia?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu tenho, mas, por questão de mercado, de concorrência, eu prefiro me reservar o direito de ficar calado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu quero acreditar que essa não seja uma das hipóteses que o *habeas corpus* socorre o senhor. O senhor pode consultar o seu advogado, mas a gente só tem o socorro no caso de autoincriminação. Ser bem-sucedido não é crime ainda no Brasil.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – É por causa do sigilo fiscal, mas eu posso enviar para esta Casa aqui, o Senado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pronto. Eu agradeço.

O senhor pode me informar quando o senhor estabeleceu uma relação de amizade com o Ministro Kassio Marques?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Quem?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O Ministro do Supremo Tribunal Federal Kassio Nunes Marques.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Ah, o Kassio. É porque todo mundo o chama de Nunes Marques, mas eu o conheci como Kassio.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Kassio é um amigo meu de mais de dez anos atrás, lá do Piauí, de comer panelada de buchada de bode e galinha caipira. É só relação de amizade mesmo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Certo.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Tanto que eu nem o conheço como Nunes Marques. Quando... Nunes Marques? Não. Eu conheço o Kassio, o Kassio, Kassio, pessoa Kassio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Que era Juiz Federal no TRF da 1ª Região.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Aí eu não sei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor o conheceu na buchada?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Isso, dez anos atrás, mais de dez anos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Buchada na sua casa ou na casa dele?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não, no Mercado da Piçarra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mercado da Piçarra?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Exato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Bom...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Bom danado e bem frequentado: nós temos um milionário e um Ministro do Supremo na mesma buchada. Está vendo? Que alegria!

O senhor deu uma carona para o Ministro Nunes Marques para o aniversário, na Grécia, do cantor Gusttavo Lima?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Essa carona foi de onde para onde?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Foi de Brasília para Atenas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ida e volta?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – De volta, eu voltei só.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Voltou só; só fez levar.

O custo desse voo qual é?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – O custo?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Isso.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Aí eu não sei. Tem que ver com a contabilidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor não tem ideia?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não tenho ideia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor levou quantos caroneiros na sua viagem?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Foi ele, o Brava e só. Ele, na verdade, foi convidado pelo Gusttavo...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Hum-hum.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – ... ele ia com o Gusttavo, só que o Gusttavo tinha feito uma festa anterior e acordou muito tarde.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí o Gusttavo acordou e disse: "Vai logo daí, porque não dá tempo de vir para cá para Brasília", e aí a gente foi. Inclusive, eu li matérias explicando toda essa situação aí. E o próprio Ministro deu esclarecimentos para toda a imprensa sobre isso aí.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Foi a primeira carona que o senhor deu para o Ministro?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor nunca tinha dado carona para o Ministro?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não, eu não lembro, não é? Porque a gente se conhece há muito tempo. Eu estou lá em Barra Grande, às vezes ele está lá; às vezes estou em Teresina, está lá...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Da sua casa para o mercado, não; eu estou perguntando de jatinho.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Hã?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu estou perguntando carona de jatinho para alguma localidade dentro ou fora do Brasil. O senhor já deu esse tipo de carona?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não.

Perfeito, Sr. Fernando. Eu estou satisfeito com as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, o próximo inscrito é o meu querido Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro eu quero parabenizar o Fernando. Quando a pessoa não deve e não teme, a pessoa vem e fala, não é? Então acho que fez aqui para a gente um trabalho muito bom.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E acho que ele talvez seja uma das pessoas que mais pode contribuir com relação aos jogos, com relação à regulamentação, porque uma das preocupações que nós temos, foi dito aqui, é com relação às crianças. Na prática, mesmo não sendo usado, você tem mecanismo que proíbe, mas hoje tem muita falsificação de CPF. A pessoa faz lá... A inteligência artificial faz tudo isso. Acho que o que está faltando aqui é um sistema de inteligência que possa detectar onde tem realmente esses jogos que são piratas, porque, de fato, pelo que foi colocado aqui, o grande problema hoje com relação a essas dívidas e tudo mais é porque realmente estão apostando num *site* ilegal. E que não é fácil você... Hoje é quase que impossível detectá-los, porque eles criam isso toda hora em qualquer lugar do mundo e você aciona a qualquer momento.

Então, Fernando, o que você poderia nos ajudar aqui seria exatamente sugerindo, você que tem experiência... Eu fui Secretário de Ciência e Tecnologia, então, sei da tua capacidade. É um dom que você tem. Tanto é que hoje esse negócio de ter segundo grau ou faculdade não quer dizer nada, porque realmente a nossa educação hoje está muito péssima em qualidade, não ia acrescentar muita coisa.

Mas essa é uma das preocupações que nós temos. Primeiro, por exemplo, com relação à tua empresa, qual é a política de controle de verificação que você tem na sua empresa para evitar que menores de idades ou indivíduos vulneráveis sejam expostos nos jogos? Vocês têm algum mecanismo, algum sistema, vocês colocam alguma mensagem, alguma forma de inibir que esses vulneráveis e crianças utilizem o sistema?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA (Para depor.) – Sim, toda a publicidade é feita para um nicho fechado de pessoas maiores de 18 anos. Na plataforma em si, a gente tem uma API interligada com a Receita Federal, que mostra se a pessoa é menor, se ela é parente de jogador, chamada PEP. Então, a gente, antes de... A pessoa entrou no *site*, digitou o CPF, a gente já sabe tudo daquela pessoa, se ela vai para a frente ou não, se ela é proibida de jogar, se ela é menor. E essa é uma API fornecida pela própria Receita Federal. Então, não tem como hoje um menor jogar.

Depois disso, tem o Face, o Face ID também, que é consultado na base da Receita, da Fazenda, do serviço chamado Serpro, que verifica quem é aquela pessoa. Quando a pessoa joga,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se ela for sacar, ela só saca para o próprio CPF dela, então não tem como... É como se fosse uma conta no banco restrita à sua titularidade. Você só deposita com sua conta, só saca para sua conta, do seu CPF.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas você, que é da área de tecnologia, sabe que hoje você cria um perfil com CPF falso. Você cria um perfil e pode jogar.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não. Não tem como. Através dessa tecnologia do Serpro, não tem como...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Esse do sistema agora?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Que está na Receita Federal?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Hum-hum.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você afirma então que todas as empresas cadastradas agora...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eles estão tendo que se regular a esse mecanismo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Que não é... Você acha que não há possibilidade de violação com relação à criação de perfis falsos?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não? Entendi.

Bem, em termos de medida preventiva, acho que já disse aqui, nós temos uma preocupação também com os influenciadores. Estão usando crianças para influenciar, para fazer propaganda.

Nessas empresas cadastradas também tem essa proibição? Ou não?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Tem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Essas que fazem hoje estão fazendo para os *sites* ilegais? Porque hoje tem influenciador mirim...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim. Exatamente.

Existe um grande problema hoje do nosso país nesse setor aí das apostas: esse jogo ilegal, porque ninguém está se adaptando a nenhuma norma da regulamentação. Para você ter ideia, a Fazenda soltou aquela lista de adequação em setembro, e, de lá para cá, no mercado, nada mudou. Os ilegais continuaram operando normalmente como... Nem aí para nada. Tem até pessoas que conheço, que veem as coisas... Eu disse: "Rapaz, cuidado! Isso aí é problema! É problema!". Mas, pelo que eu vi, nem tanto esse pessoal que faz isso quanto as empresas que operam, os bancos... O grande problema hoje são os bancos. Eles não se atentaram ou, se se atentaram, estão fazendo vista grossa, mas os bancos, as processadoras, como eu mostrei aqui naquele relatório, e acho que não deu nem para mostrar tudo, continuam operando o dinheiro. Então, Senador, qual a forma hoje de acabar com esse problema do Brasil do jogo ilegal, do tigre falso, do algoritmo adulterado? É respeitar a regulamentação do Brasil, porque lá eu... Eu falo assim... Você falou: "É um dom". Mas foi muito bem elaborado aquilo ali, entendeu? Ali é um... É como se fosse, não sei se eu posso falar, mas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É um filtro, não é? Bem...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Ali é o Lúcifer do ilegal, entendeu? Não tem como passar nada ilegal naquilo ali, com todas aquelas portarias, toda aquela adequação. O único problema que tem é que o ilegal não parou, o jogo falso. Os algoritmos adulterados dos jogos falsos não pararam. E eu tenho certeza porque pela... Com todos os certificados, tudo que a Secretaria de Prêmios e Apostas pede, ali, não vai passar o ilegal naquele meio, naquele filtro, sabe?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Dá para concluir que esses influenciadores que ganharam milhões e milhões foram de empresas clandestinas? Ou vocês que são legais...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não. Tem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... também patrocinam?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Tem... Tem muita gente... Tem muita gente que trabalha no correto.

Aí vai do influenciador, não é? Tem gente que quer trabalhar no errado, mas tem muita gente – muita, muita, boa parte – que trabalha no correto, para empresas regulamentadas e tudo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você mesmo patrocina, tem influenciadores?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não, eu nunca trabalhei com influenciador, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agora, vem cá, considerando aqui a taxa de retorno – você disse isso aqui, do jogador – de 96,81%, o impacto das funcionalidades adicionais, como o tigre da sorte e o modo turbo... O seu tem isso também, modo turbo? Ou não?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Tem. O modo turbo não é nada mais, do que menos, de o jogo rodar mais rápido, ele não influencia no algoritmo do jogo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, sim. Mas, com o tigre da sorte e o modo turbo, qual é a justificativa ética empresarial da empresa para operar um jogo que, a longo prazo, consome consideravelmente o orçamento dos apostadores, com maior potencial aditivo comparado com outras modalidades de aposta? É evidente que o turbo, como você disse, é mais rápido e ele consome mais também, não é?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Ele roda mais rápido. Exato.

Eu acho que o que a gente tem que trabalhar aqui é na questão do jogo responsável, na ajuda mesmo psicológica de pessoas que... Inclusive eu tenho até projetos de montar, depois de tudo certinho, no próximo ano, montar projetos de hospitais, de ajuda, de central de atendimento para os clientes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente, agora, junto com a Fazenda, com essas APIs interligadas e tudo, o que passar, o que a gente não vir... A gente não vai fazer para passar, mas o que passar a Fazenda já vai estar sabendo ali, imediatamente: quais são os jogadores problemáticos, quais não são, qual está passando do orçamento dele, do que ele ganha.

Então eu acho que a gente tem que... É o mesmo problema do álcool, do cigarro. A gente tem que cuidar dessas pessoas, entendeu? Eu tenho um projeto de montar atendimento, hospitais, para ajudar. A gente está para ajudar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bacana. Vamos para cá. Agora tem uma reforma tributária, tem um imposto seletivo para cuidar disso aí, para dar essa compensação.

Mas olha aqui: dado o alto índice de apostas perdidas – 56%, segundo a Simulação de Monte Carlo – e a estratégia de divulgação via influenciadores, que distorcem a percepção de ganhos, quais medidas sua empresa adota para garantir que os consumidores recebam informações claras e precisas sobre os reais riscos de probabilidade do jogo? O seu apostador tem essa orientação? Existe no *site* uma orientação sobre tudo isso?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Tem. Existe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Já é exigência agora da regulamentação?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Já, também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

Tendo em vista que o modelo de negócio – esse Jogo do Tigrinho, por exemplo – opera com a taxa de retorno do jogador de 96,81%, como a sua empresa garante que os jogadores estão plenamente cientes dos riscos envolvidos e das reais chances de perdas? Que estratégia específica de comunicação a empresa adota para prevenir vícios e prejuízos excessivos entre os apostadores?

Você diz que está fazendo um sistema, mas hoje existe alguma coisa...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Nisso aí entra a questão do jogo responsável – a gente está sempre alertando os jogadores – e também, antes de o jogador entrar no jogo, existe uma barrinha, que pelo menos a OIG Gaming adotou, para mostrar ao jogador quanto daquele jogo pode retornar para ele.

Então, a gente já deixa bem explícito antes de entrar no jogo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você acha que é viável criar um sistema para identificar esses *sites* clandestinos, ou não? Você acha que tem condição de fazer isso?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim, esse é o grande problema do Brasil. Inclusive, eu criei... A gente só rodou, lá a pedido da ANJL, a gente criou, a gente só rodou 24 horas. Para você ter noção, quando a gente rodou, a Fazenda já tinha bloqueado cerca de 2.060 *sites*. A gente excluiu todos os bloqueados pela Fazenda, mais a lista dos que estavam na pré-autorização e, em apenas 24 horas, a gente pegou 2.037 operações ilegais.

Então, eu estimo que, hoje, no Brasil, esteja para mais de 30, inumeráveis operações, 30 mil, 100 mil operações ilegais usando a boa vontade do brasileiro para...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas esse sistema... Você criou esse sistema?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ele já está em operação?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim... A gente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você acha que a Receita vai conseguir desativar todos os *sites* ilegais?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – É, se for atrás de onde está o problema, porque a gente criou, na verdade, para mostrar para o Governo que o problema não é domínio. Hoje, é bloqueado um domínio... Quando a gente rodou esse sistema, tinha bloqueado dois mil e poucos *sites*, foi aquela primeira lista da Fazenda. Quando a gente montou o sistema e rodou ele durante 24 horas, a gente pegou mais de duas mil de novo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente viu que não era nem grande parte, mas uns 20% daquilo ali era *site* criado com dois dias, três dias, 15 dias, porque foi depois que a Receita fez o bloqueio dos domínios.

Então, a gente, preocupado com esses jogos falsos, com o mercado em si, a gente quis mostrar para a Fazenda, para as autoridades, que o problema não está no domínio. Se você ficar bloqueando o domínio, você não vai combater o problema. O problema está no dinheiro, nos CNPJs e nos bancos que processam os Pix.

Se hoje acabassem aqui esses bancos, esses CNPJs, que operam o jogo ilegal hoje, amanhã morria 99% do jogo ilegal no Brasil. Então, o problema não está em bloquear domínio. Bloqueia domínio, abrem dez. Bloqueia domínio, abrem dez. O problema está no dinheiro. Dinheiro. *Follow the money*. Dinheiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E você sabe o que a Fazenda está fazendo sobre isso, ou não? Tem já mecanismo também para...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não, eu disponibilizei lá para a Fazenda. A gente teve uma reunião lá com a associação, com o pessoal da Fazenda. A gente disponibilizou, tem uma denúncia protocolada, acho que foi na quinta-feira, com todo o relatório que eles pediram lá, com todas as provas, tudo, para eles tomarem as devidas providências. Está protocolado lá na Fazenda, através da associação. O João Pedro pode até disponibilizar para vocês esse relatório, tudo isso, para vocês tomarem ciência do que está acontecendo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bom, viu? Acho que ele pode contribuir muito com isso, realmente. Não é inviável você realmente ter um controle maior disso aí.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Para você ter ideia... Desculpe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pode falar.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Para você ter ideia, dessas 2.037 operações que foram filtradas... Só durante 24 horas, tá? Não rodou mais de 24 horas, não. Todo o dinheiro está proliferado em, mais ou menos, cinco ou seis instituições financeiras autorizadas pelo Banco

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central – noventa e poucos por cento do fluxo do jogo ilegal em cima desses dois mil e poucos *sites*, sabe?

Então... E se você pega... Porque você sabe o banco, existe o banco, a instituição financeira. Ela abre uma conta por um CNPJ, o CNPJ começa a processar o jogo ilegal, só que aquela movimentação atípica ali não tem como passar sem o banco ver aquilo ali. O estilo de transação do jogo é muito similar uma com a outra. E se você for pegar as empresas por CNPJ, você vai ver que são empresas com 10 dias, com 15 dias, com 30 dias, você vai atrás do dono, você vai ver que são umas pessoas muito nada a ver, entendeu?

Então, a gente fez esse relatório preocupado com o Brasil, com esse jogo ilegal, com esse caos todo que está acontecendo, para mostrar para o Governo, para a Fazenda, que é quem está tratando da regulamentação e está tratando muito sério, onde está realmente o real problema do jogo ilegal, do jogo falso, de tudo que está acontecendo de problema.

Está aqui ó! Quer parar isso? Quer resolver o problema? É questão do dinheiro, de onde está indo o dinheiro, de onde está indo e de onde está vindo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só uma última pergunta.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Se parar do dia para noite, morreu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A última pergunta, Presidente.

Porque quando você joga, você cria, você deposita num cartão de crédito próprio da instituição, pode ser criado, não é? Todos os *sites* criam as instituições de pagamento, tem lá alguns cartões que eles usam em que você deposita, você deposita o seu cartão e vai para um cartão especial do jogo...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... que fica com o crédito, aquele crédito vai sendo alterado, não é?

Como é que funciona esse sistema de pagamento?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Você faz, na verdade, como se você fizesse um depósito numa conta ali, o dinheiro está lá e você joga, mas cartão...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, tudo bem, mas é isso aí.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – ... pelo menos a gente nunca... Nunca existiu o negócio de cartão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem uma carta, você deposita numa conta.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Uma conta. Essa conta está disponível para o jogo?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agora, essa conta é banco oficial ou tem uma empresa, tem empresa no exterior que faz isso? Você deposita...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Agora, com a regulamentação, ela é depositada diretamente na conta oficial da empresa no Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas, hoje, não é?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não, antes da regulamentação não, aí usava-se a processadora de pagamentos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Fernandinho, eu queria, antes de passar a palavra para o Senador Rogério, fazer duas perguntas a você.

Você tem conhecimento de que tem algumas empresas de *bet* que trabalham muito com criptomoedas. Tem conhecimento, não?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA (Para depor.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não. De verdade?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – De verdade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está bem.

A empresa Betão é sua? Betão?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Betão?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Betão.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Betão, sim, ela é da OIG Gaming.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ela é sua, não é?

Você disse que você não paga *influencer*, mas esse Lucas Luqueta, você paga esse cara, ou não?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – O Lucas é um cunhado meu, que faz um serviço pra gente lá só no Instagram, não é... É no Instagram do Betão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas você paga a ele? Esse *influencer*?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim, tenho uma prestação de serviços com ele.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem.

Vou passar a palavra para V. Exa., Rogério.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nobre Senador Dr. Hiran, cumprimento também a Relatora, Senadora Soraya Thronicke.

Eu estava no gabinete acompanhando aqui a parte do depoimento do Sr. Fernando Oliveira Lima, a quem cumprimento por ter vindo aqui também, o seu patrono. E eu acho que, assim, as matérias que foram divulgadas ao longo da semana apontam para a sua relação, para o seu vínculo com esse jogo do Tigrinho.

De fato, qual é a sua relação com o jogo do Tigrinho?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA (Para depor.) – Nenhuma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nenhuma?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Nenhuma!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não conhece?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Conheço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já teve contatos?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já se reuniu?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Conhece quem?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Do jogo do tigre?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Ninguém.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas você disse que conhece.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não, conheço o jogo. (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, conhece o jogo, mas não conhece nenhum representante?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O jogo do Tigrinho está hospedado na sua plataforma?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas você não conhece os representantes?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas como você hospeda na sua plataforma e você não conhece os representantes da empresa? Com quem você tratou para que isso acontecesse?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Com um agregador de jogos. É tipo... Como é que eu posso explicar? Existe a Heineken e existe a Ambev, não é? Existe a Heineken, existem várias distribuidoras, e você tem um distribuidor, que, na verdade, hoje a gente chama de agregador. Então, eu contrato com o agregador, e o agregador que trata com o provedor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tá, mas você hospeda...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu contrato o serviço do agregador, hospedo no meu *site*...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quem é o agregador?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – ... mas os meus contratos não são com o RPG.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quem é o agregador? Quem é o agregador?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – BetConstruct eu uso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quem representa essa...?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – É uma empresa armênia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim. E quem representa essa empresa armênia no Brasil?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Ninguém. Eles estão abrindo agora, aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. está dizendo a esta CPI que representa uma plataforma que recebe uma atividade de que, até este momento, ainda não tem a clareza da legalidade plenamente vinculada, é um ambiente ainda nebuloso, obscuro, mas V. Sa. não conhece o representante do Tigrinho, mas também não conhece o representante do agregador, mas está fazendo da sua plataforma um instrumento para uma prática que pode estar vinculada a crimes contra o sistema financeiro, a crimes de lavagem de dinheiro e outras coisas. Não é estranho você ter uma empresa no Brasil que é um canal, que é um meio para que outra empresa opere aqui e a sua empresa não conhecer ninguém? Qual é a responsabilidade da sua empresa com o conteúdo que passa por ela?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – A partir do momento, todas as responsabilidades, não é? Agora com a regulamentação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A primeira responsabilidade é dizer quem representa.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu sei quem representa, mas não sei quem representa no Brasil. Agora, com a regulamentação, é que está se abrindo aos representantes no Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas empresa estrangeira não pode operar no Brasil sem ter aqui representação legal. O que você está falando

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui é de uma contradição gritante. Eu estou lhe perguntando objetivamente: a sua empresa hospeda. Quem ela hospeda? Quem representa? Aí você está dizendo: "Não, eu não tenho relação direta, eu não tenho tratativas diretas com o operador. A minha relação é com o agregador". Então, eu pergunto: quem é o agregador? Quem é a figura que representa no Brasil esse agregador?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu já falei, eu já falei...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já falou, já falou...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Já falei tudo que eu tinha para falar aqui. Senador, se o senhor quiser o contrato, esses contratos, eu disponibilizo para o senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, eu estou lhe perguntando perguntas básicas. Você está vindo numa CPI, dentro do Senado Federal, e até agora falou, estava parecendo até um filantropo, agora há pouco, aqui, dizendo que... preocupado com a saúde mental das pessoas, preocupado com o hospital não sei das quantas, mas aí, quando se pergunta objetivamente sobre a sua relação com o jogo do Tigrinho, você diz que não tem. Mas, na sequência, responde: "Não, mas ele está hospedado na minha plataforma". Aí eu pergunto: "Tá, mas quem foi o representante legal que tratou de estabelecer as condições em que se deu efetividade a essa prática no Brasil?". Aí você disse: "Eu não conheço o representante". Aí você fala de um agregador. Quem é o representante legal no Brasil que tratou desse assunto?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Senador, eu queria ser humilde aqui e dizer que eu já falei tudo aqui e eu acho que o senhor chegou um pouco atrasado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não, meu caro. O seu advogado está orientando-o. Eu estou observando: ele está preocupado com as suas respostas, porque ele sabe exatamente o que você está fazendo neste momento. Ou você opta por exercer o seu direito constitucional ao silêncio, que você já foi buscar no Supremo Tribunal Federal, ou você começa a dizer a verdade, porque não adianta vir aqui pintar um cenário de que está tudo certo, mas, quando se perguntam objetivamente questões básicas, V. Sa. sai pela tangente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu respeito o papel do patrono, mas o patrono, num momento como esse, tem duas escolhas: ou te orienta a ficar em silêncio, ou você tem o compromisso, o dever legal de falar a verdade.

E eu estou lhe perguntando objetivamente: com quem você tratou? Quem é o representante legal?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu não sei quem assina o contrato; a gente pega o serviço de uma empresa internacional, que... Eu não sei quem assinou o contrato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, olha a gravidade do que nós estamos ouvindo no âmbito desta CPI. O representante de uma plataforma está dizendo que tem um operador operando no Brasil jogos que são uma tragédia ao Brasil, e ele está dizendo que não sabe quem é o representante, ele não sabe com quem tratou, mas assinou o contrato, e estão operando no Brasil. Estão tratando o Brasil como casa da mãe Joana. Se o representante da plataforma está aqui, fez um contrato, está ganhando dinheiro com isso, e ele diz à CPI que não sabe com quem tratou, não sabe o que foi tratado... Aí eu pergunto, mas a responsabilidade é de quem? "Não, é minha também". A primeira responsabilidade é dizer com quem tratou, é dizer quem é o representante legal.

Nenhuma empresa pode operar no Brasil sem representação legal aqui. Por muito menos do que isso, pouco tempo atrás, o Ministro do Supremo Tribunal Federal mandou prender o dono da X. Eu não sei se você está em outro país e que não tem essa informação, porque se tem, é uma informação pública. E aí você está dizendo aqui que está tratando com empresas, com grupos econômicos da jogatina, mas não sabe quem é, não sabe com quem tratou, e diz que não tem representante no Brasil.

Tem representante no Brasil ou não tem?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu acho que tem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quem é?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – BetConstruct.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quem?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – BetConstruct.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, quem é o representante legal no Brasil? Pessoa; eu não estou falando de instituição.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu sou obrigado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estou falando de figura de CNPJ.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu não sei, Senador. Eu sou obrigado a saber quem é que assina o contrato?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Você é o dono da empresa.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu assinei com a empresa, com outra empresa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E quem é que assinou pela empresa? Vocês não tiveram nenhuma reunião para tratar disso?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com quem?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Mikayel.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mikayel?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quem é Mikayel?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Mikayel é o CBO da BetConstruct.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mikayel?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Exato.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele é o representante legal?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Eu não sei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. realmente é o primeiro dono de empresa que trata de negócios, que celebra contratos, mas que não sabe com quem está tratando, não sabe quem é o representante legal...

Quem é essa faxineira que recebeu R$1,7 milhão...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não sei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... da sua empresa?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não sei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Também não sabe?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse realmente...

Deixe eu lhe perguntar: qual foi a tributação levantada pela sua empresa, no Brasil, até esse momento?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Também não sei. Tem que ver com o contábil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não sabe.

Mas está pagando imposto?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Claro!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dos jogos?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Do quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dos jogos?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não sei. Eu pago da minha empresa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dos jogos: tem conhecimento se está havendo levantamento de impostos nessa fase...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não sei. Tenho que ver com o contábil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não sabe também?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa. pela condução desta CPI e cumprimentar a Relatora pela iniciativa.

Vejam que, quando se tem perguntas sobre o que é, quem representa, o que está fazendo e como está fazendo, não tem respostas. Ou seja: nós estamos diante de uma caixa-preta, e ou o Senado Federal usa os instrumentos que tem, inclusive quando mentiras forem propagadas da cadeira de quem depõe, fazendo valer a extensão do que é o poder de uma CPI, ou então, simplesmente, nós estaremos prestando um desserviço ao Brasil.

Nós estamos diante de uma realidade em que, hoje, o Brasil inteiro está tomado por essa prática de jogos *online*, pessoas doentes, viciadas, crianças participando disso sem qualquer controle, sem tributação, porque o Governo deu até janeiro do ano que vem... Ele não sabe dizer, não! Ele não quer dizer. Ele não quer dizer. Ou é desinformado.

O Governo deu até janeiro do ano que vem para que as empresas de jogos permanecessem no Brasil, sem pagar R$0,01 sequer de impostos. Eu denunciei isso da tribuna do Senado Federal.

O Rio de Janeiro tomou a iniciativa de fazer o enquadramento das empresas de lá. Entraram na Justiça para impedir. Ou seja: o argumento que usaram aqui no Senado Federal e na Câmara pra regulamentar a pauta dos jogos foi: "Não. Tem que trazer pra legalidade. Tem que trazer para as luzes. Tem que trazer para o campo da tributação". Mas, na prática, não é isso que está acontecendo. Continua nesse apagão de informações, nessa caixa-preta que nós temos a incumbência de desvendar.

Eu... É a primeira vez que estou vindo no âmbito desta CPI. É a primeira vez que estou vindo aqui. Assinei. Apoiei, para que fosse aberta a CPI. Mas, a partir de hoje, Sr. Presidente, vou

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudar a fundo, como sempre fiz nas CPIs de que participei, porque não dá pra alguém vir aqui prestar um depoimento e simplesmente alegar "não sei de nada, não sei quem é, não conheço", mas está faturando. Isso não é honesto com o Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Só um pela ordem também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Rápido, rápido. Só pra ver...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – É pra que o Fernando possa tirar uma dúvida minha aqui.

Esse tigre que está no seu *site* começou quando? E, antes dele, essa... Você me disse que conseguiu... Primeiro você entrou nos jogos de pergunta e resposta – não é isso? –; depois, deve ter tido outros jogos que não foram jogos de cassinos, mas jogos... *games*, não é? Antes você funcionava... a empresa já funcionava legalmente. A partir do momento em que você bota os jogos *online* – que aí não existia, foi aprovada a lei recente – é que você começou a operar com esses jogos? Como é que é essa transação aí, antes e depois dos jogos *online?* Como é que era isso?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA (Para depor.) – A OIG Gaming surgiu a partir do momento do âmbito de regulamentação no Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quando você colocou no seu *site* esses jogos, já estava em processo...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Exato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... já tinha sido aprovado aqui pelo Senador Angelo Coronel...

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Hum-hum.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... e participando da regulamentação no Ministério da Fazenda.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É isso?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Exato.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Soraya, antes de passar a palavra pra você, eu queria só fazer uma pergunta aqui.

Me tire uma dúvida, Fernando: quando você coloca o Fortune Tiger na sua plataforma, você firma com o autor, o proprietário do *game*, uma relação comercial, não é? Esse contrato é feito direto da tua empresa com essa empresa... Qual a origem desse Fortune Tiger? É chinesa?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA (Para depor.) – Pelo que eu estudei, o Fortune Tiger eu acho que é uma empresa de Malta.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – De Malta, é?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – É. Só que a OIG Gaming contrata a BetConstruct, que é o provedor de sistema, e já agrega vários provedores juntos, que são acho que mais de 200, 300 provedores. Então, o meu relacionamento de negócio é com a BetConstruct, nem é com a PGSoft.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem.

Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, diante do que o Senador Marcos Rogério acabou de... da forma como ele acabou de se manifestar, eu vou insistir: eu já protocolei novo requerimento de convite – convite, Sr. Fernando – pra ele. Eu acho que precisamos ouvi-lo novamente, depois de recebermos os documentos do Coaf e tudo mais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu sei que o Senador Ciro é amigo dele e tudo, mas aqui não é uma coisa de convidar o vizinho, nada. Isso aqui é muito sério, muito formal, Senador, e é muito grave. Então, eu vou insistir na aprovação extrapauta, pra que ele saia daqui pessoalmente intimado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, eu vou solicitar ao Plenário, às Sras. e aos Srs. Senadores, se aprovam a sugestão da nossa Relatora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Convite. Convite.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – Convite.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Até, Senador Marcos Rogério, parabéns pela sua participação – você engrandece a CPI com sua participação aqui –, mas eu acho que o convite até é um reconhecimento com a boa vontade que esse rapaz manifestou aqui. Eu acho que respondeu às questões que ele podia responder, eu acho que é um princípio constitucional que nós temos o direito de ter; não só ele, todos nós. Ninguém está aqui pra se autoincriminar.

Eu acho que aquilo que o Senador Angelo Coronel falou no início, e que nós já consignamos nesta CPI, através dos convites para que os órgãos de Governo que estão envolvidos com a matéria venham aqui dizer por que não regulamentaram essa questão durante tanto tempo... Vamos chamar aqui os órgãos de Governo. E eu acho que nós estamos aqui exatamente para aperfeiçoar esse ambiente de jogo no Brasil, e eu já falei aqui – você não estava aqui –, a minha preocupação é a mesma preocupação sua e de todos. Quer dizer, isso virou uma jogatina de... A gente não tem condição, conhecimento de saber o que é verdadeiro, o que é falso, o que é algoritmo alterado, o que não é. A gente não tem condição.

Então, eu acho que a participação do Fernando aqui foi uma participação que ajudou muito a nos colocar um caminho pra gente investigar e pra gente aperfeiçoar esse marco legal. Então...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – A Relatora está propondo aqui o convite ao Sr. Fernando pra voltar após as informações que o Coaf tem serem disponibilizadas à CPI. Eu acho que é fundamental. Essas informações são informações que vão nortear muito o trabalho da CPI. Obviamente o convite deixa a critério do depoente, com a sua defesa, vir ou não vir. Obviamente tirar essa resposta deles aqui no dia de hoje vai evitar que se aprove um novo pedido de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas convocá-lo é uma prerrogativa nossa. Mas ele virá. A gente estava conversando aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não tenho nenhuma objeção! Se a Relatora está propondo o pedido de convite a ele, e ele aceitando num espírito de colaboração, eu acho que é muito bem-vindo, ajuda a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você aceita, Fernando? Você ser convidado?

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA (Para depor.) – Sr. Presidente, depende da data, porque agora, no final do ano, é muito complicado. Em janeiro também eu tenho...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Então eu sinto muito. Eu transformo em convocação, então.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não. (*Pausa.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Veja se eu entendi.

Ele está propondo que, assim que chegarem os relatórios do Coaf aqui, a gente marque uma data pra ele voltar aqui. Estão de acordo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então ele está se colocando à disposição para vir como convidado?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Como convidado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É... Assim, Sr. Presidente, eu não vou fazer nenhuma objeção...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Isso é uma proposição da nossa Relatora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... ao que a Relatora está fazendo. A única condição que tem, e aí a gente tem que ser claro aqui, é que até lá pode acontecer de informações relevantes serem apresentadas e a condição... Eu, se eu fosse o advogado, eu o orientaria a vir como convidado, porque, na condição de convocado, ele se senta nessa cadeira como convocado com todas as obrigações vinculadas a uma convocação, com todos os compromissos vinculados a uma convocação. É diferente do convite; com convite, ele vem como colaborador. Então é...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então vamos convocá-lo. Dá para deliberar sobre a convocação?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Agora, vejam bem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não vamos criar um problema em cima disso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É, eu... Até por uma questão de que foi suscitada aqui uma questão de ordem na nossa reunião anterior pra que, quando houvesse um requerimento extrapauta, que fosse votado na reunião subsequente, era bom que a gente analisasse isto aqui: se nós votaríamos essa convocação na reunião subsequente, porque...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A Relatora apresentou o pedido de convite, se ele está concordando em vir, nada impede que depois a gente possa transformar, no momento seguinte, em convocação. Mas, se ele está se dispondo a vir como colaborador, e talvez isso até crie até lá um ambiente em que ele possa nos trazer algumas informações mais relevantes a partir do que a gente vai levantar do Coaf, eu não vejo,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste momento, Sr. Presidente e nobre Relatora, prejuízo em trazê-lo aqui como convidado, mesmo porque a CPI pode fazer diferente depois.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então, deixe-me usar minha prerrogativa de Presidente.

Se todos estiverem de acordo com o convite, fiquem como estão. (*Pausa.*)

Acatado o convite.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – E aí ele assina, ele já fica convidado pessoalmente.

É que eu expressei, Senador Marcos Rogério, a dificuldade em encontrá-lo. Foi muito difícil encontrá-lo. Por isso eu gostaria que se deixasse tudo arrumado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Podemos definir a data. Dá 15 dias, põe na última semana do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nós vamos ficar na dependência dessas... Porque, olha, documento do Coaf não é uma coisa simples de interpretar. Vai vir um monte de número para cá, e aí vai ter que ter aqui técnicos que vão fazer um trabalho de compilação daqueles dados – o que é importante, o que não é. Não é uma coisa, assim, que vem de lá tudo bonitinho, não. Então, é bom a gente ter tempo. E por isso é que...

Então, assim que a gente receber os dados do Coaf, que a gente tiver essas informações compiladas que nos deem subsídio pra fazer as inquirições aqui, a gente o convida, ele está de acordo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Marca a data só, não é? Porque já está aprovado o convite.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está aprovado o convite, mas nós estamos na dependência dos dados do Coaf, não é isso? É o que eu entendi.

O almoço é depois do delegado, porque o delegado está ali já, coitado, hipoglicêmico.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Só para esclarecer aqui ao nosso amigo, o colega Rogério, essa questão de compra internacional. Isso é muito relativo, porque você pode abrir um *site* aqui agora, passa seu cartão de crédito internacional, você compra qualquer sistema. Eu, por exemplo, na minha empresa de engenharia, peguei um sistema de fiscalização de obra, paguei no cartão, o sistema baixou, veio a senha, entrei com *login*, entrei normal. Não estou dizendo que, no caso de jogo, é a mesma coisa, mas, quanto a essa compra... E, se você quiser, você ainda pode ligar pra a empresa e pedir até a *invoice*, que ela pode mandar a *invoice* também, tudo via internet.

Então, o mundo hoje é digital, não tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, eu acredito que os assuntos de hoje aqui foram esmiuçados devidamente.

Eu quero agradecer a presença do Sr. Fernando e seu patrono. Que fique aqui este compromisso do convite, de que, ao termos todos esses dados, o senhor volte aqui para nos ajudar a aperfeiçoar todo esse ambiente de jogos no país. Por enquanto, o senhor está liberado.

Que tenha uma boa tarde, um excelente final de semana! E que, se Deus quiser, o senhor volte aqui pra nos brindar com mais conhecimento, pra que a gente possa conhecer melhor esse ambiente que você conhece tão bem.

Um grande abraço e Deus abençoe a todos.

O SR. FERNANDO OLIVEIRA LIMA – Obrigado, Presidente. Obrigado a todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas nós temos ainda um convidado, que é o Delegado Erick Sallum. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, continuando os nossos trabalhos, eu convido aqui pra compor a mesa o nosso Delegado Erick Sallum, Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – A melhor polícia do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Depois da Polícia de Roraima.

O convite se dá nos termos de Requerimento nº 194, de 2024, aprovado na segunda reunião desta CPI.

O senhor tem uma exposição, não tem, Delegado? O senhor tem 20 minutos.

Ele me falou que seriam necessários 20 minutos pra fazer a exposição. Depois nós vamos abrir pras perguntas das Sras. e Srs. Senadores.

Por favor, e muito obrigado. E me desculpe aí o tempo que nós o fizemos esperar aqui. Eu sei que o senhor é um homem muito ocupado, mas o Brasil agradece o serviço que o senhor presta à sociedade brasileira.

O SR. ERICK SALLUM (Para expor.) – Jamais, Presidente, Senador Dr. Hiran; pra gente é uma honra estar aqui. Ficaríamos o dia inteiro pra ter essa oportunidade de apresentar pros Senadores esse conhecimento que a gente conseguiu adquirir.

Não cumprimentei, mas, na pessoa do Presidente, cumprimento os demais Senadores e autoridades que estão aqui presentes.

Nós vamos apresentar aqui pros senhores um suco puro na veia de *bet*. É uma investigação que a gente ficou praticamente um ano pra compreender. Eu estou ali no fundo escutando os debates, as perguntas e estou percebendo uma série de dúvidas que eu mesmo tive no começo, até compreender como que funciona essa indústria e como que é possível funcionar aqui no Brasil da forma como está acontecendo.

Foi uma investigação que a gente começou pequena, acabou ficando gigantesca por quebras no Coaf, RIF e evasão de divisas na casa de bilhões de reais. E eu mesmo acabei, pra não gerar uma nulidade, sugerindo ao juiz aqui do DF que remetesse pra Justiça Federal pelo

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crime de competência federal, e hoje o inquérito está lá, tramitando na Polícia Federal, razão pela qual eu não vou entrar em detalhes concretos, mas as ideias que permeiam aqui vão ajudar os Senadores a fazerem as perguntas corretas com os próximos depoentes.

E eu começo com esta ideia aqui: pior do que o descontrole é a ilusão de controle. E é bom que os Senadores compreendam que em dezembro do ano passado foi publicada a Lei 14.790, e essa lei legalizou, sim, os jogos no Brasil. Essa lei legalizou a chamada aposta de quota fixa. E o que é a aposta de quota fixa, Presidente? Ela é um gênero que diz o seguinte: quando o apostador vai jogar, ele precisa saber de antemão o fator de multiplicação: "Vai ser vezes um que eu vou ganhar, vai ser vezes dois, vezes três". Só que a aposta de quota fixa se subdivide basicamente em duas espécies: a *bet* – e a Senadora Soraya Thronicke estava agora perguntando, inclusive, do jogo do tigrinho – e outra subespécie, que é o jogo *online*. E é importante que a gente não se confunda com essas duas espécies de aposta de quota fixa. Uma é a *bet*, a aposta desportiva: 1 a 1 no Flamengo, um cartão amarelo, isso é a aposta desportiva. E você tem a outra espécie, que é o jogo *online*, também legalizado pela 14.790. E aí entra, nesse jogo *online*, o famigerado jogo do tigrinho e dezenas de outros que, no final das contas, são tudo a mesma coisa, é um caça-níquel eletrônico. Atrás fica o tigrinho, às vezes fica um bombeirinho, às vezes fica uma sereia; roda aquele negócio quando se aperta o botão; se alinharem ali três abacaxis, três frutinhas, você ganha. É o jogo *online*.

Por favor, colega, o próximo.

E aqui é que eu queria chamar a atenção pros Senadores. Se os senhores entrarem agora, no Google aí, na Secretaria de Prêmios e Apostas, está lá público: em outubro, foi publicada a listagem das empresas autorizadas. São 101 empresas que, neste momento, no país, têm autorização da Secretaria de Prêmios e Apostas, que cumpriram todos os rigorosos requisitos da Lei 14.790 e podem explorar esses jogos. A pergunta é: dessas cem, nós sabemos, como até já foi mencionado aqui, que existem milhares de *sites*, Senador – milhares de *sites*, milhares de *sites* – que já estavam explorando antes, que não têm o menor interesse de tentar obter essa licença na Secretaria de Prêmios e Apostas, porque jamais conseguiriam obter, porque são criminosos estrangeiros, máfia asiática, não querem receber no Brasil, não querem manter o dinheiro aqui, mas continuam explorando.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a analogia ali do *iceberg*: a ponta de fora são as 101 *bets* que estão autorizadas pela SPA a funcionar. Mesmo essas 101 que estão autorizadas a funcionar... E nós temos o sistema administrativo de controle do Bacen, da Receita, da Polícia em cima e ainda tem problema, mas imagine os dois terços que estão ali embaixo que não têm autorização da Secretaria do Ministério da Fazenda, que o Bacen não consegue rastrear o dinheiro porque não sabe de onde o dinheiro está vindo, que a Receita Federal também não consegue rastrear. É ali também que a gente tem que manter uma grande atenção.

E aí o Senador já deve perguntar: "Mas, delegado, como é possível um cara que não tem CPF no Brasil, da máfia asiática...". E eu vou provar pros senhores. Nós pegamos, Presidente, pelo controle imigratório da PF. Três chineses entraram no Brasil com visto de turista, foram a São Paulo, contrataram um CPF na rua de quem quisesse receber R$100, abriram o tal do CNPJ, uma instituição de pagamento e foram embora. E, a partir disso, tudo gera na internet. Os senhores quando viajam... Quando nós viajamos pro exterior, você não acessa o aplicativo de lá, o Banco do Brasil? É a mesma coisa. Uma vez que um mafioso desse consegue uma conta no Brasil, ele volta pro país dele e fica de lá movimentando bilhões.

Por favor, colega.

E aqui que é importante que os Senadores compreendam o tripé que sustenta essa indústria. A primeira coisa que eles precisam e é relativamente fácil: hospedar o *site* em provedor internacional, porque, se hospedar aqui no Brasil, o delegado manda um ofício e eu derrubo na hora. Agora, quando ele estabelece o provedor com sitezinho dele em outro país, sequer nos respondem. Acesso a empresa de telemarketing: eu tenho o meu *site*, mas a população brasileira precisa saber que aquele *site* existe. Isso é a coisa mais simples: SMS e *spam* na casa dos milhões. Pronto, já estou com um *site* lá fora, já estou com telemarketing pra população entrar, falta o mais complexo. E esses caras, eu vou mostrar pros senhores, fizeram engenharia financeira de uma forma em que eles conseguem acessar o sistema Pix. O colega mencionou ou alguém que estava aqui anterior mencionou a questão do cartão. Eu vou mostrar para os senhores: não é cartão, é tudo Pix.

Por favor, estou acelerando, só por essa questão do almoço... Mas se eu for muito rápido...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui eu queria esmiuçar um pouco com os senhores aqueles três pilares. O primeiro é o que a gente mencionou: hospedagem internacional. Na nossa investigação, eu peguei uns cinco desses *sites* que eu sabia que eram ilegais e fui atrás. Eu falei: "Eu vou descobrir onde está hospedado. Eu quero ter acesso à programação do servidor, mandar a minha perícia periciar aquilo ali". E todos os *sites* que a gente via, esse é um deles, ppbet.club, que é ilegal, estavam todos lá ou na Geórgia, ou em Curaçao, ou nas Ilhas Virgens Britânicas e países nesse sentido. E o porquê disso, senhores? Em todos esses países o jogo é legal. E, quando eu comecei a investigar, advogados chegaram a vir na minha sala e falar: "Doutor, por que o senhor está investigando isso? O *site* está em outro país, e lá o jogo é legal, então não há crime". E eu contra-argumentei, eu falei: "Olha, doutor, o senhor me desculpe, mas o *site* ppbet.club pode estar na Geórgia, mas, curiosamente, quando você entra no *site*, ele não está em russo – na Geórgia é russo que se fala –, ele está em português. O brasileiro é que está recebendo, via SMS, propaganda, não é a população da Geórgia". E, quando você entra para fazer um depósito, é no sistema Pix. Então, por mais que o servidor esteja em outro país, todo o crime, a consumação criminosa se dá no território nacional: a transferência de dinheiro, a aposta. O crime se consumindo aqui no território nacional, eles têm que se submeter. Então essa primeira desculpa que, às vezes, tentam colocar que o *site* está num país onde o jogo é legal não funciona.

A questão do RNG que já foi mencionada. O RNG, Presidente, é o chamado *random number generator*. O que é isso? É o algoritmo. Quando você clica lá e roda aquele *slot*, o usuário tem que ter certeza que o que está por trás ali é uma programação que vai gerar um número aleatório, porque, senão, se já estiver programado, é que nem aquelas caça-níqueis do Rio de Janeiro, que você sabe que você vai clicar, vai perder. Então, a esse RNG, que é o algoritmo, você não consegue ter acesso justamente porque o servidor está em outro país – já começa por aí.

A questão da lei brasileira tem que se cumprir, o STF já mencionou isso várias vezes, o Senador já mencionou aqui, inclusive, a empresa X, do Elon Musk. Tem que cumprir as leis brasileiras, não importa que a sede seja em outro país.

E aqui eu queria tocar rapidamente na questão da derrubada, via Anatel, desses *sites,* o que já foi mencionado também. A gente tem visto na mídia que a Anatel ou os órgãos de

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

controle derrubaram mil, 2 mil *sites*. E não adianta, porque é importante que se compreenda uma coisa – eu não quero ser muito técnico – bem simples de entender: quando a Anatel derruba, a Anatel não tem poder de derrubar, ela não tem servidor, computadores. A Anatel, na verdade, manda uma mensagem para as empresas que fazem a conexão de fluxo de informação. Quando a gente entra no computador aqui e eu dou uma mensagem, ela passa por uma empresa que a gente chama de *backbone*, que são as empresas que constituem o fluxo informacional para fora do país, essa empresa de *backbone* comunica com o servidor em Curaçao e volta a informação. Quando a Anatel fala assim: "Bloqueie esse *site*", todas essas empresas que constituem o *backbone* programam lá no servidor deles: "Cara, quando vier uma mensagem acessando, dá uma página em branco". Estou sendo claro ou muito rápido?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ERICK SALLUM – Mas o que acontece? Assim que os criminosos percebem que a gente derrubou ppbet.club, no mesmo minuto, ele não vai deixar o *site* fora do ar, ele vai lá e só altera uma vírgula. Se ele botar ppbet.org, acabou o bloqueio, passa. Se ele botar ppbet1.club, o bloqueio da Anatel cai. E, como ele já tem lá a base de dados com os telefones celulares, ele manda um SMS: "Olha, Senador, o meu *site* agora mudou para esse outro". Então, é uma estratégia ineficiente, é enxugar gelo. Não adianta.

Por favor, próximo.

O SMS. Esse é um exemplo de SMS com que a população brasileira hoje está sendo bombardeada todo dia. Exemplo: eu recebo no meu telefone uns 20 desses por dia.

Eu separei em vermelho ali, Presidente, o chamado *shortcod*e. Se os senhores perceberem, quando você recebe um SMS, ele vem com aquele numerozinho ali: 29052, 29... – começa sempre com 29. Esse *shortcode* é rastreável. Aí eu falei: eu vou pegar quem está mandando. Eu não consigo pegar o site que está lá em Curaçao. Eu falei: eu vou pegar quem está mandando esse SMS.

Rastreamos esse *shortcode* e descobri que quem estava mandando esse *shortcode* era uma empresa de *telemarketing* brasileira chamada Infobip. Aí eu entrei em contato com a Infobip e perguntei: Infobip, você me mandou esse tanto de SMS aqui de cassino ilegal – e cada azulzinho daquele é um cassino ilegal, se você clicar em um, abre um *site*. Pedi os dados cadastrais,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente. Me retornaram assim: "Eu só tenho o primeiro nome e o segundo". "Quem é?". "Ming Ling". "E o CPF?". "Não, ele não é nem brasileiro". "Mas ele não tem mais nenhum dado?". Ele falou: "Doutor, no nosso serviço de *telemarketing*, a gente precisa só do nome. Ele entra lá, digitalmente, cadastra o nome que ele quiser, e eu tenho esse e-mail aqui" – que era mingling@gmail.com. Eu falei: Está bom. E como é que ele paga? Eu já vi que eu não ia encontrar esse Ming Ling, não é? Eu falei: Como é que ele paga, então? Aí me vieram: "Criptomoeda".

E a criptomoeda, Presidente, a gente não consegue rastrear. Isso é um desafio para as polícias mundiais, não é só no Brasil, isso é FBI. A criptomoeda é um perigo. A gente não consegue rastreá-la. Eu falei: Cara, não vou conseguir saber quem está mandando o tal SMS.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Delegado, aí foi a minha pergunta para o Fernandinho, o senhor ouviu: "O senhor conhece alguém, alguma dessas *bets* que opera com criptomoeda?". Ele disse que não. Mas eu tenho certeza que ele sabe que opera, porque a gente sabe quem são as... Tem *bets* que realmente...

O SR. ERIK SALUM (Para expor.) – Eu estava ali atrás, escutando a oitiva dele, Presidente. O Senador fez boas perguntas, viu? Mas como não é investigação minha...

Mas vamos lá.

Próximo.

E é aqui que eu queria que os senhores prestassem atenção, porque eu vi muita dúvida, e está passando batido: esse acesso ao sistema Pix é – desculpem a palavra – uma verdadeira insanidade aqui no Brasil. Veja bem: o criminoso, a máfia chinesa botou o *site* dela em Curaçao, contratou a Infobip ou qualquer outra empresa de *telemarketing*, tudo pelo computador, começou a mandar *spam* para o brasileiro acessar o *site* dela. Faltou só uma ponta: quando o brasileiro acessar o *site*, ele precisa jogar, botar o crédito.

E é assim que acontece: você clica ali naquele *site*... Até colocaram aqui um outro, mas se você clicar no *site* vai estar assim: coloque o seu crédito. Você quer brincar com quem? R$100, R$200? Na hora que você clica para botar o crédito, ele pula para essa página aqui. Está vendo ali em cima? R$10, R$20, R$50, R$100, R$200? Ele abre essa página. Eu selecionei R$10 mil. E

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aparece ali: copiar código Pix ou você botar no QR *Code*. E aí eu falei para os meus agentes: vocês vão entrar em dez *sites* desses, vocês vão pegar o telefone de vocês, vocês vão jogar lá naquele negócio e ver quem está recebendo esse dinheiro aqui no Brasil. Se eu não consigo pegar o servidor, se eu não consigo pegar quem está mandando o SMS, esse dinheiro está aqui no Brasil. Esse cara vai ter que responder.

E aí foi que a gente conseguiu descobrir realmente as brechas que estão acontecendo no Brasil.

E isso aqui, Senadores, não é só para *bet*, viu? O PCC, o Comando Vermelho, todas as facções criminosas, tráfico de drogas, crimes cibernéticos, estão todos se utilizando de uma coisa chamada instituição de pagamento. E eu queria perder cinco minutos para explicar isso para os senhores.

O Banco Central, em 2021, começou com uma coisa chamada *open finance*, um estímulo às chamadas *fintechs*, empresas de tecnologia financeira, tentando estimulá-las.

E as Resoluções 80 e 81 do Bacen disseram o seguinte: "Você quer abrir uma instituição de pagamento? Você não vai precisar de autorização do Banco Central, desde que você tenha uma baixa volumetria".

E o que o Banco Central achou uma baixa volumetria? Se a sua instituição de pagamento tiver 30 milhões em conta corrente, ou movimentar pelo ano 300, pode funcionar. E eu não preciso nem saber o que está acontecendo.

E o que acontece? Com essa regulamentação, como funciona? O delegado, Erik Salum, vai na junta comercial, e não precisa mais, hoje tem uma Redesim, é tudo pela internet. Eu sento no computador e falo assim: Vou abrir um CNPJ. Delegado Erik Salum, instituição de pagamento, ponto *bet*. Boto uma documentação que eu quiser lá, inclusive falsa. Passa na Redesim, passa na junta comercial. Eu já consigo um CNPJ. Fácil desse jeito, Senadores.

Depois, eu pego lá o meu contrato social, como instituição de pagamento, como o meu cadastro é comum, e procuro um banco tradicional. Vou ao Santander, vou ao Banco do Brasil, vou ao Itaú. Chego lá e falo: Tudo bom? Meu nome é delegado Erik Salum, eu tenho CNPJ aqui, instituição de pagamento, ponto *bet*. Quero abrir uma conta com vocês. Aí o banco pergunta:

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Mas pode?". Eu falo: Pode. Eu sou de baixa volumetria. Eu estou nas Resoluções 80 e 81 do Bacen, não preciso de autorização. Aí o banco: "Você está correto". Abre uma conta para mim.

Na hora em que ele abre uma conta para mim, eu viro uma instituição de pagamento. A única diferença de um banco para uma instituição de pagamento é que o banco pode emprestar dinheiro, a instituição de pagamento não pode; mas o interesse deles não é emprestar dinheiro, o interesse deles é ter uma conta corrente.

No banco tradicional, chama-se conta corrente. Na instituição de pagamento, chama-se conta de pagamento; mas na prática é a mesma coisa. Você recebe dinheiro, você mantém dinheiro lá na conta, você transfere dinheiro, você recebe, e eles inventaram essa engenharia.

Passa, por favor.

Eu fiz esse exemplo para os senhores entenderem. Aquelas bonecas russas matrioscas, lembra? A gente vai abrindo, tem uma dentro da outra.

Então, é mais ou menos assim que funciona essa engenharia social. Você tem, lá na primeira camada, o banco tradicional, Caixa Econômica, Banco do Brasil, qualquer banco tradicional, que tem acesso direto ao Pix, que se o delegado pedir para o Judiciário um bloqueio bancário via Sisbajud, que é o sistema que bloqueia dinheiro, pega naquele primeiro. Abaixo deles, você tem uma instituição de pagamento, como eu mencionei.

Primeiro a pilantra, só que essa de baixo o Sisbajud já não alcança, eu não consigo sequestrar o Sisbajud, não alimenta o CCS, e não precisa de autorização. E, abaixo dela, ainda pode ter uma terceira. Percebam isso.

Então, o pilantra foi ao banco tradicional, abriu a instituição de pagamento. Aí, depois, o pilantra procura outro pilantra e abre uma embaixo. E só lá embaixo você teria os usuários finais.

Isso aqui gera um embaralhamento do dinheiro que é impossível ser rastreado. O outro rapaz que veio aqui ser ouvido ficou: "*Follow the money, follow the money*". A polícia sabe muito bem o que é *follow the money*, mas nesse sistema é impossível efetivar o *follow the money,* e os criminosos sabem disso.

Por favor, o próximo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa, só ali, eu botei "gerência da China", os APIs. Depois que se abriu essa conta no banco, conseguiu... Você pode ir embora do país. Nós pegamos. Eles entraram no Brasil com visto de turista, ficaram 30 dias, e depois nós temos a saída deles. E as contas das instituições de pagamento que eles abriram estavam funcionando.

Eu fiz uma quebra bancária de uma dessas. O Coaf me mandou o RIF. Eu liguei no Coaf, falei: "Analista, você não botou um zero a mais aqui, não?". Ele falou: "Não, doutor; é isso mesmo".

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERICK SALLUM – Eu falei: "Dois bilhões de reais em seis meses". Aquela PPBet mandou para o exterior R$2,5 bilhões em seis meses.

Acabou o meu tempo?

Pode trocar.

E aqui eu queria que os senhores também entendessem. O dinheiro está aqui, no Brasil. E aí vem a pergunta: sim, mas os criminosos não estão fora? Estão. Eles querem o dinheiro lá fora; eles não querem o dinheiro aqui dentro.

E o que nós descobrimos? A instituição de pagamento procura uma casa de câmbio, e a casa de câmbio faz uma operação chamada FX. O que é uma operação de FX? É uma remessa de valores pequenos, até US$10 mil para o exterior. Não precisa declarar, não precisa de autorização, não precisa de nada, só que tem que ser US$10 mil por CPF.

Se eu contar para os senhores que nós pegamos a casa de câmbio remetendo esses 2 bilhões com CPF de gente morta... Eles precisavam de CPF para simular remessas. Crianças, CPF de gente morta, idosos, e mandavam.

E como a gente pegou isso? A própria casa de câmbio, que é obrigada, pelo Banco Central, a verificar a idoneidade dessas informações, chama-se Acam 220. Acam 220 é uma planilha de Excel. É uma planilha de Excel que tem lá CPF e o nome da pessoa. A própria Casa de câmbio mandou para o Coaf, falou: "Olha, essa instituição de pagamento está me mandando

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planilha com 500 pessoas mortas. E, quando nós pedimos para eles corrigirem, eles mandaram de novo, só trocaram o nome".

Aí esse dinheiro vai para fora, para Curaçao, para onde é que o servidor está, e, para fora, a gente, de novo, perde o rastreio do dinheiro. Esses países são países conhecidos, paraísos fiscais, não estão no chamado Grupo de Egmont, que é o grupo internacional das unidades financeiras. Muito difícil conseguir uma cooperação internacional. Então, o dinheiro se perde.

Próximo, por favor.

E aqui eu queria dar o dimensionamento da operação, do que nós estamos falando. E é o que dá a maior relevância da CPI, da iniciativa dos senhores, porque realmente é uma coisa de impressionar. Isso são dados, estão aí, na internet, fontes abertas.

Exportações de carne do Brasil em 2023. Recebemos, de dinheiro, de uma *commodity* nossa, uma das maiores do agronegócio, R$45 bilhões. Perdemos em aposta 50. É disso que está se falando, uma economia real. Estamos observando aqui a questão do Carrefour ontem, não é? E aí você perde, em aposta, 50 bilhões. O estudo do Bacen, a Senadora Thronicke também mencionou: 3 bilhões de Bolsa Família. Um dinheiro que deveria estar ali para ajudar a família a se desenvolver, o pessoal está torrando ali no jogo. E o pior, que eu acho uma das coisas mais tristes: os que mais se endividam são justamente os já mais pobres, classe D e E.

A Confederação Nacional do Comércio e a Procuradoria-Geral da República ingressaram com ADIs no STF, pedindo a suspensão da 14.790. E eu peguei, você pega a ADI da Confederação Nacional do Comércio, ela diz: "Não tem dinheiro no comércio". A população está jogando, não consegue comprar o pão na padaria, não consegue pagar uma conta. Esse é o grau de problema para a economia real do país.

E o PGR, semana passada, ingressou... Inclusive, semana passada, estava acontecendo a relatoria do Ministro Fux. Ele convocou audiência pública, foram diversos especialistas, e todos que foram repetiram o que eu estou falando aqui: é realmente uma doença.

Próximo, por favor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui vai ter uma animação com dados do Banco Mundial de acesso a *sites* de Sportingbet. Ele começa em 2010, e é bem rápido – ele vai até 2023. Percebam que, em 2010, entre os 15 países que mais acessam, o Brasil nem aparecia. Ele vai dar um clique, e vai começar a evolução. Percebam a partir de 2019, que foi justamente a pandemia aqui no Brasil. Vejam o que vai acontecer com o Brasil a partir de 2019.

Por favor, pode dar um *play* ali embaixo? Isso – 2011 está ali em cima; 2012, o Brasil nem aparece; quando der 2019, vocês vão se assustar. (*Pausa.*)

Quatorze... E ali embaixo tem um graficozinho também subindo. Tem o de barra e o debaixo é gráfico... Dezesseis...

Estados Unidos e Inglaterra, sempre os primeiros.

Agora, o Brasil. Olha o Brasil, olha o Brasil! Já está em quarto, terceiro, segundo, em 2019. Mal começou essa febre no Brasil na época da pandemia, por algum motivo social, o brasileiro foi muito suscetível a esse tipo de coisa.

Olha...

O Brasil hoje... Isso vai até 2023 ali.

Vejam no gráfico ali debaixo a exponencialidade do crescimento de acesso ao Sportingbet no Brasil. Os demais países continuaram crescendo, mas de maneira mais controlada.

Pode passar o próximo.

E aqui eu queria mostrar pra vocês... É realmente uma operação acontecida em Luanda, se não me engano.

Dá um *play*, por favor. Tem som ou não? (*Pausa.*)

O *play*.

No cantinho ali. Não, no cantinho, tinha um *play* ali embaixo. Ali na régua. Isso, isso.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ERICK SALLUM – Só brasileiro. Eu acho que está bom já.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, eu não sei se ficou claro, isso aqui é uma central dos criminosos. Esses são operadores que ficam ali no joguinho, alimentando, mandando mensagem, induzindo as pessoas a jogarem. E isso aqui, em que pese esteja sediado em Angola – não ouvi, Luanda, Angola? –, é direcionado ao território nacional. Brasileiro quando acessa um *site* desse e está lá vendo uma pessoa criar uma conta, o pessoal está lá em outro país.

Para terminar, Presidente.

Aqui, depois que a gente fez essa investigação e a gente conseguiu juntar essas informações, a gente percebeu claramente que há um déficit legal na 14.790 do ponto de vista criminal. A gente conversou muito aqui, hoje, eu vi algumas de S. Exas. conversando, perguntando a questão do crime, e é importante dizer o seguinte. O *influencer* quando faz propaganda para um cassino ilegal, do crime que ele comete é até difícil o enquadramento. Percebam, senhores: existe um crime no Código Penal, o 287, que é apologia a crime, que seria você realmente propagandear, só que o jogo *online* não é crime, é contravenção. Então, os senhores entendem de direito, você não pode enquadrar na apologia ao crime, porque o jogo de azar é contravenção. Então, você já perde esse crime. E alguns de nós delegados, conversando, começamos, de uma certa forma, a forçar a barra e encaixar num crime do Código de Defesa Consumidor, propaganda enganosa, só que propaganda enganosa é de três meses a um ano. Aí você vê um *influencer* ganhando 20 milhões, 30 milhões por mês, ele vai ter medo de responder por propaganda enganosa, de três meses a um ano?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Delegado...

O SR. ERICK SALLUM (Para expor.) – Pois não. Desculpa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Perdão. É que está tão interessante. Para a gente não perder a linha, poderia ser estelionato, 171?

O SR. ERICK SALLUM – Não. O estelionato... Para a gente conseguir encaixar o *influencer* no estelionato, a gente tinha que comprovar de maneira categórica que, desde o início, ele

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava sabendo ali que aquele RNG era viciado, que a pessoa ia entrar só para perder, e a gente não consegue no Judiciário provar isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Ele vai invocar o princípio da boa-fé...

O SR. ERICK SALLUM (Para expor.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ele diz: "Eu não sabia".

O SR. ERICK SALLUM – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou dizer. Tem uma *bet* que patrocina um grande clube de futebol. Como é que eu vou saber se essa *bet* é ilegal se ela está nos estádios?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Na televisão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Na televisão e tal.

O SR. ERICK SALLUM – É a gente pensar, por exemplo, agora, quando entrou em falência ali, a própria Lojas Americanas ou aquela outra de turismo – me fugiu o nome agora –, que entraram em falência...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – 123 Milhas.

O SR. ERICK SALLUM – 123 Milhas, a Lojas Americanas com aqueles crimes financeiros... E você tentar imputar a quem fez propaganda dela participação naquilo é muito difícil, Senadora.

Então, a gente tem colocado propaganda enganosa, mas é uma pena muito baixa. E é por isso que é necessário...

Eu, na época, fiz essa investigação, nós com a nossa assessoria, o Dr. Kleber está aqui também, da Polícia Civil, nossa assessoria institucional, a gente conversou com o Deputado Fred Linhares, que é da bancada, o nosso Senador Izalci, e ele chegou a propor essa lei no sentido de dar munição jurídica pras polícias, Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O delegado de polícia da Polícia Civil e da Polícia Federal não tem munição jurídica pra combater esse monstro. Então a gente precisava colocar, na 14.790, três crimes: exploração de cassino *online* e tipificar isso – "Olha, se você está lá e você não tem autorização da SPA, isso é um crime. Pena x." –; propaganda desautorizada, dar munição para os delegados poderem prender os *influencers* com uma cadeia um pouco superior, tirar da propaganda enganosa e botar lá "fazer propaganda de cassino desautorizado", criar esse crime; e, por final, as transações financeiras envolvendo *bets*. A gente precisa criminalizar, como mostrei para os senhores, as instituições de pagamento e os bancos que estão em cegueira deliberada, permitindo essas transações de pagamento e não estão fazendo nada.

Quando a gente criminalizar isso, o banco vai falar assim: "Olha, eu não vou abrir conta pra você". O setor de *compliance* sério: "Não vou abrir conta pra você, porque daqui a pouco é o banco que acaba sendo puxado". A gente... Está faltando isto: munição pra gente conseguir combater aqueles dois terços que estão ali abaixo da linha da água.

Presidente, obrigado demais.

Era isso que a gente tinha pra expor.

Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Delegado Erick. Que exposição brilhante e esclarecedora! Eu tenho a impressão de que você vai ser convidado a vir mais vezes aqui nos nossos trabalhos da Comissão.

Eu quero passar, em seguida, a palavra primeiro à nossa Relatora e depois vou passar aos nossos Senadores e Senadoras que queiram se manifestar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Delegado Erick, eu gostaria apenas de agradecer. Foi tão elucidativo que eu não tenho perguntas neste momento. Está todo mundo elogiando o senhor aqui na nossa página da CPI, ao vivo.

A CPI tem essa função também de trazer luz, de orientar o povo brasileiro. Por quê? Porque as investigações e os processos tramitam em segredo de justiça na maioria das vezes. O

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós queremos fazer aqui também é esclarecer. O senhor está nos esclarecendo e esclarecendo a sociedade brasileira, as famílias brasileiras.

Eu sei que o senhor não pode trazer juízo de valor sobre nada aqui neste momento, mas peço que o senhor contribua conosco. Ainda bem que mora aqui em Brasília, fica fácil, mas nós precisaremos muito do seu trabalho e da sua equipe. Quero parabenizá-los e dizer pra contarem conosco e vice-versa.

Obrigada.

O SR. ERICK SALLUM (Para expor.) – Relatora, a Polícia do DF está à disposição, 24 horas/7. Uma CPI do Senado é uma das maiores autoridades da República. Estamos à disposição na hora que for. O Dr. Hiran tem nosso contato pessoal também. Estamos à disposição, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado. Obrigado, Dr. Erick.

Passo, em seguida, a palavra ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, eu sugiro a V. Exa. e à Relatora que possam convidar o nosso querido delegado pra auxiliar os trabalhos da CPI, como a gente pode requisitar aí. Como eu disse, nós temos a melhor polícia civil do Brasil. Então...

Mas eu gostaria de perguntar ao Erick – primeiro, parabenizar pelo trabalho –: quais evidências concretas foram coletadas pela investigação que comprovam o envolvimento direto da advogada Adélia Soares na gestão ou operação do jogo do tigrinho, além de sua participação na abertura da empresa Playflow?

O SR. ERICK SALLUM (Para expor.) – Playflow.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Playflow.

O SR. ERICK SALLUM – Senador Izalci, as provas são incontestáveis. Quando a gente fez ali, lembra o QR *code* que eu mostrei para os senhores? Um daqueles QR *codes*, num desses *sites* ilegais, estava recebendo dinheiro numa instituição de pagamento, chamada Playflow. Nós

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imediatamente buscamos a Junta Comercial de São Paulo para saber quem era dono da Playflow. Eu expliquei para os senhores a nossa lógica, vamos atrás de quem é o dono, de quem está recebendo. E, no contrato social, estava a Sra. Adélia Soares. Eu a intimei, Senador Izalci, por cinco vezes, e ela se negou a prestar esclarecimentos. É o direito constitucional ao silêncio.

Além disso, aqueles três chineses que eu mencionei chegaram a nos contatar, nós tínhamos apenas um WhatsApp e um *e-mail*. E os senhores vejam a audácia desses estrangeiros. Eu mandei um *e-mail* oficial da polícia determinando que eles se identificassem: "Somos da Polícia Civil do DF, do Brasil, estamos investigando aqui um *site* ilegal, a gente sabe que foi vocês que montaram, está recebendo dinheiro. Pela nossa lei eu quero nome e passaporte". Eles nos responderam assim: "Eu não estou submetido à lei brasileira, me nego a me identificar". E até hoje, alguns deles a gente não conseguiu identificar.

Tempos depois, essa mesma mencionada advogada nos contatou dizendo que ia defendê-los. Quando a gente mencionou que eles já estavam na investigação, ela começou a falar que não os reconhecia. Então essa contradição, a falta, abertura tácita de se defender, a gente acabou indiciando.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, quais foram os principais indícios ou provas que levaram a Polícia Civil a vincular Adélia Soares à abertura da empresa Playflow e a suposta associação com um grupo chinês? Além disso, há conexão entre os 2,5 bilhões movimentados e outros crimes, como lavagem de dinheiro?

O SR. ERICK SALLUM – O que a gente conseguiu perceber dessa advogada é que o papel dela foi meramente abrir essa Playflow e, como inclusive o Senador já mencionou, absolutamente de maneira irregular. Quando a gente abre – e essa Playflow é uma empresa internacional com sede nas Ilhas Cayman –, para você efetuar uma representação de uma empresa dessas, você precisa fazer uma coisa que chama apostilamento da Haia, que significa tradução daquele contrato. Esse contrato social tem que vir lá daquele país com apostilamento para dizer que aquele contrato lá também é válido. E o que a gente viu, na Junta Comercial de São Paulo, foi uma juntada de um PDF sem valor nenhum, e ela assinando como constituinte daquilo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um outro problema na rede, sim: que as juntas comerciais não fazem um pré-filtro. É triste falar isso, mas em vez de haver primeiro um filtro para depois registrar a empresa, a empresa é registrada automaticamente. Quando alguém reclama, é que eles vão verificar, e foi o caso. Eu oficiei o tabelião da Junta Comercial de São Paulo e falei: como é que você deu um CNPJ para essa Playflow? Ela está toda equivocada, está tudo em inglês, não está conforme o apostilamento da Haia. Aí ele verificou: "Realmente, Delegado, está tudo errado", e cancelou o CNPJ. Mas o CNPJ ficou ativo ali dois, três meses, que é o suficiente para o dinheiro ir embora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A Adélia foi beneficiada com essa transação? Chegaram a...

O SR. ERICK SALLUM – Não, eu acabei não lhe respondendo tudo. A Adélia foi responsável pela abertura da Playflow, mas a gente sabia que a gerência da Playflow, como eu mencionei, era via API na internet por esses estrangeiros. Por isso que a gente foi bem justo e a gente a indiciou apenas na falsidade ideológica. Não colocamos ela na organização criminosa nem na lavagem, porque a gente não conseguiu elementos de vincular que ela sabia que estrangeiros estavam movimentando aquela conta e que aquilo estava sendo utilizado para receber dinheiro de cassino ilegal. Então ela respondeu... Está indiciada pela falsidade ideológica.

Como eu mencionei, assim que a gente identificou a movimentação, no Coaf, de mais de R$2 bilhões de uma instituição de pagamento maior ainda localizada no Rio de Janeiro, a gente começou então a esbarrar em crimes contra o sistema financeiro, o que não é atribuição da Polícia Civil do DF, e, para evitar uma nulidade, eu sugeri ao MP e ao Judiciário que remetesse para a Polícia Federal. Esse inquérito continua em trâmite lá, a Polícia Federal assumiu esse inquérito, e a gente tem ainda grande esperança de que vão continuar puxando o fio e que resulte em alguma operação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, quais as evidências adicionais, além da ligação inicial feita por integrantes do grupo chinês investigado, o fundamento ou o envolvimento da Adélia na estrutura de funcionamento do esquema ilegal de jogos de azar, considerando as alegações de uso indevido do seu nome por terceiros?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERICK SALLUM – A alegação de uso indevido por terceiros veio curiosamente depois da divulgação na mídia. Como eu mencionei anteriormente, por cinco vezes, nós da Polícia Civil do DF demos oportunidade para que ela comparecesse a uma videoconferência com a gente, já que ela mora em São Paulo, e falasse naquele momento, então, Senador, que o nome dela estava sendo usado injustamente. Quando ela começou a se negar a comparecer, na intimação, a gente encaminhou para ela, inclusive, o contrato social com o nome dela e ela simplesmente não disse nada, na nossa interpretação, é uma assunção de culpa inquestionável. Uma pessoa que tem seu nome utilizado de maneira errada, a polícia a procura, fala, e você não quer responder, alguma coisa está errada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agora, considerando que foram utilizados 546 CPFs falsos nas transações vinculadas a essa empresa, a Playflow, quais mecanismos de rastreamento e cruzamento de dados foram empregados para identificar os responsáveis diretos pela falsificação e invalidar a origem das informações? Há indícios de participação de outros intermediários na manipulação dos documentos, além da Adélia e do grupo chinês?

O SR. ERICK SALLUM – A Adélia... A Adélia não... Que eu seja bem justo. A Adélia não está envolvida com a falsificação desses CPFs. Quem está envolvido com a falsificação desses CPFs e a remessa de dinheiro para o exterior é a instituição de pagamento, e eu prefiro não dizer o nome dela aqui, em público, ainda. A CPI está aberta e a investigação está acontecendo. Mas quem mandava a ACAM forjada com nome e CPF falso era a instituição de pagamento. E essa instituição de pagamento que estava falsificando isso, quando questionada sobre isso, não soube explicar, a ponto de a casa de câmbio preferir rescindir o contrato com essa instituição de pagamento do que continuar vendo o que estava ali, com essa fraude, e, daqui a pouco, a própria casa de câmbio receber um bloqueio por estar envolvida nisso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Qual era a extensão da cooperação internacional entre as autoridades brasileiras e os órgãos competentes das Ilhas Virgens Britânicas na obtenção de informações sobre Peach Blossom? Existe a suspeita de que outras empresas de fachada estejam sendo usadas pelo grupo para atividades semelhantes no Brasil?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERICK SALLUM – Isso... A gente, rastreando o dinheiro, como eu mencionei, a gente pegou, então, o dinheiro saindo da instituição de pagamento, indo pra casa de câmbio e a casa de câmbio remetendo pra essas empresas lá em Curaçao, na Geórgia. Uma delas é essa que o senhor mencionou: Peach Blossom. A partir da saída do dinheiro pra fora, em relação a esses paraísos fiscais, a gente tem grande dificuldade de cooperação internacional. O Brasil e as polícias civis – não só a federal, mas as civis também –, quando querem uma informação de inteligência financeira de outros países, a gente usa uma coisa chamada MLAT, que é o *mutual legal agreement treaty*: é quando dois países têm um acordo bilateral de cooperação, o delegado faz um pedido, um ofício mesmo, assinado, com o que ele precisa, esse ofício vai para a DRCI, que é um órgão do Ministério da Justiça, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional, e, pelo canal diplomático, ele manda essa informação para a polícia do país que a gente quer, e a resposta vem.

Agora perceba o seguinte, Senador Izalci: quando a gente trabalha com crime cibernético, que é essa velocidade de derrubar *site*, de subir *site*, de informação falsa, se você faz uma cooperação internacional dessa, via DRCI, a informação é muito lenta, às vezes demora seis meses, um ano para você saber em nome de quem estava aquele *site* cadastrado. E quando essa informação vem, já perdeu até o sentido, porque aquele *site* já caiu e levantou outro.

Mas a gente tenta usar os canais, mas ainda são muito lentos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É verdade.

Bem, considerando que foram movimentados R$2,5 bilhões em apenas 14 dias do esquema – pelo esquema – há evidências que apontam se outras empresas de fachada ou redes de lavagem de dinheiro estão associadas à Playflow? Se existir, quais estratégias estão sendo implementadas para mapear ou coibir a extensão dessa operação?

O SR. ERICK SALLUM – É como eu mencionei no início. A gente entrou em vários *sites*, e a gente percebeu outra coisa também: a rotatividade daquelas contas Pix é uma coisa assustadora. Você entra no mesmo *site*, ppbet.club, e vai fazer um depósito; na hora que você bota o seu QR *code* lá, aparece uma conta, Playflow. Já à tarde, se você for no mesmo *site*, já está outra conta. E eles ficam trocando essas contas, porque eles sabem que se mantiverem uma mesma conta muito tempo, a gente pode tentar bloquear.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

O SR. ERICK SALLUM – Então a gente mapeou diversas dessas instituições de pagamento, que a gente sabe que é de fachada, em nome de laranja, que é só uma instituição para abrir um CNPJ num banco tradicional e ter acesso ao sistema Pix. Só querem isto, acesso ao sistema Pix. Classes D e E não têm cartão de crédito internacional, então eles perceberam que eles precisavam ter acesso à única via mais comum no Brasil de depósito, que era o Pix. E conseguiram, através dessa engenharia financeira absurda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

Agora, dado que o esquema utilizou CPFs de mortos, crianças e inexistentes, como a polícia está investigando a possível conivência de funcionários de bancos, casas de câmbio, ou outros agentes financeiros que facilitaram essas transações irregulares?

O SR. ERICK SALLUM – Eu não tenho... Eu estava presidindo o inquérito. Eu não tenho uma sombra de dúvida de que o dono da instituição de pagamento envolvida sabia de tudo. Ele sabia. Você não encaminha, Senador, uma planilha, que é um documento formal, a ACAM220, com 546 nomes de gente morta. Uma coisa, às vezes o estagiário está digitando ali, digita um nome errado, dois nomes errados, aí a casa de câmbio retorna e fala: "Olha, vocês digitaram dois nomes errados". Você corrige. Mas, quando você manda 546 nomes, a casa de câmbio retorna e fala: "Só tem gente morta aqui". Aí você pega, mantém o CPF de gente morta e troca os nomes e remete de novo, achando que vai passar? Isso é dolo direto – eu não tenho dúvida nenhuma.

O problema foi que a gente, antes de conseguir chegar numa fase de deflagração de operações... Isso que a gente está conversando agora esbarra no crime de evasão de divisas e gestão temerária de instituição financeira, e isso é crime federal, de atribuição da Polícia Federal. Se eu continuasse investigando isso, ia acabar gerando uma nulidade total e ia perder tudo.

Então eu falei: "Olha, vamos parar por aqui. Deixa que a Polícia Federal continua".

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E a polícia continua? A Polícia Federal?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERICK SALLUM – Continua.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Só... Desculpe estar...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Só à guisa de esclarecimento.

Quantas empresas de meios de pagamentos tem no Brasil? Você tem uma noção?

O SR. ERICK SALLUM – Ótima pergunta, Presidente.

Perceba só, aquelas instituições que eu falei que são de baixa volumetria não precisam de autorização do Banco Central, então não tem como você saber, a verdade é essa.

Como elas funcionam sem autorização do Banco Central, você não consegue saber quantos CNPJs existem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não precisa nem ter registro? Nada assim?

O SR. ERICK SALLUM – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não precisa nem informar para alguém?

O SR. ERICK SALLUM – Não, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Talvez a Receita Federal saiba pelo CNPJ?

O SR. ERICK SALLUM – Talvez pelo CNPJ e o que a gente chama de Cnae.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Cnae. É o Cnae.

O SR. ERICK SALLUM – Talvez pelo Cnae.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Teria que levantar na Receita Federal...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERICK SALLUM – Exato, mas são milhares.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... quantas instituições, não é?

Bem, considerando que a empresa Playflow foi criada pela advogada Adélia Soares utilizando documentos falsos, quais procedimentos foram adotados para rastrear as instituições financeiras e também as casas de câmbio envolvidas na transferência de mais de R$2 bilhões?

E quais medidas foram implementadas para prevenir que transações semelhantes continuem a ocorrer?

O SR. ERICK SALLUM – Como eu mencionei, a gente conseguiu chegar através do Coaf. O Coaf os senhores conhecem, a gente pediu lá o RIF. Nessa instituição de pagamento, para os senhores terem uma noção, o próprio analista falou que havia ocorrido um bloqueio no sistema automático. O Coaf gera o RIF automaticamente, se tiver até 800 comunicações. Se tiver acima de 800 comunicações, o sistema automático trava de tanta comunicação que é. Aí o delegado precisa ligar e falar: "Olha, me dá uma ajuda aqui, me direciona para eu tentar selecionar o que você quer". Então, através do Coaf a gente conseguiu rastrear, depois a partir do Coaf fizemos quebras bancárias, autorizadas judicialmente, pegamos as movimentações bancárias nos bancos e vimos uma movimentação absurda.

E a questão do que foi feito – desculpa – para coibir. Senadores, nas Polícias Civil e Federal, o que a gente tem para coibir é busca e apreensão e cadeia. O que está faltando nessa repressão não é repressão, é prevenção. É o Banco Central perceber isso, essa falha, e tentar apertar o controle nos bancos e nessas instituições e não permitir mais que eles fiquem recebendo dinheiro de aposta de cassino ilegal. Isso é fácil de fazer, mas o Banco Central precisa concentrar uma energia, na minha opinião, e ajustar algumas normativas e resoluções para a gente asfixiar esse canal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, dado que a investigação identificou esses 546 CPFs falsos utilizados nessas transações, quais métodos específicos foram empregados para detectar essas fraudes?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quais mecanismos adicionais poderiam ter sido feitos ou usados para prevenir a utilização de CPFs de pessoas falecidas ou fictícias em esquemas similares?

O SR. ERICK SALLUM – É, foi o que eu mencionei mais ou menos. A questão de controle de CPFs de gente morta é o *compliance* da casa de câmbio, não cabe à polícia verificar isso. Então, você tem ali uma instituição de pagamento e uma casa de câmbio, elas fazem ali a transação delas, cabe ao setor de *compliance* da casa de câmbio verificar se aquelas informações ali estão corretas, não é?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

O SR. ERICK SALLUM – Não cabe à polícia; é tudo fiscalização administrativa, do setor de *compliance* dos bancos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu estou encerrando já, Presidente.

Dado o impacto econômico-social causado pelo crescimento do mercado de aposta de quota fixa, especialmente dos beneficiados do programa social do Bolsa Família, quais lacunas no atual sistema regulatório mais contribuíram para essa perpetuação desse cenário?

Como a legislação vigente poderia se adaptar a isso? Você tem alguma sugestão?

O SR. ERICK SALLUM – Eu mencionei aqui ao final, acho que a gente precisa dar munição jurídica para os delegados, para a polícia ser repressiva, polícia civil e Polícia Federal. A gente precisa criminalizar essas três condutas que eu mencionei, e os delegados hoje não têm munição. Numa investigação dessas, você, como eu mencionei, prender... Você não consegue nem prender, porque a pena é tão baixa que não cabe prisão preventiva.

E são condutas que têm um impacto social gigantesco. Nós estamos aqui a manhã toda discutindo isso.

E eu gostaria de mencionar o que, na minha visão, me parece a metáfora que mais representa essa questão desses cassinos ilegais.

Se os senhores imaginarem a época colonial brasileira, aquelas caravelas vinham, atracavam aqui na nossa costa e iam embora, cheias de ouro, cheias de pau-brasil, cheias de

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prata. A troco de quê? Uma quinquilharia ali, não é? Um espelhinho, alguma coisa nesse sentido.

As caravelas da época colonial foram transformadas nas caravelas digitais. Não se enganem: são esses *sites*. Esses *sites*, a troco de nada, levam bilhões do país. É dinheiro que não fica. Como eu mencionei ali: remessa pro exterior não gera emprego; deixa no Brasil apenas a pobreza.

Então, essa é a visão em que acho que a gente tem que focar.

Do ponto de vista da polícia judiciária, repito: criminalizar as condutas. Tem lá o projeto de lei já da bancada do DF, parece que conseguiu um regime de votação. Acho que é isto: dar munição pra polícia, pra que a polícia judiciária consiga atacar de maneira mais forte, do ponto de vista criminal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nessa linha aí de prevenção, considerando os riscos de lavagem de dinheiro e evasão fiscal, associadas à posse de quota fixa, principalmente pelo uso de criptomoeda, criptoativos e contas de não residentes, quais ações concretas poderiam ser adotadas pela força de segurança pra melhorar a fiscalização e garantir maior transparência do setor?

O SR. ERICK SALLUM – Senador Izalci, a questão de garantia, de transparência e de fiscalização são tudo normativos administrativos. A polícia civil, a Polícia Federal não têm atribuição de verificação dessa questão da transparência e de fiscalização. Isso é polícia administrativa, que, aqui no Brasil, é concentrada basicamente no Banco Central e na Receita Federal. A polícia civil e a Polícia Federal não têm muita atribuição constitucional ou legislativa pra poder fazer muita coisa.

Em relação aos criptoativos, como o senhor mencionou, é um desafio pras polícias do mundo a dificuldade de rastreabilidade dessas moedas, mas o Banco Central também, recentemente, foi bem duro na regulamentação disso, produziu novas resoluções, e a gente tem visto uma preocupação dos órgãos administrativos em ter um maior controle, realmente, no fluxo de criptomoedas, em geral, criptoativos, porque tem virado...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antigamente, a gente falava do "dólar-cabo", não é? Dólar-cabo, que era um sistema de lavagem de dinheiro.

E tem sistematicamente sido substituído pelos criptoativos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agora, como o senhor avalia a delegação de regulamentações críticas, como os mecanismos de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, ao Ministério da Fazenda sem a previsão de parâmetros legais claros que balizem tais normas? Isso está contemplado nesse projeto de lei? Eu não lembro.

O SR. ERICK SALLUM – Não, não.

Essa questão aí foge bem das nossas atribuições, Senador. Eu preferiria nem me manifestar. Essa questão de delegação, de atribuição de um órgão pra outro, foge um pouco do nosso escopo aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agora, diante da vulnerabilidade identificada pela Enccla e pelo Bacen, como a polícia civil pode colaborar pra mitigar os riscos associados à exploração de aposta *online*, considerando a insuficiência de mecanismos sancionatórios e uso de estruturas como criptoativos e o Pix pra atividades ilícitas?

O SR. ERICK SALLUM – Repito, é a tecla em que eu venho batendo aqui: há que se haver uma adequação legislativa criminal pro tamanho do impacto social que são essas condutas. Nós tratarmos essa propaganda de *influencer* de *site* ilegal como propaganda enganosa, com pena de três meses a um ano, não faz sentido. A exploração de cassino *online* ilegal, hoje, no Brasil, é contravenção penal: a contravenção penal de jogo do azar. Sabe qual é a pena, Senador? Três meses a um ano.

Então, veja bem, o criminoso faz uma análise muito simples de custo-benefício. É o custo-benefício criminal: "Eu vou ganhar R$1 bilhão e depois vou responder por contravenção de jogo de azar? Vale a pena". O *influencer*: "Eu vou ganhar aqui 20 milhões e vou depois responder por propaganda enganosa? Vale a pena". E a gente está vendo que o impacto social é muito grande. A gente precisa adequar esses três crimes.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei está aqui no PowerPoint, que eu disponibilizei. Depois os senhores podem ler – foi feita lá uma consultoria jurídica, uma justificação – e tentar nos ajudar nesse sentido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu acho que nós vamos ter que apresentar algumas propostas – não é, Presidente? –, considerando, inclusive, a integração de diversas empresas no ecossistema de aposta *online*, como certificadoras, *fintechs* e operadoras, e o que pode ser aprimorado na fiscalização dessas entidades pra garantir maior integridade e transparência ao setor. Eu acho que é isso, não é? Tem que fazer esse projeto e...

O SR. ERICK SALLUM – Exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, parabéns, Erick!

Só confirmo o que eu disse no início: realmente, a Polícia Civil do DF é muito competente, e você fez um belo trabalho.

Muito obrigado.

O SR. ERICK SALLUM – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem.

Eu quero também reiterar os meus agradecimentos ao meu... Muita gente não sabe – viu, Izalci? – que eu sou policial também, eu sou médico-legista. Então ele é meu colega de trabalho. Ainda que aposentado, trabalhei muito tempo na medicina legal.

Seu trabalho... Eu acho que você vai... Acho não, você certamente será convidado a fazer esses esclarecimentos aqui quando nós tivermos aqui o Presidente do Banco Central, pra chamar atenção para essa falha no sistema de controle do guardião da nossa moeda.

Eu quero também dar ciência aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras de que foram convocados...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu não sei se cabe à CPI, mas eu acho que o Banco Central precisa ser notificado imediatamente pra que passe a exigir dessas entidades alguma coisa, porque não dá pra ficar solto como foi dito aqui. Acho que ficou muito claro. Eu acho que caberia à gente conversar com o Banco

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central, sei lá, ou com o Ministério da Fazenda, pra já de imediato tomar providências. Não precisa esperar a CPI terminar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Claro, claro; sem dúvida, sem dúvida. Acatada a sugestão.

Nós vamos preparar um ofício, uma recomendação e também vamos trazer o delegado aqui, porque, como eu falei, depois do dia 9, o Presidente do Banco Central estará aqui na Comissão, e você vai colocar toda essa situação de fragilidade do sistema em relação à criação dessas pequenas empresas de meio de pagamento.

Eu queria dar ciência às Sras. e aos Srs. Senadores de que foram convocados também pra hoje, para as suas oitivas, o Sr. João Studart, da Betnacional, que foi convocado pelo Requerimento 163, de 2024; e o Sr. Marcus da Silva, Diretor do grupo Entain, proprietário da Sportingbet. Eles não estiveram presentes. Eu vou fazer uma reconvocação, e, se eventualmente eles não estiverem presentes na próxima convocação, nós seremos obrigados a fazer uma condução coercitiva desses dois senhores aqui.

E quero também dar ciência aos senhores de que, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a todos pela presença e convido-os pra próxima reunião, a ser realizada no dia 03/11, às 11h. A próxima reunião será divulgada pelos canais oficiais do Senado Federal.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 48 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1509272605

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA CPI DAS BETS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dez minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Dr. Hiran, Angelo Coronel e Izalci Lucas, reúne-se a CPI das BETS com a presença dos Senadores Angelo Coronel, Humberto Costa, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Marcos Rogério, Eduardo Gomes, Soraya Thronicke, Carlos Viana e Ciro Nogueira, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Weverton, Damares Alves, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Zenaide Maia e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Omar Aziz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 216 de 2024** que: "Convoca o Senhor Felipe Prior, influenciador digital, para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 217 de 2024** que: "Requisita RIF da Senhora Aislla Sabrina Truta Henriques Rocha." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 218 de 2024** que: "Requisita RIF do Senhor de Darwin Henrique da Silva." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 219 de 2024** que: "Requisita RIF da Senhora Dayse Henrique da Silva." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 220 de 2024** que: "Requisita Relatório de Inteligência Financeira (RIF) da Senhora Deolane Bezerra dos Santos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 221 de 2024** que: "Convida o Senhor André Feldman, CEO da Big Brazil." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 222 de 2024** que: "Convida o Senhor Tiago Fernando Correia, Delegado de Investigações sobre Lavagem ou Ocultação de Bens e Valores de São Paulo." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 223 de 2024** que: "Convida o Senhor Guilherme Muraro Derrite, Secretário de Segurança Pública de São Paulo." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 224 de 2024** que: "Requisita RIF da Senhora Maria Bernadette Pedrosa Campos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 225 de 2024** que: "Requisita RIF da Senhora Maria Aparecida Tavares de Melo." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 226 de 2024** que: "Requisita RIF do Senhor Flavio Cristiano Bezerra Fabrício." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 227 de 2024** que: "Requisita RIF da Senhora Edna Oliveira dos Santos."

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 228 de 2024** que: "Convida o Senhor Rogério Antônio Lucca." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 229 de 2024** que: "Requisita o compartilhamento de documentos recebidos pela Polícia Civil do Estado de São Paulo." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 230 de 2024** que: "Requisita RIF do Senhor Fernando Oliveira Lima." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 231 de 2024** que: "Requisita o compartilhamento de documento recebido no âmbito da CPI de Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas. Ação Penal 0022884-49.2024.8.17.2001." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 233 de 2024** que: "Convoca a Senhora Virginia Pimenta da Fonseca Serrão Costa, apresentadora, empresária e influenciadora digital." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 234 de 2024** que: "Requisita RIF da ACJ Platform Comércio e Serviços Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 235 de 2024** que: "Requisita documento à ACJ Platform Comércio e Serviços Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 236 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa Rede Social Media Desing Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 237 de 2024** que: "Requisita documento à Rede Social Media Desing Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 238 de 2024** que: "Requisita RIF do Senhor Alex Fernando André, empresário." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 239 de 2024** que: "Convoca o Senhor Alex Fernando André, empresário." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 240 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa One Internet Group - OIG." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 241 de 2024** que: "Requisita documentos à One Internet Group (OIG)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 242 de 2024** que: "Requisita RIF da empresa OIG Gaming Brazil Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 243 de 2024** que: "Requisita de Documento à OIG Gaming Brazil Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 244 de 2024** que: "Requisita RIF do Senhor Fernando Oliveira Lima." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 245 de 2024** que: "Requisita documento à F&D Company Serviços de Marketing Digital Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 246 de 2024** que: "Requisita RIF de F&D Company Serviços de Marketing Digital Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 247 de 2024** que: "Requisita RIF de Carvalho Distribuidora Ltda." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 248 de 2024** que: "Requisita documento à empresa Carvalho Distribuidora Ltda." **Autoria:** Senador Izalci

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 249 de 2024** que: "Convida representante do Instituto de Pesquisa DataSenado." **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 250 de 2024** que: "Convida o Senhor Hazenclever Lopes Cançado, Presidente da LOTERJ." **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 254 de 2024** que: "Requisita do senhor Marcus Vinícius Freire de Lima e Silva, ex-Diretor do Grupo Entain, informações gerais e contextualização de atuação no Brasil." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Depoimentos**. **Finalidade:** Depoimentos. Oitivas de Hazenclever Lopes Cançado, Presidente da LOTERJ, em atendimento ao requerimento 250/2024; e de João Studart, CEO da empresa Bet Nacional, em atendimento ao requerimento 163/2024. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da CPI das BETS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/03

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da CPI das Bets, criada pelo Requerimento nº 680, de 2024, para investigar, no prazo de 130 dias, a crescente influência dos jogos virtuais de apostas *online* no orçamento das famílias brasileiras, além de possível associação com organizações criminosas, envolvendo práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais, na promoção e divulgação dessas atividades.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Também, antes de iniciarmos, informo aos membros da CPI que a CPI já recebeu os primeiros relatórios de inteligência financeira emitidos pelo Coaf. Esses relatórios foram recebidos como sigilosos.

É praxe das CPIs a aprovação de uma norma sobre o acesso de documentos sigilosos. Ontem, a Secretaria encaminhou às assessorias a minuta dessa norma.

Consulto os membros se há alguma notificação que queiram fazer em relação ao que lhes foi encaminhado ou podemos dar essa norma por aprovada.

Aqueles que estão de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Fica aprovada a norma de acesso a documentos sigilosos desta CPI.

A presente reunião está dividida em duas partes: na primeira parte, a deliberação de requerimentos; e, na segunda parte, teremos duas oitivas, a de um convidado e a de um convocado para esta reunião.

Iniciamos a primeira parte da reunião.

Temos em pauta 35 requerimentos, sendo 6 convites, 3 convocações, 9 requerimentos de informação, 17 pedidos de relatório de inteligência financeira ao Coaf.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra aos autores dos requerimentos.

É regimental que a gente passe a palavra primeiro a quem apresentou o maior número de requerimentos, que foi o Senador Izalci. Mas, como o Senador Izalci teve que se ausentar para participar de uma agenda em outra Comissão, eu passo a palavra, em seguida, a outra autora de alguns requerimentos, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Para encaminhar.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, colegas, Senadores, Senadoras, todos que estão aqui, os advogados, aqueles que vão hoje ser ouvidos, toda a imprensa.

Presidente, são tantos requerimentos... Quais são? O senhor tem a lista aí dos meus, por favor? (*Pausa.*)

Bom, isso aqui já foi publicado, não foi?

Então, eu só... (*Pausa.*)

Não, nenhum registro. Eu só gostaria que deliberássemos sobre isso o quanto antes. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Passo, em seguida, a palavra ao autor também de grande parte dos requerimentos, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para encaminhar.) – Presidente, foram... São um, dois... São cinco... Não. Seis.

A proposta é que sejam aprovados todos os requerimentos, porque isso faz parte realmente da apuração. A gente precisa, em alguns casos, requisitar o Rif, para você se aprofundar realmente nas operações, em busca realmente de desvio de recursos, de lavagem de recursos. Então, a gente precisa aprovar os requerimentos.

E, com relação a algumas convocações, são pessoas que estão ligadas direto às *bets* que a gente precisa ouvir, exatamente para apurar e buscar, inclusive, informações para aperfeiçoar a legislação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos com uma regulamentação muito frágil com relação a isso. A gente já comprovou – e tem aqui elementos – que realmente não há controle com relação a isso.

Eu tive inclusive reunião, semana passada, com o pessoal do Banco Central, pessoal dos bancos que operam essa situação, e é assustador. Eles mesmos... As instituições financeiras estão assustadas com o volume de recursos que está sendo desviado de forma indireta, principalmente por esses *sites* clandestinos. Por isso, nós temos que aperfeiçoar bem a questão da legislação e, para isso, a gente precisa convocar – convidar, se for necessário – as pessoas para contribuir com isso, sejam empresários, sejam influenciadores, para ver de que forma está sendo trabalhado isso, inclusive com a questão da propaganda, questão de influenciadores, porque isso aí afeta diretamente o volume de apostas.

Então, eu peço apoio para que a gente possa realmente aprovar todos os requerimentos da pauta, Presidente.

Se quiser, depois, que eu justifique um a um, eu posso justificar, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu até, antes de submeter à votação, queria dar ciência às Sras. e aos Srs. Senadores de que nós precisamos fazer uma reunião reservada, para nós definirmos realmente, no decorrer do andamento dos nossos trabalhos, quem a gente precisa convidar, convocar ou pedir requerimento de informação, porque, Relatora, não é uma coisa simples analisar esses relatórios que nos chegam. Então, eu acho que nós podemos, inclusive, aproveitar o nosso recesso para pedir requerimento de informação, para nos dar subsídio para as futuras reuniões que nós vamos ter, as sessões que nós vamos ter depois do recesso, para ganharmos tempo, inclusive, para nos dar subsídio para fazermos as inquirições dos eventuais convidados ou convocados. Mas, para isso, nós vamos fazer uma reunião...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora. *Fora do microfone*.) – Mas agora vamos deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vamos deliberar – vamos deliberar – e depois nós vamos analisar um a um, está certo?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então, que fique consignado em ata esta minha proposição: nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em globo dos 34 requerimentos pautados.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados tanto a proposição de voto em globo como os requerimentos, quanto a minha sugestão de analisarmos, numa sessão reservada, cada requerimento apresentado a esta Comissão.

Passamos à segunda parte da reunião.

Convido o Sr. Hazenclever Lopes Cançado, Presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj). O convite se dá nos termos da aprovação do Requerimento 250, de 2024.

O convidado terá... Ele terá... Ele terá 15 minutos para uma exposição inicial, e depois nós passaremos às perguntas das Sras. e dos Srs. Senadores. (*Pausa.*)

Se você precisar de um tempo adicional, você me informa, e não tem nenhum problema.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO (Para expor.) – Agradeço à CPI e, em especial, ao Presidente, Senador Dr. Hiran, pelo convite e pela oportunidade de estar aqui nesta manhã, para explanar sobre o mercado regulado de jogos *online* e apostas esportivas no Brasil, sobre a experiência de sucesso da Loteria do Estado do Rio de Janeiro.

Parabenizo a Senadora Soraya pela excepcional iniciativa do requerimento de constituição desta Comissão e pelos seus pares no Senado, que a apoiaram prontamente na criação importante desta Comissão, que, com certeza, muito contribuirá para o momento de regulamentação dos jogos no Brasil.

A Loteria do Estado do Rio de Janeiro, a Loterj, é uma defensora pioneira do jogo responsável e do jogo regulado no Brasil. Nesta oportunidade de hoje, demonstraremos que o Governo do Rio e a Loterj estão do lado certo da história dos jogos *online* no nosso país.

A Loteria do Estado do Rio, com seus 84 anos de existência, sempre foi protagonista nas apostas e nos jogos no país e sempre atuou na luta pela regulação, pelo respeito ao apostador e

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo combate à clandestinidade. E essa história não foi diferente no atual governo e na nossa atual gestão.

Para tratarmos do tema, é necessário termos uma volta nos marcos temporais importantes, e o marco inicial das *bet*s no Brasil se inicia com a aprovação da Lei 13.756, no Congresso Nacional, sancionada no final do ano de 2018.

Sendo possível, eu gostaria de projetar o art. 29 da Lei 13.756.

A regulamentação fez parte da 13.756, e a lei fixou em quatro anos – dois anos prorrogáveis por mais até dois – o período de regulamentação dos jogos de aposta de quota fixa, uma modalidade nova no país, então criada nesta Lei 13.756.

A União deixou transcorrer esse período dos quatro anos sem regulamentação. Desde 2018, portanto, deixou de ser contravenção penal a exploração desses jogos no Brasil. E, sem regulamentação, os brasileiros abriram empresas de fachada em paraísos fiscais como Curaçao, Malta, Gibraltar e Luxemburgo.

Então, sendo possível ali, Srs. Senadores, o art. 29 da Lei 13.756, no seu *caput:* "Art. 29. Fica criada a modalidade lotérica, sob a forma de serviço público, denominada aposta de quota fixa, cuja exploração comercial ocorrerá no território nacional".

Nos §§1º e 2º:

> §1º A modalidade lotérica de que trata o *caput* [...] consiste em sistema de apostas relativas a eventos reais ou virtuais, em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.
> §2º A loteria de apostas de quota fixa será autorizada, em caráter oneroso [repetindo, a loteria de aposta de quota fixa será autorizada em caráter oneroso], pelo Ministério da Fazenda e será explorada [...] em ambiente concorrencial, sem limite do número de autorizações, com possibilidade de ser comercializada em quaisquer canais de distribuição [...], observado o disposto na lei [....] e na regulamentação.
> §3º o Ministério da Fazenda regulamentará o disposto neste artigo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a sua sanção, portanto, com a criação dessa modalidade, a aposta de quota fixa deixou de ser contravenção penal no país, e a sua exploração passou a depender da regulamentação.

Com a falta de regulamentação, as empresas brasileiras passaram a hospedar esses domínios nos paraísos fiscais e passaram a utilizar empresas no Brasil para receber Pix dos apostadores.

Para lavar o dinheiro, esses donos das *bets offshore* emitiam notas fiscais contra essas empresas que recebem os depósitos dos apostadores, simulando prestação de serviços de publicidade, serviços de *marketing*, serviços de patrocínios, de *marketing* digital, dentre outros serviços.

Os dois Delegados que aqui estiveram, na CPI, na terça-feira da semana passada – o Delegado da Polícia Civil do Distrito Federal e o Delegado da Polícia Civil do Estado de Pernambuco –, muito bem discorreram e demonstraram aos Srs. Senadores o *modus operandi* dessa lavagem de dinheiro, desse uso de paraísos fiscais e a forma clandestina desse dinheiro retornar ao Brasil.

Em 2020, o STF, em uma sessão paradigmática, votou e aprovou, por unanimidade, em uma única sessão plenária, as ADPFs 492 e 493 e a ADI 4086. Desde então, desde a decisão do Supremo, os estados podem operar em regime de concorrência com a União e regulamentar essa operação no âmbito do estado.

Vejamos parte do voto prevalente do Ministro Gilmar Mendes na decisão dessas ADPFs:

> (ii) Os arts. 1º e 32 do Decreto-Lei 204/1967, ao estabelecerem a exclusividade da União sobre a prestação dos serviços de loteria, não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988, pois colidem frontalmente com o art. 25, § 1º, da CF/88, ao esvaziarem a competência constitucional subsidiária dos Estados-membros para a prestação de serviços públicos que não foram expressamente reservados pelo texto constitucional à exploração pela União [...];
> (iii) A competência privativa da União para legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios (art. 22, inciso XX, da CF/88) não preclui a competência material dos Estados para explorar as atividades lotéricas nem a competência regulamentar dessa

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> exploração. Por esse motivo, a Súmula Vinculante 2 não trata da competência material dos Estados de instituir loterias dentro das balizas [...], ainda que tal materialização tenha expressão através de decretos ou leis estaduais, distritais ou municipais.

Após esse julgado e, em vigor os quatro anos de prazo para a regulamentação da 13.756, o país se viu em um vácuo normativo: a modalidade lotérica deixou de ser contravenção penal, ela estava legalizada no país, não estava regulamentada. O país viveu, então, em um mercado chamado mercado cinza.

Tivemos aí o advento da pandemia, com as pessoas, os brasileiros, em casa, buscando entretenimento, buscando opção de entretenimento, a evolução da internet 4G e 5G no país, a conectividade de excelente qualidade alcançando praticamente a totalidade das residências do Brasil, tivemos o advento do Pix, e, considerando, então, o vácuo normativo da União, a omissão da União e a decisão incontestável do Supremo Tribunal Federal, em abril de 2023, o Rio de Janeiro regulamentou a exploração da modalidade lotérica de apostas esportivas de quota fixa, conforme disposto na Lei nº 13.756.

O regime de operação e regulamentação, no Rio de Janeiro, foi de credenciamento concorrencial, como dispõe a lei, mediante o pagamento de outorga fixa de R$5 milhões, corrigidos mensalmente pelo índice de inflação oficial, e uma outorga variável de 5% sobre o GGR, que é a receita líquida das operadoras, total arrecadado com apostas menos prêmios, além dos outros 5% de ISS gerados para o Município do Rio de Janeiro e do recolhimento para a União dos tributos federais: PIS, Cofins, CSLL e Imposto de Renda.

Devo enfatizar que, desde a regulamentação da Loterj, o Rio de Janeiro é a única fonte de receita da União da exploração de *bets* no Brasil. O Estado do Rio de Janeiro é a única fonte de arrecadação de receitas para a União das *bets* em operação no Brasil. Para cada R$1 que o Estado do Rio recebe, o Rio arrecada para a União R$8.

E esse nosso credenciamento foi feito sob a égide da Lei de Licitações 8.666, em vigor à época, e foi o nosso credenciamento. Ele é feito em total respeito à legislação federal vigente à época, vigente nos dias de hoje, às leis e aos decretos do estado e às melhores práticas de mercado de apostas e jogos *online* em todo o mundo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As empresas, para se credenciarem na Loterj, se submetem a um processo de credenciamento, iniciando com a sua habilitação técnica, jurídica, financeira, fiscal, tributária, trabalhista. Após essa sua habilitação, com total transparência e publicidade, há um prazo público de impugnações, e, não havendo impugnações, a empresa é declarada habilitada pela Comissão Permanente de Licitações da Loterj. E, em seguida, a empresa, a *bet*, é convocada para uma POC, que é uma prova de conceito da sua plataforma. Essa POC é realizada em audiência pública, na sede da Loterj, em horário comercial, em dia útil, antecipadamente divulgada para qualquer participação e assistência de quem desejar. E a Loterj foi a primeira loteria no país a fazer uma prova de conceito da plataforma das suas *bets*. Após a aprovação da prova de conceito da plataforma por uma comissão técnica específica de servidores da Loterj, ela, então, é convocada para pagar antecipadamente a sua outorga, como disciplina a Lei 13.756. Após o pagamento da sua outorga, ela é convocada a integrar o meio de pagamento da Loterj e, em seguida, a entrar em operação.

Notem, Srs. Senadores e Senadoras, que o nosso processo de credenciamento, que é uma modalidade de licitação, é totalmente ao contrário do que é praticado, hoje, pela SPA do Ministério da Fazenda. A SPA publicou e atualiza uma lista positiva, e essa lista positiva nada mais é do que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – ... uma autorização tácita. E essa autorização tácita viola os art. 11 e 12 da Lei 14.790. Essa autorização tácita viola a Lei de Licitações hoje em vigor no Brasil, a 14.133. Essa autorização tácita viola o Tema, de repercussão geral da Suprema Corte, 1323, editado recentemente pelo STF, dizendo que toda autorização ou permissão de jogos e loterias no Brasil deve ser precedida de um processo licitatório. Esta Casa, o Congresso Nacional, ao aprovar a Lei 13.756... A vontade do legislador foi explícita de que o pagamento da outorga é antecipado, antecede a autorização de funcionamento. O Supremo Tribunal Federal é claro: qualquer permissão, concessão ou autorização de exploração de serviços públicos de loteria no país deve ser antecedido de um processo licitatório. Então, essa autorização tácita da SPA não encontra guarida em nenhuma legislação federal, em nenhuma decisão da Suprema Corte, em nenhuma vontade expressa dos legisladores do Congresso Nacional.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa autorização tácita, essa chamada lista positiva, é uma concorrência desleal com as loterias estaduais. Essa autorização tácita é perniciosa ao mercado. Essa licitação tácita traz ao mercado o que vivemos hoje, com total exposição da população mais vulnerável, falta de controle sobre os apostadores, insegurança sobre as plataformas que estão sendo usadas.

O Congresso não autorizou qualquer renúncia de receita pelo Ministério da Fazenda. O Congresso Nacional – bom dia, Senadora – não autorizou qualquer período de graça para as *bets* funcionarem no país. E estamos falando dos legisladores que, hoje, estão neste mandato, é este Congresso que votou e aprovou o Projeto de Lei nº 3.626, sancionado como 13.756. E não há qualquer autorização para esse período de graça.

O Ministério da Justiça, através da Senacon, emitiu, poucos dias atrás, uma nota contra essa interpretação de que há um período de graça na legislação. O Ministério da Justiça foi muito claro, cristalino de que esse período de graça não é vontade do legislador e não tem guarida na legislação.

O parágrafo único do art. 9º da Lei 13.756 deixa claro que o legislador, o Congresso Nacional, não autorizou o período de graça.

Aqui nós estamos com a nota técnica do Ministério da Justiça, da Senacon. O ministério é muito claro. Lá ao seu final... Por gentileza. Lá, ao seu final, ele diz que:

> A interpretação literal do parágrafo único, do art. 9º, da Lei 14.790/23, que permite às empresas se adequarem em prazo de 6 meses, é despropositada e fere todas as regras basilares da hermenêutica jurídica. A motivação do art. 26, I, da Lei 14.790/23, reside na correta preocupação do legislador com a prevenção do vício em jogos (ludopatia), que a bonificação incentiva. [E diz mais o Ministério da Justiça.] Não é razoável, tampouco racional, que se entenda que a mesma lei que não admite a bonificação, porque esta gera vício e dependência, a tolere por seis meses para que as empresas possam se adequar à vedação legal. [Diz ainda o Ministério da Justiça.] Isso pressuporia o absurdo hermenêutico de se fixar a compreensão de que em seis meses ninguém se vicia. E ainda que assim não fosse, tal interpretação também não estaria autorizada em face do que dispõe o Código de Defesa do Consumidor

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vou mais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Ainda que assim não fosse, essa autorização não encontra guarida na Constituição Federal, na legislação federal, nas decisões do Supremo.

O documento do Ministério da Justiça deixa claro que os senhores e senhoras legisladores desta Casa não autorizaram esse período de graça para as *bets* operarem no Brasil. O Congresso não autorizou para os operadores lucrarem sem pagar qualquer outorga ou imposto. Os legisladores não autorizaram que as *bets* não se submetessem às regras de regulação.

É difícil explicar ao brasileiro comum que tem o seu comércio com um, dois, três empregados, e que todos são registrados, os direitos trabalhistas respeitados, porque o Ministério do Trabalho e os sindicatos locais fiscalizam, que as *bets* que chegam a faturar...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dr. Hazenclever, com licença. O senhor tem um minuto para concluir, por respeito, inclusive, aos outros nossos convocados.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Obrigado.

Então, encerro ao falar do sucesso da operação no Rio de Janeiro, do sucesso e da segurança jurídica da nossa licença e do nosso credenciamento.

São 18 meses com as nossas *bets* operando, inexistindo qualquer reclamação de consumidor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – ... inexistindo qualquer reclamação de órgão de controle, inexistindo qualquer reclamação de órgão de persecução.

E deixo a indagação sobre a arrecadação das *offshore* que estão nesse período de graça concedido pelo Ministério da Fazenda, neste momento de déficit do Governo central, e o Estado do Rio de Janeiro arrecadando para a União R$8 para cada R$1 que fica no Rio de Janeiro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E encerro também, Sr. Presidente, falando que, ainda na nossa luta pelo mercado regulado, meses atrás, nós oferecemos denúncia e representação contra tudo o que está acontecendo junto à Receita Federal do Brasil e junto ao Banco Central do Brasil, pedindo a tributação das receitas dessas *offshore* dos últimos cinco anos em operação no Brasil, como diz a lei. E requeiro que a cópia das nossas representações junto à Receita Federal do Brasil e ao Banco Central seja parte integrante do meu pronunciamento e passo às mãos do Presidente e da Relatora a cópia dessas nossas representações em meio eletrônico.

Obrigado, Presidente, pela permissão do tempo extra.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Sr. Hazenclever.

Passo em seguida a palavra para a nossa Relatora para fazer as suas perguntas ao convidado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, antes de iniciar, eu gostaria de reforçar com V. Exa., para que possamos evitar qualquer constrangimento entre os colegas, que... Nós sabemos muito bem como é que se trabalha dentro de uma CPI: a relatoria e também o autor dos requerimentos ou a autora têm um prazo muito maior para fazer perguntas. E para que a gente não tenha problemas... Eu fui interrompida inúmeras vezes na última reunião – inúmeras vezes! – pelos colegas. Não é de má-fé, algo natural, eu permiti naquele momento, mas, se nós continuarmos nessa toada, nós teremos problemas. Então, gostaria que os colegas respeitassem. É a terceira CPI de que eu participo, eu nunca interrompi o Relator Renan Calheiros, nunca interrompi nenhum colega, nunca interrompi em nenhum momento, sempre esperei a minha hora de falar, nunca interrompi a Relatora Eliziane Gama da CPI do golpe. E eu não gostaria de ser interrompida, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Acatada a sua sugestão, mas eu quero aqui reforçar que eu jamais interrompi quem quer que seja, principalmente uma dama. Jamais faria isso como uma absoluta indelicadeza da minha parte.

Fique à vontade, querida Relatora.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não foi por parte de V. Exa.

Bom, começando...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Começando...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Estou sendo interrompida, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pela ordem, pela ordem. (*Risos.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Este pedido de pela ordem, Sr. Presidente, é para parabenizá-lo, porque o Botafogo foi campeão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

E quero saudar todos os alvinegros que estão aqui nesta sala, porque eles começaram...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Está perdoado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... a aparecer com abundância em todos os ambientes em que a gente está. Eles estavam adormecidos.

Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Dr. Hazenclever...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO (Para expor.) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Agradeço imensamente pela explicação. Realmente há um limbo legal que nos causa uma tremenda... Ele causa inúmeras dúvidas para todos nós brasileiros de como tudo isso se deu.

Então, eu quero perguntar para o senhor que, se foi liberado em 2018 pelo Governo Temer para que o Poder Executivo regulamentasse no prazo de dois anos, prorrogáveis por mais dois... Após o Governo Temer, nós tivemos o Governo Bolsonaro, ou seja, o Governo Bolsonaro foi inerte, foi omisso na sua obrigação de regulamentar as *bets*, esses cassinos virtuais, e é por isso que nós vivemos hoje esta verdadeira pandemia de ludopatia?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Senadora, nós temos um período de 2018 a 2024 de total inércia do Governo Federal. Nós estamos aí em seis anos de inércia, em seis anos que *bets*, que faturam mais de R$1 bi, R$2 bi, R$3 bi, R$10 bilhões por mês, não registram um empregado, não recolhem um centavo de imposto ao município, aos estados e à União, não devolvem os tributos à sociedade como deve ser. Então, há uma inércia generalizada. O Congresso fez sua parte. Então, são seis anos – de 2018 a 2024 –, e essa total inércia não é que resultou apenas na ludopatia, até porque a ludopatia... Nós não temos pesquisas e índices oficiais de quantos por cento da população ela tem atingido, até porque o vício em jogos é secular ou milenar do mundo. Na antiga Roma, Mesopotâmia, Babilônia, já encontramos nos escritos casos de vício, mas não podemos debitar a A ou B; podemos, sim, trazer a responsabilidade. A legislação é muito clara quanto ao agente público que prevarica ou que se omite. E isso resultou não só em ludopatia, resultou em tudo isso que o mercado vive, um mercado desorganizado. Nós temos hoje milhares, mais de 5 mil *bets* funcionando no Brasil, aproveitando um tempo que ainda têm para praticar o maior número possível de atrocidades contra o povo brasileiro, arrancar o dinheiro do povo brasileiro, não devolver à sociedade, não devolver aos cofres públicos e levar para o exterior. Então, essa omissão, que permanece hoje... Acho que, mais que nós nos atermos ao passado, precisamos é cessar, cessar essa inércia, cessar esse beneplácito, essa renúncia fiscal, essa anistia fiscal que está sendo concedida.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para darmos o benefício da dúvida para o atual Governo, de quando são as resoluções que começaram a ser trabalhadas e estudadas para entrarem em vigor no dia 1º de janeiro de 2025? Porque, quando um governo entra, toma posse, ele precisa de um tempo para entender o que está acontecendo, ainda mais quando tivemos uma dificuldade imensa durante o período de transição. Eu até me coloco no lugar, porque eu fui candidata à Presidência da República, sem chance nenhuma, mas nós temos que entender: sem uma transição decente, você precisa de um tempo – sejamos justos – para que o atual Governo tome providências.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Correto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, eu gostaria de dar... Pelo menos este ano, estão estudando. O Regis Dudena... Que eu saiba, o Ministério da Fazenda está estudando essas resoluções para poderem normatizar e regulamentar.

Enfim, obrigado pela resposta.

Continuando, eu gostaria de perguntar ao senhor, considerando que o Estado do Rio de Janeiro foi o pioneiro na regulamentação das apostas de quota fixa e jogos *online*, quais foram os principais impactos fiscais observados desde a implementação do Edital de Credenciamento nº 001, de 2023, e da publicação do Decreto Estadual nº 48.806, de 2023. Como é que essas iniciativas têm contribuído para a geração de receita destinada a projetos sociais, de saúde e esportivos?

Além disso, nos informar qual é a carga tributária que esses autorizados ou outorgados... Porque aqueles que são do Ministério da Fazenda, da SPA, estão sendo autorizados.

Da Loterj é autorização ou outorga?

E a arrecadação desses tributos, se houver, há uma repartição do que é estadual e do que é federal? Inclusive em relação aos apostadores do restante do país que apostam via Loterj?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Perfeito, Senadora.

O principal ganho foi, para a sociedade e para o país, a Loterj e o Governo do Rio oferecerem um exemplo sólido de como um setor estruturado pode beneficiar todo o ecossistema, exemplos que nós temos positivos em todo o planeta. E, para que seja bem estruturado, nós precisamos ter

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impostos competitivos, nós precisamos ter segurança ao consumidor, que é o apostador, e nós precisamos ter incentivos ao mercado legal.

E a Loterj foi na contramão dessa espera, na contramão dessa inércia, e nós enfrentamos a proliferação do mercado ilegal no país. Ao oferecer competitividade às *bets* no Rio, nós possibilitamos que eles deixassem a forma que vinham trabalhando e trabalhassem à luz do dia, com tudo regulamentado.

A sociedade mais carente, menos favorecida pela sorte, as comunidades até de mais difícil acesso ao Rio de Janeiro são beneficiadas com diversas ações sociais nossas. Com os recursos advindos das *bets*, a Loterj financia, através de termos de fomento com o terceiro setor, respeitando a legislação federal e a legislação estadual para fomentos e convênios, nós financiamos creches nas regiões mais carentes e mais inseguras do Rio. Nós temos creches bancadas pela Loterj – 100% bancadas pela Loterj – em que até para as visitas de fiscais de contrato, conforme determina a legislação, nós precisamos de segurança policial ou, como há alguns meses, nós fomos informados de que os fiscais nem devem ir àquela comunidade pelos problemas de segurança local. Ou seja, o recurso originado pelas *bets* está chegando na ponta onde é necessário, porque o investimento no social é o âmago das loterias, da história das loterias do mundo inteiro.

Loterias estaduais ou federais, a essência delas, com todo o respeito, não é construir ferrovia, rodovia, prédios e imóveis, a essência dela é o social. A Loterj, há vários anos, banca com 100% da despesa a principal casa de abrigo da mulher vítima de violência no Estado do Rio de Janeiro. É uma casa, um abrigo modelo para o país. E também para a própria Loterj ter acesso onde ela investe, nós precisamos estar em contato com a Delegacia da Mulher, com o Tribunal de Justiça, com a promotoria especializada, tal a segurança e a proteção a essas mulheres, porque a senhora, com a sua experiência como Senadora, imagina a situação pessoal em que elas chegam lá.

Como outro exemplo, a senhora citou agora há pouco a ludopatia. A determinação do Governador Cláudio Castro para a Loterj é que assim como nós somos pioneiros e modelos em regulamentação, a Loterj será pioneira e modelo na implantação do centro de acolhimento, tratamento, recuperação e reinserção social do ludopata. Inclusive, com *call center* funcionando

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

24 horas, sete dias por semana, com profissionais especializados, esperando que esse centro não só acolha, mas seja um instrumento de evitar o que a mídia traz hoje de suicídios, de destruição de famílias, de perda de emprego, de reestruturação financeira de quem se endivida, de acolhimento das mães com espaço e profissionais para acolherem os filhos, enquanto as mães recebem o acolhimento nessa casa.

Nós esperamos... O nosso projeto é que nos primeiros meses de 2025 sejam aplicados mais de R$5 milhões apenas nessa casa, que será a primeira, que terá efeito multiplicador. Eu demonstro à senhora, se a senhora permitir, alguns exemplos do nosso social, do nosso investimento com as nossas loterias no Estado do Rio de Janeiro. Essa é a nossa destinação.

E a nossa receita, enquanto ela é 5% do GGR... O que é GGR? É o total de aposta menos prêmios. Eu repito para a senhora, a União arrecada oito vezes o que nós arrecadamos. O Estado do Rio gera para a União oito vezes o que gera para o próprio Estado com os impostos federais sobre as *bets*.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Como é? O senhor pode repetir qual é a carga tributária das *bets*, autorizadas ou outorgadas por vocês?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Para o Rio de Janeiro, as nossas licenciadas, as nossas credenciadas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Quantas são?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – ... são 5% mensal sobre o GGR. O GGR é total de apostas menos prêmios.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Quantas *bets* são?

Hoje nós temos 15 *bets* já credenciadas, licenciadas e temos mais algumas dezenas de processos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É outorga, autorização ou licença?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Ela é uma licença, autorização ou outorga; ela tem o mesmo sentido dentro da lei de licitações.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Tá. O.k

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Tanto é que a gente tem a outorga fixa de 5 milhões, antecipada, como diz a lei federal; e a outorga variável de 5% mensal. Não é tributo nem imposto, é uma outorga.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – E para cada R$1 que nós geramos para a Loterj, nós geramos outro R$1 para o município sede da empresa, com o ISS.

Para cada R$1 gerado para os cofres da Loterj, nós temos R$8 gerados para a União, através do PIS, Cofins, CSLL.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Quantos servidores? Servidores não. Quantos funcionários a Loterj tem?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Hoje, em torno de 60 servidores. Respondi?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – As *bets* autorizadas pela SPA pagam tributos? O senhor sabe?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Relatora, a lista tácita, a lista positiva da SPA, é uma concessão de um estado de graça que eu acabei de dizer. Ela publicou essa lista e determinou que a Anatel bloqueasse os *sites* não contemplados nessa lista, sem nem o recolhimento dos R$30 milhões determinados na Lei 13.756. E se ela não está, nem pagou a outorga...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não pagaram a outorga, então?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Ela não foi paga. Não pagou a outorga. Não foi paga.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem e hoje você tem nos jornais de grande circulação algumas pequenas, poucas empresas pagando os primeiros R$30 milhões.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O que é pouco, não é?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Pouco...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Para você trabalhar com três *sites*, com cada *site*, com inúmeras *bets*...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Com três *sites*?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É como se pagassem R$10 milhões por cada *site*.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Dra...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É muito barato.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Senadora, se a senhora permitir, não são três *sites*. Nós temos um caso na lista tácita da SPA, e eu posso demonstrar aqui agora para os Srs. Senadores. Você entra lá nessa lista, o item 74 dessa lista... Deixe-me confirmar na lista de cento e poucas da SPA.

Ao entrar, se os Srs. Senadores buscarem aí no Google a lista positiva e vocês forem ao item 76 – se a Senadora está com a lista –, o item 76 é uma empresa chamada Logflix.bet. Essa Logflix, que nós vamos projetar, traz ali os três domínios dela – os três domínios. Só que, quando você clica em um desses domínios, ela é uma Netflix, ela é uma *hub*. Sabe quando você abre a Netflix e tem lá Disney+, YouTube, todas as suas opções, o HBO, o Max, tudo lá? Essa empresa está trazendo, hoje, 118 empresas debaixo dela.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Cento e dezoito, eu vou demonstrar agora. Aqui é o item 76, Logame do Brasil. Ali está o processo SEI, no Ministério... Isso é a lista que está no *site* do Ministério, não é uma planilha minha, não.

Aí, você vai lá na Logflix. Ela tem a Logame, Logflix e a Liderbet. Vamos lá na Logflix. Podem, nos celulares aí, colocar Logflix.bet. Nós vamos abrir: ela tem 118 empresas. Isso foi a vontade do legislador? Isso é o que está na lei?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Isso é pernicioso ao mercado. Aí é a Logflix. Aí você desce... Para mim, é uma Netflix. Olha a quantidade de *bets*! Pode ir descendo.

Eu contei hoje de manhã. Tive que multiplicar as linhas por cinco e somar as outras quatro do final. São 118 *bets* em uma única licença, que eu ainda não sei se era para recolher os R$30 milhões. Ela não cumpriu o enunciado 1323 da Suprema Corte.

São 118 *sites* debaixo de uma única licença. Onde há legalidade nisso? Onde isso está previsto?

Então, eu não posso responder pelo Ministério onde estão as... Eu posso responder é que as nossas licenciadas do Rio revertem para os cofres da União R$8 para cada R$1 que ela reverte para o Estado do Rio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Nos últimos 12 meses, o senhor tem ideia de quanto a Loterj recolheu para a União?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, a Loterj... Nós arrecadamos em torno de R$118 milhões.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Nos últimos 12 meses?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Nos últimos... no nosso processo de licenciamento, que é crescente. Ele é crescente. Cento e dezoito multiplicado por oito, nós vamos chegar a R$1 bi, gerados pela Loterj.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

E o senhor não tem informação se essas autorizadas tacitamente pela SPA estão recolhendo tributos ou não?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Eu tenho certeza de que não, porque eu listaria as licenças publicadas no *Diário Oficial da União*. Teria que ter sido dada publicidade. É isso a legislação. Busque no *Diário Oficial da União* onde é que tem. Onde é que tem? Nenhuma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k., entendi.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – E não é só imposto. Ela não está também nem respeitando os direitos trabalhistas do Brasil, nem os direitos trabalhistas dos seus empregados. Porque, se ela não tem a licença, será que os empregados estão registrados? Será que o FGTS está sendo recolhido? Será que o INSS patronal está sendo recolhido?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Boa pergunta.

Dr. Hazenclever, sob a sua gestão, a Loterj autuou mais de 800 empresas e pessoas naturais, físicas, por exploração irregular de apostas. Quais foram os principais desafios enfrentados na fiscalização dessas atividades? Como foi que o Decreto Estadual nº 48.806, de 2023, aprimorou o combate às operações ilegais e quais lições podem ser aplicadas na esfera federal e a outros estados?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Senadora, nós notificamos mais de... Quero pegar o número exato para a senhora. Nós notificamos centenas e centenas de *bets*, de meios de pagamento, os chamados meios de pagamento irregulares, sem autorização do Banco Central, operando no Rio de Janeiro e no país, influenciadores, *influencers*, operadoras de jogos, toda sorte de personalidades do ecossistema. E foi um trabalho hercúleo para identificar esse número, foi uma força-tarefa instituída na Loterj, porque a maioria absoluta está em *offshore* no exterior. Nós notificamos 1.025 atores, nós notificamos até ontem 369 casas de aposta. O Ministério da Fazenda mandou a Anatel bloquear mais de 5 mil, então nós temos mais de 5 mil sem serem notificadas, porque nós não encontramos o responsável legal no Brasil. Nós notificamos 287 meios de

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagamentos atuando irregularmente no país, 140 empresas de integração e *software* de aplicativos, notificamos 190 divulgadores e *influencers*, notificamos 39 clubes de futebol...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor pode nos passar essa lista, por favor?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Passamos, e está inclusive nas planilhas desse que eu pedi para ser parte integrante do meu pronunciamento, que eu passei às mãos do Presidente nesse *card*.

Quando a senhora fala dos principais desafios, o principal desafio foi mostrar ao país que é possível, sim, regular os jogos. Indiferente de nossas concepções, indiferente da nossa ideologia, de nós sermos contrários ou sermos favoráveis ao jogo, as *bets* estão legalizadas no Brasil. Nós não estamos discutindo a legalidade; estamos discutindo a regulamentação. Você é contra ou favor do cigarro? Você é contra ou a favor da bebida alcoólica? Ela está legal no Brasil, assim como as *bets*. Então, temos que ter regras rígidas, temos que ter fiscalização dos órgãos de controle e persecução e temos que ter punição severa a quem não cumpre a lei, e o mercado trabalhar seguro e responsável.

E, nesse desafio, após identificá-las, nós enfrentamos toda a sorte de obstáculos da parte delas. A senhora pode imaginar o quão poderoso é um setor que fatura hoje mais de R$300 bilhões ao ano?

Como uma solução, nós notificamos a Anatel para retirar do Rio de Janeiro que o apostador acessasse *bets* não licenciadas pela Loterj ou pela União. O Presidente da Anatel nos respondeu que, em face da legislação e do marco civil da internet, a Anatel só poderia retirar mediante ordem judicial. Nós entramos, com base nesse ofício, com um mandado de segurança no TRF1, ganhamos uma liminar para que bloqueassem os *sites*. Se a senhora buscar, ou sua assessoria, na internet, vai ver a luta que foi para a Anatel conseguir bloquear 116 *sites* no Rio. Foi luta! As operadoras diziam que não havia como bloquear. As operadoras chegaram a dizer que, para bloquear no Rio, tinha que bloquear em todo o país. Outra disse que, para bloquear no Rio, tinha que bloquear São Paulo e Espírito do Santo junto.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu, Hazenclever, no meu CPF, recebi 28 mandados de segurança no meu CPF dessas *bets* irregulares e criminosas que operam ilegalmente do Brasil e respondo aos 28 mandados de segurança com muita honra, com muita altivez, porque eu estou contribuindo para o meu país e cumprindo o meu dever enquanto agente público. E eu, no meu CPF, não tenho nem a graça do benefício de ser defendido pela Procuradoria-Geral do Estado, porque a legislação não permite. Eu tenho que me defender e com as minhas expensas, mas ou eu cumpro o meu dever, ou eu devolvo a minha cadeira para o Governador. E eu opto por não me acovardar. Eu opto por cumprir o meu dever.

E dentro dessa dificuldade, se a senhora me permitir, em uma das peças contra a Anatel, para desbloquear... Vou pegar dois exemplos. Você pega o exemplo aqui da Novibet. A Novibet escreveu, na sua peça, produzindo provas contra ela mesma...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Novibet?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Novibet. N-o-v-i-b-e-t. É a marca explorada. Ela disse, na sua defesa, que a decisão da Loterj de bloqueá-la no Rio causa impacto – estou lendo a peça deles, do advogado deles –, causa impacto bilionário, para não dizer catastrófico, resultando, em realidade, em *periculum in mora* inverso. A empresa diz...

Façamos um rápido exercício. O GGR ou a receita bruta de jogos e apostas no Brasil é, atualmente – o GGR –, 15 bilhões por ano. O Estado do Rio representa 10% do PIB brasileiro. Em simples regra de três, é possível perceber que a decisão do TRF causa um prejuízo de quatro vírgula... milhões por dia na indústria de jogos e apostas, o que representa mais de R$125 milhões por mês.

Então, eles querendo, com essa receita toda... A gente pega R$120 milhões por mês. Você multiplica isso por 12. A receita delas... Se nós pegarmos o orçamento dos estados brasileiros para 2025, os orçamentos estaduais, apenas o Estado de São Paulo e o Estado de Minas Gerais têm orçamento superior a R$120 bi. Nem o meu estado, o Rio de Janeiro, o terceiro em população do país, o segundo PIB do país, tem um orçamento desse tamanho.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos 16 estados do país que não têm orçamento do estado que dá a receita que uma *bet* está dizendo que arrecada. E vamos mais: se nós fizermos essa conta matemática, quase uma conta de padeiro, nós chegamos aí que os cofres da União estão sendo lesados nas receitas que estão deixando de ser recolhidas, independentemente da outorga da Loterj ou do Ministério da Fazenda. Friso que são mais de R$300 bilhões ao ano que estão na mesa e não estão recolhendo impostos e tributos. E ainda, se se considerar a ausência dos outros recolhimentos indevidos – FGTS, 8% sobre a folha; INSS, 20% sobre a folha salarial; o RAT, que é de 1% a 3% da folha salarial; o ISS, que é de 2% a 5% sobre serviços prestados –, ainda teremos – ainda, além de tudo isso – 33,25% de arrecadação para a União.

Então, essa operação *offshore*, clandestina das *bets*, além desse dano social que a senhora citou agora há pouco, a ludopatia, tão bem Relatora, gera um dano superior a R$5 bilhões somente para a União, considerando os dados de janeiro a agosto desse ano das *bets*. Se nós pegarmos os dados de janeiro a agosto do déficit que gerou a PEC que chegou nesta Casa ontem à noite, nós vamos ver que a não arrecadação de tributos das *bets* no Brasil nos últimos anos é esse déficit que chegou na PEC ontem à noite. Então, essa... Apenas uma única empresa admite que perde mais de R$1 milhão por dia por não poder funcionar ilegalmente, por não poder funcionar sem cumprir regra. Ela deixa de faturar R$1 milhão por dia por não respeitar uma lei federal aprovada neste Congresso.

E vamos mais: se nós pegamos a defesa da Kaizen International e Kaizen Gaming, que é a dona mundial da marca Betano... Olha o que a Betano trouxe numa petição contra o nosso bloqueio. Olhem os números, senhores. A Betano escreveu na madrugada de hoje, 16 de julho de 2024... A Betano foi surpreendida com o bloqueio dos acessos, via celular, dos usuários fluminenses que se conectam à sua plataforma. E esse bloqueio, no Rio de Janeiro, resultou numa queda abrupta de operações da marca Betano – um dia! –, o que já vem causando prejuízos milionários e diários a Betano. Aí ela traz um *print* e escreve: "Confira abaixo o *print* do resultado de uma tentativa de busca de aposta via *website* bloqueado". E mostra que não é possível. Ela escreve – a Betano –: "Por conta desse bloqueio, o número de acesso ao *website* da Betano no Estado do Rio de Janeiro, que orbitava, na segunda-feira de julho, entre 140 mil e 260 mil acessos por minuto – por minuto!"... Isso está escrito na peça judicial, no processo do agravo de instrumento contra a Loterj. Se nós pegarmos, Senadores, 260 mil acessos por minuto, nós

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegaremos a 15,6 milhões acessos por hora, nós chegaremos a 374 milhões de acessos por dia! A Betano está dizendo que, num único dia em que ela foi bloqueada – só no Rio, não é no Brasil –, ela perdeu 374,4 milhões acessos.

Então, esse prejuízo, Senadora, esse prejuízo causado pela inércia da SPA e da União em não regular nos últimos seis anos é irreversível para o país. Assim como a Betano disse que o bloqueio dela em um dia no Rio era irreversível – para uma empresa grega que opera globalmente com seu capital em bolsa de valores internacionalmente, e ela diz que são irreversíveis –, também é irreversível, para a sociedade brasileira, o dano econômico e financeiro dos tributos não recolhidos por essas *bets* ilegais, irregulares no país, porque não haverá como retornar, até porque, na nossa legislação, você tem a prescrição de cinco anos.

E foi isto que nós trouxemos na nossa representação à Receita Federal do Brasil e que eu passei à mão dos senhores: que a Receita Federal do Brasil busque no mínimo os últimos cinco anos, porque, a cada dia, um dia prescreve; a cada dia são milhões que o brasileiro está deixando de recolher o que é de direito da sociedade. Então, perdurando essa omissão, agravam-se os prejuízos para o Brasil, para a União, para os estados, para os municípios, para a sociedade.

A questão é muito maior, com todo respeito à questão social – porque uma vida para mim não tem preço, uma vida humana não tem preço que paga –, mas nós estamos tratando de bilhões e bilhões deixando de ser arrecadados. Então, a situação exige uma urgência urgentíssima de regulamentação, urgência urgentíssima de bloquear *sites* como esses.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Dr. Hazenclever...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... no momento em que nós estamos tendo corte de gastos em questões essenciais.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim! Nos fundos de desenvolvimento dos estados...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu pergunto para o senhor – e eu já sei que o senhor vai nos fornecer todo esse material e esses dados –:

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Com a maior honra e prazer, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Dr. Hazenclever, o credenciamento promovido pela Loterj exige que as plataformas sigam rigorosos padrões internacionais de certificação e *compliance*...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... incluindo a proteção de dados, sob a Lei Geral de Proteção de Dados.

Gostaria de saber quais resultados têm sido alcançados com essas exigências e como elas têm contribuído para mitigar os riscos aos consumidores...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... e para fortalecer a confiança no mercado legalizado, a proteção ao consumidor, e também entender, saber se a Loterj exige reconhecimento facial e quais documentos são exigidos para você abrir um perfil na Loterj.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Perfeito.

Senadora, o nosso credenciamento é precedido de uma análise criteriosa de tudo que a lei federal para credenciamento e para licitação exige. E o Rio ainda inovou: na nossa gestão, eu defendi e nós colocamos que os sócios administradores dos nossos credenciados apresentem antes do seu credenciamento certidões negativas criminais de todas as comarcas do Estado do Rio de Janeiro, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, do Tribunal Regional Federal, o TRF2, que é do Rio de Janeiro, e dos tribunais de onde está o domicílio fiscal da empresa e dos seus administradores. Então, se nós temos um sócio administrador de uma *bet* nossa que more no seu estado, ele vai trazer certidão negativa criminal do TJ e do TRF do seu estado, do TJ e do TRF do Rio e de todas as comarcas do Rio de Janeiro. São mais de 70 comarcas. Nós exigimos as melhores

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

práticas de reconhecimento mundial. Nós temos, no mundo de jogos e loterias, os *standards* de certificações de plataformas de operadoras chamados GLI. Alguns dos senhores conhecem: para cada operação, você tem um GLI. Então, você tem o GLI-33 para aposta esportiva de quota fixa. Você pega o famoso Tigrinho, você tem um outro GLI. Você pega um equipamento, você tem um GLI por equipamento e outro GLI para o *software*. Isso são padrões mundiais. Existem apenas oito certificadoras no planeta. Nós não temos nenhuma sediada no Brasil. Nós temos representação comercial delas no Brasil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Nada em Curaçao...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Nada em Curaçao.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Nada na China?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Nada na China. Nada na China.

E, falando em China, nós temos, ontem, no *Estadão*, de São Paulo, ontem e hoje, trazendo um absurdo número de que, em 20% das *bets* que estão na lista positiva, na lista tácita da SPA, os CNPJs foram criados com barriga de aluguel, com pessoas fantasmas, inclusive com... (*Pausa.*)

Ô Senador, não vi o senhor sentando. Bom dia! Está tudo bem? Desculpa.

... inclusive com pessoas beneficiárias dos projetos de benefício, o Bolsa Família. Enquanto nós estamos preocupados com que o Bolsa Família não seja investido no jogo, o beneficiário do programa social, segundo a matéria do *Estadão*, está recebendo R$600 dos asiáticos para alugar o seu nome, para ter uma *bet* no seu nome e essa *bet* estar na lista positiva da SPA.

Então, nessa que eu demonstrei agora com 118 bets, eu não conheço o sócio delas. Imaginemos que o sócio dessa empresa é como o que o *Estadão* trouxe, que ele é beneficiário do Bolsa Família e, para ser beneficiário do Bolsa Família, não pode ter renda, quanto mais ser sócio ou sócio-administrador de uma empresa que fatura bilhões de reais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Dr. Hazenclever, é exigido reconhecimento facial e documento para apostar?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – A OIG...

Pela Loterj, não é?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Mas me responda, na sequência, por favor, a OIG, do Sr. Fernando Oliveira Lima, tem licença para atuar via Loterj?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – A OIG em nenhuma oportunidade, a OIG jamais procurou a Loterj, através de qualquer representante, demonstrando interesse em credenciamento na Loterj. A OIG não aplicou licença na Loterj, ela não teve nenhum processo de credenciamento na Loterj.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Na SPA, para... A SPA exige reconhecimento facial e esses cuidados?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Eu não posso responder para a senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, eu vou dizer aqui para os senhores.

Se a Loterj exige, vamos falar, no mínimo, esse cuidado de reconhecimento facial... Na semana passada, o Sr. Fernando Oliveira Lima, proprietário da OIG, nos disse expressamente que, para apostar na OIG, ele cumpre todas as exigências: documentação exigida, reconhecimento facial para que não seja um menor de 18 anos apostando. Porém, nós – nós – fizemos um perfil na OIG. E pasmem, senhores: pegamos o Sr. Fernando, ou vulgo Fernandin, na mentira. Na mentira por quê? Nós conseguimos fazer um credenciamento com um CPF x, de alguém que não existe mais, com um *e-mail* também criado na hora, e não pediram um documento sequer, apenas apertar o botãozinho de "Sou maior de 18 anos".

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – O.k.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Fizemos uma simulação de aposta e não houve, em nenhum momento, o pedido de verificação de reconhecimento facial.

Portanto, é mais uma mentira, Sr. Presidente, que nós estamos aqui... Eu fico até chocada de como a pessoa minta tão na cara dura – sabe? –, subestimando a nossa inteligência, a nossa capacidade.

Então, eu peço a convocação, transformar, porque ficou aquela lenga-lenga na semana passada: se vira convite, se fica na convocação. Eu peço a nova convocação do Sr. Fernando Oliveira Lima, da OIG, para que responda. Inclusive a documentação que tem chegado já do Coaf, etc., nós já estamos confrontando as informações e levantando todas as mentiras desse senhor.

O.k.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Relatora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sim.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Só respondendo ao início da pergunta da senhora, da fala da senhora, se a senhora permitir, posso inclusive passar às mãos da CPI... Na Loterj, nós temos até agora 94 processos de credenciamento. Passo às mãos da senhora o nome de todas as empresas, a data de manifestação, o número do processo SEI e o CNPJ.

Dessas 94 empresas que buscaram licenciamento na Loterj, até agora nós licenciamos 15. Nós temos que 25% das empresas que pleitearam foram credenciadas. Ainda acusam a Loterj de ter regra frouxa! Um quarto passa no nosso crivo, um quarto cumpre a legislação, e nós temos regras frouxas?!

A senhora falou em KYC. Para fazer o depósito na Loterj, no nosso meio de pagamento, para apostar na Loterj, é preciso ter a sua dupla identificação, é checada a sua identidade, é checado o seu CPF. E repito para a senhora: em 18 meses, não há uma denúncia de uma aposta com CPF falso na Loterj! Em 18 meses, não há uma denúncia, uma representação de que morto apostou na Loterj, não há uma denúncia de que menor apostou na Loterj! A Loterj preza pelo cumprimento

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primordial e total das regras de publicidade. A Loterj está sendo a primeira loteria no Brasil a ser associada à associação das publicidades no Brasil. Nós somos o primeiro.

A cada regra de publicidade do Conar, nós notificamos todas as *bets* – por escrito – de que elas têm que cumprir as regras do Conar, sob pena de perder a licença! Nós não abrimos mão! Nós não permitimos que as nossas *bets* usem publicidade e *marketing* digital para atingir a vulnerabilidade da criança e do adolescente, para trazer a criança e o adolescente para o jogo! Nós não permitimos isso, não há um caso.

A senhora disse agora há pouco aí, a senhora falou da mentira. Todos nós conhecemos a fábula da verdade e da mentira. A verdade e a mentira se encontraram em uma bela manhã, e a mentira, puxando assunto com a verdade: "Como está bonito o dia, como está bonito o sol...". Saíram a caminhar e acharam um poço de água. A mentira: "Como é bonita, boa e gostosa que é essa água!" Entraram para tomar... Se despiram e entraram para tomar um banho. E o que aconteceu? Quando a verdade entrou no poço de água, a mentira pegou as roupas da verdade, vestiu as roupas da verdade e saiu pelas ruas. A mentira saiu nua para recuperar as suas roupas... O povo fugiu da verdade, ela ficou envergonhada, constrangida, mas a verdade preferiu andar nua pelo mundo do que vestir a roupa da mentira, e a mentira está aí vestida da roupa da verdade.

Eu passo às mãos da senhora a relação de todas as nossas credenciadas e credenciantes com total transparência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Hazenclever, sobre isso, a Loterj já detectou, nessas credenciadas em operação, alguma fraude ou uma suspeita de fraude nas operações em tempo real...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Nenhuma! Nenhuma! Nenhuma!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – ... ou nunca...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Nenhuma. Zero.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Ninguém nem tentou? A ponto de vocês terem que tomar uma atitude? E qual seria a atitude se uma delas...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Se tentou, não foi detectado, porque as travas de segurança não permitiram identificação.

Se você perceber... Se nós percebemos, nas nossas casas de apostas, por exemplo, qualquer aposta suspeita no valor financeiro, qualquer transação, nós temos que inicialmente comunicar ao Coaf, que é o órgão nacional de controle dessas atividades financeiras, e à autoridade policial onde nós estivermos jurisdicionados. Porém...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Então, nesse ponto, quais órgãos fiscalizam as atividades da Loterj e como é que essas auditorias são conduzidas?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Em nível de estado, nós temos a CGE e o TCE, que fazem as auditagens quando há qualquer denúncia – o que não houve até agora –, qualquer reclamação – o que não houve até agora –, ou ao final de cada exercício, na regra da legislação.

Nós estamos subordinados aos órgãos de persecução, seja Polícia Civil, Polícia Federal, seja Ministério Público, nós estamos subordinados e sujeitos a todos eles. Nós não temos nenhum caso em 18 meses.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Entendi.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Nós não temos nenhum caso de fraude, até porque 100%... Enquanto o mercado discute cartão de crédito para as *bets*, endividamento, 100% – não é 99%, não –, 100% das nossas operações nesses oito meses são via Pix. Então, quem paga, o Pix que paga obrigatoriamente é o Pix que recebe o prêmio. Se o Senador Izalci aposta com o CPF dele, é o CPF dele, é o mesmo Pix dele que vai receber. Ele não consegue transferir o lucro dele, o ganho dele, para a esposa, para o filho, para o neto, é no Pix dele. Isso é a maior amarra que nós podemos ter contra a lavagem de dinheiro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um diálogo constante com a Polícia Federal, com o Coaf, com o Banco Central, discutindo as medidas e trazendo para a Loterj todas as experiências desses órgãos. Nós somos favoráveis ao mercado seguro, ao mercado regulado. Nós não somos favoráveis a qualquer brecha, para qualquer fraude. Nós somos favoráveis a travas. É esse o nosso trabalho diuturno, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Dr. Hazenclever, eu pergunto isso porque eu gostaria de saber sobre uma reportagem...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – À vontade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... acerca da empresa Marjo Sports, ou Major Sports...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Marjo Sports, o.k.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – A empresa JBD, de Jorge Batista Dias, JBD Comunicação e Tecnologia, foi credenciada pela Loterj em 29 de outubro para operar um *site* oficial de apostas esportivas e iLottery, que reúne modalidades de roleta, pôquer e caça-níqueis. A página chamada Major... Marjo... Como é que é o nome? Marjo Sports entrou no ar com o selo da Loterj no dia 7 deste mês. O dono da empresa, criada em 15 de julho, é Jorge Barbosa Dias. Em 18, ele começou a ser investigado pelo Ministério Público de Pernambuco por suspeita de liderar organização criminosa formada para lavar dinheiro de jogos de azar.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – O.k.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Em novembro do ano passado, Jorge Barbosa Dias tornou-se réu, com outras 17 pessoas. Porém, em agosto deste ano, juízes da vara criminal de Taquaritinga do Norte – Taquaritinga do Norte, em Pernambuco – reverteram a decisão.

Em dezembro de 2021, o Gaeco deflagrou a Operação Game Over, cujo principal alvo foi o mesmo Jorge Barbosa Dias, para cumprir mandados de busca e apreensão. Na mesma época, o *site* Marjo Sports, de propriedade de Jorge Barbosa Dias, foi proibido de funcionar por seis meses.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também foram determinados bloqueio de bens e retenção do passaporte do empresário para que ele não deixasse o país.

Em 2019, a Justiça já havia ordenado a quebra do sigilo fiscal e bancário e de *e-mails* de Dias e de outras pessoas do seu grupo.

Enfim, a tese do MP é de que os recursos milionários movimentados pelo grupo ligado a Dias vieram da exploração ilegal de jogos de azar.

Bom, gostaria que o senhor nos esclarecesse se o senhor tem contato pessoal com Jorge Dias, proprietário da Marjo Sports. E, com essas investigações em Pernambuco, isso alterou de alguma forma os acordos e as credenciais, a liberação da Loterj para esta referida empresa, Marjo Sports, de propriedade do Sr. Jorge Batista Dias?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – A Marjo Sports foi uma das primeiras credenciadas na Loterj, ela foi uma das primeiras empresas *offshore*, atuando *offshore* no Brasil, que acreditaram na regulamentação e viraram a chave para *onshore*.

Eu me lembro muito bem de que, no dia em que foi publicado no *Diário Oficial do Estado do Rio* o credenciamento da Marjo, por volta de 8h da manhã, a nossa equipe da Diretoria de Operações me procurou, por volta de 16h, pulando de alegria, porque a Marjo já tinha virado 100% da sua operação para o *onshore*. E, desde essa data que a senhora mencionou aí como credenciada, ela é uma das empresas brasileiras que não tinha a oportunidade de regulamentar e, assim que a legislação permitiu, ela regulamentou, cumpriu todas as regras e passou... Inclusive é uma das que recolhem para a União esses R$8 em relação a cada um para o Rio de Janeiro.

A Marjo, para ser credenciada, ela se submeteu a todo o processo de credenciamento como qualquer outra empresa, como disse agora para a senhora. Ela apresentou todas as certidões negativas criminais, trabalhistas, fiscais – inclusive da União, inclusive de Pernambuco, onde residem os seus sócios. Todos os requisitos foram preenchidos. A sua plataforma submeteu-se a uma PoC, foi aprovada em PoC. Todas as certificações internacionais foram cumpridas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, isso foi antes... Só perdão por interrompê-lo, mas eu me esqueci de falar, tenho que ser justa. Essa

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reportagem é de 24/11/2023. Então, ela estava atuando de forma ilegal e depois se adequou às regras da Loterj? Foi isso?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Eu não sei. Se a matéria da senhora for essa matéria do *UOL*, até consegui acessar aqui. A matéria diz o seguinte: "Em novembro do ano passado, o empresário se tornou réu com outras 17 pessoas. Porém, em agosto deste ano, juízes da Vara Criminal de Taquaritinga do Norte (PE) reverteram a decisão que aceitou a denúncia do MP, levando o processo à estaca zero. Isso aconteceu após um outro réu obter um *habeas corpus* que suspendeu a ação penal". Ou seja, indiferente de a denúncia ser rejeitada ou não, à época do credenciamento ele preencheu todos os requisitos. Ao longo do credenciamento, se houver um trânsito em julgado e a ele, ou a outro sócio, ou à empresa for declarada nulidade... (*Pausa.*)

Se, ao longo dos cinco anos de credenciamento dele conosco – e já transcorreu mais de um ano –, ele for condenado com trânsito julgado ou declarado inidôneo, ele não terá jus mais nem à licença do Rio, nem à licença da SPA – porque ele também está na lista da SPA –, nem a qualquer outra licença. É a nossa legislação. Hoje ele está apto a estar licenciado diante da nossa legislação federal.

Então, o que a Loterj conhece é de uma denúncia rejeitada e que, quando ele a protocolou conosco, ele tinha um inquérito policial em tramitação. E na época nós fomos questionados, e a Loterj informou à época – e a *UOL* e outros veículos divulgaram nossa nota, que eu reitero com a senhora – que a JBD cumpriu todas as exigências previstas no edital de credenciamento na legislação federal. Ele apresentou todas as certidões negativas criminais, ele cumpriu com habilitação jurídica, ele cumpriu com a regularidade fiscal, ele cumpriu com a regularidade trabalhista e ele cumpriu com as qualificações econômicas, financeiras e técnicas. E ele funciona até hoje. E, nesse período de mais um ano, como eu disse em relação às outras, a Marjo... também não há nenhuma denúncia ou representação, nenhuma fraude das operações dele ou descumprimento das questões de combate à lavagem de dinheiro ou qualquer outra regra nacional.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Pagou a outorga... Todos os seus credenciados pagam a outorga previamente. É isso?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Previamente. Ninguém opera, nenhum dos nossos credenciados opera sem cumprir o que traz a Lei 13.756, o nosso edital.

O pagamento da outorga é prévio, é prévio. Nós já fomos procurados: "Estou com dificuldade de internalizar o dinheiro". Não credencia e não opera.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor tem conhecimento sobre a outorga, dessas autorizadas tacitamente pela SPA de 30 milhões, se eles pagam agora ou vão pagar a partir de janeiro? Ou senhor não tem conhecimento?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – A tácita já diz; ela está sendo tácita, não está sendo cobrada, não está exigindo. Eles estão operando e continuando a operar, sem pagar, sem recolher. Ontem, repito, ontem e hoje que você vê nos jornais que algumas empresas começaram a ser convocadas e pagaram o boleto de R$30 milhões, algumas poucas. Mas, assim, pagando os 30 sem cumprir o processo licitatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Bom, então eu gostaria de agradecer ao Dr. Hazenclever pelas suas explicações.

E, por ora, Sr. Presidente, eu me sinto satisfeita.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Relatora, é importante complementar, se a senhora permitir, que todas as vezes que a Loterj tem conhecimento, por qualquer meio, inclusive de imprensa, de qualquer inquérito policial ou operação policial no país envolvendo *bets* ou meios de pagamentos, nós, de pronto, oficiamos ao delegado, ao juiz ou ao promotor responsável, oferecendo ou compartilhando as provas que nós temos nos processos administrativos contra essas empresas e requerendo o compartilhamento de provas, para, se for o caso, trazer ao nosso processo e, até mesmo, rescindir algum agradecimento, o que não houve até agora.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Sr. Hazenclever.

Eu passo, em seguida, a palavra aos próximos inscritos.

Temos inscritos o Senador Izalci, o Senador Styvenson e a minha querida Senadora Damares.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu só vou perguntar com relação à questão da relação estadual e a União, porque, na prática, o que ele falou... A coisa é muito grave. A situação realmente desses jogos no Brasil é uma loucura, é um negócio assim impressionante.

Eu estive aqui, eu participei praticamente de todas as CPIs no Congresso, inclusive quando fui Deputado, e me lembro muito bem que uma das que eu participei foi a CPI do Cachoeira. Foi exatamente uma operação que teve aqui na região metropolitana aqui do DF, Operações Vegas e Monte Carlo, e o Carlinhos Cachoeira participava disso, foi preso e uma série de coisas. E foi feita a CPMI. E, por incrível que pareça, eu estou preocupado; não estou acusando ninguém, porque aí nós vamos apurar. Mas o que ele disse na CPMI lá atrás? Ele disse o seguinte... E ele tinha essa mania de investir em campanhas eleitorais, ele financiava muitos candidatos. Na CPMI ele disse o seguinte: "Olha, não faço mais apoio a nenhum candidato a Deputado e nem Senador. Agora eu vou direto no ministério, eu resolvo muito mais fácil isso". E é o que ele fazia antes, o *modus operandi* exatamente isso. Na época era Guido Mantega e outros que faziam esse tipo de operação no ministério.

Eu não vejo lógica nenhuma não ter essa regulamentação até hoje, tendo em vista que o próprio Rio de Janeiro já fez isso e tem experiência. E deve ter falado também com o ministério sobre isso. Não é possível! Então há muitas coisas por trás de tudo isso que têm que ser apuradas. Eu acredito que nessa linha do Cachoeira deve estar acontecendo alguma coisa, mas isso nós vamos apurar. E eu vou me ater apenas com relação a essa dificuldade que nós teremos agora, não sei se tem ou não controle com relação ao Rio de Janeiro e com relação à União.

Eu vou fazer várias perguntas. Se você puder anotar e já responder de uma vez para não ficar uma a uma, porque são várias perguntas, mas tudo relacionado a... Eu quero aqui buscar alternativas de criar uma legislação mais compatível.

Então, por exemplo, a Loterj considera viável implementar uma infraestrutura tecnológica que restrinja efetivamente o acesso dos usuários fora do Rio de Janeiro? Nessa mesma linha, quais medidas específicas estão sendo adotadas para evitar fraudes documentais e garantir que apenas residentes do Rio de Janeiro utilizem a plataforma regulamentada pela Loterj? A Loterj possui algum plano de colaboração com os outros estados ou órgãos federais para coordenar a

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização e evitar conflitos de competência? Como a Loterj responde a possíveis alegações de estados vizinhos sobre a perda de arrecadação devido ao acesso de seus cidadãos às plataformas regulamentadas pelo Rio de Janeiro?

Está acompanhando? Só para...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO (Para expor.) – Estou anotando.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quais investimentos estão sendo realizados pela Loterj em tecnologias avançadas e em geolocalização para reduzir o acesso indevido? Como a Loterj enxerga o papel da União na criação de uma regulamentação nacional para harmonizar o mercado de apostas *online*? Existem critérios específicos estabelecidos pela Loterj para a definição do jogo responsável? Como isso é monitorado? E nós temos um problema: como a Loterj pretende lidar com o uso de ferramentas como VPNs que mascaram a localização do usuário?

Eu vou fazer a segunda, depois eu continuo, só porque é mais ou menos nessa linha que eu gostaria de ouvir V. Sa.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Se, porventura, eu não tenha compreendido ou...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A gente repete.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Fico à disposição para deixar bem claro para o senhor, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – A questão da restrição tecnológica territorial, nós estamos falando de jogos *online*, não estamos falando de jogo físico. Então nós temos o território físico e temos o território *online*. Nós temos o mundo analógico e temos o mundo digital. O STF, a Suprema Corte, ao trazer o julgamento das duas ADPFs e da ADI, que suprimiu o artigo e os dois parágrafos do Decreto-Lei de 1967, ele foi claro na competência dos estados para legislar... Não legislar, regulamentar e explorar os jogos. Nesse vácuo da União, que nós falamos tanto aqui hoje, não houve uma regulamentação do *online*.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em fevereiro deste ano, por exemplo – posso passar às mãos do senhor –, o então Secretário da SPA me encaminhou uma notificação que autorizasse o nosso edital, que trata do território *online*, me remetendo a um decreto de 84 anos atrás. O senhor, com a sua longa vida acadêmica, ocupou a cadeira de ciência e tecnologia aqui no DF, eu acompanhei no Congresso a sua ampla dedicação ao setor de tecnologia, suas perguntas deixam isso muito claro, o seu conhecimento, que eu não tenho. Oitenta e quatro anos atrás, onde no planeta se tratava de internet? Oitenta e quatro anos atrás onde se tratava de *online*, de *website*, de domínio, de URL, de VPN? Lugar nenhum! Não tratavam no decreto de 67, quanto mais num de 84 anos atrás.

Quando nós fomos regulamentar os jogos *online,* você não tem uma... O que é o embasamento jurídico e legal? O *online*, o *e-commerce*. No *e-commerce* a gente tem uma lei complementar desta Casa, federal, desta Casa; temos os julgados do STF pacificando as questões de ISS e pacificando a questão de ICMS. E o que é o *e-commerce*? O domínio, o domicílio fiscal. O mesmo domicílio fiscal de que eu chamo o Uber, de qualquer lugar do Brasil ou do planeta em que eu chamo o serviço do Uber, em que eu compro do Magalu, em que eu compro da Amazon, em que eu compro do Mercado Livre.

Então, os nossos apostadores, antes mesmo de fazer o depósito, de concluir os seus cadastros, declaram que as suas apostas estão sendo realizadas no Rio de Janeiro para todos os efeitos fiscais, legais, tributários. Essa é a exigência da lei complementar e das decisões da Suprema Corte que tratam do *e-commerce*. Então, nós não restringimos o território do *online*, porque não há como você restringir o território do *online*. Eu pego um avião do Rio para Brasília para vir para a CPI, se a Azul ou a TAM me proporcionar o acesso à internet, o Wi-Fi, eu posso apostar em qualquer loteria, e eu não vou perceber, de cima do avião – porque eu não estou com mapa – se eu estou sobre o Rio, sobre São Paulo, sobre o Espírito Santo ou no DF. E outra: o brasileiro hoje pode apostar em jogos do planeta inteiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Hazenclever, só para resumir então. É isso que eu queria saber. Então é o seguinte: não há nenhum controle de apostas por local. Por isso que eu estou dizendo: é quase que inviável. Você controlar VPNs, por exemplo, o cara pode fazer...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Isso... Eu não vou dizer que não há nenhum controle, porque, se eu admitir que não há nenhum controle, eu estou admitindo que tem algo errado. Não tem algo errado. Você tem o domicílio, a residência dele e o domicílio fiscal, através do seu cadastro. É isso, mas não restringe...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas na Loterj só joga quem tem o domicílio no Rio de Janeiro?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Ele tem que admitir...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – No cadastro...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – No cadastro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... que ele mora no Rio de Janeiro.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, não é que ele mora no Rio de Janeiro, é que a sua operação é realizada no Rio de Janeiro, de acordo com a legislação do *e-commerce*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tá. Ele tem que estar localizado lá?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Lá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Por isso que eu perguntei sobre as VPNs, porque, realmente, você consegue fazer... Não tem o controle exatamente disso, não é?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim, e é uma porcentagem ínfima da população que pode compreender, alcançar ou bloquear uma VPN.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, eu estou fazendo essas perguntas exatamente para poder analisar bem na hora de fazer a nova legislação de regulamentação. Mas eu já percebi que tem dificuldades de controle tecnológico em relação a isso.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A Loterj possui estudos ou levantamentos sobre o impacto econômico de sua regulamentação nas finanças do estado na arrecadação tributária? Acho que você já respondeu isso.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim, e com base nesse relatório, quando nós fomos... Senador, quando nós fomos instituir a nossa regulamentação, nós fomos pioneiros no Brasil – ninguém tinha regulamentado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Como é que nós íamos fixar a outorga fixa? Como determinar? Aí se diz que a gente abriu uma guerra fiscal. Como, se ninguém tinha declarado o valor? Nós constituímos uma comissão de servidores públicos, com portaria publicada no *Diário Oficial* do estado, aberta a sugestões. Essa comissão fez estudos, no Brasil e fora, e chegamos a uma outorga ideal de R$5 milhões. E com base nesses R$5 milhões é que nós fizemos um impacto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu acho que vocês fizeram correto. Vocês saíram da frente...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – É, é.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... antes da União, então vocês...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – É. E – o senhor permitindo – só acrescendo ao que o senhor disse do controle: é que a Loterj tem o registro, sim, de todos os locais de onde a aposta foi realizada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – O senhor é de Brasília, o senhor está em São Paulo, o senhor está no... Onde o senhor estiver, vai estar registrado aonde o senhor foi. A gente consegue separar as nossas apostas por estados, de acordo com os dados das antenas, o.k.?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Nós conseguimos.

Agora...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas eu posso, daqui de Brasília, apostar lá no Rio de Janeiro?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim, com o maior prazer e privilégio...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso é o que eu estou dizendo...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – ... apesar de que o senhor vai ter dificuldade, porque o senhor não vai passar no filtro, porque o senhor é pessoa politicamente exposta. Então, por regra, o seu CPF...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, eu... O que eu digo é assim: qualquer pessoa do DF...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – É, não, não; sim, dando um exemplo. Estou dando um exemplo das nossas restrições, dos nossos cuidados, não é?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Então, qualquer pessoa daqui...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Do DF.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – ... não estando até o segundo grau das pessoas expostas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – ... do jogador de futebol, dos clubes, dos servidores da Loterj, da SPA, vai conseguir apostar, daqui de Brasília ou de qualquer local, tá?

E aí nós temos a aplicação da lei no tempo, respondendo à sua questão, aí, da territorialidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós pudermos projetar aqui novamente a Lei 13.756... A 13.756, só pra complementar pro senhor, Senador, porque é importante pra nós. A 13.756, no art. 35-A.

A 13.756, entre todas suas importâncias, ela trouxe um capítulo... E está aí o Senador que foi Relator dela, o Senador Angelo Coronel, que foi Relator dessa lei na CAE, e o Senador Romário, na Comissão de Esportes. Inclusive, quando eu disse, lá na questão do decreto-lei que não foi recepcionado pelo STF... Nós estamos aqui com a Senadora Damares, e, no relatório do Senador, tem uma emenda da Senadora Damares excluindo uma expressão do decreto-lei de 1967 e que trazia... A emenda dela era consoante com a decisão do STF. Não lembro o número da emenda, mas 115 ou 118.

Então, a 13.756 trouxe um artigo específico, um capítulo específico para as loterias estaduais, pela primeira vez, que é o 35-A. Nós fomos no 35-A...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Enquanto eles chegam no 35-A, deixa eu fazer mais uma pergunta aqui.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você começou a falar sobre isso. Quais são os principais pontos de litígio jurídico identificados pela Loterj, na relação com a União e outros estados, no que tange a regulamentação das apostas? Quais são os litígios que estão tendo aí?

Como você disse, identificaram você com um negócio de 80 anos atrás...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Aí são litígios deles contra nós. O único...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim. Quais são?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – O litígio nosso contra eles: nós entramos com um mandado de segurança pela não recepção das portarias pelas loterias estaduais, porque nós entendemos que as portarias da SPA não são aplicadas às loterias estaduais por alguns motivos; entre eles, pela hierarquia das leis.

Segundo, que este Congresso não permitiu, não autorizou legislação por infralegal. Nós sabemos o que é o objetivo de uma portaria. Então, as portarias dela não são... Nós não

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutimos o mérito das portarias; nós não discutimos o mérito. Discutimos que as portarias não são camisa de força pra cima de nós; não são uma armadura a que as loterias estaduais têm que obedecer. Nós temos o Congresso, nós temos lei federal, temos o Poder Executivo, não portarias...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – ... E o 35-A, na sua linha do tempo, diz que "Os Estados e o Distrito Federal são autorizados a explorar, no âmbito de seus territórios, apenas as modalidades lotéricas previstas na legislação federal", que é o nosso caso.

Parágrafo oitavo... Parágrafo oitavo, vamos lá:

> São preservadas e confirmadas em seus próprios termos todas as concessões [aqui, Relatora, quando você perguntou das concessões], permissões, autorizações ou explorações diretas promovidas pelos Estados e pelo Distrito Federal, a partir de procedimentos autorizativos iniciados antes da publicação da Medida Provisória nº 1.182, de 24 de julho [...], assim entendidos aqueles cujo primeiro edital ou chamamento público correspondente tenha sido publicado em data anterior à edição da referida MP, independentemente da data da efetiva conclusão ou expedição da concessão, permissão ou autorização, respeitando-se o direito adquirido e os atos jurídicos perfeitos.

Esse é um tema importante. Por quê? Porque o legislador assegurou todos os procedimentos de concessão anteriores à MP 1.182. E a MP é de 24 de julho e o nosso edital é de abril. E a lei federal diz que, independentemente da sua conclusão, vale o seu início. E quando nós publicamos e regulamentamos a venda *online*, pela omissão da União, nós regulamentamos com base da legislação federal, nós praticamos o ato jurídico perfeito e a Loterj, o Estado e as suas operadoras passaram a ter o seu direito adquirido.

Trago essa linha do tempo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Evidentemente que lá atrás você tinha um número x já cadastrado. Evidente que a partir dali a situação é outra, você não pode agora pegar novos credenciamentos...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, não é isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... na legislação anterior.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, a lei diz que independente do momento que é concluído o processo de credenciamento.

Nós, independente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, não.

Se alguém iniciou o processo antes da medida provisória, não estou questionando isso.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – O.k.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu estou dizendo as novas implementações ou pedidos agora.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – A lei não trata por empresa, a lei trata de processo de concessão e o nosso processo de concessão não está encerrado, não está concluso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – A lei não fala por protocolo, ela não fala por processo individual.

"Aqueles cujo primeiro edital ou chamamento público...". É o nosso primeiro edital...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, eu já entendi. Só para exatamente...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... marcar território, o que é Loterj, o que é União e como é que vai ficar com os outros estados.

Bem, acho que a Relatora também já falou sobre isso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como a Loterj está monitorando e garantindo que as empresas credenciadas, como a PixBet e a MarjoSports, cumpram efetivamente os compromissos de resultado social, especialmente no apoio à prevenção de ludopatia?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim, nós exigimos das nossas credenciadas o cumprimento de toda a legislação de jogo responsável.

E a questão da ludopatia, eu volto ao mesmo exemplo de agora há pouco. Então, como ele está legalizado, nós temos que cumprir a legislação dos regulamentos. Então, as nossas operadoras, não só a PixBet, não só a Marjo, mas todas as 15, elas têm que cumprir com o jogo responsável na sua plenitude.

Tivemos agora, por exemplo, a decisão do Ministro Fux nas duas ADIs quanto às publicidades alcançando menores e adolescentes e também a aposta de beneficiários dos programas de benefício. Em poucas horas, nós notificamos todas as nossas credenciadas de que elas precisariam manifestar no seu processo a sua disposição em cumprir a determinação do Supremo quanto aos menores adolescentes e quanto aos beneficiários dos benefícios sociais. Caso elas, as credenciantes, não cumprissem, o processo era encerrado, e foi. As credenciantes teriam que abrir o processo administrativo.

Então, nós já... Não abrimos mão, Senador, nós não abrimos mão do cumprimento de todas as regras, para todas elas, sem distinção.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo.

Quais indicadores econômicos e sociais a Loterj utiliza para medir o impacto das regulamentações estaduais sobre o mercado de apostas no Rio de Janeiro?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Em primeiro lugar, a nossa própria aplicação na área social.

Para o senhor ter... Para exemplificar, e posso passar à mão dos senhores e dos outros Senadores daqui a pouco o nosso informativo sobre as obras sociais nossas, desde que nós começamos com a *bet*... Eu assumi a Presidência da Loterj em julho de 2022.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2024 nós vamos fechar com sete vezes e meia (7,5) a aplicação em obras sociais que vinham aplicando em 2022. Em 2023 nós não aplicaremos menos que 15, 20 vezes o que aplicamos em 2022. Esse é o nosso maior parâmetro. São aí as dezenas de milhares de crianças recebendo refeições, duas, três, quatro refeições diárias. Crianças com toda assistência na creche, mulher vítima de violência... Todas essas ações sociais, é o maior indicativo nosso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo.

De que forma a Loterj responde às críticas de que a regulamentação estadual pode incentivar a prática de jogos em regiões onde o controle federal ainda não está plenamente estabelecido?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – O senhor repete, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – De que forma a Loterj responde às críticas? Deve estar acontecendo isso.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – De que a regulamentação que vocês fizeram pode incentivar a prática de jogos em regiões e outras regiões onde o controle federal ainda não foi plenamente estabelecido, porque até hoje ainda falta muita coisa para...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – De forma alguma, nós não incentivamos os jogos. Nós disponibilizamos um jogo legal. Nós disponibilizamos um jogo regulamentado. Nós incentivamos que a população deixe de apostar numa *bet* irregular e aposte numa *bet* regular nossa de Minas, do Paraná, da Paraíba, do Ceará ou do Ministério da Fazenda.

Nós defendemos o jogo regulado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Nós não pactuamos, nós nem incentivamos o jogo irresponsável, o jogo ilegal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Como vocês controlam com relação, por exemplo, à propaganda ou influenciadores no Rio de Janeiro? As empresas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

credenciadas por vocês adotam o mesmo procedimento dessas que pagam milhões e milhões de...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, elas têm que adotar as melhores práticas, elas têm que cumprir as regras do Conar, elas têm que cumprir a regra do Senacon, elas têm que cumprir a regra do CDC, elas têm que cumprir a regra do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. A regra do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente em relação aos jogos, ela é de 2014. Ela é da mesma época da lei da proteção...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então pode afirmar que as empresas credenciadas pela Loterj, todas elas cumprem exatamente a legislação?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Com toda a convicção, até porque nós não permitimos rolar com toda a publicação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – V. Sa. sabe se, com relação a essas que não estão credenciadas na Loterj...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... que são da área federal, também fazem... tem os mesmos critérios que o...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Os exemplos estão aí dizendo que não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Que não, não é?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Que não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só para confirmar.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Senador, nós temos aí hoje, eu fiz uma... Se o senhor permitir, vamos na questão da criança e do adolescente, nós temos dados aí, denúncias que chegaram ao Ministério Público, ao Ministério da Justiça, nós temos *bets* irregulares usando criança de seis anos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – ... criança de 13 anos para atrair os apostadores. Nós temos aí casos... Nós temos um caso emblemático aí, um dos perfis de adolescente que divulga jogos de azar é de uma menina de seis anos de idade. Essa menina tem seis anos de idade, ela tem 3 milhões de seguidores.

Nós temos outro garoto, nós temos outro garoto de sete anos, que tem 1,5 milhão de seguidores. O perfil dessa criança de sete anos é gerenciado pela mãe dele. A Loterj não compactua e não permite isso. Nós temos aí uma cantora de *funk* que tem 16 anos, ela tem 13 milhões de seguidores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É isso não é fácil, não.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Isso é uma grande parte da nossa população. E essa menina de 16 anos, ela faz publicidade de *bets* nos seus *posts* e ela faz publicidade dos seus *bets*, investindo na sua imagem erotizada, e ela tem 13 milhões de seguidores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Então, não são poucos os relatos de episódios de aposta realizada por menor registrados dentro de escola. Você sabe disso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Hazenclever, eu quero pedir a V. Sa. o seguinte: todos esses dados e informações que V. Sa. tem...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Perfeito. Perfeito.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... se puder disponibilizar para ser compartilhado com a CPI, isso vai ajudar muito para a gente.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – O senhor, Senador Izalci; a nossa Relatora, Soraya; e o nosso Presidente Hiran, a minha colaboração, o meu intuito de colaborar com a CPI não é apenas a minha oitiva de hoje. Durante toda a duração da CPI, qualquer informação, qualquer processo que nós possamos dividir e possamos compartilhar a nossa experiência, nós estamos à disposição.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso é ótimo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – A determinação do Governo é colaborar pro mercado regulado.

Conte conosco.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bom.

Obrigado.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Eu agradeço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Terminando aqui, Presidente, só esta questão aqui: quais são os critérios específicos usados pela Loterj para atrair grandes empresas internacionais como a Caesars Sports e quais medidas são adotadas para evitar o favorecimento ou o monopólio do setor?

E a última: como a Loterj planeja integrar as suas regulamentações às discussões em andamento aqui no Congresso sobre a Lei das Bets e garantir que os interesses estaduais sejam protegidos em um eventual marco regulatório nacional?

Acho que você está enfrentando isso com a União agora.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim, sim, porque as loterias estaduais têm uma história de perseguição muito forte de parte da União com a sua loteria, sempre capitaneada pela Caixa Econômica. O país já teve, em quase todos os estados, as suas loterias estaduais funcionando, e, até 2020, sobreviveram Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraíba. A decisão judicial, em 2015, 14, 16 e 18, usava a força policial da Polícia Federal para fechar as loterias estaduais, porque só poderiam operar as loterias da Caixa Econômica. Aí nós falamos em ludopatia! Nós falamos em ludopatia! Onde está se discutindo ludopatia nos jogos da Caixa?

Vou dar um exemplo pro senhor: se o senhor acessar os jogos, se o senhor acessar o *site* oficial da Caixa Econômica Federal e pegar os prêmios distribuídos, pagos pela Caixa, ao longo de 2023, a Caixa Econômica pagou R$8,7 bilhões, R$8,7 bilhões de prêmios durante um ano. Agora eu vou passar pro senhor os dados da Loterj, e oficiais. A Caixa – eu vou repetir – pagou R$8,7 bilhões, em 2023. O senhor tem ideia de quanto nós pagamos de prêmios em novembro, em novembro? Nós pagamos R$6,6 bilhões de prêmios em novembro, com imposto pago, com Pix

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Pix; R$6,6 bilhões no mês de prêmios sem lavagem de dinheiro, combatendo o financiamento do terrorismo como manda a lei federal, combatendo o financiamento de armas de extermínio de massa como manda a lei federal. Então, em um mês, nós estamos distribuindo de prêmios à população brasileira quase o que a Caixa distribuiu em um ano. E nós é que somos alvos de toda a ludopatia?

E digo mais: sabe por que isso é possível? Porque nós trabalhamos com *payout* alto, as nossas operadoras. *Payout* quer dizer a taxa de prêmio. Novembro... novembro, o *payout* da Loterj foi mais que 97%. Isso quer dizer que, no exemplo da aposta, de cada R$100 apostados, R$97 ficaram com o apostador, R$97 voltaram para o apostador; menos de R$3 ficaram para a Loterj, para a União e para a casa de aposta. A Caixa é o inverso: o *payout* da Mega-Sena é de 30% a 32%. Quando a Caixa fala que tem uma Mega-Sena acumulada de R$200 milhões, é porque ela arrecadou R$700 milhões.

Se nós arrecadarmos 700 milhões, nós pagamos 630 milhões em prêmio. Não são 200 milhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só pra encerrar...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Esse é um outro benefício incontestável pro nosso apostador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

Com relação a essas empresas que entraram lá na SPA pra credenciar, cento e tantas, duzentas e poucas, quantas delas estão credenciadas na Loterj?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Eu tenho que checar a lista, mas eu diria pro senhor que nós teríamos aí em torno de... Olha, nós temos, na Loterj, em torno de oito empresas, oito a dez, que estão na SPA; nós temos umas duas ou três que estão também no Paraná; nós temos uma que está também em Minas; e nós temos umas quatro que estão também na Paraíba. Então você tem algumas empresas que partilham de todas as oportunidades de regulamentação.

Mas é importante voltar na pergunta do senhor sobre os *players* internacionais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – O senhor perguntou qual a nossa política para atrair os *players* internacionais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Está correto?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Foi.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – A nossa política não é de sucesso junto a eles, porque a nossa política é de regulamentação, é de regra, é de pagamento de imposto. Elas não estão conosco. Elas estão na lista tácita da SPA sem pagar imposto. Elas estão nos 28 mandados de segurança contra mim. Elas estão nesses textos que eu li pro senhor, em que são réus confessos na sua arrecadação. Nós não conseguimos atraí-los, porque, se eles têm a oportunidade de pagar imposto e não pagar imposto, os seus próprios dirigentes no Brasil optam por não pagar imposto. Só que, agora, a dificuldade que a Loterj tinha de identificar os seus responsáveis, a Receita Federal e o Ministério da Fazenda têm, porque, pra entrar nessa lista tácita, ela tem que ter agora CNPJ no Brasil, ela tem que ter brasileiro como sócio-administrador, ela tem endereço, tem CPF, tem CNPJ, tem identidade...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você falou o seguinte: Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais que estão com a legislação também?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – E Paraíba.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Os quatro estados estão operando também dessa forma?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não com todas as modalidades, não com todas, mas operam.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você conhece a legislação do Paraná?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Conheço, conheço, conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É semelhante à da Loterj?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Apenas com a diferença que o edital do Paraná limita suas apostas ao território do Paraná, tanto na física quanto no *online*. Então, pra você... Nós temos... O senhor citou a PixBet. A PixBet é credenciada conosco, é credenciada no Paraná e está na lista tácita da União. Então, é uma luta nossa pra convencê-lo a pagar imposto em vez de deixar de pagar imposto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, obrigado. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nós temos ainda dois inscritos.

Você vai falar, Senador Coronel?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Então, nós temos aqui a Senadora Damares e o Senador Styvenson.

Senadora Damares, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Obrigada, Styvenson, por me deixar falar antes.

Primeiro, Relatora, o secretário não vai vir, o de aposta? Nós íamos esperá-lo. Ele justificou? Vamos transformar o convite em convocação ou ele vai vir de boa vontade?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – À guisa de informação, eu recebi um ofício do Sr. Regis Dudena, em que ele diz que ele hoje estaria impossibilitado de participar, mas ele se coloca à disposição pra contribuir, inclusive sugere até na próxima quinta-feira. Hoje é terça; na próxima quinta, ele viria aqui para ser ouvido.

Eu até estou falando com a nossa Relatora que acabei de ser informado de que, na quinta-feira, nós teremos uma sessão do Congresso. E também eu não fui informado do horário, mas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos que ver como é que a gente pode fazer pra compatibilizar isso. Se for o caso, a gente faz uma sessão extraordinária pra ouvi-lo na quinta-feira. Não tem problema.

Não sei se vou estar aqui porque também sou candidato a Vice-Presidente lá no Parlatino, tenho que ir ao Panamá, mas a gente substitui aqui com o Vice-Presidente e toca a oitiva dele aqui, está bom?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Seria interessante, Sr. Presidente, antes de me dirigir ao depoente, que ele trouxesse uma lista atualizada, porque a lista que está no *site* dele, das empresas que pediram o requerimento de autorização, no próprio Ministério da Fazenda tem empresas em que já foram dadas baixas no CNPJ e constam nessa lista. Então eu acho que eles não estão se falando entre eles ou essa lista de requerimento de autorização é só uma lista para a gente ver e para alegrar a sociedade de que eles estão tentando se regularizar.

Destacando, Presidente, que mais de 60% delas, dessas empresas, foram abertas em 2024. E o que mais me impressiona: empresas que declaram um patrimônio social de R$2 mil e vão operar um mundo bilionário de jogos. Ou eles querem fazer a Receita Federal de idiota, ou eles querem fazer a Receita Federal de idiota. Por exemplo, essa aqui que está na lista do secretário foi aberta em 16/07/2024, e já foi dada baixa – e está na lista. Então que o secretário, quando vier essa semana ainda, que ele traga uma lista verdadeira para a gente acompanhar as empresas que realmente pediram baixa.

Eu quero cumprimentar o depoente...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO (Para expor. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... especialmente, Dr. Hazenclever, pelo respeito que o senhor mostrou com o Parlamento e com esta Comissão. O senhor se preparou.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O senhor se preparou, esteve à disposição para responder às perguntas, está se colocando à disposição para

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar nos ajudando. Enquanto alguns sentam aqui para debochar do Parlamento ou dos membros da CPI, o senhor demonstrou aí que se preparou para vir, mostrou zelo com a sua apresentação, mas eu não me surpreendo porque eu o conheço.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu o conheço. Eu o conheço há muitos anos. Fomos colegas nos bastidores do Congresso. Ele foi assessor e por um período foi o meu chefe – e eu o conheço.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas eu tenho algumas perguntas, Dr. Hazenclever. Você fez questão o tempo todo de falar sobre a proteção da criança e do adolescente, o.k.?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – O.k.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aí a Senadora Soraya disse que ela fez ali, junto com a equipe técnica, uma simulação em que não se perguntou a idade, não se pediu a foto, tá? E o senhor disse que as empresas que estão lá cadastradas com o senhor lhes dão essas garantias.

Teria como a gente pedir uma amostra dessas empresas todas e a gente fazer, por exemplo, esse teste que a Soraya fez?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você acha que todas as empresas que estão lá contigo passariam nesse teste de... porque eu posso estar aqui, agora, falando contigo e uma criança de 13 anos ali, jogando em meu nome. Então, assim, das empresas que estão contigo, tem critérios inclusive da proteção da criança e do adolescente.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E você disse que esses critérios estão sendo atendidos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Perfeito.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Se a gente pegar uma amostra dessas empresas e fizer o teste que a Soraya fez, você acha que todas elas passariam?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Tenho total convicção. A única possibilidade que tem de um menor jogar na Loterj é o pai ou a mãe entregar para ele o seu telefone desbloqueado, entregar a senha do banco para ele usar o Pix do pai ou da mãe e, na hora de fazer o KYC, ele levar o celular na frente do rosto do pai ou da mãe. É a mesma possibilidade que tem de um pai entregar um carro a um filho de 14 anos para sair aí, alcoolizado, nas ruas.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

Entre os mandados de segurança que o senhor responde – é um absurdo! –, o senhor citou um da Novibet.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E eles apresentam de uma forma muito bonita, inclusive, os bilhões de prejuízo que o senhor estaria causando ao setor.

Mas eles segmentaram de quanto seriam os bilhões de prejuízos exatamente a eles ou eles não cometeram esse erro?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não. O que cometeu esse erro foi a Betano ao trazer o seu número de acesso. Mas ela chega a dizer, a Novibet, chega a dizer o valor do prejuízo dela. Deixe-me pegar, posso pegar para a senhora. E passar a peça judicial para a senhora também...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Seria interessante.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Ela não tem segredo de justiça. Então, posso passar a íntegra e posso passar essa parte do processo para a senhora para eu não ser traído nos números, mas ela traz esse número.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Passe para a mesa. Porque seria interessante, Senadora Soraya... Se essas empresas, no mandado de segurança, falam quanto elas estão tendo de prejuízo por conta da Loterj, e a declaração deles na Receita é de que o capital deles é de R$2 mil, contradição imediata. E a gente vai ter que quebrar, inclusive, sigilo fiscal, bancário dessas empresas e dos seus sócios. Porque, se eles admitem, no mandado de segurança, um valor de prejuízo e aqui declaram o capital, eles estão brincando com a legislação brasileira e brincando com a Receita Federal.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Ela diz aqui, Senadora, diz expressamente, que apenas a ela, nos 130 *sites* irregulares identificados pela Loterj, a receita diária em aposta desses 130, e os 130 não são só os maiores, é superior a R$4 milhões/dia, mais de R$125 milhões por mês – mais de R$125 milhões por mês – por operadora. Então, se nós multiplicarmos R$125 milhões por 5,2 mil *sites* que o Ministério da Fazenda bloqueou, 5,2 mil vezes R$125 milhões. E ela diz aqui que são aproximadamente R$20 milhões/dia – dia –, superando uma receita mensal de R$15 bilhões por mês, de R$180 bilhões ao ano das 130 que nós bloqueamos. E 130 não são 5% das 5,2 mil. Nós bloqueamos 130. Um *site* ali que eu mostrei agora tem 118.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu acho que esta CPI aqui está abrindo uma caixa – eu não posso usar a palavra "pandora" porque me remete a algumas pessoas do DF –, mas esta CPI aqui vai desnudar, Senadora Soraya, para a sociedade... Talvez a gente não consiga o objetivo que a gente quer, mas a gente vai desnudar, a gente vai mostrar para o Brasil o que está acontecendo.

E, aí, a minha preocupação – e a gente já estava falando sobre isso – é a da prescrição do prazo, cinco anos. Cada dia prescreve um dia. A gente podia, Senadora Soraya, não esperar o final desta CPI para relatórios, e já começar a fazer encaminhamentos imediatos. Por exemplo, contra essas *bets* que estão usando criança e adolescente, a gente, tendo acesso aos que a gente já tem, aos que ele está apontando aqui, imediatamente, processo criminal, representação imediata sem aguardar o final do relatório... Porque é um absurdo o que nós estamos vendo. É um absurdo.

E, aí, Relatora, a minha preocupação também é porque eles não vão devolver dinheiro. Vai ter prescrição. E se a gente já pudesse tomar iniciativas para que o dinheiro comece a voltar? Por exemplo, no caso...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – No caso de Alagoas, o delegado, em parceria com o Ministério Público – inclusive, foi uma dúvida do nosso Senador Angelo Coronel na semana passada, porque um dos delegados que veio parece que não tinha ali a participação do Ministério Público, mas o caso de Alagoas teve –, está aprovado o requerimento para ele vir, e eu gostaria que ele viesse imediato para nos ensinar como é que ele fez isto: já está tendo devolução. Já houve acordo no Ministério Público. Pessoas que foram lesadas estão recebendo. E a gente já podia caminhar nessa direção. Como é que Alagoas conseguiu?

É pra gente já começar a mostrar para as *bets* que brincaram com famílias brasileiras – e que brincaram por causa dessa lacuna que houve da não regulamentação – que é possível fazer devolução para quem for prejudicado e que brecha retroativa a gente pode ver para arrecadação também.

E aí a minha outra pergunta ao Presidente da Loterj.

É o seguinte, Dr. Hazenclever: o Presidente da Anatel falou que o bloqueio é enxugar gelo.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Essa fala dele foi desastrosa. Uma agência responsável pelo setor dizer que bloquear é enxugar gelo. O senhor acha que é enxugar gelo? Porque, se o senhor está sentado respondendo a 29 mandados de segurança por bloqueio, então não é enxugar gelo. Acha que a iniciativa de continuar bloqueando essas *bets* irregulares é enxugar gelo?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Eu não posso concordar com que a nossa agência de telecomunicações, com todo o respeito aos seus diretores, e as nossas empresas de telecomunicações não tenham tecnologia suficiente no ano 2024 para bloquear alguém. Isso é impossível, não dá para aceitar.

Nós tivemos, Senadora Damares, se a senhora me permitir, dois pontos. Primeiro, a senhora disse aí da lista da SPA. Posso passar para a senhora, não sei se chegaram até a senhora, as matérias de capa de *O Estado de S. Paulo* de ontem e de hoje. A matéria está trazendo, com dados

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e nomes, que 20% das empresas que estão nessa lista tácita da SPA usam laranjas e 20% delas – o *Estadão* entrevistou as pessoas, são beneficiárias do Bolsa Família – receberam R$600 para emprestar o seu nome para poder estar nessa lista. Aí eu lhe pergunto: como é que nós vamos chegar na devolução dos cinco anos atrás se a empresa está em nome de quem sobrevive de Bolsa Família, de benefício? É impossível.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E que declara R$2 mil de patrimônio! Como é que eles aceitam uma empresa que declara um capital de R$2 mil numa lista como essa? Estão rindo de quem? Estão rindo de quem?

Então eu acho, Senadora, que essa CPI veio na hora certa.

Acho que o primeiro encaminhamento em que a senhora poderia pensar é: nós estamos vendo que não deu certo, o que o Congresso aprovou não deu certo. E está na pauta essa semana a legalização de cassinos. Nós vamos errar de novo? Então eu acho que, enquanto acontecem duas CPIs nesta Casa, os cassinos e os jogos de azar não podem ser deliberados por essas duas Casas. Suspender, terminar essas duas CPIs, para a gente não cometer de novo o erro de bandidos terem sido beneficiados com uma legislação que nós aprovamos sem cuidado.

Obrigada. Parabéns, Presidente, e parabéns por estar querendo ficar à disposição. Eu vou procurá-lo algumas vezes.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Obrigado.

Inclusive o Senador Izalci mencionou aqui o caso de uma CPI, e eu comento que eu tive a honra, como servidor desta Casa... À época lotado como Chefe de Gabinete do Senador Magno Malta, eu trabalhei na CPI dos Bingos, no começo dos anos 2000, e colaborei bastante com esta Casa na época do CPI dos Bingos, assim como trabalhei em outras CPIs também.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Hazenclever.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, só um esclarecimento, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu estive no meu gabinete, a portas abertas... Estou recebendo somente órgãos e, por uma questão institucional, não estou recebendo ninguém que vai depor, que está sendo investigado, que vem como testemunha, ninguém nesse nível. Mas eu recebi o Presidente da Anatel, e ele me sugeriu, inclusive mandou uma minuta de projeto de lei, porque ele não tem braços para fazer isso. E ele virá aqui explicar o porquê dessa expressão. Ele disse que não tem como: ao mesmo tempo que ele derruba, eles criam outro CNPJ na mesma hora. Então, é enxugar gelo, porque ele não tem condições inclusive de tecnologia. Nós necessitamos abranger a área de atuação para eles não agirem na ilegalidade.

Então, nós vamos ter que mudar a legislação, para permitir a eles também o investimento em tecnologia. Não temos braços por enquanto para fazer isso. Foi isso que ele veio explicar, e virá, assim que chamarmos.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Senadora Soraya e Senadora Damares, um minutinho ainda sobre a Anatel. (*Fora do microfone.*) Um exemplo prático nosso...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu... Você me dá licença, só um...

Até por respeito ao nosso Senador Styvenson, que está aqui aguardando para fazer os seus questionamentos, eu vou passar para ele, e a gente volta a essas considerações em seguida.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Um Senador do seu tamanho eu tenho que respeitar, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Obrigado de novo.

Obrigado pela presença...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas isso eu também tenho, viu? Isso eu também tenho. Eu também sou policial, sou médico-legista.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado pela presença do senhor.

Eu creio que... O senhor está há quanto tempo na Loterj? Pergunta...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO (Para expor.) – Dois anos e quatro meses.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Na CPI, quando o Presidente era o Kajuru, eu fiz um convite para o senhor.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Há tempo que eu queria falar com o senhor.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Prazer. Posso estar lá. A gente marca a data com prazer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Mas parece que a discussão aqui, hoje, Presidente, Senadora Soraya, se trata – parece – da qualidade da regulamentação e da eficiência da fiscalização, pela qual a Loterj está sendo colocada aqui em discussão.

Eu tenho umas dúvidas. Eu acho que é uma dúvida pertinente na questão do que o senhor faz sobre essa regulamentação, porque eu vinha ouvindo algumas falas do senhor e eu queria ver a diferença de fiscalização dessa estrutura que o senhor tem, a Loterj tem, para as demais, até para o Governo Federal. Porque, na minha cabeça, o senhor mesmo disse, e eu entendi, que o Governo Federal tem uma estrutura maior, mas ainda parece precária uma fiscalização dentro de uma regulamentação. Então... E o senhor disse também que se mostra parceiro das autoridades, que sempre fornece os dados e que está do lado do usuário e do consumidor. Assim eu entendi.

E eu estou ouvindo aqui uma discussão de *bet* que usa criança, o senhor mesmo se referiu, e a gente sabe da burocracia que existe para penalizar uma *bet* dessa, não existe nenhum dispositivo que a Loterj use de forma automática, para, de forma precisa, querendo ou não, controlar ou, senão, diminuir esse impacto. Seria uma pergunta se tem ou não esse dispositivo prévio, porque eu me lembro de que a Vaidebet foi muito citada aqui e é uma das que foi

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizada pelo senhor. Pelo senhor, que eu falo, é a Loterj, estou usando metonímia – pelo senhor. Ela está no foco de muitos escândalos e continua operando, continua dentro da Loterj, em âmbito nacional, concorda?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Correto.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Então, a primeira pergunta: não é meio que contraditório, pela preocupação em fiscalização que a gente está discutindo aqui, que a Loterj poderia ser feita por quem se propõe a ser regulamentada por vocês, não se mostra ineficiente?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não. Senador, eu não mencionei na União como estrutura precária.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Eu que entendi.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – É, é. Eu fui enfático de que ela não está credenciando ninguém. Ela não está respeitando a legislação, nenhuma das leis. Ela está com uma lista positiva, uma lista tácita, uma autorização tácita. Eu não conheço os instrumentos, eu não conheço os *softwares*, os *hardwares*, as ferramentas, as ferramentas delas. Eu não conheço. Eu não posso dizer sobre o que a SPA dispõe. A gente imagina que é suficiente, pela estrutura do Governo e pelo Ministério da Fazenda, onde ela está. Então, espera-se que lá não falte recurso financeiro, a gente, como cidadão, para as necessidades tecnológicas.

A questão da Vaidebet: primeiro, quero lembrar que a Vaidebet está na lista da Federal, sob mandado de segurança. Quanto à Vaidebet na Loterj, vamos fazer uma cronologia. A Vaidebet protocolou na Loterj a sua manifestação de credenciar no dia 14 de agosto desse ano, 21 dias antes da Operação Integration, lá de Pernambuco, vir a público, que foi dia 04/09. Então, quando, pela Integration, veio a público que tinha sido desencadeada a operação de busca e apreensão e de prisões, ela já tinha 21 dias no processo de licenciamento conosco.

A primeira ata da Comissão de Licitação, que tem a competência para análise da documentação, essa primeira análise apontou três diligências sanáveis. Nós abrimos o prazo em 19 de agosto, e a Vaidebet cumpriu na integralidade essas três pendências documentais, em dois

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dias – dia 21 de agosto estava completo. Isso, ainda 15 dias antes da Integration, 15 dias, estava sanada a única diligência aberta em relação a ela.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Ou seja – só um minuto, só para não perder o raciocínio –, a operação estava acontecendo de uma forma que vocês não tinham conhecimento.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – No Brasil, ninguém tinha conhecimento, não é? Sim, perfeito.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Mas é interessante, porque o senhor é bem solícito com as autoridades...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, não...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – ... mas as autoridades não cooperem muito com as empresas reguladoras, então.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não posso dizer isso, não posso acusá-los, o que eu posso... Eu estou passando ao senhor a cronologia. E aí, após cumprir essa diligência...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Não, eu não estou acusando o senhor de nada, não.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, não, eu...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Eu estou só dizendo que não há reciprocidade.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Eu não posso acusar as autoridades de não compartilhar. Estou trazendo aqui para o... Nós nos colocamos à disposição, mas não estou aqui para acusá-los, até porque a autoridade responsável pelo inquérito ou pelo processo vai ter o juízo de decidir de forma discricionária o que deve e o que não deve ser compartilhado, o que está sob sigilo e o que não está e o momento. Nós nos colocamos à disposição e compartilhamos o que nós temos. Vir de lá para cá depende de cada autoridade e de cada estágio do inquérito ou do processo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Perfeito.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Então, de forma legítima – de forma legítima – a Vaidebet foi declarada habilitada na Loterj no dia 22 de agosto. Eu estou fazendo essa relação com a Integration porque eu subentendo que o senhor está se referindo à Operação Integration, que trouxe à tona tudo, ela e outras empresas.

Então, 13 dias antes da operação, nós... foi declarada habilitada por preencher todos os requisitos legais e formais. Então, após atender todas as exigências, que foi a habilitação técnica, habilitação fiscal, habilitação tributária, habilitação trabalhista, habilitação de todas as certificações internacionais, da Receita Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional, com todas as certidões criminais, com todos os documentos, junta comercial... Então, ela foi declarada habilitada...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – E continua habilitada?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – ... com cinco dias pra impugnação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Continua fazendo...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Aí, em 3 de setembro – 3 de setembro –, ela se submeteu à prova de conceito. Não sei se o senhor ouviu, se o senhor estava aqui quando eu expliquei o que é a prova de conceito, a POC. E a sua plataforma foi aprovada na prova de conceito em sessão pública. Então, após essa aprovação na POC, em 24 de setembro, foi publicado no *Diário Oficial* o termo de credenciamento, formalizando a relação contratual dela, da Vaidebet, com a Loterj e com o Estado do Rio. Em 1º de outubro agora, ela pagou a outorga fixa, entregou o meio de pagamento oficial da Loterj e iniciou a sua operação.

Nós não temos uma certidão positivada contra ela, nós não temos um trânsito em julgado, nós não temos um documento de nenhuma instituição pública ou específica pra nós pra declarar inidônea. Não há uma declaração inidônea. E levando-se em consideração que ela foi habilitada, está sim operando, com a sua operação 100% regulamentada e recolhendo os tributos, 100% da

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua operação diária e cumprindo conosco todas as regras de *compliance* da empresa, que é exigido por nós, de jogo responsável, de combate à ludopatia, dos GLIs, da LGPD, de todos eles.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Continua tudo normal.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Agora, diante da Loterj...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Todo o funcionamento...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim, porque ela está cumprindo as regras.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Entendi.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Agora nós podemos ter...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Eu só perguntei se está tudo normal pro grupo apostador, se continua apostando pela Vaidebet.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Tudo normal. Continua apostando com ela, recebendo os seus prêmios e apostando volume grande. Não é um volume pequeno, não. O apostador continua confiando nela e na Loterj e continua apostando. E nós não temos... Nesse período, de 1º de outubro até agora, não temos nenhuma denúncia ou reclamação de apostador contra ela, tanto de fraude, de manipulação, ou mesmo de demorar a receber o prêmio. Não temos qualquer reclamação.

Agora podemos, ao longo dos cinco anos...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – As denúncias são feitas à Loterj também?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Nós temos a Loterj, nós temos a ouvidoria do estado, que não fica subordinada à Casa Civil...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – O senhor recebe muita denúncia?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Oi?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – O senhor recebe muita denúncia?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, recebemos questionamentos. Na nossa operadora, recebemos zero denúncia, recebemos dúvidas. Recebo consulta até de estudante fazendo os seus estudos, que quer entender do jogo, alguma coisa assim. Não recebemos... Zero denúncia contra as nossas *bets*.

E o que eu disse mais cedo: não quer dizer que qualquer *bet* hoje legalizada, ao longo do seu credenciamento, seja declarada inidônea e não possa mais operar não é só na Loterj, é em nenhuma loteria estadual, nem na SPA. Mas hoje, legalmente, ela está habilitada, legalmente ela está em condições de operação. Ela é alvo de uma operação? Ela é alvo de uma investigação? Ela é alvo de um inquérito policial? Está público que é, mas isso não nos dá condições de suspender a operação dela.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você me permite interrompê-lo?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sr. Hazenclever, só pra gente ter uma informação mais detalhada, é uma regra de três simples. O senhor sabe quanto é que é arrecada o estado, a Federação. Em média, qual é o faturamento mensal de cada uma dessas *bets* que estão cadastradas no sistema da Loterj?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Se o senhor me... Eu vou pegar os valores de novembro e, se o senhor me permitir – nós estamos em rede nacional, rádio e TV, YouTube – não trazer o nome da empresa a público pelas questões de LGPD fiscais...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Mas eu passo, por escrito, com sigilo pra CPI, até pra que eu não seja acionado por nenhuma delas. Mas, se nós pegarmos o mês de novembro... Se o senhor me permite abrir um arquivo meu, porque são muitas informações, para o meu HD pessoal... (*Pausa.*)

Nós temos, vamos considerar, valor apostado, que é valor depositado, certo? *Cash in* como é chamado no mercado, depósito, Pix, Pix emitido em favor dela. Nós temos operadora licenciada que, no mês de novembro, recebeu mais de 2,5 bilhões de depósitos, Pix, 2,5 bilhões em novembro. E nós temos outras que receberam R$2,3 mil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Interessante.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Dois mil e trezentos reais. Nós temos as que receberam 1 milhão, temos as que receberam 78 milhões, 85 milhões, 110 milhões, 1 milhão, 1 bilhão, 1,2 bilhão, 1,4 bilhão, temos de todos os tamanhos nessas 15. E isso eu estou dizendo de depósito, de *cash in*, de Pix identificado.

Agora, e as nossas não são as maiores do mercado. Se eu pegar as *top five* não estão aqui, se eu pegar as 20 maiores do mercado, aí algumas nossas estão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Está bom, então, deixe-me continuar aqui. Pelo que eu entendi, então, o senhor se considera uma agência, uma empresa reguladora e fiscalizatória segura?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Sim?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Então, o que o senhor me diz da ação da AGU que pede ao STF que proíba a atuação nacional de casa de apostas autorizada pela Loterj?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Totalmente improcedente e que não haverá de prosperar. A AGU está atendendo uma requisição do Ministério da Fazenda, SPA, e cada um de nós dá o que tem. O Rio de Janeiro dá regulamentação, o Rio de Janeiro dá legalidade, o Rio de Janeiro gera imposto, o Rio de Janeiro reverbera e devolve dinheiro para a sociedade.

Quem não tem isso para oferecer oferece denúncia, oferece mandado de segurança, oferece SLS, oferece ACO, oferece toda gincana jurídica, eles não têm o que mostrar. Então, eles têm que usar a Loterj como uma cortinha de fumaça para esconder a inoperância deles. É o que eu sinceramente posso dizer ao senhor com toda segurança minha e com toda transparência, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Foi por isso que eu fiz a primeira pergunta sobre a estrutura de fiscalização...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – ... do Governo Federal e a da Loterj, porque, dentro dessa ação civil originária, a AGU faz acusações graves: que o credenciamento de apostas pela casa do senhor, pela Loterj, não restringe apostas *online*, nacional...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – ... e, ainda, que a Loterj possui regras frouxas – a AGU que falou...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – ... regras frouxas, em relação à prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento a ações terroristas.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – O.k. Com todo o respeito...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – E disse na página seguinte – isso está na página do Governo Federal...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – O.k.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – A AGU sustenta ainda que o Estado do Rio de Janeiro e a Loterj não editaram regulação prevista na lei de lavagem de dinheiro, 9.613, de 1998, para disciplinar o cumprimento das obrigações e prevenção à lavagem de dinheiro e de financiamento a terrorismo e à proliferação de arma de destruição... Isso é a ação.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – É.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – O senhor acha que não vai prosperar?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Isso é uma inverdade. Isso é uma ilação. É uma tentativa de levar o juízo – no caso o Ministro da Suprema Corte – ao erro. Qual regra frouxa é a da Loterj? Eu disse... Eu entreguei a relação das empresas aqui agora há pouco para a mesa. Das 94 empresas que pleitearam licença conosco, até agora apenas 25% foram aprovadas – de 94, um quarto foi aprovado. Em 18 meses, nós não temos nenhuma denúncia formalizada contra ninguém. Isso é regra frouxa ou regra frouxa é quem coloca uma lista de licença tácita e permite que um único *site* traga 118 *sites* debaixo dele?

Nós combatemos, e as nossas 15 empresas declaram, asseguram, têm os meios e cumprem a legislação para o combate à lavagem de ativos, para o combate ao financiamento ao terrorismo e ao financiamento de armas de destruição em massa. Isso está explícito no nosso edital. Isso está explícito nos anexos do nosso edital nas declarações. Isso é testado na prova de conceito das plataformas. E, nesse intervalo de 18 meses de licença, nós não temos nenhuma denúncia de qualquer autoridade, de qualquer órgão de persecução até aqui...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Só essa ação?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Isso é uma ação, que querem... Novamente vem a União, agora através da SPA, querer ter um monopólio sobre as vendas *online* no Brasil, que o STF já decidiu lá atrás que não tem...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Mas não interfere no pacto federativo o senhor atuar em rede, de forma nacional, com a sua regulação?

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não vejo que interfere.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Porque o Paraná não se expandiu como o senhor...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Mas ele optou pelo contrário. Eu não posso responder por ele. Eu estou respeitando o dele, ele tem a opção dele, ele construiu o edital dele. A União não havia regulamentado, ele também publicou. Eu não estou invadindo o Paraná, não estou criando guerra fiscal com ninguém. A Loterj está sendo eficiente, a Loterj está sendo inovadora, a Loterj está sendo legal, ela está cumprindo com a legalidade. Agora eu não posso responder pela opção dos outros estados, eu tenho que respeitar. Mas eu estou seguro de que nós não estamos com nenhuma ilegalidade, com nenhuma irregularidade, até porque eu estou falando do Rio de Janeiro, o segundo PIB do país, a terceira população do país, é um estado em que o Governo não se prestaria a permitir que eu ou a Loterj entrássemos numa aventura jurídica.

Nós não estamos em nenhuma aventura jurídica. Nós estamos muito seguros do que nós construímos como a melhor opção e verdadeira para as *bets* que querem legalizar. Agora, as que não querem legalizar usam seus meios poderosos, como a Senadora trouxe agora há pouco, para trazer, levantar poeira contra a Loterj e, para atrás dessa poeira, esconder outros interesses escusos e outras inércias e outras ineficiências. Eu posso responder pela nossa capacidade de trabalho, da minha equipe, da equipe da Loterj, digna de aplausos, todos os nossos servidores, comprometidos, altamente apaixonados pelo que fazem, porque, para você fazer loteria neste país, você precisa ser apaixonado pelo que faz, acreditando, vibrando com o que a gente devolve para a sociedade menos favorecida. É isso que nós temos que reconhecer. Agora, eu não posso responder pela ineficiência ou inércia de outros.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Entendi, entendi!

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E percebi, pelo tom da fala do senhor, que parece que a AGU agiu como uma ofensa moral para a Loterj, como se fosse uma pessoa... Espero que resolva isso aí.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Ela não agiu como ofensa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Mas o senhor falou de PIB e arrecadação. Quanto é que a Loterj arrecada mesmo? Quanto...

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Eu trouxe os números para a CPI, talvez um pouco antes de o senhor chegar...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Ah, esse detalhamento também já foi pedido? Desculpa.

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Não, não. Eu trouxe e repito... Porque ela é crescente, lembrando que, em maio de 2023, nós tínhamos uma *bet*; em junho, tivemos a segunda; em julho, tivemos a terceira. Isso é gradativo, estamos com 15. Em qualquer empresa há um prazo de maturação, e essas *bets*, ao largar o *offshore* e vir para o *onshore*, ela perdeu cliente, ela perdeu base de dados. Então, se há uma nova maturação para o mercado regulado... Então, as empresas, a maioria delas, ao virem para a Loterj caíram suas vendas para depois voltar a recuperar. Então, é uma curva ascendente, mas nós até agora arrecadamos R$118 milhões com as *bets*. Só que a cada mês esse volume é crescente, ele não repete nenhum mês. Eu entreguei esses números para cá e compartilho novamente, quando for necessário. Ela é crescente.

Eu espero em 2025 crescer várias vezes isso, porque o setor está estabilizando e, à medida que a Anatel, que a SPA e que as loterias estaduais travam as irregulares, o mercado apostador vai sobrar para quem? Para os regulados. Então, você tende que os regulados cresçam a sua receita, concorda? Então, é nisso que a gente acredita. E outras *bets* que continuam irregulares e optem por regularizar, que venham para Loterj. Então, a gente tem uma receita crescente, mas até agora é este o valor. Lembro que, se a gente arrecadou 118 milhões, nós geramos oito vezes isso para a União. Então, nós geramos em torno de 1 bi para a união nesse mesmo período, também crescente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Obrigado, Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAZENCLEVER LOPES CANÇADO – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não havendo nenhum Senador ou Senadora inscrita para fazer questionamentos ao Sr. Hazenclever, eu agradeço ao senhor pela sua presença, pela sua disponibilidade, e passo, em seguida, a convidar o Sr. João Studart, convocado através do Requerimento nº 163, de 2024, acompanhado do seu advogado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, se me permite, enquanto o próximo convidado... Só um minuto. (*Pausa.*)

Enquanto o próximo convidado se acomoda, gostaria de citar alguns comentários dos internautas que estão nos acompanhando aqui ao vivo e responder às dúvidas de alguns deles.

O Sr. ou Sra. JL disse o seguinte: "É só proibir e pronto, antes não tinha esses trambiques e todos viviam bem". JL, me perdoe informar, isso é um fato, jogos de azar, jogo do bicho, tudo isso é um fato, nós não podemos simplesmente proibir deixar que isso aconteça, nós precisamos tomar uma atitude em relação a isso. O mundo virtual não conhece fronteiras; então, nós não temos o controle. Precisamos diminuir os riscos com legislação e regulamentação. Fechar os olhos e proibir é igual a fechar os olhos para a questão inclusive do cigarro eletrônico. Enquanto nós não regulamentarmos, nós não temos controle sobre isso. Mas que é um fato é – que é um fato é –, e não há ninguém coibindo. E não há formas de coibir. O cigarro eletrônico haveria, se a União, se o Estado brasileiro tivesse com vontade de fazer, mas não é o caso. Agora as *bets* virtuais nós não temos como coibir da forma como vocês imaginam.

Aí tem uma outra pessoa, muita gente aqui elogiando, mas tem uma outra pessoa, o Sr. Márcio Soares, a pergunta dele: "Quanto esses Deputados gastam do nosso dinheiro fazendo CPIs inúteis apenas para atrasar as pautas importantes ao povo?". Sr. Márcio, primeiro, aqui, essa é uma CPI do Senado Federal, e isso aqui não é inútil. Não entendo o porquê de o senhor entender como inútil depois de ouvir todos esses números e toda essa situação trágica que o Brasil está vivendo com a falta de regulamentação das *bets* e as famílias brasileiras, muitas delas, indo à bancarrota, pessoas tirando suas vidas, pessoas se separando... Nós precisamos puxar a rédea disso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o senhor saiba que não estamos aqui fazendo nada de inútil, muito menos para atrapalhar as pautas importantes do país. Essa é só mais uma das pautas em cima das quais nós estamos debruçados. Então, o nosso trabalho é sério, e acompanhe conosco para que o senhor possa realmente averiguar e, de repente, inclusive, contribuir.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Soraya.

Eu queria, regimentalmente, dar ciência ao nosso convocado, o Sr. João Studart, que é o CEO da empresa Betnacional, que V. Sa... Eu vou ler o termo de compromisso. V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e que lhe for perguntado?

O SR. JOÃO STUDART – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Nessa oportunidade, esclareço ao senhor que o art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

E também lhe dou ciência de que será facultado o silêncio nas questões que poderão incriminá-lo, sendo-lhe facultado fazer-se assistir por seu patrono, seu advogado, na forma do art. 5º da nossa Constituição Federal.

Passo, em seguida, a palavra à nossa ilustre Relatora, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. João Guilherme Studart, é um prazer recebê-lo aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Kakay, seus advogados, meu inteiro e maior respeito sempre aos advogados. Nós estamos trazendo esse *disclaimer* já em todos os convites, em todas as convocações, as garantias do inciso LXIII do art. 5º da Constituição Federal. Então, o senhor não causou nenhum embaraço, respeito muito a sua atuação como advogado, o senhor sabe disso, e terá de todos nós... Não permitiremos desrespeito algum jamais, o.k.? Muito obrigada.

Sr. João Guilherme Monte Studart, quando foi que o senhor iniciou a Betnacional?

O SR. JOÃO STUDART (*Fora do microfone*.) – Eu posso fazer uma introdução no início?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ilustre Relatora, o Sr. João Guilherme solicita fazer uma breve introdução para depois começar com as respostas. Pode?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k. Claro! Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor fique à vontade – fique à vontade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Lógico, é até melhor.

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Obrigado. Boa tarde, Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras! Digníssimo Sr. Presidente desta Comissão, Senador Dr. Hiran, e digníssima Sra. Relatora, Senadora Dra. Soraya Thronicke, agradeço a todos pela oportunidade de poder colaborar com os trabalhos desta CPI.

Estou à disposição dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras para esclarecer qualquer ponto sobre como funciona este mercado e como é a operação da Betnacional, assim como aspectos técnicos do setor. Entendo que hoje o mercado vive um momento decisivo e sem precedentes com a necessária regulamentação. Estamos em um período de transição, e, graças ao trabalho do Governo Federal e a lei aprovada no Congresso Nacional, após debates intensos sobre o tema, caminhamos para ter uma regulamentação moderna com o que há de melhor no mundo do ponto de vista legislativo, regulatório e de segurança para o consumidor. Então, antes de tudo,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gostaria de deixar registrada minha satisfação em estar presente nesta Casa, em momento tão importante, assim como manifestar meu total apoio à regulamentação do setor e às leis aprovadas pelo Congresso Nacional.

Com essa introdução, gostaria de falar a respeito de alguns tópicos que julgo relevantes, assim como contar um pouco da trajetória da Betnacional. O mercado de *bets* nasceu no Brasil em 2018, quando surgiu a lei que permitiu as apostas esportivas de quota fixa no país. Foi nesse contexto que a Betnacional foi criada, em meados do ano de 2021, ou seja, somente após a promulgação da lei pelo Congresso Nacional. Desde o início, tivemos como princípio básico seguir rigorosamente as regras brasileiras e as melhores práticas internacionais, e foi assim que buscamos parceiros com experiência sólida no exterior, com plataformas seguras e sistemas seguros auditados e fiscalizados. Sempre com o apoio jurídico e seguindo a lei brasileira, obtivemos uma licença para operar no setor. Nossa licença foi obtida inicialmente em Curaçau, que é um país que emite licenças internacionais e tem experiência reconhecida no setor. Assim, começamos a explorar as apostas de quota fixa no Brasil.

O mercado, desde então, teve ótimos avanços. Um bom exemplo é a lei de 2023, a 14.790, que permitiu jogos *online* e finalmente regulamentou o setor. Posso afirmar que nós sempre apoiamos essa regulamentação. A regulamentação é mais do que bem-vinda, ela é necessária, ela é o que vai separar o joio do trigo. Apenas como exemplo, todos os países que compõem a OCDE, com exceção da Islândia, aprovaram leis e regulamentaram o funcionamento das *bets*.

Estamos num momento de transição onde várias regras estão sendo editadas pelo Governo Federal, assim como algumas decisões relevantes foram recentemente tomadas pelo Supremo Tribunal Federal. E elas são muito bem-vindas justamente para se ter mais segurança, previsibilidade e clareza como este mercado deve funcionar. É um mercado em franca expansão que gera empregos e receita para o futebol brasileiro, clubes, atletas, esportes olímpicos e para o mercado publicitário. Não por acaso 30 clubes brasileiros enviaram um manifesto ao STF em defesa das *bets* e de um mercado regulado e seguro.

Esse mercado também apresenta desafios, e é justamente a regulamentação que resolverá esses desafios, com regras claras e rigorosas, que vão obrigar os operadores de mercado a

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oferecer plataformas mais seguras, responsáveis e focadas estritamente no entretenimento do brasileiro. Fazer com que se pense num apostador, e será a regulamentação que permitirá isso.

Assim, poderemos atuar buscando prevenir a ludopatia, endividamento e a manipulação de resultados.

Sem um mercado regulado, não haverá meios de prevenir condutas ilegais.

Hoje temos, de um lado, cerca de 200 empresas que estão em fase de licenciamento no Brasil. A Betnacional é uma delas. Passamos pela fase de validação de documentos, certificações, e estamos muito orgulhosos disso. Pagamos a outorga de 30 milhões e estamos na fase final do processo de obtenção da licença.

Isso é fruto de um trabalho árduo de integridade e de profissionalismo, que demonstra a capacidade dos diretores, a idoneidade de nossa equipe e a origem dos nossos recursos.

Além disso, sempre buscamos agir ativamente contra a manipulação de jogos. Fomos a primeira empresa a assinar convênio com a Sportradar, que combate e tem prevenção contra manipulação.

Nós somos pioneiros na publicidade responsável, somos referência no setor, não fazemos promessas de ganhos garantidos ou qualquer direcionamento a crianças e adolescentes.

Temos políticas para prevenção à ludopatia, inclusive com a empresa contratada para prestar apoio contra o vício, a Ebac.

Não patrocinamos campanhas agressivas, com *influencers* prometendo ou divulgando ganhos garantidos.

Nós temos mecanismos rígidos de controle no acesso de pessoas proibidas de apostar – crianças, adolescentes, pessoas impedidas pela lei.

Nós atuamos de modo a coibir o endividamento das famílias. Nunca aceitamos cartão de crédito, débito, nunca aceitamos cartão Bolsa Família; só aceitamos Pix e temos uma política rígida de *compliance*.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós julgamos indispensável a adoção de políticas para combate ao vício em jogos. Fomos a primeira empresa de apostas esportivas a adotar o selo do jogo responsável nas nossas ações de *marketing*. Fizemos relevantes investimentos em campanhas sobre o tema.

Também somos parceiros da Ebac, que acolhe e orienta o jogador compulsivo, atua na detecção, triagem e manejo dos comportamentos de jogos patológicos.

A Ebac oferece psicoterapeutas para atendimento *online* e presencial, individual e familiar, por meio de um programa de oito semanas, denominado Compulsafe.

Ainda acompanhamos o comportamento dos nossos clientes e implantamos sistemas que limitam os valores apostados, valores das perdas e o tempo de utilização em nosso *site*.

A regulamentação recente, por sinal, trouxe uma dezena de portarias de extrema relevância, e todo operador terá que cumprir todas elas a partir de 1º de janeiro de 2025. A regulamentação é a solução; não é o problema.

Entendo que o grande desafio é que temos milhares de *sites* que operam *bets* ilegalmente no país. Esses dados são públicos.

A Anatel, recentemente, pediu apoio na caçada aos ilegais.

São *sites* sem qualquer licença internacional, com jogos não certificados e plataformas propícias à prática de ilegalidade por seus operadores.

São esses *sites* ilegais que permitem todo tipo de golpe, promessa de lucro fácil, enriquecimento rápido, com propagandas enganosas.

Isso é uma irresponsabilidade, e somos totalmente contra esses operadores que não cumprem a lei.

A importância da regulamentação é tão evidente, que, recentemente, o STF convocou diversos agentes do mercado para a discussão da legalidade do setor. Houve, inclusive, especialistas no assunto, provenientes da Dinamarca e da Espanha, que confirmaram que o melhor não é proibir, mas regular o mercado das *bets* com fiscalização. Defenderam que a adequação das regras é o melhor caminho para coibir a operação de empresas clandestinas, que contaminam ambientes de jogo responsável que todos desejamos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acabar com a lei não acaba com as apostas ilegais e deixa os apostadores sem proteção, abrindo oportunidades para aproveitadores sem compromisso com o jogo legal e responsável.

Temos um programa robusto de *compliance* e integridade. Trabalhamos continuamente para ter uma plataforma absolutamente segura e responsável.

Existem outros assuntos pertinentes, como, por exemplo, a questão do Bolsa Família e da publicidade infantil, dois pontos que, inclusive, já foram objeto de manifestação pelo Supremo Tribunal Federal e com os quais nós estamos plenamente de acordo. Nós, por exemplo, nunca aceitamos o cartão Bolsa Família, e qualquer outra regra que o Governo determine em relação a isso será por nós cumprida.

Nunca praticamos publicidade focada no público infantil.

Então, esses são alguns temas que, sim, são muito relevantes para o mercado e que a gente faz questão de deixar claro aqui nessa CPI: que nós observamos a lei com rigor e clareza, de modo a termos uma plataforma que atue estritamente dentro da legalidade, focada no entretenimento responsável e saudável. É isso que importa.

Aposta não é profissão; aposta é diversão.

Tudo isso é para dizer que nós temos tanta convicção quanto ao futuro desse mercado e das qualidades operacionais da Betnacional e de seus controles de integridade ética, que, nos últimos meses, nós negociamos uma combinação de negócios com a Flutter, uma empresa listada na Bolsa de Nova York, e que, portanto, segue as mais rigorosas regras de *compliance* e governança.

A partir da conclusão do negócio, a Betnacional passará a ser auditada por uma das Big Four, empresas de auditoria internacional, e seus resultados serão consolidados pela Flutter e objeto de revisão pelos investidores e reguladores internacionais.

O mercado de *bets*, no curto e médio prazo, terá significativa evolução, graças à regulamentação por parte do Governo Federal. Contaremos com regras mais claras, que, repito, valorizarão o entretenimento seguro, saudável e sustentável aos adultos brasileiros.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso papel, como operadores, é de incentivar e cumprir as regras e, mais que isso, defender que os operadores que forem licenciados pela SPA operem, todos eles, com a mais estrita ética, seriedade, muito trabalho e transparência em nosso país, e eu estou à disposição desta Comissão para colaborar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sr. João, eu fui informado pelo Secretário da Comissão que o senhor trouxe um vídeo para...

O SR. JOÃO STUDART (*Fora do microfone*.) – São dois vídeos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – São dois vídeos?

O SR. JOÃO STUDART – Sim, quando – está ouvindo, não é? – nós começamos... Fomos pioneiros a puxar a fila, digamos assim, do jogo responsável, com campanhas de jogo responsável durante este ano de regulamentação, e incentivamos todos os operadores a colocarem parte relevante de seus investimentos de *marketing* nisso. Então, eu trouxe alguns vídeos de campanhas que a gente fez em nível nacional.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – São rápidos?

O SR. JOÃO STUDART – São rapidinhos.

O SR. JOÃO STUDART – Pois não. Pois não.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Passo, em seguida, a palavra à nossa Relatora, Senadora Soraya Thronicke, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Já cumprimentei os presentes.

Gostaria de começar perguntando, Sr. João, quando foi que o senhor iniciou a Bet Nacional?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Senadora, nós iniciamos a Bet Nacional em 2021.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Quando foi que o Ministério da Fazenda lhe concedeu a autorização?

O SR. JOÃO STUDART – O Ministério da Fazenda concedeu a autorização recente para atuar a partir de 2025 e, neste ano, eles liberaram. Porém, nós atuamos desde 2021, das maneiras que a lei permitia que nós operássemos aqui. Consultamos todos os nossos advogados, o nosso corpo jurídico...

Então, nós tínhamos a licença internacional – nossa empresa é internacional – e atuávamos aqui, no mercado brasileiro, de acordo com as regras do Banco Central e autorizadas pelo nosso corpo jurídico.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor já quitou o valor da outorga – o senhor disse?

O SR. JOÃO STUDART – Sim, já está paga.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor tem quantos *sites*?

O SR. JOÃO STUDART – Dois.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Quantos *sites* existem dentro desses seus *sites*? Quantos jogos?

O SR. JOÃO STUDART – Quantos jogos?

Olha, é difícil estimar exatamente quantos jogos, mas, geralmente, os agregadores de jogos que existem nas plataformas... Porque vamos separar aqui: existem as apostas esportivas e os jogos *online*. As apostas esportivas são os eventos esportivos, jogos de futebol, de basquete, de vôlei, etc., e os jogos *online* são diversos outros jogos que têm, como o jogo do aviãozinho, Fortune Tiger, Bananinha, e por aí vai. Então, tem 2 mil jogos ali, 1,5 mil jogos... São diversos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Quantos funcionários o senhor tem no seu CNPJ nessa empresa?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Olha, no CNPJ, nós passaremos todos os funcionários a partir de janeiro de 2025. Nossos funcionários, hoje, eles são... Eles recolhem devidamente todos os impostos com plataformas que prestam serviço para a gente com contratos no exterior.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eles são PJ também?

O SR. JOÃO STUDART – É uma empresa terceirizada, que tem os funcionários, e aí tem contratos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Funcionários no exterior? Funcionários brasileiros...

O SR. JOÃO STUDART – A empresa... São 250 funcionários, 280 mais ou menos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Todos trabalham aqui no Brasil?

O SR. JOÃO STUDART – Trabalham no Brasil... Alguns de tecnologia... É, a maioria trabalha no Brasil, 99%.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Alguns de tecnologia trabalham em que país?

O SR. JOÃO STUDART – Talvez tenha um ou dois que trabalhem fora do país, mas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Onde?

O SR. JOÃO STUDART – Eu não sei dizer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ligados ao seu CNPJ?

O SR. JOÃO STUDART – É porque o pessoal de TI... Não ao CNPJ, mas à nossa empresa no exterior.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Quanto é que o senhor já recolheu de tributos, na sua atividade com este CNPJ da Bet Nacional, até hoje?

O SR. JOÃO STUDART – Não, deixe eu só separar as coisas aqui...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – E qual a alíquota?

O SR. JOÃO STUDART – A nossa empresa do exterior... O CNPJ é da NSX Brasil, que está inscrita para a regulamentação, que vem em 2025, da outorga que pagamos, etc. A nossa operação atual, assim como a de todos os demais, está sediada no exterior e opera no Brasil. Essa é a situação atual de todos.

A partir do ano que vem, o nosso CNPJ, nós transferiremos todos os ativos que temos no exterior para cá e passaremos a atuar aqui no Brasil.

Então, hoje a empresa é no exterior.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Com essa autorização precária concedida pelo Ministério da Fazenda... Quando foi a data exatamente em que o senhor conseguiu a autorização precária, tácita?

O SR. JOÃO STUDART – Eu teria que consultar, não me recordo exatamente da data.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Mas foi este ano?

O SR. JOÃO STUDART – Foi este ano sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Três meses, quatro meses... Há quanto tempo?

O SR. JOÃO STUDART – A autorização para a licença saiu este ano. A partir da Lei 1.490, do ano passado, vieram as portarias, e aí demos entrada. Fomos a sexta empresa, dentre as cento e... Fomos a sexta empresa a dar entrada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Quando o senhor conseguiu essa autorização, mesmo que precária, eu gostaria de saber do senhor quanto que o senhor recolheu de tributo. Ou não havia essa obrigatoriedade, mesmo na situação precária, de pagar os tributos?

O SR. JOÃO STUDART – Certo.

Todos os tributos serão pagos no CNPJ, na NSX Brasil, que é a nossa empresa, a partir de 2025. Na condição atual, nós pagamos todos os nossos tributos.

Quando um jogador entra na plataforma e ele deposita, ele deposita numa instituição de pagamento autorizada pelo Banco Central, as famosas IPs, e essa instituição de pagamento remete o câmbio para o exterior, paga-se o câmbio, paga-se o IOF, e o dinheiro vai para a conta da empresa no exterior. Quando o apostador recebe esse dinheiro, ele pede o dinheiro, o processo é feito novamente. Então, o dinheiro volta do exterior, são pagos os impostos devidos, o IOF e o câmbio. São pagos os impostos, e volta-se para o meio de pagamento, para voltar para o apostador.

Essa é a maneira como funciona.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – São pagos pelo senhor ou são pagos pelo apostador isso aí? Porque é renda do apostador.

O SR. JOÃO STUDART – São pagos por nós. São pagos pela...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor paga o IOF...

O SR. JOÃO STUDART – As IPs pagam todo o... Fazem todo o câmbio. Elas que pagam. O apostador não paga o imposto atualmente. Vai pagar a partir da regulamentação de 2025.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ou seja, o senhor está me dizendo que, a partir do dia 1º de janeiro de 2025, o senhor vai passar a recolher os tributos.

O SR. JOÃO STUDART – Cem por cento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Qual será a alíquota?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, a partir de 2025, nós teremos um *gaming tax* de 12%, mais PIS, Cofins, ISS, toda essa carga tributária, mais o Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Então, a gente calculou uma incidência de cerca de 40%.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Então, quer dizer que, até o dia 31 de dezembro de 2024, todos vocês, inclusive o senhor, esses que estão autorizados pelo Ministério da Fazenda, não pagarão tributos, mesmo em atividade aqui no país?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, infelizmente, ainda não podemos, porque não tem como pagar, porque eu não tenho como estar com a licença válida, de acordo com as leis, este ano. Por mim, eu já estaria com ela há dois, três, quatro anos, tudo... Certinho não é a palavra, porque estamos certinhos, mas já com a licença brasileira, porque hoje operamos via licença internacional.

A partir do dia 1º de janeiro, todos os impostos, inclusive o da transação do negócio que eu fiz com a empresa internacional, que é líder mundial, também vão ser recolhidos. Vêm para o Brasil esses impostos aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, nunca ninguém lhe disse, do Ministério da Fazenda, que o senhor teria de pagar retroativo? Nunca houve essa...

O SR. JOÃO STUDART – Olha, eu desconheço...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Porque eu estou achando... Eu estou abismada, assim, porque uma condição, uma condição – e eu quero ver isso do Ministério da Fazenda – é que paguem retroativo, porque não é possível que alguém possa desenvolver qualquer atividade, mesmo de forma precária, sem pagar tributos. Se a legislação não permite, deveria constar nessas resoluções – ou até pode ser que conste, mas o senhor não tinha noção disso – que pague retroativo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Olha, qualquer medida e qualquer lei que o Governo coloque para a gente a gente vai cumprir, 100%.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, um alerta ao Governo, porque nós vamos cobrar centavo por centavo, retroativo, do que ele não está exigindo neste momento. É um alerta para o Governo.

O SR. JOÃO STUDART – Eu acho importante dizer...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Claro...

O SR. JOÃO STUDART – ... com licença, que a maneira como a gente faz, por exemplo, com as IPs e a maneira autorizada pelo Banco Central é similar, por exemplo, ao Spotify ou à Netflix. Quando você assina o Spotify ou você assina a Netflix, a IP está recolhendo o dinheiro, está fechando o câmbio e enviando a remessa para o exterior.

Falo só para se ter um entendimento comparativo aqui também do funcionamento da *bet*. A diferença é que na *bet* também há um retorno do dinheiro, e aí se paga novamente esse IOF. No caso da Netflix, você paga uma assinatura.

Só para deixar claro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É, IOF é só a transação...

O SR. JOÃO STUDART – E o câmbio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... o câmbio.

Qual o capital social da sua empresa? Foi registrada com qual capital social?

O SR. JOÃO STUDART – Trinta e cinco milhões.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Trinta e cinco milhões.

O SR. JOÃO STUDART – Aqui no Brasil, na NSX Brasil, que vai receber os ativos do exterior.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – E só de outorga o senhor pagou 30 milhões.

O SR. JOÃO STUDART – Trinta milhões.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – A empresa NSX Enterprise é localizada em Curaçao. Então, foi a que deu início às atividades do *site* Betnacional.

Por que é que o senhor optou por abrir a sua empresa em Curaçao, considerado um paraíso fiscal, sendo que, na mesma época, já havia a possibilidade de o senhor registrar...

Vamos lá: independentemente de qualquer entendimento ou não, que eu já me debrucei sobre a legislação.

Segundo a Loterj, todas as 15 ou 16 que eles autorizaram são totalmente sediadas no Brasil. Por que é que o senhor, mesmo com essa possibilidade de fazer pela Loterj, preferiu fazer fora do Brasil, em Curaçao, num paraíso fiscal?

O SR. JOÃO STUDART – Bom, vamos lá: as licenças... Primeiro que a Loterj é algo recente. Não são de 2021 essas licenças da Loterj, e nós optamos pela licença do Governo Federal. Não tenho nada contra a Loterj, mas nós optamos por ir para uma licença federal.

Nós atuamos sempre dentro da legalidade. Nunca houve nada de errado. Então, tudo que nós estávamos fazendo, assim como todos os grandes *players* internacionais faziam aqui... Então, nós estávamos aguardando a regulamentação.

Essa lei vem de 2018. Ela era para ter sido regulada até 2020, com extensão de mais dois anos. Atrasou.

Não estou aqui fazendo juízo, mas estávamos no aguardo operando, e ela foi atrasando, até que chegou.

Agora, após a Lei 1.490, as portarias aceleraram este ano, e nós ficamos aguardando e optamos por aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a Curaçao, Curaçao, assim como Malta... Existem alguns países que têm as licenças para *gaming*, porque, para você ter jogos certificados, fazer um contrato com a Sportradar, uma empresa que é listada na Nasdaq, para você fechar com a Evolution, que é uma empresa que também tem jogos, eles também são uma empresa listada, para você fechar contrato com essas empresas, você precisa ter uma licença de *gaming*. Então, existem alguns países, como Curaçao, Malta, que proveem essa licença, e é uma licença supercomum de se ter.

Curaçao ser um paraíso fiscal, aí já é uma outra questão, é uma questão de que lá existem essas empresas.

Então, nós optamos por uma licença internacional para realizar o nosso contrato, e tudo dentro da lei.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O interessante é que eu estou com a sua licença aqui em Curaçao, e aí eles dizem... Está em inglês aqui, mas eles falam que a companhia tem o poder de performar em cada questão do requisito para os propósitos que são relativos aos *games*, e o interessante é que fala que Curaçao, parece-me, dá licença para você operar no mundo inteiro.

Que coisa impressionante, eu fico chocada! É além fronteiras. Mas, enfim, isso aí é um problema deles até...

O SR. JOÃO STUDART – É que são licenças que regulamentam o jogo. É como se fosse... É diferente de uma licença brasileira, em que a gente vai operar aqui, poder ter um CNPJ aqui, ter uma lei aqui. É uma licença que permite você operar em outros lugares, porque ela certifica que o seu *site* está legal, que o seu *site* está organizado...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Curaçao certifica para o mundo inteiro.

O SR. JOÃO STUDART – Curaçao, Malta...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Malta...

O SR. JOÃO STUDART – O próprio Canadá...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... China...

O SR. JOÃO STUDART – Não, China eu acho que não. Eu acredito... Eu não sei. Eu acho que não...

China é só jogo ilegal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Essa é a sua primeira empresa? Se não, quais foram as empresas anteriores?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, essa é a minha primeira empresa relevante. Eu tenho uma empresa que tem um clube de tênis e tenho uma empresa pequena de investimentos e alguns ativos imobiliários.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Além do senhor, quem eram os sócios?

O senhor tem sócios? Eles ainda... Se o senhor teve ou ainda tem, quem são? Já se retiraram? Como ocorreu a transição societária, se é que houve?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, eu tenho 23 – se eu não me engano – sócios, porque adotamos um modelo... Eles estão entrando na NSX Brasil.

Adotamos um modelo de meritocracia baseado em *startups* pelo mundo, no Vale do Silício. Então, as pessoas que contribuíram para a empresa tiveram suas participações, vão ter suas participações na NSX Brasil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Quem é o sócio majoritário?

O SR. JOÃO STUDART – Eu.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k. Qual é o percentual?

O SR. JOÃO STUDART – Na empresa do exterior, eu sou dono de 100% das ações.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – E aqui?

O SR. JOÃO STUDART – Mas aqui, no Brasil, eu vou... A gente tem uma divisão societária. É uma informação que eu prefiro passar em sigilo para a Comissão...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k. Sem problema.

O SR. JOÃO STUDART – ... para não expor tanto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sem problema, sem problema.

Os Srs. Rafael e Leonardo, que anteriormente faziam parte do quadro societário da NSX Brasil, não aparecem mais como sócios da empresa. O senhor poderia nos explicar, esclarecer, como se deu a saída deles da sociedade? Houve pagamento da participação deles? Em caso positivo, esses valores foram devidamente declarados e tributados no Brasil?

O SR. JOÃO STUDART – Eles constam na lista de sociedade da NSX Brasil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ainda?

O SR. JOÃO STUDART – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ainda?

O SR. JOÃO STUDART – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. JOÃO STUDART – No que eu tenha conhecimento, sim. Acho que talvez...

Isso é a lista da SPA? Talvez seja o quadro de diretores.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Nós vimos que eles estavam no quadro societário, e depois não. Eu estou perguntando para esclarecer, não estou afirmando.

O SR. JOÃO STUDART – Sim, eles estão no quadro societário da NSX Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ainda são sócios? Aqui no Brasil?

O SR. JOÃO STUDART – Da NSX Brasil, que foi constituída.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Está o.k.

No início, como o apostador depositava fundos para apostas ou se ainda é assim? Como o apostador depositava os fundos ou como ainda deposita no *site* da Betnacional?

A empresa foi uma das pioneiras na implementação de depósitos e saques via Pix? Como isso era possível?

O SR. JOÃO STUDART – Sim, a empresa foi uma das pioneiras. Em 2021, o Pix passou a funcionar no Brasil, e nós contratamos instituições de pagamentos autorizadas pelo Banco Central.

Esse fluxo financeiro, que eu expliquei um pouquinho atrás e vou repetir...

O apostador, quando ele realiza uma aposta aqui no Brasil, na verdade está realizando uma aposta numa empresa sediada no exterior; ele está fazendo uma aposta no exterior, assim como, quando você assina uma Netflix, você está assinando com uma empresa do exterior.

Então, o usuário deposita esse valor, fecha-se um câmbio, paga-se um IOF e vai para a conta da empresa no exterior – e as contas são, no nosso caso, na Inglaterra e na Suíça. Vai para a conta no exterior e, na hora de retornar, retorna, fecha o câmbio, pagam-se os impostos devidos em Curaçao, devidos aqui no Brasil, que você tem de IOF e câmbio, e o dinheiro retorna para o apostador. Tudo da maneira que a lei permite.

Por isso que é superimportante essa regulamentação, que está bem próxima, e também a importância desta CPI, para investigar todo mundo que está fazendo operação ilícita, porque, a partir do ano de 2025, vai ser muito importante a gente separar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – O joio do trigo?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – ... porque tem muita gente que a gente concorda que está fazendo coisa errada, tem muito *site* ilegal... Virou uma bagunça. Então, a gente não vai conseguir...

Seria uma ideologia dizer "não", acabar com o jogo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Eu sei. Não tem como.

O SR. JOÃO STUDART – ... porque, se você não regula o jogo, a esfera *online* de qualquer negócio é muito difícil de ser banida.

Então, nós temos que regulamentar da melhor maneira possível e investigar, de fato, quem está com práticas ilícitas nesse negócio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sr. João, justamente por isso que a gente tem que partir do princípio da boa-fé.

Nós já sabemos que devemos separar o joio do trigo. Mesmo que estejamos na quarta reunião desta CPI, um mês apenas, nós já conseguimos identificar a diferença entre uns e outros. Então, nesse sentido, nós vamos perguntando, para que o senhor possa também colaborar e nos esclarecer.

O senhor disse que a empresa foi instalada em Curaçao, mas o senhor tem contas bancárias na Inglaterra e Suíça.

O SR. JOÃO STUDART – Sim, a empresa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Por que não em Curaçao?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, honestamente, não sei te responder, mas eu posso pedir ao jurídico, à contabilidade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Porque o dinheiro anda muito! Ele vai para lá, vai para cá; vai para lá, para voltar...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Porque Curaçao é a licença. Nós temos as contas bancárias no exterior, mas acredito que poderia ser em qualquer país. Aí, realmente, é uma falta até de entendimento meu.

Mas eu posso providenciar se for necessário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Bom, então a empresa mantinha ou mantém contas em bancos brasileiros?

Caso negativo, como os compromissos financeiros são honrados?

O SR. JOÃO STUDART – Perfeito.

As instituições de pagamento são habilitadas pelo Banco Central a realizar os pagamentos desses contratos.

Vou dar um exemplo: eu fecho um contrato com a Globo. Então, o contrato com a Globo é feito pela minha empresa no exterior, emite a fatura, nós enviamos o dinheiro, fecha o câmbio, e a instituição de pagamento faz o pagamento para a emissora. Então, é dessa maneira que funciona.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Como o senhor internaliza os recursos?

Bom, o senhor recebe diretamente no exterior. Como que o senhor internaliza esses recursos no Brasil?

O SR. JOÃO STUDART – Da empresa?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Via...

O SR. JOÃO STUDART – Via instituição de pagamento é como a gente paga os fornecedores. É a maneira legal que se tem de pagar os fornecedores. O contrato é fechado com a empresa no exterior.

Então, quando eu preciso pagar...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor paga Imposto de Renda do que o senhor aufere, tanto no exterior... O senhor declara isso?

O SR. JOÃO STUDART – Não. A empresa ainda...

A partir de 2025, tudo será declarado. Hoje não é declarado porque o CNPJ não está... Ele precisa estar com a licença válida para todos os tributos serem recolhidos. Então, a gente está atuando da maneira como a lei está permitindo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Uma pergunta acerca... O que o senhor tratou da questão Bolsa Família.

Eu sou extremamente liberal. Não extremamente, mas sou liberal na economia. É óbvio que, com o cartão Bolsa Família...

Vocês estão operando única e exclusivamente com o Pix e com nenhuma espécie de cartão, correto?

O SR. JOÃO STUDART – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k. Mas, para receber esse Pix, o senhor tem que ter uma conta no Brasil.

O SR. JOÃO STUDART – Não, o Pix é recebido na IP. A instituição de pagamento recebe o Pix.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então a instituição de pagamento é brasileira? Ela tem uma conta no Brasil?

O SR. JOÃO STUDART – Sim, sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Como é o nome dela?

O SR. JOÃO STUDART – Deixa eu ver aqui...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – E quem são os sócios dela, por favor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Olha, os sócios eu não sei te dizer, porque meu time que fecha esses contratos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor tem o contrato para nos fornecer depois?

O SR. JOÃO STUDART – Posso fornecer, sem problema.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ou seja, esse dinheiro entra no Brasil...

O SR. JOÃO STUDART – Posso citar aqui: tem a Zerobank, que é uma empresa de pagamento; tem a AstroPay, que é outra...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – São brasileiros?

O SR. JOÃO STUDART – São brasileiros.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Essas IPs são brasileiros?

O SR. JOÃO STUDART – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, assim, se o dinheiro chega direto lá, no exterior, que o senhor tem conta na Inglaterra e na Suíça, aí esse IP...

Fica um tanto quanto difícil entender como é que esse dinheiro transita.

O SR. JOÃO STUDART – É como eu disse...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Quando o apostador joga, onde que é...

O SR. JOÃO STUDART – Quando o apostador deposita. Vamos começar pelo depósito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Deposita.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele deposita via Pix?

O SR. JOÃO STUDART – Deposita via Pix.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, cai na conta...

O SR. JOÃO STUDART – Aí, cai na conta da instituição de pagamento. A instituição de pagamento recebe o valor, remete câmbio e IOF, fecha o câmbio e IOF, e o dinheiro vai para a conta da empresa no exterior.

Aí, o jogador está apostando no *site,* vamos supor. Aí, então, ele ganhou; vai recolher. Sai da conta da empresa, pagam-se câmbio e IOF novamente, chega para a instituição de pagamento, que paga o apostador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não é o caso do senhor, mas nós vamos chamar instituições de pagamento aqui, porque ele também exerce uma atividade, e a atividade dele é no Brasil, tem o CNPJ, com autorização para trabalhar...

O SR. JOÃO STUDART – Eu acredito que eles vão poder dar um esclarecimento grande para vocês.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... autorização plena, e devem – creio – declarar.

Mas, tratando ainda disso, se eles não jogam... Se os beneficiários do Bolsa Família não jogam com o cartão, foram identificados CNPJ's de beneficiários, jogando via Pix.

O senhor tem algum meio, dentro da sua plataforma, de identificar que esse jogador é beneficiário do Bolsa Família?

Só para te explicar: qualquer beneficiário do Bolsa Família, quando nós achávamos que eles estavam utilizando... Eu acredito que usem cartões do Bolsa Família, mas nada impede que ele, como qualquer brasileiro, tenha a liberdade de jogar com uma *bet* que esteja autorizada – nem que de forma tácita, o.k.? Porém...

E outra: ele pode ter outra fonte de renda, certo?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, quando nós identificamos CPF's jogando valores muito acima do que eles recebem, a gente já consegue perceber que há uma fraude não de vocês, mas há uma fraude dele, como beneficiário do Bolsa Família, ao movimentar tanto dinheiro.

Então, ele deveria ser excluído do Bolsa Família, se ele movimenta, vamos supor, R$15 mil, R$20 mil por mês, ou que passou a ganhar nas apostas. Acho que é algo que nós devemos... Não sei...

Primeiro, eu gostaria que o senhor me dissesse: o senhor tem como identificar se ele é beneficiário do Bolsa Família e nos passar quanto foi que ele jogou, para a gente cruzar essa informação? Porque, de repente, ele nem pode mais ser beneficiário do Bolsa Família, entendeu?

O SR. JOÃO STUDART – Tá, vamos lá.

A gente não aceita o cartão Bolsa Família, mas a maneira de coibir o Pix, a gente está esperando justamente que tipo de tecnologia ou como o Governo vai orientar como a gente vai fazer isso. Assim que fizer, isso será implementado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, vocês, que são de TI, poderiam já desenvolver um cruzamento de dados para fornecerem ao Banco Central, dizendo assim: "Olha, a pessoa jogou R$20. O.k. Pode ser de outra fonte de renda". Só que, quando extrapola, fica um tanto quanto complicado, sendo que essa pessoa não é merecedora, não carece desse benefício.

O SR. JOÃO STUDART – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Só para esclarecer.

Então, eu peço, já de antemão, que vocês desenvolvam maneiras de cruzar informações e que, de repente, o Ministério da Fazenda consiga colocar um limite, não é?

O SR. JOÃO STUDART – Com certeza.

Eu posso adicionar um ponto aqui?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sim, claro!

O SR. JOÃO STUDART – É porque eu acredito que há um pouco de confusão em alguns termos quando dados são expostos na mídia. É natural, é um segmento novo e é necessário explicar um pouco.

Eu li, acho que todo mundo leu, não sei se foi no mês de agosto, se eu não me engano, que falaram que os usuários, os beneficiários do Bolsa Família, entre aspas, "gastaram R$3 bilhões nas *bets*". Vamos lá! Suponhamos que o dado "R$3 bilhões" esteja correto. A questão é que o "gastaram" está sendo dito como... Parece uma perda. Possivelmente, o que aconteceu é que foi depositado, foi movimentado. Cerca de 15% desse valor – é uma média, alguns mais, outros menos –, mas uma média de 15%, teoricamente de 12% a 15%, é o que ficaria para as *bets*.

Então, o beneficiário do Bolsa Família não perdeu R$3 bilhões. Se ele perdeu, foi de R$300 a R$400 – isso é fato! Eu acho isso importante porque é um dado que preocupa a todos, e nós temos preocupações também com menores, com Bolsa Família, e precisamos fazer da maneira correta e interpretar os dados também da maneira correta. É importante para todos isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Com certeza!

Um minuto, por favor. (*Pausa.*)

Essas empresas de meios de pagamento, essas intermediárias, como é a relação? É uma terceirizada? O senhor e os seus sócios recebem lucros? O senhor os paga? Como é a relação contratual?

O SR. JOÃO STUDART – Há um contrato, que é um percentualzinho sobre a movimentação financeira. Então, essas IPs têm seus contratos com os bancos aqui no Brasil. Que eu me recorde aqui, uma delas faz com o Banco Genial, alguns outros bancos, acredito que até o próprio BTG. Então, elas têm contratos com esses bancos, e, pelo nosso contrato com essa prestadora de serviço, a gente tem um percentual que a gente paga de acordo com o movimento para elas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor é proprietário de alguma IP? Ou sociedade?

O SR. JOÃO STUDART – A gente tem uma instituição de pagamento também, que só opera para a gente, não opera para o mercado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, o senhor contrata a sua própria... O seu CNPJ contrata o seu CNPJ?

O SR. JOÃO STUDART – Não, não contrata. A gente tem uma IP, que era uma IP de... Porque, se uma IP cai, você fica sem operar. Então, a gente tem uma instituição para fazer um pagamento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Mas pode ser que uma instituição de pagamento caia? Aí o senhor tem que ter uma...

O SR. JOÃO STUDART – É; porque ela pode cair e, aí, o usuário fica no escuro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então o senhor tem...

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Então, é comum todo mundo contratar três, quatro métodos de pagamento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, o senhor contrata uma e o senhor também é proprietário de uma delas?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Não. Eu tenho um sócio que é proprietário de uma delas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – De uma delas?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Se o senhor puder me mandar todas...

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Eu mando tudo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Todas as IPs.

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Todos os documentos para você. Com certeza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Tratando de patrocínios e publicidade, Sr. João, quanto a Bet Nacional investiu com patrocínios e publicidade em 2024?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Olha, nós temos um investimento relevante, mas eu tenho cláusulas de confidencialidade...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Confidencialidade.

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – ... com alguns parceiros de mídia e tudo o mais. Se...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não, mas, em geral. Não estou pedindo...

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Eu sei, mas é que esse... Passa a ser um valor que, se eu colocar aqui, os meus concorrentes...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É um NDA.

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Eu posso informar para você, entendeu?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k. E nós assumimos...

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Isso fica em sigilo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... o compromisso de segredo, tá?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Perfeitamente. Perfeitamente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Isso fica numa sala-cofre aqui.

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Tá.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – A nossa assessoria entra...

É bom que as pessoas saibam que tudo o que vem em segredo... Existe uma sala-cofre aqui. Cada gabinete pode autorizar apenas dois assessores. Você entra... Qualquer um que entrar... Até nós mesmos, Senadores e Senadoras, quando nós entramos, nós entramos sem celular e sem nenhuma forma de fotografar. Você só entra com papel e caneta e consegue manusear.

Então, para trazer essa segurança e essa responsabilidade, a segurança para o senhor, porque eu também posso responder por isso, não é?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Perfeitamente. Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, só para dizer da seriedade dos trabalhos aqui desenvolvidos.

O senhor já disse que não, mas eu vou trazer a pergunta, para que fique... Eu acredito que, justamente por conta do NDA, o senhor não vai me falar.

Eu pergunto para o senhor se o senhor pode detalhar – o senhor já antecipou que não vai – os valores pagos para grandes clubes de futebol, eventos esportivos e artistas, como Galvão Bueno e como o jogador Vinícius Júnior.

E como é que foram realizados esses pagamentos? Diretamente ou por meio de agências? Eu acho que essa o senhor pode me dizer. Os contratos são diretos ou existe agência?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Nesses casos, do Galvão, do Vini, nós temos contrato direto com a empresa do exterior, e, da mesma maneira como pagamos a veículos, grandes veículos aqui de comunicação, como Globo e outros, o dinheiro vem, faz a remessa de câmbio, vem para a instituição e paga ao contratado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k..

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses valores foram declarados e tributados no Brasil, desses *influencers*, deles, contratados?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – A nossa operação é realizada no exterior. A partir do ano que vem, com a regulamentação, todos os valores, tudo será declarado no Brasil.

Neste momento, nós não podemos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Entendi.

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Mesmo que a gente queira, a gente não pode...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Pois é, mas aí...

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – ... porque a empresa é no exterior.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sim.

Então... Não, eu não estou colocando a culpa em vocês. Eu vejo, assim, uma... Ainda vou dar o benefício da dúvida; a gente tem que dar. Eu preciso entender do Regis Dudena se haverá pagamento retroativo no Imposto de Renda.

Então, o que receberam este ano eles vão declarar no ano que vem. Eu gostaria de saber quais são as exigências ou se vão passar a ser tributadas apenas a partir de 1º de... Essa é uma dúvida a que não lhe cabe responder, mas lhe cabe prestar atenção, justamente porque vocês têm que fazer um provisionamento aí...

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Com certeza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... justamente por conta desse possível pagamento.

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – É claro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – E alertar aí quem tem contratos que não vai estar valendo a partir do 1º de... Nós faremos de tudo para que valha durante esse período também.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o senhor já me disse sobre tributação, eu adiantei aqui... (*Pausa.*)

Bom, aqui o senhor... Vamos ver como é que o senhor... O que o senhor pensa sobre isso, porque a legislação brasileira permite a concessão de CNPJ para empresas estrangeiras – está no Anexo 8 do Normativo Interno 2.119, de 2022.

Independente disso, por que é que o senhor não solicitou essa concessão à Receita Federal naquele momento?

O SR. JOÃO STUDART – Senadora, diante de todas as pesquisas que fizemos com nossos advogados, não havia possibilidade, antes das portarias, de a gente ter um CNPJ e atuar explorando apostas esportivas no Brasil. Então, nós fizemos da maneira que nos era permitido.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Aqui, ó: o senhor já me disse que possui algumas empresas, empresa no setor de tênis, eu acho que de esporte...

O SR. JOÃO STUDART – É, um clube.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... uma de meio de pagamento, mas eu gostaria de...

O SR. JOÃO STUDART – A de meio de pagamento não é minha. Eu tenho um sócio que tem uma de meio de pagamento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor tem um sócio que é. É.

O SR. JOÃO STUDART – Isso. É.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu não tinha entendido. O senhor tem um sócio que tem uma empresa dessa.

O SR. JOÃO STUDART – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu gostaria de saber se o senhor possui outras empresas e se alguma empresa do senhor, em que o

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor é sócio, seja 1% de sociedade ou menos, se alguma delas mantém contrato com a Betnacional.

O SR. JOÃO STUDART – Não. Eu tenho só as empresas que eu citei anteriormente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Além da NSX Brasil e do domínio Betnacional, o senhor aparece como sócio em outras empresas, como a Next Tenis Clube Ltda., a Associação Recreativa de Jogos da Mente de Pernambuco e a Potência Máxima Incorporações SPE.

O SR. JOÃO STUDART – An-rã...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu gostaria que o senhor só detalhasse o Cnae delas, qual é a atividade dessas empresas.

O SR. JOÃO STUDART – Está bom.

A Next é o clube de tênis...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Clube de tênis é o quê, exatamente?

O SR. JOÃO STUDART – Um clube de prática de tênis.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Apenas isso. Tá. Nada virtual, nada de juntar.

O SR. JOÃO STUDART – Não, não, nada virtual. É um clube.

Essa de jogos da mente é bem antiga, foi de uma época de uma associação de pôquer, em que era permitido fazer uma associação, era só... Não tinha nenhum tipo de movimento, era só uma associação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ela está em atividade ou foi dado baixa?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, eu preciso consultar, mas eu acredito que não. É muito antigo isso, sabe? Deve ter... Eu acredito que isso tenha mais de dez anos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então o senhor não atua mais?

O SR. JOÃO STUDART – Não, não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor não sabe se deu baixa no CNPJ ou não? O senhor não se recorda?

O SR. JOÃO STUDART – Eu acredito que tenha sido dado, mas eu preciso consultar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Tá.

O SR. JOÃO STUDART – ... para eu não ser leviano aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor pode mandar essa informação para a gente depois.

O SR. JOÃO STUDART – Com certeza, com certeza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Potência Máxima Incorporações SPE.

O SR. JOÃO STUDART – Essa, pelo que eu saiba, é uma em que a gente comprou alguns *flats*, mas é uma empresa nova, com pouca movimentação, mas eu também posso enviar as informações também...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. JOÃO STUDART – ... mas eu sei que é uma empresa ainda recente de investimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Tá.

Alguma dessas empresas emitiu notas fiscais contra a Betnacional?

O SR. JOÃO STUDART – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não.

Quais critérios a Flutter Entertainment... É Flutter?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Isso, isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... a Flutter Entertainment utilizou para avaliar e determinar o valor de US$350 milhões na aquisição de 56% da NSX...

O SR. JOÃO STUDART – An-rã...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... considerando o rápido crescimento do mercado brasileiro de apostas?

O SR. JOÃO STUDART – Tá. Vamos lá...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Como que foi esse *evaluation*?

O SR. JOÃO STUDART – A Flutter é uma empresa mundial, que, atualmente, está com um *evaluation*, na Bolsa de Nova York, de cerca de US$50 bilhões.

Ela lidera o mercado americano, ela lidera o mercado na Itália, lidera o mercado na Austrália... Ela tem uma operação, digamos assim, *top* 4 ou *top* 3 na Inglaterra...

Então, ela costuma fazer M&A's pelo mundo, especialmente em mercados em expansão e regulados, e eles procuram *players* que têm sinergia com o modelo de trabalho deles, que adotam todas as políticas de *compliance*, que andam certinho, tá?

Então, a gente passou mais de um ano conversando – nós passamos – e fizemos um bom negócio para ambos.

Eles apostam na gente, eles querem contribuir; nós também escolhemos eles, porque nós queremos estar de acordo com a melhor prática e o melhor modelo internacional possível aqui no país.

Eu acredito que seja um motivo de orgulho para os brasileiros, porque não é todo dia que uma empresa que lidera mundialmente o setor e que é referência em integridade, em jogo responsável, em todas as políticas...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma empresa que passa pela SEC, que é a CVM americana. Então, é uma empresa que tem que estar *compliant* com todo o tipo de situação. Então, ela não vem aqui para fazer nada de errado...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. JOÃO STUDART – Então, a gente quis estar com a empresa, para estar apoiando...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ela é líder mundial, não é?

O SR. JOÃO STUDART – É líder mundial sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Salvo melhor juízo, se eu não me engano, o senhor havia dito que o senhor é sócio majoritário da NSX Brasil. Só que, agora, o senhor me fala aqui que vendeu 56% para a Flutter.

Quem é sócio majoritário? A Flutter ou o senhor?

O SR. JOÃO STUDART – Vou explicar.

É o seguinte: a nossa operação teve o *signing*, que é a assinatura, feita em setembro – se eu não me engano, foi no dia 14, por ali – deste ano. Para a operação se concretizar, nós temos algumas condições precedentes: aprovação do Cade, que já foi feita, já foi aprovada pelo Cade; uma reestruturação societária, que é os sócios virem do exterior para o Brasil, que já foi feita com a NSX Brasil, de que já temos o CNPJ, estamos aguardando para operar certinho; e a obtenção da licença e aprovação do Ministério da Fazenda. Então, estamos quase no último passo, que é a obtenção da licença.

Então, a Flutter vai emitir a licença dela...

A Flutter é dona da Betfair Brasil – não sei se vocês já escutaram falar, mas a Betfair é da Flutter. Então, a Betfair Brasil vai obter a licença dela, a NSX vai ter a licença, e depois elas vão se unir, e esse negócio vai ser, de fato, concretizado. Ele está todo assinado, amarrado, mas vai ser de fato concretizado em 2025.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, quando ele for concretizado, a Betfair passa a fazer parte do novo grupo, que se chamará Flutter Brasil. Então, acaba a Betfair Brasil, acaba a NSX, vira Flutter Brasil. Será a nova empresa, e eles vão ter 56%.

Por enquanto, ainda tem essas condições precedentes.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O pagamento em dinheiro, de US$350 milhões, foi realizado de forma única ou em parcelas? Em caso de parcelas, quais são os marcos definidos para os desembolsos?

O SR. JOÃO STUDART – Nós só receberemos o pagamento quando a operação for concluída. Por enquanto, nada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor já respondeu algum...

O senhor pode também nos oferecer, depois, esse contrato, essa promessa de compra e venda, com as mesmas...

O SR. JOÃO STUDART – Eu preciso ver a cláusula comercial do meu contrato.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. JOÃO STUDART – Não posso dizer aqui "sim" ou "não", porque eu preciso primeiro ver a cláusula comercial.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sem problemas.

O SR. JOÃO STUDART – Eu acredito que tenha sigilo nesse contrato, das duas partes, mas existem diversas informações públicas, divulgadas em fatos relevantes, que estão na internet. Se você procurar, foi divulgado na bolsa para os acionistas da Flutter, em Nova York e tudo mais, que tem várias informações sobre nossa transação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O que for possível o senhor nos informar a gente prefere até receber do senhor.

O SR. JOÃO STUDART – Tudo. Tá.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Porque a gente pode... Nós podemos nos deparar com alguma *fake news*.

O SR. JOÃO STUDART – Não. Sem dúvida, sem dúvida.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É um assunto que está, assim, muito em evidência.

O SR. JOÃO STUDART – Claro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, a gente cuida para evitar...

O SR. JOÃO STUDART – Com certeza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... por meio de reportagens, cometer qualquer juízo de valor.

O SR. JOÃO STUDART – Perfeito, perfeito.

E nós estamos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu prefiro as informações que venham do senhor.

O SR. JOÃO STUDART – E estamos 100% colaborativos com a Sra. Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Com certeza.

O senhor já respondeu a algum processo por evasão de divisas, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro?

O SR. JOÃO STUDART – Nunca.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor mantém contas bancárias no exterior? Em quais bancos?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – A empresa tem conta no Capital Bank, na Inglaterra, e no Reyl Bank, na Suíça. A empresa de...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – A empresa?

O SR. JOÃO STUDART – É. A NSX...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – CPF também, ou só o CNPJ?

O SR. JOÃO STUDART – Não. CNPJ.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Essas contas foram declaradas à Receita Federal? Já foram?

O SR. JOÃO STUDART – É porque... Dentro do meu entendimento, é porque a gente não tem essa declaração ainda aqui, porque está nessa estruturação do exterior. A partir do ano que vem, todos esses ativos vêm para cá, todo dinheiro vem para cá, todo imposto é recolhido aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, deste ano, se o senhor operar no ano que vem, o senhor vai fazer uma retificação no seu Imposto de Renda? Como é que o senhor...? Porque o senhor pode retificar.

O SR. JOÃO STUDART – Da empresa?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor tem um CNPJ brasileiro, de qualquer forma. O senhor tem um CNPJ brasileiro.

O SR. JOÃO STUDART – Olha, o que estiver dentro das regras e o que eu tiver que fazer eu vou fazer, com certeza. Então, meus advogados...

Porque essa é uma área que eu não sou *expert*, tá? É uma área contábil. Então, eu tenho todo um time que vai analisar o que tem que ser feito e vai ser estritamente cumprido.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Porque, independente da ausência de regulamentação, o senhor tem o CNPJ. O CNPJ que fatura,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está em atividade, mesmo que de forma precária ou tácita. Então, deve, sim, ser declarado e justificado.

Porque existe um Cnae. O senhor tem um Cnae que, desde 2018, está legalizado, mas não está regulamentado, mas é uma atividade, em tese, lícita, porém não regulamentada, por ausência do Poder Executivo – por omissão do Poder Executivo –, que só agora, graças a Deus, tem alguém trabalhando em cima desse assunto. Porque, senão, nós iríamos nos arrastar aí dessa forma que nós sequer imaginávamos antes.

Então, só para deixar o senhor aqui atento que é necessário, sim, independente da regulamentação – salvo melhor juiz. Eu posso estar errada.

O senhor compra ou mantém dinheiro em carteiras de criptomoedas, como bitcoin? Se sim, estão declaradas?

O SR. JOÃO STUDART – Não, nunca. Nunca tive bitcoin.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu tenho projeto de lei de regulamentação dos criptoativos. É outra questão que é importante trazer segurança jurídica...

O SR. JOÃO STUDART – É importante regular...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É um dinheiro... É uma maneira... Sem regulamentação, nós não conseguimos rastrear. É lavagem de dinheiro, evasão de divisas...

Então, só para o senhor entender da nossa boa vontade em...

O legislador sempre corre atrás do avanço da sociedade, do avanço da tecnologia; a gente não consegue prever. Mas, muitas vezes, nós já estamos tão atrasados e já perdemos tanto...

Então, só para o senhor saber que não há nada contra – pelo contrário –; é para a gente saber realmente. É mais um problema. Enquanto não regulamentarmos, nós teremos evasão de divisas, nós teremos lavagem de dinheiro e, sim, há empresas de criptoativos sérias e que desejam a regulamentação; outras, não.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor... Aqui, uma requisição, um requerimento pro senhor apresentar comprovante de pagamentos realizados, pra que a gente entenda o mecanismo financeiro da Betnacional; o senhor pode trazer por escrito.

O SR. JOÃO STUDART – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Como as empresas de meio de pagamento prestam contas com o senhor – planilhas, extratos, demonstrativos...? E também: há subcontas para controle das operações?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, essa informação mais técnica, minuciosa eu vou pedir pra minha área financeira enviar para vocês, porque...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. JOÃO STUDART – ... eu não tenho conhecimento exato das minúcias da operação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – No *site* da Betnacional, há um *link* sobre jogo responsável – o senhor passou aqui pra gente. Esse documento, também, essa documentação está disponível apenas em inglês, segundo o que nós verificamos e levantamos. Sendo o serviço oferecido no Brasil, o que se espera... Já pode ser respeitado o Código de Defesa do Consumidor. O que nós esperávamos era que o senhor tivesse as informações disponibilizadas em português.

De todo modo, passando pro nosso idioma, nós verificamos que a Betnacional considera que prevenir o uso de jogos de azar por crianças e adolescentes é uma obrigação compartilhada entre as *bets* e os responsáveis pelo menor. O que a Betnacional... O senhor já colocou que a Betnacional tem se voltado pra essa questão, na sua explanação prévia. Porém, todos os *disclaimers*, todos os avisos estão em inglês, o que já dificulta a população brasileira a ter acesso a essa informação. Por quê?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, eu desconheço que parte do *site* esteja em inglês, porque o nosso *site* é todo em português. Se alguém puder me mostrar, eu agradeço.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Tá. A nossa equipe que levantou isso, a nossa assessoria...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – É todo em português.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Está todo em português?

O SR. JOÃO STUDART – É todo em português o nosso *site*.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Bom, essa área...

O SR. JOÃO STUDART – Talvez você possa ter confundido alguma coisa, ou talvez...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu vou pedir para que a assessoria...

O SR. JOÃO STUDART – É, seria legal...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – ... revisite o *site* e encontre pra gente se é realmente isso, tá? Porque não fui eu, mas nós todos somos passíveis de erro, então... É uma pergunta.

Bom, neste mesmo documento, fala-se que a Betnacional assume responsabilidade por usuários com problema de vício em jogo, podendo inclusive bloquear o acesso desses usuários.

Aí, eu pergunto: durante o período de operação da Betnacional, quais medidas foram adotadas para identificar esses apostadores e reduzir esses danos, e quantas contas já foram bloqueadas e por que razão?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, nós temos ferramentas com que o usuário pode limitar a aposta; ele pode limitar o tempo de tela, ele pode pedir uma autoexclusão. Nós temos parceria com a Ebac, para que preste apoio para o usuário caso ele... Similar a outros segmentos que precisem de um apoio psicológico, outros tipos de apoio.

Eu tenho alguns documentos aqui que eu trouxe, que eu posso até deixar... A gente tem identificação de jogadores, coibição de lavagem de dinheiro – deixe-me ver se eu te mostro aqui –, jogo responsável.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É porque é muito difícil uma pessoa que está viciada se autodeclarar ali, ela está naquele afã. Se ela for pedir ajuda, raramente ela vai pedir ajuda justamente para o *site*. Enfim, só para entender.

O SR. JOÃO STUDART – Sim. É que as ferramentas são importantes – as ferramentas são importantes – e é por isso que a regulamentação é superimportante, porque às vezes o usuário quer até manter o anonimato, não quer falar com ninguém, mas ele tem ferramentas que ele pode colocar no *site* para limitar o tempo de jogo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, é autorregulação. Não é uma regulação advinda de vocês, é uma autorregulação.

O SR. JOÃO STUDART – São as ferramentas, inclusive internacionais, as práticas internacionais para o combate ao jogo responsável. Você tem que ter essas ferramentas lá e ainda prestar serviço de apoio caso precise: psicológico e de outras maneiras.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Se eu for abrir um perfil hoje na Betnacional, como é o caminho para eu abrir? Primeiro, para eu fazer um *login*, eu vou abrir uma conta. O que eu devo apresentar e quais perguntas eu irei responder? Eu tenho que ter um *login*, um nome lá no perfil, um *e-mail*. O que vocês pedem?

O SR. JOÃO STUDART – Você vai colocar seu nome, você vai colocar seu CPF. Esse CPF vai ser validado, não vai entrar de menor, não vai entrar pessoa politicamente exposta, tem uma série de... não vai entrar uma pessoa que tem um problema registrado de crime de lavagem de dinheiro. E o reconhecimento facial.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor pede para enviar o documento? O senhor pede para enviar este documento?

O SR. JOÃO STUDART – O documento e o reconhecimento facial estão praticamente implementados, porque foi uma solicitação das portarias da regulamentação. Até então, nós fazíamos todo o sistema de *compliance* em cima do CPF e com restrições com pessoas que pudessem ser politicamente expostas; menor de idade não conseguia cadastrar, esse tipo de coisa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – E se o menor de idade usar o CPF do avô, por exemplo? Pega o documento e usa o CPF do avô.

O SR. JOÃO STUDART – Olha, é que aí...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Aí não tem como você...

O SR. JOÃO STUDART – Essa prática... Ele vai ter que pegar o celular do avô. Vamos supor: o menor pegou o celular do avô e colocou o CPF do avô, ele ainda vai ter que usar a conta bancária do avô, porque o Pix só volta para aquele CPF. Ele não tem como colocar um Pix para terceiros, mandar para fulano, sicrano ou para ele, ele só vai... Então, a responsabilidade será do de maior que deixou isso acontecer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – A sua empresa de tecnologia já está pronta, com reconhecimento facial e com todos esses cuidados, para começar a atuar agora, no dia 1º de janeiro de 2025?

O SR. JOÃO STUDART – Sim, nós estamos prontos. Já começamos o cadastramento dos nossos usuários com Face ID, estamos recadastrando toda a base com reconhecimento facial.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Hoje, não há reconhecimento facial?

O SR. JOÃO STUDART – Hoje, nós começamos por cadastrar toda a base existente e muito em breve, ainda neste ano, vamos começar com o cadastro também e, no ano que vem, tudo 100%.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Agradeço ao senhor por responder corretamente, porque o Sr. Fernando Lima mentiu para a gente aqui, por isso que está sendo reconvocado; reconvocado porque mentiu. Ele disse que tinha reconhecimento facial, nós fizemos uma simulação: pegamos o CPF de uma pessoa que não existe mais, inventamos um *e-mail*, entramos em uma conta, depositamos numa conta via Pix, então o depósito foi feito em um CNPJ, jogamos. Quando fomos resgatar esse recurso, veio com outro CNPJ a empresa de resgate.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi algo assim surreal, Senador Ciro. Surreal esse Fernando. É teu conterrâneo? É teu conterrâneo, mas vai voltar. Vai voltar porque aqui a coisa é séria, porque aqui ninguém está brincando. Então, eu, por enquanto, me dou por satisfeita, posso voltar a fazer alguma pergunta posteriormente, mas vou já liberar os colegas aí para que façam as suas perguntas.

Muito obrigada, por enquanto, Sr. João.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadores, Senadoras, convidados, João, Dr. Kakay, já nós vimos na época da regulamentação. Eu sempre digo, desde a primeira sessão da CPI, que está faltando uma cronologia mais efetiva de primeiro ouvirmos aqueles que são responsáveis pela regulamentação, que é o Governo. Então, a Senadora Damares também já cobrou isso aqui, acredito em todos. Nós precisamos, Senadora Soraya, antes de ouvirmos qualquer depoente futuro, que a gente coloque nesta mesa os responsáveis pela regulamentação. Porque se os jogos estão aprovados desde 2018, mas não têm uma regulamentação, a culpa não é do segmento, a culpa é do Governo, que está omisso nessa regulamentação. Essa é a verdade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Vamos começar chamando o Governo Bolsonaro, mas hoje foi muito esclarecedora a presença da Loterj aqui, até nos deu subsídio para a oitiva de quinta-feira, do Secretário de Jogos e Apostas, Regis Dudena. Mas isso é algo do... Isso é algo, Presidente.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Dá para a senhora me explicar? Chamar o Governo Bolsonaro, o que tem a ver isso?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Porque ele não... O Governo Bolsonaro não regulamentou. Ele tinha dois anos, prorrogáveis por mais dois, para regulamentar. É uma legislação do Governo Temer. Então, quando entrou o Governo, ninguém regulamentou. Agora, nós estamos aguardando também este Governo regulamentar. Então, vamos voltar para trás.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – A senhora acha, sinceramente, Senadora...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Foi regulamentado em 18, concorda?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – A senhora acha que isso vai ter algum ganho para o país? Esse tipo de discussão, Senadora? Sinceramente?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O Senador pediu para fazermos um retorno, retorno da responsabilidade do Poder Executivo, de quem quer que seja. Então, Governo o Lula vai responder pelo atraso? Mas foi em 18 que foi regulamentado. É obrigação do Poder Executivo – se o senhor não sabe, não viu legislação, a gente coloca –, são dois anos. Eu não vou discutir com o senhor, o senhor me perdoe. Nós estamos inquirindo uma pessoa aqui. Então, o senhor, por favor, debruce-se sobre a legislação que o senhor vai entender o que eu estou falando.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Senadora, a senhora não é professora de ninguém aqui não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não sou professora de ninguém.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – A senhora não está acima de ninguém aqui não. Está certo?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não estou, estou falando para o senhor. Então, o senhor respeite a minha opinião que eu respeito a sua.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Eu respeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu não devo explicações para o senhor e o senhor não deve a mim, mas é o senhor que está me pedindo explicações. Então, o senhor, por favor, me respeite.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Daqui a pouco, a senhora vai ter que prestar muitas explicações.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, me convoque para CPI, me convoque. Já me convoque para essa própria CPI. O senhor me respeite, o senhor me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Relatora, quando eu falei em chamar o Governo para regulamentar... Porque essa lei foi aprovada 11 meses e 10 dias atrás. Então, nós temos que nos ater da aprovação da lei para cá. É um projeto do Governo que foi aprovado na Câmara, e eu fui designado Relator aqui no Senado Federal.

O que eu fico preocupado é porque eu cheguei a conhecer vários *players* durante esses seis meses em que eu fui Relator e vi que tem muita gente séria, que a gente não pode trazer para esta mesa achando que estão todos no mesmo balaio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu acabei de dizer isso para o João.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... porque, muitas vezes, uma empresa... Está até sendo vendida a sua parte acionária e terminam os investidores estrangeiros até saindo porque aquela empresa está sob investigação. Então, não podemos aqui transformar a CPI num tribunal de inquisição. Nós temos que ter muito cuidado para, quando chamar as pessoas, olhar direitinho a vida das pessoas, analisar, para que aqui não seja um palco somente para sair bem na mídia, porque jogos são algo que muita gente não gosta, tem a questão religiosa... Amanhã nós temos a aprovação dos cassinos, que também sei que tem muita gente que é contra.

Eu, por exemplo, adoro jogar. Quando eu estou de férias, eu vou para Vegas, vou para qualquer lugar jogar, porque eu gosto de jogar uma roleta, é vontade minha. Tem gente que gosta de jogar futebol...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, porque não tem cassino aqui. Quem sabe, um dia eu possa até me viciar, não sei.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, tem gente que gosta de futebol, tem gente que gosta de tênis, como aqui eu já vi que o João Studart gosta de tênis. Eu gosto de bater uma roleta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Está certo, não tem perigo... Não tem erro nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, ninguém vai proibir o meu gosto. Eu não fumo, mas eu gosto de tomar uma cerveja. Cada um tem suas preferências.

Então, nós temos que ter muito cuidado nessa questão de jogos, porque, na minha ótica, jogo é uma atividade econômica, da mesma maneira como cigarro é uma atividade econômica, álcool é uma atividade econômica. Tem os seus males? Tem, mas nós vamos regulamentar para isso, para acabar com esses males, vamos minorar esses males. Isso que é muito importante.

O Senador Ciro quer fazer algum requerimento para o futuro aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado.

Então, com a palavra, o Senador Izalci Lucas, do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu queria, antes de entrar aqui nas minhas indagações, citar aqui alguns nomes de facilitadores de pagamento, as entidades de pagamento, para ver se alguma dessas aqui está relacionada com a sua empresa.

Tem a PagFast eFX facilitadora de pagamentos. Faz pagamento através dessa entidade ou não?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – A PagFast já foi uma das prestadoras de "*e-payments*" nossas, regulada pelo Banco Central também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

"Zero" instituição de pagamentos também?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – ZRO?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ZRO.

O SR. JOÃO STUDART – Sim, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ZenetPay, Zelu Brasil Facilitadora?

O SR. JOÃO STUDART – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – PayBrokers?

O SR. JOÃO STUDART – Também.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – V. Sa. disse, com relação à resposta da Relatora, que os patrocinadores, os influenciadores – foram citados aqui Vini e o Galvão Bueno –, vocês pagaram através de uma empresa de fora.

O SR. JOÃO STUDART – Exatamente. Os contratos são com as empresas do exterior.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas essa... Pelos depoimentos que a gente viu aqui nas sessões anteriores, quem faz todo o pagamento são as entidades facilitadoras de pagamento, aquelas entidades autorizadas.

O SR. JOÃO STUDART – A gente emite a ordem para eles pagarem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois é, mas então o pagamento é feito aqui por essas facilitadoras?

O SR. JOÃO STUDART – É.

A gente fecha o câmbio, fecha o EF...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Joga para cá...

O SR. JOÃO STUDART – ... vem e a gente emite para eles pagarem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E eles pagam aqui?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Sim, pagam os parceiros comerciais aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E, quando eles pagam aqui, normalmente é a pessoa jurídica ou não? O contrato que tem...

O SR. JOÃO STUDART – O contrato é comigo...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – No caso específico que foi falado aqui...

O SR. JOÃO STUDART – ... contrato com a empresa de fora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... essas duas pessoas ou instituições são pessoas jurídicas ou pessoas físicas...

O SR. JOÃO STUDART – Não, pessoas jurídicas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... no caso do Galvão Bueno e no caso do Vini, que ela perguntou.

O SR. JOÃO STUDART – O receptor, eu acredito que seja uma pessoa jurídica. É preciso ver os contratos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tá. E foram pagos por essas pagadoras aqui?

O SR. JOÃO STUDART – Sim, elas são uma espécie de banco. É como se fosse um banco, que realiza o pagamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Bem, deixe-me fazer então as minhas perguntas aqui – começar de trás para frente.

Considerando a fusão entre a NSX e a Flutter, que resultou na Flutter Brasil, como a empresa tem garantido que suas operações mantenham total conformidade com a legislação brasileira, especialmente em um setor frequentemente associado à prática de lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Bom, nós adotamos todas as políticas contra a lavagem de dinheiro. Nós só aceitamos depósitos de CPF de maiores, eles só recebem por meio do mesmo CPF, não pode contas de terceiro. Enfim, fazemos tudo o que a lei manda fazer aqui...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

O SR. JOÃO STUDART – ... tudo o que está previsto nas portarias.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tendo em vista o investimento significativo da Flutter Brasil, a internacional, na aquisição da NSX, como a Betnacional planeja conciliar sua expansão agressiva com o compromisso declarado de promover o jogo responsável, incluindo aí a prevenção de impactos negativos no orçamento familiar brasileiro?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, nós pretendemos dedicar, como já fazemos mesmo antes de concretizarmos o negócio com a Flutter, parte relevante dos nossos investimentos no jogo responsável, nas melhores tecnologias de combate à prática de crimes financeiros, lavagem de dinheiro. A gente está totalmente de acordo com as portarias e com a regulamentação, empenhado no setor para fazer o melhor possível.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Como a Betnacional avalia a eficácia de suas iniciativas de jogo responsável, como alta exclusão e limites financeiros, e quais métricas ou relatórios são utilizadas para monitorar o impacto dessas ações sobre os apostadores?

O SR. JOÃO STUDART – O.k. Olha, nós avaliamos com sucesso a implementação das ferramentas, todas as ferramentas que os usuários têm disponíveis para eles.

Sobre as métricas desses dados, eu tenho um time que fica em toda essa área de *compliance*. Então, para pegar esse dado mais minucioso nessa área, eu precisaria buscá-lo e posso enviar para vocês.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo.

Tudo aquilo que V. Sa. puder contribuir aqui...

O SR. JOÃO STUDART – Com certeza.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... para a gente poder aperfeiçoar a legislação, a gente agradece.

Bem, acho que você já respondeu aqui com relação, por exemplo, à proteção dos benefícios do Bolsa Família e o monitoramento das transações financeiras. Vocês fazem toda essa monitoração de limite de apostas, essas coisas? Tem sido isso?

O SR. JOÃO STUDART – Sim.

A gente tem... Se um usuário foge do comportamento, ele pode ligar um alerta, e a gente pode limitá-lo para... Pode acontecer, num caso extremo, de a gente limitá-lo, para ele não entrar num comportamento de vício ou alguma coisa do tipo. A gente tem empresas que monitoram.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A Betnacional provavelmente não recebeu nenhuma aposta relacionada à questão do Bolsa Família, pela proteção que você disse que já tem?

O SR. JOÃO STUDART – Ao cartão do Bolsa Família nunca tivemos. Aos beneficiários nós não temos acesso. A gente está esperando as portarias, a regulamentação, o Governo falar como deve ser feito, se é para proibir o beneficiário, se é só o cartão Bolsa Família. Ainda está meio em aberto isso, até onde eu sei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Talvez falte o Governo ainda controlar com relação a isso, porque, de fato, muitas pessoas do cartão Família são, inclusive, donos de *bets*, usando...

O SR. JOÃO STUDART – É verdade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... CPF, criando CNPJ de pessoas que desconhecem completamente tudo isso.

Bem, considerando o massivo investimento publicitário da Betnacional e de suas marcas coirmãs aqui no Brasil, quais mecanismos ou garantias concretas o Grupo NSX implementará para assegurar que a ampla exposição midiática de suas marcas não contribua para a normalização ou estímulo excessivo do jogo de azar, especialmente entre menores de idade e públicos vulneráveis?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Olha, nós somos totalmente responsáveis nesse quesito. Nós nunca fizemos propagandas, publicidade promovendo ganhos, nada desse tipo. Nós sempre fizemos muita propaganda voltada para o jogo responsável, voltada para o entretenimento e o esporte. Isso é público. Se V. Exas. buscarem no YouTube e virem o teor de nossas propagandas, rapidamente vocês vão ver uma grande diferença.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu estou vendo que a Betnacional é bem-organizada. Em função do que a gente está ouvindo aqui, é coisa rara, porque de fato o que está acontecendo com as apostas no Brasil é coisa assim escandalosa. Mas é o que foi dito pelo Senador Angelo Coronel: de fato, tem muitas instituições clandestinas e tal que...

O SR. JOÃO STUDART – É por isso que a gente considera superimportante tanto a regulamentação quanto a investigação desta CPI, porque a gente acredita que quem não deve não teme. Então, a gente está aqui para mostrar tudo que for possível.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É porque eu disse aqui um comentário, acho que... Não sei se V. Exa. estava aqui. Eu participei aqui da CPI das *bets* – viu, Senador Angelo Coronel? –, da CPI do Carlinhos Cachoeira – CPMI, aliás. E ele me dizia na época o seguinte. Lá, numa interrogação que eu fiz, ele disse que tradicionalmente ele financiava campanhas de Deputados e Senadores, mas que ele não fazia isso mais, porque ele achava mais fácil fazer isso via ministério: ia lá no ministério e resolvia essas questões – foi o que aconteceu com o Guido Mantega. Está lá na CPI, nos relatórios que nós fizemos com relação às empresas de automóveis que foram instaladas no Brasil, como é que elas entraram aqui.

Então, quando eu vejo uma falta de regulamentação, como agora, onde essas empresas estão explorando esses jogos sem pagar um centavo de imposto, evidentemente, se o Governo tivesse interesse em arrecadar ou regularizar rápido, deveriam ter feito isso já há mais tempo. Então, eu vejo realmente que há uma morosidade na regulamentação dessa matéria prejudicial para o Brasil e para todo mundo.

Mas a Betnacional assegura a transparência e a conformidade regulatória de suas operações no Brasil, considerando a crescente visibilidade e influência de um investimento de 240 milhões em publicidade que proporciona no mercado esportivo? Esse é o valor de aplicação em publicidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Bom, esse eu posso dizer que é o valor, se for de 2024, do plano de futebol da Globo. Seria um valor aproximadamente. Esse é um valor público, de que já se tem notícia, de um patrocínio.

E a gente encara com muita responsabilidade. A gente sabe o quanto somos presentes na mídia e entendemos a importância de mostrar responsabilidade. Eu nunca faria algo imoral ou que eu não pudesse... Eu tenho filhos. Então, eu não quero que meus filhos vejam algo, especialmente a empresa do pai, aparecendo de uma maneira deselegante. Nós vamos fazer sempre as melhores práticas possíveis, respeitando tanto a nossa família quanto a família de todos os brasileiros. A gente quer promover o ambiente mais seguro, mais responsável possível, dentro de todas as regras que o Governo, que o Ministério da Fazenda coloque para a gente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O que nós estamos procurando aqui é buscar todas as informações, exatamente para aperfeiçoar a legislação, porque a gente está vendo aqui que está tendo inclusive controvérsia com relação a estado, União. Então, a gente precisa realmente fazer uma regulamentação que possa cuidar de tudo isso.

E, falando nisso, com base no fato de que as plataformas de aposta *online* terão que seguir as regras rígidas agora, a partir de 2025, incluindo o pagamento das taxas dos 30 milhões em combate a fraudes e lavagem de dinheiro, qual é a estratégia da Betnacional para garantir a competitividade e a plena adequação às exigências, considerando também a preocupação crescente do Governo com a economia popular e a saúde mental dos apostadores?

Acho que sobre isso você já falou alguma...

O SR. JOÃO STUDART – Sim, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vocês já têm essa preocupação...

O SR. JOÃO STUDART – Sim, temos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Já vêm desenvolvendo isso?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Com certeza. Vamos desenvolver todas as... As melhores ferramentas já estão desenvolvidas para atender toda a regulamentação, algumas já estão 100% implementadas, outras serão até o final do ano. Estaremos totalmente de acordo com as regras.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Qual é o critério que vocês adotam, a Betnacional especificamente, para a escolha dos patrocínios esportivos? E qual é a estratégia para assegurar que esses investimentos não contribuam para a dependência excessiva? A Bet financia alguns clubes também. Qual é o critério que vocês usam?

O SR. JOÃO STUDART – Sobre clubes de futebol, nós já tivemos alguns clubes de futebol, posso citar alguns aqui do passado, já patrocinamos o Sport, o Náutico e o Santa Cruz. Foi uma estratégia local, então eram os três clubes de massa de Pernambuco. Patrocinamos já alguns clubes de interior para fomentar o esporte no interior. Já temos parceria com o futsal, no Sul, agora esqueci exatamente a empresa, mas é o pessoal que promove o futsal. Então, a gente patrocina diversos outros esportes, mas o nosso principal investimento está especialmente na televisão e no ambiente digital, que seria o Google, o Instagram. Então, atualmente esse é o principal investimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, eu só vou sugerir, então, se tiver um novo financiamento, que V. Sa. pudesse patrocinar melhor o Galo. (*Risos.*)

O SR. JOÃO STUDART – O Galo? É que o Galo já tem patrocínio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas está precisando de mais, porque não conseguiu ganhar as duas finais, do Flamengo e do Botafogo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu gostaria de convidá-lo, em primeiro lugar... Como eu sou Relator da Comissão Mista de Orçamento, hoje é o último dia de emenda, estão me esperando lá – é 3h –, eu gostaria que V. Exa., até o Senador Hiran chegar, assumisse aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero concluir, Senador, que é importante uma coisa, Dr. Kakay, que é um jurista, João, que eu não sei se é jurista: na minha ótica, como engenheiro, tudo que não tem lei é fora da lei. Se não temos lei, ou não tínhamos lei e ainda não foi regulamentada, então qualquer deslize que tenha ocorrido ao longo do tempo, se não tem uma lei, como é que a pessoa sabe se aquilo ali é legal ou ilegal? Então, nós temos que ter muito essa ponderação. Agora, se a partir de 2025, lei regulamentada, e os *players* continuarem errando, sei lá, cometendo algum delito, que venha a ser punido. Agora, não podemos crucificar se não existe lei ainda regulamentada aqui no Brasil.

Muito obrigado e boa sorte. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senadora Damares, V. Exa. é a próxima...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você vai... O senhor...?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Não, não. Eu sou depois.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Eu ia saber da ordem, se o Ciro não for perguntar também. Vai fazer alguma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Senador Styvenson, por, mesmo eu não sendo membro, ter me deixado falar antes.

Sr. João, obrigada por ter vindo e pela disponibilidade e a disposição para estar respondendo perguntas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O seu segmento existe, não podemos ignorar que ele existe. Não tenho nenhum apreço pelo seu segmento, mas ele existe, então, que a gente ajude a que seu segmento seja ético, que seu segmento não traga mais tantos danos às famílias brasileiras.

Mas eu fiquei aqui olhando-o, e me disseram que você era o papa das *bets*. Aí eu fiquei olhando o papa das *bets*, e eu não consigo decifrar quem é o senhor, Sr. João. Ou o senhor é realmente um gênio das *bets* – e eu li algumas coisas sobre o senhor – ou o senhor é um rosto lindo, sereno, de sócios ocultos.

Eu espero que o senhor seja realmente um gênio – um gênio! –, um gênio que ganhou muito dinheiro, e, pelo que a gente sabe, foram bilhões – bilhões! E aí que me preocupa: ganhou dinheiro porque é inteligente, O.k. Nós que perdemos, o senhor foi inteligente. Foi mais inteligente do que nós, Governo, nós Parlamentares. Mas vende-se a ideia do mundo das apostas como a solução, a redenção para o meu país. E é isso que a gente gostaria muito de desnudar nessa CPI.

O senhor disse que o senhor tem em torno de 32 colaboradores, pelo que eu entendi aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Alguns? Quantos?

O SR. JOÃO STUDART – Sócios, 23; colaboradores eu tenho cerca de 270. Por aí.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Duzentos e setenta colaboradores.

O SR. JOÃO STUDART – Isso.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E o senhor me disse que eles trabalham com CNPJ, eles são pessoas jurídicas?

O SR. JOÃO STUDART – Temos empresas terceirizadas, prestadores de serviços, que contratam esses colaboradores e recolhem todos os impostos no Brasil. Mas a gente contrata a empresa terceirizada. Assim eu sei.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. JOÃO STUDART – Mas eu posso enviar tudo que a senhora precisar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O. k. Não, mas isso é interessante para a gente confrontar algumas narrativas do mundo das apostas, porque o supermercado da esquina ali, que não gera bilhões de lucro, tem 200, cem empregados, e eles estão colaborando muito com o Fundo de Garantia, com o país, estão colaborando muito com a previdência social. E a gente vê os grandes das *bets* não colaborando tanto com o nosso Fundo de Garantia, com o fundo do trabalhador, porque a gente vê aí os colaboradores de vocês sendo contratados por CNPJ.

Então, é uma narrativa que a gente desmonta aqui hoje de que o mundo das apostas vai gerar milhões de empregos no Brasil, que o mundo das apostas vai trazer riquezas para a nação. Vai trazer riquezas para alguns, alguns muito inteligentes como o senhor. E, repito – aqui não é nenhuma ironia –, o senhor realmente ganhou dinheiro numa brecha que nós deixamos, como Governo, como Parlamento. O senhor foi realmente um gênio.

A minha pergunta é: já houve a fusão da Flutter com a empresa NSX ou ainda não houve? Eu fiquei nessa dúvida. Houve ou não houve? (*Pausa.*)

O SR. JOÃO STUDART – Tá, vamos lá.

Nós temos um contrato assinado, um *signing,* e tem o *closing*. *O closing* vai se dar só em 2025. Então, a gente... Quando estivermos com nossa licença válida, operando no Brasil, assim como eles, com a Betfair Brasil, porque eles são donos da Betfair Brasil...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. JOÃO STUDART – Então, essas duas empresas vão se unir, e o negócio estará fechado. Então, só nesse momento que os sócios que estiverem vendendo vão receber seu dinheiro, vão pagar os impostos no Brasil, os tributos e tudo mais.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Flutter vai pagar 2 bi por 56% da NSX? Ela vai investir 2 bi em 56% numa empresa brasileira que nasceu em 8 de maio de 2024. Ela está comprando a NSX ou uma empresa estrangeira sua?

O SR. JOÃO STUDART – Não.

O nosso acordo... Ela une as operações tanto... Porque a Flutter também é uma empresa estrangeira, tá? E a Flutter tem a Betfair Brasil, e nós temos a NSX Enterprise. A partir de 2025, nós criaremos...Fizemos um acordo para criar a nova empresa com as duas reguladas e construir a Flutter Brasil...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

O SR. JOÃO STUDART – ... que será a união da Betfair Brasil com a NSX Brasil.

Essa operação só se conclui no ano que vem. Hoje só existe o contrato assinado, mas ela só se conclui com as licenças.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aí, nesse momento, vocês mudam o capital social da empresa, porque vocês vão vender 56% por 2 bi e vocês estão registrados na Receita apenas com 35 milhões do capital da empresa. Seria isso? Só pra eu entender.

O SR. JOÃO STUDART – O capital social da empresa é de 35 milhões, mas qualquer informação que a senhora precisar eu mando, porque eu não sou da área contábil.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

Só mais duas perguntas, Sr. João.

A primeira: vocês têm três domínios, betnacional.com; Mr. Jack – gostei do nome, mrjack.bet, não sei por que Mr. Jack, mas é chique isso –; e pagbet.com. Vocês têm algum outro domínio que a gente não conheça ou pretendem abrir outro domínio?

O SR. JOÃO STUDART – Não mais. Na verdade a Pagbet... Recentemente, nós migramos porque, estrategicamente, a gente resolveu entrar com duas marcas no ano que vem. Nós,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recentemente, fizemos a migração dos usuários, os usuários foram para a Betnacional. Então, a partir do ano que vem, será a Betnacional e a Mr.Jack.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Aí eu encerro dizendo, Sr. João, que o senhor atua desde 2021, e a NSX só é aberta em maio de 2024. Então nós temos uma lacuna aí em que a gente não tem como saber quanto o senhor ganhou, quanto o senhor contribuiu, quanto deixou de contribuir, uma lacuna que foi aqui muito por culpa do Parlamento e dos governos. E a gente só vai poder saber quanto o senhor ganha, quanto seu segmento arrecada agora a partir da regulamentação. Mas a gente sabe que foi muito dinheiro – foi muito dinheiro.

E nós estamos tentando aqui ver, eu e a Senadora Soraya, esses retroativos, como a gente vai ver... O senhor está muito bem acompanhado com um grande advogado. Como nós vamos fazer tudo isso... Por exemplo, um comercial daquele que o senhor apresentou, eu quase chorei com o comercial, bonito, jogo responsável, usou assim figuras incríveis ali, mas é só responsável a partir daquele comercial pra cá; pra trás, não era responsável. Vocês não podiam ter feito isso lá atrás? Fizeram só de um período pra cá. A partir do contrato daqueles servidores, daqueles artistas, dá pra gente ter mais ou menos uma ideia de quanto vocês ganham. E outros contratos que, com certeza, estarão disponíveis, como honorários de advogado, patrocínio, pra gente ter uma ideia de quanto o Brasil deixou de arrecadar nessa lacuna...

Mas eu quero só encerrar falando do comercial. Aquele comercial foi exibido em todos os horários, de manhã, de tarde e de noite. E era a *bet* que estava lá, a Betnacional. Ali foi uma propaganda para a criança também, não foi? Por que eu estou perguntando isso? Porque eu sou a Relatora do projeto de lei, Sr. João, que vai regulamentar a publicidade...

O SR. JOÃO STUDART – Com certeza.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tenho sido procurada pelas *bets* e, na regulamentação da publicidade, um comercial tão lindo como aquele a gente não vai querer permitir mais, porque as crianças viram aquela heroína, aquela mulher incrível que trouxe medalha para o Brasil, mas as crianças não viram só ela, viram o nome da Bet Nacional. Ali foi uma publicidade que chegou à criança também. Só queria ouvi-lo porque como

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente ouve falar que o senhor é o papa e é um papa ético, a gente não quer ouvir outra pessoa a não ser uma pessoa ética como o senhor. Aquilo alcançou criança? Aquela publicidade alcançou criança?

O SR. JOÃO STUDART – Posso responder agora?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. JOÃO STUDART – Obrigado, Senadora.

Bom, vamos lá.

Não fazemos nenhum tipo de propaganda em programas que não sejam majoritariamente voltados para adultos. Então, por exemplo, de acordo com as regras do Conar, se a gente faz um jogo de futebol, que talvez uma classificação etária eu ouso dizer aqui que seja 12 anos – preciso conferir –, ele é majoritariamente assistido por adultos.

Nós não fazemos nenhuma publicidade ostensiva pra crianças e acreditamos também, Senadora... Eu preciso também passar a importância disso. Eu respeito completamente as suas opiniões e eu acredito que são importantes pra colocar ordem nesse setor. Nós sabemos disso, esta Comissão é importante pra isso. E, em países que foram muito duros nos primeiros anos da regulamentação, o que acontece? Vamos supor que fosse super-restritivo e proibisse tudo. O que acontece? Não há uma canalização de marcas e os ilegais iriam dominar. É importante que seja gradativo, se coloque as restrições iniciais necessárias. Então, em programas infantis, não ter ursinho, nada do tipo que chame a atenção de criança, concordo plenamente com a senhora. Como eu lhe disse, eu tenho filhos. Então eu não gostaria, nem no meu segmento, nem em outros segmentos, que puxassem as crianças pra algum segmento que eu não concordo por conta de personagens, etc. Então é importante que tudo seja feito com regras rígidas, mas que, ao mesmo tempo, deixe o mercado ficar maduro. Quando esse mercado ficar maduro, vão ficar os responsáveis e os outros vão morrer pelo caminho, porque nós estamos aqui pra ajudar.

Já quanto ao elogio, creio eu, sobre a minha pessoa, eu agradeço primeiramente.

Quando a lei veio em 2018, eu me senti apto a atuar dentro da lei e assim o fiz. Infelizmente essa regulamentação demorou. Também não é fácil lidar com essa situação de algumas pessoas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criticarem, falarem que a coisa é ilegal, mas, na verdade, ela é legal, e a regulamentação demorando... Graças a Deus, ela está vindo agora. A partir... Virou o ano, graças a Deus, quem é sério é sério, tem que cumprir as regras e, se não cumprir as regras, vai ter que pagar na Justiça, pagar na lei e tudo mais.

Então, como eu digo à senhora, eu estou aqui para cumprir as leis, as regras que todos, V. Exas. Senadores colocarem, o Governo colocar, o ministério, a regra do Conar, eu vou cumprir estritamente.

É isso que eu tenho a lhe dizer.

E lhe agradeço bastante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com V. Exa.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, Dr. João, meu querido amigo Kakay...

Dr. João, de tudo que foi visto aqui, esta Casa não tem nenhum grande *expert* nesse setor. Nós estamos aprendendo essa modalidade nova no nosso país e correndo contra o tempo, pedindo que o Governo venha a regulamentar essa medida.

O senhor é conhecido como um dos homens mais experientes do setor. A nossa grande preocupação em tudo que eu vi aqui diz respeito aos *sites* ilegais. Aquela situação que foi dita na reunião anterior, que, se bloqueia um *site*, minutos depois outro *site* vem...

O SR. JOÃO STUDART (Para expor.) – Perfeito.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Com essa regulamentação que o Governo está apresentando, que o senhor já deve ter estudado a fundo, nós temos como evitar essa situação?

O SR. JOÃO STUDART – Bom, vamos lá.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posso discorrer um pouquinho aqui sobre o assunto?

Sempre em conversas que tínhamos em feiras já um tempo atrás, alguns poucos anos atrás, eu sempre disse... Falando com concorrentes, eu sempre falava: "Nós não somos concorrentes ainda. Nosso concorrente está no jogo ilegal. Nós ainda estamos pequenos comparados a eles". E esse pessoal mancha a nossa imagem, porque eles fazem besteira ali, fazem propaganda para o menor, colocam o jogo manipulado. Os jogos são manipulados. Ele pega um jogo igual ao original, que tem certificações internacionais, coloca igual, manipula, coloca uma retenção absurda... porque os jogos atuais têm 3% de retenção, mais ou menos, para a casa. Ele devolve mais ou menos 97% para o apostador. Então ele coloca 30%, 40%, 50%, o que quer e causa esses desastres que vêm acontecendo.

A Anatel falou recentemente que era enxugar gelo. Eu entendo o que eles falam. É muito importante o trabalho da Anatel, só que a Anatel vai derrubar 2 mil *sites* e eles já deixaram preparados mais 2 mil para o outro dia, porque o *site* vai ser fulanobet.com, no outro dia vai ser fulano1bet.com – no outro dia. Então isso é um perigo. Nós não podemos aceitar isso e nós precisamos da ajuda do Banco Central para cortar os meios de pagamento que fornecem assessoria para esses *sites*. A gente vai acabar rápido com o problema se a gente cortar o Pix deles. Nós cortamos o Pix e a gente acaba em uma semana com eles, porque é muito mais difícil criar um IP, criar um meio de pagamento, criar tudo mais, e vamos acabar com 70%, 80% dos problemas evidentes que estão aparecendo no jogo no país com essa medida.

Eu não sei as complexidades, não sou da área bancária, muito menos conheço as operações... como o Banco Central pode atuar nisso, mas essa é a maneira eficaz. E nós temos que agradecer até de ter a sorte de que neste país já é o principal método de pagamento, diferente de outros. Então é mais fácil coibir o ilegal cortando o Pix. E está na hora de a gente começar a se movimentar para isso.

Então, acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, só complementando aqui, como foi falada aqui a questão do Pix. Só agora, em 2023, foi aumentada 234 vezes a aplicação do Pix em relação aos jogos de *bet* – é evidente que o Banco Central precisa resolver isso. E há também as *fintechs*, aquelas instituições que sequer são registradas no Banco

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Central. Então a gente tem que ver na Receita Federal, pelo Cnae, quais são as entidades de pagamento... pelo seu Cnae, que não é registrado no Banco Central, para também a gente apurar isso.

Mas eu queria rapidamente, Studart, só fazer uma pergunta aqui.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Só para complementar o que estou falando, Presidente, eu vou até procurar o nosso Presidente Hiran e sugerir que se faça talvez uma subcomissão aqui voltada para esse tema. E acho que a melhor pessoa, até pela expertise, pela história, conhecimento é o senhor, Senador Izalci, que tem um conhecimento muito vasto nessa área de tecnologia, pela sua história em ciência e tecnologia, porque acho que vai ser... no meu ponto de vista, a maior contribuição desta Comissão será se nós conseguimos impedir o jogo ilegal no nosso país, criar os mecanismos para que a população não seja enganada. A população já perde com o jogo, isso aí sem sombra de dúvidas, mas que ela não seja enganada, ludibriada, levada às pessoas que não têm condição de jogar ou aos menores, às pessoas que hoje têm acesso ao que tem sido muito ruim para a vida das famílias brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Muito bem, eu citei aqui algumas empresas de pagamento, porque V. Sa. disse que algumas já foram adotadas pela Betnacional.

O SR. JOÃO STUDART (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nós temos um aqui – eu não sei se tem a ver com vocês –, o caso Vaidebet. Ela parece que foi usada também pela Betnacional.

O SR. JOÃO STUDART – Não, de maneira alguma. Vaidebet é um *site* de apostas, não é? Eu não tenho nenhuma relação com o Vaidebet. Ele é um concorrente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas como facilitador de pagamento?

O SR. JOÃO STUDART – Não, a Vaidebet é um operador de apostas esportivas, ela não é um facilitador de pagamento, e eu não tenho nenhum tipo de vínculo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – No caso dela, inclusive, está sendo investigado como crime financeiro. Mas é só para registrar.

O SR. JOÃO STUDART – Não, com a gente não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Izalci.

Sr. João, obrigado por estar presente aqui.

O senhor está bem tranquilo, não é? Pelo menos não recorreu ao STF o direito de não responder às perguntas. Isso já parece um ponto positivo...

O SR. JOÃO STUDART (Para expor.) – Obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – ... um ponto de quem está seguro do que está falando e fazendo. Mesmo com a presença do advogado criminalista ao lado, eu não creio que aqui esta Casa cause nenhum constrangimento ao senhor.

Eu fiquei atento às perguntas da Relatora e uma das perguntas que ela fez foi sobre a fusão com a Flutter, é isso? É uma empresa aí que já tem um *know-how* ou uma história em outros países, que, eu presumo, na minha cabeça, deva seguir com mais transparência, e tudo isso. Eu acredito que o senhor teve que se adequar a todas as regras da empresa em atuações estrangeiras também, como aqui no Brasil. Isso aconteceu, é claro, para o senhor se fundir.

O SR. JOÃO STUDART – Com certeza. Nós passamos dez meses e eles fizeram um raio x completo na empresa. Uma empresa desse tamanho não pode errar em uma aquisição ou entrar num escândalo, porque senão ela responde nas ações dela em bilhões de dólares. Então, é muita responsabilidade para uma empresa dessa chegar aqui e comprar qualquer um. Não é só receita, não é quanto a empresa fatura. Inclusive, o nosso *valuation* vem, em boa parte, não é por conta da receita, e sim pelo nível de organização que nós temos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tivemos que passar por todo esse escrutínio por muito tempo. Isso, para mim, pessoalmente, foi uma vitória, porque eu sempre coloquei boas práticas dentro da nossa empresa. Nossos colaboradores, todos tem orgulho de trabalhar para a nossa empresa. São muito felizes, sabem o nível de atenção que damos a todos, o nível de respeito, o nível de regras que temos. Não fazemos nada para ganhar um dinheiro rápido. Como exemplo, os jogos *online* foram autorizados em dezembro de 2023, porque antes eram só as apostas esportivas. Vieram os jogos *online*. Nós temos jogos *online* a partir de março desse ano, só implementamos em março desse ano. Nós não tínhamos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Tem cassino?

O SR. JOÃO STUDART – Os jogos *online,* nós temos...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – O senhor tem cassino, a Betnacional?

O SR. JOÃO STUDART – Tem jogos *online*, *Igames*, que são jogos *online*.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Seriam semelhantes ao Tigrinho?

O SR. JOÃO STUDART – Tem diversos, não é?

Esses são os chamados *slots*, que basicamente são jogos que ficam ali girando, tem uma tabela de premiação, e param.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – É porque o centro dessa discussão toda aqui, eu percebo que existe uma contaminação pessoal... Eu sou contra jogos, eu não jogo. Diferente do outro Senador, não tenho vícios, quase não como açúcar, tento evitar, até por problema de saúde. Mas o que a gente percebe aqui é que as empresas que se sentam nessa cadeira já vêm com estigma aí de cometer algum crime. O senhor já viu aí. Tem isso, não é? Por isso eu perguntei se o senhor estava tranquilo, porque hoje parece que todas as *bets* – foi algo que o senhor falou –, uma que comete um crime... A do senhor até

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora parece que não tem nenhum escândalo. É uma das poucas que a gente consegue ver que não tem nada de escândalo.

O SR. JOÃO STUDART – Graças a Deus.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Então, deve ser pelas boas práticas que o senhor exercita.

E eu li em algum lugar que os times de futebol hoje, se porventura a gente acabasse com as *bets*, os times de futebol disseram que a gente mata o futebol. Ora, o futebol existia antes de vocês. Então, olha as pontas que estão ficando dependentes dos jogos, das *bets* ou dos jogos *online*: os times de futebol que vocês patrocinam e a população que assiste aos jogos, que aposta – aposta também. Eu, no meu ponto de vista, eu não aposto. Eu não jogo. Eu não sei se o senhor joga. Não sei se o Kakay joga, não sei se o Izalci joga.

O SR. JOÃO STUDART – Eu não jogo, nem posso. Por lei, sócio dos *sites* de apostas... Eu não posso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Mas nem escondidinho? Com o cartão da mulher? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas ele foi *expert* em pôquer.

O SR. JOÃO STUDART – Ah, foi, foi... Joguei muito pôquer na minha vida, bastante.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Não, mas o interessante é que eu percebo que esse número de apostas, escanteio, quem vai ser expulso, sei nem o quê, isso aí é o que favorece justamente esse tipo de corrupção, até dos jogadores, e enganar o consumidor.

Então, se dentro dessa oportunidade, Relatora, Presidente, a gente pudesse mudar só para quem vai ganhar e quem vai perder... Pronto. Quem ganha e quem perde. Já diminui a quantidade de manipulação por parte de jogadores e juízes, porque parece que todos estão envolvidos. Só quem não está envolvido aqui parece que é a gente, mas está todo mundo envolvido nesse escândalo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, infelizmente, pessoas como o senhor... Eu não conheço o senhor bem, eu não sei quem o senhor é, mas quem se senta nessa cadeira, a gente já olha como uma pessoa que cometeu algum crime e a gente quer aqui devassar a sua vida.

O SR. JOÃO STUDART – Eu entendo, e eu encaro isso como uma oportunidade de aparecer aqui, de mostrar as práticas, de a gente melhorar isso juntos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – É porque eu não vi em nenhum momento o seu advogado bater no seu ombro, chamá-lo ao seu ouvido, orientá-lo em nenhuma pergunta, em nenhuma resposta, em nada.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Não precisa nem de honorários.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Eu o estava acompanhando.

Eu também não pagaria, não...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Não pague a ele, não. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Eu também não pagaria, não. Mas o senhor deve ter os seus motivos de ter trazido o seu advogado aqui para o Senado Federal. Entendeu?

Agora, o senhor disse que tem lá os jogos *online*. Eu perguntei se eram semelhantes ali aos cassinos, o senhor falou, mas os patrocínios que o senhor faz para aqueles *influencers,* o senhor tem muitos *influencer*s...

O SR. JOÃO STUDART – Olha, eu tenho embaixadores.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Embaixadores, *influencers*...

O SR. JOÃO STUDART – Eu posso explicar um pouco sobre isso, se quiser?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Não, eu só queria... O senhor vai explicar...

O SR. JOÃO STUDART – Tá.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – ... e o senhor vai me responder o seguinte: o senhor orienta, eles têm regras? Por exemplo, a sua *bet* é aquela que manda mensagem até para mim, porque eu já recebi aqui no meu Instagram, dizendo: "Olhe, eu estou contratando-o para ser alguém do joguinho aqui, não sei nem o quê...". Aí, quando eu vou ver, não tem nenhum seguidor, não tem nada, o cara fez um *fake* para tentar me assediar, para ver se eu uso nas minhas redes sociais alguns jogos.

Dentro da sua linha de patrocínio, de embaixadores e de influenciadores, o senhor tem bem definida, o senhor paga justamente para aquelas pessoas e os orienta ao que devem fazer, essa orientação.

O SR. JOÃO STUDART – Na verdade, nós temos contratos com eles com o que eles não podem fazer. Então, nós passamos, em contrato, eles têm regras específicas do que eles não podem falar. Então, não podem falar sobre ganho de dinheiro, renda extra, nada disso.

Eu não quero nenhum tipo de propaganda enganosa na empresa. Sempre operamos dessa maneira, coibindo totalmente essa prática. Então, basicamente, os embaixadores fazem nossos comerciais e quando tem alguns *influencers* que fazem alguma coisa é relacionada a um evento esportivo, vai fazer uma cobertura de um evento, "estou aqui no estádio, acompanhando o jogo e tal", mas não nada de ganho: "Vem para a Betnacional que você vai ganhar muito dinheiro". É zero isso aqui, zero, zero, zero. Isso é estritamente proibido dentro da empresa.

E eu sou muito ansioso pelo momento em que a fiscalização vai começar com muita efetividade, que a gente está muito esperançoso que vai ser agora, a partir de 1º de janeiro de 2025. Também estamos bastante esperançosos com esta CPI aqui, porque a gente acredita que ela vai espremer e mostrar mais os defeitos que existem nesse mercado.

Então, é uma época de otimismo para mim, por isso que eu encaro isto aqui como uma oportunidade. Eu entendo que muitas pessoas vêm aqui para sentar na cadeira com receio, mas eu acredito que quem não deve não teme. Tem que sentar aqui e tem que falar, porque a intenção

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é melhorar o setor. A intenção não é acabar com o setor; é melhorar, regular e colocar as boas práticas. Então, é isso que a gente tem que fazer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Entendi.

Então, quer dizer que os embaixadores do senhor não ficam mostrando carros, riquezas, aquela mentira toda?

O SR. JOÃO STUDART – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – "Joguei e ganhei".

O SR. JOÃO STUDART – Ficam não. Ficam não. Eu também não tenho Ferrari, avião; eu não tenho nada disso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Não?

O SR. JOÃO STUDART – Tenho não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – A empresa tem.

O SR. JOÃO STUDART – Não, tem não. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Bom, só para concluir: eu não sei se o senhor deixou muito claras as medidas de segurança que a Betnacional implementa para proteger os dados pessoais e financeiros dos seus usuários. É uma preocupação também com esses dados?

O SR. JOÃO STUDART – Sim, existem as políticas de LGPD, que são adotadas dentro da empresa. Se a Comissão necessitar, eu posso enviar esses documentos. Tem alguns documentos que eu fiquei de enviar. Eu posso reuni-los e... Não sei qual o prazo, mas preciso de um tempinho para reunir, para enviar, com os times, e a gente envia para vocês. Mas a gente segue rigorosamente as políticas de dados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – O senhor observa bem as suas concorrentes, não é? O senhor acha que as concorrentes têm as mesmas práticas que o senhor, como essa dos embaixadores, como essa de proteção de dados? O senhor não precisa citar nomes, não.

O SR. JOÃO STUDART – Olha, eu acredito que existem muitos concorrentes sérios e alguns concorrentes, muitos também, que estão fazendo besteira.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Se o senhor fosse um delator, o senhor delataria para gente quem são os incorretos?

O SR. JOÃO STUDART – Não, não faça um negócio desse comigo. Eu não estou aqui para delatar ninguém, não. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Para facilitar o nosso trabalho, doutor, porque, talvez, o senhor, nesse mundo, conheça melhor do que a gente.

O SR. JOÃO STUDART – Eu estou aqui para falar da Betnacional. Delatar, não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Porque, aqui, a gente tem que passar horas e horas conversando com o senhor para poder extrair.

O SR. JOÃO STUDART – Eu acho que existe um órgão de fiscalização, dentro da nova regulamentação, que... Se eu não me engano, tem uma parte da verba dos impostos que é destinada à fiscalização. Então...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Se fosse eficiente, não estaria acontecido tanto escândalo.

O SR. JOÃO STUDART – Não; mas vai começar, vai ser suficiente. A gente sabe. Tem muito operador que vai mostrar a sua seriedade a partir de 2025.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Essa foi uma proposta para o senhor pensar, porque, já que o senhor coloca a Betnacional como uma empresa séria e se sente ofendido pelas demais, eu acho que nada mais justo a gente localizar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Eu me sinto ofendido pelas *bets* ilegais, com certeza. Mas eu acredito que cabe ao órgão fiscalizador fiscalizar, não é? Porque, se eu for sair querendo... Eu vou ter que comprar uma moto da polícia e sair pelo meio da rua prendendo gente também, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Nesse caso, não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Se ele fizer isso, vai virar monopólio. Só ele que vai ficar no mercado.

O SR. JOÃO STUDART – Não; o mercado é um mercado...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Acho que tem outras pessoas sérias.

O SR. JOÃO STUDART – Tem muita gente séria. Bastante gente séria. Inclusive, eu conheço alguns bons.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Antes de passar para a Relatora, para a gente encerrar, eu perguntaria o seguinte: V. Sa. foi procurado ou esteve no Ministério da Economia tratando esse assunto de regulamentação? Alguém te procurou?

O SR. JOÃO STUDART – Não, não fui procurado, não. O que eu sei é que a SPA, durante o processo... O nosso time de tecnologia deu apoio à tecnologia deles, mas eles... Não só conosco, acredito que com outros *players* também, para eles entenderem melhor e aperfeiçoarem seus sistemas. Aí foi uma troca mais de time de tecnologia, mas comigo...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só a parte técnica?

O SR. JOÃO STUDART – É, a parte técnica, sim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Relatora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Sra. Relatora, é inclusive para ajudá-la aí na condução final. Eu trouxe, com autorização judicial,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

três áudios e um vídeo, mas eu vou lhe solicitar, lhe requerer, dado o avançar do horário, eu não apresentar hoje – hoje é dia de a gente decidir as emendas também –, mas, na próxima reunião, eu começar apresentando esses três áudios, com autorização judicial, e o vídeo. Ele fala diretamente sobre a operação que aconteceu, a Over Game, lá no Estado de Alagoas. Foi incrível, e inclusive com acordo – os *influencers* estão devolvendo dinheiro.

E nós temos o Requerimento 2013, de 2024, que foi aprovado. O que eu queria sugerir, Relatora, é que esse delegado já viesse. Inclusive, antes de a gente trazer outras empresas, outros *influencers*, a gente já priorizar a vinda dele e ele mostrar como é que ele conduziu essa operação.

Então, era esse o meu pedido. E, na próxima reunião, eu gostaria de iniciar apresentando esses áudios surpreendentes: o que os *influencers* estão fazendo. Eu vou trazer aqui coisas bem chocantes, está bom?

Então, eu gostaria de trazer essa minha colaboração, e a gente já encerrar, que está todo mundo com horário corrido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Antes de passar para o... vou dar um intervalozinho de dois minutinhos (*Fora do microfone.*) só para...

Daqui a pouco o Marcos Rogério também...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Apenas, Senadora, para agradecer a sua colaboração. Conte comigo para subscrever qualquer requerimento, qualquer necessidade sua. A senhora está contribuindo sobremaneira para esta CPI. E eu acredito que Regis Dudena venha na quinta. Acredito, tá? É importante ouvirmos Regis Dudena – inclusive, é o que estão pedindo aqui –, para que a gente conheça... Mas, ao mesmo tempo, é importante, porque a gente consegue cotejar... Agora, esse delegado está, sim, para ser um dos próximos ouvidos, tá?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Lembrando que o Regis, antes, estava previsto para hoje. Ele pediu que adiasse e a gente adiou. Mas é exatamente quem cuida, lá no Ministério da Fazenda, da questão dos prêmios e apostas. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só a nível de informação, enquanto a gente aguarda o Sr. João, eu recebi um levantamento da Febraban, Relatora, com relação ao levantamento das *bets*, das transações de *bets*.

Em 2021 – não tinha regulamento –, 17,3 milhões; em 2022, passou para 252 milhões; em 2023, passou para 731 milhões; e, 2024, até agora, 777.

Em 2024, no primeiro semestre, um volume de quase 4 bilhões em transações envolvendo as *bets*. E só agora no segundo semestre e, agora, no primeiro semestre de 2024, estimam-se 8,4 bilhões de movimentação.

Sem falar aqui nas dívidas, que tem aqui o levantamento dos devedores, o volume.

Eu vou passar para V. Exa. colocar também no material de trabalho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vou passar para a Relatora antes de passar para o... Só uma colocação da Relatora, e já passo para V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente.

Eu gostaria, Sr. João, de dizer que – repetindo – eu votei a favor do projeto. Quero e desejo que tenhamos uma regulamentação rígida para que as pessoas de boa-fé possam trabalhar, então, não é esse o problema. Jamais!

Sabemos do atraso do Poder Executivo, e isso propiciou tudo o que nós estamos vendo.

Eu tenho uma pergunta aqui de uma pessoa chamada LO Lohang GT: Senadora, por favor, pergunte ao João se, além dos valores pagos para os influenciadores [na verdade, na sua empresa são os embaixadores] pelo *marketing* feito, se também existe pagamento de comissionamento.

Existe?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Os nossos embaixadores têm remuneração fixa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Vinicius Jr., o Galvão, todos eles têm remuneração fixa.

É um contrato anual.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Perfeito.

Desses seus embaixadores, algum é seu sócio? Ou vice-versa, algum sócio virou embaixador?

O SR. JOÃO STUDART – Não, não, de jeito nenhum.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não tem? Nem tem essa dupla?

O SR. JOÃO STUDART – Não tem ninguém com quem eu tenha um contrato de publicidade que seja meu sócio e nenhum sócio meu virou embaixador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Esclarecido.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, eminente Senadora Soraya Thronicke, cumprimento também o Sr. João Studart, bem como o advogado que o acompanha.

Eu acompanhei o depoimento, a fala de V. Sa. aqui ao longo dessa manhã, e, em razão de pautas de orçamento, tive que sair daqui, mas fui com a TV Senado aqui conectada.

Eu vou pedir a paciência de todos porque eu vou repetir algumas perguntas que foram feitas, considerando a linha de raciocínio e de abordagem que vem sendo construída nessa pauta.

Eu inicio, Sr. João.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor ficou conhecido como um jogador de pôquer. Desde quando o senhor passou a explorar casas de apostas?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – O pôquer é uma coisa, não é? No passado, eu disputava alguns campeonatos de pôquer, seja *online* ou seja presencialmente aqui no Brasil e em alguns lugares do mundo. Disputei. E foi daí que eu conheci as apostas esportivas, mas conheci, tomei conhecimento. Quando a lei foi validada, em 2018, podendo abrir um *site* de apostas esportivas, depois de um certo tempo, no final de 2019 mais ou menos, eu comecei a desenvolver um sistema, o qual só entrou em funcionamento, pelo tempo de desenvolvimento, em 2021.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – No Recife?

O SR. JOÃO STUDART – O desenvolvimento do sistema sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – No Recife.

O SR. JOÃO STUDART – O desenvolvimento do sistema.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – No Recife?

O SR. JOÃO STUDART – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

No *site* www.betnacional.com consta que a Betnacional é operada pela NSX Enterprise, registrada aqui sob o número tal, com sede em Curaçao. Esse *site* é licenciado e regulado pela Game, em Curaçao, licença em Curaçao, tem aqui o nº 365, emitida pela Game Services e tal. Quando o senhor criou a NSX?

O SR. JOÃO STUDART – A NSX foi criada em 2021.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dois mil e vinte e um?

O SR. JOÃO STUDART – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Como se deu a constituição dessa empresa e em que país?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Em Curaçao.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

O senhor declarou a propriedade dessa empresa no seu Imposto de Renda?

O SR. JOÃO STUDART – Não, porque a empresa é existente em Curaçao, não no Brasil. Eu não sei se está...

Ela está declarada nos meus ativos, da empresa, no Imposto de Renda?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas você é o dono da empresa?

O SR. JOÃO STUDART – Não, eu sou dono da empresa, faz parte dos meus ativos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim, você é o dono da empresa.

O SR. JOÃO STUDART – É que eu confundi com recolhimento de imposto.

Sim a NSX, em Curaçao, eu sou o dono da empresa, da NSX Enterprise.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E ela é declarada à autoridade monetária nacional, a Receita Federal?

O SR. JOÃO STUDART – Está tudo dentro das regras, mas eu posso passar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, está dentro das regras não é resposta, eu estou perguntando se V. Sa. declarou.

O SR. JOÃO STUDART – Veja, eu tenho uma equipe de contabilidade... Com certeza...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, eu estou perguntando a você, não estou perguntando a sua equipe de contabilidade.

O SR. JOÃO STUDART – Posso responder? Eu peço...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É isso que eu estou esperando.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Eu peço 20 segundos de licença para responder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por favor.

O SR. JOÃO STUDART – Eu tenho uma equipe de contabilidade que faz toda essa área para mim. Ela vai pegar o meu Imposto de Renda, enviar para vocês e vocês vão conferir. Está tudo... Tudo sempre foi orientado para estar dentro das regras. Se é para estar, está lá, ponto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Foi orientado para estar dentro das regras não significa...

O SR. JOÃO STUDART – Foi orientado, exatamente, dentro da lei. Tudo dentro da lei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

A quem pertence essa empresa, a detentora da licença de Curaçao, Game Services Provider NV?

O SR. JOÃO STUDART – Eu não tenho conhecimento. A gente tem a licença de Curaçao, nós temos advogados e contadores em Curaçao que tiraram nossa licença para a gente poder operar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou perguntar de novo. A Game Services Provider V. Sa. não conhece, não sabe a quem pertence, não conhece o representante?

O SR. JOÃO STUDART – Eu tenho uma equipe que faz essa parte jurídica lá em Curaçao.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas a empresa é sua ou é de terceiro?

O SR. JOÃO STUDART – A empresa é minha, mas eu tenho advogados, contadores, que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas a empresa que foi aberta em Curaçao é sua ou é de terceiro?

O SR. JOÃO STUDART – A empresa em Curaçao, a NSX Entertainment é nossa, a NSX Enterprise é nossa, é minha.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, bom. Eu disse... Por isso eu fiz o preâmbulo da pergunta, dizendo onde é que está hospedada a sua empresa e quais são...

O SR. JOÃO STUDART – Sim, em Curaçao.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim, e licenciada e regulada pela Game, em Curaçao.

O SR. JOÃO STUDART – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Licença nº 365.

O SR. JOÃO STUDART – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E aí eu estou lhe perguntando aqui na sequência, e V. Sa. está dizendo que não conhece.

O SR. JOÃO STUDART – Quem é o dono dessa Game, em Curaçao?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É. Não conhece.

O SR. JOÃO STUDART – Eu não sei quem é o dono. Nós fizemos um acordo comercial, meus advogados fizeram, tiramos a licença, os contadores, mas não sei quem é o dono.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quanto o senhor pagou por essa licença lá?

O SR. JOÃO STUDART – Eu posso providenciar, não sei o valor de cabeça.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quanto o senhor paga de impostos anuais ao Governo de Curaçao?

O SR. JOÃO STUDART – Também posso mandar para você toda a contabilidade de Curaçao.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, fica estabelecido que o depoente se compromete a enviar todas as informações que eu estou consignando nesse questionamento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria que o senhor detalhasse como o senhor internaliza a distribuição de lucros da Betnacional.

O SR. JOÃO STUDART – Nós temos as contas no exterior e fazemos a distribuição de dividendos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A partir de onde?

O SR. JOÃO STUDART – Do exterior. Faz a distribuição...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então toda a remessa da prática no Brasil vai para Curaçao, e é a partir de Curaçao que a empresa de V. Sa. faz as distribuições.

O SR. JOÃO STUDART – Ela vai para nossa empresa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Onde?

O SR. JOÃO STUDART – Ela vai... Nós temos os bancos na Inglaterra e na Suíça. Quando um apostador deposita o dinheiro aqui no Brasil, a instituição de pagamento fecha o câmbio, paga o IOF e manda para a empresa lá de fora. Lá em Curaçao, são pagos os impostos e são distribuídos para os bancos – assim é o meu entendimento –, para os bancos da Suíça e da Inglaterra.

Como eu digo, eu não sou da área contábil, mas eu posso passar todo o fluxo de informação para você. Eu estou lhe dizendo que é desse jeito, mas eu posso passar detalhadamente se você precisar, porque isso é aberto, não tem problema nenhum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, eu peço a V. Sa. que o faça, porque, posteriormente, é a providência que certamente a Comissão vai tomar...

O SR. JOÃO STUDART – Com certeza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... caso assim não o faça.

De todo o faturamento da Betnacional, quanto vem do Brasil e quanto vem de outros países? Você pode falar em percentuais?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Nós só temos operação no Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Bom, toda a receita da Betnacional vem do Brasil, embora o *site*, a hospedagem esteja num paraíso fiscal.

Qual é o meio de pagamento que os apostadores utilizam para fazer depósitos na Betnacional?

O SR. JOÃO STUDART – Tem alguns meios como AstroPay, Zro Bank... Há alguns outros... Se eu não me engano, SafeWay... Deve ter uns três ou quatro. Já operamos com outros também que já saíram. Enfim, depende dos acordos comerciais que a área toca.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agora, eu lhe pergunto... Gostaria que V. Sa. explicasse para a CPI como a Betnacional recebe Pix – como a Betnacional recebe Pix – se ela é uma empresa sediada em Curaçao?

O SR. JOÃO STUDART – Tá bom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Como é que acontece essa operação?

O SR. JOÃO STUDART – Acontece da mesma maneira que acontece com o Spotify e com a Netflix, que são empresas sediadas fora. Nós temos uma instituição de pagamento... Nós contratamos instituições de pagamento. Essas instituições são autorizadas pelo Banco Central. Então, quando um usuário, quando um cliente vai depositar na Betnacional, ele está depositando... Esse dinheiro vai para a instituição de pagamento, que fecha o câmbio, fecha o IOF e faz a remessa para o exterior. E isso tudo é autorizado pelo Banco Central, da mesma maneira que, quando o apostador quer receber seu dinheiro de volta, se fecha o câmbio novamente, se fecha o IOF, e a instituição de pagamento paga o apostador. Essa é a maneira permitida pela lei até então. É por isso que a gente está ansioso para trazer todos esses ativos para o Brasil, só que a gente só pode fazer isso a partir de 1º de janeiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por qual razão?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Porque não é permitido ter uma movimentação de apostas esportivas hoje, de jogos *online*, sem ter uma licença no Brasil. E a licença só é expedida em 1º de janeiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não.

O SR. JOÃO STUDART – Sim!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Ministério da Fazenda...

O SR. JOÃO STUDART – Nós, por exemplo, nós pagamos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... publicou uma relação, inclusive, dando...

O SR. JOÃO STUDART – Mas a gente não pode recolher ainda os impostos aqui, a gente não pode fazer isso ainda. É só a partir do 1º de janeiro que a licença é válida; se não, a gente estaria com toda operação aqui dentro já.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu lhe pergunto e vou insistir um pouquinho neste tema...

O SR. JOÃO STUDART – Tá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... se V. Sa. pode elencar todas as empresas que já receberam os depósitos dos apostadores pela Betnacional. Quais são as empresas, essas empresas de meio?

O SR. JOÃO STUDART – Meios de pagamento?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Porque a sua empresa está lá em Curaçao.

O SR. JOÃO STUDART – Certo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas o Pix não vai para Curaçao. O Pix é um produto nacional.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – É uma remessa de câmbio que é feita...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Me explique... Quais são essas empresas?

O SR. JOÃO STUDART – Eu posso citar os nomes de algumas, porque eu não vou saber todas e eu posso providenciar... Podem faltar aqui dois, três nomes, um nome, não sei. Tem a AstroPay, SafeWay, atualmente, Zro Bank... Já operamos com a PayBrokers – talvez opere ainda, não sei –, PagFast, enfim... Porque tem diversas instituições de pagamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

O SR. JOÃO STUDART – Está muito em cima do acordo comercial com elas. Então, às vezes, muda, entendeu?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu lhe pergunto: V. Sa. conhece a LCT Pagamentos e Serviços Ltda.?

O SR. JOÃO STUDART – LT ou LCT?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – LCT. Conhece?

O SR. JOÃO STUDART – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E aí?

O SR. JOÃO STUDART – Ela é mais uma instituição, mais uma IP.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. tinha se esquecido desta?

O SR. JOÃO STUDART – Não, não tinha esquecido, não; você me lembrou. Eu citei várias aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu só te lembrei.

O SR. JOÃO STUDART – É porque ela não deve tá ativa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Hã.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer, eu vou fazer...

O SR. JOÃO STUDART – Mas não existe nenhuma inconformidade com ela.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não?

O SR. JOÃO STUDART – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou fazer o seguinte: eu, assim... Como nós estamos no âmbito de uma CPI, a gente precisa mais do que apenas fazer um debate aqui, fazer um questionamento aqui, a inquirição de testemunhas, enfim, tomar depoimentos de alguns, depende da condição que esteja cada um. Neste momento, nós estamos aqui apurando o que está acontecendo, vai chegar um momento em que talvez essa apuração mude de patamar. Não é esse o momento.

Mas eu fiz ontem o cadastro na empresa que V. Sa. representa. Eu estou ouvindo aqui, desde o começo, V. Sa. falar em níveis de segurança e tal. Eu fiz uma transferência de baixo valor, foi para essa LCT Pagamentos e Serviços Ltda. e, diferentemente do que V. Sa. diz aqui em relação às etapas de segurança, não tem segurança nenhuma, não fizeram certificação nenhuma comigo. Eu estou dando agora... Eu estou na condição quase que de depoente. Eu fiz.

O SR. JOÃO STUDART – Tá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vocês não têm certificação em etapas. O documento é informado no sistema. Informa no sistema o documento, e, depois, vem uma mensagem na tela para uma certificação. Aí você descarta ela. Bom, o certo, se é um procedimento de segurança, uma vez que eu não aceito os termos para a verificação, é impedir o meu acesso. Qual é o próximo passo da Betnacional?

O SR. JOÃO STUDART – Tá bom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ela aceita o jogo, e aí eu fiz. Aqui está aqui a prova; depois, eu vou juntar aos documentos desta CPI.

O SR. JOÃO STUDART – O.k.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E eu pergunto: dessa transação que eu fiz ontem à Betnacional, houve fechamento de câmbio do depósito que eu fiz ontem com a Betnacional?

O SR. JOÃO STUDART – Eu acredito que tenha sido feito...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Acredita?

O SR. JOÃO STUDART – ... porque nós fechamos todos os câmbios.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Acredita que tenha sido feito?

O SR. JOÃO STUDART – Sim, porque todas as instituições que nós temos parceria, elas fecham todos os câmbios, mas aí...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. pode abrir o sigilo desses dados, inclusive considerando o fato de eu ter feito com a empresa de V. Sa., e entregar e disponibilizar...

O SR. JOÃO STUDART – Posso, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... a transferência desses dados, dessas transações que foram feitas?

O SR. JOÃO STUDART – Posso, sim. Eu vou requisitar e envio para vocês. Se o nosso jurídico considerar que é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, eu estou perguntando a V. Sa., você é o dono da empresa.

O SR. JOÃO STUDART – Eu sou o dono da empresa, mas eu não sou da área jurídica.

Então, se for, se for o.k. a gente entregar os dados, porque esses dados...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Hã.

O SR. JOÃO STUDART – Se eu não estiver infringindo nenhuma regra de LGPD ou de qualquer coisa para enviar esses dados, eu vou enviar sem problema nenhum, zero problema.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estou lhe perguntando porque eu fiz...

O SR. JOÃO STUDART – Certo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... todas as etapas da sua empresa.

O SR. JOÃO STUDART – Deixa eu falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agora, explica para a CPI, porque V. Sa. diz aqui que tem lá os métodos de segurança.

O SR. JOÃO STUDART – Temos. Temos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu fiz, e a empresa não exigiu.

O SR. JOÃO STUDART – Porque o que você tentou fazer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu poderia ser um menor ali, uma criança.

O SR. JOÃO STUDART – Não, menor não passa; não passa menor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não passa. Porque vocês não certificaram nada.

O SR. JOÃO STUDART – Não passa menor, o CPF não passa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tá, mas olha o que a V. Sa. tá dizendo a essa CPI. Eu usei um CPF de terceiros...

O SR. JOÃO STUDART – Hum-hum...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Campo hipotético aqui.

O SR. JOÃO STUDART – Tá.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Porque, se você não tem a certificação na sequência, se você não vai verificar na sequência se quem está digitando ali é quem diz que é...

O SR. JOÃO STUDART – Certo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... qual é a garantia que V. Sa. tem, que a sua empresa tem que não está ali diante de uma criança ou diante de um criminoso ou de um jogador contumaz?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Uma criança o CPF não passa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, eu estou dizendo... A criança pode usar o CPF do pai, da mãe, do tio, da avó, do avô, ou não?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Eu posso ter 30 segundos

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pode. Eu só quero que você explique a falha de segurança.

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – É isso que eu vou explicar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Quando a pessoa cadastra na Betnacional, ela tem que colocar um CPF.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Esse CPF tem que ser o mesmo da conta a depositar e sacar.

Então, se uma pessoa quer usar o CPF de terceiro, ela também tem que ter acesso à conta bancária do terceiro. Além disso, nós temos o reconhecimento facial sendo implementado para todos os clientes já existentes na base e eles estão previstos para a lei a partir de 2025. E eu já tinha falado isso aqui nesta Comissão mais cedo. Ele estará 100% implementado até o final do ano.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não. Olha, quando eu estou tratando de segurança, não cabe a V. Sa. ou à sua empresa a escusa de dever legal. V. Sa. está operando no Brasil. Não está operando em Curaçao. V. Sa. está operando no Brasil.

Então, eu estou falando de uma questão de segurança. Eu fiz e não houve processo de certificação nenhum. Além do mais, a questão do pagamento... V. Sa. afirma para esta CPI, sob juramento, que a empresa Betnacional não aceita o cadastro em nome de um CPF e a transferência financeira via Pix de outro CPF? V. Sa. pode afirmar isso na CPI?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Afirmo. Se estiver diferente, pode me levar preso hoje daqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

Vamos à frente. Tem mais perguntas aqui.

Com relação à questão dos prêmios, como é que se dão os pagamentos?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Bom, quando o usuário pede o saque dos seus prêmios, fecha-se o câmbio no exterior, vem a remessa da empresa do exterior, fecha o câmbio, fecha o IOF e a instituição de pagamento paga ao apostador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quem paga? E aí eu vou repetir aqui, porque eu preciso...

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – A gente emite uma ordem de pagamento via instituição de pagamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Veja bem, quem paga é a empresa de Curaçao ou a empresa no Brasil?

V. Sa. já até falou isso aqui. Eu estou tentando repristinar aqui as informações.

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – A instituição de pagamento é como se fosse... Ela faz o serviço do banco. Nós estamos pagando ao cliente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Hã.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – ... mas a instituição está fazendo o serviço de pagamento como se fosse um banco.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas... Não, essa ordem de pagamento, esse pagamento vem da empresa ancorada em Curaçao ou vem dessa intermediária no Brasil?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Enviamos, fazemos o câmbio, o IOF...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, o dinheiro vai para lá?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Vai... Paga duas vezes o câmbio e o IOF. Vai, paga câmbio e IOF. Quando volta, paga câmbio e IOF. Como eu falei do Spotify e da Netflix, é a mesma coisa. Quando você faz a assinatura, eles pagam o câmbio e o IOF e mandam o dinheiro para o exterior. Só que não tem uma volta financeira. Nesse caso, só tem uma ida. No nosso, tem uma ida e uma volta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou... Assim... Eu fiz...

Eu estou perguntando isso, Sr. Presidente, porque eu fiz o dever de casa. Eu fiz o cadastro, eu coloquei o dinheiro e eu pedi o estorno do dinheiro. A empresa que devolve o dinheiro é uma empresa nacional. Não tem nada a ver com a empresa que está lá fora.

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – É uma IP autorizada pelo Banco Central.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu pergunto: essa LCT é autorizada pelo Banco Central?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Sim. Todas as IPs que operam são autorizadas pelo Banco Central.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Todas as empresas de meio...

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Sim.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... financeiro...

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... da Betnacional têm autorização do Banco Central?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Têm autorização.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. está afirmando isso?

O SR. JOÃO STUDART (Para depor.) – Eu estou afirmando. Nos nossos contratos eles afirmam que têm autorização do Banco Central.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu acredito que V. Sa. não falaria nessa CPI, sob o juramento que fez, qualquer afirmação que não fosse verdadeira.

Quanto tempo leva esse fechamento de câmbio, entre o momento em que eu faço a transferência, eu começo a fazer as apostas e depois tem o estorno ali do valor?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, não é a minha área – quem fecha o câmbio são as instituições de pagamento –, mas eu acredito que seja um câmbio diário de todo o montante, mas vocês precisam conversar com instituições de pagamento para esse detalhamento. Essa não é a área em que eu atuo, não é a minha área empresarial. Eu estou passando uma visão geral do conhecimento que eu tenho, mas o detalhe do detalhe de como fecha o câmbio, quem fecha são as instituições de pagamento. Eu não sou dono de instituição de pagamento, se é que eu pude ajudar com a resposta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Bom, nós estamos diante de uma situação em que nós vamos ter que fazer muitas perguntas depois, também, pra autoridade monetária, pro Banco Central, porque V. Sa. está afirmando a esta CPI que esses depósitos são realizados mediante o fechamento de câmbio e enviados para NSX, em Curaçao; depois, a empresa NSX, em Curaçao, manda para a intermediária no Brasil, que repassa para os jogadores. Isso é uma operação real ou fictícia? O que vai é a informação ou...?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Não, é uma operação real; nós temos... Da NSX vai pra nossos bancos, e, como eu já informei aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O dinheiro vai pra NSX?

O SR. JOÃO STUDART – Nós temos os bancos na Suíça e na Inglaterra. Eu falei, alguns minutos atrás, que é o Capital Bank, na Inglaterra, e o Reyl, na Suíça. Quando a gente precisa retornar o dinheiro para pagar um apostador ou até um fornecedor, seja Globo, sejam nossos contratos, a gente remete de volta o câmbio e paga aqui, assim como o IOF.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k. Eu estou fazendo essas perguntas aqui e talvez... V. Sa. me parece bem a par de todo o conteúdo relacionado a esse tema. Não sei se V. Sa. é da área jurídica ou não, mas me parece. Mas eu estou lhe fazendo essas perguntas porque certamente V. Sa. sabe das implicações que têm essas respostas, porque se não há o fechamento de câmbio para cada operação, o que é que significa isso? V. Sa. saberia me dizer?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, eu não sou da área jurídica, mas eu acredito que isso configura um crime...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Lavagem de dinheiro.

O SR. JOÃO STUDART – Perfeitamente, e...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Lavagem de dinheiro.

O SR. JOÃO STUDART – ... por isso é que eu digo: nós fechamos todos os câmbios. Isso é... Isso já, sempre foi falado na empresa; todos os câmbios são fechados. Eu tenho certeza absoluta disso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Lavagem de dinheiro, e outra, Presidente Izalci: evasão de divisas. Então, nós estamos diante de um núcleo, aqui, que é um núcleo sensível, dentro de qualquer investigação, caso – caso – realmente seja uma atividade ilícita, e nós estamos no campo da apuração, por ora.

O senhor ou suas empresas têm algum tipo de contrato, com exclusividade, para ações de publicidade com o Comitê Olímpico ou com atletas olímpicos?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Nós fizemos uma ação de publicidade de jogo responsável com três atletas olímpicas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Desde quando?

O SR. JOÃO STUDART – Foi uma ação pontual; eu acredito que foi, se eu não me engano, um contrato de seis meses, e a campanha acho que durou três meses.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então tem...

O SR. JOÃO STUDART – Dois meses ou três meses, algo assim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas, neste momento, já exauriu esse contrato?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, eu não sei dizer se já acabou o contrato... Talvez ele esteja no finzinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu faço uma outra pergunta, porque eu vi – e V. Sa. colocou aqui, no telão da CPI, agora há pouco – algumas peças publicitárias da empresa Betnacional. E aí eu lhe pergunto: suas empresas contratam impulsionamento e *marketing* digital no Brasil, além das emissoras de TV, das plataformas digitais? De que forma há essa contratação? Quem contrata? É a intermediária no Brasil ou é...

O SR. JOÃO STUDART – É a empresa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... a empresa de Curaçao?

O SR. JOÃO STUDART – A empresa no exterior, isso. A nossa empresa no exterior contrata e a gente utiliza a instituição de pagamento para honrar esses contratos aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu lhe pergunto: como são pagas as despesas da Betnacional com publicidades, impulsionamentos em redes sociais, influenciadores, etc.? Como que é pago e quem paga essas despesas?

O SR. JOÃO STUDART – Nós fechamos, eles fecham o contrato com a empresa no exterior. Quando a gente precisa pagar, eles emitem a ordem de pagamento, a gente emite a ordem de

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagamento para a IP, o dinheiro vem para a IP, a gente paga o câmbio novamente, o IOF novamente, a instituição faz o pagamento, seja para a Globo ou seja para Facebook.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas quem paga? É a empresa de Curaçao ou é a empresa que está no Brasil?

O SR. JOÃO STUDART – A nossa empresa que está pagando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Porque vocês estão trabalhando com dois caminhos aqui, um caminho empresarial ancorado lá em Curaçao e outro com as empresas intermediárias da questão financeira no Brasil. Eu estou perguntando quem é que paga esses influenciadores, essa mídia toda no Brasil?

O SR. JOÃO STUDART – Quem está pagando, nós temos que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Que V. Sa...

O SR. JOÃO STUDART – Eles são o banco que paga, mas quem paga somos nós.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas qual o banco e de onde?

O SR. JOÃO STUDART – Nós, como se fosse um banco. É a mesma coisa perguntar, se eu for pagar alguém, quem paga, o Santander ou sou eu. Quem paga sou eu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, espera, eu acho que V. Sa. ou está fazendo de conta que não entendeu ou sabe o que eu estou perguntando e está tangenciando.

O SR. JOÃO STUDART – Não, não estou tangenciando nada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estou lhe perguntando: se você está pagando pelas empresas de meio no Brasil ou se pela empresa em Curaçao?

O SR. JOÃO STUDART – Eu vou repetir como é o processo. O dinheiro vem da empresa, a gente emite a ordem e a empresa, o meio de pagamento faz o pagamento para o contratado, só

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o meio de pagamento não tem contrato com esse contratado, quem tem sou eu, ele envia o dinheiro, é isso que ele faz.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A empresa de Curaçao ou a empresa de meio no Brasil?

O SR. JOÃO STUDART – A empresa de Curaçao envia o dinheiro para a instituição de pagamento, que envia o dinheiro para... Ela é a intermediadora do pagamento para o dinheiro chegar até o beneficiário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O contador aqui é o nosso Presidente Izalci, mas eu acho que nós estamos diante de uma situação...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Da mesma forma como você colocou, Senador, quando você faz a aposta, isso vai para a empresa pagadora, ela faz o câmbio e joga para o exterior. Quando volta, essa empresa dele no exterior...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Faz o câmbio de lá para cá?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... faz o câmbio, vai para a entidade pagadora e ela paga o...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, eu estou perguntando, eu estou repetindo isso aqui, Sr. Presidente, porque ele já se comprometeu em encaminhar os dados financeiros e contábeis para a CPI. E aí é hora de fazer a checagem, porque nós estamos diante de uma situação absolutamente atípica, não é? Nós estamos diante de uma situação absolutamente atípica. Essa LCT não me parece banco.

O SR. JOÃO STUDART – Ela é uma IP.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ela é uma IP.

O SR. JOÃO STUDART – Todas são IPs.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Instituição de pagamento?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Autorizadas pelo Banco Central?

O SR. JOÃO STUDART – Exatamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Autorizadas pelo Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E só para esclarecer, Senador, tem algumas entidades, inclusive, que não são mais autorizadas pelo Banco Central, é direto na Receita Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agora, a dúvida, enfim, é: por que a empresa de Curaçao não faz o pagamento direto a essas figuras ou essas empresas, obviamente, com o fechamento de câmbio?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, como eu digo, não é a minha área, mas eu acredito que não seja possível, porque senão seria muito mais fácil fazer a transferência do exterior. O processo legal permitido é esse, tanto que as emissoras só aceitam desta maneira: você não pode mandar direto da empresa do exterior; ela tem que vir para uma instituição de pagamento para pagar a ela.

E o detalhamento técnico não é a minha área, eu não sei te responder, mas eu faço uma petição, a gente faz e entrega para vocês todo o funcionamento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k., agradeço a disposição de V. Sa., Sr. Presidente. Eu gostaria que a Comissão consignasse um prazo razoável para essa entrega, de repente de cinco dias. É o suficiente?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO (*Fora do microfone.*) – Perfeitamente. Nós vamos tentar até hoje, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente, para que...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador, inclusive, na regulamentação, a informação que a gente tem é de que vai ser obrigada agora a instituição de pagamento a estar aqui no Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, mas a...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A empresa vai ter que ter uma instituição de pagamento própria, pela regulamentação. Ainda não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só a partir de janeiro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – Mas já é no Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Hoje...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – O pagamento sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... o meio de recebimento e pagamento deles está no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Já está no Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O que está lá fora... A empresa-mãe está lá, eles ancoraram...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas hoje é uma terceirizada. Estou dizendo que, pela regulamentação, vai ter que ter o próprio pagamento, a própria empresa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Relatora.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Senador Marcos Rogério, uma pergunta. Quando nós fizemos uma... Quando nós entramos na OIG... Quando nós enviamos o Pix para fazermos o depósito na OIG, recebemos o recibo de um CNPJ. Quando estornamos o recurso, veio de outro CNPJ.

V. Exa. fez a mesma coisa. Confere o CNPJ de depósito e de saque?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nesse caso, sim. Teve outras situações. Valores maiores são empresas diferentes. O valor que eu fiz era um valor pequeno, o valor direto, aí veio da mesma empresa. Então, tem as duas situações. Depois nós vamos juntar os documentos à CPI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não. Você queria acrescentar alguma coisa? Fique à vontade.

O SR. JOÃO STUDART – Não, só queria dizer... É porque a maioria dos *sites* opera com mais de três, quatro métodos... IPs de pagamento. Então, às vezes, quem te paga é uma instituição... Você deposita por uma instituição e, às vezes, é outra instituição que está lhe pagando. Pode acontecer. Só queria deixar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Algumas informações importantes: quanto a Betnacional teve de depósitos de apostadores este ano?

O SR. JOÃO STUDART – Senador, eu gostaria de manter em sigilo porque essa informação é estritamente comercial. Eu estou explicando para todo o Brasil, até a nível de segurança própria... A gente pode conversar para eu enviar aqui para a Comissão sob sigilo, mas publicamente é complicado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, eu não tenho dificuldade em relação a isso...

O SR. JOÃO STUDART – Certo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... e, se V. Sa. tiver o compromisso de enviar essas informações...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Com certeza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... eu pediria, a exemplo do que nós fizemos na CPI da Pandemia, de que eu participei, que V. Sa. encaminhasse, desde a constituição, os dados com a evolução dos depósitos feitos na Betnacional e colocasse à disposição da CPI.

E aí, a Relatora já disse aqui anteriormente, por parte deste membro, também não vejo dificuldade em relação a se atribuir o caráter de sigilo em razão das peculiaridades que envolvem essa questão, mas fica, então, o compromisso de V. Sa. de fazer o encaminhamento voluntário desses dados à CPMI.

Bom, outra pergunta também, e talvez V. Sa. vá para o mesmo caminho: quanto a Betnacional pagou de prêmios a apostadores este ano?

O SR. JOÃO STUDART – É a mesma resposta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas eu pediria esses dados, porque aí nós vamos...

O SR. JOÃO STUDART – Tudo bem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... ter uma situação que aí...

Veja, eu sou antijogo.

O SR. JOÃO STUDART – Tá.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu votei contra essa lei, eu discuti contra essa lei. Eu acho que isso é um retrocesso para o Brasil; hoje nós estamos vivendo os problemas sociais decorrentes disso, enfim. Agora, uma coisa é a minha posição política, que eu já manifestei democraticamente, outra coisa é você olhar para aquilo que está acontecendo no Brasil e ser ignorante acerca de aspectos que precisam ser apurados, seja do ponto de vista fiscal, seja do ponto de vista de práticas criminosas. Não estou fazendo essa afirmação em relação à empresa de V. Sa., porque isso está sendo apurado no conjunto, mas obviamente que esse é um universo em que se tem aí um ambiente de... assim, é uma caixa-preta.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava agora há pouco... É uma pena que eu não pude ficar aqui para fazer perguntas ao depoente anterior, mas vai ter oportunidade de voltar aqui, eu tenho certeza, porque o Ministro Haddad fez uma lista onde ele coloca lá pré-autorizações ou autorizações tácitas. E aí ele coloca, nessas autorizações tácitas, 101 empresas. E depois ele faz uma divulgação que pediu a exclusão de cerca de 2 mil *sites* de jogos, que ele considera jogos ilegais. E aí uma das empresas que estava naquele bloco dos jogos ilegais depois vira uma "pedagiante", porque ela sai do *hall* dos jogos ilegais e vira uma espécie de ancoradouro, uma espécie de plataforma, de... Aí, em vez de ser uma, ela virou 200, e está lá, e está tudo lá. Então, nós estamos diante de uma situação...

Com todo o respeito, Sr. Presidente, eu vou pedir a V. Exa., na sequência... Eu havia conversado com o Presidente e, se V. Exa. quiser consultar o Presidente, para não ter nenhum tipo de constrangimento aqui, e ouvir da Relatora, eu estou com um requerimento pronto, no âmbito dessa CPI, e eu gostaria de pedir a votação dele ao final da minha fala, de forma extrapauta. É um requerimento da maior importância, para providências que são também por demais importantes. Eu vou repassar a V. Exa., na sequência, esse documento.

Bom, o lucro da Betnacional este ano: também, certamente, vai invocar a mesma informação, o mesmo argumento de informação confidencial.

O SR. JOÃO STUDART – Sim. Eu acredito que, a partir do ano que vem, todos esses números vão estar com a Bet, internamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A partir do ano que vem...

Veja, assim, nós estamos diante de uma situação em que empresas de jogatina estão no Brasil funcionando, faturando, ganhando dinheiro sem pagar impostos. V. Sa. disse aqui que pagou o aporte de 30 milhões, a outorga.

O SR. JOÃO STUDART – Sim, sim, pagamos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pagou a outorga. Agora, deixa eu lhe perguntar. Nem estava no meu *script* fazer essa pergunta, mas eu lhe pergunto: qual o número do processo da Betnacional que levou a esse recolhimento de 30 milhões? Como se deu esse processo administrativo, que levou o Governo a recolher os 30

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões? Portanto, ele recebe a outorga, a lei fala da outorga, ela fala da necessidade de pagamento de outorga e das outras condicionantes para a autorização. Houve um processo administrativo? De que maneira que isso se deu?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, dentro... Como eu digo, não é minha área, eu tenho um baixo conhecimento nessa área, mas posso passar tudo. Os sócios aportaram o dinheiro na NSX Brasil e a NSX Brasil pagou a outorga de 30 milhões.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A NSX pagou...

O SR. JOÃO STUDART – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A NSX é a empresa de Curaçao?

O SR. JOÃO STUDART – A NSX Brasil que pagou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, tem uma outra empresa?

O SR. JOÃO STUDART – É, porque já foram abertos os CNPJs, que ainda não estão com licença válida pra poder pagar a outorga.

Então, a Betfair Brasil, todas as empresas que vão vir da SPA já estão com suas empresas abertas, mas elas não podem atuar ainda, só em 1º de janeiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. agora confundiu os meus neurônios aqui. Vou precisar perguntar um pouquinho mais.

V. Sa. até agora está falando da empresa que está sediada em Curaçao.

O SR. JOÃO STUDART – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É a primeira vez que eu estou ouvindo V. Sa. falar da NSX brasileira.

O SR. JOÃO STUDART – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É a mesma empresa?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Não... Deixa eu explicar.

O Governo, pra poder tirar a licença, abriu, até onde eu sei, um Cnae autorizando, pra poder pagar essa outorga. Então a nova empresa vai ter um CNPJ brasileiro e recolher os impostos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então o que V. Sa. está dizendo a esta CPI é que está operando à margem da lei pela empresa de Curaçao e tem uma empresa já com registro...

O SR. JOÃO STUDART – Não, eu não opero à margem da lei. Eu opero da maneira que é legal operar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, vamos aprofundar um pouquinho pra tentar entender o que é operar dentro da lei e fora da lei.

O SR. JOÃO STUDART – Certo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. está dizendo aqui que pagou os 30 milhões...

O SR. JOÃO STUDART – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... por uma empresa constituída no Brasil?

O SR. JOÃO STUDART – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... e que vai ser, a partir de 2025, a operadora do *game*?

O SR. JOÃO STUDART – Porque a gente transfere os ativos da empresa de Curaçao para a empresa brasileira.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas qual é o revestimento...

O SR. JOÃO STUDART – Essa é a maneira como é permitida pela lei, pelo Governo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A lei brasileira permite? É isso que V. Sa. está querendo dizer pra CPI? Que a lei brasileira permite você pagar por uma empresa, num CNPJ, e operar por outro, num paraíso, com sede num paraíso fiscal? É isso que V. Sa. está dizendo à CPI?

O SR. JOÃO STUDART – Sim, a gente está fazendo tudo que é permitido pela lei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não.

V. Sa. até agora não tinha dito em relação à NSX.

O SR. JOÃO STUDART – Eu já tinha dito antes aqui que a gente tinha a NSX Brasil e tudo mais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A NSX Brasil...

V. Sa. disse, lá no começo, pra esta CPI, que a Betnacional estava operando legalmente porque tinha pago a outorga. Agora eu lhe pergunto sobre o ato administrativo que validou a tramitação...

O SR. JOÃO STUDART – Não, não. Não, eu não falei isso não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... e V. Sa. vai dizer que, na verdade, a outorga foi paga para uma outra empresa que não está em operação.

O SR. JOÃO STUDART – Eu falei que a gente estava operando no Brasil, atualmente – toda a nossa história até aqui –, pelos meios legais, e que o Banco Central e que a lei permitem operar. A partir de 2025, nós estaremos com a NSX Brasil, porque precisamos passar os ativos do exterior pra cá e operar, pagar todos os impostos e recolher tudo no Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então a NSX de Curaçao não pagou a outorga ao Governo brasileiro? Pagou?

O SR. JOÃO STUDART – Pagou. Ela enviou o dinheiro pra... Os sócios enviaram o dinheiro. Os sócios da NSX enviaram o dinheiro pra NSX Brasil e pagaram a licença.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nós estamos falando de duas pessoas. Nós estamos falando da pessoa que está em Curaçao e da pessoa que está no Brasil. Ou não?

O SR. JOÃO STUDART – Eu envio todo o fundo, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A pessoa jurídica que está em Curaçao é uma.

O SR. JOÃO STUDART – Certo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A pessoa jurídica que nasceu no Brasil é outra.

O SR. JOÃO STUDART – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não me parece crível...

O SR. JOÃO STUDART – Meus advogados e todo mundo que está fazendo processos de licenciamento no Brasil estão seguindo o mesmo caminho.

Todos, todo o corpo de advogados.

Pinheiro Neto está aqui, é o nosso escritório que faz tributário e tudo mais, e eles estão fazendo tudo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Que a empresa de V. Sa. tem bons advogados, eu não tenho dúvida. E, por eles, tenho o absoluto respeito.

Nunca desrespeitei nenhum advogado, em nenhuma CPI. Pelo contrário, eu fui sempre defensor das prerrogativas de advogados em âmbito de CPI. Quem acompanhou a minha atuação aqui – no âmbito de CPIs, em muitas ocasiões, advogados foram desrespeitados – desrespeitados –, achincalhados. E eu sempre defendi, mesmo quando discordava da opinião, mas eu acho que são questões diferentes.

O SR. JOÃO STUDART – Com certeza, eu acho importante.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu não confundo a figura de quem está depondo com a figura do advogado.

O SR. JOÃO STUDART – Certo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, mas eu confesso a V. Sa. que me causa estranheza, e a esta CPI cabe apurar, porque a outorga, o pagamento de outorga por outra empresa não respalda o funcionamento daquela com sede no exterior, não se comunica.

O SR. JOÃO STUDART – A Flutter, por exemplo, tem a empresa internacional que opera atualmente no Brasil com a marca Betfair. E ela criou o CNPJ aqui, Betfair Brasil, que é esse... Todas as empresas da licença... Esse é o caminho.

Agora, foi o Governo que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. está dizendo que continuou operando com a empresa de Curaçao.

O SR. JOÃO STUDART – Sim, porque a partir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Falou, inclusive, em remessa de ativos...

O SR. JOÃO STUDART – ... do dia 1º de janeiro de 2025, tudo é transferido pro Brasil, acaba o exterior.

É isso o que acontece.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. disse que seu sócio é dono de uma empresa de meio de pagamento.

Você poderia declinar a esta CPI o nome desse sócio?

O SR. JOÃO STUDART – Bom, se eu não me engano, é o Leonardo Trigueiro, porque eu tenho 23 sócios.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – De qual empresa?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – LT.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – LT?

O SR. JOÃO STUDART – LT.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – LT, Leonardo...

O SR. JOÃO STUDART – Trigueiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Leonardo Trigueiro.

O SR. JOÃO STUDART – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Leonardo Trigueiro.

Bom, com relação à questão de recolhimento de impostos no Brasil pelas receitas que a empresa aferiu explorando o jogo no Brasil, não teve... Como V. Sa. disse que...

O SR. JOÃO STUDART – Nós recolhemos todos os impostos, o câmbio e o IOF, que era o que era possível recolher, que era o que dava para recolher.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Todos os impostos?

O SR. JOÃO STUDART – Era o que dava pra recolher.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Governo... V. Sa. está dizendo que o Governo brasileiro...

O SR. JOÃO STUDART – A legislação não me permitia ter um Cnae, ter uma empresa pra recolher os impostos aqui, infelizmente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. está dizendo que o Governo Federal está renunciando receita da atividade dos jogos, é isso?

O SR. JOÃO STUDART – Não, o que eu estou dizendo é que, como ainda não está regulado, não era possível a gente... Eu não acho que ele está renunciando nada, pelo contrário, eu acredito que ele está querendo regular.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. está afirmando aqui para a Comissão faz tempo que a sua empresa está regular, que está operando dentro da lei, que está tudo correto.

Bom, operar dentro da lei significa não operar com sonegação fiscal.

O SR. JOÃO STUDART – Ninguém...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ou a empresa de V. Sa. está cometendo o crime de sonegação fiscal ou o Governo está cometendo o crime de renúncia de receita. E aqui tem dois tipos de renúncia, a renúncia fiscal e a renúncia de receita, porque no caso da outorga é receita.

A empresa de V. Sa. está recolhendo tributos para além da questão da transação de câmbio?

O SR. JOÃO STUDART – Nós recolhemos os tributos que são autorizados e os que são possíveis de serem recolhidos, como câmbio e IOF, remetidos ao exterior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, eu vou pedir, Relatora, depois, pra gente fazer aqui uma acareação, porque, eu repito, eu gostaria de ver, mais uma vez, sentado aqui no banco da CPI, o Presidente da Loterj.

Eu fiz um pronunciamento no Plenário do Senado Federal pra criticar a pauta dos jogos há uns dois meses e eu falava do que estava acontecendo no Rio de Janeiro e do que estava acontecendo no Brasil. Pela fala do representante da Loterj do Rio de Janeiro, lá há recolhimento de impostos.

Nós estamos no mesmo país, na mesma República...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A União não está arrecadando ainda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... e lá no Rio de Janeiro tem, paga imposto, tem lá um sistema de pagamento que é público, licitado, e aí passa tudo por ali, então, você tem controle dos ativos financeiros.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, lá tem jeito. O jeito Haddad não tem. Por isso, eu estou perguntando: é a sua empresa que está sonegando ou é o Governo, o Ministro Haddad, que está renunciando receita?

O SR. JOÃO STUDART – Olha, nós estamos fazendo o recolhimento dos impostos que são possíveis de se recolher. Eu não tenho opinião além disso. Eu faço o que dá pra ser feito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E ISS paga? A sua empresa paga ISS, paga PIS-Cofins?

O SR. JOÃO STUDART – Ainda não é possível, só em 2025.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – CSLL paga, ou não?

O SR. JOÃO STUDART – Só em 2025.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Governo está doido querendo aumentar, inclusive, a taxação da CSLL, porque está faltando recurso, agora está com a pauta de corte de gastos, e nós estamos ouvindo V. Sa. aqui dizer que está operando no Brasil há quanto tempo? Há quase um ano já? Não, mais de ano, desde de 21.

O SR. JOÃO STUDART – Desde 2021, em junho... Mais ou menos junho de 2021.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Desde 21, quantos bilhões em sonegação fiscal? Quantos bilhões?

Então, Sr. Presidente, nós estamos diante de uma situação, e eu acho que esta CPI precisa se aprofundar e fazer o cruzamento de dados, pra apurar responsabilidades. E aí responsabilidades, obviamente, que vão recair sobre, eventualmente, quem esteja operando de forma ilegal, mas responsabilidades também de quem tem o dever de agir pra garantir o papel do Estado na arrecadação, e não age, mas que tem a coragem de vir a público numa nota e dizer: "Aqui estão as empresas autorizadas".

Eu pergunto novamente: por que, no Rio de Janeiro, quem opera lá tem que pagar todos os impostos, inclusive para o Governo Federal, e quem opera aqui, com o aval do Ministério da Fazenda, não paga imposto nenhum? Porque a questão do câmbio tem outra natureza. Eu estou falando dos tributos que todo brasileiro precisa pagar, quando opera no Brasil, quando atua no Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou à frente, Sr. Presidente, pra gente tentar concluir aqui...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só pra informá-lo, eu conversei agora com o Presidente, e ele sugeriu que esse requerimento de V. Exa. fosse votado na terça-feira. Então nós vamos adiar pra terça-feira.

Eu vou passar a Presidência aqui para a Senadora Soraya também, porque o Senador Eduardo Braga está me esperando sobre a reforma tributária.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vou passar pra Senadora. (*Pausa.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu indago V. Sa.: a Betnacional figura nessa lista do Ministério da Fazenda, no item 6 da lista.

Nessa lista do Ministério da Fazenda, também consta que houve autorização tácita a operar no Brasil juntamente... A Betnacional teve autorização para operar juntamente com outros dois *sites*: mrjack.bet e pagbet.com.

Esses *sites* são do senhor?

O SR. JOÃO STUDART – Sim, esse *site* pertence ao nosso grupo. Atualmente, só existem dois; não existe mais a Pagbet.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Desde quando estão em operação?

O SR. JOÃO STUDART – Acredito que 2022. A Mr.Jack...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Desde 2022? Um, o primeiro, 2021?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO STUDART – Betnacional, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Betnacional. E o segundo?

O SR. JOÃO STUDART – Em 2022.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está operando?

O SR. JOÃO STUDART – Sim, está operando. São operações menores, mas está operando ainda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Certo.

O SR. JOÃO STUDART – A Mr.Jack está operando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

Eu lhe pergunto: em 08/05... E aí, indo na direção do que V. Sa. trouxe agora há pouco, em 08/05/2024, o senhor constituiu a NSX Brasil, inscrita em CNPJ, devidamente registrada, em fase de tramitação no âmbito do ministério. Eu lhe pergunto: essa NSX Brasil é a dona desses três *sites* ou é a empresa de Curaçao?

O SR. JOÃO STUDART – A empresa de Curaçao. Nós transferiremos todos os ativos da empresa de Curaçao para a NSX Brasil no ano que vem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Estou perguntando isso, porque, desde 1º/10/2024, as três plataformas do senhor estão em pleno funcionamento, com autorização tácita do Ministério da Fazenda. Aí, eu lhe pergunto: V. Sa., muito cuidadoso, declinou a esta CPI que pagou a outorga; e, agora, com a mesma franqueza, diz que outros dois operadores, outros dois *sites*, também pertencem ao seu grupo econômico, e eu tenho a informação aqui de que eles estão em operação. Houve o pagamento de outorga também para esses dois *sites*?

O SR. JOÃO STUDART – A lei nos permite que tenhamos até três marcas por licença. Então a licença da NSX Brasil, no ano que vem, permite até três licenças; porém, operaremos com duas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, o que V. Sa. está dizendo é que a lei permite que você pague uma outorga e tenha mais de um produto operando no Brasil? É isso?

O SR. JOÃO STUDART – Sim. É possível ter três marcas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Três marcas?

O SR. JOÃO STUDART – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Três *sites* de apostas?

O SR. JOÃO STUDART – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Bom, vou repetir: essas empresas também não estão pagando impostos?

O SR. JOÃO STUDART – Todas as empresas estão na mesma situação da Betnacional. Nós pagamos todos os impostos que são possíveis de serem pagos no Brasil, remetemos o câmbio para o exterior, fazemos o IOF, fazemos tudo da maneira que é possível.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

Eu agradeço V. Sa. pelo...

O SR. JOÃO STUDART – Obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... depoimento que dá, pelo testemunho que dá no âmbito desta CPI.

Espero que a gente possa avançar na busca de todas as informações necessárias pra fazer até o cruzamento de dados daquilo que V. Sa. está falando aqui na CPI – e falou muito. Agradeço por falar, porque tem alguns que vêm aqui e optam por não falar, por não comunicar à CPI. E, no momento oportuno, a partir dessas informações, inclusive com a disposição de V. Sa... E eu quero mais uma vez agradecer, está consignado em ata desta CPI o compromisso de V. Sa. de encaminhar...

O SR. JOÃO STUDART – Sim, com certeza.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... documentos, dados financeiros, para que a gente possa fazer o cruzamento entre aquilo que V. Sa. está afirmando e aquilo que de fato está acontecendo.

Seguindo o dinheiro, obviamente a gente tem a condição de determinar se se está de acordo com a fala de V. Sa. ou não. Uma situação é o que a empresa está praticando, outra situação – e aí nós vamos ter que apurar também – é o que o Governo está fazendo, ou o que o Governo está deixando de fazer.

Dado o avançar da hora, eu não vou fazer discurso político aqui, mas é uma coisa de doido. O Governo agora está trazendo uma pauta para o Congresso Nacional de corte de gastos, e aí ele dá com a mão e tira com a outra, e é uma bomba-relógio, a bomba fiscal do Governo. Ele tenta fazer algo que vai estancar a crise, mas ele faz um gesto que vai na direção do corte, e aí ele faz outro no sentido de renúncia de mais receita, e aí zera tudo... E aí dá o que dá hoje, a gente está com o dólar lá nas alturas.

E aí a gente discutindo aqui a pauta dos jogos num ambiente de transações bilionárias – bilionárias, e os números vão dizer isso à CPI, qual é o universo de que nós estamos falando –, e o Governo simplesmente optou, escolheu não tributar.

Eu não votei a favor da legalização dos jogos no Brasil, mas me lembro, Senadora Soraya, de qual era o argumento para convencer Senadores e Senadoras no Plenário do Senado: nós queremos sair da ilegalidade para a legalidade, da ausência de tributação para a tributação. Nós queremos gerar tributos, recolher tributos para que o Brasil possa investir mais em saúde, mais em assistência, mais em cuidados. E anos depois a gente verifica que o Congresso Nacional foi enganado, enganado não sei se pelas empresas, de forma dolosa, diretamente, ou se enganado pelo Governo, que abre mão de arrecadar e agora quer sacrificar o povo brasileiro com uma pauta de cortes, que é necessária, porque senão escala a crise fiscal, mas tendo uma pauta como essa, que poderia ter resolvido muito mais do que aquilo que ele vai retirar com o corte, que são R$70 bi.

Só as outorgas... Se pegar as 101 empresas ali que o Haddad diz que estão autorizadas tacitamente, se pegar só essas 101, sem considerar aquela que embutiu lá a empresa como fachada e colocou mais de 200 por dentro, só as 101, nós teríamos algo acima de R$3 bilhões só

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em outorgas – R$3 bilhões só em outorgas. Nós estamos falando de um universo que é muito grande, e é uma pena que o Governo brasileiro esteja sendo tão benevolente com um setor que ganha tanto dinheiro à custa do sacrifício de muitos brasileiros.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Senador Marcos Rogério...

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – V. Exa. me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu vou lhe dar a palavra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Um minuto só.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – É só porque o Senador Marcos Rogério elegantemente nos deu cinco dias para apresentar aquele documento, e eu até disse que poderia fazê-lo imediatamente, mas a parte técnica está querendo fazer uma coisa um pouco mais ampla, mostrando como é que é hoje e como é que vai ficar no ano que vem.

Então, eu pediria para voltar aos cinco dias e impreterivelmente entregaremos aqui a documentação, só que agora mais completa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Cinco dias úteis?

Como é que o senhor quer contar... O senhor é que determina.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Como for na CPI.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sem objeção.

Acho que é...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Sem objeção.

O.k.?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Cinco dias úteis.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se a empresa tem a iniciativa de ofertar à CPI esse conjunto de documentos...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É que traga algo robusto, não é?

O SR. ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO – Perfeito.

Obrigado a V. Exas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Do que eu me lembrei, Senador Marcos Rogério, agora, e eu peço para a Consultoria e a assessoria voltarem ao depoimento do Sr. Fernando, da OIG: ambos têm a outorga, a autorização tácita... Faz tempo que eu... Uma autorização tácita, precária para trabalharem, só que o Sr. Fernando disse que já pagou a outorga, e o Sr. João Studart disse o seguinte: que ainda não pagou e que vai pagar a partir do dia – os 30 milhões, que eu acho pouco, agora eu estou achando pouco – a partir do dia 1º.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, o João disse que pagou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Ah, tá.

Então, está bom – então, está bom.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ele disse que pagou...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Você já pagou?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... pela NSX.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O senhor já pagou?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, ele pagou pelo braço nacional...

O SR. JOÃO STUDART (*Fora do microfone*.) – Pelo CNPJ nacional.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... pelo CNPJ Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O Fernando também já pagou? O que ele disse?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Não. O Fernando, não.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Fernando não pagou.

E Fernando disse que tem reconhecimento facial.

. Aqui este disse que ainda não tem, que estar desenvolvendo o sistema. Mas, agora, eu entendi.

Muito obrigada.

Bom, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas, inclusive do pessoal que está nos acompanhando pela internet e está contribuindo muito, muito mesmo – e, em breve, teremos um telefone e um *e-mail* para recebermos denúncias –, desejo para todos uma boa tarde e para nós um bom trabalho na sessão, que vai iniciar daqui a pouco, e convido todos para a próxima reunião da CPI, que será realizada na próxima terça, dia 10 de dezembro, às 11h da manhã.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 37 minutos.)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6710191034

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA CPI DAS BETS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Dr. Hiran e Soraya Thronicke, reúne-se a CPI das BETS com a presença dos Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Humberto Costa, Eliziane Gama, Alessandro Vieira, Marcos Rogério, Eduardo Gomes, Izalci Lucas e Ciro Nogueira, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Sérgio Petecão, Jorge Kajuru, Weverton, Damares Alves, Paulo Paim, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Efraim Filho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às dezesseis horas e reaberta às dezesseis horas e três minutos. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento**. **Finalidade:** Oitiva do Regis Anderson Dudena, Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, em atendimento aos requerimentos 78/2024 e 203/2024. **Resultado:** Depoimento realizado. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 185 de 2024** que: "Requisita RIF de GSA Empreendimentos e Participações Ltda." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 251 de 2024** que: "Convoca a Senhora Beatriz Salles Melges, Diretora Regional da BetConstruct." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 252 de 2024** que: "Requisita à Polícia Civil do Estado de SP cópia integral do inquérito que cuida da investigação de lavagem de dinheiro envolvendo o contrato de patrocínio entre Corinthians e Vai de Bet." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 253 de 2024** que: "Convida o Senhor Tiago Fernando Correia, Delegado da Polícia Civil de SP." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 255 de 2024** que: "Requer a criação de canal institucional destinado a receber denúncias." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 257 de 2024** que: "Convoca o Senhor Jorge Barbosa Dias, proprietário da MarjoSports, para prestar depoimento perante a CPI das Bets." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 258 de 2024** que: "Requisita RIF do Senhor Jorge Barbosa Dias, proprietário da Marjosports." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 259 de 2024** que: "Requisita do Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre os processos administrativos relacionados às autorizações concedidas ou negadas a empresas de apostas esportivas no Brasil." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Não

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreciado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 260 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa PIXBET SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 261 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa VENTMEAR BRASIL S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 262 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa LEVANTE BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 263 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa NVBT GAMING LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 264 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BETSPEED LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 265 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SEGURO BET LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 266 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BOA LION S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 267 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BIG BRAZIL TECNOLOGIA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 268 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa KING PANDA GROUP LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 269 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa NSX BRASILS.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 270 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BETESPORTE APOSTA ONLINE LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 271 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa APOLLO OPERATIONS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 272 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SUPREMA BET LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 273 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa GALERA GAMING JOGOS ELETRÔNICOS S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 23 -**

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 274 de 2024 que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa GROVE EAGLE GESTÃO DE BENS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 275 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa F12 DO BRASIL JOGOS ELETRÔNICOS." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 276 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa LUCKY GAMING LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 277 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BLAC JOGOS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 278 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa FAST GAMINGS.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 279 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa EB INTERMEDIACOES E JOGOS S/A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 280 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BETFAIR BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 281 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa OIG GAMING BRAZIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 282 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa CDA Gaming Ltda." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 283 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa GAMEWIZ BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 284 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SC Operating Brazil Ltda." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 285 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa HS DO BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 286 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa H2 LICENSED LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 287 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa APOSTA GANHA LOTERIAS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 37 -**

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 288 de 2024 que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SORENTO BAY LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 289 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa FUTURAS APOSTAS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 290 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa RESPONSA CAMMING BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 291 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa FC ENTRETENIMENTO ESPORTIVO LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 292 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa ATLANTIS COMÉRCIO ELETRÔNICO E SOFTWARE HOUSE LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 293 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SPE ÚNICA BET LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 294 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa LAGUNA SERVICOS E TECNOLOGIA LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 295 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa RR PARTICIPAÇÕES E INTERMEDIAÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 296 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa MERIDIAN GAMING BRASIL SPE LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 297 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SKILL ON NET LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 298 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa LINDAU GAMING BRASIL S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 299 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa APOSTA 1 LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 300 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa LEMA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 301 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

BETBOOM LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 302 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa ALFA ENTRETENIMENTO S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 303 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa ENSEADA SERVICOS E TECNOLOGIA LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 304 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa A2FBR Ltda." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 305 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SELECT OPERATIONS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 306 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SABIÁ ADMINISTRAÇÃO LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 307 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BELL VENTURES DIGITAL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 308 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa UPBET BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 309 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa EA ENTRETENIMENTO E ESPORTES LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 310 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa TRACK GAMING BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 311 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa FOGGO ENTERTAINMENT." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 312 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa ANA GAMING BRASIL S/A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 313 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa 7MBR LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 314 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BRILLIANT GAMES." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 315 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa SORTENABET GAMING BRASIL S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 316 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa GORILLAS GROUP DO BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 317 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BETBR LOTERIAS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 318 de 2024** que: "Requisição de transferência de sigilo bancário, fiscal, e RIF de DIGIPLUS BRAZIL INTERACTIVE LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 319 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, e RIF de HOPE GAMING LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 320 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de SEVENX GAMING S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 321 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de ELISA.BET CASA DE APOSTAS ESPORTIVAS E CASINOS ONLINE LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 322 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de ESPORTES GAMING BRASIL LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 323 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de BET.BET SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 324 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de REALS BRASIL LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 325 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de SISTEMA LOTÉRICO DE PERNAMBUCO LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 326 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de LBBR APOSTAS DE QUOTA FIXA LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 327 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de Hiper Bet Tecnologia Ltda" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 328 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de BRAND FORCE MASTERY LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 329 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de JBD COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 330 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de DEFY LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 331 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de BBET LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 332 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NEXUS INTERNATIONAL LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 333 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de OLAVIR LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 334 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de AMPLEXUS CORPORATION LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 335 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de ZBET LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 336 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de CASH FOR PAY LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 337 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de BRX GAMING SA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 338 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de PUSKAS BET ADMINISTRADORA DE APOSTAS ESPORTIVAS LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 339 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de G2 NEGOCIOS DIGITAIS LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 340 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de TROPICALIZE BET LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 341 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de LOGAME DO BRASIL LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 342 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de JOGO PRINCIPAL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 343 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de ZONA DE JOGO NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 344 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de WORLS SPORTS TECHNOLOGY LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 345 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de WK NEGOCIOS E FINANÇAS LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 346 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de GGR7 LAZER PAGM E PARTICIP S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 347 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de VANGUARD ENTRETENIMENTO BRASIL LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 348 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de FORTUNA DIVERSÕES ELETRÔNICAS LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 349 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de ESTADOX LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 350 de 2024** que:

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de BPX Bets Sports Group LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 351 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de SUPERBET INTERACTIVE BRASIL LTDA (SPRBT)" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 352 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de SPORTVIP GROUP INTERNATIONAL APOSTAS LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 102 - REQUERIMENTO Nº 353 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de SIMULCASTING BRASIL SOM E IMAGEM S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 103 - REQUERIMENTO Nº 354 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de KAIZEN GAMING BRASIL LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 104 - REQUERIMENTO Nº 355 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de MMD Tecnologia, Entretenimento e Marketing LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 105 - REQUERIMENTO Nº 356 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de MEGAPIX COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 106 - REQUERIMENTO Nº 357 de 2024** que: "Convoca o senhor Roney Carlos Mensch, CEO da Pixtopay" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 107 - REQUERIMENTO Nº 358 de 2024** que: "Convoca o Senhor Robinson Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da CPI das BETS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/10

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos. Desculpem o meu atraso, é que eu estava numa outra Comissão e não podia sair de lá. Desculpem-me minha Relatora, nossos Senadores e Senadoras, membros da Comissão.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da CPI das Bets, criada pelo Requerimento nº 680, de 2024, para investigar, no prazo de 180 dias, a crescente influência dos jogos virtuais de apostas *online* no orçamento das famílias brasileiras, além de possível associação com organizações criminosas, envolvendo práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Hoje eu vou começar a nossa sessão convidando o Sr. Regis Anderson Dudena, Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, que se encontra presente e foi convidado para esta Comissão nos termos de Requerimento nº 78/2024 e 203/2024.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Seja bem-vindo!

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Passo a palavra ao convidado, o Sr. Regis Anderson Dudena, pelo prazo de 20 minutos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Bom dia a todas e todos. Bom dia, Presidente Hiran; bom dia, Senadora Relatora Soraya Thronicke, em nome do Ministério da Fazenda e do Governo Federal, e especialmente da Secretaria de Prêmios e Apostas, eu agradeço o convite e a oportunidade de vir a esta Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal para falar um pouco sobre tudo aquilo que o Governo Federal tem feito, desde a sua posse em 2023, para controlar um setor que tem trazido diversas questões para a sociedade brasileira. Então, essa oportunidade me dada aqui por esta CPI é algo bastante valoroso porque, de fato, o Ministério da Fazenda e o Governo Federal têm bastante a mostrar do que foi feito desde 2023 em relação a essa temática.

Antes de propriamente chegar a 2023, eu acho que vale a pena aqui, Presidente, Relatora, falar que, pela primeira vez, depois de décadas de proibição da atividade de apostas no Brasil, em 2018 é legalizada a atividade de apostas esportivas. A Lei 13.756, conversão de uma medida provisória, trouxe então a legalização da atividade de apostas de quota fixa, e essa lei trazia, lá no seu art. 29, §3º, uma previsão de necessidade de regulamentação deste setor. Essa necessidade de regulamentação expressamente prevista na lei indicava, inclusive, um prazo para o Executivo Federal de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos, para que essa regulamentação fosse feita. O fato histórico é que, desde dezembro de 2018, com a sanção da lei, passados quatro anos previstos para essa regulamentação, essa regulamentação não foi feita.

A gente identifica que um dos grandes problemas que resultou nesse contexto atual de presença da atividade de apostas na sociedade brasileira de uma forma não controlada decorre, sobretudo, desse período em que se previa, legalmente inclusive, uma determinação legal ao Ministério da Fazenda para regulamentação, que não foi feita.

Começando, então, em 2023, ainda em transição, mas sobretudo no começo do ano, o Governo Federal identifica que aquela lei, de 2018, era uma lei incipiente e era uma lei insuficiente para o controle da atividade de apostas no Brasil. E é por esse motivo que o Governo Federal manda ao Congresso Nacional, iniciado obviamente pela Câmara dos Deputados, um projeto de lei, o Projeto de Lei 3.626, de 2023, e também uma medida provisória, a Medida Provisória 1.182, de julho de 23. Essa medida provisória e esse projeto de lei visam basicamente a três coisas: a proteção dos apostadores, a proteção da economia popular – com

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o incremento do controle ao combate à lavagem de dinheiro, um dos temas bastante relevantes para esta Comissão Parlamentar de Inquérito – e busca o enfraquecimento dos riscos de manipulação de resultados esportivos – um tema também já tratado em outra CPI desta Casa, presidida pelo Senador Kajuru e relatada pelo Senador Romário.

Esse projeto de lei, junto com a medida provisória, traz também outros elementos que nos foram bastante relevantes, como: trazer a cobrança de outorga para esse regime; trazer ação sancionadora, algo que não era previsto na lei de 18; trazer um dever que essas empresas se constituíssem no Brasil, como empresas brasileiras, sediadas no Brasil, conforme a legislação nacional; a proibição da atividade de empresas não autorizadas que fizessem publicidade, patrocínio e propaganda no Brasil; e também aqui, nesse projeto de lei e nessa medida provisória, ambos de autoria do Executivo Federal, pela primeira vez temos a expressa proibição da participação de crianças e adolescentes no contexto de apostas no Brasil.

Então, acho que esse é um primeiro marco, Presidente, Relatora, que eu acho importante ficar claro, que é: já em meados de 23, o Executivo Federal, identificando esses problemas, viu a necessidade de um incremento legislativo, e, por isso, por sua iniciativa, manda um projeto de lei e uma medida provisória melhorando a lei, trazendo mais restrições, mais controle dessa atividade no Brasil.

A medida provisória propriamente dita tramita, mas ela caduca, não é convertida em lei, mas o seu texto é incorporado neste projeto de lei mencionado de autoria do Executivo e resulta na Lei 14.790, que é hoje a principal lei que trata do tema.

Nesse meio tempo, é importante também apontar que o Ministério da Fazenda, já identificando a necessidade de algumas restrições e controles, em outubro de 23, edita uma portaria normativa, a Portaria Normativa 1.330, que trata de regras gerais relacionadas ao tema da atividade de apostas no Brasil.

Aqui eu acho importante também avançar para que a gente tenha um conhecimento alinhado aqui sobre o tema, que é, se olharmos para a Lei 14.790, nós temos algumas alterações que foram incluídas na lei pelo Congresso Nacional que passam a ser bastante relevantes para a atividade de regulamentação, regulação de controle e fiscalização dessa atividade no Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa lei de dezembro de 23 traz uma ampliação do objeto de apostas – e isso é importante ficar claro – por emenda parlamentar, durante a tramitação no Congresso Nacional, entendendo-se por bem ampliar. Para além da atividade de apostas em esportes, das apostas esportivas, ampliou-se também para os chamados jogos *online*. Então essa ampliação do objeto se dá no projeto de lei em tramitação por emenda parlamentar.

Adicionalmente, também por emenda parlamentar, este Congresso entendeu por bem dar ao setor, por conta da ampliação da complexidade regulatória, um período de adequação. Então também na Lei 14.790, de dezembro de 23, nós temos a inclusão de um parágrafo único ao art. 9º que expressamente determina que deva haver um período de adequação – texto do parágrafo único – não inferior a seis meses, para que o setor se adeque. E esse período de adequação também determina este dispositivo mediante regulamentação do Ministério da Fazenda.

Então o Congresso, na aprovação da lei, determina um período de adequação, dizendo que como se dará esse período de adequação, se dará mediante regulamentação, sendo que o prazo propriamente dito para aplicação das regras setoriais fica restrito a não inferior a seis meses.

O que aqui é importante ficar claro no entendimento do Ministério da Fazenda – e aqui com base em pareceres jurídicos da Advocacia-Geral da União, especificamente da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que é o órgão da AGU dentro do Ministério da Fazenda – é que esse período de adequação é, sim, impositivo ao Ministério da Fazenda no seu âmbito de regulamentação, mas ele não se aplica à lei extravagante ao tema regulação do setor de apostas.

Então, a gente tem feito questão de deixar muito claro que se é verdade que a regra específica do setor prevista em ambas as leis e as regras, sobretudo das portarias dos atos normativos infralegais do Ministério da Fazenda, tem esse período de adequação, que ficou então estabelecido até dia 31 de dezembro deste ano, todo o restante da legislação sempre foi, continua sendo e continuará sendo válido, ou seja, valem aqui alguns exemplos: Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação que trata sobre combate à lavagem de dinheiro. Tudo isso era válido, continua sendo válido e continuará sendo

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

válido. Esse período de adequação cabe para aquilo que o Ministério da Fazenda, no âmbito das suas competências legais de regulação setorial, fez com a regulamentação. E é por isso que a plenitude de tudo aquilo que eu vou falar na sequência se dá com vigência plena a partir do dia 1º de janeiro, ali na frente, daqui 22 dias, salvo erro matemático meu.

Passado então à sanção desse projeto de lei, aqui vale uma menção, existiam alguns dispositivos de natureza tributária nesse projeto de lei que, mediante a análise da Receita Federal do Brasil, identificou-se que era algo negativo, como, por exemplo, o regime específico tributário aplicado aos apostadores. A Receita entendeu que não era a forma mais adequada de termos um pleno controle da tributação do Imposto de Renda sobre aquilo que foi auferido pelos apostadores, por isso, a Receita sugeriu o veto, que foi acolhido então pelo Ministro e pelo Presidente da República. E esse veto foi feito, de fato, restringindo e deixando mais clara uma maior presença da tributação também para apostadores. Veto este que, uma vez apreciado soberanamente pelo Congresso Nacional, foi derrubado.

Então aqui também há uma alteração que foi feita ao projeto de lei mediante a imposição de um veto, que foi derrubado pelo Congresso Nacional, voltando então aquele regime tributário que a Receita havia identificado como possivelmente problemático.

Seguindo então, depois dessa aprovação da lei – então, a primeira vez depois desse período de discussão com o Congresso Nacional acerca de como esse setor deveria ser regulado –, a lei é sancionada entre Natal e Ano-Novo, dia 28 de dezembro de 23. Uma vez sancionada essa lei, no próximo mês, já em janeiro, o Ministério da Fazenda é reestruturado por meio de um decreto da Presidência da República, criando-se então um órgão regulador para cumprimento de todas as competências legais de regulamentação, de presença do Estado na intervenção deste setor. Então a Secretaria de Prêmios e Apostas, que eu aqui represento, foi criada em 30 de janeiro de 24, com o intuito de fazer todas as etapas do processo regulatório, a partir de edição de atos normativos, passando pelo processo de autorização, o processo de monitoramento e fiscalização, assim como o processo de ação sancionadora, medidas – todas essas – que só foram possíveis graças ao projeto de lei e à medida provisória encaminhada pelo Executivo federal para o Congresso Nacional.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A atividade efetiva de normatização do setor começa já em fevereiro. Então, em fevereiro – 23 de fevereiro de 24 –, nós temos a primeira portaria editada pela Secretaria de Prêmios e Apostas, que é uma portaria que trata das certificadoras. Para quem não é familiarizado com este setor, aqui as empresas que atuam têm os seus sistemas de apostas e os jogos que são disponibilizados, e elas são submetidas a um processo de uma certificadora. Essa certificadora é habilitada pelo Ministério da Fazenda e, uma vez cumpridos todos os requisitos que estão presentes nesta Portaria nº 300, de fevereiro, essas entidades podem emitir os certificados, atestando que, de fato, aqueles sistemas de apostas são cumpridores de toda a legislação.

Em abril deste ano, então, na sua atividade como órgão regulador, o Ministério da Fazenda e a Secretaria de Prêmios e Apostas identificam uma necessidade de comunicar à sociedade, de comunicar a esse setor que haverá uma política regulatória e haverá uma agenda regulatória. Então, temos a Portaria 561, de abril deste ano, que traz um rol de temas, 11 temas, que seriam, como previsão na portaria, regulamentados ainda até o mês de julho deste ano, de modo a se ter a plenitude da carga regulatória normativa necessária para a atividade desse setor. Então, essa portaria foi publicada.

Na sequência, em abril deste ano, foi ainda publicada a Portaria 615, que é a portaria que trata de meios de pagamento, ou, para usar a semântica prevista na lei, transações de pagamento. Aqui é a primeira vez, então, que o regulador intervém nesse setor para dizer como serão as transações de pagamento, a forma de pagamento, meios de pagamento para o setor. É aqui, nessa portaria de abril deste ano, por exemplo, que a gente traz a necessidade de que as prestadoras de serviços financeiros sejam instituições financeiras ou instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen. É aqui que a gente determina que as formas de transferência só podem ser formas eletrônicas. É aqui que se proíbe, por exemplo, o pagamento em dinheiro, o pagamento com criptoativos, o pagamento com cartão de crédito. Tudo isso foi feito, então, numa portaria publicada no *Diário Oficial* em 16 de abril deste ano, a Portaria 615.

Em maio... E aí aqui há uma mudança de comando, digamos assim, da secretaria, dado que essa secretaria ainda foi assinada pela secretária adjunta, que estava interinamente como secretária; e, a partir de final de abril, eu assumi como secretário, efetivamente, da secretaria.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a partir daqui, antes... Todos esses atos normativos, todos esses estudos são obviamente do Ministério da Fazenda, no exercício das suas competências. Mas eu, na pessoa física, digamos assim, assumo a partir dessa próxima portaria.

Já, dia 2 de maio, a primeira portaria normativa por mim é assinada, a portaria que trata dos sistemas. De novo, aqui, dada a complexidade do setor, existe uma portaria bastante robusta, bastante cheia de conteúdo técnico, para dizer o que um sistema de apostas precisa ter para que ele possa ser ofertado no Brasil.

Ainda em maio, dia 21 de maio de 2024, há, então, uma das portarias mais esperadas, durante anos, pelo mercado, que é a portaria que traz as regras e condições para se obterem as autorizações do Brasil. Então, se é verdade que a atividade de aposta, legalizada lá em 2018, esperava regras, esperava um procedimento que nunca tinha sido pensado, em maio deste ano é publicada a Portaria 827, que traz exatamente todos os requisitos para se saber quem são essas empresas, quem são os seus dirigentes, quem são os seus sócios, quem são os seus beneficiários finais.

Essa portaria, além de tudo, abre o processo de autorização. É nessa data que se inicia o processo em que a gente recebe os pedidos de autorização para avaliarmos e podermos chegar à definição de que aquelas que cumprirem todos os requisitos poderão, então, atuar no Brasil, de forma legalizada, sobretudo contando aqui com esse período de adequação, previsto na lei, do dia 1º de janeiro de 2025.

Em julho deste ano, há mais uma portaria bastante relevante, sobretudo para a temática trazida no âmbito desta CPI, que é a portaria que trata de políticas, procedimentos de controle e de prevenção à lavagem de dinheiro. Aqui, nós temos uma portaria que foi construída a diversas mãos, com ajuda do Banco Central, com ajuda do Coaf, com ajuda da Enccla, com ajuda da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para, de fato, termos um regramento de controle de fluxos financeiros; para, de fato, termos um controle para saber e identificar elementos que são indícios de lavagem de dinheiro, que devem, portanto, ser olhados com maior atenção; que devem, portanto, ser comunicados ao Coaf e comunicados à Secretaria de Prêmios e Apostas. E, obviamente, o fluxo dessa temática é uma remissão ao órgão de persecução penal da temática, que é a Polícia Federal do Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos uma portaria de julho deste ano... Antes mesmo de muitas dessas discussões tratadas sobre apostas virem para a mídia, virem para a discussão social, o Ministério da Fazenda já tinha publicado, então, a portaria que trata do tema do combate à lavagem de dinheiro.

Também, em julho, dia 29 de julho, nós temos uma temática específica, que é a previsão de regras para jogos *online* – quais são os jogos que, uma vez atendida a legislação e uma vez atendido todo o regramento previsto aqui, poderão ser legalmente ofertados. Aqui, muitos dos temas são trazidos, jogos específicos que nos são questionados, esse pode, esse não pode... Essa é a portaria que visa, justamente, responder a esta pergunta: o que precisa um jogo para atender à plenitude da legislação e da regulamentação?

No dia 30 de julho deste ano, nós temos uma regra específica de destinação. Como é do conhecimento das senhoras e dos senhores, a lei trata de determinados valores que são destinados conforme a lei manda, e aqui nós temos um regramento formal de como essas destinações precisarão ser pagas. Além disso, nós temos duas portarias procedimentais, que são bastante relevantes: uma portaria publicada também dia 31 de julho deste ano, que é a portaria de monitoramento e fiscalização, uma portaria que trata de como esse setor vai ser olhado, como nós vamos identificar a necessidade de uma fiscalização mais próxima e como vamos instruir os processos, para que possamos, eventualmente, chegar a um processo sancionador, processo sancionador esse que também tem uma portaria – a Portaria 12.233, de julho deste ano também –, que trata especificamente do regime sancionador.

E temos ainda uma portaria que nos parece uma das mais relevantes aqui pros problemas muitas vezes apontados, que é a portaria de jogo responsável, uma portaria que trata de como a relação entre apostador e casa de apostas deve se dar. Aqui, nós temos uma preocupação muito grande, Presidente, de proteção do apostador; aqui nós temos regras de proteção, pra evitar problemas de saúde mental, pra evitar problemas de superendividamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – ... um controle de como essa atividade deva se dar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, acho importante voltar àquele dispositivo do parágrafo único do art. 9ª, pra dizer que nós identificamos, em setembro deste ano, a necessidade de traçarmos uma primeira régua, pra separar o joio do trigo, pra separar empresas, que, à guisa de prestar atividades de aposta, estavam, pura e simplesmente, explorando apostadores e praticando crimes.

Então, utilizando aquela competência regulatória trazida pelo parágrafo único do art. 9ª, nós previmos, na Portaria 14.759, condições e prazos de adequação; e é nessa portaria que nós fazemos o primeiro corte, pra dizer que, uma vez aprovada a lei em dezembro, uma vez aprovado todo o regramento normativo até julho deste ano, uma vez iniciado um processo de autorização em maio, aquelas empresas que sequer pediram autorização até setembro deste ano, elas não podem mais ser reconhecidas como "em período de adequação". Então, essa portaria visa separar essas empresas e dizer: aquelas que pediram a autorização poderão ser reconhecidas como "em adequação".

E é importante ficar claro, Senadora Relatora Soraya, que aqui nós estamos falando de algo muito precário, que nada deve se confundir com autorização. O processo de autorização está em curso, está sendo avaliado pela área de autorização, com o auxílio da nossa área de monitoramento e fiscalização.

Aqui, o que nós fizemos foi, simplesmente, apartar, cortar e excluir, desde logo, empresas que sequer vieram ao Estado brasileiro pra pedir autorização; e, como existe um comando legal de período de adequação, nós reconhecemos que só poderemos reconhecer, até 31 de dezembro deste ano, como "em adequação", aquelas empresas que já pediram.

E qual que é uma das grandes vantagens disso? Com essas empresas indicando onde e como elas atuam, pela primeira vez o Estado brasileiro sabe exatamente quem são essas empresas. Nós sabemos quem é o CNPJ que pediu a autorização; nós sabemos quem são os titulares, os acionistas dessa empresa; nós sabemos quem são os beneficiários finais; e, pela primeira vez, o Estado brasileiro tem controle e pode identificar pessoas físicas e jurídicas atreladas a essas atividades.

E, a partir disso, nossa área de fiscalização e monitoramento, muito bem gerenciada por um agente da Polícia Federal, que está cedido para a Secretaria de Prêmios e Apostas... Pela

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeira vez nós conseguimos olhar e identificar quem são essas empresas, pra poder fazer monitoramento e fiscalização.

A partir desse ato normativo, o que é importante já identificarmos? Nós estabelecemos ainda, expressamente na normativa, algo até redundante, do ponto de vista normativo, que é: as outras leis – as leis não específicas da regulação setorial – se aplicam em sua plenitude a esses agentes também, por óbvio. Mas por que isso é importante de ficar dito? Porque essas empresas – que vieram ao Ministério da Fazenda, pediram a autorização, estão sendo avaliadas e terão uma resposta no decorrer dos próximos tempos – já podem ser enquadradas em outras infrações legais, tanto de natureza de contravenção quanto de natureza criminal, e assim nós poderemos usar esses elementos, inclusive para negar, no âmbito da nossa discricionariedade de administração pública, as autorizações para que essas empresas atuem.

O que foi feito, então, a partir dessa portaria de adequação? Nós criamos o que nós chamamos de lista positiva, que são essas empresas que estão precariamente em período de adequação e, por isso, poderão atuar, desde que cumprindo já, obviamente, a plenitude do ordenamento jurídico naquilo que não for específico da regulação; e, com essa lista, nós criamos aquilo que chamamos de lista negativa, que são *sites*, que são domínios que prestavam esse serviço sem sequer ter vindo ao ministério para pedir essa autorização.

De lá para cá, nós já tivemos três levas de domínios que foram identificados pela nossa área, em muitos casos com ajuda da Polícia Federal e de outros órgãos de persecução penal. Nós já derrubamos um total de 5.283 domínios. Foram três levas: uma de 2.027, outra de 1.443, uma terceira de 1.813. Então, 5.283 *sites* já foram derrubados, e nós já temos mais uma leva que deve ser encaminhada à Anatel para derrubada.

A última coisa que eu gostaria de trazer a esta CPI é o processo da autorização, que se encontra na sua fase final. Como eu disse, em maio deste ano nós tivemos a abertura dos pedidos de autorização. O que nós fizemos lá, nesse procedimento aberto em maio deste ano? Nós demos um prazo, dizendo que todas as empresas que nos requeressem autorização até dia 20 de agosto deste ano terão o seu processo analisado até o final, desde que cumpram todos – também – os seus papéis na relação com o órgão autorizador, a Secretaria de Prêmios e Apostas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até essa data, até o dia 20/8, nós tivemos 114 requerimentos. Desses 114 requerimentos, que nós estamos em fase final de avaliação, nós já temos 71 empresas que foram chamadas para o cumprimento daqueles requisitos finais previstos na portaria. Aqui os requisitos finais – além de alguns técnicos, como aquela certificação do seu sistema de apostas –, na maioria, são relacionados a questões financeiras, que são integralização do capital, constituição da conta reserva e o pagamento de outorga. Então, 71 empresas, hoje, já foram notificadas pelo Ministério da Fazenda, e elas têm 30 dias, a partir da sua notificação, para cumprimento desses requisitos finais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Dessas, 16 já pagaram a outorga. Então, nós temos, hoje, 16 empresas que já pagaram um total de R$480 milhões em outorga ao Ministério da Fazenda.

O que é importante ficar claro aqui é que, mesmo nessa fase final, por dever de diligência do Ministério da Fazenda, nós estamos pedindo informações sobre a origem desse capital. Então, mais uma vez, novamente, a atenção do Ministério da Fazenda é de perguntar àquele que integralizou o capital, àquele que pagou a outorga, àquele que constituiu a conta liquidez, de onde vem esse dinheiro. E ele terá que nos informar, e é a partir desse conjunto de informações que concluiremos, até o final deste ano, a primeira leva de autorizações, que, a partir do dia 1º de janeiro, irá estar em pleno cumprimento da legislação e dos normativos infralegais editados pelo Ministério da Fazenda.

Eu espero ter conseguido, nesse tempo... e peço desculpa, tanto ao Presidente e à Relatora, mas, sobretudo, a todos que nos ouvem, por ter me alongado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – ... mas, como podem ver, a complexidade do tema demanda que a gente explique bastante no detalhe. E, obviamente, eu estou à disposição desta Casa, hoje e sempre, para qualquer esclarecimento adicional. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Sr. Anderson Dudena.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra... Regimentalmente, nós temos os dois autores do convite, que foram a Senadora Soraya, nossa Senadora Relatora, e o Senador Izalci. Então, passo a palavra à nossa Senadora Relatora, Senadora Soraya Thronicke. Por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, servidores, todos aqueles que estão nos assistindo. Bom dia, Sr. Regis Dudena, agradeço a presença de V. Sa. aqui hoje. Eu me recordo que, logo que eu entrei com um requerimento de abertura desta CPI, o senhor me telefonou, se colocou à disposição, e nós estamos aprendendo, dia a dia, e correndo atrás de um prejuízo – a verdade é essa.

Eu gostaria de perguntar para o senhor. O senhor tocou em um ponto interessante aqui, o senhor tocou em contravenção penal. O art. 58 – eu acho que é o 58, se não me engano –, o 58 da Lei de Contravenções Penais proíbe "explorar ou realizar a loteria denominada jogo do bicho, ou praticar qualquer ato relativo à sua realização ou exploração." Se formos pela letra fria da lei, numa interpretação absolutamente literal, nós só iremos ter esse jogo de azar, o jogo do bicho, como contravenção penal. Mas os jogos de azar, em geral, sempre foram proibidos no Brasil.

Não sei se o senhor consegue trazer para nós aqui... Sobre a sua formação, o senhor tem formação jurídica?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k. O senhor entende que pode ter, com a Lei 14.790 e mesmo com a 13.756, do Governo Temer, e essa do Governo de agora – foi agora, em 2023, já neste Governo que nós aprovamos –, o senhor acredita que possa ter havido uma derrogação do jogo de azar? Uma derrogação tácita, eu digo?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Aqui, Senadora, eu vou tomar alguns cuidados porque acho que é importante a gente separar o meu papel de Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda com a minha formação como advogado e minha opinião técnica como advogado. A minha advocacia hoje é a Advocacia-Geral da União; quem nos

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atende é a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e eles são os órgãos jurídicos que devem dizer pelo Ministério da Fazenda neste momento.

O que eu diria, de bate pronto, para a Senadora Relatora, é que me parece que, dada a especificidade do setor de loterias no Brasil, o que precisamos entender é que o que é legalizado pela legislação – tanto na lei de 2018 quanto na lei de 2023 – é aquilo que expressamente o faz. Então, a legislação de 2018 fala sobre aposta de cota fixa em atividades esportivas, e a lei de 2023 trata especificamente também de aposta de cota fixa em atividades esportivas e dos jogos *online*, tal qual ela assim define.

O que precisaremos entender – e aí acho que é um papel, de fato, dos órgãos jurídicos do Executivo federal e, eventualmente, inclusive do Judiciário, caso assim seja necessário – é como sistemicamente o ordenamento jurídico deve ser avaliado.

Parece-me que aquilo que está no âmbito das apostas de quota fixa previsto na Lei 14.790 não faz sentido: ao mesmo tempo o Estado reconhecer que essas atividades são um serviço público prestado mediante autorização por privado e manter reconhecido aquilo como contravenção.

Por outro lado, o caso específico desta atividade denominada jogo do bicho me parece, salvo melhor juízo, que não está no escopo da Lei 14.790, mas a definição jurídica sobre esse tema eu deixo para os órgãos jurídicos se manifestarem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – É porque nós temos dois tipos de *bets*, dois tipos de apostas: as *bets* esportivas de loterias, que migraram agora para o meio virtual também, e os jogos de azar. Então, são dois tipos. O senhor citou aqui... É porque, dentro da regulamentação da alçada do Poder Executivo, da sua secretaria – que, diga-se de passagem, foi criada aí neste ano de 2024 –, o que nós vemos? Vocês, para analisarem se esse CNPJ pode ou não obter uma autorização, uma outorga, seja qual for o nome... Precisa ser avaliado se é uma empresa que comete contravenção penal. Então, como o senhor citou, teria que ser feita essa peneira antes. Eu vejo que nós estamos vivendo um limbo jurídico, tanto que eu pedi para a Consultoria fazer essa análise jurídica, se houve uma derrogação. É lógico que é diferente o jogo do tigrinho, do aviãozinho, do ursinho... Esses jogos aí, por mais que sejam bichinhos, não são necessariamente iguais ao jogo do bicho,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas são jogos de azar. Então, de repente, nós estamos aqui... Nós precisamos obviamente burilar a legislação. Bom, mas enfim, isso é uma pergunta que fica e nós precisamos trabalhar nela, inclusive vocês, porque, senão, nós não conseguiremos entrar em um entendimento.

Outra pergunta, Sr. Regis Dudena. É que eu estive com o Sr. Caio Baigorri, que é o Presidente da Anatel... Quero dizer aqui que eu estou aberta para receber todas as instituições, todos os órgãos que estão colaborando conosco; não estou aberta para tratar com pessoas investigadas, com pessoas que vão ser inquiridas aqui de uma outra forma. Então, obviamente, nós, trabalhando juntos – Poder Executivo e Poder Legislativo –, podemos conversar. E o Presidente da Anatel me disse da dificuldade que ele encontra quando vocês pedem para derrubar esses *sites*. O que ocorre? Foi o que nós vimos aqui em uma simulação com a OIG, por exemplo, que está com essa autorização precária já do Ministério da Fazenda, segundo ele. O que nós percebemos nas três plataformas? Aqueles que foram derrubados voltam com outro CNPJ. As três plataformas a que cada CNPJ tem direito abrigam em seus *sites* esses demais jogos que foram antes derrubados e proibidos. Então, nós também temos um desafio muito grande em relação à tecnologia.

Por isso até, eu recebi do Presidente da Anatel uma minuta de projeto de lei para que consigamos aumentar a competência da Anatel, para que ela também tenha meios: ela não tem braços tecnológicos suficientes para esse desafio novo. Então, nós temos um desafio, precisamos tratar dele, mas precisamos, antes de tudo, assumi-lo.

Então, por mais que o Ministério da Fazenda tenha se esforçado, por meio da sua secretaria, em derrubar mais de 5 mil domínios, não foi efetivo ainda, porque eles estão encontrando outros meios de trabalhar. Então, aqui fica essa observação.

Gostaria de saber quais são as medidas que vocês pretendem tomar em relação a esse exato problema.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui, Senadora, temos duas dimensões de problemas que valem a pena ser abordadas.

A primeira delas é: quando o Ministério da Fazenda, por meio da sua secretaria, especificamente da Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização, identifica domínios que

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão prestando ilegalmente essa atividade, essa notificação do domínio é feita à Anatel, que, por sua vez, notifica as prestadoras de serviços de internet para que aquele domínio seja derrubado. Então, só um pequeno ajuste é: a efetividade da derrubada do domínio é de 100%. Esses 5 mil... Os domínios estão derrubados e derrubados continuaram. Nós sabemos do desafio que é essas pessoas que estão por trás do domínio saírem e criarem um novo domínio, mas o que nos cabe, neste momento, é olhar para esses domínios e mandar derrubá-los, porque isso é um primeiro desincentivo para aquelas empresas que ilegalmente atuam no Brasil permanecerem, porque sai caro você criar toda vez um novo domínio e ter que fazer uma captação de clientes novos para esse novo domínio. Isso é um desincentivo, mas não é o único. O que nós identificamos como o principal meio de coibir o ilegal nessa atividade de apostas é a existência do legal: saber que existem empresas que, a partir do dia 1º de janeiro, poderão ser identificadas como legais, no Brasil, como autorizadas, que cumprem a legislação. E nós temos, inclusive, mecanismos de identificação dessas empresas: com a extensão do domínio, que será bet.br apenas para aquelas empresas autorizadas, nós conseguimos comunicar à população que essas são as empresas autorizadas a funcionar.

Eu queria só, Senadora, se a senhora me permite, fazer um pequeno reparo no uso da palavra "autorização" das empresas que estão aqui. É importante, muito importante, do ponto de vista técnico e jurídico, ficar claro que não se trata de uma autorização, se trata de um período de adequação previsto na legislação, que foi regulamentado pelo Ministério da Fazenda para restringir aqueles que podem estar atuando, se utilizando deste período de adequação. Não pode, de forma alguma, tecnicamente, do ponto de vista do direito administrativo, se confundir com o instituto da autorização, que é um instituto próprio de outorga de um serviço público do Estado para um particular.

Mas, ainda em relação à temática da Anatel, é importante dizer que há outras ferramentas de que estamos lançando mão. Então, por exemplo, nós estamos em contato com o Banco Central do Brasil para fazer um cerceamento da atividade de prestação de serviços financeiros.

Aqui também, na Lei 14.790, lá no art. 21, nós temos um expresso comando, para instituições de pagamento e instituições financeiras, de vedação de dar curso a recursos vindos de casas de apostas não autorizadas. Então, também aqui vai ser necessário uma

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentação específica, que está sendo construída com o Banco Central do Brasil, para que esse comando legal, a partir do dia 1º de janeiro, também seja implementado.

Isso faz com que nós consigamos, inclusive, barrar o fluxo do dinheiro. Uma vez identificada a tipologia de uma casa de apostas, que basicamente é uma proliferação na base, uma centralização em uma única empresa, remessa para um banco de câmbio e remessa para o exterior, uma vez identificada, nós conseguiremos buscar um mecanismo de barrar esse recurso.

Então, aqui, o que é importante? O mecanismo da Anatel é efetivo naquilo a que ele se presta. Ele não é suficiente se nós olharmos estritamente do ponto de vista das telecomunicações. E aí aqui me parece que é uma demanda legítima da Anatel ter outras competências relacionadas ao controle de domínios, mas, na parte que nos cabe como reguladores setoriais, o serviço que a Anatel tem emprestado é bastante valoroso e é suficiente. Inclusive, por isso, nós assinamos, no dia de ontem, um acordo de cooperação técnica junto à Anatel para que esse fluxo de troca de informações se dê de uma maneira ainda mais eficiente. Se a Anatel tiver outras ferramentas para incrementar esse controle, serão bem-vindas, mas o fato é que esses 5 mil *sites* que nós derrubamos indicando à Anatel, que foram indicados aos seus regulados prestadores de serviços de internet, é um mecanismo eficiente. Nós, de fato, conseguimos derrubar. Temos outros mecanismos? Temos e lançaremos mão de todos eles.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Isso ficou bem claro. A questão é que eles voltam com outros domínios com uma rapidez inimaginável, e aí eles dependem da descoberta, por meio do Ministério da Fazenda, dos novos domínios e novo pedido. Eles não podem fazer de ofício.

Se não se trata de uma autorização... Eu sei que a questão é *sui generis*, mas qual seria o nome correto, a nomenclatura correta neste momento?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – O que a legislação disse é: um período de adequação. Então, são empresas que estão atuando precariamente no âmbito do período de adequação previsto no parágrafo único do art. 9º.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Dentre essas resoluções, o senhor citou proteção de apostadores, proteção ao

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidor... Eu gostaria de saber sobre a previsão, em qual portaria está a obrigatoriedade de reconhecimento facial e documentação e todas essas questões que nos asseguram que o apostador é maior de 18 anos.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui nós temos um conjunto de medidas, e aí eu posso buscar, em cada uma dessas portarias, esses dispositivos, mas, por exemplo, quando nós falamos do sistema de apostas, do que tem que haver no sistema de apostas, já há uma previsão de que haja embarcado nesse sistema um mecanismo de controle e de reconhecimento facial com prova de vida no sistema. Então, já no sistema, no próprio mecanismo do cadastramento desses apostadores, já há essa previsão.

Além disso, a gente tem, na portaria de jogo responsável, direitos e deveres, como se dá esse cadastramento e como se dá a atividade do apostador no tempo. Então, desde um primeiro momento, quando ele cadastra o seu nome, o apostador deverá cadastrar: o seu próprio nome, o seu CPF, fazer prova de vida, cadastrar uma conta ou numa IF ou numa IP autorizada a funcionar pelo Bacen da qual ele seja titular... Com esse conjunto de informações, nós já temos um mecanismo bastante robusto para proibir o acesso de crianças e adolescentes. A partir do momento em que você entra com o seu CPF, faz todos esses, presta todas essas informações, você já consegue proibir.

Além disso, durante o uso do aplicativo, nós temos diversos outros momentos, sobretudo aqueles relacionados a entradas e saídas de dinheiro, em que os meios de controle de quem é a pessoa, efetivamente, que está do outro lado são mais robustos, em muitos casos pedindo novamente o reconhecimento facial, evitando aqui, por exemplo, aquelas hipóteses, infelizmente, que podem vir a acontecer de maiores de idades que fazem cadastros em nome próprio e emprestam a uma criança ou adolescente o sistema de apostas para que ele atue.

Então, nós temos aqui, tanto na portaria de sistemas quanto na portaria de jogo responsável, mecanismos próprios que tratam disso. E daria para identificar em alguns outros mecanismos, por exemplo, da portaria de combate à lavagem de dinheiro também, que nos auxiliam nesta tarefa, na tarefa de conhecimento, por parte do agente operador de apostas, de quem é a pessoa física que está do outro lado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – O.k.

Dentre as empresas que estão já autorizadas a atuar durante o período de adequação, isso já foi cobrado, como o reconhecimento facial, inclusive?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Ainda não foi cobrado. E só deixando claro que não se trata de uma autorização, se trata de empresas que estão...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Que estão em período... O.k.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – ... atuando nesse período de adequação, porque essa é uma das regras expressas da lei e da normativa infralegal do Ministério da Fazenda que se enquadram naquele dispositivo do parágrafo único do art. 9º, do período de adequação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – O.k.

Quantas já estão em período de adequação?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Nós temos, hoje, o número exato de 212 *sites*, se eu não me engano – depois, eu presto essa informação com precisão para a Sra. Relatora –, que estão em atividade, lembrando que cada empresa, no período de adequação, que pediu autorização até a data dessa portaria de 17 de setembro deste ano.... Essas 119 empresas poderiam indicar quais são os domínios nos quais estão prestando esse serviço. Então, o número de empresas aqui difere do número de domínios, porque cada empresa pode indicar até três domínios. Muitas delas indicaram apenas um, algumas indicaram dois e algumas indicaram três.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Desses 212 *sites*, dessas 212 empresas, já há algumas que estão mais avançadas do que as outras e já têm reconhecimento facial? Todas já estão com essa parte completa?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – O que nós identificamos é que, nesse grupo de empresas, nós temos diferentes graus de maturação de cumprimento da legislação, por assim

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer. Há, sim, empresas que já estão voluntariamente cumprindo algumas regras. O conjunto das empresas já se dispôs, por meio das suas associações, das duas maiores associações setoriais, a voluntariamente cumprir, por exemplo, a regra de vedação do uso de cartão de crédito. Então, há algumas regras que já são cumpridas pela sua maioria, algumas empresas que já estão mais avançadas na maturação do cumprimento e algumas um pouco mais incipientes.

O que nos cabe é garantir que, a partir do dia 1º de janeiro, a totalidade da regulação seja cumprida sob pena de um procedimento de fiscalização específico, que pode resultar num procedimento de ação sancionadora, que pode levar a multas e, inclusive, no limite, à perda da autorização.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – O.k.

Nós já tivemos aqui a oitiva de duas plataformas. A OIG mentiu aqui, falou que ela já usava o reconhecimento facial e mentiu. Na verdade, infelizmente, isso...

Também eles não quitaram... Algumas quitaram já essa outorga... Seria... Esses 30 milhões, qual é o nome disso?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Outorga.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – É outorga.

Por que algumas já pagaram e por que outras ainda não, sendo que...? Dentro dessas 212.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Então, de novo, só para rememorar o procedimento de autorização, como funciona: ele tem uma primeira fase, em que é analisada a grande maioria dos documentos, e aqui nós temos documentos distribuídos em cinco naturezas diferentes, que passam por jurídico, econômico-financeiro, quitação de questões trabalhistas; enfim, temos cinco requisitos. Aqui nós temos, *grosso modo*, um total de cem documentos por empresa, que são enviados para o Ministério da Fazenda, e é feita essa primeira parte do pedido de autorização. Depois de encerrado, nós temos um pedido eventual de complementação, caso algum documento não tenha sido prestado, e, uma vez cumprida essa primeira fase, essa análise

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prévia, o procedimento é uma remissão ao Ministério do Esporte, para que haja uma anuência no caso de autorização. Isso é devolvido ao Ministério da Fazenda, e aquelas empresas que cumpriram todos os requisitos até este momento são notificadas para fim de cumprimento do que a gente chama "cumprimento do art. 14", que é o artigo da portaria de autorizações que trata daquelas questões financeiras – integralização de capital, pagamento da outorga...

Então, dessas empresas, das que foram... Das que chegaram até o dia 20 de agosto, daquelas 114, 71 já cumpriram a totalidade dessa primeira etapa e, por isso, foram notificadas para pagar a outorga. Essas 71 têm 30 dias... Elas começaram a ser notificadas no dia 19 do mês passado, então elas têm até o dia 18 deste mês ou o dia 19 deste mês para cumprir esse pagamento de outorga, por isso é que algumas já cumpriram e algumas ainda não cumpriram. Daquelas 71 notificadas, 16 já, inclusive, pagaram a outorga.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Durante esse período de pedido de adequação, quando a plataforma entra com o processo, o procedimento no Ministério da Fazenda, mesmo durante o período em que ele está buscando a autorização e buscando cumprir todas essas portarias, ele está autorizado a operar?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Eu diria que ele não está autorizado, por conta do uso da palavra técnica "autorização"...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Ele está o quê?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – ... ele está atuando de forma legal, por conta do período de adequação previsto no parágrafo único do art. 9º.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – O.k.

E elas, portanto, não estão ou estão recolhendo tributos?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui, vale a pena separar dois comentários. Um primeiro, que é: a Secretaria de Prêmios e Apostas tem a sua competência no âmbito regulatório do setor de prêmios de apostas. O setor responsável por tributação no Ministério da Fazenda é

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Secretaria da Receita Federal, que é, de fato, o órgão responsável pelas questões tributárias do Ministério da Fazenda. O que me cabe dizer é que nós temos regras tributárias no país, e, uma vez ocorrendo os fatos geradores de determinados tributos, esses tributos são devidos.

O que me cabe também identificar? Por conta desse período longo em que essas empresas atuaram no Brasil, de fora do Brasil, sem identificação de uma personalidade jurídica, sem identificação de quem seriam as pessoas físicas envolvidas com essa atividade, existe uma dificuldade de o Estado identificar isso, graças a esse longo período sem a devida regulamentação. A partir de 1º de janeiro, nós temos a plenitude de controle de quem são essas empresas, com todo o seu regramento. Isso não significa que, uma vez ocorrido um fato gerador no passado que tenha gerado a necessidade de recolher impostos no Brasil, essas pessoas que geraram receita no Brasil não devessem fazer esse pagamento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – É isso que nós esperamos, então, ouvir do Secretário da Receita Federal aqui, porque se estima – não sei se o senhor vai confirmar essa estimativa – que estamos perdendo cerca de R$15 bilhões por ano, no mínimo, de arrecadação.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – O número eu deixo para quem é responsável diretamente pela temática, mas o que é importante ficar claro é que as dificuldades de pleno controle desse setor se deram por conta desse período longuíssimo em que a regulação foi esperada, esse período longuíssimo em que se esperava a constituição de empresas no Brasil de modo ao Estado ter mais acesso às suas pessoas jurídicas cobrando impostos, cobrando tudo aquilo que é devido. O que este Ministério da Fazenda tem feito desde que assumiu é buscar essa instituição de empresas no Brasil, que fossem empresas sediadas, que fossem empresas de que saibamos quem são os dirigentes, quem são os sócios, quem são os beneficiários finais, para que, inclusive, a dimensão tributária dessas pessoas jurídicas seja controlada efetivamente pelo Estado brasileiro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – E que possamos cobrar esse débito, esse retroativo, porque houve fato gerador legal, porém não regulamentado, mas houve o fato gerador!

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu bem sei que a Secretaria de Prêmios e Apostas foi criada em 30/01/24. Então, eu sei que o senhor chegou há pouco tempo no Governo, mas eu gostaria de saber: quando o senhor assumiu essa pasta, como é que lhe foi passado sobre o período de transição do Governo? Quando o atual Governo, o Governo Lula, assumiu, o Ministro Fernando Haddad assume o Ministério da Fazenda, que era o Ministério da Economia, durante o período de transição, foi extraído algo sobre essa questão ou vocês partiram absolutamente do zero? Havia algo já caminhando dentro do Ministério da Economia naquele tempo?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Senadora, aqui, eu vou tomar muito cuidado, porque, como a senhora bem menciona, eu cheguei em abril deste ano, então já um ano e alguns meses depois deste período de transição. O que eu sei identificar é que há servidores do Ministério da Fazenda que estavam em outras lotações e que hoje vieram a compor que tinham uma *expertise* técnica de servidores que tentaram fazer com que alguma regulamentação andasse anteriormente à chegada deste Governo. Então, nós muito fizemos, mas havia algumas experiências iniciais de que se tentou regular isso em períodos anteriores, que não tinham ido adiante e que foram analisadas e também pontualmente incorporadas na regulamentação. O fato é que não havia, de fato, normatividade, ou seja, não havia nenhuma decisão, uma portaria, um ato normativo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Uma portaria.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – O que havia era servidores que se debruçaram tecnicamente sobre o tema e eventualmente tinham propostas pontuais regulatórias e que, obviamente, como uma boa técnica, foram levadas em consideração na nossa atividade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – São servidores concursados?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Sim. Isto é importante também ficar claro: a grande maioria dos servidores da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda são servidores com vínculo, ou seja, são servidores que prestaram concursos públicos e têm algum vínculo com a administração pública.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Não são requisitados?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Na verdade, infelizmente, Senador, a secretaria não tem poder de requisição. Então, eles são cedidos ou eles são lotados, a depender das suas próprias carreiras. Isso é uma demanda, digamos, que, se o senhor puder embarcar... A Secretaria de Prêmios e Apostas, como uma secretaria sem quadro próprio, pelo menos por enquanto, se tivesse um poder de requisição para nos ajudar na composição dos quadros, seria bastante interessante.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Como este fator envolve lavagem de dinheiro, evasão de divisas e inúmeros crimes, possíveis crimes, contravenções penais, etc., eu gostaria que depois o senhor declinasse alguns nomes, porque eu gostaria de ouvir essas pessoas que têm estabilidade – por isso a importância da estabilidade –, para que possamos entender qual foi a dificuldade, nos anos de 19 a 22, em regulamentar, porque ficou correndo solto. E essas empresas tomaram um corpo impressionante no nosso país, a ponto de colocar o Brasil em primeiro lugar, no mundo, nesse tipo de jogo de azar.

Gostaria de saber do senhor como é que o senhor vê a questão da publicidade. Existe nas portarias alguma proibição em relação à publicidade, existe alguma limitação? Porque, se nós consideramos que a ludopatia é um vício terrível e avassalador... Eu sou leiga nessas questões de saúde mental, mas nós estamos vendo uma verdadeira pandemia. Então, na questão dos cigarros e das bebidas, foi proibido terminantemente. O que eu ouvi dizer, por isso o senhor está aqui para nos esclarecer, é que seria proibido para menores de 18 anos, porém eu não sei como isso se daria, inclusive porque... Também, eu cheguei a ouvir que até as 22h não se poderia fazer nenhuma propaganda, só que hoje nós sabemos que os nossos jovens, nossos adolescentes, os menores de 18 anos podem ficar 24 horas *online*. Então, como é que vocês estão trabalhando nessa questão?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui, mais uma vez, há diversas frentes, Senadora. A portaria de jogo responsável traz dois capítulos que tratam especificamente do tema publicidade, propaganda, *marketing* e patrocínio. E ela traz, sim, algumas restrições. Então,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a Sra. Senadora já mencionou, nós temos a vedação absoluta de participação de crianças e adolescentes em qualquer um dos elos da publicidade, ele não pode fazer a publicidade, ele não pode ser destinatário dessa publicidade. Inclusive, a regulamentação decorre do que já é previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, que, inclusive, agora teve o seu poder normativo reafirmado por decisão do Supremo Tribunal Federal antecipando a aplicação direta desse dispositivo no setor, o que nos dá já, a partir da decisão, o poder de monitorar, fiscalizar especificamente a temática de publicidade para criança e adolescente. Isso nós já estamos fazendo. Já notificamos todas essas empresas que se encontram em atividade neste período de adequação, notificamos também os outros elos da publicidade, desde os órgãos de autorregulação da publicidade, como é o caso do Conar e do Cenp, inclusive associações de empresas de teledifusão e de rádio para que essa informação chegue. Então, nós temos uma vedação absoluta de criança e adolescente.

Além disso, nós temos algumas vedações de conteúdo daquilo que pode ser dito. Então, nós temos uma vedação, por exemplo, de que a publicidade relacionada à aposta leve a pessoa a crer que a aposta é meio de ganhar dinheiro, é meio de ficar rico, é substituição de renda, é investimento. É muito importante, na publicidade, que fique claro que a aposta é aquilo que é, um mero entretenimento, e que o apostador irá, a médio e longo prazo, perder em média. É disso que se trata, e é importante que a publicidade também deixe isso claro.

Além desses comandos daquilo que eles não podem fazer, há comandos daquilo que eles devem fazer. Há algumas mensagens de advertência necessárias – uma sobre o jogo responsável e a outra sobre a restrição a crianças e adolescentes – que são obrigatórias às casas de apostas. Além disso, nós temos uma vedação absoluta, de aquelas empresas que não estão neste momento em período de adequação ou que não estiverem autorizadas a partir do 1º que façam absolutamente publicidade. Isso também vai fazer uma restrição bastante grande para que essas empresas que insistirem em permanecer ilegalmente no Brasil prestem esse serviço.

Então, essas são as restrições de natureza de publicidade, e aqui há um complemento que me parece necessário esclarecer do ponto de vista regulatório, que é um período de transição de regime de uma atividade que outrora foi ilegal para um período em que ela foi negligenciada como legal, mas não regulada, e, a partir do momento em que ela passa a ser efetivamente regulada e autorizada, a publicidade tem um papel relevante de identificação da população, de

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quais são as empresas nas quais ela pode confiar como uma prestadora de serviço público em nome do Estado. Então, se é verdade que são necessárias algumas restrições da publicidade, como foi feito na portaria mencionada, por outro lado, uma vedação, por exemplo, absoluta de publicidade, num período inicial, pelo menos, faria com que a população não soubesse e não tivesse conhecimento de quais são as empresas autorizadas.

Adicionalmente, o que nós temos feito? Nós sabemos que, dada a natureza dessas apostas, o ambiente digital é o ambiente mais propício para que essa empresa faça publicidade. Nós temos também nos engajado aqui com uma das principais associações de plataformas e redes sociais para que nós tenhamos um mecanismo fluido para fazer pedidos de derrubada tanto dos próprios *sites*, domínios e perfis das empresas ilegais quanto de conteúdo que seja infringente à legislação.

Também, na nossa portaria, nós temos regras específicas para os chamados afiliados, que são influenciadores, que se utilizam da sua base de seguidores para fazer publicidade. Aqui nós estamos fazendo um *link* direto entre esses e as casas de aposta, corresponsabilizando a casa de aposta por tudo que ele fizer.

Então, aqui, de novo, nós temos um conjunto bastante amplo de medidas de restrição dessa atividade de publicidade para garantir, efetivamente, uma proteção dos apostadores, com especial atenção à criança e ao adolescente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – De uma forma bem pragmática...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não... Desculpa, você me permite só fazer um questionamento para ele aqui, até eu acho que para enriquecer aí...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Claro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – ... as suas convicções.

Aliás, porque eu acho que nós estamos conversando sobre jogos na Inglaterra ou na Espanha, porque tudo que se falou aqui eu não estou vendo no Brasil. Eu estou aqui prestando muita atenção, mas está tudo errado aqui.

O que acontece? Sr. Dudena, a empresa Gaming Laboratories International foi habilitada para realizar quais certificações? De que forma ela é remunerada?

E o senhor acha que essa certificação é suficiente para dar segurança principalmente para os apostadores e para aquelas pessoas que são bombardeadas por publicidade absolutamente inadequada?

E outra coisa: Senadora Soraya, quando você faz um cadastro para jogar e você faz um depósito, você joga... Fez um depósito de cem, joga dez, coloca no nome de outra pessoa, com outro CNPJ, não tem nenhuma identificação facial. Eu fui... Estou testando. E aí, depois que a gente joga dez reais, Senador Marcos Rogério, a gente fica recebendo mensagem no celular: "Vamos jogar mais um pouquinho, tem um bônus para você" e tal.

Quer dizer, lá tem só assim: "Você é maior de 18 anos, sim ou não?". É muito frágil.

Então, eu queria que o senhor me explicasse como é que é feita, como é que foi escolhida essa certificadora e de que forma ela é remunerada. São essas as minhas questões.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Apenas colaborando com o raciocínio de V. Exa., eu fiz o cadastro em uma plataforma de jogos seguindo todos os protocolos que a empresa estabelece ali como protocolos de segurança. Tudo isso que V. Exa. está falando aqui, eu testemunhei com o meu cadastro.

Eles até pedem... Vem uma mensagem falando... Procurando certificar a idade. Você tem lá as opções, aí você descarta. Bom, se você descartou, qual seria o protocolo realmente de segurança? Não autorizar você a ingressar; mas não é isso que acontece. Ele te autoriza, você faz o pagamento e vai jogar sem saber se se trata de um adulto ou de uma criança, se se trata de um beneficiário ou não de programas sociais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para colaborar com V. Exa., que fez um diagnóstico perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador.

Volto a palavra à nossa Relatora, pedindo desculpa pela minha interrupção.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Imagina! Observação valiosíssima de ambos.

Para terminar – já estou partindo para o final –, eu gostaria, Sr. Regis Dudena, de forma bem pragmática... Para mim, pelo menos, não ficou claro: qual é a proibição de propaganda? Qual é? Não pode fazer propaganda até 22h? Como é que eu não atinjo o menor de idade?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – O que nos é possível fazer aqui sobre...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu só queria, por uma questão de ordem... Você pode responder à pergunta da nossa ilustre Relatora, mas eu queria que você, por uma questão de precedência, que eu fiz a pergunta primeiro, que você me respondesse em relação à certificadora.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Perfeito, Presidente.

A pergunta do Sr. Presidente trata de dois temas, um da certificação e outro dos controles que, como o senhor menciona, neste momento, não estão em vigência.

Em relação às certificadoras, como eu disse, a primeira portaria editada é uma portaria que traz as habilitações técnicas necessárias para que essas certificadoras possam atuar no Brasil. Então, nós temos os requisitos que são trazidos na portaria. Essas empresas são empresas internacionais que atuam em diversas outras jurisdições, sobretudo dos mercados em que a temática de aposta é mais madura e existe uma regulação mais controlada. Uma vez cumpridas essas exigências, elas são, então, habilitadas a prestar esse serviço. Como é da natureza própria de certificadoras terceiras, a remuneração se dá daquele que tem o seu sistema certificado.

Obviamente, o nosso controle se dá tanto da certificadora quanto do próprio prestador de serviço que traz essa certificação. Isso se dá em diversos setores e, nesse setor, há um exemplo também dessas certificadoras terceiras que prestam esse serviço.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Então, quem paga a certificadora é a própria empresa que desenvolve as atividades de jogos?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Desde que seja uma certificadora habilitada pelo Ministério da Fazenda, cumprindo todas as exigências submetidas à legislação nacional e à regulamentação infralegal do Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Tem quantas, Sr. Alexandre?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É Regis.

Nós temos... Nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Alexandre Dudena, não é?

É, Regis.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É, Senador. É Anderson, no caso, o nome do meio, por algum motivo...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Desculpe–me, foi uma falha da...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não tem problema. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Desculpe-me, perdoe-me.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não tem problema.

Nós temos hoje cinco empresas certificadas. Nós temos cinco empresas certificadas a prestarem esse serviço. É possível dizer que são as principais empresas certificadoras de sistemas de apostas mundo afora.

Em relação aos controles, eu não tenho do que discordar sobre a não aplicação hoje das empresas que atuam. O que eu tenho a dizer, como me parece ter ficado claro na minha

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação, é: dado o período de adequação, a exigência de toda essa regulamentação que foi feita pelo Ministério da Fazenda passa a se dar a partir do dia 1º de janeiro do próximo ano, por força do parágrafo único do art. 9º.

Então, tomarei, digamos, como elogiosa a parte em que o senhor compara a nossa regulamentação com outros países, ousando dizer que estamos melhores do que alguns desses países mencionados por V. Exa., porque, de fato, o controle que conseguimos estabelecer na regulamentação infralegal me parece bastante adequado para enfrentar muitos dos problemas, indo, inclusive, além de outras regulamentações de outros países. Cito, como exemplo, o caso do Reino Unido que, se por um lado tem uma regulamentação muito robusta para combate à manipulação de resultados, durante a pandemia sentiu a necessidade de melhorias da sua regulamentação na temática de jogo responsável.

O que nós tentamos foi incrementar a nossa regulamentação a partir de outras experiências de diversos países. Aqui vale citar alguns estados dos Estados Unidos e da Dinamarca, por exemplo, que são países que têm um avançado meio de regulamentação.

É verdade que hoje, dada essa mora do Estado, dado o período de adequação do parágrafo único do art. 9º da lei, o Estado ainda não tem todas as forças necessárias para a aplicação dessa regulamentação, que foi pensada, foi estudada, foi publicada e está esperando os próximos dias para ter a sua plena vigência no Brasil.

Em relação à questão da idade, Senadora, o que nós conseguimos fazer de restrições foi: aquelas atividades de publicidades que são direcionadas, por exemplo, em perfis de internet para crianças e adolescentes são restritas. Aquelas publicidades que são direcionadas em ambientes em que a maioria das pessoas ali presentes são crianças e adolescentes são restritas. Um dos exemplos que eu cito é: nós temos um time de futebol que tinha a sua equipe sub-17 patrocinada por uma *bet*. Nós notificamos essa empresa e essa empresa tirou o patrocínio, porque esse é o típico exemplo de uma atividade direcionada para criança e adolescente que, nesse contexto, não pode ter.

É verdade que, de uma forma ampla, a publicidade, uma vez presente, é acessível a crianças e adolescentes. Também tramitou, neste Congresso, uma alternativa de restrição, por exemplo, de horário de publicidade e essa emenda que foi trazida não foi aceita e não foi feita

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa restrição na legislação. Consequentemente também não fizemos essa restrição de horário na regulamentação infralegal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Um dos escopos de uma CPI é também melhorar a legislação. Eu confesso para o senhor que, quando se trata de um vício, nós sabemos que é nocivo, tal qual o cigarro, tal qual a bebida, na minha opinião – e eu vou trabalhar dentro disso –, na minha opinião deveria ser absolutamente proibido em qualquer circunstância, como acontece com os cigarros e com a bebida, porque nós conseguimos, sim, após a regulamentação dos cigarros, nós conseguimos diminuir o número de pessoas viciadas.

Então, aí vai a nossa atenção sobre essa questão, porque eu acho que praticamente hoje é impossível o menor de idade não ter acesso, porque ele vai ao estádio de futebol, ele está assistindo durante o dia e está vendo o nome da *bet*.

Em relação a isso, o senhor também colocou que eles deverão deixar uma nota na sua plataforma, como se fosse um *disclaimer*, uma...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Advertência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Uma advertência: você vai perder, aqui a tua tendência é perder, mais ou menos com essas palavras. Então, o que dizer dos influenciadores que falam que a pessoa vai ganhar e vai ficar rica?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Se os influenciadores assim o fizerem, a partir do dia 1º de janeiro, a empresa que está remunerando esse influenciador, junto com o influenciador, vão responder à ação sancionadora do Ministério da Fazenda...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Ação sancionadora é o quê? Perde a autorização?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – No limite ele pode perder. Obviamente aqui há uma gradação de penalidades, a gente não pode em uma primeira infração, por exemplo, levar a uma perda de autorização, mas existe uma gradação que parte da advertência e pode chegar a

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penalidades bastante altas, previstas expressamente na lei, de R$2 bilhões de reais, e à perda da autorização.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Mais duas questões, Sr. Presidente, e aí eu passo a palavra.

Não adianta fecharmos os olhos. As pessoas aqui comentam: "Tem que proibir!". Não adianta, nós não conseguimos, porque esse jogo é um jogo que não encontra fronteiras. Tal qual é a situação dos cigarros eletrônicos, que nada mais são do que uma forma diferente de utilizar tabaco ou deveriam ser. Sem a regulamentação, nós não sabemos o que há dentro desses dispositivos eletrônicos. Então, eu sou autora da legislação para regulamentar os cigarros eletrônicos – o que deveria ser, na verdade, um ato do Poder Executivo por meio da Anvisa, então, nessa omissão a gente tem que trabalhar e fazer com que as coisas aconteçam –, mas, neste projeto de lei de regulamentação dos dispositivos eletrônicos de fumar ou vapear, nós proibimos aqueles que atraem crianças e adolescentes, aqueles formatos lúdicos, e eu gostaria de saber se existe, em alguma dessas portarias, esta proibição. Porque o que nós vemos? É proibido para menores de 18 anos, só que ele é desenhado para menores de 18 anos! São absolutamente lúdicos, atrativos para essa idade. Qual é a medida que vocês estão tomando em relação a isso? Porque poderia ter aquele *layout* de um cassino mesmo, como acontece nos cassinos fora do Brasil. E por que esse *layout* é absolutamente cativante para os menores de idade?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui nós temos duas medidas, Senadora, que são importantes. A primeira, que é a mais efetiva, de fato, é a vedação. Então, esse é um ambiente em que a criança ou adolescente não pode estar. A vedação de entrada a partir do cadastro e permanência com esses controles reiterados é o principal mecanismo para fazer com que essa criança não tenha sequer acesso. Além disso, na portaria de jogo responsável, nós também trazemos algumas restrições de que imagens de apelo para criança e adolescente também sejam proibidas.

Então, isso também está previsto na portaria, direcionado às empresas, que, uma vez finalizado o período de adequação lá previsto na lei, também serão proibidas de trazer alguns

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elementos de apelo para criança e adolescente, mas lembrando que, assim, a principal ferramenta que nós temos aqui é a proibição de entrada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Poderia obrigar, inclusive, a mudarem de nome, porque, dentro do universo de dispositivos eletrônicos, nós temos aqueles que têm formato de *cupcake*, de sorvete, de picolé, com nome de algodão doce. Então, isso é atrativo. Deveria também ser necessário mudar de nome, porque tigrinho, aviãozinho, todo esse tipo de... Todos esses nomes não são para atrair adultos. Então, que fique aqui algo para se pensar.

E, por último – pode ser até que eu volte com alguma dúvida –, eu gostaria de saber... Essas empresas que estão em fase de adaptação, muitas delas estão com subsidiárias localizadas em paraísos fiscais, como Malta, Curaçao, enfim, uma infinidade de países, o que não é o caso. Estivemos, semana passada, com o Dr. Hazenclever, que representa a Loterj, que nos assegurou que nenhuma das autorizadas da Loterj tem qualquer subsidiária fora do nosso país. Gostaria de saber sobre isso de V. Sa..

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui, o que é importante? Por conta da portaria do período de adequação publicada lá em setembro, como eu mencionei, nós tivemos a primeira vez esse *link* entre empresas nacionais, com CNPJs nacionais, com sócios, com dirigentes, todos identificados no período para o pedido de autorização, e essas empresas reportaram onde, hoje, prestam esse serviço no período de adequação. Então, nós conseguimos, a partir de agora, pelo menos, ter uma empresa nacional que se corresponsabilizou para, neste período de adequação previsto na legislação, dizer quem elas são. A partir disso, nós temos, então, um primeiro controle para dizer se essas empresas, esses domínios sediados fora do Brasil, em alguns dos casos, tiverem alguma infração à legislação de uma forma esparsa, nós temos, hoje, quem responsabilizar civil e penalmente. Como nós estamos em um período de adequação, ainda se permite que, por força do parágrafo único do art. 9º, essas empresas, mesmo tendo os seus domínios sediados fora do Brasil, possam atuar no Brasil. A partir do dia 1º de janeiro, aí sim, a plenitude das empresas para atuar no Brasil será de empresas nacionais constituídas no Brasil, conforme a legislação brasileira, das quais saberemos quem são os sócios, quem são os beneficiários finais, quem são os dirigentes, e aí nós teremos o total controle, tanto das pessoas jurídicas, quanto das pessoas físicas envolvidas na atividade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – O.k.

E, por último, gostaria de saber de V. Exa. qual será... Se o senhor, V. Sa... Se o senhor sabe qual será a alíquota para tributar essas empresas, considerando que, hoje, dentro dos nossos princípios de direito tributário, quanto mais nociva é a atividade ou o produto, maior é a alíquota. Então, eu gostaria de saber qual é a programação e o que está sendo planejado pelo Ministério da Fazenda acerca disso.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Está.

Aqui, nós temos que diferenciar as duas formas de tributação de renda: a forma de tributação na pessoa física e na pessoa jurídica.

Na pessoa jurídica, que me parece que, para a nossa discussão, é a mais relevante, segue a regra geral. Então, nós temos ali, entre Imposto de Renda e CSLL, algo em torno de 34% e nós temos ainda o ISS, que aí depende da alíquota municipal e tem variado entre 2% e 4%, se eu não me engano. Isso estritamente do ponto de vista tributário. Além disso, na reforma tributária, foi incluído o setor como um daqueles setores que devem se submeter ao Imposto Seletivo. Isso já está previsto na reforma tributária, ainda precisa ser regulamentado por meio de lei complementar e a fixação da alíquota.

Deixando a parte tributária de lado, nós ainda temos o pagamento de outorga, que é o valor...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Que eu achei barato, viu? Tinha achado caro. Desculpa falar para o senhor, mas, se uma empresa pode ter três *sites* e de acordo com a movimentação financeira deles, então, na verdade, ficam R$10 milhões para cada *site*. Eu acho bom rever isso. Está muito barato.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Isso é o que está na lei, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Está na legislação?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Na legislação, teto de R$30 milhões. Nós colocamos o teto previsto na legislação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Nossa, está muito barato! Meu Deus!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Dudena, você não tem como no modelo da Loterj ter uma outorga e um percentual mensal?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Nós temos pagamento de taxas.

Então, nós temos uma previsão de 12% das destinações, que, se eu não me engano, é bem menor do que o previsto lá no Estado do Rio de Janeiro. Nós temos um pagamento de 12% de destinações, que incide sobre o resultado líquido entre apostas menos prêmio, menos IR, que são destinados, conforme a lei determinou, a diversos setores: educação, saúde, esporte, sobretudo – isso previsto na lei –; e nós temos ainda uma taxa de fiscalização devida mensalmente, essa, sim, proporcional ao faturamento da empresa, fazendo aqui também uma previsão ali na lei de quais são os tetos de cada uma das faixas.

Então, *grosso modo*, nós temos o regime tributário da pessoa jurídica, geral, nós temos o pagamento de outorga, o pagamento de taxa de fiscalização, essa destinação, mais o Imposto Seletivo, que ainda tem a sua alíquota a ser fixada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – A outorga é uma vez na vida apenas ou ela renova?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Por cinco anos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Cinco anos, ela tem que fazer?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Então, a gente tem que repensar aqui, o Poder Legislativo, porque é muito irrisória essa taxa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Esse é o teto previsto na legislação, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – O.k. Então, a culpa é nossa aqui. A gente vai se virar.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Além disso, nós temos ainda... E aí, do ponto de vista do apostador, como eu disse no início, nós tínhamos uma previsão de pagamento sobre o líquido anualmente apurado, que, possivelmente, vai gerar um resultado zero de Imposto de Renda incidido sobre o apostador por conta daquilo que foi aprovado na lei, que foi vetado pelo Presidente a pedido da Receita e, depois, teve o seu veto derrubado pelo Congresso Nacional.

Então, por conta disso, o regime tributário em cima do apostador é 15% sobre o resultado líquido anual que superar o teto, o piso do Imposto de Renda. A expectativa aqui é de que o apostador não pague nada de Imposto de Renda por conta do que está previsto na lei.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – O.k.

Eu, por ora, estou satisfeita, Sr. Presidente.

Muito obrigada, Sr. Regis.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

Eu passo, em seguida, a palavra ao nosso querido Senador Izalci Lucas para as suas perguntas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Bem, primeiro, antes de entrar propriamente nas perguntas aqui, V. Sa. falou aí que tem aquele período de adaptação de seis meses, que está na lei. Foi uma emenda que foi aprovada aqui?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Por uma emenda parlamentar, Senador; se eu não me engano, uma emenda de Relator.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E você acha, conhecedor que V. Sa. é, que haveria necessidade, depois de tanto tempo sem regulamentação, desse período de adaptação de seis meses, no mínimo?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Eu acho que, dada a complexidade da temática, a necessidade desse volume normativo, o período de adequação e o período de pedido de autorização, me parece que foram razoáveis seis meses. Eu acho que é um período que traz efeitos, com o que temos que lidar, mas me parece que, para execução plena de tudo aquilo que foi feito, do ponto de vista normativo e do ponto de vista do próprio processo de autorização, e aqui eu uso simbolicamente o número de 100 documentos por cada uma das empresas, isso nos faz gerar um número, se pegarmos só a 114, que pediram até agosto, nós temos 11 mil documentos a serem avaliados pelo Ministério da Fazenda ainda este ano. Então me parece que esses seis meses, ainda que nos tragam alguns efeitos não desejados, foram utilizados para o pleno cumprimento dessa nossa atividade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O prejuízo foi grande, mas tudo bem.

Tem um requerimento da Associação Nacional de Jogos e Loterias que foi encaminhado à V. Sa., onde tem vários pedidos aqui. Um deles se refere a informação relevante sobre o sistema de monitoramento, e um deles está aqui "referidos domínios utilizam 23 instituições de pagamento, que também estão contribuindo para a persistência da situação". Tem aqui inclusive essa instituição Paybrokers, que está sendo investigada inclusive, que só ela movimentou 8,28 bilhões. Então, com relação a esse ofício encaminhado a V. Sa., tem um item também aqui sobre a questão de providências também necessárias, fala da Anatel, das plataformas e tem aqui: "notificar o Banco Central para apurar as eventuais ilegalidades das instituições de pagamento e, caso seja confirmado, realizar o posterior cancelamento de suas autorizações para operação no país". Foi no dia 21 de novembro que foi encaminhado a V. Sa. Tem conhecimento, foi feita alguma, tem alguma providência em relação a isso?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Sim, nós temos diversas providências relacionadas à nossa relação com o setor e também com prestadores de serviço, inclusive prestadores de serviços financeiros. Aqui é importante mencionar que, desde que a gente se engajou na

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividade de monitoramento e fiscalização, a gente tem intensificado a nossa relação com alguns órgãos, e aí eu destaco o Banco Central, o Coaf e a Polícia Federal. São órgãos com os quais temos nos engajado bastante intensamente, isso sem contar dentro dos muros do Ministério da Fazenda, por assim dizer, a própria Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A gente tem se engajado muito em monitorar esse setor para identificação de quem são os atores e de quem são os prestadores de serviço relevantes. Então se, de um lado, nós temos algumas empresas que, se utilizando desse período de adequação, estão fazendo atividades que nos parecem ilegais, nós temos notificado e temos conseguido, na maioria dos casos, ou até agora, todos os casos, que elas recuem nessas atividades, como, por exemplo, a empresa que tinha mais domínios disponibilizados em seu *site* do que era possível. Além disso, as prestadoras de serviço financeiro, nós também temos identificado, e aqui junto novamente com o Banco Central, com a força-tarefa da Polícia Federal, para reconhecer quem são essas empresas e como elas têm atuado. E aí é disparado, digamos, os sistemas de controle, cada um no âmbito das suas competências. Há a persecução penal relacionada a temática com a Polícia Federal, há a regulação do sistema financeiro com o Banco Central do Brasil, e a parte que nos cabe, de aposta de cota fixa, também. E temos considerado essas atividades dessas empresas, inclusive para fins do pedido de autorização. Nós temos trazido algumas restrições que nos chegam por meio dessa interação, tanto com Polícia Federal quanto com Receita Federal e Banco Central, para que empresas que não estiverem, que tiverem em questão, e uma questão grave, obviamente, a sua idoneidade, nós não permitiremos que preste esse serviço no Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nós vimos aqui que grande parte das instituições de pagamento sequer são registradas no Banco Central, só tem CNPJ, o Cnae na Receita Federal, e estariam dispensadas de registro do Banco Central. Essas são exatamente as que são mais utilizadas para encaminhar recursos para fora do país de forma ilegal.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Eu agradeço essa questão, Excelência, porque, na nossa portaria que trata de meio de pagamento, uma das restrições que nós trouxemos foi de que apenas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen poderão prestar esse

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviço. E, com isso, a gente fortalece os dois lados da regulação. Se de um lado nós observamos o prestador de serviço, o agente operador de aposta com o nosso olhar de regulador do setor de aposta, do outro lado nós garantimos que, dada a natureza de transferências, trânsitos financeiros, montantes inclusive muito altos, o Banco Central também seja uma segunda frente de controle.

Então, por isso foi feita esta restrição determinando que nenhum prestador de serviço que seja fora do âmbito de autorização do Banco Central... E aqui, falando especificamente das instituições de pagamento, nós temos uma instituição de pagamento específica, uma natureza específica, que são aquelas de fato autorizadas, que têm acesso direto ao Pix, apenas essas poderão prestar serviço. Isso é mais uma forma de trazer um regulador bastante robusto para o nosso lado, que é o Banco Central do Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu tenho aqui várias perguntas. Acho que estão contigo para facilitar a resposta de forma assim bem objetiva e rápida para a gente, porque como são muitas...

Com relação, por exemplo, às instituições de pagamento. Eu pergunto aí: quantas instituições de pagamento para serviços financeiros a operadores de aposta atualmente no Brasil?

Todas elas estão autorizadas já pelo Banco Central? É mais ou menos nessa linha aí.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – A primeira parte da pergunta, não sei responder a quantidade de empresas, não.

A segunda parte. Provavelmente ainda há empresas que... Hoje, antes da entrada plena em vigor da regulação, há empresas não autorizadas prestando esse serviço. A partir do dia 1º de janeiro, com a plenitude da vigência, nenhuma mais poderá.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Qual foi a movimentação financeira dessas instituições de pagamento nos últimos dois anos no contexto de apostas?

E quanto desse montante foi remetido ao exterior e quanto foi destinado a contratos de patrocínio e pagamento de influenciadores? Tem esses dados?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não temos esses dados ainda, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É importante...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – A partir do dia 1º de janeiro teremos a plenitude desses dados.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Alguém, não sei se no Ministério da Fazenda, tem como apurar isso, não é? Talvez fosse interessante, para exatamente ver o prejuízo que nós levamos nesse período todo em que não funcionou realmente a regulamentação.

Quantas instituições de pagamento já foram cadastradas na Secretaria de Prêmios e Apostas para operar a partir de 2025, nos termos do Anexo V da portaria de 21 de maio?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É, aqui o que nós determinamos... Um dos documentos que nos são trazidos pelas casas de apostas no pedido da autorização é o prestador de serviço financeiro, que seja ou uma IF ou uma IP autorizados a funcionar pelo Bacen. O número exato eu não sei de cabeça, mas eu posso fazer chegar a esta CPI, porque aqui sim nós temos já o pleno controle de todas as instituições que assinaram esses anexos e serão os prestadores de serviço dessas casas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Todas essas informações que eu estou apresentando seria interessante que V. Sa. pudesse depois encaminhar aqui para a CPI, por favor.

Qual é a estratégia da Secretaria de Prêmios e Apostas para aprimorar a fiscalização das instituições de pagamento no contexto das apostas considerando as falhas de *compliance* já evidenciadas em investigação? Nós temos várias investigações: Pernambuco, São Paulo, aqui no DF. Quais são elas?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui nós temos um conjunto de medidas, Senador. Para começar, a necessidade dessas empresas serem empresas autorizadas a funcionar pelo Bacen; então é uma restrição subjetiva, digamos assim, de quem são os prestadores de serviço que poderão prestar esse serviço.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, por força lá do art. 21 da Lei 14.790, há uma restrição de que empresas também do sistema financeiro, IFs e IPs, prestem serviços para ilegais. Essa é uma segunda barreira. Existe uma terceira barreira que é a forma como se dará essa transação. Aqui foi criado, lá na portaria de meio de pagamento também, um mecanismo de controle de transferências financeiras que faz com que tanto nós quanto o Bacen tenhamos a plenitude do controle dessas transferências. Quais são? Do lado do apostador, necessariamente ele vai ter que cadastrar a sua conta cadastrada no momento do seu cadastro. Então, necessariamente, sai do apostador uma conta da qual ele seja titular, uma conta no sistema financeiro. Do lado do agente operador de apostas, nós temos três contas previstas. Uma conta transacional, que é uma conta também essa no sistema financeiro, em IF ou em IP autorizadas a funcionar pelo Bacen, onde figuram os valores depositados em nome dos apostadores. Nessa conta não pode haver recursos próprios do agente operador de apostas. Além disso, uma outra conta em nome também do agente operador de apostas, onde aí sim ficam só os recursos proprietários. Existe uma terceira conta que é a conta liquidez, uma conta garantia, uma espécie de *escrow*, que garante uma hipótese de liquidez. A gente ainda determina que todas as transferências sejam transferências eletrônicas. Então aqui a gente afasta a possibilidade de mecanismos de pagamento que não sejam rastreáveis.

Então, sabemos de onde vem, sabemos para onde vai, sabemos aonde volta, tudo isso previsto na legislação e, sobretudo, nas portarias.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com relação ao pedido que fiz de encaminhamento dos documentos, V. Sa. se compromete, então, a encaminhar todas as informações para...?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Sim, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Existe algum plano de intensificar a fiscalização sobre os fluxos financeiros gerenciados, posição de pagamento, ligados a apostas ilegais, especialmente no uso de CPF falsos?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Sim, ainda que o próprio arranjo aqui tendencialmente restrinja muito a presença desses CPFs, mas há também uma previsão de a

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente identificar quem são – e aqui vale também um complemento do ponto de vista regulatório, que é dizer: nós da secretaria teremos, mediante sistema, ou seja, diretamente por API, o sistema de apostas e o sistema da secretaria, o Sigap, nós receberemos diariamente os relatórios de todas as atividades financeiras das casas autorizadas a partir do 1º de janeiro. Então, com isso, a gente vai receber um número bastante significativo de informações, e, com a ajuda do Serpro, já estamos bastante avançados no desenvolvimento de um sistema de monitoramento e fiscalização que vai nos ajudar, inclusive, com questões financeiras e aqui também, em compartilhamento com a Receita, a sua interface da natureza tributária.

Então, a ideia é, sim, a gente ter capacidade via sistema, não via servidor, porque senão a gente precisaria de uma multidão de servidores para fazer... Mas via sistema, nós temos um primeiro mecanismo de identificação desses casos específicos em que, por exemplo, um CNPJ, ou um CPF cancelado, ou um CPF que não deveria estar ali e está; e aí a partir disso vai se gerar uma ação de fiscalização da nossa subsecretaria, que, de novo, pode levar tanto a informações a órgãos de persecução penal, quanto, dentro do sistema regulatório das apostas, a ações de fiscalização, sanção e no limite até à finalização.

E o prestador de serviço financeiro, por questões óbvias, ele será regulado pelo Bacen, e eventualmente, se ele insistir numa prestação de serviço financeiro extrapolando aqueles limites legais e regulatórios, ele também sofrerá as penalidades no âmbito do sistema financeiro pelo sistema sancionador do Bacen.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – V. Sa. deve ter acompanhado aqui a quantidade de CPFs falsos, ou de pessoas que já morreram ou de crianças, que foram utilizados aqui. Inclusive, não sei se foi tomada alguma providência com relação às casas de câmbio, porque as casas de câmbio receberam a notificação de que eram CPFs falsos e, mesmo assim, remeteram o recurso para o exterior. Há alguma ou tem alguma providência nesse sentido com as casas de câmbio? Ou não?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Da nossa parte aqui, dado o âmbito regulatório da Secretaria de Prêmios e Apostas, nós não notificamos as casas de câmbio. O que nós temos feito é interagido com esses outros órgãos de Governo que fazem a regulamentação aqui, sobretudo o Bacen, mas diretamente com casa de câmbio, não.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem conhecimento se o Bacen fez alguma operação pelas casas de câmbio? Ou não?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não tenho conhecimento. Não sei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem que checar isso, Presidente, no Banco Central.

Bem, considerando a existência de mais de 2 mil *sites* de jogos ilegais operando no Brasil e a omissão das instituições de pagamento em relação às transações suspeitas, quais medidas específicas a Secretaria de Prêmios e Apostas propôs ou implementou para garantir o bloqueio de contas vinculadas a essas operações e a responsabilização das instituições de pagamento envolvidas?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui, novamente, Senador, é importante ficar claro que muitos dos questionamentos bastante pertinentes que V. Exa. traz são do âmbito de regulação do Sistema Financeiro Nacional. Então, o que nos cabe é esse reporte de informações que já temos recebido em relação à temática e garantir que os prestadores de serviços ilegais de apostas sejam derrubados.

Como mencionei na minha apresentação, o que nós já fizemos foi a derrubada de mais de 5 mil domínios que prestam esse serviço, e o que nós estamos incrementando nessa fiscalização, a partir já da última rodada, é a identificação de cada um desses domínios, quais são os prestadores de serviço financeiro que são usados por esses domínios, e essa lista, sim, vai ser remetida ao Banco Central para compartilhamento de informação, para que ele exerça sua atividade de fiscalização e monitoramento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Considerando que 99% das operações ilegais poderiam ser eliminadas caso as instituições de pagamento deixassem de operar com as contas relacionadas, a Secretaria de Prêmios e Apostas possui algum plano para estabelecer uma parceria direta com o Banco Central e com as instituições de pagamento para implementar protocolos obrigatórios de monitoramento de denúncia de movimentação atípica ligada às apostas ilegais?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Sim, nós temos feito tanto junto ao próprio Banco Central como a algumas instituições representantes de IFs e de IPs. Nós já estivemos, por exemplo, com a Febraban, já estivemos também com algumas associações de instituições de pagamento. E a ideia é, no âmbito do art. 21 da Lei 14.790, que a gente tenha um incremento de controle de como essa vedação que eu mencionei mais cedo, que é de dar trânsito a empresas ilegais, vai ser aplicada na prática, lembrando que o próprio prestador de serviço financeiro vai ser a primeira fronteira de identificação e de reconhecimento desse padrão de atividade que é o de uma aposta, de uma casa de aposta. E, uma vez sendo uma casa de aposta ilegal, também vai ter um dever legal, estabelecido por esse mencionado art. 21, de barrar essa transação e de não dar curso a essa transação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Como a Secretaria de Prêmios e Apostas está monitorando e regulando o fluxo financeiro das casas de apostas que operam no Brasil, especialmente considerando a utilização de instituições de pagamento que dificultam o rastreamento de recursos e levantam suspeita de lavagem de dinheiro?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui o que nós temos feito, Senador, é, para começar, neste período de adequação em que nos encontramos, buscar identificar essas empresas que nos pediram e identificar os padrões de recursos financeiros que estão sendo direcionados para essas empresas. A partir do dia 1º de janeiro, a gente, aí, sim, passa a ter já essa plenitude desse controle, de novo lembrando que aqui é um exercício que temos que ter de identificação do âmbito de competências da secretaria *vis*-à-*vis* outros órgãos de controle, como, sobretudo, o Bacen, no caso específico das instituições de pagamento e instituições financeiras.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – No mesmo caso aqui, como vocês estão atuando para garantir que as instituições de pagamento sejam submetidas a um controle mais rigoroso de *compliance*, especialmente no contexto de indícios de lavagem de dinheiro e conexão de atividades ilícitas?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui, a principal ferramenta que nós temos, Senador, é de fato garantir que só IFs e IPs autorizadas a funcionar pelo Bacen prestem serviço. Essas empresas, dada a carga regulatória trazida pelo regulador do Sistema Financeiro Nacional,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são o que garante, sobretudo, esse grau de *compliance* desejável para esse setor. Então, determinar que apenas essas possam prestar serviço já é a principal medida.

Além disso, no curso da fiscalização e do monitoramento dessas casas, a gente vai tentar identificar eventual desvio desses comportamentos e, aí, compartilhando, de novo, informações com o Bacen, fortalecer o controle dessa atividade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem conhecimento se o Bacen já está tomando essas providências todas, se está ligado a isso? Ou não?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – O Bacen também está ligado nessa temática e também tem se engajado para o controle dessas prestadoras de serviço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas tem alguém lá especificamente cuidando dessas mudanças para evitar tudo isso que está acontecendo hoje? Ou não?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Eu imagino que exista uma área de... Tanto área normativa quanto área de fiscalização e monitoramento que estão em atividade, mas, aí, obviamente, eu deixo ao Bacen para dizer quem são as áreas e pessoas físicas responsáveis.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas vocês têm uma relação...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – A gente tem uma relação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... ou uma conversa constante no Banco Central, na Receita Federal?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Temos conversas constantes com algumas áreas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É importante, não é? Porque...

Bem, sobre lavagem de dinheiro agora, Presidente. A Secretaria de Prêmios e Apostas dispõe de algum mecanismo para fortalecer a fiscalização financeira frente às estratégias

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sofisticadas de lavagem de dinheiro e evasão fiscal por intermediações de pagamento fraudulentas? Quais resultados práticos podem ser esperados a curto e médio prazo?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Os resultados práticos esperados a curto prazo são que as empresas autorizadas, a partir do dia 1º de janeiro, deixarão de poder ter prestadores de serviços financeiros que não sejam prestadores de serviços autorizados a funcionar pelo Bacen, IFs e IPs autorizados. Então, essa é...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não tem como já evitar isso agora e não ficar esperando esse...?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Já poderia ter evitado que bilhões e bilhões...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui há a necessidade imposta pela lei, que fez com que organizássemos a nossa regulamentação para ela valer a partir do próximo mês. Então, nós temos aqui os últimos vinte e poucos dias do mês de dezembro; a partir do dia 1º de janeiro, a plenitude das normativas começa a viger, e aí nós temos o total controle. Poderíamos ter tido uma decisão do Congresso de não impor um período de adequação? Me parece que seria possível. O que nós, como reguladores, tivemos que fazer é: uma vez cumprindo todas as determinações da lei de regulamentação de todas essas temáticas que apresentei mais cedo, contando com a necessidade imposta pela legislação desse período de adequação, nós estabelecemos o dia 1º de janeiro como a plenitude.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas o período de adequação não protege os crimes e as coisas ilegais. Acho que, independente de prazo, o Governo já poderia ter atuado nessas questões há muito tempo, independente disso.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Só complementando, Senador, se me permite, de fato, o Governo tem atuado. Nós temos diversas frentes aqui: nós temos frentes da Polícia Federal, nós temos frentes da Secretaria da Receita Federal, que está atuando e está observando... De novo, é importante ficar claro que o nosso âmbito regulatório da Secretaria de Prêmios e Apostas não se mistura com, por exemplo, a persecução da lei penal. Então, se houve

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lavagem de dinheiro, essa lavagem de dinheiro merece ser investigada, merece ser processada e, uma vez comprovada, merece ser punida. Isso não pode se misturar com atividade regulatória feita pelo Ministério da Fazenda no âmbito da Secretaria de Prêmios e Apostas. Lavagem de dinheiro, uma vez identificada, reconhecida, aprovada e processada, tem que ser punida, e não há qualquer adequação a se falar sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Izalci, é tão pertinente a sua pergunta que eu vou pedir para interrompê-lo para fazer um... Eu ia fazer um questionamento nesse sentido. É porque eu... Eu estou sempre esperando que meus colegas se manifestem, mas só para eu não... Como eu fiquei, depois da covid, meio esquecido, eu tenho que aproveitar para poder fazer a consideração quando o tema vem à baila.

A gente acha que esse prazo de seis meses não representa uma ausência de vigência ou eficácia de lei. No entanto, ainda que fosse assim, Senador Marcos Rogério, tais empresas sediadas nos paraísos fiscais, *offshore*, com atuação exclusiva no Brasil, não estariam empreendendo evasão de divisas e outros crimes por não terem seguido normas e procedimentos que devem ser observados nos pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no Brasil? Tais empresas irregulares não deveriam ser impedidas de atuar no país em que sequer possuem representação, violando flagrantemente um artigo do Código Civil, que é art. 1.134? Aliás, já há até um convencimento firmado do Supremo Tribunal Federal quando suspendeu aqui o X. Quer dizer, o X não pode, mas empresa de jogo pode? É isso que me causa uma certa estranheza.

E me desculpe...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – É isso mesmo, Presidente. Eu acho que a CPI, a Relatora... A gente precisa verificar o que o Banco Central fez nos últimos meses, sabendo de tudo o que está acontecendo nos jogos. O Governo já poderia ter tomado uma série de providências, inclusive para evitar lavagem de dinheiro, evasão fiscal e uma série de outras coisas. Mas é nessa linha. Como o Ministério da Fazenda, o seu setor especificamente, não cuida disso, nós temos que verificar o que está acontecendo, que medidas foram tomadas, porque, pelo que eu disse aqui, da Associação Nacional dos Jogos, eles estão dizendo aqui que tem 23 instituições de pagamento que estão contribuindo na

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

persistência de manter a situação atual. Lógico, se os caras estão metendo a mão como estão fazendo, para eles, quanto mais tempo demorar, melhor, não é?

Mas de que forma a Secretaria de Prêmios e Apostas avalia a proposta de bloqueio de acesso ao Pix como uma solução eficaz no combate à lavagem de dinheiro? Que medidas concretas estão sendo tomadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas para lidar com lacunas regulatórias no uso do Pix e estratégia de rotatividade de contas identificadas em esquema de apostas ilegais?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Aqui, a primeira coisa que é importante mencionar é que a utilização do Pix, como meio de pagamento e transferência, é a melhor para que a gente tenha controle, porque nós conseguimos, de fato, identificar qual é o CPF que está mandando o recurso, para qual CNPJ e vice-versa. Então, a gente vê muito positivamente o uso do Pix como mecanismo por excelência de controle; é uma transferência eletrônica que tanto nós quanto o regulador do Sistema Financeiro Nacional conseguimos identificar. É por isso que fizemos aquelas restrições que mencionei mais cedo: o apostador tem que ter a sua conta, ele só pode fazer transferências eletrônicas a partir da sua conta, e ele só pode receber nessa conta. O meio de bloqueio do Pix é algo que está, sim, na nossa agenda, em conversa tanto com o próprio Bacen, mas sobretudo com as instituições – e aqui a conversa é mediada com a Febraban e com as instituições de pagamento –, de identificação desse padrão para que possamos barrar o Pix. Não é algo trivial, mas é, sim, um caminho regulatório que pretendemos engajar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O que a gente percebeu aqui é que os chineses, principalmente, vieram, abriram CNPJ e começaram a usar o Pix nessas instituições de pagamento que não têm controle. Então, é evidente que isso aí tem que ser tratado no conjunto, não é simplesmente bloquear o Pix; tem que ver, primeiro, como esse Pix está sendo operado por essas instituições.

Como é que a Secretaria de Prêmios e Apostas planeja implementar mecanismos de controle de lavagem de dinheiro ou de financiamento de atividades ilícitas considerando a ausência de uma disciplina legislativa robusta que estabeleça critérios claros para auditorias

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiras e fiscalização efetiva? A legislação está bem robusta ou merece ainda...? Vocês estão propondo alguma coisa para mudar a legislação?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Nós não estamos propondo, até porque, aqui, a nossa compreensão é a de que a lei específica de combate à lavagem de dinheiro é plenamente aplicável ao nosso caso. Aqui, o que a legislação fez – e isto já estava, em alguma medida, presente na medida provisória encaminhada – foi trazer as especificidades do setor, mas o regramento de combate à lavagem de dinheiro previsto na lei específica de combate à lavagem de dinheiro, em complemento com a nossa portaria, com atenção especial do setor, me parece que é um mecanismo robusto, tanto é que, inclusive, fomos recentemente elogiados pelo Coaf e pela própria Enccla no seu relatório ao tratar as soluções que nós identificamos na nossa portaria.

Então, a portaria de combate à lavagem de dinheiro, conjuntamente com o que prevê a lei especificamente no combate à lavagem de dinheiro com a lei de lavagem de dinheiro, é um complemento normativo que nos parece relevante... Como é que isso vai se dar? A gente identifica aqui a necessidade de que o agente operador de aposta, como o primeiro entreposto da relação, tenha um dever de identificação de determinadas condutas merecedoras de atenção especial, com essas condutas sendo gatilho para uma inspeção no âmbito ainda da própria instituição; e, uma vez identificados indícios suficientes, nós receberemos na secretaria e o Coaf receberá também esses reportes, para que, então, no âmbito das suas competências, isso seja identificado. Uma vez havendo indícios robustos, por exemplo, identificados pelo Coaf, no âmbito da sua atividade, isso, sim, é reportado para a Polícia Federal, para que a persecução penal seja feita. Então, o conjunto do que a lei já diz, em complemento com a legislação específica da temática de combate à lavagem de dinheiro mais a portaria específica que eu mencionei, parece um arranjo normativo suficiente para a gente fazer esse enfrentamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Considerando a identificação de brechas legais que permitem o anonimato nas apostas e facilitam a lavagem de dinheiro, que estratégia a Secretaria de Prêmios e Apostas está adotando para corrigir essas vulnerabilidades, especialmente no que se refere ao uso de criptomoedas, criptoativos e contas não residentes?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui, nós temos já previstos na normatividade: a vedação de uso, por exemplo, de criptoativos; a necessidade de identificação com o reconhecimento facial, com o próprio CPF da pessoa; as contas que são cadastradas são contas das quais o próprio apostador seja titular... Então, com a regulamentação tal qual prevista – inclusive, o reconhecimento facial já está previsto na própria lei; a gente fez incrementos para garantir algumas especificidades desse reconhecimento facial –, a gente acaba, definitivamente, no âmbito das autorizadas, com qualquer possibilidade de anonimato dos apostadores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, não tem... Criptoativos não podem ser mais...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É proibido, é proibido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Será proibido, não é?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Está proibido no normativo e, assim que a vigência plena da portaria...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E não residentes também? Tem algum tratamento especial para os não residentes?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Nós temos, necessariamente, a identificação dos apostadores em território nacional. Dado que é um serviço público prestado em território nacional, eles têm que estar geograficamente localizados no Brasil. Exige-se a residência do apostador, exige-se que o agente operador de apostas seja sediado no Brasil como empresa nacional.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está bom.

Com relação ao Bolsa Família, dado o impacto significativo das apostas da quota fixa sobre as famílias de baixa renda, incluindo aí o uso de recursos do Programa Bolsa Família, quais ações específicas a Secretaria de Prêmios e Apostas, sob a sua gestão, tem desenvolvido para garantir que a regulamentação desse setor contemple a proteção da população mais vulnerável?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É que a proteção identificada como o mais adequado do nosso ponto de vista como reguladores é uma proteção que garanta o conhecimento de quem é o apostador e uma garantia da sua capacidade de endividamento e de tempo de tela. Aqui, a regulamentação prevista pelo Ministério da Fazenda não previu uma distinção entre beneficiários ou não beneficiários de qualquer programa social. O que a regulamentação previu foi: a necessidade de identificação de quem são os apostadores; que os agentes operadores de aposta tenham um regramento específico de perfilamento dos apostadores e tenham uma atenção para cada um dos apostadores, independente de ele ser uma pessoa de baixa renda ou não. Obviamente, os limites impostos a uma pessoa de baixa renda não são os mesmos daqueles de uma pessoa de alta renda. Tanto a regra geral a ser aplicada pelo agente operador quanto a própria implementação disso é reportada ao Ministério da Fazenda, à secretaria, e nós poderemos fazer determinação de ajustes desse regramento.

A gente entende que esse é, do ponto de vista regulatório, inspirado em outras experiências internacionais, o melhor mecanismo de você proteger a população de uma forma geral, seja a de baixa renda, que tem pouca disponibilidade de tempo de tela, seja uma pessoa de alta renda, com maior disponibilidade de tempo de tela.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas a utilização do cartão do Bolsa Família... não acha que deveria ser restringida completamente?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui eu diferenciaria duas coisas. Uma é do ponto de vista regulatório: aquilo que nós identificamos, não acho que seria a melhor solução. Do ponto de vista jurídico, hoje nós estamos com uma decisão do Supremo Tribunal Federal determinando que essa restrição para... recursos oriundos de programa social sejam vedados. Nós estamos trabalhando nessa implementação, por determinação do Supremo Tribunal Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Qual a estratégia, então, da secretaria para garantir que os recursos provenientes de programas sociais como o Bolsa Família não sejam desviados às apostas *online*, considerando os dados altamente alarmantes – 20% de uso desses benefícios para esse fim – de 2024?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui o que nós estamos fazendo é tentando entender exatamente o escopo dessa determinação do Supremo, dado que ele trata os recursos provenientes de programas sociais... E aqui há uma dificuldade compartilhada com o Bacen e com o MDS de diferenciação, de como eu faço esse crivo, mas iremos cumprir a determinação do Supremo assim que tivermos a plena compreensão daquilo que está na decisão.

A ideia inicial é, por exemplo, ofertar a restrição de cartões do Bolsa Família, dado que o cartão do Bolsa Família... o recurso ali presente com certeza é um recurso proveniente de um programa social.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois é, isso caberia uma decisão imediata, não tem que ficar esperando esse prazo e decisão de Supremo. Acho que é uma coisa tão óbvia que o Governo já poderia ter evitado isso há muito tempo, para evitar exatamente que, ainda neste ano 2024, haja desvio de recurso público do Bolsa Família.

Por que a regulamentação vigente não inclui mecanismos mais rigorosos, como monitoramento automatizado de transações financeiras para restringir o uso de recursos sociais em apostas? E quais ações estão sendo consideradas para corrigir essas lacunas?

Essa...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É, assim, nós estamos dentro do...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois é, mas é o que estava dizendo... o próprio Presidente Lula falou. A gente precisa esperar o prazo para tomar medidas que são óbvias, como esse caso do Bolsa Família, como é o caso dos recursos que estão sendo lavagem de dinheiro, essas coisas... Já poderia ter alguma providência atual, não é?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É que me parece, Senador, se me permite, que muitas ações foram tomadas neste período. Todo o estudo e toda a compreensão de como regular da melhor forma possível esse setor foi um grande ganho. Se é verdade que nós estamos desde 2018 esperando essa regulamentação, a partir do dia 1º de janeiro deste ano, nós evoluímos bastante no controle desse setor. Poderia ter vindo antes? Não tenho dúvida de que poderia ter vindo antes, mas eu tenho bastante convicção de que esse trabalho todo que

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu fiz questão de apresentar a esta Casa vai ser uma solução, uma solução de fato pensada, estruturada e muito mais condizente com aquilo que a gente precisa para controlar esse setor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está ótimo.

Só rapidamente aqui, sobre plataformas de aposta. Qual foi o volume de recursos destinados às apostas nos últimos dois anos e quanto deixou de ser arrecadado em tributos pela ausência de regulamentação? Qual é a projeção de arrecadação fiscal a partir de 2025?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui há dois temas separados, que precisam ser tratados. O primeiro, que é: as estimativas são muito variadas. É muito difícil, dada a natureza de como esse setor se estruturou no Brasil nos últimos anos, ter total clareza de qual é esse volume. Os números variam muito e eu não tenho um número específico, concreto, seguro para afirmar sobre esse volume.

Em relação à tributação, aí é que nós temos um problema, que é: se nós não temos a base de cálculo, é muito difícil fazer a construção em cima, mas aqui, eventualmente, eu deixo também para os colegas da área fiscal tratarem dessa temática.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quais medidas específicas a Secretaria de Prêmios e Apostas adotou para evitar que empresas registradas em nome de laranjas, a exemplo dos beneficiários de Bolsa Família, obtenham autorização no processo de regulamentação?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui nós recebemos, Senador, durante o processo de autorização, todas as informações de todos os integrantes dessas empresas. A gente tem capacidade de pedir informações complementares, caso venham a surgir dúvidas e caso venham a aparecer pessoas que sejam caracterizadas como laranjas. Adicionalmente, nós estamos, como mencionei mais cedo, interagindo tanto com a Polícia Federal quanto com a Receita no sentido de identificação dessas empresas e das pessoas físicas que atuam nessas empresas – se há algum indício de envolvimento com pessoas que não tenham capacidade econômica de atuação nesse setor para que, a partir desses indícios, a gente tome as decisões. Esse é um dos motivos por que a gente ainda está nessa fase de conclusão, dentro do cronograma previsto de avaliação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se pegarmos dessas 71 empresas que foram notificadas para pagamento das outorgas e demonstração da integralização, a gente determina que aqueles que integralizaram – e se for uma pessoa jurídica, aquele que faz parte do seu quadro societário – demonstrem a origem desse capital. Então, nós teremos mais uma oportunidade de identificação, de novo, de quem são as pessoas físicas também envolvidas e, com isso, me parece que a gente tem uma boa ferramenta para afastar a participação de laranjas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Da mesma forma, tem alguma observação... As empresas registradas em paraísos fiscais, mas operando aqui no Brasil, obtêm outorgas e legitimam suas atividades no processo de regularização?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Nenhuma empresa que vai ter autorização será sediada fora do Brasil. Por determinação legal e pela regulamentação, todas as empresas autorizadas serão empresas constituídas no Brasil como empresas brasileiras, seguindo a lei brasileira. O que nós temos hoje, como mencionado, é: essas empresas brasileiras que pediram autorização neste período de adequação puderam identificar por quais domínios elas estão prestando esse serviço por enquanto, e alguns desses domínios, por conta do regime anterior, ainda são domínios sediados fora do Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas, mesmo se elas operarem em paraísos fiscais, se elas fizeram o registro aqui, está considerado o.k.? Mesmo operando em paraísos fiscais?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Se elas se identificarem e a gente tiver o controle de quem são essas empresas constituídas e, ao fazê-lo, elas se responsabilizam pelo cumprimento da legislação nacional, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Considerando...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Se essas empresas... Perdão, desculpa, só um complemento. Se essas pessoas físicas ou jurídicas incorrerem em um crime, inclusive elas serão responsabilizadas por isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando que o modelo de autorização previsto na Lei 14.790 dispensa a obrigatoriedade de licitação, o que compromete a transparência, a igualdade de condições na escolha dos operadores, como a Secretaria de Prêmios e Apostas pretende assegurar a eficiência, a moralidade administrativa e a proteção do interesse público frente a possíveis práticas arbitrárias ou corruptas?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É, aqui o principal mecanismo de controle chama-se procedimento. Nós temos os regramentos do que precisa estar previsto, nós temos esse quadro regulatório todo dessas portarias que trazem quais são os requisitos técnicos, os requisitos econômicos, os requisitos econômico-financeiros; todos os controles são previstos na portaria. Como todo o processo de autorização, pela sua natureza, ele não tem propriamente uma competição entre aqueles que pleitearam autorização, mas, sim, uma análise objetiva em cima deles.

A partir disso, nós temos um quadro de servidores – e aqui os servidores que trabalham diretamente, servidores efetivos com estabilidade –, que fazem pareceres temáticos para cada uma dessas cinco áreas. A partir desses pareceres temáticos isso sobe para um coordenador-geral de autorização, que consolida esse entendimento, e, a partir dessa conformação de atos, nós temos a decisão de conferir ou não a autorização.

Então, o procedimento, começando por regras gerais, previstas, escritas e a conferência do cumprimento dessas regras por todos aqueles que pleitearam, me parece que é a melhor forma de garantir que só tenha um prestador de serviço de aposta de cota fixa autorizado pelo Estado se cumprir toda a legislação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agora, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal já consolidou o entendimento sobre a obrigatoriedade de licitação na outorga de serviços lotéricos, a Secretaria de Prêmios e Apostas considerou o risco de que a Lei nº 14.790 seja declarada inconstitucional? Em caso afirmativo, quais foram os fundamentos utilizados para justificar a adoção do modelo de autorização perante o evidente descompasso com a Constituição?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui nos cabe, Senador, o cumprimento da lei. A lei tem uma presunção de constitucionalidade, e o procedimento aprovado pelo Congresso

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional nos é trazido. No que está previsto na lei, nos cabe, como reguladores no cumprimento da lei, cumprir aquele rito tratado pela lei.

Se, supervenientemente, o Supremo Tribunal Federal vier a reconhecer esse procedimento como inconstitucional, nos caberá, como órgão executivo, cumprir essa determinação. O que nos cabe hoje é cumprir a lei aprovada pelo Congresso Nacional.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Diante da ausência de mecanismos robustos de fiscalização e auditoria confiável previstos da Lei 14.790, como a Secretaria de Prêmios pretende assegurar a integridade e a idoneidade das operações de aposta *online*, garantindo práticas justas e protegendo os consumidores de fraude e manipulações?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui, a resposta, Senador, passa um pouco por tudo aquilo que foi apresentado mais cedo. Então, ter um procedimento de autorização para garantir quem é esse prestador de serviço, ter uma certificação de quais são os sistemas prestados, ter uma certificação de quais são os jogos ofertados, ter procedimentos de meios de pagamento, ter procedimentos de combate à lavagem de dinheiro, ter um regramento específico que trata de direitos e deveres, de proteção do apostador mediante o jogo responsável, ter controle dos procedimentos de monitoramento e fiscalização e da ação sancionadora. Acho que é esse conjunto de obra. Trazer esse prestador de serviço, de fato, para baixo de um regulador forte é a melhor forma de garantir. E na hipótese de descumprimento, sanção e, no limite, a cassação da autorização.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Essas certificadoras – V. Sa. falou cinco aqui; eu tenho seis relacionadas –, elas certificam essa questão do percentual de retorno de aposta para não ter manipulação de...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Certificam, certificam. E eu agradeço a correção. V. Exa. tem razão: são seis certificadoras, e não cinco. Uma foi recentemente habilitada. Elas, sim, tanto certificam o sistema de apostas quanto os jogos individualmente considerados, então, se cada um dos jogos cumpre a determinação das portarias, como por exemplo, o retorno necessário. Não pode haver uma manipulação do retorno, uma oscilação de acordo com o

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comportamento, de acordo tanto com aquilo que determina a lei, mas sobretudo o que determinar a portaria de jogo *online*. Traçam um regramento de o que e como pode ser ofertado e as certificadoras também garantem... Elas colocam uma espécie de lacre – chamemos assim na falta de um melhor termo –, e, a partir do momento em que esse lacre eventualmente venha a ser quebrado com qualquer alteração, nós recebemos essa notificação via sistema.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Para concluir, Presidente, só vou falar agora sobre os efeitos colaterais com relação a isso.

Por que a regulamentação atual não contempla salvaguarda específica para adolescentes e jovens, jovens adultos, particularmente vulneráveis à sedução das plataformas digitais, conforme apontado pela PGR?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui as portarias preveem mecanismos de proteção de criança e adolescente. Então, nós começamos com uma proibição da participação de criança e adolescente no ambiente de aposta, mediante controle de entrada. Então, no cadastro ele já não pode participar. Além disso, no ambiente de publicidade nós temos restrições também relacionadas à participação de criança e adolescente em qualquer um dos momentos, seja como destinatário final, seja como participante da publicidade. Nós temos uma atuação intensa, que está sendo construída com as próprias plataformas de redes sociais e mecanismos de buscas, para trazer outras restrições que impeçam que crianças e adolescentes sejam alvos e participantes desse ambiente de aposta.

Então, me parece que a portaria de jogo responsável, publicada em julho desse ano, já traz bastantes mecanismos que complementam, alguns já previstos na lei, que foram incluídas, como mencionei no começo, na medida provisória encaminhada em julho do ano passado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tendo em vista os potenciais impactos econômicos e sociais negativos, como aumento da dependência, transtornos psicológicos e sobrecarga no serviço de saúde, a Secretaria de Prêmios e Apostas realizou algum estudo prévio para mensurar o custo-benefício social da legalização das apostas *online* frente à arrecadação fiscal projetada? Caso contrário, quais foram os motivos para essa omissão?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui, ainda no exercício de 2024, dada a quantidade de temática que tivemos que trabalhar, nós não nos engajamos ainda num estudo para conhecimento, o que está, sim, previsto. Inclusive, para isso foi criado um grupo de trabalho, composto pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República e pelo Ministério do Esporte, para que possamos entender melhor tanto os dimensionamentos, mas, sobretudo, os efeitos deste setor na saúde das pessoas, no Brasil, e também pensar soluções, como, por exemplo, pensar cartilhas de informação, pensar meios de informação da população, sempre lembrando aqui a máxima de que você antecipar e explicar é muito melhor do que remediar. Então, nós estamos, sim, trabalhando, em interação com o Ministério da Saúde, para tanto entender melhor o setor quanto já pensar mecanismos de controle para evitar danos à saúde mental.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, dada a ausência de mecanismos robustos de monitoramento em tempo real, como ferramenta de acessibilidade financeira, para evitar endividamento e transtornos psíquicos, por que a Secretaria de Prêmios e Apostas não inclui, ou não incluiu, tais medidas na Portaria 1.231, de 2024? E, considerando ainda essa portaria – que foi amplamente criticada por sua superficialidade e pela ausência de mecanismos preventivos e corretivos claros –, quais foram os critérios técnicos e jurídicos utilizados pela secretaria para definir as obrigações impostas aos operadores de aposta *online*?

E por que não foram incluídas exigências robustas, como programas obrigatórios de prevenção ao vício e fiscalização rigorosa?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Desculpa, Senador, mas qual portaria V. Exa. menciona?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A SPA 1.231, de 2024, do Ministério da Fazenda.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Na verdade, essa portaria traz mecanismos de controle, ela traz mecanismos de conhecimento, ela traz mecanismos de compartilhamento de informação em tempo real mediante Sigap, então assim, me parece, e aí eu estou à disposição para a gente entrar em detalhe e, se for necessário, podemos...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É porque ela foi muito criticada exatamente por não ter assim uma coisa mais robusta, ficou muito superficial.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Eu tenho dito, Senador, se me permite, se tem uma compreensão que eu tenho, como alguém que estudou regulação na vida, é que regulação é ciclo e ele sempre precisa melhorar. Então a Secretaria de Prêmios e Apostas está plenamente à disposição daqueles que quiserem trazer críticas concretas sobre os nossos atos normativos para que a gente melhore e torne esses atos ainda mais efetivos, mas a gente está bastante convicto de que aquilo que a gente previu já é um avanço muito significativo para essa falta de controle que nós tivemos nos últimos anos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu vou resumir aqui a última pergunta sobre publicidade. Dado o caráter ostensivo e amplamente permissivo da publicidade de apostas, como a secretaria pretende regulamentar ações publicitárias para alinhar essa exigência do art. 220 da Constituição Federal, considerando a notória insuficiência das medidas atuais previstas na Lei 14.790? Quais medidas concretas a secretaria tem adotado para impedir que empresas de apostas utilizem lacunas legais para promover suas atividades, especialmente em um contexto onde a dependência econômica de clubes esportivos e meios de comunicação reforça a normalização dessas práticas? E quais medidas que a secretaria pretende implementar para impedir que recursos provenientes de casas de apostas sejam direcionadas, via instituições de pagamento, a contratos publicitários com influenciadores, clubes esportivos e emissoras sem o devido registro contábil, considerando que tais práticas reforçam a evasão fiscal e a ocultação da receita?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui novamente, Senador, nós temos diversos temas que reaparecem em diversos atos normativos diferentes da nossa portaria, das nossas portarias. Então saber novamente quem são as empresas, determinar que essas empresas sejam constituídas no Brasil, se utilizem só de IFs e IPs autorizadas a funcionar pelo Bacen, garantindo que as transferências sejam feitas apenas de forma eletrônica entre uma conta cadastrada em nome e CPF do apostador, que esses recursos sejam transferidos apenas para contas cadastradas, contas em nome das casas de apostas, esse conjunto de fatores é o conjunto de fatores que faz com que a gente identifique quem são essas empresas, o que essas empresas fazem, quanto elas ganham, quais são os beneficiários finais dos seus recursos. Então trazer... E

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi esse o grande esforço que fizemos a partir da legislação aprovada pelo Congresso com aquilo que a legislação aprovada pelo Congresso nos possibilitou, faz com que nós tenhamos diversas ferramentas para enfrentar cada um desses problemas. E a gente está bastante convicto de que a plenitude da vigência a partir do dia 1º de janeiro vai nos garantir isso, obviamente, com necessidade sempre de atenção, de análise de resultado regulatório e eventualmente, quando necessário, de melhorias da regulação. Mas todo esse esforço feito pela equipe, por todos os servidores e servidoras que fizeram, nos parece que dão resposta a essas questões trazidas por V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Presidente. Eu vou correr ali para a receita... para a reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Izalci.

Passo, em seguida, a palavra ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sra. Relatora, cumprimento também o Secretário Regis Dudena, que comparece nessa CPI para trazer alguns esclarecimentos que são importantes acerca desse tema.

Eu começo, Secretário, lhe fazendo uma pergunta muito objetiva, e depois eu vou passar aqui a um conjunto de outras que fiz, a partir dos depoimentos que nós já tivemos, a partir do acesso a documentos que nós já conseguimos acessar. Ainda é um universo obscuro, mas boa parte está inclusive publicado. Mas eu lhe pergunto: V. Sa. pode afirmar, diante dessa CPI, que a secretaria que V. Sa. representa e que V. Sa., como Secretário, está cumprindo a lei que trata dos jogos?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Estou plenamente convicto disso, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está cumprindo a lei? Está cumprindo o regulamento que também foi feito pela secretaria de V. Sa.?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Só para eu entender, o senhor mencionou qual regulamento?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estou perguntando. Nós temos a lei, nós temos uma medida provisória convertida em lei e temos algumas portarias de regulamento que a sua secretaria editou. Eu estou lhe perguntando objetivamente: V. Sa. pode afirmar que está cumprindo a lei e os regulamentos?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Sim, posso afirmar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa., eu coloquei alguns vídeos aqui na nossa secretaria, eu pediria que a gente apresentasse a essa CPI neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

(*Procede-se* à *exibição de vídeo.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu pergunto ao Secretário: quem fez essa propaganda?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Provavelmente a área de comunicação do ministério, não posso afirmar, mas aparentemente a área de comunicação do ministério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. está afirmando nessa CPI que essa propaganda é do Governo Federal?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não sei porque eu não conheço, Senador, eu precisaria ter certeza. Não posso afirmar de que é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. quer dizer que esse material é *fake,* é uma produção?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não. Eu só não conheço o material, Senador. Só isso. Eu não posso...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então eu vou pedir para colocar o segundo vídeo, de repente a memória melhora. (*Fora do microfone.*)

(*Procede-se* à *exibição de vídeo.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. tem conhecimento desse vídeo?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Também não? Que interessante. Esses vídeos estão publicados no portal do Governo Federal. É propaganda oficial do Governo tratando do ambiente de apostas, desse ambiente que a sua secretaria está regulando.

V. Sa. vem a essa CPI e diz que desconhece a propaganda oficial.

V. Sa., agora há pouco, questionado aqui sobre a propaganda, tergiversou, mas quem está fazendo a propaganda, inclusive afirmando em propaganda sobre a autorização para a operação, é o Governo de V. Sa. É o Governo Federal que está dizendo isso. E, dizendo isso, estimulando quem ainda não adotou as medidas para poder estar dentro desse arcabouço legal, desse ambiente legal, que o faça, dando prazo certo, prazo determinado. E ali dizendo claramente "plataformas já autorizadas". Autorizadas por quem? Quem é que autorizou essas plataformas a operar no Brasil?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Se me permite, Senador, a resposta objetiva que eu posso lhe dar é que é um termo mal usado pela comunicação. Não tenho dúvida de que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. está desautorizando?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – O que eu estou dizendo é que o uso da palavra "autorização" ali, do ponto de vista técnico-jurídico, está equivocado. Se isso foi utilizado pela comunicação do ministério, está equivocado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas essa propaganda está no ar ainda.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Nós iremos procurar essa propaganda e iremos derrubar, se for necessário.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou... Sr. Presidente, eu vou depois encaminhar um requerimento para solicitar formalmente, mas eu já peço a inclusão no acervo probatório da CPI do material que foi, inclusive, publicizado no âmbito da CPI. Eu acho que não há, embora o Secretário esteja dizendo que não pode afirmar sobre a autenticidade da origem, mas é só entrar na plataforma do Governo, nos *sites* do Governo, e essa propaganda ainda está lá.

Mas eu queria fazer algumas perguntas, até em face do que V. Sa. já trouxe para esta CPI no dia de hoje. Algumas perguntas eu vou repetir, porque a resposta de V. Sa. deve merecer alguns questionamentos dentro da perspectiva de análise que faço neste momento.

Eu queria saber de V. Sa. como foram preparadas as portarias regulamentadoras da exploração de apostas de quota fixa no âmbito federal. Existe um grupo de trabalho, existe uma área técnica, com estudos, com elementos técnicos que embasaram isso?

Pergunto mais. V. Sa. é quem a subscreve, obviamente, como Secretário, mas pergunto: foi quem elaborou essas portarias, supervisionou? Poderia explicar à Comissão como se deu a edição dessas referidas portarias?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Sim, eu posso, sobretudo a partir da minha chegada em abril.

As temáticas de aposta e regulação de apostas no Brasil são uma grande novidade do ponto de vista regulatório. O que foi feito foi a constituição de uma secretaria com competência específica para a regulamentação, foi havendo uma formação do corpo de servidoras e servidores que estavam à disposição da secretaria. E nós temos a secretaria estruturada em quatro áreas, por assim dizer: o gabinete, onde fica a área de normatividade e jogo responsável, mais três subsecretarias relacionadas à atividade de autorização, de monitoramento e fiscalização e à atividade de ação sancionadora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tem estudos técnicos?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Nós temos muitos estudos avaliados, nós temos as notas técnicas que levaram, nós fizemos muita busca de experiências internacionais para chegar a cada uma dessas normativas, lembrando que aqui nós temos dois desafios: um desafio que é o fato de ser algo novo e um segundo desafio que é o fato...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não tão novo assim, porque está desde 2021.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É desde 2018, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Desde dois mil... Bom...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Mas o que nos cabe aqui é a partir... pelo menos na pessoa física, a partir de abril, mas, antes disso, desde que o Governo assumiu, em 23.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k. Eu lhe pergunto... Bom, então, tem estudos técnicos, é isso que a V. Sa. está afirmando?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Sim, inclusive com validação desses textos normativos pelo Jurídico do Ministério da Fazenda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu lhe pergunto: eu gostaria... V. Exa... V. Sa. se compromete com esta CPI a encaminhar a esta CPI esses estudos técnicos, essas notas, esses pareceres que instrumentalizaram essas portarias?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Me comprometo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu agradeço a V. Sa.

Sr. Presidente, se possível, da mesma forma como fizemos na sessão anterior, consignasse um prazo de cinco dias para que o Secretário pudesse fornecer a esta CPI esses documentos.

Bom, em relação a esse assunto ainda, segundo o art. 9, parágrafo único, da Lei 14.790, de 2023, o Ministério da Fazenda estabelecerá condições e prazos não inferiores a seis meses para adequação das pessoas jurídicas que estiverem em atividade, as disposições desta lei e as

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

normas por ele estabelecidas em regulamentação específica. Qual a interpretação do senhor e da SPA acerca dessa previsão legal?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – A interpretação feita pela SPA, com o suporte, inclusive, no Jurídico do Ministério da Fazenda, é de que há uma determinação legal de um período de adequação, como o texto sugere, não inferior a seis meses, para adequação tanto à lei quanto aos atos normativos e infralegais praticados pelo Ministério da Fazenda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas que tipo de adequação esse período aqui estabelece? Eu quero saber a interpretação de V. Sa. e da SPA quanto ao conteúdo normativo, quanto ao conteúdo legal. Qual é a interpretação do ponto de vista do que quer dizer esse artigo?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Que comandos legais específicos dessa legislação, comandos normativos e específicos setoriais decorrentes da regulação dessa lei que forem feitos pelo Ministério da Fazenda não podem ter a sua vigência imediata e, sim, devem aguardar um período de adequação não inferior a seis meses. A forma, prazo a ser determinado pelo Ministério da Fazenda. Nós temos uma dimensão temporal de seis meses, no mínimo, de um período de adequação. Temos uma competência atribuída ao Ministério da Fazenda como órgão regulador que vai dizer sobre esse prazo e vai dizer sobre a quem se aplica esse regramento. E nós temos uma dimensão objetiva, que são a lei e os atos normativos dela decorrentes. Por isso que eu mencionei mais cedo que, por exemplo, legislação extravagante que não tenha relação direta com a Lei 14.790, leia-se, por exemplo, o Código de Defesa do Consumidor ou o Estatuto da Criança e do Adolescente, continua sendo vigente em sua plenitude.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A interpretação de V. Sa. e da SPA de que o referido art. 9º, parágrafo único, da Lei 14.790, corresponderia a um período de graça, não seria o equivalente a reconhecer aqui renúncia fiscal?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas V. Sa. acha, considera juridicamente que esse período é um período de graça?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Do ponto de vista da regulamentação setorial, é um período de graça.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O que significa isso?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Que as regras específicas de regulação do setor previstas na 14.790, as regras específicas do setor previstas nas portarias, nos atos infralegais do Ministério da Fazenda, essas não têm a sua vigência plena, por força de uma restrição trazida pelo parágrafo único do art. IX.

A legislação penal, a legislação tributária, não se confunde com a legislação regulatória setorial.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, o que é que seria o período de graça, na visão de V. Sa.? Porque, na prática, é isso que está acontecendo.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Então... O que eu posso dizer, do ponto de vista das competências do Ministério Fazenda, é que a lei, ao regrar, por exemplo... A Constituição do Brasil, ao regrar, por exemplo, restrições de como se dá a interação de apostadores com casas de apostas, a nossa regulamentação, ao trazer regras específicas para como esses contratos possam se dar, com direitos e deveres, com respeito ao jogo responsável, esse escopo normativo, que é próprio da regulação setorial, tem, por força do parágrafo único do art. IX da lei, um período em que a sua exigibilidade não se dá plenamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas eu confesso que agora eu não entendi a explicação de V. Sa. e vou lhe dar a oportunidade de explicar novamente.

V. Sa. diz que, do ponto de vista regulatório, a interpretação é essa, há um período aqui, uma espécie de *vacatio*, um período de graça, mas excetua o aspecto tributário.

Essas empresas estão recolhendo tributos nesse período?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Só pra ficar claro: eu não estou excetuando o tributário; estou excetuando o regulatório. Na verdade, a exceção se dá para o regulatório.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Qual é a consequência do regulatório com relação à questão tributária?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – À questão tributária é: uma vez incorrido em um fato gerador, do ponto de vista tributário, esse fato gerador tem que ser tratado como tal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, o que V. Sa. está dizendo é que o Governo ainda não criou essa condição para gerar o fator gerador, para fazer surgir o fato gerador.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É. Aqui, por conta da forma como a legislação foi tratada, nós temos ainda dificuldade de ter plenamente o conhecimento de quem são os devedores de questões tributárias.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas o Governo, na propaganda, está dizendo que ele autorizou essas empresas de jogos a operarem no Brasil.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É só pra ficar claro novamente: ainda que, claramente, uma vez sendo esse vídeo, de fato, da comunicação do Ministério da Fazenda, isso tem um erro técnico, não se trata de autorização...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Secretário, com todo o respeito, com todo o respeito, não se trata de erro. Vou pedir pra colocar um outro documento, que está ali na...

V. Sa. tem... Assim, não dá pra negar os fatos e as evidências. Isso é fato público.

Aqui está esse documento...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Hum-hum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse V. Sa. conhece ou não?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Sim, esse é de competência do Ministério da Fazenda...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pessoas jurídicas em atividade, que apresentaram requerimento de autorização ao Ministério da Fazenda até 17 de setembro de 2024, com respectivas marcas e domínios de internet que poderão explorar... Que "poderão" explorar.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse "poderão" aqui... Ele aponta pro futuro ou pro presente?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Ele aponta pra um regime jurídico específico, decorrente do parágrafo único previsto no art. IX da Lei 14.790, que determina que, num período de adequação, essas empresas poderão explorar atividades.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ou seja...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Isso não se mistura, do ponto de vista do Direito Administrativo, com o estatuto "autorização". Por isso que, uma vez sendo identificado um erro na comunicação, isso tem que ser corrigido de imediato, o que, no nosso ato, em que se apontam quais são as empresas que poderão explorar, ela está fundamentada no parágrafo único, art. IX, da Lei 14.790, e na nossa própria portaria, que estabelece o regramento tanto da autorização quanto desse período de adequação. Lembrando que foi uma portaria também da secretaria que estabeleceu as regras para que essas empresas, no período de adequação, sejam reconhecidas exclusivamente como aquelas que pediram autorização nesse período.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. teria como declinar, ler, mostrar, apresentar pra Comissão algum documento, algum dispositivo legal que trata desse período de adequação, nessa extensão?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – O art. IX, parágrafo único.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O art. IX não trata disso. Longe disso. Com todo respeito a V. Sa.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Com todo respeito a V. Exa., é assim a nossa interpretação...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Coloque o próximo...

Eu vou lhe perguntar sobre isso objetivamente, logo a seguir.

O próximo documento.

Essa página V. Sa. conhece, não?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aparentemente, é uma página do Ministério da Fazenda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O que é que está escrito ali? "Fazenda". É o Ministério em que V. Sa. trabalha. A secretaria de V. Sa. está nesse ministério.

"Fazenda divulga lista de *bets*..." o quê?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, de novo: é um erro técnico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas este Governo comete muito erro! V. Sa. não acha? Tudo pra este Governo é erro, é equívoco...

Agora, não é equívoco a renúncia bilionária que o Ministério da Fazenda está praticando com relação à sonegação fiscal, com relação à renúncia de receita. Aí não é erro. Aí é uma derivação do comando legal.

O que V. Sa. está dizendo aqui – e isso é grave, Sr. Presidente – é que o Parlamento criou um normativo que abre mão de receita. É isso que V. Sa. está dizendo aqui, no âmbito desta...

Não: se V. Sa. está dizendo que o art. 9º trata de um período de isenção ou de imunidade temporal...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Mas não foi isso que eu disse, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas é isso que V. Sa. está afirmando.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não. De forma alguma.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então reinterprete, por gentileza, o art. 9º.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Eu posso reinterpretar quantas vezes V. Exa. precisar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por favor.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – O art. 9º trata expressamente de um período de adequação das regras regulatórias.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Incluindo a renúncia de receita.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não tratei, em momento algum, e não é a interpretação da Secretaria de Prêmios e Apostas de que há uma renúncia de receita determinada. O que há é um período de adequação determinado pela lei, pelo Congresso Nacional, para que a plenitude da regulação setorial não seja exigida no período de seis dias.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas, Secretário, na prática, o que é que significa isso?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Significa que uma vez a lei tendo sido sancionada em dezembro e a necessidade de uma regulação por comando legal, que gerou todas essas portarias que apresentei anteriormente, a plenitude da vigência dessas portarias para as empresas que atuam no setor se inicia no momento futuro de 1º de janeiro do próximo ano.

Adicionalmente, Senador, se me permite, este período de adequação e, sobretudo, os anos anteriores em que o Estado brasileiro não fez qualquer movimento de controle dessas empresas, esse período anterior nos coloca numa situação de dificuldade de vida real de cobrança desses impostos de pessoas que auferiram renda.

O que nós estamos fazendo é correndo atrás de um prejuízo de anos de inação, para regular esse setor, e, a partir do dia 1º de janeiro, termos, enfim, completo controle de quem são essas empresas, como prestam essas atividades e quais são todos os seus deveres que deverão ser cumpridos pra permanência nessa atividade no Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É esse o esforço que a Secretaria de Prêmios e Apostas – e o Ministério da Fazenda – tem feito desde que assumiu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Secretário, V. Sa. faz um esforço muito grande pra tentar justificar aquilo que é óbvio.

O Ministério da Fazenda autoriza e faz propaganda, e faz publicidade dessa autorização das *bets* no Brasil. Ele divulga a lista das *bets* no Brasil em campanha publicitária.

Eu poderia colocar para V. Sa., aqui, dezenas de publicações, mas eu acho que V. Sa. já até cansou de negar que a fonte é o Governo Federal...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Eu peço desculpas, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... porque eu estou trazendo o *site* do próprio Governo Federal, mas eu poderia trazer aqui para V. Sa. matérias divulgadas nos grandes veículos de comunicação no Brasil com o mesmo desenho, como se fosse uma peça publicitária do Governo, e é, fazendo essa mesma afirmação.

É o Governo divulgando lista oficial de *bets* autorizadas.

E aí...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Novamente, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Autorizadas, mas que não arrecadam, que não pagam impostos.

E aí V. Sa. está dizendo... Aí não tem outro meio termo, ou V. Sa. vai dizer que o legislador quis criar um ambiente de isenção ou imunidade temporária ou, então, o Ministério da Fazenda está praticando crime de renúncia fiscal.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Novamente, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não tem outra alternativa!

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Existe, a alternativa é a leitura...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Se você me permite, só para corroborar com você.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Só me tire uma dúvida.

Você tem essa lista de autorizadas, algumas empresas autorizadas, inclusive, nem pagaram a outorga ainda, não é?

Não é isso?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Então, eu só quero reiterar, Presidente, aqui que...

Inclusive peço a V. Exa., caso tenha outros erros na nossa divulgação, que, por favor, faça-nos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. considera isso um erro?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Eu considero o uso da palavra autorizado com certeza um erro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas está em todas as peças do Governo.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não acredito que esteja, Senador, com todo o respeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou repetir os dois vídeos.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, eu entendo, uma vez sendo esse texto de fato do Ministério da Fazenda, se assim está, está errado.

Não tenho dúvida nenhuma em relação ao uso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Elas não estão autorizadas?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – O uso da palavra autorizada do ponto de vista do direito administrativo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não, eu quero...

Objetivamente, essas *bets* estão autorizadas ou não autorizadas?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – O conceito de autorizado que V. Exa. usa é o conceito do direito administrativo? De autorização? Não, elas não estão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Secretário, vamos falar o português claro.

Elas estão autorizadas ou não?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Se o conceito é de autorização previsto na lei como um estatuto do direito administrativo, não, porque elas estão num período de...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, elas estão ilegais?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, também não, por força do parágrafo único do art. 9º.

Existe, Senador... Se me permite, o direito tem o seu linguajar técnico que traz possibilidades de distinção entre o que é uma autorização para fins de direito administrativo e o que é uma empresa que está atuando legalmente no seu período de adequação por força de um artigo legal, art. 9º, parágrafo único.

Nós entendemos que essas empresas que estão no *site* do Ministério da Fazenda, e assim fizemos para proteger os apostadores, nós restringimos apenas aquelas empresas que estão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. acabou de afirmar...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fez para proteger os apostadores ou os donos dos *sites* de apostas?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, nós fizemos única e exclusivamente para proteger os apostadores, por conta...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas como é que V. Sa. pode dizer que está protegendo os apostadores com empresas, plataformas que estão ancoradas em paraísos fiscais?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – O ponto aqui é, durante esse período de adequação, trazido no parágrafo único do art. 9, que fala que essas empresas podem continuar atuando no Brasil neste período de adequação, ou seja, por força legal, não havia a exigência de constituição no Brasil para que essas empresas continuassem atuando. Por força desse dispositivo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A lei permite...

Aí eu lhe pergunto, objetivamente, porque aqui, enfim, o assunto é simples, não precisa complicar, não precisa de conceituação e nem de filigrana jurídica.

Eu lhe pergunto objetivamente: a lei permite que essas empresas, constituídas em outros países, em paraísos fiscais, possam operar no Brasil?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Só um reparo, antes de responder, filigrana jurídica é do que se trata quando a gente está interpretando uma lei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, mas eu estou lhe perguntando objetivamente se a lei autoriza ou não.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, o uso da palavra autoriza, que V. Exa. usa, me parece equivocado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – A lei permite...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A lei permite?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – ... que dentro da sua legalidade, durante esse período de adequação, essas empresas atuem no Brasil. Isso é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Secretário, qual o art. da lei que prevê?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Parágrafo único do art. 9º da Lei 14.790.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, com todo o respeito, V. Sa. está dando uma interpretação que nem o próprio Governo de V. Sa. aceita e acata, e eu vou ler o parecer já, já, para V. Sa.

Dizer que o legislador brasileiro... Por isso que eu estou dizendo a V. Sa., e é preciso que V. Sa. tenha cuidado com as afirmações que faz no âmbito de uma CPI, V. Sa. está terceirizando para o Congresso Nacional duas situações que são gravíssimas, aí, quando eu questiono, V. Sa. retira a afirmação.

O Congresso legislou para autorizar sonegação fiscal?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Senador, eu vou repetir mais uma vez a explicação da nossa interpretação do parágrafo único.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É simples, sim ou não?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Congresso brasileiro autorizou na legislação a operação no Brasil de empresas de plataformas ancoradas no exterior em paraísos fiscais?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – No período de adequação, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Parlamento autorizou isso?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É o que diz o parágrafo único do art. 9º da Lei 14.790, Senador.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Bom, Secretário, então...

O Ministério da Justiça elaborou um parecer técnico, a Nota Técnica nº 6, de 2024.

V. Sa. conhece?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – De cabeça não vou saber dizer, Excelência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Em que o Ministério da Justiça opinou que:

> A interpretação literal do parágrafo único, do art. 9º, da Lei 14.790/2023, que permite as empresas se adequarem em prazo de seis meses, é despropositada [é o seu Governo dizendo, Ministério da Justiça] e fere todas as regras basilares da hermenêutica jurídica [é o Ministério da Justiça do seu Governo].
> Não é razoável, tampouco racional [do ponto de vista hermenêutico, a interpretação desses termos aqui não é muito cordial] que se entenda que a mesma lei que não admite a bonificação, porque esta gera vício e dependência, a tolere por seis meses para que as empresas possam se adequar à vedação legal. Isso pressuporia o absurdo hermenêutico de se fixar a compreensão de que em seis meses ninguém se vicia.

E essa é a compreensão de V. Sa.? De que em seis meses não seria o suficiente para viciar uma pessoa e por isso justificaria esse *vacacio*, esse lapso temporal?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, a minha interpretação é a interpretação de que o parágrafo único do art. 9º determina um período de adequação para que as regras específicas desse setor...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está errado o Ministério da Fazenda?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Senador, eu precisaria ler o texto como um todo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Ministério da Justiça?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Eu precisaria ler o texto como um todo.

O que eu posso dizer é que no âmbito da nossa competência, que é de regulação do setor de prêmios e apostas, a interpretação é de que o parágrafo único do art. 9º da Lei 14.790 traz um período em que a exigibilidade das regras específicas do setor só se dê a partir de um momento futuro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estou preocupado com o depoimento de V. Sa.

V. Sa. está dizendo que não conhece esse documento.

V. Sa. é o Secretário da pasta que cuida da regulação.

O Ministério da Justiça faz um parecer com fundamentos jurídicos e com uma abordagem que, assim, não é a abordagem mais usual para tratar, inclusive, alguém que é parte do mesmo Governo, porque quando ele usa os termos que usa aqui, não é razoável, tampouco racional.

V. Sa. está dizendo que não conhece esse documento.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não. Eu não disse que eu não conheço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu lhe pergunto, então: os regulamentos, as decisões que V. Sa. adotou no âmbito da secretaria foram instruídas por parecer da Advocacia-Geral da União?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Todos eles, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Parecer da PGFN?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Sim, a PGFN é um órgão da Advocacia-Geral da União que representa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, eu lhe pergunto se é a PGFN, porque aí é a questão fiscal.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não necessariamente, Senador. A PGFN é também responsável pelo consultivo do Ministério da Fazenda no âmbito da sua atividade...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Houve manifestação da PGFN?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Em todas as portarias, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Reconhecendo que não há, neste momento, cabimento para, uma vez autorizadas, como diz o Governo, cobrar imposto, pagar imposto?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – De novo, se me permite, Senador, há uma confusão na sua fala tanto no uso da expressão "autorização", que não foi...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu é que estou fazendo confusão?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Que não foi, de fato, do ponto de vista jurídico, o que o Ministério da Fazenda fez. Existe, sim... E aí é o nosso lado da falha de comunicação de utilizar equivocadamente a expressão "autorização".

Adicionalmente, como eu tentei deixar claro aqui, o âmbito de interpretação do parágrafo único do art. 9º é restrito às questões de naturezas regulatórias e não se mistura, por exemplo, com questões penais, com questões de defesa do consumidor, com proteção de criança e do adolescente e também com fiscal. Não se trata, não é âmbito de competência da secretaria, não é o nosso âmbito de atuação tratar sobre qualquer renúncia fiscal. Nós nunca entendemos assim...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A quem cabe isso?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Cabe, sobretudo, à Receita Federal do Brasil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, V.Sa. está afirmando a esta Comissão que a Receita Federal está se omitindo ou o Ministério da Fazenda,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é o ministério onde está ancorada a Receita Federal, determinou que houvesse esse período onde essas empresas não teriam a obrigação de arrecadar para a União?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Senador, eu...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É a Receita que está renunciando aqui?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não existe nenhum ato do Ministério da Fazenda falando de renúncia fiscal, Senador. O que há é uma dificuldade, gerada pelo período de mora, de identificação de quem são os devedores tributários. E isso está sendo endereçado pelo Ministério da Fazenda, especificamente pela Receita. Isso não se mistura com o âmbito de competência da Secretaria de Prêmios e Apostas, que é de regulação setorial, e é essa a atividade que nós temos feito desde que a secretaria foi criada, em janeiro deste ano, com a edição dos atos normativos, com o processo de autorização em curso, inclusive com as medidas de contenção de danos que gerou essa lista de empresas que podem legalmente atuar no Brasil. E, nisso tudo, nada tem relação com questões fiscais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa., em depoimento à CPI dos Jogos e Apostas, já enfrentou essa temática. E eu vou trazer à memória, caso V. Sa. não se lembre, a resposta que deu ao Senador Romário, quando ele perguntou objetivamente sobre essa questão.

V. Sa. disse: "Nesse período de isenção adicional para as *bets*...". Não, o Senador Romário lhe pergunta: "Nesse período de isenção adicional para as *bets offshore* continuarem operando no Brasil, continuam, então, sem pagar imposto?". A sua resposta: "Essa é a interpretação. Em decorrência da nossa interpretação, sim". Está falando de isenção!

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – O uso, o uso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. mudou de opinião, revisitou a tese? Esse depoimento foi dado numa CPI que está em curso no Senado Federal.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Se, da minha fala, o uso da palavra "isenção", que não me lembro de ter eu usado essa expressão, decorrer uma interpretação equivocada, não foi isso que eu quis dizer. O que eu disse é: não existiu, de fato, uma capacidade de persecução desse pagamento por conta das dificuldades setoriais, que a partir do dia 1º de janeiro a gente passa a ter essa capacidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Bom, pode-se afirmar, então – e aí a partir da afirmação que fez na outra CPI e que agora está revisitando um pouco a tese, me parece –, que o Secretário está falando aqui de renúncia fiscal.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – De renúncia de receita.

Eu vou além, para fazer uma comparação com V. Sa. Em nível de política regulatória fiscal do Ministério da Fazenda, não existe uma discrepância entre o tratamento dado às *bets* com mais de um ano de isenção, desde a regulamentação, e a cobrança de impostos sobre a Shopee, *e-commerce,* em compras abaixo de US$50? Qual a opinião de V. Sa. sobre isso?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – A nossa opinião é que não há que se falar em renúncia, o que nós temos é um incremento de uma capacidade de controle do Estado dessas empresas para que, a partir do dia 1º de janeiro, a gente tenha uma total visibilidade dessas atividades...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E, nesse período em que elas estão operando, como que a gente classifica a operação dessas empresas que faturam bilhões, mas não arrecadam um centavo para os cofres brasileiros? Qual é o nome que se dá a isso?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Bom, Senador, teríamos que olhar caso a caso. Caso seja um imposto devido e não pago, isso é um caso de crime fiscal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, eu não vou fazer caso a caso, eu vou pegar só as que V. Sa. já teve a oportunidade de analisar: as 101 que

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão no Portal do Governo Federal, que aí V. Sa. não pode alegar desconhecimento, porque já autorizou.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, nunca autorizamos ainda, porque estamos em processo de autorização. Os primeiros atos normativos de autorização se darão ainda este ano...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Sa. está, neste momento, dizendo que essas empresas todas estão ilegais, desautorizadas?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, não estou... De forma alguma, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas, Secretário, não tem outro meio-termo.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Existe, sim. Se a gente ler o parágrafo único do art. 9º da lei 14.790, o que a gente vai ver? O Parlamento dizendo que a exigibilidade da lei e dos atos normativos regulatórios desse setor se dá num prazo não inferior a seis meses, assim determinado pelo Ministério da Fazenda. As regras regulatórias desse setor, por isso, têm a sua exigibilidade plena a partir do dia 1º de janeiro desse ano. E isso, repito, nada se mistura com autorizações dadas, que nós não temos autorizações dadas, nós estamos concluindo os procedimentos de autorização, e nada tem a ver com qualquer forma de afastamento de legislação, que não tem relação direta com a regulação setorial.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, o que o Secretário está dizendo aqui... E eu vou tentar traduzir, porque ele já foi para lá e para cá umas três vezes. Ele vai para um lado e, de repente, ele muda de versão.

Eu vou pedir que seja juntado ao acervo documental desta CPI o documento, as notas taquigráficas do depoimento prestado pelo Sr. Regis Dudena, no âmbito da CPI de Jogos e Apostas, para que sirva de provas no âmbito desta CPI.

Eu vou aqui... A Lei 14.790, Sr. Presidente, no art. 4º... Por isso, eu perguntei a V. Sa. no começo... A minha primeira pergunta foi: V. Sa. – e a sua secretaria – está cumprindo a lei, está cumprindo o próprio regulamento que foi estabelecido? Eu vou trazer aqui algumas previsões legais, e a V. Sa. vai dizer se está cumprindo ou não está cumprindo. Espero que não se escude

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá no 9º, parágrafo único, para praticar a escusa de obrigação ou de dever legal, porque isso, com toda vênia, não é respeitoso com o Parlamento brasileiro – não é respeitoso com o Parlamento Brasileiro. O art. 4º assim dispõe:

> Art. 4º As apostas de quota fixa serão exploradas em ambiente concorrencial, mediante prévia autorização a ser expedida pelo Ministério da Fazenda [e a publicidade do Governo é na direção de que o Ministério da Fazenda autorizou, e tem lá uma lista das autorizadas, e faz propaganda dizendo para as que não estão nessa lista para que corram, em prazo determinado, para proceder com o processo administrativo para ter autorização], nos termos desta Lei e da regulamentação de que trata o §3º do art. 29 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

O art. 6º:

> Art. 6º A exploração de apostas de quota fixa será exclusiva de pessoas jurídicas que, nos termos desta Lei e da regulamentação do Ministério da Fazenda, receberem prévia autorização para atuar como agente operador de apostas [nos termos da lei, receberem autorização!].

O art. 7º:

> Art. 7º Somente serão elegíveis à autorização para exploração de apostas de quota fixa as pessoas jurídicas constituídas segundo a legislação brasileira, com sede e administração no território nacional, que atenderem às exigências constantes da regulamentação editada pelo Ministério da Fazenda.

Eu perguntei a V. Sa. se o ministério está cumprindo a lei. Eu estou lendo a lei, estou lendo a regra aprovada pelo Parlamento brasileiro.

O art. 8º:

> Art. 8º Sem prejuízo de outros requisitos estabelecidos na regulamentação do Ministério da Fazenda, a expedição e a manutenção da autorização para exploração de apostas de quota fixa serão condicionadas à comprovação, pela pessoa jurídica

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessada, da adoção e da implementação de políticas, de procedimentos e de controles internos de:

I - atendimento aos apostadores e ouvidoria [tem alguma dessas que tem isso?];

II - prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa, especialmente quanto ao cumprimento dos deveres previstos nos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016;

III - jogo responsável e prevenção aos transtornos de jogo patológico [mas isso, nesse período de licença, de estado de graça, nada disso está valendo, segundo o Secretário aqui]; e

IV - integridade de apostas e prevenção à manipulação de resultados e outras fraudes [mas, nesse período, não tem que verificar, não tem que monitorar].

O art. 11:

Art. 11. A autorização somente será expedida se, após o exame da documentação e a avaliação da capacidade técnica e financeira da pessoa jurídica requerente e da reputação e conhecimento de seus controladores e administradores, o Ministério da Fazenda concluir pelo atendimento de todos os requisitos legais e regulamentares.

Sr. Presidente, o legislador desenhou o que o Ministério da Fazenda tinha que fazer. E o Ministério da Fazenda vem aqui e vai dizer para o Parlamento brasileiro que o art. 9, parágrafo único, autoriza o Ministério da Fazenda a conceder um período de graça, um período de imunidade fiscal, temporário?!

O art. 12:

Art. 12. A expedição da autorização para exploração de apostas de quota fixa será condicionada ao recolhimento do valor fixo de contraprestação de outorga, conforme estipulado na regulamentação do Ministério da Fazenda.

Conforme previsto no art. 23, inciso II, da Portaria SPA 827 e segundo amplamente divulgado pela SPA, inclusive por V. Sa. em diversas ocasiões, as primeiras autorizações para os requerimentos que tenham formulado o pedido até 20 de agosto de 2024 serão concedidas em

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

31 de dezembro de 2024, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. Está certa essa informação?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Serão concedidas até o dia 31 de dezembro essas autorizações.

Mas só, se me permite antes, V. Exa. menciona uma suposta imunidade fiscal. Isso em momento algum estava nem na minha fala, nem nos atos normativos, nem nos atos preparatórios do Ministério da Fazenda.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, eu pergunto a V. Sa...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É importante ficar claro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... se a SPA segue essa previsão e se por acaso alguma autorização já teria sido antecipadamente concedida. Existe alguma autorização antecipadamente concedida?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Nós não temos autorização; nós estamos num processo de autorização. Esse procedimento se iniciou dia 20 de maio. Todas as empresas que apresentaram os seus pedidos de autorização até dia 20 de agosto terão um procedimento de resposta ainda no ano de 2024. Das 114 empresas que peticionaram, 71 já foram notificadas para cumprimento das exigências finais. Essas exigências finais incluem pagamento de outorga e demonstração de algumas outras exigências. A partir do cumprimento dessas exigências finais, é que nós teremos a publicação das portarias de autorização.

E aqui eu reitero... A fala de V. Exa... Eu tomo isso como um alerta e tomarei as devidas providências, porque, se o *site* do Ministério da Fazenda usa equivocadamente a palavra "autorização", isso está equivocado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou pedir o documento...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Eu aproveito...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... esse documento, então.

V. Sa. está falando da divulgação: que está equivocada, que a parte de *marketing* do Governo Federal está cometendo um estelionato ao povo brasileiro.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Eu não iria tão longe. Só diria que houve um uso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, é porque o Ministério da Fazenda disse...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – ... um uso atécnico da palavra "autorização", só isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu só queria... Eu posso a fazer uma interrupção? Desculpe...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu queria só reforçar a minha pergunta.

Cadê aquele outro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Na sequência.

Sr. Dudena, quando fala em lista de autorizadas, nessas autorizadas, existem, inclusive, empresas que não pagaram a outorga, não existem?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Eu só faço esse... É importante ficar claro, Senador, e, por isso, eu reitero: o uso da palavra "autorizada" aqui é um uso atécnico, um uso equivocado. Se olharem os atos normativos da Secretaria de Prêmios e Apostas, V. Exas. irão ver que em momento algum a secretaria falou de autorização. O que ela faz é, mediante uma imposição da lei, no seu art. 9º, parágrafo único, reconhecer como em período de adequação aquelas empresas exclusivamente que foram ao Ministério da Fazenda pedir essas autorizações. Portanto, fazemos um corte para restringir as empresas que poderão atuar, em cumprimento ao

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que determina o parágrafo único, art. 9º, durante este período. A partir do dia 1º de janeiro, aí, sim, efetivamente, nós só poderemos falar de empresas atuantes, aí, sim, autorizadas. Até lá, o uso da palavra "autorizada" eu admito que está errado, mas não é um uso da palavra que nós nos utilizamos nos atos normativos e preparatórios da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas essa lista que está aí é uma lista de *bets* que estariam em processo de regulamentação, mas muitas delas, inclusive, ainda não pagaram a sua outorga, não é isso?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Exato. Elas têm prazos de pagamento da outorga, aquelas que cumpriram os requisitos iniciais. A partir do momento que elas são notificadas, há um prazo de 30 dias para cumprimento das exigências finais. Dentre as exigências finais, encontra-se também o pagamento de outorga. Das 71 notificadas, 16 pagaram até agora a outorga. E, de novo, só aquelas que pagarem a outorga e que cumprirem os demais requisitos finais é que serão efetivamente autorizadas e poderão atuar no país, a partir do dia 1º de janeiro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Secretário, eu lhe indago o seguinte: como que V. Sa. explica o fato de empresas com CNPJ em outro país, ancoradas em outro país, como essas empresas recolheram o valor da outorga no Brasil? Se é possível.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Senador, aqui há uma confusão que acho que é importante ficar claro, que é: as empresas que pediram autorização, aquelas que vieram ao Ministério da Fazenda pedir autorização, para fazê-los, elas têm que cumprir toda a legislação, inclusive as nossas portarias. Portanto, as empresas que pediram autorização no Ministério da Fazenda somente poderão, uma vez cumpridos todos os requisitos, ser notificadas para pagamento de outorga, inclusive os outros requisitos finais.

Portanto, é importante ficar claro, que acho que não ficou até este momento, que as empresas que estão com seus pedidos de autorização em curso no Ministério da Fazenda são empresas brasileiras, constituídas no Brasil, conforme a legislação nacional, indicando quem são seus dirigentes, indicando quem são seus sócios, indicando quem são seus beneficiários finais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas empresas com essa conformação podem pedir e, uma vez cumpridas diversas outras exigências trazidas na lei, mas sobretudo nas portarias, é que elas são notificadas para o cumprimento dessas tarefas finais para aí, sim, ter autorização concedida.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Secretário, me permita fazer aqui... Aí nós temos que dialogar sobre o que está acontecendo. Uma coisa é... A fala de V. Sa. vai numa direção e a prática está em outra muito diferente. Quem está divulgando a lista de *bets* autorizadas é o Governo Federal, é o Ministério da Fazenda. Tem 101 autorizadas nessa lista oficial. Olha o que está escrito ali no subtítulo da matéria que está no *site* do Governo Federal: "Empresas não listadas são ilegais [...]". Bom, logo, as empresas listadas são, por dedução lógica, legais.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Concordo com esse argumento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k., vamos lá.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Eu só reitero o uso da palavra "autorizada", Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, não. Eu estou indo para aquilo que o seu Governo está divulgando, o seu ministério: "Empresas não listadas são ilegais e *sites* só ficam no ar até 10/10 para que apostadores resgatem valores depositados. Depois, [...] serão bloqueados, mas obrigação de pagamento permanece". Veja, é o Governo Federal que está fazendo a divulgação.

Aí eu lhe pergunto: as empresas que estão na lista oficial do Governo como autorizadas, que vai para a televisão, para a rede nacional e diz: "Essa *bet* aqui é autorizada...". Nós tivemos um depoimento na semana passada de uma *bet* que veio aqui e disse que ela é autorizada e ela está 100% legal, uma empresa ancorada em Curaçao. V. Sa. tem conhecimento disso?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Só para ficar claro...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A propaganda dela está irregular ou está regular?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Se ela usou a expressão "autorizada", está errado. Se ela usou a expressão "legal", por força do parágrafo único do art. 9º da Lei 14.790, é possível

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecer que empresas que estão atuando neste período estão em adequação e, portanto, é possível reconhecer que elas estão legais; e, *a contrario sensu*, é possível reconhecer que aquelas que não estão neste período de adequação e insistirem em atuar estão ilegais. É por isso que a gente tomou todo o cuidado para olhar as empresas que efetivamente pediram essas autorizações do Brasil, que são empresas brasileiras, constituídas no Brasil, das quais conhecemos os sócios, conhecemos os dirigentes. E, apenas a partir dessas empresas, ao indicarem os seus domínios, eles puderam continuar no âmbito desse período de adequação previsto pela Lei 14.790, lá no art. 9º, parágrafo único.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso quer dizer que V. Sa. está reconhecendo como possível, à luz do arcabouço normativo nacional, uma portabilidade? Alguém entra com um processo administrativo no Ministério da Fazenda, na Secretaria de V. Sa., e opera com outra empresa. Essa portabilidade é legal?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não é propriamente uma portabilidade, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Qual é o termo?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui, o que nós estamos dizendo é: por meio de qual domínio essa empresa está prestando o seu serviço nesse período. E, por conta do parágrafo único do art. 9º, que reconhece que as empresas que estão em atividade poderão continuar em atividade, a gente, para restringir o número de empresas que prestam esse serviço, com atenção, sobretudo, aos apostadores e à economia popular, nós criamos essa regra de modo a, a partir dessa portaria especificamente, restringirmos empresas, apenas aquelas das quais sabemos quais são as empresas, sabemos quem são os sócios, sabemos quem são os dirigentes. Então, o que a portaria de adequação visou fazer foi essa restrição das empresas que poderão prestar serviços de forma legal neste período, até que se encerre o procedimento de autorização em curso, e, a partir do dia 1º de janeiro, aí, sim, só as empresas autorizadas, mediante uma autorização dada por portaria do Ministério da Fazenda, poderão continuar atuando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Secretário, me desculpe, mas o que V. Sa. está afirmando aqui é de uma gravidade sem parâmetros na história do Brasil. Veja, quando o poder concedente utiliza o termo "autorizada", e quem está utilizando

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o termo "autorizada" é o poder concedente, é o Ministério da Fazenda, é o Governo Federal... Ele está autorizando de forma tácita. Seria a mesma coisa que o Ministério das Comunicações passasse a autorizar de forma tácita as rádios piratas no Brasil, ficam todas autorizadas de forma tácita a operar no Brasil. É isso que V. Sa. está dizendo a esta CPI.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não. De forma alguma, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Empresas que estão ancoradas em paraísos fiscais, *sites* hospedados lá fora, operando no Brasil, com licença para operar sem tributar, sem arrecadar, sonegação fiscal, evasão de divisas, renúncia fiscal, renúncia de receita.

Sr. Presidente, eu vou partir pra conclusão aqui. A partir de 1º de outubro de 2024, a SPA e o Ministério da Fazenda fizeram uma ampla... E eu estou voltando nisso aqui, Secretário, porque V. Sa. está tentando aqui desfazer o que o Governo Federal está fazendo. V. Sa. está desmentindo o Governo e o teu ministério. A partir do dia 1º de outubro, o Ministério da Fazenda passou a fazer ampla divulgação em mídia aberta, em redes sociais, indicando lista de *bets* autorizadas a atuarem no país, até dezembro deste ano.

Aqui eu tenho... Se V. Sa... Não vou botar no painel, não, pra não ficar gastando mais tempo. Estão aqui todas elas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pela ordem, Senador. Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu estava no meu gabinete acompanhando a discussão, e o Senador Marcos Rogério já está pelo menos há uma hora fazendo a inquirição ao Secretário. Eu pergunto a V. Exa. se foi estabelecido o prazo regimental pra perguntas, respostas, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Humberto, eu estou aqui também desde de manhã e eu fui muito parcimonioso com todos. Todos fizeram

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as inquirições que acharam pertinentes, com todo o respeito aí ao nosso convidado. E nós temos aqui...

Eu acho que o Senador Marcos Rogério não foi o que mais demorou nas perguntas e ele já vai pra... Eu acho que ele já vai pra suas considerações finais.

Em seguida, eu tenho a Senadora Damares, o senhor inscrito e o Senador Magno Malta. Mas eu vou ficar aqui. Se precisar ficar até a noite, também eu fico. Não tem nenhum problema.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu faria...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – À guisa, inclusive, de a gente esclarecer essas dúvidas que estão sendo colocadas aqui, com todo o respeito a todos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas, Senador, eu acho que seria importante, até porque todos nós temos várias atividades, que se pudesse estabelecer... Deixaremos ele concluir, mas, a partir daí, que se estabelecesse um tempo, à exceção da Relatora, pra que fossem feitas as inquirições.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O que... Vamos... É razoável dez minutos pra cada um?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É razoável?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Numa CPI, não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu posso utilizar minha prerrogativa de estabelecer, mas sempre, sempre, sempre privilegiando o que pensa a maioria. Não tem nenhum problema. Estou com muita...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Presidente tem sido... Eu vou concluir a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Presidente tem sido aqui com todos os Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Com todos. Com todos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com todos os Parlamentares, de base e oposição. Tem tratado com a mesma régua...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sem dúvida.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – ... com a mesma extensão temporal para exposição.

Eu entendo a preocupação do Senador Humberto Costa e a preocupação dele com o Regimento no momento em que a gente está diante de um depoimento que é um depoimento sensível para o Governo. Eu entendo isso. E aqui eu tenho... Eu teria aqui muitas outras perguntas pra fazer ao Secretário, mas ele está repassando as mesmas teses e desmentindo, repito, o Governo.

Eu estou aqui com a lista, com essa lista autorizada pelo Governo, onde ele faz divulgação em massa dessa autorização.

Secretário, eu poderia trazer uma a uma as plataformas, as empresas de *games*, de jogos, que estão na lista do Governo Federal, na lista do Ministério da Fazenda e da sua secretaria. Só as seis primeiras... Das seis primeiras, cinco. A lista de V. Sa... Das seis, cinco estão ancoradas fora do Brasil. Cinco estão ancoradas fora do Brasil.

Então, Sr. Presidente, eu, pra não ser cansativo aqui aos colegas, vou agradecer a V. Exa. a benevolência do tempo. Poderia fazer aqui perguntas objetivas, inclusive, em relação a algumas plataformas.

Na semana passada, nós tivemos um depoimento aqui de um operador. Eu mostrei a ele o meu ingresso. Eu ingressei na plataforma, coloquei lá os dados e, quando houve a fase de certificação, tudo isso foi ignorado. Não existe qualquer procedimento de controle, e é uma empresa que está com propaganda nacional dizendo que está autorizada pelo Governo Federal.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E V. Sa. está dizendo aqui que não tem nenhuma empresa autorizada, mas a empresa está com propaganda em rede nacional dizendo que está autorizada.

Eu espero que o Ministério da Fazenda e que a secretaria de V. Sa., ao sair daqui, determinem a suspensão de todas elas. Ou, então, V. Sa. tem uma versão pra fora e tem outra versão pra dentro da CPI, porque não tem outro caminho: ou determina a suspensão, inclusive das propagandas que proclamam a autorização do Governo Federal, ou então V. Sa. preparou uma versão apenas para a CPI.

Mas aqui, a primeira empresa da lista das pessoas jurídicas – só para citar como exemplo – em atividade que apresentaram o requerimento de autorização ao Ministério da Fazenda, até 17 de setembro de 2024, com respectivas marcas e domínios de internet, que poderão explorar na aposta de quota fixa, nacionalmente, no período de adequação até 31 de dezembro de 2024, lista essa divulgada pelo Governo Federal, é a Kaizen Gaming Brasil, cuja marca é a famosa Betano. Acessando o aplicativo dessa empresa, verifica-se a existência de diversos jogos, incluindo o jogo do tigrinho, famoso. Havia outros jogos do tigrinho também disponíveis no aplicativo.

Tem plataformas que foram vetadas pelo Ministério da Fazenda como provedoras de jogos, encaminhadas para aquela lista de proibição e que posteriormente voltam como plataforma de hospedagem. E, ao invés de ser o canal de um operador de jogos, ele passa a recepcionar centenas. A lista aqui oficial diz que tem 101 autorizadas no Brasil. Uma única plataforma autorizada pelo Ministério da Fazenda tem mais de cem jogos dentro da plataforma. Esse é o ambiente do que nós estamos enfrentando.

E aí eu pergunto, esses jogos são legais ou ilegais no Brasil? V. Sa. já disse aqui que essa autorização não é autorização, que não tem empresas autorizadas, que o ministério não autorizou. Portanto, nós estamos diante de uma ilegalidade.

V. Sa. entende que o consumidor, inclusive pessoas com menor grau de escolaridade, estão devidamente protegidos diante do que o Governo está fazendo nessa questão dos jogos?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Acho que é importante ficar clara novamente a distinção, porque eu acho que a pergunta reapareceu, Senador, de diversas formas, e acho que é importante a resposta reaparecer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – ... já que a pergunta é a mesma.

Então, para começar, nós temos um contexto, que é o de autorização, isso é um estatuto do direito administrativo, que prevê a necessidade de um procedimento, e nós estamos hoje, no Ministério da Fazenda, desde maio deste ano, recebendo pedidos de autorização e seguindo todo o regramento legal, assim como o regramento normativo infralegal, tratando cada uma dessas empresas constituídas no Brasil, conforme a legislação brasileira, para, uma vez cumpridos todos os requisitos iniciais, notificar essas empresas para cumprimento dos requisitos finais e, se vierem a cumprir, elas terão, até o final deste ano, uma autorização no sentido técnico da palavra, e, a partir do dia 1º de janeiro, ela começa a atuar no Brasil, e só aquelas que, efetivamente, foram autorizadas poderão atuar no Brasil. E a plenitude da aplicação dos atos normativos se dá a partir do dia 1º de janeiro. E por que isso foi feito? Isso foi feito... Eu peço desculpa a V. Exa., mas, já que a pergunta reapareceu, eu preciso refazer a resposta.

Existe um dispositivo na lei, que é o parágrafo único do art. 9º, que determina que as regras específicas de regulação, previstas na lei, previstas nos normativos infralegais, tenham um período de adequação não inferior a seis meses a ser determinado pelo Ministério da Fazenda.

O que então o Ministério da Fazenda fez foi uma portaria de restrição de empresas que podem atuar neste período legal, estipulado pelo parágrafo único do art. 9º, dizendo que apenas as empresas que pediram autorização, ou seja, empresas brasileiras constituídas no Brasil, das quais sabemos o CNPJ, os sócios, os dirigentes e os beneficiários finais, essas empresas tiveram a oportunidade de, para este período de adequação, indicar em quais domínios elas prestam esse serviço durante este período de adequação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Secre...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – O uso atécnico da palavra autorização, presente ali na comunicação do Ministério da Fazenda, precisa ser corrigido, e isso será determinado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então eu vou te dar uma...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Adicionalmente, Senador – se me permite, para concluir –, as empresas que hoje estão atuando neste período de adequação, que se utilizam de palavras como "adequação" equivocadamente, estão sendo notificadas para retirar.

E a última disposição, que eu acho importante mencionar é: nós temos, mediante esse controle, um avançar daquilo que o estado tem feito para proteger os apostadores e a economia popular. A possibilidade de sabermos quem são essas empresas é algo que nos traz ganho, ainda que neste período de adequação previsto, repito, no parágrafo único do art. 9º, da Lei 14.790.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu repito a pergunta, porque V. Exa. não me respondeu objetivamente. Os jogos oferecidos – eu estou citando uma como exemplo, eu poderia citar aqui, dezenas –, os jogos oferecidos pela Betano são ou não legais ou ilegais no Brasil?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – A inclusão dos jogos *online* se deu por meio da...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São legais ou ilegais?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Senador, é...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, porque se V. Sa. disser, reafirmar que não há autorização, a resposta é óbvia.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, não me parece, porque...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – São ilegais?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Senador, ou a gente interpreta, de fato, a lei, aquilo que foi...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Secretário, não tem duas interpretações.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, não tem. Existe a interpretação que foi feita...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, garanta a palavra da pessoa que está respondendo aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A palavra está garantida, Senador. Eu só preciso que ele diga com clareza.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas V. Exa. não deixa ele nem responder.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas V. Exa. está incomodado com o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, ele vai, ele vai...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Eu não estou incomodado. Deixa ele falar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, ele vai responder, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Aliás, aqui você sempre será tratado com urbanidade e educação.

O Presidente desta Comissão tem esse perfil. Então fique tranquilo, fique à vontade, você responde o que você quiser. Você não é obrigado a responder aquilo que possa de alguma forma incriminá-lo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Incriminar...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Fique... Isso aí é um princípio constitucional que nós respeitamos absolutamente aqui. E, pela minha postura, fique tranquilo. Você tem o tempo que você quiser para explicar. Se você sentir que você está sendo instado a ser mais rápido, diga: "Ó, Presidente, eu preciso de mais tempo". Fique absolutamente à vontade.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Obrigado, Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como eu vinha dizendo, o que é importante para responder à sua pergunta, Excelência...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – ... é entender o que é período de adequação. Um período de adequação que foi previsto na lei, no parágrafo único do art. 9º, é dizer que, neste período, as regras específicas do setor não são exigíveis. Isso está na lei, e essa é a interpretação...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Que tipo de licença é essa?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É uma licença de período de adequação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, que tipo de licença dentro do ato administrativo?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, nós não temos uma licença.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, elas estão legais ou ilegais?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Elas estão legais desde que... E o "desde que" é, neste caso, como nós já temos um ato normativo do Ministério da Fazenda, que traz já algumas restrições, como, por exemplo, ter pedido autorização. Então, nós já temos uma exigência imposta, por meio de um ato administrativo do Ministério da Fazenda, de que apenas aquelas que já estão com pedido de autorização sendo analisado no Ministério da Fazenda possam indicar em que domínios têm prestado o serviço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Elas estão... Essas estão autorizadas?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, não estão autorizadas, porque o uso da palavra "autorizado" é um uso técnico.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu só queria...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Permita-me, V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu quero concluir aqui...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, eu ainda tenho uma resposta, Excelência...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – ... sobre a questão dos jogos, que é importante, da pergunta que V. Exa. trouxe. O que nós temos hoje é que essa atividade passa a ser plenamente monitorada e fiscalizada, a partir do dia 1º de janeiro, por força do parágrafo único do art. 9º e da regulamentação, e, a partir de então, nós iremos entrar especificamente nos detalhes de quais jogos ofertados possam ser ofertados na empresa.

E aqui nós temos uma portaria específica que trata dos critérios técnicos de o que um jogo precisa ter para poder ser ofertado, e nós temos um procedimento, que é o procedimento de certificação, que é uma empresa que analisa esses jogos, e vê, se nos jogos, nós temos todos os requisitos da portaria de jogos assim previstos.

A partir deste conjunto de informações e da plenitude da vigência normativa em 1º de janeiro, a gente pode afirmar, peremptoriamente, se determinado jogo é ou não ilegal.

O que nós temos hoje, nesse período de adequação, é, caso venha a ser ofertada uma atividade que extrapole o âmbito objetivo daquilo que a legislação permitiu, essa atividade passa a ser ilegal. Então, por exemplo, se tivermos um caso de violação do Código de Defesa do Consumidor, se tivermos violação da legislação em relação à criança e ao adolescente, ou ainda de natureza penal, isso tudo merece a persecução de cada um dos seus órgãos de controle.

A regulação específica, a temática específica prevista tanto na Lei 14.790 quanto nas portarias, isso tudo passa a ser monitorado e fiscalizado a partir do dia 1º de janeiro. E aqueles que vierem a descumprir, incorrendo em infrações, passarão por um processo sancionador e eventualmente aplicação de penalidades que podem chegar a penas de R$2 bilhões de multa e à perda da autorização.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, então, nós estamos, como eu, reiteradamente, disse, num período de adequação previsto no parágrafo único do art. 9º da lei.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu lhe pergunto essas duas, e aí uma V. Sa. pode encaminhar depois à CPI. Não há nenhuma divergência com relação a isso, com relação às empresas de meio de pagamento. Se o Governo tem controle dos ativos que entram nessas empresas de meio de pagamento? Porque as empresas ancoradas em paraíso fiscal, como Azerbaijão, como Curaçao e outros, utilizam meios de pagamento no Brasil para isso.

Lá fora não recebe Pix, é só aqui. E eu gostaria que V. Sa. oferecesse à CPI essa informação com relação aos meios de pagamento. Eu acho que esse é um ponto sensível.

E dois, e aí gostaria de uma resposta objetiva. V. Sa. está falando do período de adequação para quem já estava operando. V. Sa. pode afirmar, diante desta CPI, que, da lista de autorizadas pelo Ministério da Fazenda e pela SPA, não há empresas que foram constituídas em 2024 e que, portanto, estariam fora daquilo que, teoricamente, seria a cobertura desse período de ausência de Estado para controlar ou para tributar? Não tem empresas dessas da lista do Ministério da Fazenda que foram abertas, instituídas depois da regra em 2024?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui há uma distinção, Senador, entre a empresa que foi constituída para fins de pedido de autorização da empresa do seu grupo econômico que prestava o serviço no momento da aprovação da lei. O que nos coube garantir é um mecanismo em que lincássemos uma empresa com a outra. Ou seja, com a portaria que trata desse período de adequação, a Portaria 1.475, o que nós fizemos? Justamente trazer a oportunidade das empresas que atuavam de fora do Brasil, que atuavam de forma *offshore* e que, por conta desse período de adequação, puderam continuar atuando, a permanecer atuando, desde que elas tivessem, em território nacional, uma empresa brasileira que já houvesse pedido a autorização, da qual teríamos acesso a informações, como CNPJ, como sociedade, como beneficiário final.

Então, o que é importante ficar claro para uma análise técnica e detalhada sobre o tema é diferenciar a empresa constituída no Brasil para fins de autorização, que, por força do que demanda a lei e as portarias, precisa ser uma empresa brasileira, constituída conforme o ordenamento jurídico brasileiro, daquelas empresas que, nesse período de transição longo pelo

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual infelizmente o país passou, atuavam no Brasil. Então, o que nós fizemos é necessariamente reconhecer quem são as empresas no Brasil neste momento e demos a oportunidade de identificação dessas empresas que estavam atuando no Brasil no momento da sanção da lei...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Nesse ponto, objetivamente, nesse ponto, dessas que estão aqui, a exceção, a exceção...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Quantas perguntas o Senador vai fazer do mesmo tema?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu sei que incomoda, Senador. É porque é um ponto sensível.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não incomoda, não. É porque V. Exa. está sendo inadequado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Eu estou dando uma oportunidade para ele em cima de um tema que vai voltar daqui a pouco.

Dessas empresas que estão na lista... V. Sa. está falando de algumas que estão lá fora e que abriram o CNPJ aqui, para poder começar o trâmite administrativo do processo. Estou perguntando: são apenas essas que tem lá fora, já operando no Brasil, ou existem empresas que, literalmente, foram criadas, instituídas depois e que não estavam em operação? Apenas isso e eu finalizo, Sr. Presidente, agradecendo a V. Exa.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – A resposta objetiva à pergunta da V. Exa. é: nós temos... Das empresas que puderam indicar em quais domínios estão operando desde o momento anterior à sanção, todas as empresas são empresas constituídas no Brasil. Então, todas as empresas que indicaram são empresas constituídas para fins do pedido de autorização. O momento de constituição dessas empresas é variado, mas, em sua ampla maioria, são empresas constituídas recentemente para pedido de autorização.

O que ocorre é que essas empresas têm nos seus grupos econômicos empresas que prestavam esse serviço e que, durante este período de adequação, por força do que previu o art. 9º, parágrafo único, da Lei 14.790, puderam continuar atuando no Brasil neste período de

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adequação, que se encerra no dia 31 de dezembro deste ano. Portanto, há que se diferenciar o que é a empresa constituída no Brasil, que pediu a autorização, da empresa pertencente ao seu grupo econômico, que prestava esse serviço no momento da sanção da lei, que, portanto, tem o direito de atuar no Brasil neste período de adequação dado pela legislação federal, no seu art... no seu parágrafo único do art. 9º.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Antes de passar a palavra para a próxima inscrita, que é a Senadora Damares, o Sr. Dudena sempre imputa o art. 9º da Lei 14.790 para se criar esse prazo de seis meses, onde aparece um vazio de obrigatoriedade de se recolher impostos e de responsabilidade dessas empresas. Mas no art. 4º da Lei 14.790 e no art. 29, §3º, da Lei 13.756, as apostas de quota fixa devem ocorrer mediante prévia autorização a ser expedida pelo Ministério da Fazenda. O senhor não acha que é por isso que se coloca nessas publicações o termo "autorização", para se adequar ao art. 4º?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Não, não acho, Senador, se me permite, Presidente. Eu acho que, de fato, o uso da palavra "autorização" na comunicação é um uso equivocado tecnicamente. É um uso técnico que usa a expressão "autorização" de uma forma a reconhecer que é possível que ela preste serviço. Isso já será corrigido o quanto antes. Não se deve confundir a autorização – e aí eu digo, nos documentos todos que instruem os nossos processos, que instruem a portaria do período de adequação –, em momento algum que, de fato, se tratar do tema autorização.

O que nós quisemos foi trazer uma restrição de empresas que estavam atuando no Brasil neste período, exigindo que elas fossem associadas às empresas que efetivamente já tinham pedido a autorização e que, portanto, estavam sendo analisadas, das quais nós já tínhamos todas as informações necessárias para um incremento no controle do Estado.

E peço licença a V. Exa. também para dizer que em momento algum, quando eu trato do período de adequação, eu estou falando da isenção de aplicação de qualquer outra lei extravagante à lei específica do setor de apostas. A lei do setor de apostas e a regulamentação infralegal é que têm esse período de adequação previsto no mencionado parágrafo único.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para ficar claro isso, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado.

E passo, em seguida, a palavra a nossa próxima inscrita, que é a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, me permita... Secretário, o senhor quer tomar uma água, ir ao banheiro? O senhor está sentado... Eu estou aqui há umas duas horas e o senhor não levantou nenhuma vez. Quer, antes que eu comece a fazer as perguntas?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Senadora, agradeço imensamente a atenção de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Fique à vontade.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – ... mas se quisermos continuar, podemos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Eu ainda aguento mais um pouco, mas agradeço imensamente a atenção de V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k. Se precisar me interromper, fique à vontade.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Será autorizado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu quero começar exibindo um vídeo. Um vídeo que está aí, no ponto, que seria exibido pelo Senador Marcos Rogério e que é o mesmo vídeo que eu iria exibir. É mais uma propaganda, Secretário.

(*Procede-se* à *exibição de vídeo.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., pode parar.

Secretário, eu acho que todo mundo viu o vídeo. A publicidade é extremamente atrativa para a criança, e é por isso que eu estou nessa CPI. Aqueles desenhos são lindos, chamam a atenção da criança e do adolescente. A publicidade dessas empresas não autorizadas chegou às crianças e adolescentes. E nós temos um documento do Ministério da Justiça, que foi apresentado pelo Senador Marcos Rogério, e nesse documento fala-se da proibição de publicidade para a criança, e o senhor disse aqui que não conhecia esse documento.

Secretário, nós temos uma secretaria que foi criada pelo Presidente Lula – e aqui eu vou dizer que no começo fiquei muito brava, nós vamos gastar dinheiro com uma secretaria, mas hoje até entendo a iniciativa do Presidente Lula: era para regulamentar. E aqui a gente precisa aplaudir, porque os jogos estão aí, a lei foi aprovada, precisava de uma secretaria. E aí essa secretaria não se atentou a um documento do Ministério da Justiça de que essas supostas empresas, supostamente autorizadas, não podiam fazer propagandas para criança e adolescente? Quem prevaricou, Secretário? Foi o senhor ou foi o Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente? As crianças foram colocadas em risco.

Então, a gente vai ter que rever aqui, porque o que eu estou percebendo é que este Governo não se fala entre si. O Ministério da Justiça emite um documento, o senhor não lê, o Secretário dos Direitos da Criança e do Adolescente também não lê, e as crianças ficam sujeitas às publicidades dessa forma. Então, que a gente... Eu gostaria muito que ficasse consignado em ata aqui que é possível que dois secretários nacionais tenham prevaricado quando um ministério determina que não haja propaganda para crianças e adolescentes.

Aí, Secretário, eu fiquei aqui: coitado do Secretário, é uma secretaria nova, talvez seja uma secretaria "pitititica", é ele e um assistente só. Aí eu tive a curiosidade de conhecer a estrutura da sua secretaria. Que baita secretaria! O senhor tem três subsecretários, o senhor tem oito coordenadores-gerais, o senhor tem, inclusive, Secretário, uma Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização. Só essa subsecretaria tem três coordenadores-gerais. Eu não vou dizer o salário, todo mundo sabe quanto que ganha um secretário. O senhor tem um secretário adjunto, três

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subsecretários, vários coordenadores-gerais, vários coordenadores, assistentes técnicos, e aqui não estão listados os terceirizados, os bolsistas e os estagiários. Não é uma pequena secretaria.

Quem está prevaricando? São os seus subsecretários? O senhor tem um subsecretário só para monitoramento e fiscalização, o.k.? Então, tem alguma coisa acontecendo com a sua secretaria, e a gente vai ter que entender o que está acontecendo. Nós vamos ter que entender.

Por exemplo, na semana passada eu pedi que, quando o senhor viesse aqui, o senhor trouxesse a lista autorizada. É a mesma lista da semana passada. O senhor sabia que nessa lista aqui tem empresas de que já foi dado baixa, e consta na sua lista oficial? Que Xou da Xuxa é esse, Secretário? Olha aqui: a mesma lista da semana passada, em que a gente apontou que tinha uma série de erros, o senhor volta a essa CPI, o senhor chega nessa CPI com a mesma lista. A sua Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização não está trabalhando? O senhor tem uma outra, Subsecretaria de Ação Sancionadora e uma Subsecretaria de Autorização. Eles não viram que a lista está errada?

Vamos para a lista, Secretário. O senhor falou de empresas não nacionais, empresas estrangeiras. Eu quero dizer para o senhor que o item 75 da lista, exatamente 75, está lá na sua lista como? O nome da empresa, um nome lindo: Zona de Jogo Negócios e Participações Ltda. Quando a gente vê o nome da empresa, a gente fala: "Beleza, uma empresa nacional". Quando eu pego o CNPJ, vou atrás do CNPJ, ela se chama Gisenyi Associates Corp. Localização: exterior. O seu subsecretário coloca o nome fantasia nacional, quando eu vou para o CNPJ, ela é uma empresa do exterior. E aí, Secretário? É para enganar quem? Um nome nacional, e o CNPJ me informa que a empresa é estrangeira. É para enganar quem? A sociedade, o Parlamento, o Presidente Lula, que queria pôr ordem nesse negócio? É para enganar quem? Eu acho que o senhor não está atento ao que os seus subsecretários estão fazendo.

Continuando, quando o Senador Marcos Rogério postou a imagem, o senhor disse "se é que está assim", o senhor colocou em dúvida. Para a gente não ter dúvida, eu pedi para a minha assessoria imprimir. Então, até às 13h52min, estava assim no *site* do Ministério da Fazenda. Que ministérios são esses que não se falam entre si? E aí, eu pego não só essa, como também esta. Então, eu tenho duas publicações no Ministério da Fazenda que falam de listas autorizadas. Eu quero entregar para a Secretaria para que a nossa Relatora faça constar no relatório que, até às

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

13h52min, há uma publicação no *site* do Ministério da Fazenda, desde – pasme, Secretário, o senhor, com tantos servidores – desde 01/10/2024. Precisou essa CPI ser instalada para a gente apontar este erro.

E o senhor falou que o senhor vai corrigir o erro. Não vai ser o senhor, não. Eu vou requerer à nossa Relatora. É a nossa Relatora que vai fazer um ofício ao Ministério da Fazenda e à Secom, porque infelizmente não é só o domínio do Ministério da Fazenda que está publicando, não. Tem outros órgãos do Governo fazendo essa publicação, levando a sociedade, induzindo a sociedade a erro. Não tem nenhuma *bet* autorizada! Tem uma lista, uma lista absurda, cheia de erros, com nomes fantasias que não condizem com o nome que está no CNPJ, uma lista que traz empresas que já têm baixa no Ministério da Receita. A Receita tem uma lista de uma empresa de que ela mesma deu baixa! Que loucura é essa?

Então, que a Secretaria receba esse documento e que já fique no relatório da CPI que, até às 13h52min, a propaganda errada, que leva a sociedade ao erro, está ainda no *site* do Ministério da Fazenda. Coitado do Ministro Haddad, coitado do Presidente Lula.

Continuando, o senhor falou para a gente... O nosso Senador perguntou quantas empresas foram abertas este ano que estão na sua lista: 68 foram constituídas em 2024, 47 no segundo semestre de 2024. Aí, na sua linda lista, a gente pega e a gente percebe que tem várias empresas no mesmo endereço. O senhor sabia disso? Quando eu vou para o CNPJ... Eu fiz questão. A minha assessoria, diferente da sua, minha assessoria trabalha. A minha assessoria abriu todos os CNPJs. Nós temos várias empresas na mesma sala. Eu lhe pergunto, Secretário: isso não chama a atenção dos senhores, não? Uma empresa que vai pagar R$30 milhões para ter uma autorização não pode pagar mil reais de aluguel numa sala? Tem que estar todo mundo dentro da mesma sala? Isso não chama a atenção, que tem um comportamento estranho entre as empresas?

Inclusive, Presidente, eu queria, eu não posso apresentar requerimento porque eu não sou membro da Comissão, mas eu gostaria que o senhor apresentasse um requerimento para a gente fazer uma visita a essa sala. Porque essas empresas que estão lá estão operando bilhões de reais – só para o ministério vão pagar 30 para funcionar, milhões. Como é que empresas que operam bilhões de reais, está todo mundo... Eu fico imaginando, será que são vários beliches,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

várias redes, várias mesas, uma em cima da outra? Como é que eles trabalham? E o Ministério da Fazenda, que tem a sua secretaria, que tem uma Subsecretaria de Monitoramento e Fiscalização, não percebeu isso?

Nós temos empresas milionárias aqui, por exemplo, a empresa 73, sócio – na lista, pode procurar 73 – recebeu auxílio emergencial. Aí a gente vai: empresa 27, sócio recebeu auxílio emergencial. A sua subsecretaria não sabe cruzar dados? Como é que vocês colocam na lista uma empresa cujos sócios receberam auxílio emergencial? Olha aqui, a empresa 59 também, viu, gente? Sócio recebeu auxílio emergencial. A 28, recebeu. A 90, recebeu. A minha equipe, sem nenhum instrumento, sem nenhum *software* de cruzamento de dados, conseguiu localizar isso daqui, e vocês, que têm todos os dados, não conseguem fazer esse levantamento?

Secretário, eu confesso que eu estou muito preocupada, muito preocupada com essa secretaria, que tem um gasto enorme para os cofres, com esse número enorme de funcionários, com tanto subsecretário. Confesso que eu estou preocupada com a prevaricação, eu estou preocupada com a omissão de vocês, eu estou preocupada com os danos que vocês já causaram aos cofres públicos e preocupada com os danos que vocês já causaram às crianças e adolescentes no Brasil. Está aqui.

Gostaria que tudo que eu coloquei fosse registrado em ata. Eu vou entregar esses documentos para a Secretaria e acho, Presidente, que nós devemos também pedir a listagem de quantos terceirizados tem nessa secretaria, o nome dos terceirizados, porque dos nomeados a gente consegue ter no *Diário Oficial*, o nome dos terceirizados, quem está lá dentro, cuidando das apostas, e indicado por quem, também os bolsistas e estagiários dessa secretaria.

Essa é a minha participação hoje. Tenho uma série de perguntas aqui, mas eu não vou fazer as perguntas porque já percebi que vocês não analisam papel nenhum que a empresa entrega lá. Essa seria minha primeira pergunta, mas, pelo que o senhor falou, que eu já vi, vai chegando, vão registrando, vão colocando no *site*, vão colocando na lista sem nenhum critério. E isso me deixa muito preocupada.

Essa é a minha participação, e a gente vai ter muito trabalho nesta Comissão.

Mas eu gostaria de acompanhá-lo, Presidente, na diligência a essa sala.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu tenho mais algumas aqui em Recife também – Recife tem empresas no mesmo lugar. São Paulo, Recife, Campina Grande, linda cidade, amo Campina Grande, eu gostaria de ir nesses endereços que acumulam várias *bets* no mesmo lugar e saber o tamanho desses galpões, o tamanho desses prédios para caber tanta gente trabalhando e ganhando bilhões de reais sem pagar um centavo de impostos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Damares.

Você quer fazer alguma consideração a respeito daquilo?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Gostaria, Presidente.

Senadora, alguns pontos aqui que eu gostaria de responder a V. Exa.

Para começar, eu queria, em nome das servidoras e dos servidores do Ministério da Fazenda, da Secretaria de Prêmios e Apostas, dizer que são servidores muito engajados que trabalham bastante diariamente na proteção do interesse público, no cumprimento da lei e visando por uma proteção que o Estado precisa ter em toda a sua atividade, inclusive nessa temática.

Esta secretaria – e eu já adianto alguns números a V. Exa. –, nós somos hoje um total de 37 servidores, nós somos 25 terceirizados, e aqui a grande maioria são pessoas de formação de ensino médio, que prestam serviços de secretariado, e nós somos 6 estagiários. Esta é a completude da secretaria, 68 pessoas, por uma atribuição que não só fica no âmbito das apostas de quota fixa: nós somos também responsáveis por outras áreas relacionadas a temáticas de prêmios e apostas. Aqui vale mencionar a promoção comercial, que é algo que é um tema que toma bastante da nossa força de trabalho.

A estruturação da nossa secretaria é uma estruturação de um órgão regulador que atende ao Estado em todas as competências que nos foram atribuídas pela lei. Então, desde a parte de edição de atos normativos, passando pelo processo típico de setores regulados. Por isso é que

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos uma área de autorização, uma área de monitoramento e fiscalização, e uma área de ação sancionadora.

Em relação às críticas que V. Exa. faz sobre a lista, de novo eu acho importante ficar claro o momento histórico em que nós estamos na regulação desse setor. Existe uma diferença muito significativa entre a conclusão de um processo de autorização e análise de documentos... E aí, excelência, eu peço desculpa para discordar de uma fala que V. Exa. traz de que a gente não analisa documentos. Todos os documentos que foram enviados por todos esses peticionados foram analisados. As autorizações, efetivamente ditas, só serão dadas uma vez que todos os cinco pareceres temáticos de cada um dos pedidos de autorização foram proferidos com um posicionamento favorável. A partir desses cinco pareceres técnicos das áreas para cada uma das autorizações, a gente vai poder chegar a uma conclusão de se é ou não devida a autorização para aquela empresa.

É verdade que nós estamos num período de adequação que nos traz desafios, é verdade que, dentre as empresas que estão em período de adequação e que indicaram esses domínios, há necessidade de atuação, e nós temos atuado. A nossa área de monitoramento e fiscalização já começou a notificar, e várias das questões que nos são trazidas nós estamos endereçando já este ano.

O que nós temos plena convicção é que tudo isso que foi feito, tanto do ponto de vista normativo quanto a nossa institucionalização, vai dar conta desse serviço a partir do dia 1º de janeiro.

O que é importante? É importante a gente entender em que momento jurídico nós estamos e em que momento nós estaremos a partir do dia 1º de janeiro. Se há, de fato, neste momento, empresas em que as sedes não condizem com aquilo que elas devem ter, no procedimento de autorização que ainda está em curso, esse tipo de análise é feito. E, sim, nós cruzamos dados, cruzamos dados, inclusive, com o auxílio da Polícia Federal, da Receita. É por isso, por exemplo, que das 114 empresas que nos pediram a autorização, até agora, apenas 71 passaram nesse crivo, porque as demais não tiveram elementos suficientes. E como a gente chegou a essa conclusão? Por meio da análise desses documentos; além disso, por meio de diligências, de pedidos de informação a outros órgãos de controle, como a Polícia Federal.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos, de fato, num momento, Senadora, muito desafiador, em que essas servidoras e esses servidores estão, sim, trabalhando intensamente, tanto para regular quanto para, de uma forma muito diligente e tecnicamente apurada, fazer esses processos de autorização, para que nós cheguemos, a partir do ano que vem, a um setor regulado, efetivamente, no Brasil – algo que a gente espera desde 2018 e que não havia sido feito.

Este ano de 2024 foi um ano em que essa secretaria, desde fevereiro, tem trabalhado muito intensamente para que possamos chegar ao ano que vem com todos esses controles, Senadora, que são de desejo da senhora e são também de meu desejo.

Especificamente em relação à temática criança e adolescente, eu apenas faço um reparo, que é: quando mencionei que não sabia se tinha tido acesso a esse documento mencionado pelo Senador Marcos Rogério foi porque eu não sei a "integritude" desse documento. Tudo que nos é chegado nós avaliamos, nós temos um posicionamento de tudo aquilo a que nós temos acesso. É possível, sim, que a gente tenha tido acesso. Eu só não posso afirmar que eu tenho certeza de que vi esse documento quando eu não tenho certeza. De qualquer forma, a temática criança e adolescente é uma temática que nos é muito cara. E é por isso que, tanto na medida provisória – enviada pelo Governo ao Congresso no ano passado – quanto nos normativos, nós temos, pela primeira vez, a expressa proibição de participação de crianças e adolescentes nesse setor. E, já neste ano, nós notificamos todas essas empresas que estão neste período de adequação sobre restrições de publicidade envolvendo crianças e adolescentes. Houve uma notificação nossa a todas as empresas que prestam esse serviço neste período de adequação, assim como a empresas dos elos de comunicação – então, tanto plataformas e redes sociais quanto associações de televisão e de radiodifusão –, de modo a propagar, Senadora, essas restrições das atividades de crianças e adolescentes.

Então, eu peço desculpa e licença para, em alguma medida, discordar de vossa fala, Excelência, porque, de fato, a gente tem feito – e fizemos – muito, no decurso deste ano. E, em nome das servidoras e servidores que tanto têm se empenhado a fazer essa atividade, eu não posso deixar aqui este Senado Federal entender que a gente tem passado perto de uma prevaricação, quando, na verdade, a gente tem trabalhado muito intensamente para corrigir um erro histórico que este país teve, de uma legalização sem a devida regulação. Se é verdade que nós temos um problema histórico, é verdade que foi papel do Ministério da Fazenda, do

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Haddad, do Presidente Lula e também da Secretaria de Prêmios e Apostas corrigir esses problemas históricos que nós tivemos. Então, se há alguma chance de a gente conseguir controlar esse monstro que as apostas viraram no Brasil, isso se dá por conta do trabalho dessas servidoras e desses servidores, por conta desse material normativo e por conta dos procedimentos que nós criamos no decorrer deste ano.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Relatora, apenas vou requerer do Secretário que ele junte as notificações que ele fez para as empresas, traga para a nossa CPI, e também esses processos de que o senhor fala, todos os processos, o que puder disponibilizar de documento, para a gente não precisar quebrar sigilo, nada... Disponibilize para a Comissão. Nós estamos só começando a investigação, Secretário. A sua defesa a gente recebe, mas nós estamos só começando este trabalho desta CPI. E eu confesso que eu acho que nós vamos ter muito trabalho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Damares.

Eu queria, antes de passar a palavra ao Senador Humberto Costa... Como a nossa Relatora tem a prerrogativa de fazer, ela quer fazer algumas colocações antes de passar a palavra ao Senador Humberto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Eu serei breve, Senador Humberto, e eu entendo a sua agonia.

Senadora Damares, eu estava ouvindo lá atrás. Nós vamos oficiar ao Ministério da Fazenda, conforme a senhora pediu. Tudo o que a senhora precisar estou pronta para subscrever.

São duas perguntas, Secretário.

Quando o senhor fala que, a partir do dia 1º de janeiro de 2025, as empresas que não estiverem autorizadas e não tiverem terminado o processo de autorização não mais poderão, jamais poderão operar? A partir daí, nós só teremos essas empresas de agora ou continuarão?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Não, por força do que dispõe a lei, o processo de autorização é um processo contínuo. E o que nós tivemos, na verdade, foi um primeiro fluxo de um período até o dia 20 de agosto em que garantimos que aquelas que pediram até o dia 20 de agosto terão uma resposta ainda no exercício 2024 e apenas aquelas que passarem por todos os critérios e conseguirem a autorização poderão atuar a partir do dia 1º de janeiro, ou seja...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Entendi.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – ... aqui a regra de autorização prévia passa à sua plena vigência a partir de 1º de janeiro. Isso não impede, por exemplo, que as demais empresas que já pediram autorização tenham o seu pedido de autorização avaliado e, eventualmente, novas empresas que vierem ao Ministério da Fazenda pedir autorização também terão os seus pedidos avaliados e, uma vez cumprida a "integritude" dos requisitos, poderão ter autorização.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – O.k.

Por fim, o que nós vimos hoje nos *sites* do Ministério da Fazenda e nas propagandas é que somente as empresas, as *bets* autorizadas – independente do termo –, autorizadas pelo Ministério da Fazenda e pela sua secretaria, a SPA, somente elas podem operar. Aí eu pergunto para o senhor: e a Loterj? A Loterj esteve aqui e, segundo nós avaliamos... Como bem disse a Senadora Damares, nós estamos começando, estamos cruzando as informações, mas a Loterj, em um período legal, foi a única no país, dentro da sua unidade da Federação, que regulamentou esse setor. Pois bem, além de tudo, obteve no STF também uma decisão que permite que ela assim o faça. A Loterj tem cerca de 15 ou 16 empresas com autorização para trabalhar e já pagaram a outorga de 5 milhões. Então, quer dizer o quê? Que somente aquelas listadas pelo Ministério da Fazenda são as legais? E as da Loterj? Pelo que nós estamos estudando – minha equipe se debruçou sobre esses CNPJs –, todas elas têm as suas operações inteiras dentro do país. Então, a Loterj está ilegal? A Loterj não tem competência para tal? Como é que a gente vai entender isso, sendo que vocês lá do Ministério da Fazenda dizem que

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somente – somente – as listadas têm autorização? "Não jogue, não aposte em *sites* e em *bets* que não estejam aqui listadas." Gostaria muito de entender de V. Sa. essa situação.

Obrigada.

Passo, depois da resposta, para o Senador Humberto Costa.

Obrigada.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui, Senadora, é importante ficar clara uma distinção entre o que são empresas autorizadas a funcionar nacionalmente e empresas que são autorizadas a funcionar no âmbito dos seus territórios, por meio de uma autorização estadual.

E aí aqui a cronologia, se me permite, é...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Você me permite um aparte? Só para esclarecer.

O Presidente da Loterj esteve conosco e ele falou muito claramente que é impossível você restringir essa atuação só no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Se me permite, eu sugiro a esta CPI buscar as empresas de geolocalização que venham a prestar essa informação, que possivelmente vão divergir da posição do Presidente da autarquia do Rio de Janeiro, porque é plena e tecnicamente possível você fazer uma restrição por geolocalização.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Mas, se eu estou no Mato Grosso do Sul – perdão aqui por interromper... Se eu estou no Mato Grosso do Sul, eu posso apostar numa eventual *bet* do Mato Grosso do Sul, numa eventual *bet* autorizada pelo Paraná, que está trabalhando na sua... E também posso, tenho o direito, de entrar no *site* da Loterj e apostar lá também. Ou eu não tenho esse direito?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – É concorrente. E eles podem ser concorrentes entre si, como está aqui na própria 14.570...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Então, se me permite, Senadora, no *caput* do art. 35-A, que é uma alteração que a 14.790 faz da Lei 13.756...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É 35-A. É uma alteração na outra lei, na lei de 2018. Se V. Exa. ler o que diz o *caput* do art. 35-A, ele diz que os estados poderão prestar, no âmbito dos seus territórios, as atividades lotéricas previstas na legislação. E aqui, ao fazê-lo... O que a legislação faz? Ela está de acordo com o que determinou o Supremo Tribunal Federal, em 2020, ao dizer que, pelo Estado reconhecer a atividade lotérica como uma atividade de prestação de serviço público, os estados também podem prestar esse serviço público no âmbito do seu território. Então, o Ministro Gilmar Mendes, Relator dessas ações no Supremo, lá em 2020, determinou que haveria uma interpretação necessária da legislação para ampliar a possibilidade de estados prestarem serviço público lotérico no âmbito dos seus territórios. Isso é feito no voto do Ministro Gilmar, lá em 2020. A partir daquele momento, então, alguns entes estaduais começam a preparar loterias em seus territórios, sobretudo a partir de uma interpretação dessa decisão constitucional, *vis*-à-*vis* do que diz a lei de 2018. Então, algumas loterias começaram a estruturar – loterias estaduais – loterias de aposta de quota fixa também no âmbito do seu território.

Se a gente pegar todas as principais decisões, os atos normativos que foram sendo aprovados pelos estados, todos tomam esse cuidado de garantir que sua loteria se dê apenas no seu âmbito de território. Por quê? Porque assim determinou a decisão do Supremo e assim determina o *caput* do art. 35-A. Por exemplo, aqui vale mencionar a Loteria do Estado do Paraná, que faz isso, tem essa restrição e consegue fazer com que essa restrição seja cumprida.

E aqui é importante deixar claro que ao Estado, ao mesmo tempo, possibilitar um regime nacional de prestação de serviço público de loteria e regimes estaduais, por cumprimento ao pacto federativo, só faria sentido, salvo melhor juízo, que a União prestasse serviço em âmbito nacional e, em cada um dos seus estados, os próprios estados pudessem prestar, no âmbito do seu território, esse serviço. É isso que diz o art. 35-A.

E é justamente por esse embate – que gostaríamos muito que tivesse sido solucionado de uma maneira administrativa, de uma maneira mais tranquila – que nós precisamos... A União

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrou com uma ação no Supremo, justamente para garantir que a autarquia lá do Estado do Rio de Janeiro cumprisse a lei e cumprisse o arranjo legal. Não me cabe aqui tomar uma decisão – essa decisão é de competência do Supremo, e o Ministro relator deve avaliar, em breve, esse pedido –, mas o nosso entendimento, amparado por notas jurídicas da Advocacia-Geral da União, é de que a lei e o arranjo constitucional brasileiro precisam garantir uma coexistência entre a prestação de serviço da União, em âmbito nacional, e dos estados, no seu âmbito territorial.

Por conta disso, o que fizemos? Convido V. Exa. a olhar no nosso *site* um cuidado que o Ministério da Fazenda teve ao colocar dois *links* no *site*: um primeiro *link* dizendo quais são as empresas que estão em período de adequação para fins de cumprimento do parágrafo único do art. 9º, que é a lista aqui mencionada; e nós temos um segundo *link*, que são empresas estaduais que, de acordo com seus próprios procedimentos, deram autorização no âmbito estadual. Então, nós temos também, no *site* do Ministério da Fazenda, empresas – estas, sim – autorizadas, quando essa for a escolha administrativa do regulador estadual, e essa lista também está no *site* do Ministério da Fazenda. Eu convido os membros desta Comissão e os demais a ir ao *site* e identificar que existe essa... Lembrando que a discricionariedade e a forma de avaliação da concessão dessa autorização estadual são de competência de cada um dos demais entes federativos, ou seja, como cada um dos estados dá essa autorização ou não é de competência de cada um desses estados, mas o que é importante, no nosso entendimento, por força do que diz a lei e por força do arranjo constitucional brasileiro, é que cada estado garanta que a prestação desse serviço se dê, única e exclusivamente, no âmbito do seu território.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Então, vocês judicializaram contra a Loterj já? É isso?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – A União judicializou...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Nós vamos ter que... Nós vamos... Nós precisamos, eu acho, fazer uma acareação com o Hazenclever também – ao chegar aqui –, porque, enquanto não há uma decisão judicial, ao nosso ver, enfim...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas essa dificuldade de eu estar no Mato Grosso do Sul e não poder jogar na Loterj ou em outra realmente...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Senadora, se me permite...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – ... me deixa um tanto quanto preocupada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Eu só quero, antes de você responder... É só para complementar aí essa colocação.

Diferentemente do Ministério da Fazenda, da secretaria, as empresas que têm as suas outorgas concedidas lá pela Loterj já pagam impostos, se elas recolhem para o Governo Federal. Isso é verdade ou não?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Senador, se elas pagam ou não, aí precisaria noticiar...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É, isso foi...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – ... para se certificar. Eu não posso atestar essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Isso foi dito aqui...?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – ... o próprio art. 35-A, do qual o senhor está falando, no §8º diz o seguinte:

> São preservadas e confirmadas em seus próprios termos todas as concessões, permissões, autorizações ou explorações diretas promovidas pelos Estados e pelo Distrito Federal a partir de procedimentos autorizativos iniciados antes da publicação da Medida Provisória nº 1.182, de 24 de julho de 2023, assim entendidos aqueles cujo primeiro edital ou chamamento público correspondente tenha sido publicado em data

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anterior à edição da referida Medida Provisória, independentemente da data da efetiva conclusão ou expedição da concessão, permissão ou autorização, respeitados o direito adquirido e os atos jurídicos perfeitos.

Então, a Loterj pode, na minha interpretação agora, e obteve essa decisão perante o Supremo. Enfim, não vamos agora...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Mas, se me permite, Senadora, acho importante ficar claro: a decisão do Supremo deixa claro que o âmbito é territorial, por conta do pacto federativo. Então, independente do §8º, o arranjo constitucional brasileiro não permite uma prestação de serviço a partir de um estado que extrapole o seu território, tendo em vista que a União tem competência para a prestação de serviço de âmbito nacional. Então, de começo, é importante fazer uma interpretação conforme o que está disposto, mas ainda que queiramos entender esse §8º como um parágrafo a dar guarida à Loterj, o que eu convido essa CPI a fazer? Buscar o edital efetivamente publicado pela Loterj, antes da data de publicação da medida provisória.

O que o edital publicado pela Loterj antes da data de publicação da medida provisória, diz? "A empresa que prestar serviço deverá garantir a prestação de serviço no âmbito do território do Estado do Rio de Janeiro", ou seja, mesmo, se entendermos que o §8º é direcionado a proteger as empresas que tinham um edital publicado, quando nos deparamos com o edital publicado, ele diz que é no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, ou seja, o arranjo constitucional me determina que eu não posso ter um serviço prestado pela União, em âmbito nacional, concorrendo com diversos estados prestando em âmbito nacional. A lei traz como o seu racional, no *caput* do art. 35-A, essa restrição territorial; a decisão do Supremo relatada pelo Ministro Gilmar Mendes fala da territorialidade. E, mesmo se tentarmos entender esse ato normativo da Loterj de abertura desse procedimento, identificaremos que ela própria tomou este cuidado, lá atrás, de garantir que a sua prestação de serviço seja restrita ao território do Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – O.k., vamos averiguar.

Senador Humberto Costa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada pela resposta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sra. Presidenta e Relatora, Sr. Representante do Ministério da Fazenda, Dr. Regis Alexandre Dudena, eu queria começar dizendo que eu sou frontalmente contra qualquer coisa de aposta, de cassino, de bingo. São tantas atividades econômicas importantes em que o Brasil poderia desenvolver os seus potenciais, e nós terminamos por legalizar as apostas a partir de 2019, 2018, durante quatro anos no Governo passado. E aí era bom que o Senador Marcos Rogério estivesse aqui para dizer o que ele, como um dos principais líderes e representantes do Governo passado, fez para que esse processo de regulação acontecesse no Governo passado. Foram quatro anos. Essas *bets* aí ganharam dinheiro de rodo, bilhões e bilhões, sem nenhuma regulamentação. E, agora que o Governo Lula quer cumprir a lei, se levantam aí todas as vozes para dizer que o Governo está prevaricando, que o Governo não está cumprindo com a sua responsabilidade, quando este Governo é que está fazendo isso. E está fazendo isso com a melhor das intenções.

Agora, isso não me inibe de dizer que eu sou frontalmente contra... Se eu pudesse proibir esse negócio, sinceramente, eu proibiria, porque não consigo identificar, além do dono, quem é que se beneficia com esse tipo de coisa. Dos malefícios todos nós sabemos. Nós estamos tendo que ampliar a estrutura do Estado para fiscalizar a possibilidade de crimes os mais diversos, desde a ludopatia, no campo da saúde, passando pela lavagem de dinheiro, inclusive por crime organizado, passando por fraude ao consumidor e tantas e tantas outras coisas. Sinceramente, esse é um negócio que... E piorou agora que estão querendo botar cassino. Isso aí... Vamos pegar esse discurso aqui e vamos batalhar para não deixar aprovarem isso aí! Para não deixar aprovarem os cassinos, os presenciais, ou os por meio de cassinos eletrônicos, enfim, não sei nem qual é a terminologia, porque, realmente, é uma coisa que eu não acho que seja a melhor.

Então, primeiro, eu queria registrar isso aqui. E acho que não faz muito sentido. Tem coisa para pegar para colocar em disputa Governo e oposição, nós vamos pegar uma coisa que não é isso. Eu tenho certeza de que o Presidente Lula deve estar muito preocupado com tudo isso que está acontecendo, porque é gente do Bolsa Família gastando o seu recurso com esses jogos aí, é gente dilapidando o seu patrimônio para poder participar desses jogos aí, é o crime organizado lavando dinheiro, enfim, tantas e tantas coisas que estão aí colocadas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu gostaria de fazer algumas perguntas aqui, porque o papel de V. Sa. é meio duro, que é o de tentar botar o mínimo de ordem num negócio que é de absoluta e total desordem, que é uma coisa nociva à sociedade, e, portanto, existem algumas coisas que eu queria entender. Primeira questão: qual é a previsão... Eu sei que não é fácil, até porque a gente não sabe quantas *bets* vão ficar atuando a partir de janeiro. Mas há um levantamento por parte do ministério ou de outros atores na sociedade de qual será a receita com essas apostas, com essas *bets*, enfim, a partir do ano que vem? Até para a gente ter uma ideia de se essa questão da arrecadação da receita para o setor público é compensada por essa regulamentação. Queria que o senhor depois me respondesse se existe uma previsão em relação a isso.

A outra coisa que eu queria entender: V. Sa. está dizendo que essas lotéricas estaduais poderão se organizar, se estruturar, mas para atuar no âmbito do seu território. Como é que esse controle é feito? Porque as apostas são por celular, são por internet, por todo tipo... Como é que controla? A Anatel vai fazer alguma coisa para que as pessoas não apostem tanto num estado, apostem em outro?

A outra questão é a seguinte: os critérios a serem demandados por essas lotéricas estaduais podem ser diferentes do que o Governo está adotando nesse processo de adequação? Porque aqui eu acompanhei lá do meu gabinete quase uma hora de discussão sobre se há autorização, é autorização, ou não é; quando, na verdade, está claro que autorizado será quem, até o começo do ano, se adequar a essas novas que estão propostas. Não é verdade? Se o ministério usou mal esse termo, devia corrigir. E, se alguém, na televisão, como aquele que o cara liga: "Olha, você soube, foi autorizado...". Tem que mandar tirar esse negócio aí, porque vende uma ideia de que pode ser que daqui para lá essa *bet* que é tão forte chegue e não seja reconhecida. Nesse sentido, eu acho que está correta a preocupação dele, mas reconhecer que há um processo em marcha. Então, eu pergunto também se será possível uma regulação para essas lotéricas estaduais que seja diferente da regulamentação nacional.

Pergunto se há algum estudo, sei que não seria bem a sua ação, mas, dentro do ministério, certamente a sua secretaria lidará com esse tema... Existe algum estudo em andamento que seja capaz de avaliar os impactos econômicos negativos, como o aumento de endividamento, os problemas de dependência em jogos causados pelas apostas? Existe, por exemplo, uma previsão do Ministério da Saúde dizendo o que é que vai representar em termos

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do tratamento dessa dependência do jogo em relação às ações do Ministério da Saúde? Faço essa pergunta.

Pergunto: quais são as medidas que o Ministério da Fazenda tem adotado para garantir que essas apostas não sejam utilizadas para lavagem de dinheiro, ou financiamento de atividades ilícitas?

Outra: como o ministério está trabalhando em parceria com outras atividades, com outras autoridades, para garantir a segurança e a integridade do sistema de apostas *online*?

Pergunto: o Ministério da Fazenda tem se envolvido em alguma estratégia de proteção ao consumidor, especialmente no que se refere ao risco de dependência e outros danos sociais causados pelo vício em aposta, e também do ponto de vista econômico? Eu vi uma manifestação da Confederação Nacional do Comércio dizendo que essa atividade já tem interferido no faturamento das atividades do comércio, tipo: as pessoas estão deixando de comprar um objeto, um eletrodoméstico, uma roupa, um sapato, alguma coisa para ficar fazendo jogo em aposta. Não sei se V. Exa. tem essa informação, mas isso bate? É possível chegar a essa conclusão ou não, não é?

Também não é uma ação específica da sua secretaria, mas como esse é um problema transversal dentro do país e dentro do Governo, existe algum plano para implementar ações de educação e prevenção para prevenir o impacto negativo dessas apostas?

Quais são as principais direções que o ministério acredita que a regulação das apostas deverá seguir nos próximos anos, considerando o crescimento do setor global de jogos e apostas?

E, por último, três perguntas mais: quais as medidas que estão sendo tomadas para garantir que as apostas não afetem a integridade das competições esportivas no Brasil? Ali na outra sala tem uma CPI por conta da fraude em resultado de jogos esportivos e tal. Na verdade, talvez até devesse ter sido uma só, porque eu acho que é uma coisa tão entranhada, mesmo com essa regulação toda, não é? Então, eu pergunto se tem alguma coisa sendo feita nesse sentido. E pergunto se o ministério tem trabalhado com entidades esportivas para criar protocolos que evitem manipulação de resultados. Por último, eu queria perguntar quantos *sites*

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram derrubados nesse período em que foi aberta essa fase de pedidos de autorização. Quantos foram os que ao longo desse tempo estavam atuando?

E, por último, eu queria também fazer uma colocação no sentido de que eu entendo que nós estamos vivendo um momento muito difícil no nosso país. O grande erro foi nós termos permitido que essas apostas viessem a ser legalizadas, não é? E hoje o Governo é obrigado a ter uma estrutura gigantesca para regulamentar uma coisa que não precisava existir, porque a Polícia Federal vai ter que ampliar o seu... Como se chama?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O seu contingente para ampliar a fiscalização, identificar lavagem de dinheiro, ver se o PCC está apostando e ganhando dinheiro com ele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

Tem que se especializar também para esse tipo de coisa. O Ministério da Saúde vai ter que criar Caps para pessoas dependentes de jogos. O Ministério da Educação vai ter que desenvolver algum tipo de atividade para dizer para as crianças: "Olhe, não aposte que esse negócio aí é fria e tal, pá-pá-pá, pá-pá-pá". Então, realmente é uma coisa extremamente danosa no meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Terminou, Senador?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Terminei.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Antes de passar a palavra para você, eu queria dar ciência só a todos aqui. Eu pedi para... eu perguntei para o Sr. Dudena sobre a questão da tributação.

Senhoras e senhores, na questão da Loterj, Senador Humberto, a plataforma de jogos paga 5% do lucro do jogo para a Loterj, paga 2,5% de ISS para o Rio de Janeiro e paga

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PIS/Cofins, contribuição sobre o lucro líquido e imposto de renda para a União, 43% para a União.

É só para a gente ter uma noção do tamanho do que foi a nossa renúncia fiscal nesses seis meses que nós ficamos nesse limbo que ninguém paga.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu estou dizendo só os seis meses aqui em que se deu adequação, mas você por favor pode me...

Sr. Dudena, com a palavra.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Obrigado, Senador Humberto Costa, pelas perguntas. Eu vou tentar passar por todas.

V. Exa., se, por algum acaso, eu pular alguma coisa e eu precisar complementar, fique à vontade de acionar.

Em relação à temática de se somos favoráveis ou contra as apostas, como órgão regulador, não nos cabe essa decisão. O que nos cabe é uma lei que determina a legalidade e a competência de regular pelo Ministério da Fazenda. É essa a parte que me cabe do latifúndio. Essa é a parte que, de fato, ficou para o Ministério da Fazenda.

O que eu posso dizer em relação à regulação é que, de fato, entre um ambiente regulado e um não regulado, se há alguma chance de a gente conseguir enfrentar esses problemas, a regulação é talvez a melhor delas. De todo esse período, e eu brinco, faz poucos meses que eu estou à frente da Secretaria e, às vezes, parece que faz anos, mas nesse período que eu estou lá, se tem alguma conclusão a que eu tenha chegado é que existir uma regulação é até mais eficiente do que uma ilegalidade.

Agora, obviamente, a decisão sobre a legalidade ou não dessa atividade é uma decisão do Congresso Nacional que soberanamente pode tomá-la. O que nos cabe é, uma vez sendo dito que é uma atividade legal e dada essa atribuição ao Ministério da Fazenda, desempenhar essa atividade da melhor forma técnica e regulatória possível. Inclusive, no mencionado projeto de lei que trata de uma expansão da legalidade de atividades de jogos e apostas no Brasil,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionado por V. Exa., a convite, inclusive, do Presidente Pacheco, eu estive no Plenário deste Senado Federal para dizer que uma das melhores soluções, caso esta Casa entenda por votar esse projeto de lei, é garantir que a regulação anteceda a atividade.

Caso se entenda que é o momento de se legalizar essa atividade no Brasil, é fundamental que nós, primeiro, tenhamos poder de regular e estruturar o Estado para que depois, caso soberanamente este Congresso entenda por bem, essa atividade legal entre em curso.

Em relação à estimativa de arrecadação, de fato, é uma temática que não é diretamente de competência, e nós temos, de fato, muita dificuldade de chegar a esse número neste momento por conta da forma como esse setor é estruturado. Ao que nós temos tido toda a atenção é: todo e qualquer estudo que nos chega, nós tentamos avaliar e nós percebemos que há aqui estudos de diversas metodologias diferentes que, infelizmente, não nos permitem ter o real dimensionamento desse setor. Aqui acreditamos que, a partir do momento de um mercado plenamente regulado, esse controle vai se dar de uma forma mais efetiva.

Em relação ao questionamento que V. Exa. traz sobre controle da territorialidade, hoje nós temos mecanismos de georreferenciamento, de geolocalização, que permitem que, mesmo jogando de seus dispositivos móveis ou de computador, se faça essa restrição. Isso é plenamente possível, na nossa regulamentação em âmbito nacional, a gente determina já que haja... É por força do art. 35a da lei, também um dever dos estados quando prestarem serviço.

E, de novo, há aqui diversas soluções de mercado em que o próprio prestador de serviço faz essa restrição no momento da oferta. As pessoas que estavam na secretaria antes mesmo da minha chegada tiveram a oportunidade de fazer uma visita técnica nos Estados Unidos, e, como V. Exa. sabe, o modelo federativo americano faz com que esse tipo de regra valha apenas no âmbito de cada um dos estados, e lá, se não me engano, apenas 27 estados ou 23, se a minha memória não me trai, têm as apostas de quota fixa digital autorizadas, e em todos eles há essa determinação de que haja essa geolocalização. E eles mostraram testes de você passar fronteiras de estado e o aplicativo parar de funcionar por uma questão tecnológica, e isso é plenamente possível hoje.

Em relação a critérios de prestação de serviço lotérico em âmbito estadual. O que determinou o Supremo, lá em 2020, em sua decisão? Que a legislação federal, por conta da

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competência privativa da União em regular a atividade lotérica, a competência legislativa é exclusiva da União. Então, a atividade lotérica estadual pode se dar em plena atenção ao que determina a legislação federal. O que as entidades estaduais vão ter que fazer é regrar só a oferta desse serviço, mas tem que ser cumprindo a plenitude daquilo que a legislação federal determina.

Em relação aos mencionados problemas sociais e econômicos. Aqui, mais uma vez, é uma das situações em que entendemos que grande parte desses problemas decorre muito mais de uma prestação predatória desse serviço, neste momento, de empresas de fato descompromissadas, que estão muito mais interessadas em extrair o máximo possível dos apostadores no Brasil, do que da atividade de apostas. Então, medidas, como aquela que tomamos, a pedido, inclusive, do Ministro Haddad, de restrição, de quem poderia, nesse período de adequação, prestar o serviço, visou, sobretudo, a afastar, desde logo, essas empresas plenamente desconhecidas a prestar essa atividade no Brasil, porque nos pareceu que esse grupo era o mais nocivo. Isto não quer dizer que aqueles que atuarem também não tenham um grau de nocividade, e V. Exa. tem total razão. Então, nós precisamos de uma atenção especial na prestação do serviço.

Apresentei, mais cedo, a esta CPI, a nossa portaria de jogo responsável, direitos e deveres, que traz diversas regras para proteger os apostadores, que traz possibilidades de limitação e restrição proporcional ao próprio perfil do apostador. Isso já está previsto na nossa portaria, publicada em julho deste ano, que entra em pleno vigor no ano que vem.

Em relação ao Estado conhecer esse setor, o que nós estamos fazendo? Ontem, foi assinada uma portaria interministerial, juntamente com o Ministério da Saúde, com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República e com o Ministério do Esporte, justamente para que, coletivamente, a gente enderece esse tipo de informação, de conhecimento do setor, e prepare o aparato estatal para todos os problemas que são esperados, e esses problemas... A gente não pode se restringir a atacar quando o problema já aconteceu.

Então, também aqui nós temos a previsão de uma atuação prévia de informação da população, deixando claro, por exemplo, o que é a aposta, distinguir a aposta de investimento e de qualquer outra coisa, o que tem sido usado de maneira equivocada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Não, só uma pergunta, que o senhor não me respondeu. Não sei se tem esse número, deve ter. Quantos *sites* foram derrubados?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Vou chegar nele. É minha última pergunta aqui, Senador, mas eu já posso adiantar: 5.283. Foram 5.283 *sites* derrubados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estão funcionando quantos?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Digamos assim: se eu tivesse certeza desse número, minha vida já estaria mais fácil. (*Risos.*)

Nós já temos uma lista que será encaminhada ainda essa semana, uma nova lista.

E aí, só para ter um dimensionamento: a gente começou essas derrubadas no dia 11 de outubro. No dia 11, nós pedimos 2 mil *sites* de derrubada; no dia 1º de novembro, mais 1,4 mil; no dia 19 de novembro, mais 1,8 mil. Então, como eu mencionei mais cedo, Senador, essa derrubada de *sites* é algo necessário, mas não suficiente – a gente tem total consciência disso –, mas também precisamos manter essas derrubadas para ser mais um mecanismo de desincentivo da ilegalidade. Então, assim, a ideia é continuar.

E, como eu disse também mais cedo, a ideia é que não só a gente faça a derrubada desses *sites*, mas a gente está apurando as informações que a gente tem sobre essas empresas, sobretudo através das instituições financeiras ou dos arranjos de pagamento que elas utilizam. Então, a ideia, a partir daqui, é a gente, para cada *site* legal que levantarmos, ter acesso a quais empresas prestam serviços financeiros para que também comuniquemos tanto ao Banco Central, ao Coaf, quanto à Polícia Federal.

Em relação à temática de lavagem de dinheiro, Senador, aqui, de fato, a gente tem, assim, um grupo de ações. Então, a nossa portaria, que trata de meios de pagamento, que traz o arranjo efetivamente de transferências para o Sistema Financeiro Nacional, é o ponto de partida.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como cheguei a mencionar aqui mais cedo, o que nós temos é: do lado do apostador, a necessidade de que ele se cadastre exclusivamente com uma conta em que ele é titular, uma conta numa instituição de pagamento autorizada a funcionar pelo Bacen ou numa instituição financeira, e ele só possa usar essa conta e só possa fazer transferências mediante transferências eletrônicas. Então, aqui há a proibição, por exemplo, de pagamento em dinheiro, pagamento em boleto, pagamento com criptoativos. Então, é sempre uma transferência eletrônica de uma conta cadastrada em nome e de titularidade do apostador. Do lado do agente operador de aposta, necessariamente as contas onde os depósitos ficam é uma conta também em nome do agente operador de aposta, no CNPJ do agente operador de aposta, igualmente numa IF ou numa IP autorizada a funcionar.

Além disso, a gente tem uma portaria de combate à lavagem de dinheiro, uma portaria que visa a endereçar as atenções necessárias tanto para o prestador de serviço imediato, para o agente operador de aposta, para as casas de aposta, quanto para os seus prestadores de serviço financeiro, basicamente conhecer o seu cliente e identificar alguns comportamentos que são indícios de lavagem de dinheiro. Então, a portaria de combate à lavagem de dinheiro tem um rol, se não me engano, de 19 incisos, que é um rol exemplificativo e não exaustivo, de atividades que, tipicamente, no setor de aposta, são atreladas ou potencialmente atreladas à lavagem de dinheiro. Qual que é o dever deles? Olhar isso num primeiro momento, identificado, de fato, um aprimoramento, um maior indício de que haja a lavagem de dinheiro, ele necessariamente tem que reportar ao Coaf e reportar à Secretaria de Prêmios e Apostas. E aí aqui há uma competência nossa de fiscalização desse dever de monitorar e de reporte, há um dever do Coaf de identificação de produção de inteligência, e obviamente isso é remetido à Polícia Federal para persecução penal, caso se configure, de fato, casos de lavagem de dinheiro.

Em relação a parcerias mencionadas por V. Exa., aqui nós temos diversos parceiros. A gente tem um parceiro de primeira ordem, que é o próprio Serpro, como prestador de serviço de tecnologia, que é quem desenvolveu o Sigap, que é o nosso sistema de gerenciamento de apostas, um sistema proprietário do Ministério da Fazenda, que vai receber todas essas informações e, a partir dessas informações, gerar inteligência. Além disso, de informações, nós temos como parceria aqui a Polícia Federal, a Receita Federal, além da Procuradoria-Geral da

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazenda Nacional e da AGU, de uma forma mais ampla, e ministérios setoriais que nos têm ajudado.

E aqui, de fato, a gente tem se socorrido de diversos auxílios. Obviamente, o Ministério do Esporte, por conta da dimensão das apostas esportivas, é um ministério a ser mencionado. O Ministério da Saúde tem sido um grande parceiro para a gente pensar, de fato, mecanismos de solução. E menciono, caso não tenha mencionado ainda, uma portaria interministerial que criou um grupo de trabalho, junto com o Ministério da Saúde, para esse fim.

Em relação a alguns desses estudos. Aqui eu faço só um alerta. Há, por exemplo, alguns estudos que tendem a gerar resultados ou a gerar interpretações e o próprio estudo não lhe dá esse suporte. Acho que é um problema potencial, e eventualmente já real, a presença das apostas no Brasil, mas eu acho que algumas das conclusões trazidas por alguns estudos são conclusões prematuras. A gente, de fato, precisa entender o tamanho desse problema, isso é fundamental. E, de novo, haver a regulação é um bom mecanismo de a gente, de fato, ter o controle desse dimensionamento e consequentes problemas atrelados a esse.

Em relação à temática da manipulação esportiva, o que nós temos feito? Obviamente, aqui, por uma questão de competência legal, primariamente é uma responsabilidade do Ministério do Esporte. Mas dado que há uma interface com o Ministério da Fazenda na questão regulatória, nós também estamos engajados em mecanismos de atenção à manipulação de resultados. O principal avanço que nós já fizemos foi tanto nessa mencionada portaria de combate à lavagem de dinheiro já ter alguns dispositivos que também associam a questão da manipulação de resultados, mas aqui trazer parceiros.

Nós tivemos quatro acordos de cooperação técnica com grandes instituições internacionais que trabalham, juntamente com os órgãos esportivos, para acompanhar a possibilidade de manipulação de resultados. E como isso funciona na prática? O que esses acordos de cooperação com essas quatro instituições nos possibilitam? Eles monitoram, em tempo real, a relação das apostas com o evento esportivo real que está em curso. Eles são capazes de gerar alertas que fazem com que a gente identifique uma possível manipulação de resultados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exemplos clássicos: cartões vermelhos, cartões amarelos ou escanteios. Ao monitorar, acontece o que o setor chama de abrir a boca de jacaré. Para quem está em eleições, essa também é uma expressão utilizada. Mas o que significa para esse monitoramento? Você tem uma previsão de apostas para um determinado evento que é, por histórico, o que se espera daquele evento, e há um descolamento das apostas efetivamente realizadas. Então, não se espera que um jogador tome um amarelo, mas existe alguma expectativa, a depender do perfil daquele jogador. Se você tem um descolamento das apostas, isso é um indício. Se se concretizar, sobretudo, esse cartão amarelo, isso é um indício ainda muito mais forte. Então, essas instituições irão nos reportar. E o que nos cabe nesse arranjo? Noticiar ao Ministério do Esporte, noticiar à Polícia Federal e, eventualmente, às confederações, às associações ou federações esportivas relacionadas àquela atividade.

Eu imagino, Senador, que eu passei por todos os pontos. Caso tenha pulado algum, sinta-se à vontade e obviamente estou à disposição.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O da previsão de receita, não...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Esse é menos por eu não querer responder e mais por não ter na mão esse dispositivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

Eu passo... Antes de passar a palavra ao Senador Magno Malta, que é o próximo inscrito, a Senadora Relatora tem prerrogativa, então quer fazer uma colocação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – É rápido, Senador Magno Malta.

Apenas...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vamos suspender aqui por dois ou três minutos, para o Sr. Dudena ir ao banheiro.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Agradeço, Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Mas, se der, Presidente, eu explicaria pro... Continuaria aqui explicando pro Senador.

Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas não é necessária a presença dele?

Não é necessária a presença do...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – O senhor que sabe.

É porque ele quer sair também.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está liberado. Vai lá!

(*Suspensa* às *16 horas, a reunião é reaberta* às *16 horas e 03 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora Relatora, Senadora Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, era só pra dizer pro Senador Humberto Costa, mas já expliquei pra ele que, ao mesmo tempo em que as *bets* são derrubadas por ordem do Ministério da Fazenda, do próprio Secretário, por um intermédio da Anatel, elas ressuscitam, com uma nova URL. E, do jeito que morre, ressuscita; morre e ressuscita. Nós não temos tecnologia nem braços pra tanto.

Agora, nessa questão territorial eu não quero adentrar. Eu sei do avançado da hora e eu não pude conferir, Secretário, mas, nas notas taquigráficas do Sr. Hazenclever, ele diz que esteve com o senhor e que o senhor está tratando dessa questão territorial e que o senhor o remeteu a um decreto de 84 anos atrás.

Enfim, apenas a título de informação, eu não cruzei essas informações ainda. Mas, se nós temos um instrumento que permite que isso aqui não atravesse as fronteiras, se formos eleger o menos pior, seria o cassino físico, porque pelo menos você sabe onde encontrar o seu parente. Agora... Então, isso para mim está sendo a maior novidade da face da Terra, porque eu não

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imaginei que nós pudéssemos fazer um muro digital em volta do país inteiro. Mesmo na China, em que não se permite usar WhatsApp, usar as redes sociais comuns daqui, a pessoa entra com um VPN, eu não sei, ela baixa um outro instrumento. Então, sempre nós estaremos atrás... Sempre nós estaremos correndo atrás do prejuízo. Nós não damos conta de administrar tudo isso.

Agora, por favor, nos forneça essa ferramenta, onde é que encontra – vamos pedir para o Governo comprar –, porque, se isso existe, encontramos a solução.

Obrigada.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Senadora, se me permite...

Na verdade, existe até a expressão inglesa *geofencing*, que é um cercamento georreferenciado. E quem faz isso, na verdade, não é de fora para dentro, digamos assim. O que você exige é que quem fornece o serviço garanta que o seu serviço só é acessível de dentro de uma determinada territorialidade. Não é o Estado que, de antemão, faz esse georreferenciamento, e sim ele determina que o prestador de serviço garanta que o seu serviço prestado, por ser um serviço público outorgado pelo Estado, ele se dê no âmbito do território onde ele foi permitido.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dudena, está parecendo, na CPI da Braskem, em que a gente perguntou quem é que fiscalizava lá as minas da Braskem: era a própria Braskem que contratava a empresa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Isso, eu estava.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... para dizer que estava tudo direitinho.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Fiz parte dessa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Como é que a indústria das *bets* vai se autolimitar, se ela está procurando clientes para jogar, jogadores? Então,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acho que essa coisa tem que partir aqui, realmente, de órgão governamental para fazer esse controle.

Mas vou passar em seguida a palavra para o Senador Magno Malta, e o próximo inscrito é o Senador Angelo Coronel.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Senador Hiran, nobre Dr. Hiran, Presidente desta nobre CPI; Senadora Soraya, Relatora; povo do Brasil, que está atento a esta CPI... Eu acho que a complexidade é tão grande que ela carece de renovar o seu tempo.

Já comandei CPIs absolutamente complexas, em que foi preciso renovar o tempo quatro, cinco vezes; CPI de três anos. A CPI da Pedofilia, em 2006, durou três anos por essa cumplicidade do aparecimento do chamado crime cibernético. Este é o ponto: crime cibernético.

Mas, antes de falar sobre isso, eu quero fazer justiça, reconhecendo o que disse o Senador Humberto Costa. Durante meu tempo aqui no Senado, a minha luta contra a legalização de jogo teve presenças importantes, ombreados: um, o Senador Humberto, quando aqui chegou, totalmente contra qualquer tipo de jogo, como eu; o Senador Randolfe – aliás, o voto em separado para a legalização do jogo, já lá atrás, era um voto em separado meu e do Senador Randolfe –; e José Serra. Fazendo justiça, porque o Senador Humberto aqui verbalizou para o Brasil que ele é contra qualquer tipo de jogo e perguntou: qual é o futuro disso? Para que serve isso?

Eu quero aqui fazer uma analogia: tem 43 anos da minha vida que tiro viciados, drogados de cocaína, de pedra, do que vocês imaginarem, até quando não existia pedra, Senadora Soraya.

Aqui está minha filha primogênita, mais velha, que, quando nasceu, já tinha drogado dentro de casa.

Eu dizia tudo isso...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Deve se parecer com a mãe, não é? Deve se parecer com a mãe. (*Risos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Com a inteligência do pai. Tem a cara da mãe e o cérebro do pai.

E eu agradeço muito a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não menospreze a mãe dela, por favor.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, ela tem a beleza da mãe.

Mas tinha que ficar com alguma coisa minha. O que ela queria não veio, que era o olho verde, ficou só em mim mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O branco do olho é parecido. (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Também está aqui o Vereador Igor, da cidade de Serra; o Maurinho, companheiro nosso lá da cidade de Linhares, uma cidade...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sejam muito bem-vindos aqui ao nosso Senado da República. Sejam muito bem-vindos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Faço justiça ao Senador Humberto Costa. Eu também sou contra totalmente e vejo que, em um ano... Eu votei contra – eu já estava aqui – a legalização desse inferno. Olha o inferno que já se estabeleceu.

A Senadora Soraya estava dizendo: "Vamos fazer um muro cibernético em volta do Brasil"? Não vão. Não vão. Peguem o relatório da CPI do Narcotráfico em 1998 para 1999 – em 1999, o relatório saiu. Nós falávamos de bloqueador de celular no presídio em 1999, no meu relatório com o Moroni Torgan.

É o surgimento do PCC com o Geleião – não é Marcola, quem fala que o Marcola fundou o PCC não conhece a história. Marcola era assessor de Geleião, Geleião tinha diabetes, era muito obeso, acabou morrendo muito rápido e tal, e Marcola assumiu aquilo. Mas eles estavam operando... Apareceu o tal do GPS, a droga era jogada no meio do mar, o GPS identificava, a

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

droga que vinha da Bolívia era jogada no Acre em determinados lugares, envolvendo o Coronel Hildebrando Pascoal. Todo mundo conhece essas histórias, investigadas pela CPI do Narcotráfico. Já naquela época, Senadora Soraya, e não haverá muro que vá guardar o Brasil, nem dividi-lo em estados, muros que vão dividir estados para crime cibernético.

Minha mãe dizia: "Buraco de rato não se fecha". Secretário, o que nós estamos falando aqui é de um buraco de um rato ali. Nós estamos procurando uma maneira de fechar. Se a gente fechar, o rato vai abrir ali. Se a gente fechar, o rato vai abrir aqui. Sabe como é que dá jeito em rato? Matando o rato. O crime, você só vai observá-lo se você criminalizá-lo. A legalização do crime, você não terá controle sobre ela.

Eu não sou membro da CPI, não sou membro. Agradeço muito, Presidente Hiran, por o Sr. Senador me inscrever; Senadora Soraya, Senador Marcos, Senadora Damares, Angelo Coronel. Mas eu estava vendo pela televisão e foi me dando uma agonia, porque fui vendo uma conversa de bêbado para delegado, uma conversa de bêbado para delegado e sobre autorizadas.

Não existe uma palavra, não existe uma palavra para substituir autorizadas. Autorizada é autorizada; ou é autorizada ou é ferro velho. Então, não há nada que se possa fazer... Meia autorizada, autorizado temporário; autorizado, enquanto acontece a adequação. Está invertido. Não podia ser adequação primeiro? "Faça sua adequação que nós vamos te autorizar". Mas aí é o poste mijando no cachorro. Você autoriza enquanto você adequa. Eu não entrei com profundidade... Não sou membro, não é? Eu me inquietei com uma sessão que vi. Olha, essa CPI é terrível! Ela é perigosa! Essa CPI vai ter que se aprofundar muito.

Então, veja, eu vi que o senhor fez um contorcionismo jurídico e tal, pelo preparo que tem, sentado aí – e é ruim esse lado de lá, é muito ruim. E quem está do lado de cá tem que ter sensibilidade, educação e profundidade no que vai fazer e no que vai perguntar. Tem coisa que você não pode falar, porque você não sabe. "Qual é a receita?", perguntou o Senador Humberto. Eu também gostaria de saber. O senhor disse: "Eu também gostaria", mas eu até sei. Eu poderia chutar que a receita dessa legalização vai ser absolutamente menor para cobrir os gastos do SUS. É muito dinheiro, e o SUS gastará muito mais dinheiro ainda do povo brasileiro para que possa se adequar. E não vai se adequar por falta de pessoal. Tecnologia é tecnologia. Então, se a

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente legaliza, legaliza. Eu costumo dizer isto: tudo o que tem cara de crime legaliza, porque fica bom.

Na época da Lei Seca... O senhor sabe que a bebida alcoólica foi legalizada porque ia resolver o problema. Não, hoje é vendida em posto de gasolina. Que relação tem álcool com volante? Nenhuma! Quantas pessoas... Chegue agora ali no Sarah Kubitschek e o senhor vai ver quantas pessoas lá estão tratando, amputadas, por causa de álcool no volante.

Com relação a esses jogos, a Senadora Damares mostra aqui uma lista.

Então, o melhor, neste momento, para que se possa andar com coerência, para chegar a algum ponto de minimizar – porque resolver não vai –, será um relatório robusto, que nem o próprio Ministério Público tem gente disponível ou tecnicamente preparada para analisar. Ele vai ficar *ad aeternum* por lá. E o cara que é o dono, o criminoso-mor, vai ficar morrendo de rir, porque ele nunca vai chegar a lugar nenhum. Digo ao senhor por quê.

E peço à Senadora Soraya, como Relatora, e ao senhor também, como Presidente, que oficiem ao Presidente Pacheco, para que libere parte do relatório da CPI da Pedofilia. Nele está um termo de ajuste de conduta com as operadoras de telefonia, para que crimes contra crianças sejam resolvidos em 24 horas, porque quando você pede uma quebra de sigilo, parece que é seletivo: eles vão corrigir quem é o nome de quem, quem é filho de quem, se é parente de quem; e, seis meses depois, eles dizem: "Não encontramos". Como você não encontra o IP de um computador, se tem que ter linha telefônica? Você tem que achar! Achou, é a linha telefônica. "Mas nós não encontramos." Mas eles foram obrigados na CPI... Eles foram convocados. Disseram que não vinham, e eu convoquei debaixo de vara, para que eles viessem, coercitivamente.

Assinaram um termo de ajuste de conduta para que, em crime denunciado pela autoridade – Ministério Público ou investigação do delegado ainda no inquérito antes de ir para o Ministério Público para a denúncia –, seja entregue em 24 horas. Nunca cumpriram.

Os operadores de cartão de crédito assinaram aqui – peça também – esse termo de ajuste de conduta.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se joga com o quê, no tigrinho? Se joga com o quê? Só com o seu CPF? Não! O CPF é um instrumento que eles ficam com eles; eles identificam os CPFs, acumulam os CPFs e abrem empresas com CPFs alheios. Essas pessoas, que já foram identificadas – é uma matéria aqui do *Estadão*, e a Senadora Damares colocou aqui –, são pessoas do Bolsa Família, que estão ricas com empresas... Elas nem sabem como é que foi feita essa empresa! Elas jogaram, pegaram o CPF de uma pessoa não identificada e criaram uma empresa laranja.

E tem também já a denúncia de que essa lista, os listados do Bolsa Família no Brasil, tem servido como laranjas para jogos das *bets* chinesas. É um alinhamento da China com o Brasil – isso nós sabemos. É um alinhamento do Brasil com a China. Isto nós sabemos: que o Brasil é um puxadinho da China hoje. Então, como que nós vamos fazer para impedir o crime cibernético, se ele pode vir de lá? E a inteligência dos chineses é muito maior. Eu me lembro de que foi um grupo de Senadores, aqui, uma época, visitar a China para uma exposição, eles queriam fazer uma interação com a Embraer. E eu dizia na tribuna: "Cuidado, porque, daqui a pouco, eles vão começar a vender avião falsificado, porque eles falsificam tudo". Esse alinhamento às *bets*... E aí brasileiros aqui do Bolsa Família disseram que cederam o CPF para pessoas chinesas, e essas pessoas se tornaram laranja.

Então – eu do lado de cá, você do lado pior –, a gente fica pensando: "Meu Deus, posso fazer o meu maior esforço, o meu melhor, a gente não dispõe de...". Aí a conversa fica só técnica mesmo: "Estamos falando com ministério tal, ministério tal, ministério tal". É tanto que eu recebi a informação de que ontem... Ontem foi dia 5, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – No dia 5 – ontem foi 9 –, no dia 5 de dezembro, foi a nomeação do novo Coordenador de Fiscalização de Promoções, que é o Sr. Rodrigo Simões Lopes. É por conta de que a sua estrutura não estava dando conta, e esse rapaz tem uma capacidade, foi trazido para tal? Ou – aí eu dou um conselho, o Senador Humberto falou por alto – ninguém vai entender, ninguém vai entender que autorizadas não é autorizadas. Não tem contorcionismo jurídico que mude isso: autorizado só cabe em autoridade autorizada, na linguagem, na vida, aqui, na Terra, no além, entendeu? Autorizadas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora. *Fora do microfone*.) – Meio grávida.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É, meio grávida, entendeu? Quase gol, entendeu? Quase campeão. Não existe. Autorizadas é autorizadas.

Quer ver uma coisa? Esta CPI foi instalada por quê?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Porque foi autorizada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Por quem?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Pelo Presidente do Senado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Que leu, e o conjunto dos Srs. Senadores votou e autorizou. Ela não funcionaria sem autorização.

O que está lá no termo é melhor reconhecer, Secretário, de que houve um erro, um momento de fraqueza e se desculpar por tal, porque não há contorcionismo jurídico... E aí a palavra "adequação" virou uma laranja da palavra "autorizados": "Não, para adequação". É adequar primeiro que depois eu autorizo, é adequar que eu autorizo, mas está invertido. Aí só falta chover para cima, porque aí ninguém consegue entender mais nada.

Eu, no seu papel... E nós vamos fazer de tudo aqui no Senado para que... A complexidade é tão grande desta CPI... Eu já passei por isso tudo.

E o Brasil hoje, só uma informação para você, continua sendo o maior consumidor de pedofilia do planeta pela internet. Paga com quê? Como é que paga? Cartão de crédito, cartão de crédito. E saltou, depois que chegaram as *bets*, de estar entre os três maiores abusadores do planeta... Saltou para o primeiro, porque a criança que aprende a jogar, o adolescente que aprende a jogar aprende a comprar pornografia infantil também. O adulto muito mais – o adulto muito mais! Já estamos vivendo num mundo, num submundo em que os usuários do jogo, os viciados já são maiores do que os viciados e cheiradores de pó no Brasil. Então, o que vai gerar de lucro disso? Desgraça, choro, sangue, queiram ou não.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participei da criação do Coaf, quando Presidente da CPI do Narcotráfico – eu era Deputado Federal –, e foi a esposa do Dr. Jobim, Ministro Jobim, ex-Ministro Jobim, a Doutora... Nos ajudou, e também nós ajudamos o grupo de trabalho a preparar o Coaf.

Então, os meus comentários, Senador Hiran, por entender esse mundo cibernético que eu acabei, em 2006, começando a entender com a ajuda da SaferNet... E agradeço muito ao Dr. Thiago... Aliás, gostaria muito que o senhor convidasse o Dr. Thiago para assessorar a CPI – Thiago, da SaferNet. E certamente ele já tem mais dados do que se pensa com relação a este assunto, e seria muito importante que vocês o ouvissem também. Foi quem ajudou também a criar o marco da internet, e me lembro que naquela ocasião a luta era com o Google. E o Presidente da Google, convocado por mim, não veio.

O senhor veio... Convocado ou convidado?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Convidado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Veio convidado. Quem está acima do senhor? O Ministro? Ele o autorizou a vir?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – O Ministro sabe do meu...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas ele o autorizou?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Sim.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Porque autorização é uma coisa só.

Não precisa comentar.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Eu faço questão, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, mas é que não tem como. Autorização é autorização, não tem como.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não, é que eu concordo, eu só queria deixar claro que eu concordo...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, não é que ele autorizou, e o senhor se adequou e veio. Não existe isso. Não tem para lá para cá. É "lá e lô". Isso aí... Já jogou dominó?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Já.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu dei um "lá e lô" em você agora. (*Risos.*)

Então... Não, sério. Essa posição aí é muito ruim, porque os daqui têm que investigar, porque é uma CPI que investiga. E CPI que também...

E eu quero pedir ao Presidente, Senador Hiran... Não sei quais as providências estão sendo tomadas, porque o Ministro André Mendonça, o terrivelmente evangélico, desmoralizou o instituto CPI nas duas Casas, quando ele concede a Deolane um *habeas corpus* para não comparecer, ou seja, desobedecer a um juízo, porque CPI tem poder de Justiça e de polícia. Como é que um Ministro autoriza alguém que está sendo convocado a desrespeitar e não comparecer?! No máximo, por conta da Constituição – e isso nem precisa –, é dizer à pessoa: "Você não precisa falar nada". O senhor, como juiz, tem a obrigação de dizer à pessoa: "Olhe, você não tem a obrigação de falar nada" e tal. Nem precisa ir atrás de *habeas corpus*. Agora, um Ministro dar um *habeas corpus*, Senador Marcos Rogério, dizendo à pessoa para desobedecer a CPI... Aí eu não sei mais. O instituto está desmoralizado. Não sei que tipo de providência...

Só, Senador Hiran, quero desejar boa sorte. Não sou membro desta CPI, mas, entendendo a gravidade, a profundidade a que ela vai ter que ir, vai ter que renovar o seu prazo – vai ter que renovar o seu prazo... Vocês não vão dar conta de tanta coisa – não vão dar conta. E o crime é cibernético, não há instrumentos. Não há instrumentos, o crime é cibernético. Agora, porque não há instrumentos, ele é cibernético, ele está... Para mim, crime não tem que ser legalizado, crime tem que ser criminalizado e enfrentado. Aí, teremos mais facilidade de minimizar o problema e não fazer a legalização.

É porque o que parece, com esta de adequação, é o Governo fazendo renúncia fiscal – é fazendo renúncia fiscal. Quando você faz renúncia fiscal, você beneficia quem? Alguém é beneficiado com renúncia fiscal. Então, o termo "adequação" é renúncia fiscal – é renúncia fiscal.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica aqui a experiência que vivi quando quebrei o sigilo da Google. É porque o senhor tem poder para isso, a CPI tem poder para isso. E eles contrataram Márcio Thomaz Bastos, para o senhor ter uma ideia, mas, mesmo assim, eles foram obrigados a entregar todo o material, Senadora Soraya, em discos rígidos que nós não pudéssemos abrir no Brasil. A gente não tinha conhecimento de crime cibernético. A Polícia Federal não tinha o instrumento que tem hoje, nem a legislação que tem hoje para isso, para crime cibernético, dessa violação de abuso de criança, que ocorre dentro do jogo também. Então, sugiro que os três termos de ajuste de conduta que estão lá, feitos pelo operador de cartão de crédito, pelo operador de telefonia... Eles são obrigados, porque é concessão o serviço, certo? Eles assinaram termo de ajuste de conduta. Que outro termo de ajuste de conduta seja assinado por eles... Quando a senhora cita a Anatel... A Anatel é agência, e os outros são concessionários. E um concessionário está recebendo um benefício do Governo.

Agora, o triste é que a gente nem tem efetivo, nós não temos gente preparada... Para analisar um relatório dessa envergadura, de uma CPI como esta, o corpo técnico tinha que ser técnico de verdade nessa área. E aí, por isso, eu estou indicando que seria muito bom para a CPI que vocês convidassem o Dr. Thiago, da SaferNet, para que ele possa assessorar, se ele aceitar. A mim ele aceitou assessorar. Conhecedor fantástico, que deve estar informado de números com relação à causa da criança principalmente, que é onde ele trata – é a chamada SaferNet. E poderia ser muito útil para o seu ministério também o Dr. Thiago. É possível até que já tenha sido consultado, não sei, pela envergadura e o tamanho que tem o Dr. Thiago.

Então, Dr. André, sugiro que melhor é assumir, dizer assim: "Um técnico errou, botou 'autorizado', e não estava autorizado". Porque não tem contorcionismo jurídico que se faça que mude a palavra "autorizado". Está autorizado. Se está autorizado, está autorizado. Acabou. Está autorizado até que você se adequar? Não, está invertido: vá se adequar primeiro que eu autorizo.

Então, não vou lhe fazer nenhuma pergunta. A pergunta... Tudo o que o Senador Humberto perguntou é pertinente, pertinente... Ele poderia nem ter vindo aqui, porque ele é Governo, ele podia ter... E tudo que ele perguntou é tudo o que a sociedade civil quer, mas é o Governo que está tentando, de todas as formas, batalhar para fazer uma adequação que,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente... Infelizmente, ou a gente criminaliza o crime, ou nós seremos todos levados a rodo pelo próprio crime.

A minha palavra... Acho que essa questão da adequação... Mude isso, tire isso, assuma como erro. Isso não é feio. Minha mãe dizia que só os tolos não mudam. Isso não é feio. Porque quem autorizou. Acabou. Está autorizado. O cara disse: "Olha, estou operando porque estou autorizado". É você que vai agora...? Não, mas você tem até 1º de janeiro. É renúncia fiscal? Em favor de quem? Então, ficam muitas perguntas no ar – muitas perguntas no ar. (*Pausa.*)

Quer um aparte? Pode ficar à vontade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está bem. Eu já estou encerrando.

Eu queria dar esta contribuição, mesmo não sendo membro. Sei que...

Espero que vocês renovem o prazo, porque o prazo da CPI... Ela não tem como dar uma contribuição significativa para o Brasil sem aprofundar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Magno Malta. Eu quero ressaltar a V. Exa. que a sua presença aqui, com a sua experiência, com a sua vivência, a sua sensibilidade, o seu compromisso com o país, com as pessoas em vulnerabilidade... Você enriquece a nossa CPI. Seja sempre muito bem-vindo.

Quero passar, em seguida, a palavra ao meu querido amigo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... antes de passar a palavra ao eminente Senador Angelo Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Rogério.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Nós estamos na iminência de começar a Ordem do Dia no Plenário e, quando isso acontecer, nós não poderemos deliberar no âmbito desta Comissão.

Eu faço uma questão de ordem a V. Exa.: se não seria possível a gente deliberar os requerimentos que temos. E eu tenho, inclusive, o pedido que já tinha falado com V. Exa. do extrapauta no 256, o requerimento de minha autoria. Que a gente pudesse deliberar neste momento. E, na sequência, não há prejuízo em continuar a oitiva com a Ordem do Dia, mas a votação não seria possível.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Rogério, eu queria propor, porque nós temos aqui mais de 100... (*Pausa.*)

São 107...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Podemos votar de forma global, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... requerimentos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora. *Fora do microfone.*) – Mas estava na pauta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Oi?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Foi publicado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse foi publicado. Só um, o 256, que queria...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E, como já se iniciou a Ordem do Dia, eu quero propor o seguinte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ainda não, Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A Ordem do Dia, não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu quero propor o seguinte: na próxima semana, como vai ser a última semana da Casa, que nós façamos duas sessões, na terça e na quinta. Pode ser?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, a próxima semana a gente não sabe se vai ter...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A semana que vem, provavelmente, deve ser...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Se quiserem, posso fazer uma na quinta-feira e na terça.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agora?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Na quinta agora. Podia ser.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, podemos na quinta-feira? Esta semana tem esforço, acho que é o.k.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Porque, de repente, a reforma tributária não vamos conseguir.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu estou aqui à disposição de vocês.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu quero aqui até dar ciência às Sras. e aos Srs. Senadores que, conforme eu informei em uma das primeiras sessões, eu havia falado com o Presidente do Banco Central, e ele já se prontificou. Ele está chegando

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui... Chegou ontem. Ele estava no exterior. Ele disse: "Olhe, eu estou à disposição. Na hora em que vocês quiserem, eu vou para falar sobre o impacto disso na economia do nosso país". Eu acho que vou estar com ele amanhã à noite e até vou acertar com ele uma data para que ele venha aqui para falar sobre essa questão dessa atividade no nosso país. Eu acho muito importante a presença dele.

Agora, volto a propor a V. Exa.: podemos então votar na quinta-feira?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Regimentalmente, não é possível.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... esta semana é uma semana bem atípica para nós. Nós vamos votar autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vai ser atropelar. Vai ser uma semana... Todas as semanas aqui vão ser sobrecarregadas, até o final. Todo dia vai ser brabo, mas se vocês quiserem... Estou à disposição na terça, na quinta agora, na terça, na outra quinta. Estou à disposição. Não tem problema.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – É, de madrugada...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu acho que a Eleusa vai reclamar da sua ausência de madrugada, porque a Eleusa, uma mulher apaixonada, vai sentir muito sua falta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu penso, Sr. Presidente, dos requerimentos que tem aqui, muitos requerimentos que estão aí são na direção da instrução da CPI. Nós vamos ter um período, agora, de recesso em que a entrega desses documentos vai acabar acontecendo justamente nesse período. Ao voltar para cá, se nós não votarmos isso hoje ou, no máximo, na quinta-feira...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É, nós não vamos votar hoje, porque, regimentalmente, não se permite, mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, a assessoria está dando uma informação a V. Exa. que não confere. Eu estou... O Presidente iniciou a sessão, mas não iniciou a Ordem do Dia. Com todo o respeito à assessoria. Estou acompanhando ao vivo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A assessoria não pode me assessorar errado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A Ordem do Dia o Presidente anunciou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, a minha assessoria está errada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O seu celular está com *delay*.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, então, eu peço que inclua o extrapauta dele...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, está incluído. Está incluído.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – ... e publique o meu extrapauta também.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Todos os extrapautas estão incluídos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quinta-feira então, Presidente?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Está todo mundo de acordo com quinta-feira?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Mas tem que publicar. O que eu vou pedir, eu quero a convocação do Presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, e de todos os demais que nós protelamos esse tempo inteiro, e não há razão de ser. Todos estão aqui, respondendo aqui. A gente já teve toda a paciência.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O que está acontecendo é o seguinte: nós temos, nós já temos muitos requerimentos de convocação aqui e de convites aprovados. Nós vamos precisar, inclusive, conforme sugestão do nosso querido Magno Malta, nós vamos prorrogar esta CPI por muito tempo, porque nós vamos ter que ouvir muitas pessoas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, nós vamos fazer uma CPI das assessorias. A assessoria acabou de dizer: "Não começou". Mas, enfim, V. Exa. anunciou para quinta-feira.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Dá para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, é porque...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Qual é a diferença?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Tem cinco assessores ali que estão me informando que já começou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu vou olhar o horário, Sr. Presidente, e depois nós vamos colocar nos *Anais* da CPI isto como um episódio...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Quase começou a Ordem do Dia. Se começou, a gente risca dos *Anais*.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está igual à autorização do Ministério da Fazenda. Está autorizado, mas não está.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou passar a palavra para o Senador Angelo Coronel...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – A gente risca dos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... e já está aqui previamente agendada a nossa próxima reunião para a próxima quinta-feira.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu gostaria só de agradecer a presença da Marina e da Melissa, lá atrás, queridíssimas, jovens e tão preocupadas com o nosso país. Parabéns!

Obrigada, Senador Angelo Coronel.

Obrigada, meninas, pela presença, viu?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sejam muito bem-vindas!

E, Senador Coronel, eu estava assim, eu sempre fui muito preocupado com a questão da ludopatia, da dependência de jovem ao jogo. Semana passada, eu estive num evento em São Paulo, e um amigo meu, que é fazendeiro no interior de São Paulo, falou que o filho dele, Senador Magno Malta, perdeu em jogo R$2 milhões – R$2 milhões. Ele disse, inclusive... Eu até pedi para ele vir à Comissão para contar o drama desse jovem, não sei se ele vai vir, é uma pessoa muito conhecida, mas eu pedi para ele ver se oportunamente virá aqui para falar um pouco dessa experiência aí, dessa dependência absoluta que o filho dele desenvolveu em relação a jogo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Se eu pudesse dar uma sugestão a V. Exa., Senadora Soraya, que fizesse uma audiência pública só para ouvir essas pessoas viciadas, que perderam tudo, familiares, acho que essa é uma coisa... Veja, quem ganha com isso, gente? É só destruição, só quem ganha é um monstro que está do outro lado, que faz

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o comando de tudo. Se você criminaliza, você tem um monstro para focar. Agora se não criminaliza, legaliza, você não vai ficar tapando buraco de rato sem matar o rato.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Com a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidenta Relatora.

Eu queria cumprimentar o Secretário Regis, também cumprimentar aqui todos os colegas, colegas, imprensa, visitantes.

Eu vou começar fazendo uma polêmica. Eu sou botafoguense, na Argentina, teve um torcedor que infartou quando o Botafogo foi campeão. Então, em todo esporte, há os riscos também e tem os seus malefícios e benefícios. Tem pessoas que gostam de jogar no bicho. Eu, por exemplo, quando acordo, penso assim, cachorro, cobra, leão, já sei qual é o número, vou lá numa banquinha para fazer minha pule. Eu acho que isso é cultural no Brasil. Tem gente que não gosta, paciência. De vez em quando eu dou uma sortezinha assim, mas não é muita, não. Tem pessoas que gostam de futebol, tem pessoas que são viciadas em álcool, são alcoólatras. Então, essa questão do vício realmente é um problema que acontece no nosso cotidiano.

Eu encaro, por exemplo, o jogo, já disse aqui, como uma atividade econômica, também respeitando aqueles que discordam. A OCDE, que reúne as maiores potências do mundo, nós temos hoje a Arábia Saudita, com parte legalizada, parte ainda não, e, se não falha a memória, eu acho que a Indonésia também não legalizou. Os demais países estão com seus jogos legalizados. Chega a Itália praticamente a ser quase 1% da receita dos jogos, faz parte do seu PIB. Então, o que não pode é deixar os jogos campeando no Brasil livremente, sem ter regulamentação, sem ter fiscalização, porque aí realmente a coisa fica, a meu ver, literalmente sem critérios.

Então, eu tenho sempre perguntado aqui por que o Governo, Sr. Regis Dudena... Nós aprovamos esse projeto de origem do Governo, passou pela Câmara, eu fui designado Relator, e, se não me falha a memória, estamos beirando um ano, vai fazer um ano sem o Ministério da Fazenda dar celeridade para saírem as suas portarias e legalizar em geral, como se diz na gíria.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico assim a perguntar: interessa a quem essa protelação? Porque o Governo quis os jogos para gerar receita, que está aí, está cada dia chorando mais, minguando mais, implorando mais que o Congresso aprove até aumento de impostos, para que faça jus às suas despesas.

Então, eu queria perguntar ao Secretário Dudena, para iniciar aqui, são quatro perguntas rápidas: a quem interessou, a quem interessa passar quase um ano sem essas portarias, sem essa regulamentação? Porque, quando veio para relatar, pediram pressa. Não adiantou nada. O senhor tem... Eu sei que não é da sua época, o senhor já entrou com o bonde andando, mas talvez o senhor tenha ouvido pelos corredores qual foi o problema da demora nessa legalização.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Obrigado, Senador, pela pergunta.

Se me permite, eu só queria rapidamente visitar aqui a fala trazida anteriormente pelo Senador Magno Malta, em relação ao período de adequação, que tem uma relação direta com a fala e com a pergunta trazida V. Exa., Senador Angelo Coronel, que é a previsão de um período de adequação. Como eu mencionei aqui mais cedo, o nosso entendimento, o meu entendimento como um técnico que trabalha com regulação, é de que existe um equívoco em você primeiro legalizar um setor e deixar com que ele atue sem regulação e depois tentar regular. Existe uma dificuldade gigantesca quando esse movimento é feito. E parece-me muito equivocado.

Então, quando houve a legalização dessa atividade em 2018, prevendo-se que haveria uma regulação com prazo, inclusive previsto lá na lei de 2018, de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos, e essa regulamentação não foi feita, isso foi um dos grandes gatilhos do problema. E como eu já tive a oportunidade de falar, a convite também do Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, no Plenário, no caso do PL que está em tramitação, de cassinos e outros jogos, eu entendo também que esse erro não pode ser cometido novamente.

Então, eu concordo plenamente com V. Exa., que seria desejável primeiro termos uma regulação, para que depois essa atividade fosse permitida. O fato histórico é que não foi assim que ocorreu na sociedade brasileira. A legalização veio antes, em 2018, houve quatro anos de atividade sem regulamentação devida, e depois desse período de quatro anos, quando o Governo assumiu, entendeu-se pela necessidade de um período de revisão da lei, porque era

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma lei insuficiente para a proteção de tudo aquilo que precisava ser protegido. E a partir de uma medida provisória, de um projeto de lei de autoria do Executivo federal, que nós chegamos a essa lei relatada pela V. Exa. no Senado. O que essa lei determina? Um período de adequação. É uma determinação legal prevista lá no parágrafo único do art. 9º, já mencionado aqui anteriormente, reconhecendo que as empresas em atividade no Brasil precisavam ter um período de adequação.

O primeiro ponto aqui, do ponto de vista da legalização, que eu acho importante mencionar é: a legalização em si da atividade está no âmbito de competência do Congresso Nacional, e o Congresso Nacional decidiu por essa legalização. Então, não nos cabe aqui entrar na discussão de se deveria ou não ter sido legalizado, isso está no âmbito deliberativo do Congresso Nacional. Uma vez legalizado, uma vez ampliado o regime legal, o que foi feito pela lei sancionada em dezembro, e a memória de V. Exa. não lhe trai, de fato, foi em dezembro do ano passado que essa lei foi aprovada no Congresso e sancionada dia 28 de dezembro, essa lei prevê um período de adequação. E se, de um lado, é possível criticarmos esse período de adequação, de outro lado, o que foi feito no Ministério da Fazenda nesse período foi se utilizar desse período de adequação para fazer tudo que aqui apresentei mais cedo. Então, nós editamos diversas portarias temáticas, que começaram a ser editadas em fevereiro deste ano. As portarias todas que foram publicadas, de teor normativo geral dos setores, foram publicadas até julho deste ano. Então, foi utilizado esse primeiro semestre, de fato, para o incremento regulatório. E tudo aquilo que foi feito foi feito nesse período.

De lá para cá, o que é que nós estamos fazendo? Avaliando os pedidos de autorização. Mencionei mais cedo aqui, nós já passamos dos 300 pedidos de autorização, sendo que nós temos 114 pedidos que nos chegaram até dia 20 de agosto deste ano, que são aqueles pedidos que nós nos obrigamos a dar uma resposta ainda no exercício de 2024. Para cada um desses 114 pedidos, são exigidos cerca de cem documentos, que estão sendo avaliados pelas áreas técnicas, ou seja, nós temos mais de 11 mil documentos que estão sendo avaliados.

Então, respondendo objetivamente à pergunta de V. Exa., Senador, esse período, que de fato, nós temos muita pressa, foi utilizado para a regulamentação do setor, para a constituição de um processo de autorização, que está na sua fase final, e, a partir do dia 1º de janeiro, toda a plenitude dessa regulamentação e da lei aprovada por esta Casa e sancionada pelo Presidente

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrará em vigor. Então, a quem interessava o período de adequação, eu não posso dizer, porque isso é uma deliberação que entrou por meio de emenda parlamentar no projeto de lei. O que eu sei é que interessa ao interesse público, é de interesse público a atuação que foi feita por comando do Ministro Haddad no Ministério da Fazenda, de editar todos esses atos normativos que aqui apresentei mais cedo, de construir um processo de autorização robusto para a identificação dessas empresas e, nesse período de adequação, que está lá na lei, no seu parágrafo único do art. 9º, o que nos foi possível foi fazer uma diferenciação. E aqui, Senador Magno Malta, se me permite, eu concordo plenamente com V. Exa., que não há meia adequação. Por isso que eu insisto recorrentemente: não foi dada nenhuma autorização até agora. As autorizações serão dadas no final de um processo de autorização que se encerra no próximo mês.

Se há um erro, e esse eu assumo de público, é a comunicação do Ministério da Fazenda, usar a palavra, "atecnicamente", autorização. O que nós estamos é num momento em que essas empresas, por força do que dispõe a lei, estão em período de adequação.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Secretário, só porque eu ouvi pouco aqui. Quantos pedidos de licença até então?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Nós tivemos, até a data de ontem, foi o último momento em que eu apurei para trazer para esta CPI, 320 pedidos, até o dia 09/12. Há uma data relevante aí, que é a data do dia 20 de agosto, que é desse primeiro ciclo de autorizações, que terão resposta se cumpriram a sua parte do processo de autorização ainda no âmbito de 2024, de 114 pedidos.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E quantos já aprovados?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Nenhum pedido chegou já ao final. Nós estamos numa fase de notificação das empresas que cumpriram todos os requisitos iniciais, esses cem documentos que mencionei mais cedo, e elas são notificadas para cumprimento dos requisitos finais, que são, em regra, aqueles associados a questões financeiras, integralização do capital, pagamento da outorga, constituição da conta reserva e demonstração de origem do capital. Então, dessas 114, 71 empresas já foram notificadas para cumprimento desses requisitos finais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Trezentas e vinte empresas, nós estamos falando aí de nove...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nove bi. Já fiz a conta aqui.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já fez a conta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não precisa nem o Governo fazer...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nove bilhões...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Com atividades.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... deixou o Brasil de arrecadar, por morosidade do ministério. Vamos ser realistas. Vamos ser realistas, porque, se não tem corpo técnico para analisar, se contrata, até para dar celeridade. Porque nós estamos falando aí não é de 9 milhões, são 9 bilhões, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Angelo...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Só uma pontuação. Aí não precisava fazer nem nada de corte de gastos com 9 bilhões, não é? Agora...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já pagaria as emendas parlamentares, porque essa é a briga com o Governo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas, veja: o problema é se colocar na suspeição. Estão fazendo uma renúncia fiscal até dia 31.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Total.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Para favorecer quem? Essa que é a pergunta, Senadora Soraya...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É... Essa renúncia fiscal...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, olha...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... de quem está querendo taxar tudo, taxar tudo – "taxa tudo, taxa tudo, taxa tudo, taxa tudo, taxa à vontade, taxa tudo", e está fazendo renúncia fiscal de 9 bilhões.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Senadora falou, e já falou na outra reunião, de cobrar retroativo, mas, se a empresa não tem cunho legal, não tem o CNPJ, ela não tem nem como retroagir para pagar.

Eu sempre digo: o que não é legal é ilegal. Então, se não tem uma norma, o empresário que quer bancar o jogo não tem culpa, se não tem uma norma ainda expedida no país.

Aconteceu muito isso em Portugal. Em Portugal, os jogos deram muito lucro para a coroa portuguesa. Quando chegou, foi tanta legalização, tanta lei, tanta portaria, que o que aconteceu? Todos os *players* foram embora de Portugal. Agora, Portugal está tendo o jogo bancado clandestinamente, porque, simplesmente, foi muita escorcha, muita portaria, e terminou o jogo não vingando.

Eu acredito até que tem alguém contrário realmente à legalização dos jogos, porque realmente é um tema muito dividido no país, para que essas empresas, que são empresas listadas em bolsa, a grande maioria são empresas potentes... Tem uma dessas empresas que parece que a dona é a mulher mais rica do mundo, para vocês terem uma ideia. Realmente é um segmento que é muito rentável, provavelmente para os bancadores e também para quem arrecada.

Agora, Sr. Dudena, faltam menos de 30 dias para o final do ano. Considerando que as portarias levam dez dias, prevê aí dez dias para complementação documental, mais 15 para

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recurso administrativo e 30 para pagamento da outorga. Como é que ficarão essas empresas que não tiverem seus pedidos analisados? Vão continuar jogando a partir de janeiro?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Não.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas a culpa não é deles...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Os processos...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... a culpa é do Governo.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Os processos...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Espera aí, deixa eu complementar.

A culpa está sendo do Governo, porque, se eles deram entrada e não foi analisado, a culpa deixa de ser da empresa...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Vão judicializar e vão continuar fazendo sem pagar imposto.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... passa a ser do Governo, então o Governo passa a ser cúmplice dessa não legalização...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É simples...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... dessa não celeridade na legalização.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É simples...

É simples: judicializar... A culpa não foi deles, eles vão continuar sem pagar nada e fazendo evasão de divisas.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Enquanto isso, 12% de GGR deixam de entrar, do lucro líquido, para os cofres do Governo, que

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serão para educação, serão para Polícia Federal, serão para prevenção à ludopatia. São 12 itens que estão no projeto que nós relatamos. Esse dinheiro está deixando de entrar no Brasil já há um ano e, pelo que eu estou vendo, nós vamos passar o ano 2025 também sem legalizar aproximadamente 300 *bets* que estão aí. E acredito que tenha mais de 300. No Brasil deve ter mais de 3 mil *bets*. Aqui nós estamos lendo 300 *bets*, devem ser aqui só o suprassumo, as grandes.

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Meu querido Senador Angelo Coronel, depois de ver o que circula em termos de dinheiro nessas *bets*, eu estou tendo uma grande dificuldade em casa. Meus dois filhos estão fazendo internato de medicina, e eles chegaram para mim e disseram: "Papai, não é melhor a gente fundar uma *bets*, essa tal de *bets* aí? Porque é melhor do que ser médico".

É um absurdo o negócio, olha: 5% a título de outorga permanente na Loterj, 2,5% de ISS para o Rio de Janeiro, PIS-Cofins, Contribuição sobre Lucro Líquido, Imposto de Renda para a União, 43%, quer dizer, a Loterj regulamentou lá os jogos. A gente podia ter feito isso aqui.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Essa grade de impostos aí, todas serão... Tanto as *bets* que vão ser abertas no Paraná, em Minas Gerais, na Bahia e a nacional... A nacional também vai pagar os 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, vai pagar o adicional de imposto de renda de 10%, vai pagar mais os 15% de Imposto de Renda e vai pagar o PIS-Cofins. Evidentemente, não sabemos como é que vão ficar as *bets*, os jogos em si, com a reforma tributária, que ainda está omissa. Está meio nebuloso.

E a questão do ISS também, em cada município em que uma *bet* for registrada nacionalmente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Dois e meio por cento.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... também vai ter um *pro rata*, porque nenhum município vai querer abrir mão também de suas receitas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Sr. Dudena, existe algum plano B para agilizar essa expedição dessas licenças para podermos chegar já em janeiro e não termos, de novo, uma frustração de receita, uma renúncia fiscal?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Então, Senador...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não aguento mais votar para aumentar imposto. Agora, com o filé na mão, com o queijo na mão pronto, é só a celeridade.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Senador, o que é importante ser entendido aqui? Nós criamos um procedimento para garantir que aqueles que pediram autorização até 20 de agosto serão respondidos ainda este ano. Esse procedimento vai ser cumprido e as empresas que cumpriram...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quantas foram de agosto para frente?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Cento e quatorze.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Cento e quatorze?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Nós tivemos 114 até agosto e as demais, depois de agosto. Para as que pediram depois, existe um procedimento. Esse procedimento tem um prazo de análise do Ministério da Fazenda. Esse prazo, dada a complexidade, é um prazo de 150 dias. Então, todas as empresas têm um prazo de 150 dias para terem as suas respostas pelo Ministério da Fazenda.

O procedimento para as empresas iniciais será concluído ainda este ano. O procedimento para as demais, em 150 dias a partir da data do seu pedido. E aqui a atenção que nós temos, dada toda a complexidade que tratamos nesta manhã e início da tarde de hoje, é avaliar, de fato, cada um desses pedidos.

Então, todas essas exigências que foram genericamente propostas pela lei e detalhadamente previstas nas portarias precisam ser controladas. E é por isso que a gente

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa, de fato, de um período de análise desses pedidos de adequação, um período, por exemplo, se comparado com outras jurisdições, não divergente. Se a gente pegar outros setores regulados no país, e aí pensando aqui, por exemplo, em instituições do Sistema Financeiro Nacional, o período que o Bacen leva para análise de uma instituição é muito maior do que esse. O que nós tentamos é criar um procedimento robusto, sério, de análise concreta e técnica para saber se essas empresas estão ou não habilitadas a prestar esse serviço cumprindo a lei e cumprindo a regulação.

O que nos cabe? Tendo esse procedimento, cumprir os prazos. E aí tanto o prazo desse procedimento original – essas 114 terem uma resposta até o final deste ano... A partir do dia 1º, é claro, na nossa normativa, porque passam a viger completamente a lei e os demais atos infralegais a partir de 1º de janeiro, de modo que a exigência de autorização prévia passa a valer a partir do dia 1º de janeiro, então as empresas que vieram a pedir num segundo momento terão a sua resposta dentro do prazo de 150 dias. Se essa resposta se dá já no curso do próximo ano, a empresa terá que aguardar até a resposta definitiva do Ministério da Fazenda e, só naquela hipótese de autorização, ela poderá atuar.

Isso é o que nos cabe no cumprimento da lei, da regulação da lei e da aplicação da lei. Eventualmente, decisões do Judiciário que falem o contrário, isso obviamente não está no nosso controle. O que nos cabe é, de fato, ser criterioso nessa outorga de um serviço público prestado por terceiro em nome do Estado.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É... O que eu fico surpreso, Dudena, é que eu vejo a cada dia a dificuldade, pelo menos expressada pelo Ministério da Fazenda, da falta de recursos. Todo programa que você vai procurar, dizem: "Olha, não podemos atender por falta de recursos". E a gente, tendo uma matéria dessa natureza, altamente rentável... Acredito que vai ser um dos itens que vai gerar mais impostos para o Brasil, como gera em outros países do mundo. Não vai ser diferente; aqui todo mundo é gente.

O Brasil, com certeza, não tenho a menor dúvida, deverá ser o primeiro país, o campeão dos jogos no mundo. A mesma coisa do WhatsApp, que a gente disputou, Índia e Brasil, vai ser a mesma coisa nos jogos: vamos disputar Brasil com Reino Unido. E eles lá têm celeridade para

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrar esses recursos. E aqui o Brasil, capenga... Apesar de que quero até tecer loas à sua pessoa, porque não é culpa sua. Acredito que você deve já ter recebido o cardápio do prazo, é natural, e você não vai poder ir de encontro aos superiores, apesar de que eu acho que você deve até tensionar e questionar. Por você ser uma pessoa jovem, conhece já o segmento, pelo que eu vi aqui no seu depoimento, e vai dar muita importância para isso.

Agora, é impossível, Senador Hiran; é impossível aceitar essa morosidade por parte do Governo.

Agora, para concluir, Sr. Dudena, como está sendo avaliada a questão de idoneidade dos administradores das empresas?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui, complementando inclusive a fala anterior de V. Exa., esse é um dos motivos por que a gente precisa de tempo para fazer essa análise. Então, se é verdade que, ao olhar o pedido, ao olhar o número de 320 empresas que pediram, esse número cresce, e aí vem uma multiplicação fácil de pensar e chegar a esses 9 bilhões, o que nos cabe, como secretaria a quem cabe a competência de autorização, é não olhar os benefícios, por exemplo, fiscais. Não nos cabe olhar as nossas análises no olhar da arrecadação. O que nos cabe, sim, é olhar a nossa análise do ponto de vista técnico, regulatório, para identificar se essas empresas são aptas a prestar esse serviço.

E é importante ficar claro aqui também, reiterar o que eu disse inicialmente, que, quando entendemos o período de adequação previsto no parágrafo único do art. 9º da Lei 14.790, nós não entendemos ali como qualquer efeito fiscal. Não se trata de um período de adequação fiscal. O que nos cabe é entender esse período como um período de adequação da regulação. O que me cabe responder aqui é: estamos avaliando esses processos para ter certeza de que essa empresa pode de fato prestar esse serviço público em nome do Estado.

E aí, respondendo objetivamente à parte final da pergunta de V. Exa., um dos dispositivos é...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A idoneidade.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – ... a análise da idoneidade. E aqui...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Dudena, só um...

Antes que o senhor fale da idoneidade, Senador Coronel, Presidente, Relatora, eu recebi aqui de uma pessoa, de um nome que eu citei quando estava falando aqui... Ele mandou para mim aqui uma coisa que a gente esqueceu: não são 9 bilhões – ele está dizendo aqui –, "9 bilhões é apenas o título de outorga. Os impostos mensais dessas operações trariam para os cofres públicos mais de 30 bilhões por mês. Se considerarmos seis meses, estamos falando de 180 bilhões".

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A ser uma das maiores receitas do Brasil!

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Eu só reitero...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas vamos continuar com a idoneidade, porque eu estou curioso. Como é que vocês avaliam a idoneidade dos sócios dessas empresas?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Só... de novo, para ficar claro: o período de adequação é um período de adequação legal, que não deve se misturar com questões tributárias. O que nos coube é atender o que a legislação determina, que é dar esse período de adequação.

Em relação, especificamente, à idoneidade. Nós temos aqui algumas análises a serem feitas que nos levam, o seu conjunto, a chegar a uma conclusão de que se é possível reconhecer a idoneidade. Nós primeiro precisamos conhecer quem são tanto os acionistas, quanto os beneficiários finais desses processos. A gente faz internamente, na própria área de autorização, algumas análises sobre essas pessoas e sobre os documentos prestados por essas pessoas, para identificação de se há algum indício de desvirtuamento da sua idoneidade. Caso isso seja identificado, nós temos uma área responsável por monitoramento e fiscalização, como mencionei mais cedo, conduzida hoje por um agente cedido da Polícia Federal, que traz complementação de informações acerca das pessoas jurídicas e pessoas físicas envolvidas em cada um daqueles processos de autorização, nas hipóteses em que identificarmos algum indício de não idoneidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adicionalmente, o que temos feito é, em interação tanto com a Receita Federal, mas, sobretudo, com a Polícia Federal, pedido informações complementares que nos levem a concluir se, nesse momento, essas pessoas físicas e jurídicas envolvidas em cada um dos pedidos de autorização podem ter a sua idoneidade reconhecida. Se olharmos para o processo, a ideia é conseguirmos ir limpando, digamos assim, esses pedidos de autorização e, por isso, por exemplo, não é de se esperar que a plenitude dos pedidos vá resultar em autorizações. Aqui há diversos outros requisitos que precisam ser cumpridos, e um deles é a demonstração da idoneidade.

E, no final, ainda temos uma última oportunidade, porque, no momento de pagamento da outorga e de integralização do capital nessas empresas, a gente determina que essas empresas nos mostrem de onde veio o recurso. Nós teremos a oportunidade de ver se a pessoa que integralizou o capital naquela empresa para fim de pagamento da outorga tinha capacidade financeira de fazer essa integralização.

É a somatória desses elementos que vai nos fazer concluir se é possível entender como idônea para fins de outorga de um serviço público de aposta de quota fixa no Brasil ou não. Se não tiver, essa autorização será negada. Se tiver, junto com todos os outros requisitos, aí sim, nós teremos essa autorização outorgada pelo Estado brasileiro.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vocês seguem os preceitos constitucionais verificando fortemente a presunção de inocência? Ou passam o rolo compressor?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui é importante diferenciar dois elementos do conceito de idoneidade, para fins de direito administrativo, na outorga de serviço público.

Quando olhamos a idoneidade, o que nos cabe é entender se aqueles prestadores de serviços potenciais estão aptos a não colocar em risco a população. E aí, aqui, é um dever de tutela do Estado não deixar nos casos de dúvida razoável. Então, isso não se mistura, por exemplo, com qualquer efeito de condenação penal, qualquer efeito de processamento de uma pessoa ou de um grupo econômico envolvido. Aqui são duas dimensões diferentes. O que nos interessa é que – por ser, conforme previsto na lei, uma outorga de serviço público discricionariamente dada pelo Estado uma vez cumpridos os requisitos, e um dos requisitos é

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

idoneidade –, se tivermos dúvida legítima quanto à idoneidade, que será sempre baseada em pareceres técnicos da área que analisou, nós podemos, sim, não dar autorização.

Obviamente, em sendo um ato administrativo a negativa, esse é um ato administrativo que pode ser questionado por um processo administrativo, mediante recurso, e, aí sim, todas as garantias constitucionais precisam ser garantidas.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas se um sócio da empresa X tiver um processo que não foi transitado em julgado, aliás, ele não pode ser incluso numa lista de inidôneo, porque o processo dele ainda está rolando. Isso é questão da presunção de inocência.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Se me permite, Senador, aqui a gente tem, por exemplo, decisões do Supremo, ao tratar da outorga de autorizações no âmbito do sistema financeiro nacional, reconhecendo que, dada a natureza da prestação de serviço das instituições, por exemplo, do Sistema Financeiro Nacional, é legítimo o regulador, por dever de cautela, se antecipar e não permitir que, se tiver dúvidas razoáveis, baseadas num parecer técnico... E aí aqui isso visita toda a discussão que nós tivemos anteriormente sobre mecanismos de combate à lavagem de dinheiro. Se eu tenho elementos razoáveis para, neste momento, não permitir que essa empresa preste esse serviço, cabe-nos, como dever de tutela, não permitir que ela preste serviço. Caso venha a ser sanado, eventualmente esse processo pode seguir.

Mas, de novo, isso não se mistura com a persecução penal, por exemplo, da comissão de crimes. O que nos cabe é reconhecer se nós temos elementos suficientes para dizer que, para fins da aplicação da lei, para outorga discricionária do Estado de um serviço público a um privado, eu tenho elementos suficientes para reconhecer esse privado como idôneo.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Certo.

Para concluir, minha última pergunta. Agora, imagine bem, porque na minha ótica eu vejo uma certa contradição, da seguinte maneira: se nós estamos desde 2018 com uma lei aprovada, vamos supor, liberando as *bets*, esses clientes, esses jogadores, de 2018 para cá, não devem ter pago imposto, porque não existia nada legal para pagar. Então ele amealhou seus recursos,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chega agora e ele pega os 30 milhões e paga a outorga da *bet*. Aí fica uma pergunta boa até para um departamento jurídico: ele, se falar que os 30 milhões foram fruto dos jogos, está cometendo uma ilegalidade, porque não fez nenhum recolhimento de impostos; do outro lado, ele não podia fazer recolhimento de impostos, porque a atividade econômica dele, que era o jogo, não era legalizada – não tem nem código para você colocar num DAM, nem num Darf, nem tampouco num DJE.

Então, fica essa situação. O cachorro corre atrás da linguiça, a linguiça corre atrás do cachorro. Ou ele paga com o dinheiro que ele ganhou ilegalmente – não por culpa dele, porque foi aprovado em 2018, de lá para cá não houve a legalização... E aí, como é que você, como advogado, porque eu acho que é advogado...

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... pode aconselhar esses que estão nos escutando aí no Brasil inteiro para pegar esse recurso que foi ganho dos jogos – ganho dos jogos porque os jogos existiam de 2018 para cá –, mas não foi pago nenhum GGR, porque simplesmente não tinha nem algo como um código para você colocar numa guia.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui, Senador, se me permite, eu quebraria o problema trazido por V. Exa. em diversas frentes.

Uma delas é, obviamente, que a gente precisa olhar no caso concreto para ver quais são eventuais processos, quais são eventuais inquéritos, quais são eventuais crimes envolvidos naquela atitude daqueles agentes. Então, em abstrato, é difícil fazer qualquer espécie de juízo valorativo antes da hora.

O que eu diria de bate-pronto dentro desse cenário específico trazido por V. Exa.? Se a atividade em que eles auferiam receita é uma atividade lícita, naquele momento isso não pode gerar uma inidoneidade. Agora, se no âmbito das suas atividades for identificado, por órgãos de controle, como, por exemplo, a Polícia Federal, uma atividade ilícita e nos for reportado que essa atividade é reconhecida por órgãos de controle – quem tem de fato na sua mão a decisão sobre isso – nós levaremos isso em consideração pra fins de reconhecimento da idoneidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu retomo ainda um ponto, em relação à fala de V. Exa. que é: existem condutas dessas pessoas físicas e jurídicas que atuavam no Brasil que não estavam amparadas por qualquer período de adequação. Eu concordo plenamente com V. Exa. que era desejável que, a partir de 18, nós já tivéssemos essa atividade plenamente regulada no Brasil, e não estaríamos chegando a esse problema a esta altura do campeonato.

O fato é que essas empresas, se elas descumpriram lei...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Qual o conselho? Não se esqueça de dar o conselho.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É que não me cabe... V. Exa. me permite, mas, como Secretário responsável pela autorização, assim como pelo monitoramento, fiscalização e ação sancionadora, não me cabe esse conselho. O que me cabe é dizer, se houve descumprimento de lei suficientemente reconhecido assim por órgãos como a Polícia Federal do Brasil, como a Receita Federal do Brasil, isso nos for reportado e, no âmbito do nosso processo de autorização, esses elementos forem suficientes para a gente ter uma dúvida legítima em relação à idoneidade das pessoas que estão engajadas nesses pedidos de autorização, por dever de precaução, a secretaria não dará a autorização. Isso é importante ficar claro.

Caso alguma dúvida legítima seja sanada, nós podemos seguir com o processo de autorização. Caso contrário, é dever do Estado, é dever do Ministério da Fazenda, especificamente da Secretaria de Prêmios e Apostas, garantir a proteção dos apostadores e da economia popular quando tivermos essas dúvidas legítimas amparadas por notas técnicas, pareceres vindos tanto de Polícia Federal, Receita Federal e, eventualmente, sempre validado. E aí esse conselho eu tenho muito firme comigo pelo nosso jurídico, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Leve só uma ideia – quem sabe, não sei se carece de um projeto de lei –: existe aqui no Congresso, apesar de ter dois anos que não tem, o Refis – quem tem dívidas contraídas faz o seu refinanciamento, anulando juros e multas, e você tem um parcelamento. Eu não sei se o mercado, o segmento vai querer entrar, mas, para podermos legalizar esses recursos que estavam lá fora, como eu já vi em alguns depoimentos, e ele ser internado para o Brasil para que

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se pague a outorga, que, nessa volta desse capital, a gente tenha algo que ampare o Governo e ampare que eles não serão taxados como evasão de dívidas porque o recurso era fruto de ganho lá e querem trazer para cá, porque a taxação hoje dos impostos para você repatriar esse dinheiro é uma taxa muito elevada, principalmente porque não é dinheiro que foi, é dinheiro que foi ganho. Provavelmente, até ganho aqui, apesar de a empresa ser sediada... Como já foi dito aqui na CPI, a maioria das empresas eram sediadas em Curaçao...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Paraísos fiscais.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Paraísos fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Gibraltar, Malta.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, eu acho que era uma maneira até de esse recurso entrar para o Brasil e que essas outorgas fossem pagas para evitar que entrem no mesmo balaio, como diz na minha terra, a Bahia, de todos serem iguais, porque, da mesma maneira que deve ter contraventor lá no grupo, tem pessoas sérias. Eu conheço muita gente séria, gente de bem, que está lá nesse rol de jogos, optaram por jogos, é uma questão de vontade, de querer. Entendeu?

Eu fico muito preocupado até com a CPI, Senadora Soraya, Senador Hiran, se aqui se equiparar, fazer uma isonomia, vamos chamar assim, das pessoas, que todos são iguais, e todos não são iguais.

Eu acho que todos que se sentarem nessa mesa aí têm que ser tratados distintamente, porque muitas vezes a dor que um tem na perna o outro tem no braço. Não dá para achar que todos têm aquele mesmo problema. Nós temos que ter esse cuidado até para que esta CPI não fique descredibilizada, porque eu já ouvi alguns dizendo: "Poxa, eu comprei a empresa, estou abrindo, e já estou sendo convidado, convocado para a CPI. Eu não comecei nem a jogar ainda". Então, para isto é que se tem que atentar na hora dos requerimentos: que chamem realmente quem merece ser chamado. Agora, aquelas pessoas, aqueles *players* que estão iniciando... Os caras já estão iniciando numa mesa como o quê? Chegam na CPI, e o cara fica com medo: "Ó, já

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão me chamando de bandido". Então, nós temos que ter muito esse cuidado, Senador Hiran, Senadora Soraya.

Sr. Dudena, agradeço as suas respostas e espero que, a partir de hoje, bote gasolina azul na sua Secretaria para que a gente legalize ao máximo, para que o Congresso Nacional, que os programas sociais como o BPC, que querem cortar, e como o Bolsa Família possam ser supridos com a receita das *bets* aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Meu querido Senador, que faça um exame de refração, porque seus óculos estão fracos. Você não está vendo muitas publicações que estão aí, essas publicações que estão nos *sites* do Governo. Você termina não enxergando. É bom dar uma afinada nesses óculos. Se precisar de uma oftalmologista, eu estou aqui às suas ordens.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É porque eu fiz a operação, mas eu errei: eu deveria ter feito com V. Exa. Mas foi V. Exa. que indicou o médico para eu fazer, então, está perdoado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ela operou... A Soraya operou conosco lá e também...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Eu e meu marido.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora... Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Não tem oftalmologista melhor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Para terminar agora.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Senadora Soraya, só, antes da senhora encerrar, vou perguntar ao Presidente e à senhora também se o

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal de Contas já foi ouvido, o Dr. Bruno, porque, veja bem, o rombo dessas autorizações tácitas é maior para o Governo e por menos do que isso a Dilma foi cassada. Por isso é muito interessante... Porque o Governo está pisando numa lâmina.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nós temos dois auditores do TCU nos acompanhando aqui.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Dois auditores do TCU.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Parabéns, porque é o seguinte: CPI tem que ser de causa. CPI de causa é CPI que tem o apoio e a força da sociedade. CPI politiqueira, de disputa, isso eu nunca vi, não me meto, nunca entrei, nem como membro – nem como membro. Mas a profundidade disso... Eu quero afirmar que esta CPI é de causa – de causa. E a responsabilidade é grande, assim, para que se leve a cabo, ao final, tudo isso, porque há muita gente no escuro, invisíveis, interessados. Há um rombo já estabelecido, e eu o digo porque estava aqui. Por isso perguntei sobre o Tribunal de Contas. Porque, por menos do que isso... Inclusive, o Ministro da Defesa, o Múcio, que hoje é o Ministro da Defesa e estava no Tribunal de Contas, foi um dos que assinaram a pedalada da Dilma.

Então, o Governo está pisando numa lâmina, numa lâmina muito afiada. Certamente vocês vão gastar muita energia, porque aqui o conjunto da CPI está muito interessado.

Mas eu agradeço, Senadora Soraya e Senador Hiran, pela oportunidade de, inclusive, fazer esta minha fala para um membro do Governo. E que o Governo ouça, porque a sociedade está ávida, sofrida com este momento. E a sociedade, o povo, que já está esfolado, vendo uma renúncia fiscal tão brutal quando eles estão esfolados naquilo que é o mínimo, estão sendo esfolados... É enjaular uma fera e não dar água para ela.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Antes de passar a palavra para a nossa Relatora, eu vou passar a palavra, pela ordem, para o Coronel.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para interpelar.) – É só para tirar uma dúvida aqui.

Secretário, quem deu entrada em agosto, vai chegar daqui a 20 dias, encerra-se o ano. E se a SPA não der esse parecer, o que vai acontecer com essa... Não foi negado; mas também não foi aprovado. O que vai acontecer a partir de 1º de janeiro?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – As empresas que pediram até 20 de agosto?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E caso chegue até dezembro, e não tenha ainda saído a sua licença, como é que fica?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Aqui nós temos duas hipóteses só, Senador. Se não houver ainda decisão por conta de alguma falta de informação do lado deles, segue o fluxo. Do nosso lado, nós daremos a resposta até o final deste exercício. Então, para todas as empresas que nos pediram, e não falta algo do lado deles, eles terão uma resposta ainda em 24, seja positiva, seja negativa.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, pelo que eu estou entendendo, se, por um acaso chegar em dezembro, agora, virou o ano, ele entregou toda a documentação, mas a culpa foi, vamos supor, da morosidade da SPA. Eu estou entendendo que ele pode continuar jogando.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Isso não vai acontecer, Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vão sair todas as outorgas?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Sairão todas aquelas que cumpriram todos os requisitos até o final deste ano, sairão ainda este ano. Apenas aquelas que não cumpriram, se não cumpriram e não irão cumprir, terão uma negativa. Se não cumpriram e ainda há oportunidade de cumprir, nós aguardaremos para ver se eles complementarão, mas, de qualquer forma, qualquer empresa, a partir do dia 1º de janeiro, só pode atuar com autorização.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E as novas vão fazer o quê? Que não cumpriram o prazo do interstício de 90 dias?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Elas vão ter... as empresas que pediram depois, elas têm um prazo de 150 dias de análise e elas só poderão atuar, como a lei determina – e isso V. Exa. conhece bem –, com autorização prévia; ou seja, a partir do dia 1º de janeiro, quem não tiver autorização tem que aguardar o pedido de atualização dentro do prazo regulamentar de 150 dias, com mais 30 dias de cumprimento dos requisitos finais.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu não sei se a Senadora Soraya fez essa pergunta, que eu cheguei atrasado...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Fiz, fiz.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Existem empresas que estão lá, para sair outorga, mas existem as sublicenças. Parece-me que aqui, na semana retrasada, teve um depoente que abriu aí um PowerPoint onde tem uma empresa que tem aproximadamente cem *subsites*. Vai se cobrar? Porque só pode três *sites*, 30 milhões com três *sites*. E essas que têm a licença-mãe e desdobram, como esse caso, como é que vocês vão atuar dessa maneira?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Isso não é previsto na legislação. Nenhuma empresa autorizada poderá ofertar o seu serviço de aposta em mais do que três domínios. Isso é regulamentado pelos normativos, e nós temos inclusive mecanismos de controle, que é a extensão bet.br.

Então, só... as empresas poderão operar com um domínio de internet, com controle da extensão bet.br e só 3. Caso elas vierem a tentar prestar em *sites* ilegais, elas estarão incorrendo em infração, precisarão ser fiscalizadas, passar por um processo sancionador e, uma vez averiguado que isso ocorreu, sofrer as penalidades.

Isso não é possível dentro do arcabouço legal e normativo estabelecido.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O.k.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – Inclusive, só em relação a esse grupo que estava em uma das empresas, em período de adequação, elas já foram notificadas e já conseguimos que elas deixassem de fazer essas ofertas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – É porque nós vimos isso, Secretário. Nós vimos um dos *sites* da OIG, e aqui tem inúmeras *bets* dentro de uma das suas plataformas.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, ali são jogos eletrônicos. A que viu foi a Forte... não lembro o nome, que tem *subsites*, é como se fosse sublicensas. Ele paga 30 e pode ter 300 licenças.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É, isso não será possível.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – No caso que a Senadora está falando são jogos eletrônicos. Os jogos eletrônicos não têm licença. A licença é para você ter a *bet*.

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA – É, isso é importante, haver essa discussão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Alguém já foi pego fazendo isso? Vocês já tomaram uma atitude?

O SR. REGIS ANDERSON DUDENA (Para expor.) – Então, em relação ao *site* que estava com os subdomínios dentro, nós já notificamos para derrubar, mas é importante fazer essa distinção muito bem- feita aqui pelo Senador Angelo Coronel de o que são empresas a ofertar e o que são os jogos *online* ofertados dentro do domínio autorizado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Para terminar agora de verdade, eu sei que o senhor deve estar cansado...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Muito obrigado, e boa noite.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Quero agradecer ao Senador Magno Malta. Estou à disposição também da

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora... Estamos à disposição daqueles que não são membros. Toda ajuda é bem-vinda, e, o que vocês quiserem requerer, sempre nós podemos subscrever.

Secretário, nós sabemos que aqueles jogos de caçar pelúcia, bicho de pelúcia, são permitidos no Brasil. E, separando o joio do trigo aqui, nós sabemos que já aconteceram várias operações. Tem uma aqui, Operação Garra... Acabei de perder... Golpe da Garra Fraca, ou seja, alguns jogos de pegar pelúcia, em que as crianças adoram pegar bicho de pelúcia, estavam manipulados para ter uma perda. Na verdade, ele é considerado um jogo de azar ou um jogo de habilidade.

Então, existe essa discussão.

Quando a gente analisa aqui – e um dos pontos desta CPI é analisar os algoritmos –, como é que são feitos esses programas? Porque, de acordo com o que nós sabemos, jogos de azar são jogos de sorte ou jogo de azar para quem? É lógico que ninguém vai investir tanto, vai trabalhar tanto para perder, para realmente ser 50-50 a chance do jogador. A verdade é essa.

Eu quero saber se há, dentro dessas portarias, uma forma de averiguar como é que funcionam esses programas. Porque eu acho que também, se for averiguar, a gente vai ter que proibir.

E, falando em proibir, eu vou terminar aqui trazendo novamente... Porque eu estou sem saber o que aconteceu com essa, com a nossa legislação. Em 2018 eram apenas os jogos de quota fixa, ou seja, loterias. Em 2023, nós abrimos para jogo *online* e evento virtual de jogo *online*.

A pergunta é: o art. 50 da Lei de Contravenções Penais foi derrogado tacitamente? Porque está aqui, ó:

> Art. 50. Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele: [...]

Tem pena aqui de prisão simples, e eu acho que nós precisamos colocar em crime logo de uma vez.

E aí no:

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 3º Consideram-se, jogos de azar:

a) o jogo em que o ganho e a perda dependem exclusiva ou principalmente da sorte;

b) as apostas sobre corrida de cavalos fora de hipódromo ou de local onde sejam autorizadas;

c) as apostas sobre qualquer outra competição esportiva.

E aí vem toda a legislação. Daqui a pouco, o pessoal do jogo do bicho vai se sentir marginalizado, vai querer pedir também, porque é a mesma coisa – é a mesma coisa.

Então, nós precisamos partir do princípio da análise da legislação. Foi derrogado tacitamente? Porque expressamente não foi, mas está aqui e, na nossa legislação de 2023, o inciso VIII do art. 2º, diz que:

> VIII - jogo *on-line*: canal eletrônico que viabiliza a aposta virtual em jogo no qual o resultado é determinado pelo desfecho de evento futuro aleatório, a partir de um gerador randômico de números, de símbolos, de figuras ou de objetos definido no sistema de regras; [...]

Quais regras? Da regulamentação de vocês, creio eu.

Aí vem o inciso IX:

> IX - evento virtual de jogo *on-line*: evento, competição ou ato de jogo *on-line* cujo resultado é desconhecido no momento da aposta; [...]

Espere aí. Que limbo é esse em que nós estamos? Então isso aqui é contravenção, não foi derrogado. Eu não sei, porque aprontamos aqui uma lambança legal e vamos ter que consertar. Por isso, temos que fazer um mea-culpa: se nós erramos, nós temos que consertar. Mas partindo deste princípio: o que é que nós estamos consertando? É possível ou não é? Porque isso, para mim, é uma contravenção penal, continua sendo. Enfim, precisamos encontrar clareza nisso tudo.

Quero agradecer, Presidente.

Senador Magno, eu termino aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Senador Soraya, tudo é contravenção – tudo é contravenção. Lembre-se de que, no auge do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, o homem mais forte, José Dirceu, o assessor dele Waldomiro foi pego recebendo propina de Carlinhos Cachoeira, jogo, contravenção, por conta de um jogo – como era o nome? – que tinha na Caixa Econômica na época. Trouxeram muita gente da Caixa para depor. A partir dali, José Dirceu renuncia, volta para o Congresso, cai. Aí vem o mensalão, vem o petrolão... Veja que desgraceira por causa de contravenção. E aí se instalou a CPI do Bingo. Agora, é de sorrir, não é? Eu fui o autor, e eles não deixaram eu ser nem membro. Eu era o autor, eu escrevi o fato determinado, eu colhi 47 assinaturas, e fiquei sentado lá atrás, como estou aqui hoje, sem ser membro e falando por último. Mas, graças a Deus, para os inocentes, eu ficava até o final, porque eu perguntava para os inocentes: "O senhor tem bingo?". "Não." "O senhor é contraventor?" "Não." "O senhor já jogou?" "Não." "Por que o senhor está sendo chamado aqui?" Aí o Presidente da CPI falava assim: "É crime conexo". "Não, vocês inventaram essa história de crime conexo, ele existe, mas nada tem a ver com esse cidadão." Foi assim que muitos pais de família – sabe? – e muita gente que se apropriou da Lei Pelé, muito empresário honesto que mudou de atividade por causa da Lei Pelé, que lhes facilitava, ficaram chateados. É a mesma coisa que o Coronel falou aqui de gente honesta: daqueles 100%, uns 5%, na verdade, eram pessoas de bem, o resto era contravenção.

E saiba a senhora – a senhora está falando do jogo do bicho – que esse jogo do bicho faz o *lobby* da legalização do jogo no Brasil. Eu estou no meu terceiro mandato, é terceiro mandato guerreando contra a legalização do jogo. Eu posso ser testemunha de cada momento desse vivido aqui. Chegou um momento, Senadora Soraya, que chegou ao Plenário e eu disse para a minha assessoria e para todos aqueles que lá estavam: "O jogo... A gente vai lutando, lutando, chega uma hora que eles vencem a gente. Em tudo, no crime, eles vencem a gente". E olhava o Plenário e dizia assim: "Nós temos aqui 12 votos; eles vão ganhar, eles têm 40 votos". Todo mundo de gravata ali, os lobistas, o povo do jogo do bicho, todo mundo interessado, tudo sentado ali, porque estava tudo dominado. Graças a Deus, eu falei depois do Relator na tribuna e, quando abriu o painel, nós mais uma vez derrubamos por 40 a 12 – 40 a 12! Por isso, fiz aquele testemunho sobre o Senador Humberto Costa. Ele era um dos... Me lembro que, para fazer justiça, foi a própria Senadora Gleisi, que era Senadora, que encaminhou contrário; a Senadora Vanessa Grazziotin, PCdoB, encaminhou contrário; e nós mais uma vez...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, veja, se o Senador Angelo Coronel, que é da base do Governo – da base do Governo –, fez esse tipo de pergunta, fez esse tipo de colocação, veja que não é uma coisa de alguém que é da oposição, como eu. Nós estamos sentindo – todos – a dor, a dor. É, estamos unidos na dor de um povo que repudia veementemente, veementemente. E, se o Governo olhasse para trás, para aquela experiência que foi a derrocada do Governo, ele não teria se metido nisso; muito pelo contrário... Procurar, porque tem uma base forte... Porque crime se enfrenta é negando, não é botando na legalidade, é ter coragem de enfrentar. E você enfrenta não é legalizando**;** é quando ele está na ilegalidade – você vai chegando no monstro. Agora, dar legalidade ao que é ilegal... É o que a senhora estava dizendo aí: nós estamos tapando buraco, e o rato abre ali, abre ali, e nós vamos... Que dia que vai acabar de abrir? Não tem... Ou mata o rato ou vai ficar morrendo fechando buraco, fechando buraco. Então, se o Governo se lembrar da experiência que viveu... O próprio José Dirceu, que é uma mente pensante, se ele olhasse para trás, ele ia dizer: "Ó, esquece esse troço de jogo e contravenção, esquece esse povo. Esquece esse povo". Porque o que está acontecendo? Essa renúncia fiscal é uma lâmina muito afiada, e por menos disso a Dilma foi cassada. V. Exa. está corretíssima nas suas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom, agradeço aqui a presença de todos, Sras. e Srs. Senadores, nossa assessoria, aqueles que nos assistem também; agradeço a presença aqui do Sr. Dudena, que respondeu todas as questões aqui durante todo esse tempo, agradeço sua disponibilidade.

E quero aqui, como nós não temos mais nada a tratar, agradecer a presença de todos. E vou já convocar uma nova reunião da CPI para o dia 12, quinta-feira, às 10h, a depender ainda da questão da nossa sessão do Congresso, mas podemos até eventualmente começar mais cedo se vocês estiverem de acordo.

Uma boa tarde. Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada* às *11 horas e 28 minutos, a reunião* é *encerrada* às *17 horas e 31 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9217656471

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA CPI DAS BETS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e quarenta minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a CPI das BETS com a presença dos Senadores Humberto Costa, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Soraya Thronicke e Carlos Viana, e ainda dos Senadores Damares Alves, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Wilder Morais e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Efraim Filho e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Gesilea Fonseca Teles, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações, em atendimento aos requerimentos 109/2024 e 202/2024. **Resultado:** Depoimento realizado. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 185 de 2024** que: "Requisita RIF de GSA Empreendimentos e Participações Ltda." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 251 de 2024** que: "Convoca a Senhora Beatriz Salles Melges, Diretora Regional da BetConstruct." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 252 de 2024** que: "Requisita à Polícia Civil do Estado de SP cópia integral do inquérito que cuida da investigação de lavagem de dinheiro envolvendo o contrato de patrocínio entre Corinthians e Vai de Bet." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 253 de 2024** que: "Convida o Senhor Tiago Fernando Correia, Delegado da Polícia Civil de SP." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 255 de 2024** que: "Requer a criação de canal institucional destinado a receber denúncias." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 257 de 2024** que: "Convoca o Senhor Jorge Barbosa Dias, proprietário da MarjoSports, para prestar depoimento perante a CPI das Bets." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 258 de 2024** que: "Requisita RIF do Senhor Jorge Barbosa Dias, proprietário da Marjosports." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 259 de 2024** que: "Requisita do Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre os processos administrativos relacionados às autorizações concedidas ou negadas a empresas de apostas esportivas no Brasil." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 357 de 2024** que: "Convoca o

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor Roney Carlos Mensch, CEO da Pixtopay" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 358 de 2024** que: "Convoca o Senhor Robinson Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 368 de 2024** que: "Convoca o Senhor Julio Iglesias Hernando, representante da Betano." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 369 de 2024** que: "Convoca o Senhor Gilneu Vivan, Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 370 de 2024** que: "Convoca o Senhor Nickolas Tadeu Ribeiro de Campos, CEO da Bet7k e da Cactus Gaming" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 371 de 2024** que: "Convoca o Senhor Edson Lenzi, representante da Paybrokers." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 372 de 2024** que: "Convoca Senhor Alexandre Fonseca, atual CEO da Superbet e ex-CEO da Betano." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 373 de 2024** que: "Convoca o Senhor Daniel Mostardeiro Cola, Coordenador-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro da Polícia Federal." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 374 de 2024** que: "Requisita da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda esclarecimentos quanto à outorga da empresa NSX Brasil (BetBrasileira)." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 375 de 2024** que: "Requer apuração pela Polícia Federal de possíveis práticas ilegais envolvendo as plataformas de apostas Betnacional e Mr Jack, operadas pela empresa NSX Enterprise N.V." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 376 de 2024** que: "Requer apuração junto à Receita Federal de possíveis irregularidades tributárias e fiscais envolvendo a operação das plataformas de apostas Betnacional e Mr Jack." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da CPI das BETS

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/12/17

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da CPI das Bets, criada pelo Requerimento 680, em 2024, para investigar, no prazo de 130 dias, a crescente influência dos jogos virtuais de apostas *online* no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em prática de lavagem de dinheiro, bem como de influenciadores digitais na promoção e divulgação das atividades.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Você quer ouvir, ou você quer falar primeiro? Você quer ouvi-la? (*Fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não, eu quero falar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, hoje nós temos como convidada a Sra. Gesilea Fonseca Teles, Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria... Eu vou convidar logo a nossa convidada para vir aqui à nossa mesa, mas vou passar primeiro palavra para a nossa Relatora, para depois fazer as deliberações e ouvir a nossa convidada Gesilea.

Você quer deliberar?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Vamos deliberar?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito bem, muito bem.

Nós temos aqui... (*Pausa*.)

Bom, antes de passar à deliberação, eu quero passar a palavra à nossa Relatora, que quer fazer algumas considerações.

Senadora Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Bom dia a todos os presentes.

Sr. Presidente, caras colegas Senadoras, caros colegas Senadores, como muitos já devem ter acompanhado, na última semana, parte da imprensa publicou matérias com graves acusações relacionadas a um suposto esquema de extorsão e pagamento de propina nos bastidores desta CPI. Entre as acusações, foram citados empresários do setor de apostas e Parlamentares que compõem esta Comissão. O meu nome também foi mencionado.

E como não sou uma mulher de meias palavras – o Brasil inteiro já sabe –, eu trago aqui, para reflexão, a máxima daqueles que não têm razão: a melhor defesa é o ataque. Para quem não tem razão, a melhor defesa é o ataque; para quem tem razão, a melhor defesa é a prova.

Essas matérias relatam que alguns Senadores procuraram a Polícia Federal para denunciar suposto esquema de extorsão. O caminho correto, quando temos evidências de ilegalidade, é encaminhá-las aos órgãos competentes para a investigação, e foi exatamente o que eu fiz. Imediatamente, diante das graves denúncias, procurei o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Andrei Rodrigues, me colocando inteiramente à disposição, o autorizando, inclusive e desde já, a quebra dos meus sigilos fiscais, bancários e telemáticos.

Pedi também a realização de uma acareação entre os citados. Exatamente, eu desejo e faço questão de uma acareação – lógico, na Polícia Federal.

Peço, portanto, que os Parlamentares citados façam o mesmo que eu. Afinal, quem não deve não teme e não treme. Eu não tenho medo algum.

Quero lembrá-los ainda o que assegura o nosso trabalho aqui no Parlamento: a Constituição Federal. É ela que nos assegura a imunidade parlamentar, que é essencial para que possamos exercer nossos mandatos com liberdade, protegidos de perseguições e calúnias infundadas. Essa prerrogativa, porém, não é escudo para desvios éticos ou de conduta, mas um instrumento que nos permite usar e nos defender com transparência e coragem. Quando sou atacada de forma injusta e covarde, quando tentam me vincular a insinuações sem provas, faço uso desse direito para assegurar que a verdade prevaleça e que a minha honra seja preservada. Denúncias infundadas não são denúncias; são fofocas, são fuxicos, são futricas.

Daí eu pergunto: como eu já disse durante a semana, por que não convocam aqui nesta CPI essas pessoas envolvidas? Não há – não há – nenhum requerimento de convocação. Por que será, não é? Por que será?

Essas fofocas que têm sido lançadas contra mim são, sem dúvida alguma, um claro movimento orquestrado para desviar o foco da CPI das Bets. É uma estratégia para enfraquecer o trabalho desta CPI, Sr. Presidente, o seu, o meu e o de todos os membros. E, ao que parece, tem incomodado algumas pessoas poderosas.

Atacar a honra da Relatora, mesmo que de forma indireta, me soa como uma tentativa já conhecida de descredibilizar o sério trabalho de investigação que estamos conduzindo aqui. Qualquer Relator ou Relatora, qualquer um que tivesse sido escolhido no meu lugar e que estivesse verdadeiramente comprometido com a verdade estaria passando pela mesma situação que eu estou passando agora, não tenham dúvidas. Eu acompanhei, era membro da CPI, da CPMI da tentativa de golpe de Estado, e a Senadora Eliziane foi atacada diariamente –

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diariamente –, mas, como a mulher forte que é, aguerrida e séria, ela deu conta do recado. E assim eu também agirei.

Quando eu dei entrada no requerimento para a criação desta CPI e aceitei a missão de ser Relatora, fiz isso com um único propósito: trazer à tona a verdade sobre os problemas envolvendo jogos de azar, que têm destruído a vida de milhares de famílias brasileiras. Essa missão, senhoras e senhores, além de investigar os crimes de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, manipulação dos programas, estelionato, sonegação, organização criminosa, entre outros crimes, também passa por uma tarefa igualmente importante: a de conscientizar a população brasileira sobre os perigos e os impactos dos jogos e cassinos *online*.

Esse mercado, que cresce de maneira descontrolada, atinge principalmente os mais vulneráveis, alimentando o endividamento, a dependência e a destruição de lares. É nosso dever, como representantes do povo, esclarecer os cidadãos sobre os riscos associados a essas plataformas e sobre os mecanismos que elas utilizam para prender os usuários em ciclos viciosos de perdas e promessas falsas de ganhos.

Além disso, precisamos de atenção redobrada no Parlamento para aprimorar as leis que regulamentam os jogos *online* e os cassinos virtuais, uma proposta que, sim, eu apoiei – eu votei a favor. E sou a favor da regulamentação, porque nós precisamos colocar rédeas, mas, naquele momento, eu estava acreditando que as rédeas desta vez seriam tomadas, principalmente pelo fato de que, gostemos ou não – e eu particularmente não gosto – se tornou irrefreável, porque não conseguimos controlar o acesso dos brasileiros aos *sites* sediados fora do país. Apenas proibir e não conseguir coibir não é uma atitude responsável. Diante de um fato – isso é um fato –, o que devemos fazer é legislar a fim de minimizarmos ao máximo os danos diretos e os danos reflexos.

Não é diferente com o tabagismo e com o alcoolismo. Não podemos permitir que as portas desses crimes continuem escancaradas, o que vêm se arrastando desde 2018. O Governo anterior teve quatro anos para regulamentar e não o fez. O atual Governo não teve transição. E, para regulamentar algo assim, você precisa de tempo. Nós estamos aqui ajudando e contribuindo com o Poder Executivo para que faça de mãos dadas conosco o melhor que puder ser feito neste momento. Sem um marco regulatório robusto e eficiente, estaremos incentivando

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um ambiente favorável a crimes financeiros, evasão de divisas e corrupção. E a maioria de nós não quer prevaricar.

Este é o momento, senhoras e senhores, de agirmos, de estabelecermos regras claras, de criarmos mecanismos de fiscalização e de garantir que a atividade seja feita com transparência e responsabilidade. Isso é fundamental, senhores e senhoras, principalmente para evitarmos que bilhões de reais ecoem pelo ralo da corrupção, em vez de serem revertidos em benefícios para a população brasileira. Bilhões e bilhões estão se evadindo do país no ralo da corrupção, em vez de investirmos e revertermos isso em favor da nossa população. Esses recursos, que deveriam ser arrecadados em forma de impostos, tributos em geral, acabam sendo perdidos, enquanto *sites* de apostas ilegais continuam a operar sem qualquer controle.

Entre os graves problemas que os jogos de azar ilegais causam, a sonegação de impostos é, sem dúvida, aquela que afeta todos, jogadores ou não.

Sabemos que a sonegação é um mal comum a diversos setores. Eu gostaria, inclusive, de mencionar como exemplo a operação policial realizada, na semana passada, contra o empresário Ricardo Magro, proprietário de uma refinaria e considerado, segundo diversas reportagens, o maior sonegador de impostos do Brasil. A operação investiga um suposto esquema de sonegação e lavagem de dinheiro envolvendo a utilização de 188 empresas para cometer crimes fiscais.

E por que eu trago esse exemplo aqui, caros colegas? Porque eu acredito que todos aqui concordam que devemos combater esse tipo de crime. Concorda, Senador Hiran? Senador Izalci? Eu estou sentindo a falta de outros Senadores, aqui sempre presentes. O Senador Ciro Nogueira é um deles. Gostaria de saber se ele concorda comigo ou não. Os outros Senadores também. É importante a gente saber qual é a nossa responsabilidade aqui. Eu queria ouvir dos nossos colegas, sempre presentes, mas hoje ausentes, alguns deles.

Eu tenho certeza de que, como os demais Parlamentares, todos nós devemos nos interessar em resolver essas práticas tão prejudiciais. Então, regulamentar não é apenas reconhecer um setor, é proteger a sociedade brasileira, é assegurar que o crescimento desse mercado não ocorra à custa das famílias e nem se torne um instrumento para a criminalidade

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizada. Esse é um desafio que temos diante de nós, e esta CPI é o ponto de partida para soluções que tragam equilíbrio e justiça.

Sobre essa campanha difamatória, ela não é a obra do acaso, mas sim uma estratégia cuidadosamente articulada por aqueles que temem que a verdade, com V maiúsculo, venha à tona. E, como se não bastasse, alguns veículos de imprensa, digo alguns –, está bem imprensa? –, nunca podemos generalizar, têm sido usados como ferramentas nessa estratégia suja. Notas plantadas na mídia tentam destruir esta CPI colocando para debaixo do tapete bilhões e bilhões que estão sendo sonegados e enviados para paraísos fiscais. Enquanto isso, brasileiros estão tirando suas vidas e indo à bancarrota. Há casos, inclusive, de separação e exemplos trágicos, entre eles o de uma jovem que forjou seu próprio sequestro para pedir um resgate de R$50 mil ao pai. Por óbvio, não prosperou e já está respondendo por esse crime. Tudo isso por conta de dívidas contraídas pelo vício em jogos de azar, contraídas inclusive perante agiotas, que os ameaçam.

O comércio e o turismo estão sendo feridos pela falta de consumidores, que migraram suas rendas para sustentar esse ciclo de vício e de desespero. Isso tudo está sendo deixado de lado, escondido por uma cortina falsa de fumaça criada por aqueles que têm medo de que as investigações continuem.

Por fim, continuarei a lutar por justiça, pela transparência e pela defesa dos interesses do povo brasileiro. Que os envolvidos respondam por seus atos.

Sobre as acusações contra mim, eu posso dizer que meus acusadores responderão por tentativa de obstrução dessa investigação – por isso, Braga Netto foi preso dias atrás –, denunciação caluniosa e os crimes contra a minha honra, calúnia e difamação, além da responsabilidade civil, que eu não deixarei de exigir. Então, eu convoco os meus pares, Senadoras e Senadores, a se unirem a nós aqui. A se unirem aos Senadores e Senadoras comprometidos com esta CPI das Bets. Hoje somos pouquíssimas vozes lutando para desmantelar um sistema criminoso, que não apenas sonega bilhões dos cofres públicos, mas chega ao extremo de ceifar vidas de brasileiros. É nossa responsabilidade coletiva fazer justiça e proteger o povo deste país, porque o Brasil merece mais e eu não vou descansar enquanto não fizermos justiça.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para terminar, quero só dizer que essa prática de atacar – eu sou a Relatora, mas atacar o julgador – é o que acontece. Muita gente diz para mim: "O Ministro Alexandre de Moraes não pode ser o Relator daquele caso de quando ele foi atacado, injuriado num aeroporto". Ele não é, gente; é o Dias Toffoli. Então, as mentiras circulam, dá muita preguiça de ler. Então, eu peço aqui que se retratem, mas o que eu digo é: eu vou discutir isso com a Polícia Federal, e com provas – provas de imagens, provas de assessores assediando pessoas no meu entorno, praticamente me stalkeando.

Então, é isso que eu tinha para dizer. Porque eu soltei uma nota, Sr. Presidente, em minha defesa, mas não só em minha defesa, porque isso macula a imagem de V. Exa., do Senador Izalci, do Senador Humberto Costa e de todos os Senadores aqui. Mas a nota é cumprida, e muitos veículos não a publicaram da mesma maneira como publicaram a fofoca – a fofoca. Então, aqui, como eu não pude responder à altura, eu uso meu direito de palavra, que ninguém é capaz de cassar, para dar o mínimo – mínimo. Por quê? Porque foi tão grave, e é tão grave, o que fizeram e o que estão fazendo, que merecia falar mais. Porém, eu não vou aqui correr o risco de manchar o nome da nossa instituição por causa de um ou de outro. Então, eu preservo o Senado Federal, que não tem culpa da atitude de alguns. O Senado Federal tem gente séria; V. Exa. é uma delas, o Senador Izalci, muitos que daqui são membros, e a maior parte é séria. Mas não deixarei, nem por um minuto, que a minha honra, nem a dos senhores, seja afetada por fofocas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, ilustre Relatora Soraya. Vamos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só pediria um pouco de paciência.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Izalci.

Paciência aqui é o que não me falta.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, o recurso, o dinheiro do Bolsa Família é para quê? É exatamente para ajudar aqueles que mais precisam. E hoje está sendo jogado no lixo.

Eu vi uma reportagem em que o Ministro Fux determinou que o Governo proibisse as apostas com o dinheiro do Bolsa Família. E a AGU fez um documento, encaminhando ao Ministro, dizendo que era impossível fazer este controle porque, depois que passa o recurso para o cartão do beneficiário, eles não têm mais como controlar isso.

Então, Presidente, já apresentei no sábado mesmo um projeto de lei que proíbe os jogos com o recurso do Bolsa Família. Basta – e já foi dito aqui por algumas vezes – você fazer a relação do Cadastro Único com o CPF. Então, as pessoas que são beneficiárias do Bolsa Família têm o seu CPF e estão no Cadastro Único. Então, essas plataformas, esses *sites* de apostas terão que fazer realmente também este controle do CPF para impedir realmente que as pessoas que hoje são vulneráveis, hoje estão viciadas – inclusive, muitos foram, milhões de pessoas que estão jogando –, que a gente possa, então... Inclusive, o projeto prevê multas pesadas para as empresas que não cumprirem isso e também, evidente, suspende também o benefício se for, se insistirem na aposta com relação ao beneficiário.

Então, eu sei que normalmente, no final da CPI, a gente apresenta uma série de propostas de melhoria, mas esse do Bolsa Família eu achei melhor apresentar logo porque, de fato, é muito grave e urgente, está bom?

Era uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E quero – viu, Presidente? – também me solidarizar com a Relatora. Realmente, esse tipo de comentário, esse tipo de fofoca ou denúncia via imprensa é muito ruim. Eu acho que isso só mostra que realmente a gente tem que continuar firme nessa proposta aqui porque precisamos esclarecer muita coisa. E isso aí pode realmente estar prejudicando alguém ou alguém já está prevendo alguma descoberta.

Mas, então, só para solidarizar, Soraya, contigo. Estamos juntos aí e nós vamos aprofundar nas investigações de tudo isso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Obrigada.

Eu queria acrescentar que eu falei com o Presidente Rodrigo Pacheco sobre essa história de acabar com a CPI das Bets. Ele falou: "Soraya, em momento algum eu disse isso, mesmo porque é impossível, eu não consigo acabar com a CPI, nem se eu quisesse". Então, não tem nada disso. É o nome do próprio Presidente sendo usado para nos atacar e para acabar com aquilo que nós estamos investigando aqui. Então aqui, mais uma vez, mais uma mentira. E eu não esperava outra resposta do Presidente Rodrigo Pacheco, uma pessoa digna, coerente e, acima de tudo, inteligente, porque é realmente impossível. Então, ele jamais disse isso. Eu peço que o procure quem publicou essa mentira em relação ao Senador Rodrigo. Alguém está induzindo em erro a imprensa, fica ruim até para a imprensa. É bom para vocês se preservarem também.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora. Obrigado, Senador Izalci.

Eu quero aqui me comprometer, como eu tenho feito. Eu estou há mais de dez anos aqui no Parlamento como Deputado, como Senador e sempre faço da minha atividade parlamentar algo que me orgulha muito, assim como me orgulho da minha profissão de médico. A senhora inclusive é minha paciente e sabe do que eu estou falando.

E o meu compromisso aqui é de chegarmos a um bom termo nesta CPI, que é tão importante. Esta CPI não pertence a nós, esta CPI pertence ao povo brasileiro.

O povo brasileiro clama por uma regulamentação adequada dessa atividade, que tem se mostrado prejudicial ao país do ponto de vista, inclusive, da saúde mental das pessoas. Então, eu estou aqui me comprometendo a continuar com esse mesmo equilíbrio por que eu sempre me pautei durante toda a minha vida. Então, fiquem absolutamente tranquilos, eu não vou fugir do que é o objetivo claro que está consignado na instalação desta CPI. Não vou me afastar nem para cá nem para lá, vamos em frente. O nosso objetivo é contribuir com o nosso país. Eu estou muito tranquilo e vamos trabalhar porque o Brasil precisa do nosso trabalho.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos aqui já falar em trabalhar... Hoje eu vou inverti tudo aqui, viu? É o último dia, eu já estou sob os influxos natalinos. (*Risos.*)

Então...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – O espírito do Natal baixou.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – É, o espírito do Natal baixou, e eu já vou aqui apresentar a nossa convidada, que é a Sra. Gesilea Fonseca Teles. Ela é Superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações. O convite se dá nos termos dos Requerimentos nº 109 e 202/2024, de autoria dos Senadores Izalci Lucas e Soraya Thronicke.

Conforme os requerimentos, o convite foi inicialmente dirigido ao Presidente da agência, Sr. Carlos Baigorri. Como ele está de férias, esta Presidência acatou o pedido de envio da Sra. Gesilea como representante do órgão. Aliás, eu acho que inclusive é a pessoa mais adequada para esta oitiva porque está sob sua responsabilidade toda essa questão de que nós vamos tratar aqui.

Inicialmente passo a palavra à convidada pelo prazo de dez minutos e, em seguida, para a Relatora e para o outro autor do requerimento, meu querido amigo Senador Izalci. E, Izalci, antes de passar a palavra para a nossa convidada, eu queria dar ciência a todas e a todos que, para a minha satisfação, o meu orgulho, o nosso Ministro do Tribunal de Contas, Jhonatan de Jesus, que é médico, foi meu aluno e foi Deputado, nosso colega... Aliás, a gente disputava eleições no município, e o Prefeito apoiava nós dois. Só em Roraima que acontece isso. E a gente, de certa forma, dividiu o eleitorado com muito respeito um com o outro. Nós temos uma amizade muito grande.

E o Jhonatan hoje prolatou uma decisão cautelar, no Tribunal de Contas, dando 15 dias para que o Governo, regulamente a questão, proíba o acesso de pessoas que estão no CadÚnico de jogar nessa jogatina doméstica que se tornou o nosso país. Então, eu quero parabenizar aqui o Ministro Jhonatan de Jesus, meu amigo, por essa decisão que vem bem ao encontro do que a V. Exa. acabou de falar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E volto a palavra à nossa convidada Gesilea, agradecendo pela pronta aquiescência do nosso convite.

O SR. GESILEA FONSECA TELES (Para expor.) – Muito obrigada, Presidente.

Bom dia a todos e a todas.

Eu sou Gesilea Teles, sou Superintendente de Fiscalização da Anatel. Em nome do Presidente da Anatel, Carlos Baigorri, eu gostaria de agradecer a oportunidade de poder trazer aqui informações sobre como a Anatel pode colaborar com a luta contra as *bets* ilegais.

Esse problema de *bets*, como a própria Senadora Soraya colocou, é um problema social, é um problema econômico, tributário, mas ele está destruindo famílias. É um problema realmente muito sério. Então, a Anatel, dentro da sua esfera de competência legal, tem atuado diretamente com o Ministério da Fazenda para poder ajudar no bloqueio de *sites* de *bets* ilegais.

Bom, então, primeiro, meus cumprimentos ao Presidente dos trabalhos, Senador Dr. Hiran, muito obrigada; à Relatora, Senadora Soraya Thronicke; ao Senador Izalci Lucas, que está aqui também; aos demais Parlamentares aqui presentes; e a todos que nos acompanham.

Para garantir que o marco regulatório de apostas funcione, é necessário que possamos retirar do mercado as empresas que não seguem as regras. Dessa forma, as atividades de bloqueio de *sites* de *bets* irregulares, seguindo o marco legal do Ministério da Fazenda, é fundamental para o sucesso desse novo modelo.

Nesse sentido, a Anatel é parte ativa do processo e está engajada com o Ministério da Fazenda desde o primeiro momento. Já temos um procedimento de comunicação estabelecido e eficiente entre os órgãos, e esse sistema já foi formalizado por meio de um acordo de cooperação, que é o de nº 45, que foi assinado agora, recentemente, no dia 9 de dezembro.

Para os senhores e as senhoras terem uma dimensão, desde outubro de 2024, a Anatel já atuou no bloqueio de mais de 8.560 *sites* de apostas ilegais. E como funciona esse bloqueio? O Ministério da Fazenda nos encaminha uma lista com *sites* que devem ser bloqueados. A Anatel, de posse dessa lista, comunica às prestadoras que dão acesso à internet. Quem são essas prestadoras? São as prestadoras de serviço móvel, que a gente conhece como celular, e também

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as prestadoras de internet fixa. De quantas prestadoras estou falando? Estou falando de mais de 21 mil prestadoras.

Então, toda vez que a Anatel recebe uma lista – e essa lista vem na casa de milhares –, nós comunicamos eletronicamente a mais de 21 mil prestadoras, e falamos: "Olha, vocês têm que bloquear imediatamente o acesso a esses *sites*". A comunicação de desbloqueio segue o mesmo procedimento. O Ministério da Fazenda, via Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), nos encaminha uma lista, eventualmente, de desbloqueio, e, a partir daí, nós disparamos essa comunicação eletrônica para essas mais de 21 mil prestadoras, para que elas efetuem eventual desbloqueio.

O que acontece? Todo esse procedimento que a Anatel adota, a gente não consegue ter ingerência sobre a rede das operadoras. O que a gente faz é meramente uma comunicação de uma decisão que não é de nossa competência. Só para deixar bem claro, não é a Anatel que bloqueia o *site*. Nós não temos ingerência sobre as redes, nós pedimos para que seja bloqueado. Na verdade, nós repassamos uma ordem para quem, administrativamente, tem a competência legal, que, no caso, é o Ministério da Fazenda.

O que pode fragilizar essas medidas que a Anatel faz? Bom, a primeira... Eu acho que a gente vislumbra duas questões que são importantes para que vocês entendam como a atuação da Anatel pode ficar um pouco mais comprometida. A primeira delas é a de que alguns usuários podem se utilizar de redes privativas virtuais, que são as chamadas VPNs, para mascararem onde eles estão. As VPNs, por si, não são ilegais, está tudo bem. Mas o que a VPN faz tecnicamente? Ela faz uma conexão criptografada entre o usuário e o servidor da VPN, e aí você não sabe onde aquele usuário está. Então, se esse usuário se conectar a uma VPN no exterior, por exemplo, as prestadoras de telecomunicações aqui não sabem que ele não está no Brasil. Ele está no Brasil fisicamente, mas virtualmente ele não está. Essa é uma forma de ele burlar uma ordem de bloqueio. Então, isso é uma coisa que pode dificultar o controle.

Uma outra coisa que pode acontecer é que os próprios *sites* ilegais podem mudar os nomes deles, mudar os domínios deles. Então, o que hoje é "abcbet", amanhã ele muda para "abcdbet".

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele faz uma alteração de uma letra no *site* dele, e a Anatel trabalha com uma lista fechada que nos foi encaminhada pelo Ministério da Fazenda. Então, a gente não tem a possibilidade de estender um bloqueio para um nome que foi modificado. Caso o Ministério da Fazenda identifique que houve essa mudança de nome, essa migração de um *site* legal, ele nos encaminha esse novo nome e, a partir daí, nós comunicamos para as operadoras de telecomunicações.

Um ponto também que é muito importante para que fique claro é que a jurisdição da Anatel está limitada às prestadoras de telecomunicações. A gente não consegue alcançar... em termos legais, nós não conseguimos alcançar os agentes do ecossistema digital. Então, nós não temos ingerência sobre os *sites*. Nós só temos ingerência sobre as prestadoras de telecomunicações que oferecem serviço de acesso à internet. Mas o que acontece na internet, que *site* está oferecendo ou não um serviço de aposta ilegal, isso está fora da competência da Anatel.

Então, a gente, sob essa ótica, está fora do mundo digital. O que a gente consegue fazer é comunicar às prestadoras de serviço de telecomunicações: "Olha, bloqueie esse *site*", mas a gente fica realmente limitado à nossa competência legal, que está delineada pela Lei Geral de Telecomunicações. Então, a gente, por exemplo, não consegue ter ingerência sobre os provedores públicos de serviço de tradução de nome de domínio, que são os chamados DNS. Nós não conseguimos alcançar os provedores de rede de distribuição de conteúdo, que são os chamados CDNs. Então, isso, por exemplo, aí todo mundo fala muito a questão do Google, do Cloudflare, eles oferecem esse tipo de serviço. A gente não tem competência legal para atuar em cima desses agentes do ecossistema digital. Então, isso é um grande limitador.

Então, foi por isso – e aí a Senadora Soraya deve lembrar – que o próprio Presidente Baigorri entregou para a senhora uma minuta, um anteprojeto para a alteração da lei do marco civil da internet. Para quê? Exatamente para ampliar as competências da Anatel. A gente tem que conseguir alcançar os DNS, a gente tem que conseguir alcançar os CDNs, para a gente poder ter uma atuação mais forte e ter uma competência fiscalizatória em cima do que está acontecendo no mundo das *bets*. Da forma como está a delimitação legal de hoje, nós não temos essa competência.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, infelizmente, o que a Anatel consegue fazer é repassar uma ordem, seja judicial – e aí nós já repassamos mais de 139 ordens judiciais que nós já recebemos de bloqueio de *sites* – e também ordens administrativas vindas do Ministério da Fazenda – e aí já foi para mais de 8.560 *sites* que foram bloqueados. Mas sempre nessa condição de repasse de uma ordem e com uma fiscalização limitada.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Todos eles de jogos?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Todos eles de jogos. Eu só estou me referindo aqui aos *sites* de *bets*.

Então, assim, é importante que, como foi apresentado pelo Presidente Baigorri, possa haver uma modernização do marco civil da internet para que tanto o provedor de conexão da internet quanto os responsáveis pelos demais serviços habilitadores de conectividade e os provedores de aplicação de internet possam ser responsabilizados civil e administrativamente, caso eles desobedeçam a ordens judiciais ou, o importante, ordens administrativas. A Anatel está num mundo administrativo e para a gente poder atuar com mais segurança, a gente tem que ter competência e mandato legal para tanto.

Então, esse anteprojeto que o Presidente apresentou também confere à Anatel uma competência para regular, fiscalizar e sancionar as empresas responsáveis pelos serviços habilitadores de conectividade. Então, nós precisamos ter essa alteração legal para poder atuar com maior eficiência.

A gente sabe que esses *sites* ilegais de *bets* trazem prejuízos de toda sorte, e a Anatel, dentro da sua competência legal, está executando o que é possível para poder auxiliar o Ministério da Fazenda e, assim, tentar diminuir o estrago que está sendo feito.

É isso, Presidente.

Eu fico à disposição aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, ilustre convidada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra à nossa Relatora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Dra. Lea, muito obrigada pelas informações.

Eu gostaria aqui de apenas falar para os colegas, informá-los do meu projeto de lei. Espero que tramite para proibir, realmente, via lei, via legal, a... Estou tentando abrir para ver o número, tá? Que dispõe sobre a realização de apostas de quota fixa por beneficiários de programas sociais e outras providências, só para avisar. Não sei o número aqui, não consegui abrir. (*Pausa.*)

É o 3.757, de 2024.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É o 3.757, de 2024. (*Pausa.*)

O.k.

Bom, Dra. Lea, muito obrigada.

Realmente, o Presidente Carlos Baigorri?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES (*Fora do microfone.*) – Baigorri.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Baigorri. Ele esteve comigo, foi muito elucidativa a conversa, e ele entregou pra gente essa minuta de um pré-projeto.

Mas nós discutimos também, diante da emergência, da urgência e da relevância, que são os requisitos de uma MP, nós identificamos... Nós... Eu estou aguardando uma agenda com o Ministro Fernando Haddad para que ele decida se vai fazer uma medida provisória – tá? –, porque a medida provisória, para quem não sabe – a gente está falando com tantas pessoas, as pessoas estão nos acompanhando –, entra em vigor no ato da publicação e depois ela vai virar, vai se transformar em uma lei. Mas, então, é a forma mais rápida, porque um projeto de lei realmente demora muito. Então, diante da relevância e da urgência, nós temos os requisitos, e isso é relevante e urgente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lea, a maioria das perguntas que eu ia fazer você já esclareceu, tá?

Eu gostaria de saber, dentre tudo que você falou, quanto tempo leva esse processo do Ministério da Fazenda até chegar à Anatel, até vocês avisarem essas 21 mil operadoras. Quanto tempo leva para caírem efetivamente, para atingir o escopo desse trabalho?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES (Para expor.) – Excelente pergunta, Senadora. (*Fora do microfone.*) Excelente pergunta. Obrigada.

Quando a gente recebe uma solicitação, uma lista do ministério, imediatamente, no mesmo dia, em questão de horas, nós já fazemos a notificação. O que todo mundo tem que entender é que, quando a gente trata de 21 mil operadoras, nós temos operadoras de distintos portes e muitas operadoras que são pequenas. O que pode acontecer é que essas operadoras menores não tenham uma capacidade técnica imediata de efetuar o bloqueio, mas elas não respondem por uma grande parcela de consumidores. Então, por isso, a gente acaba focando nas prestadoras que têm maior porte. Elas fazem tudo imediatamente, tá? Mas nossa comunicação pra todas as 21 mil operadoras é feita no mesmo dia, nós já fazemos no mesmo dia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Entendi, mas, de uma forma ou de outra, Dra. Lea, é enxugar gelo – não é? –, porque, como a senhora bem disse, o VPN não é ilegal, mas eles conseguem mudar apenas um ponto, uma letra, e continuarem com a mesma plataforma com outro nome.

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então é algo que nos impressiona sobremaneira. Costumo dizer aqui que a gente está ou nós estamos tentando trocar o pneu com o carro andando e nós estamos muito atrasados, porque eles já estão anos-luz à nossa frente e nós acordamos assim do dia para a noite com esse escândalo.

A senhora já falou também sobre a necessidade de aprimorar a legislação, praticamente tudo aqui. Agora, sobre publicidade e propaganda, gostaria de saber se a Anatel monitora a veiculação de propagandas de plataformas de apostas nas telecomunicações. Como é que ela

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atua e se atua, se é da competência, em casos de publicidade inadequada ou não regulamentada?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Não, a Anatel não atua sobre plataformas digitais, então a gente não pode atuar sobre a publicidade que elas fazem. A competência legal da Anatel, delimitada pela Lei Geral de Telecomunicações, está sobre os prestadores de serviços de telecomunicações. Então, por exemplo, se uma operadora de internet móvel ou fixa faz algum tipo de publicidade do serviço dela que não esteja de acordo, seja com o CDC (Código de Defesa do Consumidor), seja com o regulamento específico de consumidor que existe na Anatel, isso pode ser acompanhado pela Anatel, isso pode gerar um processo sancionatório, claro, com a devida observância do processo legal e da ampla defesa, e isso pode culminar numa multa, mas, mais uma vez, isso não engloba as plataformas digitais.

Então, este é o problema: a gente não consegue alcançar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Vocês têm notícias se a operação dessas plataformas tem gerado algum impacto específico no tráfego de dados das redes de telecomunicações brasileiras? Existe notícia sobre isso?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Não, eu desconheço qualquer notícia sobre esse aspecto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Bom, em relação à cooperação com outras agências, como é que a Anatel colabora com a Receita Federal, com o Banco Central e outros órgãos para coibir atividades ilícitas, como a lavagem de dinheiro por meio dessas plataformas, e se existe alguma proposta em discussão sobre a criação de um marco regulatório que envolva o setor de telecomunicações no combate às irregularidades?

Bom, primeiro eu creio que seja essa minuta que eu recebi das mãos do Presidente, mas existe uma colaboração, uma força-tarefa com outros órgãos?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – A Anatel continuamente colabora com outros órgãos, mas dentro da atuação da Anatel. Então vou dar um exemplo aqui que não tem a ver com *bet*, não tem a ver com o *site*, não é? Por exemplo, a Anatel cuida da venda de produtos não

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

homologados; então, por exemplo, existe um grande problema no Brasil das TV *boxes* piratas. O pessoal compra uma caixinha pirata e aí quer ver o que seria televisão paga fechada, e eles pagam um valor e querem ver isso para sempre de graça, não é? Isso é um produto ilegal, um produto não homologado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O "gatonet".

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É o "gatonet".

O que acontece? A Anatel colabora diretamente, por exemplo, com a Receita Federal para poder buscar produtos que estejam chegando no Brasil, inclusive pelas fronteiras, para evitar a comercialização de produtos irregulares ilegais, que eles inclusive colocam os usuários em perigo, seja por... Imaginem se a gente está falando de um celular ou de um carregador de celular que pode ter um hiperaquecimento e explodir, queimar, pode causar até uma fatalidade. Mas isso está dentro da competência da Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Desculpe-me interrompê-la, mas, olha, isso parece a história de cigarro eletrônico, viu? Que é proibido, mas aí, se você vai ali na Feira dos Importados, você compra tranquilamente esse negócio lá. Não é isso?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – É, a gente tem, para esse caso específico, que, mais uma vez, não tem relação com *bets*... Para buscar produtos que não são homologados, existe um plano de combate antipirataria. A Anatel já tirou do mercado mais de 8 milhões de produtos – já confiscamos, tá? – em associação e com ajuda e cooperação de outros atores, como a Receita Federal. Mas isso está dentro das ações da Anatel que estão dentro da competência legal. Aqui, não. O que a gente tem em relação às *bets* é só esse acordo de cooperação com o Ministério da Fazenda para agilizar como é o procedimento de comunicação, mas ele não ultrapassa isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Dra. Lea, esta limitação de atuação da Anatel é apenas legal? Ou ainda é necessário para que ela

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atue... É necessário que melhorem as condições tecnológicas de programas? O que é necessário além da parte legal? Qual também seria o investimento?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Perfeito.

O primeiro ponto é pessoas. A Anatel precisaria ter mais servidores dedicados. Quando a gente pensa em, por exemplo, uma verificação da efetividade de um bloqueio, a gente precisa ter homens/hora, a gente precisa ter pessoas que estão dedicadas a esse assunto. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é a gente ter orçamento para gente automatizar esse tipo de análise, porque é tão dinâmico... E, quando a gente pensa que um *site* muda de nome e vai migrando e você tem que ficar numa busca contínua disso, você tem que usar ferramentas de inteligência artificial, você tem que buscar soluções tecnológicas para otimizar essa análise de eficácia. E para isso a Anatel precisa de orçamento, precisa de homens/hora e precisa de mandato legal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É possível... A senhora sabe da existência de alguma ferramenta tecnológica que consiga identificar e rastrear – "olha, aquele *site* acabou de ser mudado"? Existe alguma espécie de programa que a gente possa adquirir?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Eu acho que de prateleira não. Não que já esteja pronto, mas acredito que possa ser desenvolvido, tá? É só porque, mais uma vez, está fora da nossa competência legal e a gente não tem orçamento nem homens/hora para isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Pois é. Eu, por enquanto, estou satisfeita. Durante as demais perguntas, pode ser que surjam outras, mas obrigada pela colaboração da Anatel. E saiba que vamos atuar nessa legislação o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu vou iniciar já sugerindo uma forma de resolver parcialmente essa questão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os mais interessados nessa questão de controle de *sites* ilegais são os próprios *sites* legais, que passarão a ser legais. Então, tipo... Não digo autocontrole ou autorregulamentação, mas eu acho que eles é que podem mais contribuir realmente com isso, porque acho que o Ministério da Fazenda vai ter muita dificuldade de acompanhar esses *sites* que mudam de minuto em minuto, mas essas empresas que têm interesse, que estão sendo regularizadas, poderão contribuir muito nesse aspecto. Então, acho que o caminho é por aí.

Bem, vamos aqui... Com relação aos aspectos legais e regulatórios, como a senhora, avalia a viabilidade técnica e jurídica de ampliar a competência da Anatel para incluir a fiscalização de conteúdo na internet, considerando a eficácia de bloqueios em face das tecnologias do VPN, como foi falado aqui, e redes descentralizadas?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES (Para expor.) – Senador, como eu disse antes, essa alteração do marco legal, essa ampliação de competências é necessária. Nós hoje estamos vivendo num mundo que transita por plataformas digitais. E, quando a Anatel não tem competência para atuar, para fiscalizar, para poder sancionar essas entidades que estão nas plataformas digitais, a gente não consegue ajudar.

Então, é muito necessário, é pertinente e essencial que haja uma modernização do marco legal e que confira à Anatel a competência para regular as plataformas digitais. E eu acredito que temos um corpo técnico habilitado, muito competente e que pode colaborar bastante com essa questão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quais seriam as implicações jurídicas, administrativas e tecnológicas da aprovação do anteprojeto de lei que busca alterar o marco civil da internet, sobretudo em relação à expansão do escopo da atuação da Anatel?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Eu acredito que, com essa ampliação, a Anatel fica mais fortalecida, ela vai conseguir atuar hoje onde antes não era necessário. E hoje o mundo mudou, e a gente precisa acompanhar essa mudança. Precisaremos de mais orçamento e precisaremos de mais servidores.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quais são os principais pontos dessa proposta em relação à ampliação do poder regulatório da Anatel sobre os agentes do ecossistema digital? Além disso, como a Anatel pretende balancear a necessidade de controle estatal com os limites de privacidade e direitos digitais do cidadão?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Perfeito. Hoje, um provedor de internet só pode ser responsabilizado civilmente caso ele descumpra alguma ordem judicial. Essa ampliação traria essa responsabilização também em caso de ordens administrativas, e a Anatel poderia receber a competência para administrativamente determinar a exclusão de um conteúdo ou o bloqueio a um determinado *site*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quais parâmetros regulatórios e técnicos estão sendo discutidos para determinar a lista de agentes digitais sujeito à fiscalização da Anatel, caso haja ampliação das competências da agência?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Como eu falei aqui antes, a gente está pensando em poder regular, trazer para dentro plataformas e provedores de aplicativos. Quando eu falo de Cloudflare, de Google, são todas as entidades que hoje atuam no ecossistema digital e que estão fora do nosso alcance. Então, a gente quer trazer tudo isso para a competência da Anatel, para a gente de fato conseguir colaborar, porque hoje, como eu falei antes, a gente está bem limitado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Como a Anatel prevê abordar exatamente a resistência de grandes plataformas digitais como o Google, Meta, diante de possíveis responsabilizações civis pelo descumprimento de ordem administrativa, considerando precedentes internacionais?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Quando a gente pensa em alteração do marco legal e aí você cria um lastro legal para que a Anatel possa atuar, eu acho que as plataformas que atuarem no Brasil têm que se ajustar, elas têm que aceitar o arcabouço legal do Brasil e não vão poder contestar a competência da Anatel. Hoje, essa dúvida sobre a competência existe porque não está claro, não está escrito que podemos atuar sobre plataformas legais. Uma vez que isso seja solucionado, isso seja modernizado, eu acho que eles não vão poder contestar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Só uma dúvida: quer dizer que ninguém controla o conteúdo de Netflix, por exemplo, de Globoplay?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Quando a gente pensa em conteúdo, existe uma outra agência que é a Ancine, que é a agência do cinema, que tem algumas competências legais para tratar de conteúdo, mas isso está fora das competências da Anatel.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, quais instrumentos normativos e mecanismos de fiscalização estão sendo discutidos junto ao Congresso Nacional para aprimorar a legislação frente aos desafios regulatórios apresentados pela economia digital?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Perfeito. Como eu disse, o Presidente da Anatel já apresentou um anteprojeto para a modernização da lei do Marco Civil, para poder trazer a competência da Anatel para alcançar todos os entes que estão no ecossistema digital. Então, acho que a mudança dos arts. 18 e 19 do Marco Civil da Internet vão trazer esse conforto para que a Anatel possa atuar de forma mais efetiva.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O Presidente entregou...

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Ele já mostrou esse projeto, inclusive para a Senadora Soraya.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas não foi ainda oficialmente apresentado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Senador Izalci, nós estamos em dúvida se apresentamos um projeto de lei ou se transformamos em uma medida provisória, que seria o mais viável, o mais rápido agora. Então, eu estou aguardando o retorno do Ministro Fernando Haddad.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A Anatel considera o modelo atual de bloqueio de *sites* como base em lista fornecida pelo Ministério da Fazenda eficaz?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Bom, a Anatel não consegue fazer juízo de valor sobre os *sites*. Então, a Anatel não consegue entrar no *site* e falar: este *site* aqui é legal ou ilegal. Isso é

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma competência, pela Lei das *Bets*, que cabe ao Ministério da Fazenda. Então, ele tem funcionado muito bem, uma vez que o Ministério da Fazenda faz essa análise e vê quais são os *sites* legais e quais são os ilegais e nos comunica. E, como eu coloquei antes, a comunicação é imediata, e nós já repassamos a ordem para todos os mais de 21 prestadores de telecomunicações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu vi, num depoimento de alguém aqui, que você desconstrói 2 mil *sites*, mas, em alguns minutos, eles voltam a funcionar da mesma forma. Qual é esse prazo que o Ministério da Fazenda entrega para vocês? Quanto tempo leva para tirar normalmente, em média, o *site* do ar?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Então, a comunicação que nós fazemos para as operadoras é imediata – ela é feita no mesmo dia, em questão de horas –, e, a partir daí, cada operadora vai ter seus procedimentos internos para poder fazer esse bloqueio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O Ministério da Fazenda manda via *e-mail* ou alguma coisa assim?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Ele manda via projeto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não é por malote, não?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Não, não é por malote, não. Nós usamos um processo eletrônico denominado SEI. E, a partir do SEI, nós recebemos essa lista e imediatamente fazemos a comunicação eletrônica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Para esses 21 mil...

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Para esses mais de 21 mil prestadores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... prestadores.

Existe discussão sobre aprimoramentos como critério mais dinâmico ou uso de inteligência artificial? Que mecanismos específicos a senhora propõe para garantir a eficácia do bloqueio sem violar os direitos de privacidade e liberdade digital?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Esse monitoramento – eu vou dar um exemplo que o senhor trouxe de um *site* que muda de nome, muda uma letrinha e migra para um outro *site* – que tem um caráter dinâmico não é feito pela Anatel. Nós não temos competência legal para analisar esse tipo de coisa. Então, eventual monitoramento é feito pelo próprio Ministério da Fazenda – e aí eu não sei como eles executam esse monitoramento –, mas, assim que eles nos mandam a lista, nós repassamos para os prestadores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, pelo que já aconteceu, vocês receberam a informação do Ministério da Fazenda e pediram às 21 mil para dar a baixa. Quanto tempo depois o Ministério encaminhou outra e provavelmente só com a mudança da letra aí? Passa no dia seguinte ou não?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Não existe uma periodicidade preestabelecida. Mas, por exemplo – eu vou dar um exemplo para o senhor –, ontem, recebemos uma lista com 3,2 mil e ontem mesmo já avisamos para todas as operadoras. Então, assim, não existe uma periodicidade específica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

O SR. GESILEA FONSECA TELES – O que o acordo de cooperação fala só é que a comunicação será dada imediatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, a senhora já mencionou a necessidade de alterar a lei para incluir operadores do DNS e as redes de servidores locais, as CDNs. Dado que tais alterações podem ter um impacto internacional e técnico significativo, como a Anatel pretende articular essas mudanças com grandes provedores globais, como o Cloudfare, e para evitar represália que possa afetar a conectividade da economia digital no Brasil?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – A gente passou por uma situação que foi um pouco parecida com o que a gente está discutindo aqui quando a Anatel determinou o bloqueio da plataforma X.

Nós não determinamos o bloqueio, nós estávamos cumprindo uma ordem do STF para que fosse bloqueado. E a Anatel conseguiu, utilizando ferramentas para identificar onde que

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava a plataforma X, como que a gente conseguia bloquear. Inicialmente, a gente não conseguiu o bloqueio imediato, e aí fizemos um estudo técnico, apurado, de como identificar e possibilitar esse bloqueio, e assim conseguimos fazer. E, no final, a plataforma X cumpriu tudo o que foi determinado pelo STF. Então, eu acho que...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas se a Anatel não tinha competência para isso, como é que vai fazer?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Não, ordem judicial, não é? Quando a gente recebe uma ordem judicial...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mesmo se não é competência de vocês, vocês fazem?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Nós não bloqueamos, não é? O que a gente faz é comunicar as operadoras para obedecerem um bloqueio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ah, sim.

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Então, nós fizemos isso. Da mesma forma como nós fazemos com o Ministério da Fazenda, nós fazemos quando recebemos uma determinação judicial. Eu estou dando um exemplo de como foi feito e um exemplo de sucesso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Qual a justificativa para a Anatel propor ampliar os seus poderes de regulação, em vez de buscar parceria com operadoras internacionais de DNS, para minimizar as brechas legais existentes?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Quando a gente pensa em parceria, a parceria é sempre boa, não é? A questão é que a gente precisa de lastro legal para a gente poder fiscalizar e sancionar, porque muitos entes do ecossistema digital funcionam sob sanção. Então, quando você não tem um poder de *enforcement* em cima de uma empresa, ela pode optar por não colaborar. Então, seria sempre mais seguro, juridicamente falando, a gente conseguir ter competência legal para atuar sobre esses entes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, dado que a Anatel não possui competência legal para fiscalizar agentes do ecossistema digital e que os *sites* de apostas dispõem de diversas formas de burlar bloqueios, quais são as ferramentas tecnológicas específicas que a Anatel considera essenciais para mitigar a vulnerabilidade? Quais estudos internacionais embasam a viabilidade dessas ferramentas no contexto brasileiro?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Como eu falei, por não ser competência da Anatel, nós não dedicamos o nosso corpo técnico a estudar ferramentas para monitorar algo que está fora da nossa competência legal. Então, imagino que o Ministério da Fazenda, que faz esse tipo de monitoramento, possa ter uma resposta mais acurada sobre isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, quais barreiras técnicas e operacionais têm limitado a implementação eficiente de tecnologias, como a questão do geo, porque você não sabe em que país? Considerando fatores como precisão geográfica, impactos no tráfico legítimo de dados, vocês não chegaram a discutir isso porque não é competência de vocês?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Não, não é competência nossa, por isso que é importante que a gente tenha um mandato legal para poder ter essa competência e, a partir daí, a gente poder dedicar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas vocês têm capacidade para isso?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Nós temos um...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Um corpo técnico para isso...

O SR. GESILEA FONSECA TELES – ... corpo técnico muito competente para isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Como a Anatel pretende mitigar as limitações técnicas e operacionais? O que ferramentas como VPNs e *sites* espelhos representam para os bloqueios de páginas de apostas *online*?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Como eu coloquei aqui antes, a VPN é uma forma de subterfúgio. Nem toda VPN é ilegal, mas ela pode ser utilizada para mascarar onde o usuário está localizado. Então, se ele está conectado a uma VPN no exterior, para as redes de telecomunicações, ele não está no Brasil. Então, ele consegue burlar um eventual bloqueio. Mas, mais uma vez, a gente não tem competência para ficar estudando sobre isso.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, mas como já tem uma proposta de mudança encaminhada ao Congresso, você já deve estar...

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Sim, mas eu não tenho nenhuma proposta aqui para apresentar para o senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quais métricas ou metodologias a Anatel utiliza para monitorar a eficácia dos bloqueios realizados pelas empresas de telecomunicações, incluindo a análise de impacto da redução do tráfico ilícito?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Nós temos algumas ferramentas internas da Anatel que a gente pode usar para monitorar um eventual bloqueio.

Nós fizemos isso no caso da plataforma X, mas era uma plataforma. Hoje, quando a gente está falando de mais de 8,5 mil *sites*, esse monitoramento é possível, mas ele é manual. Então, nós precisaríamos ter mais corpo técnico e precisaríamos ter mais orçamento para poder intensificar esse monitoramento. Ele é tecnicamente possível, mas a gente precisa trazer mais tecnologia para ele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quando vocês encaminham para os 21 mil operadores aí, só encaminham? Vocês acompanham isso, se realmente eles tiraram ou não?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – É possível acompanhar, como eu disse para o senhor, é possível acompanhar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Falta ferramenta, falta mais gente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Falta mais gente e falta ferramenta para fazer isso de uma forma automatizada. Nós podemos fazer e conseguimos fazer de uma forma manual.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quais critérios técnicos e operacionais norteiam a priorização de bloqueios de *sites* ilegais, considerando a gravidade da inflação ou do volume de tráfico ilícito?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – A análise sobre o bloqueio, qual *site* está legal ou ilegal e qual a prioridade para fins de bloqueio é feita pelo Ministério da Fazenda. A gente realmente só recebe uma lista e a gente não tem ingerência nem juízo de valor sobre essa lista.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Há planos estruturados para monitorar de forma centralizada a eficácia dos bloqueios realizados pelas prestadoras de serviço, integrando o resultado de operadoras menores?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Nós estamos estudando, estamos tentando aperfeiçoar um procedimento de bloqueio que nós fazemos por uma questão em que temos competência, que não é o caso aqui, que é o que eu falei da TV *box* pirata. Nós temos um laboratório antipirataria em que a gente faz bloqueios... Nós fazemos, não, nós solicitamos, comunicamos às prestadoras para que façam bloqueios de endereços IPs que são utilizados para acessar conteúdo audiovisual não autorizado, a pirataria audiovisual. Então, poderíamos fazer uma coisa semelhante para a *bets*, mas precisaríamos de mais infraestrutura, mais gente e competência legal, porque esse exemplo que eu te dei, ele trata de serviço não... de produtos não homologados que estão na competência legal da Anatel e por isso a gente consegue agir.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Como a Anatel pretende garantir que as novas atribuições propostas sejam fiscalizadas de forma eficiente, considerando que hoje não consegue monitorar os bloqueios de pequenas operadoras nacionais?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – A Anatel consegue monitorar os bloqueios, como a gente conseguiu fazer o bloqueio, por exemplo, da plataforma X e conseguiu monitorar esse bloqueio. Isso é possível, mas a quantidade...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Foi uma.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Oi?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas foi um.

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Foi uma. A gente consegue também monitorar o bloqueio de *sites* que são definidos e listados pelo Ministério da Fazenda. O que eu falei é que a quantidade de *sites* exigiria uma força de trabalho maior e mais ferramentas automatizadas para fazer esse tipo de monitoramento. Nós não temos até hoje nenhuma informação da Anatel, que chegou à Anatel, de alguma prestadora que tenha descumprido uma ordem de bloqueio que foi emanada pelo Ministério da Fazenda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tá.

Quais mecanismos a Anatel possui ou planeja implementar para identificar indícios de conivência ou negligência de empresas que demorem a atender as ordens de bloqueio?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Então, como eu falei, nós temos 21 mil operadoras. Quando você trata de operadoras que são regionais, às vezes você tem operadoras que só atuam dentro de um município – elas são muito pequenas, estão em áreas isoladas –, às vezes elas podem demorar um pouco mais para realizar todos os procedimentos para fins de bloqueio, mas essas operadoras não respondem para uma parcela significativa do mercado de acesso à internet. Então, quando a gente pensa nas maiores operadoras, aí eu penso em 190 operadoras, que são as operadoras que respondem a mais de 80% do tráfego que é custado na internet em relação ao acesso à internet, isso a gente consegue monitorar, lembrando que não fazemos de forma contínua e de forma sistematizada, não temos ferramenta para isso, mas temos capacidade técnica para tanto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A Anatel considera viável criar um sistema nacional integrado de monitoramento em tempo real para coordenar bloqueios e responder às novas ameaças em parceria com outros órgãos reguladores?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Eu acredito que sim, lembrando que o bloqueio nunca é efetivado pelo agente público. O bloqueio não é efetivado porque nós não temos ingerência sobre as redes das operadoras. A gente vai sempre funcionar com uma comunicação

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para as operadoras, cada uma bloquear dentro da sua rede, adotando os procedimentos para bloqueio, mas é possível uma coordenação sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – De que forma, a Anatel está se preparando para lidar com a descentralização das operações ilegais facilitadas por redes *blockchain*, considerando a anonimização inerente a essas tecnologias? *Blockchain* hoje é nesses jogos, não é?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Como eu disse, quando a gente pensa em atuação em áreas em que a Anatel não tem competência legal, a Anatel ainda não está dedicada ao assunto. Mas dentro do que temos competência legal, e aí, mais uma vez, eu vou puxar para a certificação de produtos de telecomunicações, nós adotamos... nós temos laboratório antipirataria, nós identificamos produtos não homologados, nós inclusive solicitamos o bloqueio de endereços IP que acessam conteúdo audiovisual, então a gente consegue fazer isso, mas a gente sempre atua dentro da nossa competência legal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A atual parceria entre a Anatel e Ministério da Fazenda e provedores de internet é suficiente para o combate eficaz às *bets* ilegais? Quais aprimoramentos poderiam ser implementados?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Bom, considerando o marco legal atual, é o que é possível fazer: é a Anatel receber uma ordem e repassar essa ordem para as operadoras. Caso haja uma ampliação de competência legal, poderemos, inclusive, sancionar DNS, poderemos sancionar eventualmente uma Google ou eventualmente uma *cloudflare* que possibilite um acesso a um *site* que esteja bloqueado. Isso não é possível hoje, mas dentro do marco regulatório atual isso é suficiente.

Agora, claro, sempre quem quer ir infringir a lei vai sempre conseguir burlar. Então eles vão sempre tentar buscar alternativas para fugir dos bloqueios. E a gente fica sempre tentando correr atrás dessas alternativas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A Anatel planeja exatamente estabelecer parceria com provedores de VPN ou empresas de tecnologia para desenvolver soluções conjuntas contra a evasão de bloqueios?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Nós não estamos fazendo isso ainda, mas isso é uma possibilidade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quais as iniciativas a Anatel está desenvolvendo em colaboração com reguladores e provedores internacionais para fortalecer o combate aos *sites* ilegais hospedados no exterior?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Mais uma vez, por ausência de competência legal para regular plataformas digitais ou *sites*, a Anatel não tem avançado nesse ponto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ela está de olho – não é? – porque...

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Claro, a gente está de olho e a gente está pedindo essa competência exatamente porque a gente sabe que é necessário.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, quais as medidas estão sendo implementadas para lidar com a rápida adaptação dos operadores ilegais como uso de plataformas de hospedagem em paraísos fiscais? Também é o que vocês estão...

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – A resposta é a mesma.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tá. Como a Anatel está endereçando as limitações legais impostas pela hospedagem de *sites* ilegais em jurisdições permissivas, como Curaçao, ilhas... onde tem instalado isso aí? A mesma coisa, não é?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – A mesma coisa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O bloqueio de *sites* ilegais tem reduzido efetivamente as operações ilícitas ou apenas deslocado operador para outros domínios? Acho que tem... Vocês estão conseguindo...

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Tudo o que nos é passado pelo Ministério da Fazenda, nós repassamos a ordem, e essa ordem é cumprida.

Agora, a quantidade de *sites* que são ilegais ou quantos migraram para outros nomes, por exemplo, nós não temos essa informação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas vocês já bloquearam em torno de 8 mil *sites*?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Foram mais de 8,5 mil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E vocês acham que tem quantas operando hoje?

A SRA. GESILEA FONSECA TELES – Não temos essa informação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O Ministério da Fazenda tem esse controle?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – O Ministério da Fazenda é que nos manda a lista de quais *sites* devem ser bloqueados.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mudando o marco, vocês passam a ter tudo isso?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – É possível que a gente consiga fiscalizar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Dada a limitação tecnológica mencionada pela Anatel para fiscalizar os bloqueios de *sites* ilegais, por que não houve um esforço prévio para adquirir ferramentas apropriadas, considerando que o problema das *bets* não é recente, já vem de algum tempo isso?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Isso é interessante. A Anatel, em momento algum em que a lei das *bets* foi aprovada, a Anatel foi chamada para participar ou para colaborar até para alertar que seria necessário ter uma ampliação de competência legal para a gente poder ajudar. Então, existe um problema posto por uma lei, e, na prática, esse problema consegue ser melhor acompanhado e melhor solucionado com a atuação da Anatel, mas a Anatel precisa participar do processo e, para isso, a gente precisa de mandato legal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vocês não foram chamados no início...

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Não fomos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... da regulamentação...

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Para nada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... disso?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Caramba!

Quais os recursos orçamentários e humanos adicionais são necessários para que a Anatel desempenhe papel mais ativo no combate às atividades ilegais *online*?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – A gente precisaria de mais gente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quanto? Esse mais é o quê?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Eu, eu não tenho, eu não tenho... Nós temos um corpo técnico que já está deficitário, já estamos aquém da quantidade de servidores de que nós precisamos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vocês trabalham hoje com quantos por cento do previsto?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Eu não, eu não tenho certeza. Eu acho que... A gente está 15% abaixo? Eu não tenho certeza desse número. Eu posso trazer depois.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas 15% seriam suficientes se estivesse completo? Ou não?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Eu imagino que não, porque a gente tem que pensar que, entrando no ecossistema digital, a gente vai ter que desenvolver outras competências, outras ferramentas. Então, é uma ampliação de competência e a gente vai precisar de mais gente e de mais orçamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Como a Anatel está se preparando para lidar com o potencial aumento de casos de descumprimento das prestadoras de internet, considerando os limites de multas aplicáveis? Tem...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Tem limite, sim, tá? Qualquer infração que seja de competência de apuração da Anatel... Ela tem um limite legal. Dentro da Lei Geral de Telecomunicações, existe um teto de 50 milhões por infração. Então, caso haja uma determinação da Anatel ou haja um descumprimento de uma regra da Anatel, a prestadora pode vir a ser sancionada. Existe o processo sancionatório, o devido processo legal, a ampla defesa, tudo certinho. E, aí, eles podem vir a ser sancionados por até R$50 milhões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senadora Soraya, V. Exa. viu o projeto. Ele já foi protocolado? Não?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está definindo se é medida provisória...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Nós estamos definindo. Isso!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... ou se é projeto de lei?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu acho que a melhor forma é medida provisória, para que... Pela urgência do caso, não é? É a melhor forma.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É mais rápido.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Então, nós estamos com a minuta. Se o senhor quiser ver... Mas eu pedi uma agenda com o Ministro Fernando Haddad.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Legal.

Presidente, é isso...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Eu tenho uma pergunta ainda... Não sei se tem mais... Ah, o Alessandro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só queria fazer um apelo a V. Exa., para que a gente... Está na segunda parte, não é? A aprovação dos pedidos de informação?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ah, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – É apenas um pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E não envolve a Dra. Gesilea.

Parabéns pela apresentação, por sinal.

O SR. GESILEA FONSECA TELES (*Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – É uma comunicação, Sr. Presidente, porque, como é fato notório, esta CPI foi alvo de matérias na imprensa recentemente, dando conta de supostas tentativas de extorsão e achaques levadas a termo contra empresários do ramo de *bets*.

Veja, Sr. Presidente, eu espero, agora em abril, com fé em Deus, completar 50 anos de vida e tenho mais de 30 anos de trabalho. Não tem a menor possibilidade de eu estar envolvido em coisa errada. Eu já solicitei formalmente ao PGR que faça a instauração de inquérito para a apuração desses fatos. A gente tem que entender que ou esta Casa se dá ao respeito, e isso envolve todos os Parlamentares e as suas equipes, ou a gente não vai para lugar nenhum. Então, espero, fortemente, que o Procurador Paulo Gonet instaure inquérito, faça os levantamentos necessários e, se alguém fez alguma coisa errada, seja duramente punido, porque a gente não pode tolerar esse tipo de coisa e mais ainda quando se sabe que estamos aqui apurando atividade que envolve bilhões de reais, que drena recursos da saúde, que drena recursos da economia popular, que claramente tem indícios de crime de lavagem, de envolvimento de agentes públicos. Então, a gente tem que ter muita cautela e firmeza pra cuidar disso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É apenas uma comunicação para que não fique só essa troca de mensagens via imprensa, para que fique muito bem formalizado e já exigir que seja instaurado um procedimento. A gente tem que ter – e todos nós respondemos aos nossos eleitores, aos nossos estados – responsabilidade com o que faz.

Então, eu agradeço-lhe pela atenção, Presidente, e novamente parabenizo pela apresentação a nossa querida Superintendente da Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, querido Senador Alessandro Vieira. Faço minhas as suas palavras.

Infelizmente, eu sou mais velho do que V. Exa., mas também eu tenho uma vida como policial, seu colega, porque também sou médico-legista, que foi uma vida venturosa; e, como médico, não foi diferente; e aqui no Congresso Nacional, há mais de 12 anos, também não tenho nada que macule a condução política dos meus mandatos.

Então, é como eu falei aqui – o senhor chegou um pouco depois –: estou muito tranquilo para continuar o trabalho desta CPI, porque esta CPI não é nossa, ela é do Brasil. O Brasil clama por uma regulamentação adequada dessa jogatina desenfreada e sem o menor controle que está acontecendo no nosso país. Eu falei nisso na instalação desta CPI. Eu falei: "Ó, nós não aprovamos os cassinos físicos, que são rastreáveis, que dá para fiscalizar, que geram emprego, que geram entretenimento, *shows*, fomentam arte, enfim, e nós colocamos cassinos de maneira desenfreada dentro da casa das pessoas sem o menor controle". É isso que a gente está fazendo aqui, e vou, com toda essa minha paciência, que me é peculiar, tocar esta CPI até o objetivo final. E, certamente, com a ajuda de todos e o compromisso de todos nós, nós vamos sair daqui com marcos legais adequados e com deliberações adequadas para proteger o povo brasileiro. Isso que é o fundamental.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente, ainda tenho duas perguntas para fazer, que me ocorreram agora, mas, antes disso, eu gostaria de agradecer a presença do Senador Alessandro aqui.

Logo que ocorreu o fato, Alessandro... Não sei se você estava acompanhando a minha fala no começo, eu fiz uma fala...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – As pessoas, às vezes, não sabem da nossa rotina aqui, mas a gente está em 15 Comissões ao mesmo tempo na última semana legislativa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – É verdade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mas a assessoria acompanhou e me reportou em resumo, e eu acompanhei as palavras de V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – O.k.

Como V. Exa. é delegado – e eu confio muito no seu trabalho, na sua competência, no tecnicismo com que V. Exa. trabalha, e nós somos da área jurídica –, eu lhe enviei tudo o que eu falei e eu faço questão de uma acareação, faço questão de uma acareação. Seja o nome que der... Eu estou acompanhando o pessoal aqui no *chat* e falaram – eu falei muito em fofoca –, mas a pessoa falou: "É, fofoca, geralmente, é verdade; isso aí é *fake news*". Seja o nome que for – *fake news*, fofoca –, é uma mentira, e nós vamos responsabilizá-los. Eu peço que, depois, se o senhor conseguir assistir, eu faço questão e questão da sua presença aqui.

Realmente, está difícil acompanhar todos esses últimos dias, mas a presença de mais um delegado aqui, Senadora Damares – obrigada por vir também –, é de suma importância para nós, nos traz segurança e segurança para todos os colegas, enfim.

Mas obrigada pela observação.

Sra. Lea, eu gostaria de saber... Nós tivemos uma reunião com o Secretário Regis Dudena, e ele disse que seria possível – eu não sei se é algo do teu conhecimento –, que seria possível segurar... Vamos supor que nós proibíssemos de todas as maneiras o jogo virtual aqui no Brasil. Ele disse que seria possível a gente conseguir fazer um muro virtual no Brasil. E ainda eu questionei, porque, mesmo na China, no território chinês, em que não é permitido WhatsApp e outras redes sociais, lá as pessoas chegam, baixam o tal do VPN... E aí eu fiquei na dúvida, porque em tecnologia realmente eu sou muito analógica. Eu gostaria de saber de vocês: é possível? Tanto que na Loterj... Eu posso estar aqui no DF ou no meu Mato Grosso do Sul, entrar no *site* da Loterj e jogar pela Loterj, como eu posso jogar por outros estados ou por essas *bets*

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão autorizadas de forma precária, sei lá qual é o nome disso também, porque virou outra discussão enorme, mas eu posso jogar em qualquer plataforma, inclusive em plataformas fora do país. Mas é possível fazer essa muralha virtual?

O SR. GESILEA FONSECA TELES (Para expor.) – Senadora, obrigada pela pergunta.

É muito complicada a resposta dessa pergunta, porque a internet foi feita pra não ter fronteiras, ela foi desenhada pra isso, então qualquer tipo de bloqueio é tentar quebrar a natureza da internet. Então há uma dificuldade. O que a senhora colocou, por exemplo, de a China tentar bloquear algumas coisas, e aí a VPN vem como uma solução de burla desse bloqueio, é o desafio que todos nós temos. Então eu não consigo afirmar que é totalmente impossível, mas seria um desafio muito grande, muito grande, porque vai contra a natureza da própria internet.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS) – Aí falamos em liberdade de expressão, enfim...

A última pergunta é a seguinte: atualmente, a maior parte das pessoas utiliza telefones celulares com aplicativos para acessar o que quer que seja: *sites* de bancos, redes sociais e, o que nos interessa aqui, *sites* de *bets*. O usuário não sabe sequer qual é o domínio que o aplicativo irá acessar. Então, daí vai a pergunta: como funciona, em termos de tecnologia da informação, o acesso de *sites* por meio de aplicativos? É possível a *bet* via atualização automática do aplicativo instalado no celular, sem que o usuário saiba alterar o domínio que será acessado por meio do aplicativo?

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Como eu expliquei antes, o mundo dos aplicativos está fora da competência da Anatel. O que a gente consegue regular realmente é um usuário que contratou... no seu exemplo de celular, uma prestadora de serviço móvel celular para poder trafegar na internet. O que acontece na internet é um mundo sem lei, não há uma regulamentação pra isso. Então, a Anatel realmente não acompanha essa questão de aplicativos. Se é possível ou não fazer uma mudança, como é o exemplo que a senhora colocou, uma mudança de endereço relacionado ao mesmo aplicativo, atualizações, eu acho que tecnicamente tudo é possível – tá? –, mas realmente a gente não acompanha, por questão de competência legal.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora Damares, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, na verdade, eu esperava muito a presença do Presidente, mas acho que ele está de férias, não pôde vir. A D. Gesilea... É difícil, Gesilea.

E eu já soube pela minha assessoria que foi uma exposição muito boa, mas a gente vai continuar insistindo, se precisar, para que o Presidente venha também, tá?

D. Lea, eu não sei se a Mesa teve acesso ao acordo de cooperação para agilizar bloqueio de *sites* e apostas ilegais. Eu não consegui achar o acordo – o documento – nem no *site* da Anatel e também no *site* do Ministério da Fazenda. Eu não sei se a Mesa já tem, mas a gente gostaria de ter, eu gostaria de ter acesso a esse documento.

O SR. GESILEA FONSECA TELES (Para expor.) – Senadora, bom dia.

Sim. Esse documento é um documento público, tá?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. GESILEA FONSECA TELES – Eu não sei se, de repente, pode ter tido algum problema de *link* nessa reportagem aí, mas nós podemos disponibilizar, sim, sem problema algum.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A gente viu o tempo todo a senhora falando: "Não é competência, não é competência", e agora a gente vai ter uma legislação, não é? Essa legislação pode ser apresentada por medida provisória, mas, se não for, Soraya, que ela seja apresentada como autoria da CPI, a CPI como autora. Por quê? Precisou a CPI ser instalada para que muita coisa se movimentasse neste país.

E aí, Senadora Soraya, eu vou me dirigir à senhora: nós estamos incomodando, a senhora está incomodando. E a senhora sabia que não seria fácil – a senhora sabia disso. Quando a senhora e o Senador Hiran assumiram isto aqui, vocês sabiam que vocês seriam alvo de todos os ataques. Como eles não conseguem parar a CPI, porque tem Senadores aqui que trabalham muito – o Izalci, o Alessandro, os outros membros –, e sabem que não vão parar a CPI, então

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"vamos aos ataques à honra, à moral, à integridade". Você sabia que não ia ser fácil. Então, mantenha-se firme, tá? Nós estamos aqui, a medida que o Alessandro pediu é necessária, porque eu não sou membro, mas estou nesta Comissão, estou ajudando no que puder. A última reunião nossa, Senadora, teve tanto acesso! As pessoas fizeram o recorte de todas as falas. As falas da senhora, as falas do Senador Hiran, do Izalci circularam por este país. Como foi visualizada a última reunião nossa aqui! Por quê? A sociedade tem interesse – muito interesse. Então, se mantenha firme; o Presidente também. Daqui a pouco os ataques vêm ao senhor, Presidente, depois aos membros e, depois, aos não membros atuantes, mas, assim, vamos continuar.

E se a gente puder, se não for por meio de medida provisória, que seja de autoria da CPI, dá para a gente, mesmo durante o período de uma CPI, aprovar uma legislação – não precisar esperar o relatório final. Entramos como autores – a CPI – do projeto, a gente luta para aprovar, porque, quando esta Casa quer, esta Casa aprova em 24 horas uma matéria. Por quê? Vamos dar competência para a Anatel, porque vir aqui, D. Lea, e dizer "Não é competência, não é competência"... A gente mostra para a sociedade que a gente faliu, que o poder público está sem condições de fiscalizar, que virou realmente uma grande bagunça!

Então, se a gente puder apresentar... Se o Governo não mandar como MP, a gente apresentar e, na primeira semana da próxima sessão, a gente deliberar, é uma grande entrega desta CPI. Mas também não é só mudar as atribuições, o marco; é também equipar a Anatel. O Presidente esteve numa Comissão e ele disse que falta investimento, falta tecnologia; a senhora, agora, falou que faltam servidores, falta mão de obra. A gente vai ter que rever, porque a gente ter uma agência tão importante como esta, que podia ser a resposta para a ansiedade da sociedade...

A sociedade está em pânico, D. Lea, está em pânico com relação ao que está acontecendo com as apostas no Brasil. A sociedade alimentava uma expectativa na Anatel, e a gente alimentava uma expectativa no bloqueio. Aí o Sr. Presidente fala: "O bloqueio é enxugar gelo". Ele não sabe que efeito negativo essa fala dele fez. Eu queria muito que ele estivesse aqui. Eu não vou fazer as perguntas que eu tinha para ele, não vou fazer à senhora, mas vou desejar que, com essa modificação legislativa, a Anatel possa ter condições de dar respostas à sociedade. Na

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, acho que a gente vai ter que rever, no Brasil, as atribuições de um monte de agências reguladoras que nós temos aí e que não têm correspondido às nossas expectativas.

Me enviar, por favor, o documento ou entregar para a Secretaria, porque, sendo documento público, a gente realmente ficou preocupado por que não está em nenhum *site* esse termo de cooperação.

E, para encerrar a minha fala hoje, Senadora – hoje eu estou bem *light* –, o secretário das apostas... A gente pediu tanto a ele, na semana passada, que atualizasse a lista. Até agora a lista não foi atualizada.

Inclusive, eu sei que uma fala nossa aqui, Presidente, pode colocar em risco um empresário. Tem empresários sérios nesse setor, a gente já viu aqui. Tem gente que está ganhando dinheiro de forma ética, honesta. Às vezes, quando a gente cita o nome de uma empresa, a gente pode causar um dano, porque ele está fechando um acordo lá na ponta, um patrocínio. Eu citei o nome de uma empresa semana passada, e eles ficaram muito indignados, porque eles disseram que a forma como está lá na lista foi um erro do secretário. Então, que as empresas também busquem as suas reparações. Se o secretário, se aquela secretaria não está dando conta de atualizar uma lista que esta CPI pediu para ser atualizada – o nome da empresa estava de forma errada na lista –, que a gente realmente continue trazendo esse secretário quantas vezes for necessário para a gente cobrar dele.

Eu lhe falo, Senadora: após a abertura desta CPI, eu estou vendo muita gente preocupada, porque nós estamos expondo que o Brasil não estava pronto para as apostas, não está pronto para legalizar jogos de azar. O Brasil não tem órgãos de fiscalização atendendo as nossas necessidades. Nós estamos desnudando aí uma realidade, e essa vai ser a maior contribuição que esta CPI vai dar.

Fica firme, fica firme! O senhor também, Presidente, fica firme! Nós estamos trabalhando. É o último dia de sessão legislativa, e a gente aqui até essa hora. Então, fiquem firmes. Eu quero colaborar muito, ajudar muito você, Relatora, nesse processo todo.

Que Deus os abençoe.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aguardo o documento. E dá um abraço no seu Presidente, mas diz para ele que, talvez, a gente vá precisar dele aqui de novo, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ele...

Desculpa, vou lhe passar a palavra, Senadora Soraya.

Obrigado pelas suas considerações, mas é que o Presidente não se negou a vir. Ele está de férias. E como era a chefe do setor que estava sendo a razão dos nossos questionamentos, a gente achou que ela poderia participar e tirar nossas dúvidas. Foi muito bom. Agradeço à Lea a presença, mas, assim como a nossa querida Senadora Damares se manifestou, vamos, depois do nosso recesso, chamar o Presidente da agência aqui para fazer mais esclarecimentos.

Senadora Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Independência/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Senadora Damares, já estive, como a senhora, em CPIs de que não sou membro e agradeço a sua colaboração, o seu empenho, que são muito valiosos. Tem colaborado muito mais, inclusive, do que alguns membros. Sem atacar ninguém, eu acho que está todo mundo debruçado também sobre documentos e tal, e realmente está difícil, porque nós acumulamos um número de atividades ao mesmo tempo. Eu estou votando aqui e a gente está trabalhando aqui nesta Comissão, mas as outras estão também em atividade. Então, realmente é muito difícil, muitos Senadores com relatorias, enfim. Mas eu quero agradecer a sua solidariedade.

Na minha manifestação, na hora em que abriu a CPI, falei também da Senadora Eliziane. A diferença para com o Senador Renan Calheiros – porque esta é a terceira CPI de que eu participo – é que nós duas somos mulheres. Piora, é muito pior, é muito pior. E eu não sou vitimista, eu não sou vitimista, mas nós sabíamos, sim, que era muito grande, que era... Mas tudo realmente que a gente investiga em CPI tem um tamanho relevante, senão não seria CPI. Nós sabíamos, nós imaginávamos. E eu sabia inclusive que eu precisaria de segurança externa – e estou com segurança –, mas eu nunca imaginei precisar de segurança aqui dentro da Casa onde eu trabalho. Essa, para mim, foi, assim, a maior descoberta. Infelizmente, eu estou precisando de segurança para andar aqui dentro.

Então, vamos aguardar. E obrigada pela sua solidariedade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Relatora.

Sra. Lea, agradeço a sua presença. Se a senhora quiser continuar nos acompanhando na sessão, fique à vontade.

Nós vamos aqui agora passar para outro item da nossa pauta, que é a proposição de votação em globo dos requerimentos. Nos termos do art. 235, III, "d", item 5, combinado com o art. 89, I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em globo de oito requerimentos. Esses oito requerimentos são de autoria da Senadora Soraya, do Senador Izalci.

E nós temos aqui, a título de informação, Sras. e Srs. Senadores, mais 11 requerimentos, de autoria do Senador Marcos Rogério, que teve um compromisso familiar, não está aqui em Brasília. E nós já vamos deixar pré-agendados esses requerimentos para a nossa próxima reunião, já na próxima legislatura, no próximo ano. Então, já ficam consignados como os primeiros 11 itens da pauta de requerimentos os requerimentos de autoria do Senador Marcos Rogério.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram em relação à aprovação dos oito requerimentos pautados. (*Pausa.*)

Aprovados tanto a proposição da votação em globo como os requerimentos.

(São os seguintes os itens aprovados:

2ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 185/2024

Requisita RIF de GSA Empreendimentos e Participações Ltda.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº 251/2024

Convoca a Senhora Beatriz Salles Melges, Diretora Regional da BetConstruct.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 3

Requerimento Nº 252/2024

Requisita à Polícia Civil do Estado de SP cópia integral do inquérito que cuida da investigação de lavagem de dinheiro envolvendo o contrato de patrocínio entre Corinthians e Vai de Bet.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

ITEM 4

Requerimento Nº 253/2024

Convida o Senhor Tiago Fernando Correia.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 5

Requerimento Nº 255/2024

Requer a criação de canal institucional destinado a receber denúncias.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

2ª PARTE

ITEM 6

Requerimento Nº 257/2024

Convoca o Senhor Jorge Barbosa Dias, proprietário da MarjoSports, para prestar depoimento perante a CPI das Bets.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

2ª PARTE

ITEM 7

Requerimento Nº 258/2024

Requisita RIF do Senhor Jorge Barbosa Dias, proprietário da Marjosports.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 8

Requerimento Nº 259/2024

Requisita do Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre os processos administrativos relacionados às autorizações concedidas ou negadas a empresas de apostas esportivas no Brasil.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke)

Antes de encerrar, eu queria transmitir aos membros desta Comissão e à sociedade de um modo geral, a todos aqueles que nos assistem, alguns números relativos a requerimentos aprovados por esta CPI.

Transferência de sigilo de relatórios de inteligência financeira: 57 requerimentos aprovados, considerando os dois aprovados nesta reunião, sendo que 43 foram disponibilizados pelo Coaf. E eu espero que todos os Senadores e Senadoras tenham acesso a essas informações. São informações muito importantes em relação às movimentações gigantescas de várias empresas que trabalham com essas plataformas de jogos virtuais.

Dos pedidos já atendidos, foram recebidos por esta CPI cópia do inquérito policial da Operação Integration, atendido pelo Ministério Público de Pernambuco, em atenção ao Requerimento 2, de 2024; e cópia da ação penal decorrente da mesma operação, atendido pela CPI da Manipulação dos Jogos e Apostas Esportivas, em atenção ao Requerimento 231, de 2024.

Sobre o inquérito policial solicitado pela aprovação do Requerimento 229, de 2024, houve resposta da Polícia Civil de São Paulo informando que o procedimento encontra-se sob segredo de justiça, mas que foi solicitada a autorização para o compartilhamento com esta Comissão à 2ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores, de São Paulo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma que eu quero aqui, antes de encerrar esta nossa... de suspender temporariamente a nossa atividade, dizer que o trabalho desta Comissão tem sido um trabalho muito dedicado. É um trabalho difícil, extremamente técnico, interpretar todas essas informações que nos chegam, mas nós estamos apenas começando, Senadora Damares, Senador Izalci, senhoras e senhores. E eu tenho certeza de que, a partir da primeira reunião do próximo ano, nós teremos muito mais subsídios para fazer as inquirições daqueles convocados e convidados que vierem aqui à nossa Comissão.

Informo que esta Comissão terá sua atividade suspensa durante o recesso parlamentar, e os trabalhos serão retomados em fevereiro de 2025.

A data e o horário da próxima reunião serão informados pelos meios de comunicação do Senado Federal.

Antes de encerrar propriamente dito, eu quero agradecer a toda a nossa assessoria, indispensável para o desenvolvimento dos nossos trabalhos, a todos, indistintamente, a todos os membros da Comissão, e desejar a todos vocês, às suas famílias, um excelente Natal, muito feliz, e que nós tenhamos um 2025 próspero, com muitas vitórias, muita harmonia, e que Deus possa proporcionar tudo que há de melhor nesta vida a todos vocês.

Muito obrigado a todos.

E, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos vocês e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1845938479

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA CPI DAS BETS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e trinta minutos do dia onze de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a CPI das BETS com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Eduardo Gomes, Izalci Lucas e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Augusta Brito, Sérgio Petecão e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Humberto Costa, Efraim Filho e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, em atendimento ao requerimento 74/2024. **Resultado:** Depoimento colhido. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 260 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa PIXBET SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 261 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa VENTMEAR BRASIL S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 262 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa LEVANTE BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 263 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa NVBT GAMING LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 264 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BETSPEED LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 265 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SEGURO BET LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 266 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BOA LION S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 267 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BIG BRAZIL TECNOLOGIA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreciado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 268 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa KING PANDA GROUP LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 269 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa NSX BRASILS.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 270 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BETESPORTE APOSTA ONLINE LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 271 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa APOLLO OPERATIONS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 272 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SUPREMA BET LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 273 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa GALERA GAMING JOGOS ELETRÔNICOS S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 274 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa GROVE EAGLE GESTÃO DE BENS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 275 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa F12 DO BRASIL JOGOS ELETRÔNICOS." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 276 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa LUCKY GAMING LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 277 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BLAC JOGOS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 278 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa FAST GAMINGS.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 279 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa EB INTERMEDIACOES E JOGOS S/A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 280 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BETFAIR BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 281 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa OIG GAMING BRAZIL LTDA." **Autoria:**

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 282 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa CDA Gaming Ltda." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 283 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa GAMEWIZ BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 284 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SC Operating Brazil Ltda." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 285 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa HS DO BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 286 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa H2 LICENSED LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 287 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa APOSTA GANHA LOTERIAS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 288 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SORENTO BAY LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 289 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa FUTURAS APOSTAS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 290 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa RESPONSA CAMMING BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 291 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa FC ENTRETENIMENTO ESPORTIVO LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 292 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa ATLANTIS COMÉRCIO ELETRÔNICO E SOFTWARE HOUSE LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 293 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SPE ÚNICA BET LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 294 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa LAGUNA SERVICOS E TECNOLOGIA LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 295 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

RR PARTICIPAÇÕES E INTERMEDIAÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 296 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa MERIDIAN GAMING BRASIL SPE LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 297 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SKILL ON NET LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 298 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa LINDAU GAMING BRASIL S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 299 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa APOSTA 1 LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 300 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa LEMA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 301 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BETBOOM LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 302 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa ALFA ENTRETENIMENTO S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 303 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa ENSEADA SERVICOS E TECNOLOGIA LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 304 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa A2FBR Ltda." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 305 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SELECT OPERATIONS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 306 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SABIÁ ADMINISTRAÇÃO LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 307 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BELL VENTURES DIGITAL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 308 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa UPBET BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 309 de 2024** que: "Requer transferência de relatório

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa EA ENTRETENIMENTO E ESPORTES LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 310 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa TRACK GAMING BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 311 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa FOGGO ENTERTAINMENT." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 312 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa ANA GAMING BRASIL S/A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 313 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa 7MBR LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 314 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BRILLIANT GAMES." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 315 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SORTENABET GAMING BRASIL S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 316 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa GORILLAS GROUP DO BRASIL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 317 de 2024** que: "Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BETBR LOTERIAS LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 318 de 2024** que: "Requisição de transferência de sigilo bancário, fiscal, e RIF de DIGIPLUS BRAZIL INTERACTIVE LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 319 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal, e RIF de HOPE GAMING LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 320 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de SEVENX GAMING S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 321 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de ELISA.BET CASA DE APOSTAS ESPORTIVAS E CASINOS ONLINE LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 322 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de ESPORTES GAMING BRASIL LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 323 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de BET.BET SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 324 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de REALS BRASIL LTDA"

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 325 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de SISTEMA LOTÉRICO DE PERNAMBUCO LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 326 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de LBBR APOSTAS DE QUOTA FIXA LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 327 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de Hiper Bet Tecnologia Ltda" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 328 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de BRAND FORCE MASTERY LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 329 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de JBD COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 330 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de DEFY LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 331 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de BBET LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 332 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de NEXUS INTERNATIONAL LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 333 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de OLAVIR LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 334 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de AMPLEXUS CORPORATION LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 335 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de ZBET LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 336 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de CASH FOR PAY LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 337 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de BRX GAMING SA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 338 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de PUSKAS BET ADMINISTRADORA DE APOSTAS ESPORTIVAS LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 339 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de G2 NEGOCIOS DIGITAIS LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 340 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de TROPICALIZE BET LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 341 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de LOGAME DO BRASIL LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 342 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de JOGO PRINCIPAL LTDA." **Autoria:** Senador Marcos Rogério.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Não apreciado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 343 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de ZONA DE JOGO NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 344 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de WORLS SPORTS TECHNOLOGY LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 345 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de WK NEGOCIOS E FINANÇAS LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 346 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de GGR7 LAZER PAGM E PARTICIP S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 347 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de VANGUARD ENTRETENIMENTO BRASIL LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 348 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de FORTUNA DIVERSÕES ELETRÔNICAS LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 349 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de ESTADOX LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 350 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de BPX Bets Sports Group LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 351 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de SUPERBET INTERACTIVE BRASIL LTDA (SPRBT)" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 352 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de SPORTVIP GROUP INTERNATIONAL APOSTAS LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 353 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de SIMULCASTING BRASIL SOM E IMAGEM S.A." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 354 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de KAIZEN GAMING BRASIL LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 355 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de MMD Tecnologia, Entretenimento e Marketing LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 356 de 2024** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de MEGAPIX COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 357 de 2024** que: "Convoca o senhor Roney Carlos Mensch, CEO da Pixtopay" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 358 de 2024** que: "Convoca o Senhor Robinson Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 368 de 2024** que: "Convoca o Senhor Julio Iglesias Hernando, representante da Betano." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreciado. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 369 de 2024** que: "Convoca o Senhor Gilneu Vivan, Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 102 - REQUERIMENTO Nº 370 de 2024** que: "Convoca o Senhor Nickolas Tadeu Ribeiro de Campos, CEO da Bet7k e da Cactus Gaming" **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 103 - REQUERIMENTO Nº 371 de 2024** que: "Convoca o Senhor Edson Lenzi, representante da Paybrokers." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 104 - REQUERIMENTO Nº 372 de 2024** que: "Convoca Senhor Alexandre Fonseca, atual CEO da Superbet e ex-CEO da Betano." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 105 - REQUERIMENTO Nº 373 de 2024** que: "Convoca o Senhor Daniel Mostardeiro Cola, Coordenador-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro da Polícia Federal." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 106 - REQUERIMENTO Nº 374 de 2024** que: "Requisita da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda esclarecimentos quanto à outorga da empresa NSX Brasil (BetBrasileira)." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 107 - REQUERIMENTO Nº 375 de 2024** que: "Requer apuração pela Polícia Federal de possíveis práticas ilegais envolvendo as plataformas de apostas Betnacional e Mr Jack, operadas pela empresa NSX Enterprise N.V." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 108 - REQUERIMENTO Nº 376 de 2024** que: "Requer apuração junto à Receita Federal de possíveis irregularidades tributárias e fiscais envolvendo a operação das plataformas de apostas Betnacional e Mr Jack." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 109 - REQUERIMENTO Nº 382 de 2024** que: "Convoca o senhor Alberth Cesar Janjon." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 110 - REQUERIMENTO Nº 383 de 2024** que: "Convocação a senhora Adélia de Jesus Soares." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 111 - REQUERIMENTO Nº 384 de 2025** que: "Convoca a Sra. Emiliane de Mendonça Cyriaco, sócia-administradora da Starpayment Instituição de Pagamento Ltda." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 112 - REQUERIMENTO Nº 385 de 2025** que: "Convida o senhor Mayk Santos de Souza, influenciador digital." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 113 - REQUERIMENTO Nº 386 de 2025** que: "Convida o senhor Marcus Eduardo Bianor." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 114 - REQUERIMENTO Nº 387 de 2025** que: "Convida representante da Febraban, na condição de especialista." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 115 - REQUERIMENTO Nº 388 de 2025** que: "Requisita da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), do Ministério da Fazenda, informações para subsidiar os trabalhos da CPI." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 116 - REQUERIMENTO Nº 389 de 2025** que: "Transferência de sigilo bancário, fiscal e telefônico de Marcus Vinícius Freire de Lima e Silva."

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 117 - REQUERIMENTO Nº 393 de 2025** que: "Requisita informações da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda." **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 118 - REQUERIMENTO Nº 394 de 2025** que: "Convida o Senhor André Holanda Rodrigues Rolim, empresário e ex-apostador." **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da CPI das BETS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/11

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da CPI das Bets, criada pelo Requerimento nº 680, de 2024, para investigar, no prazo de 130 dias, a crescente influência dos jogos virtuais de apostas *online* no orçamento das famílias brasileiras, além da possível associação com organizações criminosas envolvidas em prática de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presença aqui na nossa reunião, como convidado, é do Dr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, que foi convidado e aquiesceu ao convite do nosso Senador Izalci Lucas, nos termos do Requerimento nº 74, aprovado por esta Comissão – nº 74/2024.

Queria convidar o Sr. Secretário Barreirinhas para estar aqui presente conosco e quero, primeiro, agradecer a sua presença, a presteza com que V. Exa. acatou o nosso convite de estar aqui nessa CPI. Sua presença é fundamental aqui para esclarecimento de muitas dúvidas que nós temos em relação à legislação pertinente a essas empresas, que estão proliferando de maneira indiscriminada no nosso país. Eu espero que seja uma oitiva produtiva para o Brasil.

Eu, regimentalmente, passo a palavra ao senhor para que, no prazo de 15 minutos... Ou, se por acaso achar pertinente e achar necessário fazer esclarecimentos que possam extrapolar esse tempo, esse tempo lhe será concedido.

Seja muito bem-vindo!

O senhor tem a palavra.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, Senadora Soraya, Senadores aqui presentes.

É sempre um prazer estar aqui no Congresso Nacional, contribuindo com o debate, trazendo esclarecimento e ouvindo também do Parlamento sugestões, opiniões, orientações para o nosso trabalho na Receita Federal. E me parece que, nessa matéria aqui, o trabalho da Receita Federal é umbilicalmente ligado de fato ao trabalho do Congresso Nacional.

Nós temos então uma legislação que autorizou esse tipo de jogo no Brasil, de quota fixa, em 2018. Nós ficamos aí quatro anos sem nenhuma movimentação de regulamentação, o que permitiu de fato, Presidente – eu concordo com sua avaliação –, uma proliferação de agentes

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exploradores desse jogo dentro de um limbo jurídico, com uma lei autorizativa, mas sem ainda regulamentação.

Nós propusemos, nessa gestão, a regulamentação, com a criação da Secretaria de Prêmios e Apostas. A regulamentação passou a valer agora; as autorizações, a partir de janeiro de 2025. E, a partir de janeiro de 2025, a Receita Federal passou a ter o que não tinha até este momento, que é informação, informação básica sobre as movimentações dessas empresas aqui no Brasil. Passamos a ter, a partir de janeiro. A partir de fevereiro, foi o primeiro vencimento tributário relacionado às atividades dessas empresas no Brasil após a regulamentação. Nós ainda estamos consolidando esses dados de fevereiro e, ao longo do ano, a gente passará a ter outras informações relacionadas a isso.

Então hoje nós podemos dizer que temos agora duas categorias muito claras de empresas que exploram esse tipo de jogo no Brasil: aquelas autorizadas nos termos da lei aprovada aqui pelo Congresso Nacional e as que estão fora da lei. Antes a gente tinha um ambiente nebuloso, a gente tinha uma situação de uma lei aprovada sem regulamentação, com a atividade sendo realizada a olhos vistos, mas sem obrigações dessas empresas de prestarem informações, de se sujeitarem ao Fisco nacional. Isso mudou a partir de agora. Então, repito, nós temos duas situações agora: empresas dentro da lei e empresas fora da lei. Isso dá parâmetro à Receita Federal para trabalhar adequadamente em relação à tributação, como inclusive em outras oportunidades eu tive aqui a oportunidade de trazer isso aqui para o Congresso Nacional.

Então nós estamos começando esse trabalho em relação agora às empresas dentro da lei, dentro da regulamentação traçada pela legislação nacional. E temos o desafio, sim, daqueles que estão fora da lei, que vão ser tratados desta forma: como agentes fora da lei.

Então é isso, Senador, muito rapidamente, como uma introdução.

Eu vim mais aqui realmente para me colocar à disposição da inquirição da Comissão e colaborar aqui na medida do possível.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Barreirinhas.

Passo, em seguida, a palavra para o autor do requerimento, Senador Izalci Lucas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Presidente, demais colegas Senadores e Senadoras, meu querido Secretário, eu tenho aqui algumas perguntas. São muitas, eu vou simplificar rapidamente, mas é porque realmente essa situação é preocupante.

Desde 2018, a gente está vendo essa questão do encaminhamento de recursos para fora, sem pagar tributo nenhum, sem fiscalização. Então, com relação à Receita, que sempre foi para mim uma referência em termos de tecnologia, em termos de fiscalização, eu que sou contador sei da competência dos auditores, mas nesse aspecto aqui acho que houve muita falha por parte do Ministério da Fazenda, Banco Central e Receita Federal. Então, eu busco, em algumas perguntas aqui, uma resposta bem objetiva, assim bem prática, para a gente ver.

Na questão da pré-regulamentação, qual foi o papel da Receita Federal na identificação e mitigação da perda de arrecadação estimada em 3 bilhões anuais, entre 2019 e 2023, período em que o mercado de apostas operou sem regulamentação efetiva?

Você prefere que eu faça várias ou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Então, essa é a primeira.

De 2018 a 2023, quais foram as medidas específicas que a Receita Federal adotou para tentar monitorar e ou mitigar a evasão dessas divisas de mercado de apostas, considerando a ausência de ferramentas para rastrear essas transações?

Por que a Receita Federal não disponibilizou dados oficiais precisos sobre a perda de arrecadação entre 2019 e 2023? E quais as medidas estão sendo tomadas agora para garantir a transparência desses números a partir de 2024?

Que ações a Receita Federal tomou, de 2018 a 2023, para pressionar o Ministério da Fazenda e o Congresso Nacional a acelerarem a regulamentação das apostas, dado o impacto fiscal evidente da ausência de regras específicas? Quais foram as ações da Receita com relação a isso?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante o período de regulamentação, houve alguma pressão política ou resistência interna que tenha impedido a Receita Federal de propor mecanismos temporários de tributação das empresas de apostas que operaram nessas jurisdições estrangeiras?

Quais foram os principais obstáculos enfrentados pela Receita Federal para estimar o montante de evasão fiscal no setor de apostas *online*, entre 2018 e 2024? E por que essas dificuldades persistiram por tanto tempo, conforme admitido pelo próprio Governo?

Considerando as muitas plataformas de apostas *online* que operavam a partir do exterior até 2023, como a Receita Federal lidou com a cooperação internacional para identificar e tributar essas empresas? E por que isso não resultou em ações efetivas antes da regulamentação de 2024?

Dado que estudos sugerem a possibilidade de lavagem de dinheiro facilitada pela falta de regulamentação até 2024, quais foram os mecanismos que a Receita Federal implementou ou planeja implementar para investigar se os fluxos financeiros das apostas *online* encobriram atividades ilícitas nesse período?

Com relação à regulamentação. Com a regulamentação concluída agora em 2024, prevendo uma arrecadação anual entre 2 bilhões e 12 bilhões, como a Receita Federal pretende recuperar ou ao menos estimar os valores perdidos com a evasão fiscal nos seis anos anteriores? Há planos para ações retroativas contra operadoras que lucraram sem pagar impostos?

Qual foi o critério adotado pela Receita Federal para definir as alíquotas de 15% sobre os prêmios líquidos dos apostadores? E por que optaram por um modelo de retenção na fonte em vez de permitir que os apostadores declarassem perdas e ganhos anualmente do Imposto de Renda da Pessoa Física?

Eu sei que o nosso superintende fez taquigrafia, né? Dá para... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está dando bem?

Por que a Receita Federal optou em priorizar a tributação das empresas operadoras em vez de desenvolver um sistema mais robusto de fiscalização direta dos apostadores, dado que o

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado movimenta cerca de 100 bilhões anuais, e parte significativa dessa receita pode escapar do controle fiscal?

Como a Receita Federal planeja fiscalizar e garantir o cumprimento da taxação de 12% sob o faturamento das empresas e 15% sob os prêmios dos apostadores, considerando que muitas plataformas internacionais podem continuar operando sem licença local?

Ainda a fiscalização no pós-regulamentação.

Dado que o mercado ilegal de apostas movimentou cerca de 830 milhões apenas em janeiro de 2025, segundo o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável, qual é a estimativa da Receita Federal sobre a perda de arrecadação tributária decorrente dessas operações clandestinas e que ações estão sendo tomadas para reverter esse prejuízo?

Considerando que o Pix representa 98% das transações de apostas no Brasil, quais mecanismos a Receita Federal propôs ou implementou para monitorar e bloquear pagamentos a *sites* irregulares, fora do domínio ".bet.br", e por que isso ainda não foi eficaz?

Quais medidas específicas a Receita Federal, em conjunto com a Secretaria de Prêmios e Apostas e o Banco Central, implementou desde janeiro de 2025 para identificar e punir instituições de pagamento, como Microcash, FitBank, Celcoin, que continuam processando transações para *sites* de apostas irregulares e por que essas ações ainda não surtiram efeito completo?

Diante das evidências de que mais de 11 mil *sites* irregulares foram bloqueados até outubro de 2024, mas muitos permanecem ativos em 2025, como a Receita Federal avalia a efetividade das ordens de bloqueio emitidas em parceria com a Anatel e que ações adicionais estão sendo planejadas para coibir a evasão fiscal associadas a essas operações?

Que tipo de informações a Receita Federal tem recebido do Banco Central sobre as transações processadas por instituições de pagamento envolvidas em *sites* ilegais e como esses dados estão sendo utilizados para fins de auditoria fiscal ou aplicação de penalidades?

Terminando agora, Secretário, a Receita Federal identificou casos concretos de evasão fiscal ou lavagem de dinheiro no setor de apostas desde o início da regulamentação em janeiro

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2025? Uma pergunta. Se sim, se a Receita identificou, quais medidas foram tomadas para punir os responsáveis e ajustar a política tributária?

Como a Receita Federal pretende monitorar e coibir a mitigação de apostadores para plataformas não reguladas, consideradas as críticas de que a tributação na fonte pode incentivar essa prática e comprometer a arrecadação projetada de 6 a 12 bilhões anuais?

Diante das evidências de que as empresas de pagamento, supervisionadas pelo Banco Central, estão facilitando transações de *bets* ilegais, qual é o posicionamento da Receita Federal sobre a necessidade de ajuste na Lei nº 14.790, de 2023, ou nas plataformas ou nas portarias do Ministério da Fazenda para responsabilizar essas instituições e fortalecer a fiscalização?

Dado o mercado ilegal de apostas que continua movimentando recursos significativos – estimativas em 830 milhões, apenas agora no mês de janeiro de 2025 –, quais são os planos da Receita Federal para intensificar a fiscalização sobre o dinheiro sujo mencionado em redes sociais e reportagens? E como o senhor responde às alegações de que há um esquema bilionário operando à margem da lei?

E, para concluir aqui as perguntas complementares, diante da ausência de *compliance* nas empresas investigadas e da falta de integração entre bases de dados financeiros e órgãos arrecadatórios, quais medidas concretas a Receita Federal adotará para garantir maior transparência e fiscalização no setor de apostas?

A regulamentação prevista para 2025 e a obrigatoriedade de outorgas até setembro de 2024 são suficientes para mitigar a evasão fiscal e irregularidades no setor de apostas?

Há previsão de novas exigências regulatórias além das já estabelecidas?

Quais os avanços que foram feitos na articulação entre a Receita Federal com outros órgãos – como o Coaf, Banco Central, Anatel –, para garantir maior eficiência no monitoramento das transações financeiras no setor de apostas?

E, diante do uso crescente de criptomoedas, exatamente para ocultar transações financeiras ilícitas no setor de apostas, quais medidas a Receita Federal tem adotado para fortalecer o rastreamento desses ativos digitais e mitigar risco de lavagem de dinheiro?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para concluir, Presidente: a Receita Federal identificou movimentações financeiras suspeitas relacionadas ao pagamento de influenciadores e fornecedores por meio de intermediadoras. Já foi possível mapear os beneficiários finais dessas transações? Existem dificuldades técnicas ou jurídicas neste rastreamento?

A Receita Federal considera viável a criação de uma estrutura de fiscalização baseada em inteligência financeira e tecnologias avançadas para monitoramento em tempo real das operações do setor de apostas? Se sim, há previsão orçamentária e técnica para essa implementação?

Diante da existência de CPFs falsificados no setor de apostas, como a Receita Federal pretende aprimorar a verificação desses dados? Há planos para a integração de tecnologias biométricas e validação cruzada com outras bases de dados governamentais, como, por exemplo, Bolsa Família?

A Receita Federal tem dados concretos sobre o impacto financeiro da exploração ilegal de apostas no Brasil?

Existe um levantamento sobre montante de impostos que deixaram de ser arrecadados devido à atuação das plataformas não regulamentadas?

E a última: quais são os principais entraves enfrentados pela Receita Federal para bloquear e responsabilizar financeiramente empresas estrangeiras que operam ilegalmente no Brasil? Há alguma proposta para endurecer as penalizações e ampliar mecanismos de fiscalização sobre essas empresas?

Se precisar, eu posso fornecer a V. Exa. as perguntas, mas eu sei que V. Exa. é muito rápido para escrever.

Eram essas, Sr. Presidente, as minhas indagações, somente essas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Com a palavra, Sr. Secretário, por favor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS (Para expor.) – Senador Izalci, muito obrigado pela oportunidade, o Senador sempre um parceiro realmente da Receita Federal. Agradeço aí as perguntas e a oportunidade de esclarecer aqui, dentro da minha capacidade, né?

Agregando aqui algumas informações, algumas perguntas, eu vou ticando tudo que eu for respondendo, mas várias delas se referem aos valores anteriores, o que não foi arrecadado anteriormente. Qual é o valor dessa perda? O senhor mencionou, inclusive, um valor aqui em torno de 3 bi. Eu acho que pode ser até maior do que isso. Nós vamos ter um dado mais exato exatamente agora, tanto que, quando eu fui convidado, eu falei... É que me falaram que também esta CPI já tem um prazo muito apertado, porque, daqui a um, dois meses, a gente vai ter mais dados. A cada mês que passar, a partir de fevereiro deste ano, eu vou ter dados relacionados a em torno de 80 empresas que estão explorando o jogo. Eu vou ter o dado exato do que elas apresentam como base de cálculo do imposto e sobre o qual eles recolhem. E com isso a gente vai poder projetar para o passado, porque digo e repito...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Imagina... Sem querer interromper, já interrompendo, o grande problema que a gente enfrenta hoje é que continuam as apostas ilegais e, na realidade, da forma como V. Exa. está falando, a gente vai penalizar quem regularizou, quem está regularizado. E os outros que não regularizaram, não é?

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Muito boa pergunta. E é uma preocupação nossa.

Como eu disse na introdução, eu gostaria de desenvolver, porque o senhor pegou exatamente a nossa preocupação. Nós tínhamos centenas de empresas irregulares, 80 delas regularizaram, na verdade, 73 regularizaram, tiveram autorização, e sete conseguiram liminar na Justiça. São poucas empresas. Seria absurdo eu ser mais duro com elas do que com aquelas que não regularizaram.

O que nós fizemos? No dia 6 de janeiro desse ano, eu instituí um grupo intersecretarial com membros da fiscalização da Receita Federal – estou com a minha Subsecretária de Fiscalização aqui –, da inteligência da Receita Federal e da Secretaria de Prêmios e Apostas, para fazer uma análise agora com os dados que nós temos dessas empresas regularizadas, uma estimativa em relação às que não estão regularizadas e propor um tratamento diferenciado,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, como eu disse inicialmente, agora eu posso afirmar. Em dezembro, eu não podia dizer quem que era ilegal, quem que não era. A gente tinha um ambiente regulatório ainda impreciso. Agora eu tenho. Eu tenho 80 empresas dentro da lei e dezenas de empresas fora da lei. Eu vou tratá-las diferentemente. Eu tenho que tratá-las diferentemente. Eu não posso desincentivar aquelas que se adequaram à legislação, quer nós concordemos com a legislação ou não. O fato é que ela foi aprovada, ela está aí. Eu não posso tratar essas 80 de uma maneira mais dura que as outras. E seria fácil fazer isso, porque eu tenho mais dados das regulares, mas eu não farei isso. Às que se regularizarem eu vou dar o voto de confiança que a Receita deve dar a todos os contribuintes. Eu vou chamá-los para a autorregularização. Isso está na portaria que eu soltei no dia 6 de janeiro. Eu vou chamá-los e: "Olha, vocês não apareceram do nada, vocês já estavam aqui antes. Agora eu sei quanto vocês estão faturando, a partir de janeiro. Vamos conversar sobre o passado, sobre os últimos cinco anos? Vamos fazer essa autorregularização?". Eu acredito que elas farão isso – eu acredito que elas farão isso –, porque, se elas não fizerem isso, elas deixarão de ser tratadas como parceiras da Receita Federal nesse esforço de regularização e serão tratadas como outro grupo.

Em relação ao outro grupo, eu não tenho opção senão tratá-los como ilegais; eles são ilegais, agora ninguém mais tem dúvida disso. Se alguém estiver explorando o jogo de quota fixa no Brasil e não estiver autorizado, ele é ilegal e, provavelmente, está cometendo crime contra a ordem tributária. Ele vai ser tratado como criminoso nessa situação.

E, como nós já estamos desenvolvendo isso e continuaremos desenvolvendo, como eu disse, de maneiras distintas, quem estava fora da legalidade e continua fora da legalidade, nós trataremos com o Código Tributário numa mão e o Código Penal na outra, junto com o Ministério Público – e é isso que nós estamos fazendo.

Eu não posso entrar em detalhes. Ontem, antes de vir aqui para a CPI, eu reuni a minha subsecretária de fiscalização e o chefe da inteligência e perguntei para eles o que eu podia dizer sem prejudicar as investigações. Infelizmente, Senador, neste momento, eu não posso avançar mais, mas eu posso lhe assegurar isso, que em relação a quem está irregular, nós vamos tratar como ilegais e, em tese, cometendo crimes contra a ordem tributária. Isso tem que ser feito em conjunto com o Ministério Público, com a Polícia Federal.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqueles que se apresentaram, que deram o rosto aqui, que abriram uma empresa no Brasil, nós vamos dar esse voto de confiança. Ah, mas não estou dizendo também que eu vou deixar de fiscalizar o passado deles, porque, no passado, se eles tiveram renda aqui no Brasil, se tiveram faturamento no Brasil e estavam, de fato, no Brasil, eles devem tributos ao Brasil.

Porque tem essa distinção a ser feita: se uma empresa está fora completamente do Brasil, nós temos uma certa dificuldade. Mas a gente sabe, eu já me antecipo que a gente sabe que tinham empresas que estavam formalmente no exterior, mas, materialmente, tinham gente aqui no Brasil. Essas pessoas que estavam materialmente no Brasil, na minha opinião – eu, Secretário, isso vai passar, obviamente, pela fiscalização; todo acusado vai ter a oportunidade de se defender –, na minha opinião, quem estava presencialmente aqui, materialmente, ainda que informalmente, responde perante o Fisco brasileiro. Então, é dessa forma como nós trataremos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, só uma perguntinha...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Secretário... Só para lhe dar uma... Desculpa, mas é uma coisa da sua... é um assunto do seu interesse.

Queria dar ciência ao senhor e ao Secretário Izalci... ao Senador Izalci, que, se achar também conveniente, Senador, nós podemos aprovar uma sessão sigilosa para que, se o senhor não se sentiu contemplado com as respostas do Secretário, podemos convocar uma reunião sigilosa para obter mais informações.

E essa fala do Secretário, a respeito de que ele terá, daqui a um, dois meses, mais dados para nos oferecer à Comissão, é, inclusive, uma argumentação muito forte para que nós possamos fazer aquilo que nós já colocamos desde o início: que esta Comissão deverá ser prorrogada por conta dos trabalhos, que são trabalhos que tomam muito tempo e que a gente precisa realmente aprofundar nessas nossas investigações.

Era só uma questão de...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu acho que V. Exa. tem razão, a gente precisa dessas informações. Se for necessário, acho importante a gente aprovar. Agora, eu não vou ensinar – lógico, né, Dr. Robinson? – pai-nosso ao vigário, mas, por exemplo,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Ministério... Inclusive tem um requerimento, vou pedir a V. Exa. para incluir na pauta de hoje também, de informação. Nós temos hoje mais empresas que pediram e foram negadas as autorizações do que exatamente as que foram autorizadas.

É evidente que essa maioria que foi negada, elas estavam operando, então, evidentemente, que merecem também um tratamento diferenciado – para todas elas –, para a gente ver... Porque a Receita era muito eficiente, sempre foi eficiente, em qualquer suspeita ou indicação de renda maior, de gastos maiores; sempre identificou.

Eu não entendi por que, durante todo esse tempo – foram seis anos praticamente –, não houve, pelo que eu sei aqui, por parte da Receita, nenhuma cobrança, vamos dizer assim, a essas instituições. Eu até, Presidente, falei há pouco com a assessoria do Banco Central – e vou fazer um requerimento, se necessário –, porque o Banco Central tem o controle de qualquer remessa para o exterior. Ninguém manda dinheiro para o exterior sem nenhuma identificação; tem a identificação. Por mais que as *fintechs* não tenham, em função do faturamento, obrigação do registro no Banco Central, independentemente disso o Banco Central tem o controle de cada centavo que foi remetido para o exterior. Então, em função dessas autorizadas, desse monte de instituições que solicitaram e não foram autorizadas... E quero saber, inclusive, por que é que elas não foram autorizadas, porque muitas aqui estão nas mesmas condições de algumas que foram. É por isto que eu estou pedindo para identificar por que essas instituições não foram autorizadas como as demais: para ver se existe, também, algum critério diferenciado lá no ministério.

Então, essa pergunta, Dr. Robinson, é exatamente isto: durante essa não regulamentação, a Receita atuou sobre isso? Identificou, não identificou essas operações bilionárias? Foram mais de 350 bilhões que foram remetidos para o exterior. O que é que a Receita... Descobriu alguma coisa desse sentido naquela época?

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Pois não, Senador, já lhe respondo. Só para concluir aquele pensamento, eu vou deixar, então, com a Presidência, esta normatização da Receita, em que eu deixo clara essa distinção que o senhor fez – o senhor se antecipou ao que eu ia dizer aqui.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os objetivos da fiscalização e desse grupo de trabalho da fiscalização, da inteligência, em conjunto com a Secretaria de Prêmios e Apostas, são dois: "subsidiar proposta de programa de conformidade para regularização de obrigações em relação a período pretérito à autorização, para as [...] [empresas] jurídicas autorizadas [essas que estão agora, corretamente... Vou tratá-las melhor com a autorregularização] [...] [E o próximo:] propor ação conjunta para instruir o trabalho de fiscalização repressiva da Subsecretaria de Fiscalização da Receita [– e está aqui a minha subsecretária – para o restante]".

De fato, o senhor tem toda a razão: o grande volume agora ficou de fora. Para essas daí, será a fiscalização repressiva. Eu tenho que tratá-las repressivamente, até porque há uma dificuldade... E eu volto a esse ponto ali na frente, quando o senhor me pede sugestões de como avançar. Imaginem uma empresa que está formalmente num paraíso fiscal, que não se apresenta fisicamente. Eu posso até autuar, mas eu vou receber o quê? O que é que eu vou penhorar? Eu vou mandar para a Procuradoria e ela tem que encontrar algum bem. Talvez a gente precise, sim, mudar a legislação para responsabilizar outros agentes que estejam no Brasil fazendo negócio com essa empresa. É um debate muito importante para que o nosso trabalho seja viabilizado.

Então, eu deixo, Presidente, aqui...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu sugiro a V. Exa., talvez, propor ao Congresso, aqui – não sei se cabe à Receita fazer isso, se depende de lei ou não –, criar um sistema de Refis ou de declaração espontânea, com uma taxa menor, para que essas irregulares possam se regularizar e pagar antecipadamente, antes que vocês adotem medidas penais, etc., para ver se essas que estão regularizadas e as que solicitaram a regularização... Porque essas que pediram regularização e não foram autorizadas... Todo mundo tem o CNPJ delas, sabe quais são as instituições, então dá para fazer alguma coisa.

É uma sugestão que eu acho que pode ajudar, pelo menos, a recuperar parte daquilo que nós perdemos de arrecadação.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Concordo plenamente, também está isso na norma. O senhor está se antecipando a tudo que eu já tinha colocado aqui...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ah, é? Então...

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – A gente está pensando igual, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... saindo daqui do Senado, eu vou fazer um concurso para a Receita Federal.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Não precisa, o senhor não precisa de concurso. (*Risos.*)

Nessa preocupação que o senhor bem antecipou e nesse grupo de trabalho, eu proponho um programa de... O grupo é para propor um programa de conformidade e, muito provavelmente, a gente vai precisar de uma lei. Se a gente quiser dar um benefício para a pessoa, um desconto, a Receita não pode dar desconto, ela precisa de lei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu sei.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Então, é possível, sim, que, ao final desse trabalho, a gente venha a bater aqui na porta e dizer: "Olha, vamos regularizar quem?". Eu acho que o senhor bem destacou, eu dividi em dois. Eu acho que são três grupos de fato: aquele que foi autorizado, que está na regularidade, eu tenho que o tratar muito bem como contribuinte; aquele que nem se deu ao trabalho de se apresentar para regularizar, eu tenho que o tratar como ilegal; e aquele que até tentou – ele era intermediário e, por alguma razão, não foi habilitado pela Secretaria de Prêmios e Apostas –, de fato eu acho que este aí também tem que ter um tratamento diferenciado. É um debate relevantíssimo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Um dos objetivos da CPI é exatamente, além de fiscalizar, etc., também aperfeiçoar a legislação. Então – né, Relatora? –, seria interessante que você já encaminhasse para a CPI uma proposta nesse sentido, para que a gente possa já apresentar, como autoria da CPI, uma proposta legislativa.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Podemos trabalhar, sim.

Senador, tem diversas perguntas que falam dos 15% de retenção na fonte do apostador. Eu acho excelente que o senhor pergunte, porque esse tema me angustia muito, porque eu entendo que quem aposta e recebe prêmio tem que pagar Imposto de Renda retido na fonte

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por qualquer valor. Só que a minha posição foi vencida aqui no Congresso Nacional, não foi isso que o Congresso Nacional aprovou. O Congresso Nacional aprovou a alíquota de 15% e não previu a retenção na fonte e fez mais...

E aqui eu faço uma ressalva. Eu digo isso com todo o respeito, Presidente, em relação ao Congresso Nacional, porque discordar, evidentemente, não é desrespeitar, né? Eu discordo de alguns termos da lei, mas eu tenho até obrigação não só moral, mas legal de cumprir o que está na lei. A lei foi aprovada e a gente vai cumprir como ela está, mas eu preciso dizer que, durante a tramitação, nós, sim, nos manifestamos, pedimos, inclusive, um veto a um dispositivo, que foi posteriormente derrubado pelo Congresso Nacional, relacionado a essa pergunta do senhor. A minha posição, como Secretário da Receita, é que o apostador deveria, sim, pagar Imposto de Renda, porque o Imposto de Renda, nesse caso, não tem uma função arrecadatória, tem uma função dissuasória, de dissuadir a pessoa, de não incentivar o jogo. É assim no mundo inteiro, é assim no mundo inteiro! Então, na minha opinião, deveria ser feito dessa forma e eu sempre defendi dessa forma.

O que foi feito, o que foi debatido aqui no Congresso Nacional e se aprovou? Se previu, de fato, uma alíquota de 15%, mas não se previu a retenção em mais, previu-se uma espécie de conta-corrente. A Receita Federal tem que aguardar até o final deste ano para verificar se aquele apostador mais ganhou do que perdeu, como se fosse uma empresa do lucro real, para se, só se ela ganhar mais do que perdeu, eu cobrar Imposto de Renda no ano que vem, em 2026, ou seja, eu não vou cobrar de ninguém, porque é uma questão estatística. A pessoa que joga durante o ano inteiro vai perder mais do que ganhar. Isso é uma estatística, não é torcida nem nada, não depende da habilidade da pessoa. Se ela pegar o dinheirinho dela e botar todo mês ali, ela vai perder mais do que ganhar. Não existe esse tipo de jogo em que a pessoa mais ganha do que perde. Só que o que foi aprovado no Congresso é que eu tenho que aguardar de 1º de janeiro deste ano até 31 de dezembro sem fazer nada; eu, Receita, não posso fazer nada, porque eu tenho que esperar até o último instante do ano-novo deste ano para ver se esse cidadão mais ganhou do que perdeu. Aí, no ano que vem, eu vou pedir um relatório para ele, ou para as empresas, para verificar: "Ah, esse cidadão mais ganhou do que perdeu, agora vai pagar 15 se esse valor for superior à faixa de isenção no Imposto de Renda", o que é mais difícil ainda de acontecer.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso foi aprovado pelo Congresso – repito, eu digo isso com todo o respeito, o Congresso é soberano para decidir o que for. A Receita Federal se posicionou contra isso, temos nota técnica dizendo isso, é o mesmo que dar isenção ao apostador – somos contra. O Presidente da República acompanhou o parecer da Receita e vetou esse dispositivo legal, que foi posteriormente derrubado pelo Congresso Nacional.

Então, o Congresso Nacional derrubou o dispositivo e manteve... Aliás, derrubou o veto, mantendo um dispositivo que, na prática, no meu entender, praticamente dá isenção para o apostador aqui no Brasil. Se o senhor quer já uma sugestão, eu já lhe dou uma sugestão: eu voltaria para o texto que foi debatido originalmente para... Como é em qualquer loteria. Eu vou lá... Sei lá, eu não jogo, mas, se eu fosse lá à loteria comprar um bilhete em alguma loteria e ganhasse, eu vou pagar Imposto de Renda. Está lá na fonte, vou pagar contribuição e tudo. Não adianta eu dizer que eu fiquei dez anos perdendo dinheiro com a aposta para dizer que agora tem que compensar tudo o que eu perdi. Pois a lei que foi aprovada fez isso. Ela previu que eu só vou pagar Imposto de Renda se eu mais ganhei do que perdi. Então, isso foi feito. Não foi vontade nem do Executivo, nem da Receita Federal muito menos. Pelo contrário, nós nos manifestamos contra, o Presidente da República vetou esse dispositivo, e ele foi derrubado aqui na Casa.

Então, em relação a todas as perguntas dos 15%, eu estou muito triste em relação a isso, mas a verdade é que é um dispositivo muito difícil de ser aplicado. Pode acontecer um caso ou outro de alguém ganhar mais do que salários mínimos durante um ano, mas estatisticamente é improvável que isso aconteça. Então, isso é uma situação muito triste relacionada à tributação.

E eu repito que a tributação nesse caso... Eu estou numa outra posição, não é de arrecadação. A tributação, quando se trata de jogos e de bebidas alcoólicas, por exemplo, não tem função arrecadatória, ela tem função dissuasória, que nem a tributação sobre cigarro, por exemplo, que nós aumentamos no ano passado. Depois de seis, sete anos sem aumento, nós aumentamos. É para arrecadar mais? Não, porque a legislação prevê que as tributações sobre esses tipos de produtos sejam agravadas periodicamente para desincentivar aquela atividade. Na minha opinião, na minha humilde opinião, deveria ser esse o tratamento tributário a ser dado a jogos e apostas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Bastante, bastante! (*Risos.*)

A utilização de Pix – o senhor fala de 98% como transação – como bloquear... Não é função da Receita Federal. A gestão do Pix, apesar de tudo que foi dito nos últimos meses, não tem a ver com a Receita Federal. Quem tem é o Banco Central...

Senador, prazer em vê-lo por aqui.

É o Banco Central que tem esta competência de controlar, restringir, liberar, permitir ou não o uso de Pix. Não está na esfera de competência da Receita Federal.

Em relação às medidas, como eu disse, nós temos agora esse grupo de trabalho já trabalhando em conjunto com a fiscalização, com a inteligência da Receita Federal, já com os dados que começam a chegar relacionados a essa atividade... Essas informações vão informar a Receita Federal. Antes a gente tateava no escuro, não tinha tanta... A gente praticamente não tinha informações relacionadas a essa atividade. Passamos a ter. A partir de agora... O prazo que nós demos aqui na portaria é de seis meses para que haja uma conclusão desse trabalho. Esse grupo de trabalho, com base agora nas informações, não é mais achismo... Nós podemos nos surpreender com valores, é possível que a gente se surpreenda em relação aos valores, a gente vai ter dado mais concreto relacionado ao faturamento, ao lucro dessas empresas, a quanto que fica no bolso delas e a quanto é pago realmente de prêmio. A gente vai ter um pouco mais de dado relacionado a isso. E, com base em dados, a gente vai poder traçar essa estratégia melhor, mas já adiantando que será feito nessa forma de distinção do contribuinte daquele que está completamente na ilegalidade.

Tem diversas questões relacionadas à lavagem de dinheiro. Muito bem perguntado também, Senador. De fato, essa é uma preocupação não só do Brasil, mas do mundo todo. O mundo todo se preocupa com a utilização de algumas ferramentas para a lavagem de dinheiro, tanto que a legislação aprovada no Congresso – e nesse ponto eu aplaudo –, diversas vezes, fala que a atividade regulatória e fiscalizatória deve ser no sentido de coibir a lavagem de dinheiro. Por quê? Porque é uma ferramenta fácil para quem quer lavar dinheiro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O jogo, como outras ferramentas, como, por exemplo, criptomoedas, são ferramentas usualmente utilizadas por esse tipo de atividade. Isso não é, infelizmente, uma peculiaridade do Brasil. Isso acontece no mundo todo. O mundo todo está se movimentando para a troca de informações, até porque não tem como a gente combater isso sozinho. A empresa muitas vezes está, de fato, sediada em outro país. É só com troca de informações que nós podemos combater isso.

E a gente está numa boa posição para fazer isso, Senador, ouso dizer, porque a Dra. Andrea Chaves, que é a minha Subsecretária de Fiscalização, é uma das pessoas que, em nome da Receita Federal – independentemente de governo, de partido, isso vem de longo –, tem debatido esses temas de troca de informações no âmbito da OCDE, no âmbito de outros países que enfrentam esse problema. É uma das maiores especialistas nessa troca de informações e hoje está à frente da Subsecretaria de Fiscalização. No nosso entender, é com base nessa troca que nós vamos poder de fato combater isso com mais efetividade. E repito que nós já estamos avançando nesse sentido – já estamos avançando nesse sentido – com cooperação com a Polícia Federal e com o Ministério Público, mas é, sim, uma preocupação essencial para nós não só em relação a *bets*, mas a outros setores que utilizam intensamente a movimentação eletrônica de valores. (*Pausa.*)

Quais medidas relacionadas à transparência do setor de aposta... Me parece que a lei deu diversas atribuições, de fato, ao Ministério da Fazenda para fins dessa transparência e ela vai ser colocada em prática. A Receita Federal, como o senhor bem conhece, tem algumas restrições. De quem está na legalidade, eu não posso divulgar amplamente a tributação. Eu acho até que é o caso se discutir, inclusive. Mas qualquer discussão nesse sentido precisaria não só de lei, mas de lei complementar – né? –, porque o sigilo fiscal está no Código Tributário Nacional, em leis complementares. A Receita não pode divulgar dados relacionados a isso, exceto com algumas exceções. Uma delas é para fins de representação, para fins criminais. Se eu for representar o Ministério Público, eu posso colocar na internet, sim. É uma ideia a ser explorada, como nós acabamos de fazer em relação ao contrabando, não é?

Eu publiquei no início deste ano... No ano passado, nós passamos a suspender o CNPJ de empresas pegas com produtos contrabandeados, em especial, cigarro e cigarro eletrônico, o que é um outro problema também relacionado inclusive à lavagem de dinheiro, é um outro

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema. Nós passamos a suspender o CNPJ. E este ano, agora, eu publiquei uma nova portaria prevendo que nós vamos fazer duas coisas: toda vez que pegarmos alguma empresa com um produto contrabandeado em volume relevante, principalmente esses que causam danos à saúde ou à segurança das pessoas, nós vamos entregar praticamente um inquérito policial pronto ao Ministério Público. Nós vamos instruir o processo de forma a viabilizar a imediata representação criminal contra essas pessoas. E coloquei nesse mesmo ato da Receita Federal, que deve ter uns 20 dias, que eu vou colocar esses dados na internet de maneira muito transparente, com nome, sobrenome, endereço, valor apreendido, local de apreensão da mercadoria contrabandeada. Isso não é sigiloso, porque o CTN prevê que, a partir do momento em que eu faço a representação criminal, eu posso fazer. E eu acredito em transparência, Senador. Eu acho que uma das melhores soluções para muitos problemas que nós temos relacionados não só ao contrabando, mas ao crime em geral é transparência, colocar na internet realmente o nome e sobrenome. Repito, eu tenho essa restrição, evidentemente, relacionada ao sigilo fiscal, mas que não se aplica à representação para fins criminais.

Seguindo aqui.

Movimentações suspeitas de influenciadores, fiscalização em tempo real, CPF, tecnologia biométrica. Tem várias perguntas relacionadas ao uso de tecnologia.

Em relação a rastreamento, a Receita Federal tem bastante inteligência no sentido de coleta de informações para esse tipo de fiscalização. Nós pretendíamos ampliar isso, no início desse ano, para *fintechs* . O senhor sabe o que aconteceu em janeiro desse ano. Aquele ato da Receita Federal estendia algo que já existe para instituições bancárias, bancos em geral, para algumas *fintechs*.

Se o senhor googlar aí – eu não vou quebrar nenhum sigilo – *fintech*, *bet*, lavagem de dinheiro, o senhor vai ver diversas reportagens noticiadas em relação a isso. Se o senhor me perguntar, uma das causas é, sim, falta de transparência em relação a essas movimentações.

Nós vamos ter que voltar a essa discussão. A *fintech* não tem que informar, realmente, movimentação para a Receita Federal, porque hoje há essa dúvida legal que nós estávamos esclarecendo no começo do ano. Houve aquela avalanche de *fake news*; nós tivemos que voltar atrás porque já estava tendo impacto na utilização de Pix, que não tinha nada a ver com essa

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

história, mas o fato é hoje que diversas atividades – eu vou tomar cuidado com as palavras, evidentemente, para não fazer nenhuma ilação, mas diversas atividades –, há fortes indícios de que se utilizam fortemente de instituições de pagamento menos conhecidas, muitas vezes, para, sim, lavagem de dinheiro.

Eu digo isso com uma certa tranquilidade porque nós tivemos um noticiário, no mês passado, de um caso desses, do PCC, daquele cidadão que foi morto lá no Aeroporto de Guarulhos, que se correu atrás e se identificou lá duas instituições de pagamento, que são essas *fintechs*, que eram utilizadas, e uma delas foi criada para movimentar jogo de casa, dinheiro de casas de aposta. Então, eu não estou falando nada que já não tenha sido divulgado na imprensa.

Se o senhor me pergunta se a Receita Federal é perfeita, eu tenho orgulho de dizer que, nesse caso, a Receita Federal é parceira do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos Estaduais, em especial o de São Paulo, no combate ao crime organizado, direta ou indiretamente. Nesse caso, nós não atuamos diretamente com o Ministério Público de São Paulo, mas indiretamente, sim; nós fornecemos informações ao juiz que autorizou aquelas operações. Então, a Receita alimentou, com inteligência, o trabalho contra essas instituições que estavam, sim, lavando dinheiro, e a Receita faz isso diuturnamente.

O pessoal da inteligência fica até triste, porque o senhor conhece bem a Receita, a gente não pode ficar fazendo propaganda disso, mas é um trabalho muito intenso, praticamente semanalmente tem algum tipo de operação que é feita, e muitas delas são no combate à lavagem de dinheiro.

Precisamos de mais informação? Precisamos de mais informação, mas, dentro de um debate democrático, é lícito eu vir aqui e discutirmos qual o limite dessa informação que nós podemos receber para ter isso. Parece-me que, em relação a algumas instituições de pagamento, nós temos que aprimorar, sim, o controle dessa movimentação – senão a gente vai ver a repetição desse tipo de problema.

E aí eu creio que eu chego a diversas perguntas em que o senhor gentilmente pede as minhas opiniões. Como eu gosto já de estar dando, já dei algumas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, eu reveria... Com todo respeito à posição do Congresso Nacional ao vetar, ao derrubar o veto daquele dispositivo dos 15%... Eu posso lhe dizer qual é o dispositivo aqui. Deixe-me abrir aqui. É o artigo... É o §2º... o §1º do art. 31 da lei do ano passado, que é a Lei 14.790. O que diz o art. 31? "Os prêmios líquidos obtidos em apostas na loteria de apostas de quota fixa serão tributados pelo Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) à alíquota de 15% (quinze por cento)". Então, de fato, está lá, mas não fala "retenção na fonte", o que é muito diferente. De qualquer forma, teria que esperar a declaração anual para cobrar esse imposto.

Aí vem o §1º, esse que foi vetado e, depois, teve o veto derrubado: "Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se prêmio líquido o resultado positivo auferido nas apostas de quota fixa realizadas a cada ano, após a dedução das perdas incorridas com apostas da mesma natureza".

A gente está tratando o apostador melhor do que a gente trata uma empresa do lucro real no Brasil. É uma loucura isso. Então isso aqui foi vetado e foi derrubado. Então eu peço que a gente rediscuta isso, se a gente quer realmente manter esse tipo de dispositivo que, na prática, dá isenção a apostador no Brasil. Essa é a minha primeira sugestão.

A segunda é já acatando a sugestão do senhor de trazer aqui ao Congresso os resultados desse grupo de trabalho que certamente trarão propostas de conformidade, de regularização para a gente separar o joio do trigo. Concordando ou não com a regulamentação, concordando ou não com o jogo, o certo é que o Congresso Nacional, o Brasil decidiu por uma determinada regulamentação. Eu tenho que tratar melhor, de fato, aquelas empresas que se adequaram a essa regulamentação. Para elas, eu posso vir, sim, bater aqui na porta pedindo uma lei dando algum tipo de benefício para essa regularização. Em relação àqueles que são irregulares mesmo, aí é todo o peso da lei mesmo: a lei tributária, não apenas tributária, mas a lei criminal, que deve recair em cima dessas situações.

Presidente, Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ficou só um detalhezinho que eu perguntei.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Primeiro o seguinte: houve alguma pressão para a Receita Federal não fazer nada durante seis anos? Porque, de fato, pela competência que vocês têm, eu fico assim imaginando que não tem lógica trabalhar em 350 bilhões, e a Receita não identificou nada durante esses anos todos. Alguma restrição? Por que vocês não fizeram nada? Não fizeram nada assim... Não é? A evasão é muito grande.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Senador, eu posso falar sobre o período em que estou na Receita Federal, a partir de 2023. Nesse período... É claro que há um debate sempre democrático, inclusive aqui no Congresso, posições diversas. Eu não trato isso como pressão, eu trato isso como um debate natural democrático. E, durante este ano, eu posso lhe assegurar, Senador, que, da mesma forma como eu estou sendo enfático aqui em relação à necessidade de a legislação ser mais dura relacionada à tributação, eu fiquei esses dois anos defendendo isso que eu estou lhe dizendo aqui, com vários interlocutores, dizendo isso: que tributação sobre aposta não é tributação sobre setor produtivo, é o contrário. No setor produtivo, ela tem uma função – está aqui o Senador que conhece bem o setor produtivo – completamente diferente. A tributação lá tem que ser o mais neutra possível para não atrapalhar as decisões empresariais. Quando a gente fala de jogo, a tributação é o contrário; ela não pode ser neutra, ela tem que ser a mais dura possível no sentido de desestimular uma atividade que nós entendemos que causa prejuízo. Aliás, mesmo quem defende o jogo há de reconhecer que há riscos à saúde mental das pessoas, mas que demandam depois custos pelo poder público para arcar com isso. Então nesse período eu defendi bastante, como eu defendi até o momento da sanção dessa lei, que nós deveremos endurecer em relação a isso. E continuo defendendo a rigor. Eu acho que nós devemos debater essa lei da forma que foi aprovada para aprimorá-la.

Foi um passo importante, eu preciso registrar. É melhor a lei hoje regulamentada, e nós termos mais dados a partir de janeiro do que nada. Foi uma grande evolução. Muito foi dito inclusive aqui no Congresso – e eu respeito esse posicionamento –: "Olha, talvez não seja a lei ideal, talvez não seja a regulamentação ideal, mas vamos fazer algo para a gente dar o primeiro passo, para a gente começar a ter informações e, com informações, se for o caso, a gente volta aqui no Congresso: 'olha, eu acho que a gente tem que apertar mais' ou 'acho que aqui a gente

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que modificar esse ponto ou modificar aquele outro ponto'". Então, eu posso lhe assegurar que nesses dois anos nós agimos.

Como eu disse, em relação ao crime – ele nunca parou –, toda vez que tem uma operação da Receita Federal que desbarata alguma organização que está lavando dinheiro, é bem possível que tenha dinheiro de jogo nessa história. Eu talvez... Depois eu sempre tomo bronca lá da fiscalização se eu falo alguma coisa a mais, mas eu vou cometer uma indiscrição de falar de quatro setores que estão no foco relacionado ao financiamento do crime organizado.

Cigarro convencional contrabandeado e eletrônico: nós batemos recordes atrás de recordes de apreensão tanto do cigarro convencional quanto do cigarro eletrônico; ampliamos a tributação no ano passado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Está piorando no eletrônico.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Do eletrônico, nós apreendemos, no ano passado, Senador, quase 3 milhões, mais que o dobro de aparelhos que nós tínhamos apreendido em 2023; em valor, mais que o triplo de valor, porque o aparelho está cada vez mais sofisticado. Eu estava viajando esses dias e eu vi lá vendendo em alguma banca alguma coisa: duzentos e tantos reais um aparelhinho desse daí. E o que é mais triste, Senador, que advoga nessa questão das crianças, é que nós tivemos uma operação lá em Foz do Iguaçu com 30 carretas de cigarros convencionais eletrônicos; quando você abre e pega o eletrônico, tem cigarro eletrônico, Senador, que apela à criança, que tem desenhos e tudo mais. É esse tipo de aparelho que está entrando no Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Olha o tigrinho aí.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Alguma coisa nessa... Então, o cigarro convencional eletrônico é muito grave.

Combustíveis, isso é muito grave, é um problema sério. Eu sei que no Senado há essa preocupação também nesse debate relacionado ao setor de combustíveis. Há um mês, mais ou

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos, nós tivemos a inauguração de um grupo de trabalho com o Ministro Lewandowski contra o crime organizado, focando no setor de combustíveis.

Nós temos a questão das criptomoedas. Tem muitas *exchanges* que estão no Brasil. O que é *exchange*? Quem compra e vende criptomoeda. Tem muitas aqui no Brasil que prestam informações, que estão na legalidade, mas tem muitas que prestam informação do exterior. É mais ou menos a mesma questão que nós temos aqui. Então, a pessoa faz uma operação lá no exterior, manda o dinheiro para o exterior, começa a fazer operação e não aparece mais. Também é um problema. E muitas delas utilizam-se de instituições aqui no Brasil para fazer a lavagem desse dinheiro.

E *bets*: o quarto pilar que nos preocupa relacionado à movimentação ilegal de recursos no Brasil é, de fato, o setor de apostas. Então, eu louvo o trabalho aqui da CPI, porque é algo, sim, que deve nos preocupar e nos preocupa na Receita Federal relacionado principalmente ao crime que está por trás disso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Izalci, posso passar para a nossa Relatora? (*Pausa.*)

Senadora Soraya, nossa Relatora, por favor, com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Bom dia a todos e a todas que aqui estão, principalmente a nossa Senadora Damares, que está aniversariando hoje: parabéns mais uma vez, felicidades. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, caros colegas, Secretário Especial da Receita Federal, Barreirinhas, é um prazer tê-lo aqui com a sua equipe.

Estou com inúmeras perguntas, muitas delas já foram... Inclusive, eu já estou satisfeita com algumas das suas respostas.

Eu gostaria de tocar nessa questão da tributação do Imposto Seletivo. E nós não temos compromisso, Secretário, com o erro; onde nós erramos, nós podemos mudar a legislação, é óbvio. Então, dentro dessa questão do Imposto Seletivo, que é um imposto em que, quanto mais maléfico o produto, mais alta tem que ser a cobrança... E eu não sei se eu estou certa ou se estou errada, mas a tributação sobre os jogos, as *bets* – não do apostador, eu estou falando da

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividade – é de 12% – 12. O senhor me corrija se eu estiver errada. A do cigarro... Aqui está: "Cigarro pode ser taxado em 250% e bebidas alcoólicas em até 61%".

Então, quanto mais maléfico o produto, maior deve ser a tributação, então estou chocada em relação à tributação de 12% em cima da atividade.

Também foi colocado que a tributação para o ganhador é de 15%, e eu não encontrei aqui algo que vá aumentando, que chegue a 27,5%, de acordo com a tabela do Imposto de Renda. E aí o senhor traz essa novidade. Nessa perda e nesse ganho, vocês vão ter que desenvolver um trabalho hercúleo para entender o quanto a pessoa ganhou e o quanto a pessoa perdeu. Além do mais, gostaria também de saber se é necessário declarar ou se é retido na fonte. Pelo jeito, não; pelo jeito, é declaração – e aí dificulta ainda mais a nossa atividade. Por quê? É óbvio que não seria uma atividade tão rentável se as pessoas ganhassem mais do que apostassem. Então, são obviedades, assim, é tudo muito... é o próprio óbvio ululante. Quem está apostando vai perder mais do que ganhar.

Então, dentro dessa expectativa, para eu continuar, se o senhor puder responder essa parte, eu acho que a alíquota mesmo aplicada para a atividade é de 12%.

O Senador Izalci falou numa perda arrecadatória de cerca de três bi por ano. Eu ouvi 15 bi por ano – eu ouvi. Considerando tudo o que o senhor disse, que o senhor vai trabalhar nesses últimos cinco anos, é possível uma cobrança retroativa da atividade dessas *bets*?

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Em relação ao Imposto Seletivo, eu concordo, essa é a função do Imposto Seletivo, ele tem a função extrafiscal, não é arrecadatória, exatamente para esse tipo de situação. A regulamentação, a rigor, está em debate, está em discussão. É um debate válido a ser feito em relação a isso.

Se me permite fazer o "advogado do diabo", entre aspas, do outro lado, não que eu não concorde com isso, mas sempre o argumento é, quando se trata disso, de que, como nós começamos a tributação dos jogos, se nós fôssemos duros demais, nós desincentivaríamos essa regularização. Como eu disse, eu sou muito tranquilo em dizer que eu sempre advoguei por ser

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duro logo de início, mas é respeitável também a posição, ninguém é dono da verdade. Então, isso pode ser também avaliado no Imposto Seletivo.

E eu digo isso porque a tributação da empresa não é tão baixa assim, não; o que é praticamente zerado, na minha opinião, é do apostador. Por quê? Como foi construída a tributação? Ela tem lá uma figura do ganho líquido de prêmios, que em inglês é GGR. A empresa de apostas pega todo o valor que ela recebe dos apostadores, abate o valor dos prêmios pagos. Essa diferença, essa aí é a base da tributação, é sobre essa diferença que 12% são recolhidos. Desses 12%, 10% – portanto, 1,2% – é a título de contribuição. Aí tem aquela distribuição toda. Então, na verdade, é sobre essa diferença aqui. E quanto é essa diferença na vida real? A gente vai descobrir agora, ninguém sabe. As empresas de apostas diziam: "Ah, é em torno de 5% a 15% que fica com ela, o resto é tudo distribuído de prêmio". Será que é mais? Será que é menos? A gente não tinha essa informação até agora. A partir dos dados fornecidos por essas empresas, nós vamos saber qual é essa margem sobre a qual incide a tributação.

Aí é só isso que incide? Não é só isso, para ser muito justo. Além dessa contribuição sobre esse ganho líquido, há os tributos normais da empresa. Então tem Imposto de Renda e tem PIS-Cofins. Então isso também vai depender agora dessa experiência que nós vamos ter de qual é a margem de lucro dessas empresas. Nós vamos passar a descobrir, nós não sabemos, não temos essa informação. E daí já responde um pouco à dificuldade de fiscalizar quem está fora do país. Eu até fiscalizo, eu vou autuar, mas vou autuar em que valor? E, depois que autuar, eu vou cobrar de quem?

Aliás, eu esqueci dessa proposta. A senhora me perguntou de propostas. Eu preciso ter de quem cobrar. Uma sugestão é responsabilizar. Você faz um negócio com uma empresa que está no exterior que está irregular, passa a responder pelo tributo. Isso a Receita não pode fazer, ela depende de lei para fixar uma responsabilidade. Eu acho que seria uma medida razoável. A gente fez uma legislação para regularizar, você não quis regularizar e continua patrocinando *show* e tudo mais, responsabiliza a empresa de *show*. Mas para isso eu preciso de lei, a gente precisa de lei para responsabilizar quem está aqui no Brasil. Essa seria uma ferramenta importantíssima para ser efetiva a cobrança desses que não se regularizaram.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos 15%, eu acho que é pior mesmo, porque é uma questão estatística. Estatisticamente vai ter exceções, mas em regra as pessoas mais perdem do que ganham em jogo. Esta é uma regra: a banca sempre ganha. O pessoal do jogo diz isso. "Ah, mas eu joguei e eu já ganhei." Sim, você ganhou uma vez, duas vezes, mas, se você jogar todos os dias, todas as semanas, até o final do ano, a probabilidade estatística de você mais ganhar do que perder é ínfima. Logo o Imposto de Renda vai ser ínfimo. "Ah, mas não tem que pagar Imposto de Renda." Não teria que pagar Imposto de Renda se fosse uma atividade produtiva. Aí eu concordo. A empresa se esforçou, trabalhou, não teve lucro, eu não cobro Imposto de Renda. Mas, quando tem uma tributação cuja função não é arrecadatória, é essa fiscal, você tem que cobrar como é, repito, o bilhete de loteria. Eu ganho no bilhete de loteria, está lá. Você nem sabe, mas já pagou imposto, porque está lá retido na fonte. Não importa que eu joguei a vida inteira e sempre perdi; se eu ganhei uma vez, eu vou pagar imposto. Na minha humilde opinião, é essa que tem que ser a postura em relação a essa tributação. Então, em relação aos 15% da pessoa física lá, para mim é praticamente uma letra morta – não é totalmente.

Em relação à cobrança, de fato, depois que você não reteve na fonte, é sempre mais difícil cobrar. Não é tão difícil também, dependendo da declaração em que eu vou ter as informações da Secretaria de Prêmios e Apostas para quem ela pagou. Eu vou ter que correr atrás da pessoa para cobrar. Vou lançar, enfim, e toda aquela dificuldade. De fato, eu vou até encontrar a pessoa, mas, se eu vou receber, é uma outra história. O ideal, na minha opinião, seria de fato: ganhou, retenção na fonte. "Ah, 15% é muito." Que diminua então, mas que tenha alguma tributação. O que não dá para ter é essa praticamente isenção quando se derrubou o veto àquele dispositivo do art. 9º.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Pois é, dizem no Brasil que vários setores não funcionam a contento. O único setor que funciona perfeitamente no Brasil é a Receita Federal, é o leão. Esse é o melhor, o mais bem... O que tem mais aparatos e mais condições. Então, eu creio que nós deveremos, aqui no Legislativo, contribuir com a Receita Federal para esse tipo de questão.

E aí eu vou seguir com mais algumas perguntas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Receita Federal já identificou esquemas de sonegação fiscal ou estratégias de evasão, que é diferente de elisão...

A elisão fiscal é quando você aproveita uma lacuna na legislação, então você não está cometendo nenhuma ilegalidade, eu estou falando em evasão mesmo, em ilegalidade. Evasão por parte das plataformas?

Quais são as dificuldades hoje já identificadas, enfrentadas pela Receita Federal para fiscalizar as operações de empresas estrangeiras de apostas?

Gostaria de saber se vocês também já identificaram indícios de lavagem de dinheiro envolvendo as plataformas, porque nós sabemos de inquéritos que já estão em curso, processos e tudo. Mas vocês conseguem, vocês estão envolvidos nas informações requisitadas pelos órgãos de segurança? Seria o MP, seria a Polícia Federal?

Como funciona a comunicação entre a Receita Federal e o Coaf na detecção de operações suspeitas no setor de apostas? Nesse sentido, existe alguma ação coordenada entre a Receita e as outras autoridades fiscais, internacionais inclusive, para combater a evasão e a lavagem de dinheiro por meio das plataformas?

Como é que a Receita Federal vê as instituições de meios de pagamento que viabilizam o funcionamento de *sites* ilegais? Há alguma medida entre Receita, Ministério da Fazenda e Banco Central para coibir esta prática?

Se o senhor puder agora... Para ficar mais fácil de a gente controlar aqui as respostas.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Muito bem, vamos lá. Evasão e elisão, sim. Como eu disse, nós temos diversas operações que no momento adequado são anunciadas. E toda vez que se pega uma instituição dessa que está sendo acusada de lavagem de dinheiro, em regra é uma dessas quatro situações que eu falei antes, é dinheiro de alguma dessas atividades. É muito comum que seja também de apostas, como foi esse caso aí do PCC. Não era dinheiro especificamente de apostas naquele caso, mas era movimentação por uma *fintech*, que, segundo a imprensa – não estou quebrando nenhum sigilo –, foi constituída para fins de movimentação de dinheiro de casas de apostas. E esse trabalho da Receita Federal é diuturno.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os juízes, quando eles estão tratando lá de um inquérito e autorizam quebra disso e quebra daquilo, normalmente eles oficiam para a Receita Federal e pedem os dados daquelas pessoas, que foi o que aconteceu nesse último caso. Então é muito comum, é muito usual.

Como eu disse, nas grandes operações que nós vemos no jornal contra lavagem de dinheiro, a Receita Federal ou atuou diretamente ou indiretamente, porque ela é chamada usualmente para colaborar com isso.

Eu creio que agora com essa regulamentação, com mais informação sendo recebida, nós vamos ter melhores instrumentos para isso.

Sobre a pergunta também de trabalhar juntos, sim, o Coaf é composto em boa parte, na prática, por agentes da Receita, porque o Coaf foi historicamente do Ministério da Fazenda. Então é um trabalho muito, muito forte de cooperação da Receita Federal com o Coaf.

O Coaf recebe determinado volume de informações relacionadas à movimentação suspeita, acima de um determinado valor, e a Receita, como ficou bem claro agora nos últimos meses, nós recebemos há mais de 20 anos também esse tipo de informação. Então é comum, sim, o cruzamento desse tipo de dado, dentro da lei, sempre com abertura de processo administrativo, evidentemente, respeitando o sigilo fiscal para esse tipo de operação.

Com entidades internacionais – este é o motivo de orgulho da Receita Federal –, apesar de o Brasil não fazer parte da OCDE, a Receita Federal atua muito fortemente nos grupos de trabalho da OCDE, inclusive nesses de compartilhamento de dados entre os países. Eu repito – aqui está a minha Subsecretária de Fiscalização, a Andrea Chaves –: ela está o tempo todo ali nas discussões da OCDE, tratando dessas trocas de informações. Nós já temos relacionados a grandes empresas multinacionais... Até por conta do Pilar 2, que nós aprovamos aqui no Congresso no ano passado, que é aquela tributação mínima de multinacionais, a gente só consegue fazer isso tendo informação, fornecendo informações nossas para fiscos do exterior e recebendo informações deles em relação a isso.

Temos o Carf. Apesar do nome, não é o nosso tribunal, mas um acordo relacionado a criptomoedas, que já está avançando muito – logo, logo nós vamos ter mais informação –, que é uma outra fonte de preocupação nossa.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E de *bet* é de movimentação por meio de plataforma. Aqui também temos um acordo internacional que permite esse tipo de troca de informação.

Então, a Receita Federal é muito ativa, o Governo brasileiro é muito ativo em relação a esse tema, porque, repito, é uma preocupação não só do Brasil, é uma preocupação mundial. Cada vez mais é mais difícil um país isoladamente fiscalizar movimentação financeira.

Instituições de meio de pagamento. Como eu disse, eu não quero falar de nomes, mas são tantos os casos que, se a Senadora googlar "*fintech*, *bet*", "*fintech* e lavagem de dinheiro", vai aparecer um monte. Por quê? Porque... E eu não quero demonizar aqui as *fintechs* – que fique muito claro isso; elas são um instrumento importantíssimo de inclusão bancária para a população brasileira –, mas a verdade é que muitas acabam sendo utilizadas, até por conta da facilidade de se abrir conta em nome de outras pessoas, para esse tipo de movimentação. Não sei se alguém aqui já abriu esse tipo de conta, mas não tem agência, né? Você tira lá uma foto, enfim – no meu entendimento, deveria haver um controle um pouco mais firme relacionado a esse tipo de abertura –, o que muitas vezes facilita a utilização dessas contas em pequenas *fintechs* para golpes.

Agora, nesse caso que nós tivemos no começo do ano, a Universidade Federal do Rio de Janeiro soltou lá um estudo do volume de golpes que foram praticados em cima de *fake news*: "Ah, vai começar a tributar Pix e não sei o quê", e começou a ter golpe em cima disso. E, se você for investigar, onde há movimentação financeira disso? Em *fintech*. Quem seria pego pela nossa normatização de prestação de informação, porque muitas delas hoje não prestam informação para ninguém.

Em algum momento, a gente vai ter que discutir: "Olha, se não quer isso, o que a gente vai fazer? Vai ser um setor que vai ficar à parte do monitoramento?". Neste momento é um debate que está em aberto e que nós vamos ter que discutir. Me parece que é uma discussão importante, porque, repito, não sou eu que estou dizendo; basta googlar e ver aí que tudo que é tipo de escândalo que dá de lavagem de dinheiro utilizando esse tipo de movimentação, normalmente, infelizmente, é de algumas dessas – repito: sem demonizar o setor; muitas vezes são pequenas, abertas aí com muita facilidade, que geram esse tipo de dor de cabeça.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Secretário, eu gostaria de insistir num ponto: a partir da sanção da legislação em dezembro de 2018, por parte do então Presidente Michel Temer, nós tivemos a legalização dos jogos virtuais, dos cassinos virtuais, porém não tivemos a regulamentação, que era para ser feita em dois anos, prorrogáveis por mais dois. Não aconteceu dentro do Governo Bolsonaro; e este Governo começou a trabalhar nessa regulamentação, que também demorou. Porém, dentro de uma atividade legal a partir do fim de 2018, essas empresas já estavam atuando – sem regulamentação, mas atuando.

A atividade é ter um fato gerador. Com ou sem regulamentação, eu entendo, ninguém tem o direito no país de ter uma atividade legal não tributada. Existia, sempre existiu um fato gerador. Com ou sem alíquota determinada por meio das portarias, no que eu insisto aqui? Creio que nós devemos cobrar de forma retroativa. O que é possível ser feito para que possamos cobrar retroativamente? Um estudo, legislação, como é que nós aqui no Congresso Nacional podemos contribuir para que esse dinheiro seja recuperado?

Outro destaque aqui que eu gostaria de dar é que na tributação de 12%, 10% para a União e 2% para a educação. E qual é o percentual que vai para a saúde? Porque a saúde mental é absolutamente afetada com essa atividade. O que o senhor, o que vocês podem propor nesse sentido?

E, voltando, queremos cobrar de forma retroativa.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Muito bem, Senadora.

Sim, a senhora tem toda a razão. O fato de não ter regulamentação não quer dizer que o fato gerador não ocorreu, não. Se houve presença material aqui no Brasil e houve lucro, tem que pagar Imposto de Renda; se houve faturamento, tem que pagar PIS-Cofins. Nós temos uma dificuldade operacional que não é impossível de ser suplantada, mas talvez demande, sim, um pedido aqui de alteração legislativa, porque há um entendimento da Receita Federal – e eu sei que é também da Consultoria aqui do Senado – de que eu só posso cobrar tributo, o Brasil só pode cobrar tributo de alguma operação aqui se houver alguma presença material aqui. E a gente sabe que de fato há, muitas vezes, por uma situação de fraude, né? Se não fosse fraude e

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a empresa estivesse realmente no exterior e não tivesse nenhuma presença no Brasil, haveria dúvida se é possível essa tributação ou não.

Eu tenho uma posição muito particular que eu acho que, com a modificação legislativa, poderia, mas do jeito que está, difícil, acho que seja difícil. "Ah, mas tinha presença física, posso tributar?" Posso, e vamos tributar. Já apareceram alguns casos, como eu disse. É que, nesse tipo de situação, a parte tributária talvez não tenha tanto destaque na mídia, porque o que tem mais é o crime. Porque essa situação é crime, é fraude, eles estão fraudando, alguém está fraudando, ela está se passando por alguém que não é aqui no Brasil. Então já houve algumas intenções de fraude.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Em *non olet – non olet* – independente da atividade...

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Claro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... gerou...

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... sendo crime ou não, que está disfarçado.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Então, já houve algumas operações que saíram nos jornais, eu não queria fulanizar, mas envolvendo pessoas que ganham dinheiro com isso. Toda vez que tem isso, a Receita Federal está lá. Os holofotes naturalmente ficam pela parte criminal da coisa, mas sempre tem uma atividade fiscalizatória depois, e tem que pagar o tributo.

É o *non olet*, como a Senadora bem lembrou, o dinheiro não tem cheiro. Para a Receita Federal a questão criminal é lá com o Ministério Público e a polícia, mas, faturou, tem imposto, tem que ser feito aqui, sim, tem que ser pago aqui.

A partir do momento em que nós temos os dados, passamos a ter esses dados, a gente tem um perfil melhor do que o que estava acontecendo aqui no Brasil. Porque, como eu disse, a

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem estimativas de quantas pessoas ganham com o jogo, mas sobre o lucro dessas empresas é muito difícil ter algum tipo de estimativa.

Agora, com essas empresas que se estabeleceram no Brasil, a gente vai poder ter uma discussão em cima de dados concretos. Então, a partir daí, nós vamos traçar essa estratégia, como eu disse na resposta para o Senador Izalci, tomando essa cautela de não tratar os diferentes igualmente. A gente tem que tratar aquele que se apresentou ao Governo brasileiro, instalou-se aqui no Brasil de uma forma diferente daquele que não se deu ao trabalho de se apresentar e também, numa situação intermediária, como bem lembrou o Senador, daquele que até tentou se regularizar e, por alguma razão, não conseguiu. Então, a gente tem que fazer essa distinção, senão a gente desmoraliza a própria regulamentação. "Por que eu vou me apresentar para me regulamentar? Para ser tratado pior do que aquele que continua na ilegalidade?" Então, esse é um desafio que é cuidado nessa portaria que eu deixei aqui. Está aberta, sem dúvida nenhuma, a debate. E é um dever, inclusive, da Receita Federal, no final desse prazo, prestar contas do resultado desse nosso trabalho.

Eu estava procurando, Senadora – a senhora fez uma pergunta relacionada à movimentação financeira –, eu não encontrei, mas tem um dispositivo na lei aqui – e aquilo não é competência da Receita – de que as instituições financeiras, em geral, inclusive as *fintechs* de pagamento, não podem receber ou fazer movimentações relacionadas a *bets* de quem não está regularizado. Isso é um controle muito, muito importante. Não é competência da Receita, mas, já que eu estou aqui, eu posso lhe assegurar que isso está sendo tratado pela Receita, pela Secretaria de Prêmios e Apostas. Eu sei, porque a Receita tem outros interesses relacionados a esse tipo de movimentação, não é especificamente de *bet*. Mas eu sei que há essa conversa para que as instituições financeiras, em geral, e as *fintechs*, em especial, atendam a esse requisito da lei aprovada no Congresso. Se tem uma conta ali, eu só posso... Ah, mas eles dizem: "Ah, eu não sei se aquela conta lá é de *bet*. Como que o banco vai saber que é?". Há como fazer alguns tipos de filtros: pelo volume de entrada e saída de recursos... É nisso que a Secretaria de Prêmios e Apostas está trabalhando com essas empresas para barrar esse tipo de movimentação, o que pode ser uma ferramenta importante também nesse combate.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Essa questão, vocês já conseguiram identificar os CPFs? É possível já rastrear os CPFs todos que têm

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma atividade permanente dentro desses jogos *online*? Vocês conseguem, dentro daquelas que foram regulamentadas, extrair os consumidores, os apostadores e ter uma lista deles?

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Sim, a regulamentação prevê esse monitoramento, inclusive do perfil do apostador. De novo, não é uma competência específica a nós da Receita. A nossa preocupação é a cobrança do tributo ali, evidentemente. E, para isso, lá no ano que vem, só no ano que vem, eu vou ter informação de quanto cada CPF apostou e recebeu, porque, de novo, eu não posso, pela lei aprovada, a gente não pode fazer nada agora durante este ano. Mas a própria regulamentação prevê, sim, porque tem aquela parte da saúde, que é uma parte muito louvável da lei, que ela impõe determinadas obrigações – por exemplo, o cidadão vai lá se cadastrar num *site* de aposta, tem aquela identificação facial, também foi feita uma pergunta de biometria, isso está na lei, essa previsão, e deve ser feito o rastreamento do perfil daquele jogador para identificar, eventualmente, alguma ludopatia, como é chamado, aquele vício em jogos e tudo mais. Tudo está lá. Então, para cumprir essa determinação, a legislação prevê, sim, essa identificação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu me sinto, por ora, satisfeita – eu vou deixar os colegas fazerem perguntas também –, mas eu gostaria que o senhor nos ajudasse na construção do projeto de lei que vai sair daqui como autoria desta CPI, para que possamos cobrar direto da fonte, inclusive os contratos com *influencers*, porque eu acredito... Essa questão de *influencers* auferirem lucro em cima da perda do que a pessoa perdeu, ou seja, do que a *bet* ganhou, isso nos parece muito imoral. Acredito que ainda não seja ilegal porque nós não legislamos sobre isso. Mas que o senhor pudesse nos ajudar a trabalhar na possibilidade de todos os prêmios que saírem já saiam com a tributação retida na fonte.

Então, por ora, eu estou satisfeita, muito obrigada. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Soraya. Eu seria o próximo a fazer as minhas colocações, minhas perguntas ao Secretário, mas houve uma solicitação do Senador Marcos Rogério, que está gripado, ele está febril e pediu para nós que ele pudesse fazer suas colocações e suas perguntas, e que ele pudesse sair mais cedo, porque está se sentindo muito mal.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto se há algum óbice a gente passar a palavra ao...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... nosso querido Marcos Rogério, já desejando a você uma breve recuperação e que você não precisa vir e dar abraço em ninguém aqui, tá? Você pode sair sem falar com ninguém. (*Risos.*)

Por favor, Marcos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, e me sinto absolutamente acolhido e abraçado virtualmente. Mas eu realmente vim ao Senado Federal hoje para cumprir aqui algumas tarefas, num esforço pessoal grande, porque a condição de saúde não é a melhor, mas, saindo daqui, eu vou inclusive passar no serviço médico na sequência. Mas eu fiz questão de vir em razão da importância da pauta, em razão da importância da presença aqui do Secretário Barreirinhas e que pode, eu acho que, muito mais do que apenas responder aos questionamentos dos Senadores e Senadoras aqui nessa CPI, pode dar contribuições até para além disso, com o encaminhamento de sugestões.

Porque aqui nós estamos diante de duas situações que, a par daquilo que nós já apuramos até agora, acho que estão bem delimitadas. Uma coisa é o que aconteceu até o último dia 1º de janeiro, o que aconteceu até agora. Tinha investidura legal? Tinha cobertura fiscal? Qual era o parâmetro? Qual será o parâmetro daqui para frente? E o outro aspecto é em relação àquilo que a legislação estabeleceu, e que, a partir dos regulamentos apresentados, passa a viger a partir do dia 1º de janeiro de 2025.

Obviamente que não dá para desconsiderar que houve um hiato aí, em que, embora essas empresas não estivessem recolhendo tributos, elas auferiram lucros e se utilizaram, lançaram mão de um expediente que a Receita Federal conhece muito bem, que é fazer ancorar as suas empresas em paraísos fiscais e operarem no Brasil.

Eu acho que, quando V. Sa., agora há pouco, falava aí em relação a: uma coisa é a apuração fiscal, outra coisa é a questão criminal, que tem a esfera própria, eu penso que,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo nesse particular, a atuação da Receita Federal acaba por instrumentalizar os meios para a persecução penal. Porque nós estamos diante de um caso flagrante, e aqui teve um depoimento que eu tive a oportunidade de questionar naquele momento, de alguém que dizia o seguinte: "Não, a empresa está em Curaçao; a empresa está em Curaçao". E aí, quando começam as perguntas e vão fluindo as respostas, dali a pouco o cidadão começa a dizer que não, que toda a parte de preparação, todo o arranjo da empresa, enfim, todos os sócios e tal, que foi feito tudo no Brasil, apenas, na hora de fazer o registro, ele, por uma questão de segurança jurídica, opta por fazer essa inscrição num paraíso fiscal.

As perguntas seguem e eu digo o seguinte: "Mas vem cá: quando eu ingresso [e eu fiz uma simulação, naquele momento, para demonstrar a lógica do que eu estava falando], quando eu faço essa operação, essa transação, eu estou mandando Pix para a tua empresa. Eu pergunto: no teu país, o Pix é aceito?". "Ah, não, aí..." e tal, ou seja: não estou mandando dinheiro para um paraíso fiscal. Ele abre a empresa que sedia a plataforma lá fora – e aí há uma série de questões a serem apuradas – e coloca uma empresa, chamada de meio de pagamento, que está no Brasil. Então, ele opera lá, mas o financeiro, o dinheiro não sai do Brasil.

Houve um outro que até disse para a gente que não, que "toda a minha transação eu tenho aqui, eu tenho uma transação de câmbio para cada operação: o recurso entrou aqui, tem a transação, vai lá, volta para cá...". Agora, quem conhece um pouquinho as regras da operação de câmbio no Banco Central sabe que ela não acontece na velocidade em que o sistema opera! Então, há um faz de conta, aqui, muito grande.

Eu estou fazendo este preâmbulo aqui apenas para situar – o Secretário eu tenho certeza de que já conhece esse tema com muito mais profundidade –, para dizer claramente que nós não podemos apenas verificar o que vai acontecer daqui para a frente, a partir do dia 1º. Há toda uma situação que precisa ser levantada, precisa ser apurada do que aconteceu até agora: dinheiro que entrou no Brasil; dinheiro que saiu do Brasil; pessoas que se beneficiaram; organizações criminosas que utilizaram as falhas do mecanismo para também dominar parte do setor... Então, tudo isso eu acho que é importante que se verifique, mas eu queria trazer aqui algumas perguntas objetivas ao Secretário.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante de tudo isso que foi dito aqui... Uma coisa: eu tinha uma professora de Direito Trabalhista, Direito do Trabalho, que dizia o seguinte: há a primazia do fato, da realidade. Uma coisa é muita gente vir aqui e falar; outra coisa é a realidade que todos nós conhecemos. Que muitos estavam operando no Brasil, estavam.

O Secretário da pasta de Jogos e Apostas do Governo esteve aí, sentado nessa cadeira, e, quando eu comecei a questionar a ele, ele começou a desfazer toda a narrativa que a mídia como um todo estava pregando, inclusive o *site* do próprio Governo, quanto às empresas que estavam habilitadas, regularizadas para operar com apostas no Brasil. Aí, quando eu apertei, ele disse: "Não, mas não é bem assim". Eu falei: "Não, espere aí; aqui no *site* do Governo está dizendo isso, inclusive estimulando aquelas que não fizeram ainda a sua regulamentação para que corram para fazer a regulamentação, e empresas que estão ancoradas em Curaçao, empresas que estão ancoradas em Singapura, empresas que estão ancoradas em vários outros países. Agora, eu pergunto para você [eu disse a ele]: essas empresas que estão na lista, aqui, do ministério, do Governo, da secretaria, elas estão aptas para operar neste momento?". Aí ele se embananou todo, começou a desfazer o que o Governo... "Ah, houve um equívoco aqui, a informação não está correta." Mas fato é que o Governo anunciou como empresas regulares que estão a operar no Brasil.

Quando eu questionei sobre a outorga, porque essas empresas... Tem uma que faz uma propaganda muito forte no Brasil, dizendo assim: "Essa aqui está regularizada, 100% regularizada!". Até se chama para ser a única 100%... Não estou declinando o nome aqui, já houve depoimento, inclusive, está nos autos. E, aliás, um depoimento, que, com todo o respeito a quem estava auxiliando a pessoa no momento que... Qualquer especialista da Receita ou no campo da persecução penal, se pegar o depoimento, vai detectar ali uma série de confissões, confissões graves – confissões graves – e que aconteceram aqui na CPI.

Então, a pergunta que vem é: quais são os mecanismos que a Receita Federal dispõe nesse momento para, a par da primazia da realidade, buscar nesse ambiente todo apurar esse tributo que deixou de ser recolhido no Fisco nacional? Há mecanismos? Isso já está em curso? De que maneira a Receita pretende trabalhar para fazer esse enfrentamento aqui, considerando os últimos anos em que pode ser alcançada pela ação da Receita?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS (Para expor.) – Muito obrigado, Senador, principalmente por, na dificuldade de saúde, o senhor vir aqui e nos possibilitar esse debate aqui.

O senhor tem toda a razão em relação à realidade, e eu estou em uma posição muito mais tranquila, porque para a tributação o que vale é a realidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Não importa. Se ela estava irregular aqui, não me importa para fins de tributação em si, importa evidentemente em relação a tributos que foram criados pela legislação, por exemplo, aquela contribuição dos 12%. Isso aí não teria como cobrar retroativamente se não existisse a lei. Agora, Imposto de Renda, PIS-Cofins, o senhor tem toda razão, se a empresa estava presente no Brasil, ela tem que pagar o imposto. E eu dizia no início... O senhor não...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Elas pagaram imposto?

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Oi?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone*.) – Elas pagaram imposto?

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Algumas muito pouco, é um valor irrisório.

Eu dizia, respondendo à pergunta do Senador Izalci, Senador Marcos Rogério, que, apesar da regularização ou não de fato ser irrelevante para a matéria tributária, como fins de política pública, nós temos que fazer alguma distinção para não tratar aquele que se apresentou ao Governo brasileiro pior do que aquele que está na total ilegalidade. Eu não posso fazer isso! Então, eu falava de duas situações; o Senador Izalci me falou corretamente de uma terceira. A gente tem aquele pessoal que muito provavelmente já atuava no Brasil, inclusive anteriormente, mas se apresentou para o Governo brasileiro, foi autorizado e está lá; nós temos hoje 80 empresas regularizadas, nesse sentido de autorizadas, sete delas com base em liminar, mas tem

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elas ali. Tem um pessoal que nem se apresentou para se regularizar. E tem aquela situação intermediária, como bem lembrado pelo Senador Izalci, daquele que se apresentou, mas não conseguiu se habilitar. E eu acho que nós temos, de fato, que tratar isso diferentemente.

Com isso em vista, nós publicamos já no dia 6 de janeiro, também disse isso anteriormente, a regulamentação da Receita para tratar dessa forma diferenciada. O que nós estamos propondo? Que, em relação àquele que se apresentou à Receita Federal – nós passamos a ter informação agora, a partir de fevereiro, foi o primeiro mês de recolhimento, nós estamos consolidando os dados dessa arrecadação –, nós vamos passar a ter informações que nós não tínhamos antes. As pessoas estimavam o movimento, mas e o lucro dessas empresas? Era chute, não é? Um falava uma coisa, outro, outra. Agora, a gente vai ter um pouco mais de informação. Muitas empresas: "Ah, tudo que eu recebo, praticamente tudo, eu pago de prêmio". Agora, a gente vai ter essa informação, pelo menos dessas 80. A gente começou a ter dados até para parametrizar nossa análise de quem está fora da legalidade.

E eu dizia que essa portaria prevê que aquele que se regularizou eu vou tratar como contribuinte. Eu vou tratar como contribuinte, eu vou trazê-lo para o diálogo, vou apresentar os dados que eu tenho e falar: "Eu sei que você já estava aqui antes, você pagou imposto? Não pagou? Vamos pagar". Isso se chama autorregularização, conformidade. E é possível que eu volte a esta Casa propondo uma lei, inclusive, para dar algum benefício para essas pessoas. Aquela que está no outro extremo, hoje ela está numa atividade absolutamente ilícita. Antes, tinha essa dúvida: "Ah, mas é lícito ou não é?". E ficava neste debate. Agora, não tem mais dúvida, não é? A partir de 1º de janeiro, não tem mais dúvida. Quem não está autorizado a estar explorando a atividade está ilegal e muito provavelmente cometendo crime, crime contra a ordem tributária, porque, se você está aqui irregularmente e não está recolhendo tributo, muito provavelmente crimes estão sendo cometidos nessa autuação. Então, esse a gente não pode tratar simplesmente como contribuinte, nós temos que tratar como agentes agindo na ilegalidade. E aí entram o Ministério Público, Polícia Federal.

E o senhor também tem toda a razão, Senador, ao dizer que o trabalho da Receita Federal é instrumental para isso. Sem dúvida nenhuma. Eu fiz aquela observação no sentido que nós já estamos atuando, mas é que, quando sai no jornal, o que é destaque no jornal é a parte criminal: o pessoal foi preso e tal. Ninguém está preocupado na autuação que vai ser feita ali

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois, mas acontece. Quando se pega qualquer situação de lavagem de dinheiro, e muitas vezes há lavagem de dinheiro na situação, quando se pega uma situação de evasão fiscal, de receita não declarada, vai ter, sim, a tributação, vai ter, sim, um lançamento contra essas entidades. Então, isso já está em andamento, já tem sido feito e vai ser intensificado agora com mais informações.

Como que se dá essa situação anterior, que foi o que o senhor reiterou aqui? Eu volto a esse assunto até para reiterar o meu pedido, que eu acho que a gente precisa talvez pensar aqui numa alteração legislativa. Qual é o entendimento dominante? É na Receita e é também, eu sei, aqui dentro do Congresso Nacional, dos Consultores e tudo mais. Que eu tenho que distinguir a empresa que efetivamente está no exterior daquela que está aqui no Brasil. E aí, de fato, é irrelevante se é regular ou não, mas, se ela está aqui de fato no Brasil, se o sócio se reuniu, está aqui, mora aqui, fez movimentação e só abriu a empresa lá, para fins fiscais, ela está no Brasil e ela tem que pagar. E eu posso, sim, fiscalizá-la. E nós temos que cruzar essas informações, só que a gente tem que pensar na inteligência disso. Eu fiscalizo, eu autuo, eu vou cobrar de quem? Ele tem patrimônio no Brasil? Eu tenho que me preocupar com isso.

E aí entra um outro elemento nessa história que é a troca de informação internacional. Eu dizia – o Senador não tinha chegado ainda – que a minha Subsecretária de Fiscalização, que está aqui, a Andrea Chaves, participa ativamente desses debates no exterior relacionados à troca de informações entre os Fiscos, que já há muito intensamente em outros setores. Já há relacionada a cripto, já há relacionada a grandes empresas multinacionais para fim do Pilar 2, que nós aprovamos aqui no Brasil no ano passado para uma série de atividades. E a das *bets* está se desenvolvendo também num sentido de troca de informações, porque aí eu começo a ter um pouco mais de dado: "Você está falando que está lá, mas e a movimentação? Você pagou imposto? Você está, de fato, lá? Não está? É fraude". Aí as coisas se misturam, porque a gente não está mais falando só de tributação. Se alguém se apresenta aqui... Vem, por exemplo, aqui, diante dos senhores e diz: "Olhe, eu não estou no Brasil". E ele está no Brasil e não está pagando, isso pode ser classificado como fraude, como crime.

Até sugiro... E normalmente as CPIs fazem isto: notificam a gente depois de todos os resultados. Esse caso de que o senhor falou pode, sim, ser um caso de fraude, não conheço, nem sei quem é a pessoa e tudo mais, mas, se todo o negócio, o núcleo de negócio dela está

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui no Brasil, todas as reuniões se deram aqui, se o capital está no Brasil e ele só abriu a empresa no exterior, eu concordo com aquilo que o senhor... Pode ser, sim, que a situação esteja aqui.

Então, pode ser um caso, sim, de fiscalização esse caso, de autuação, com esse olhar de responsabilização. E aqui vem a parte prática da coisa, que é a sugestão que eu fiz anteriormente: a gente pode fazer um trabalho lindo, autua, tal, a pessoa não tem nenhum patrimônio, e eu vou fazer o quê? Não tenho como cobrar no exterior. Aí vem algo para que a Receita precisaria de lei: a responsabilidade tributária do parceiro aqui no Brasil. Porque, veja, hoje, repito, nós não temos mais dúvida: quem não está autorizado está ilegal. E como ele pode patrocinar, por exemplo, um *show*? Como pode patrocinar um evento ali? Mas aí não é um problema... A Receita não tem o que fazer, a não ser que tenha uma lei que diga: fica responsável pelo tributo devido pela entidade que esteja no exterior se você fizer negócio com ela sem que ela tenha autorização para trabalhar no Brasil, mas quem pode impor responsabilidade são V. Exas., é o Congresso Nacional, por lei. Teria que fixar, por lei, uma responsabilidade de quem está no Brasil e nega-se a se adequar à nossa legislação, continua fazendo negócio com essas empresas. Imponha-se a obrigação tributária a esses parceiros. Eu presumo que eles vão parar de fazer negócio com essas entidades, e elas precisam disso – né? – para fazer a publicidade e tudo mais. Esse talvez seria um caminho importante para nós termos efetivamente um resultado prático.

Infelizmente, esse tipo de norma não retroage, mas acho que é importante para, pelo menos, estancar. A responsabilidade tributária não retroage, não tenho mais como responsabilizar por aquilo lá. E eu adicionaria algo ao que o senhor disse nesse exemplo. Ele estava no Brasil, ele está lá e bota o nome dele num... Não vou ficar falando aqui... Mas está lá o nome dele. Tem gente ganhando dinheiro com esse nome. Só que quem pode fazer isso é a lei, responsabilizar um terceiro pelo tributo não pago por alguém que está no exterior.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O que nós verificamos aqui nas apurações que foram feitas até agora é que o que está lá no exterior é apenas uma configuração jurídica, mas todos os sócios estão aqui, toda a configuração, a montagem, a engrenagem, a ideia, a concepção foi feita no Brasil. Apenas foram lá e registraram. Se fizer uma diligência a CPI aqui, talvez a gente não encontre lá nem um escritório,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

talvez não tenha nem um espaço físico lá fora, é o mais provável. Essa é uma realidade. E, aí, um caso que nós apuramos é que: "Tá, mas você disse que está 100% legal, operando, o.k., e disse que fez o recolhimento da outorga. Se fez o recolhimento da outorga, como é que você fez o recolhimento da outorga para uma empresa que está registrada, ancorada em outro país?". Aí a pessoa confessou: "Não, mas, aí, eu abri um outro CNPJ aqui e fiz pelo CNPJ nacional, brasileiro". Está operando esse tempo todo lá fora, mas o dinheiro nunca saiu do Brasil. Então é algo realmente que tem que ser apurado, levantado, para ir atrás desses que ganharam, e ganharam muito.

Deixe-me entrar aqui: você falou, fez uma fala geral em relação a essa questão de apurar valores devidos ou não. É possível hoje determinar qual o valor apurado devido em impostos que deverão ser recolhidos pelas empresas que exploravam o mercado antes do 01/01/2025? Tem um número já? A Receita tem uma estimativa disso ou não?

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Senador, boa pergunta. Inclusive, eu retomo algo que o senhor perguntou anteriormente, quando o senhor falou da operação de câmbio. Ontem mesmo eu estava no Banco Central e dizia, eu digo para eles lá que a gente, a Receita tem que ter cada vez mais uma relação intensa com o Banco Central, porque tem dados que eu só vou ter se souber o que teve de operação de crédito relacionado à saída. Então, esse é um dos caminhos para ter mais informação.

Em relação ao que aconteceu no passado, a gente pode ter algum dado, por exemplo, com esse compartilhamento, em que – eu já adianto para o senhor – eu estou trabalhando com o Banco Central para conseguir identificar.

O senhor contou um caso aqui: "Eu faço toda a operação e tal! É difícil, realmente, fazer uma por uma. Muitas vezes, o que algumas entidades fazem – eu não sei se é esse caso, nem sei se é um padrão nas *bets*, mas eu sei que outros setores fazem –: eles pegam uma série de valores pagos em reais, juntam numa facilitadora de pagamento que faz uma única operação de crédito para o exterior, mas eu sei que, em determinadas situações, o Banco Central exige que, quando é feita uma única operação, sejam detalhados os CPFs. Eu não tenho essa informação, se neste momento ou se num passado recente se exigia isso para entidades relacionadas à *bets*,

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas, se não tiver, é uma providência interessante de ser feita, porque permite fazer esse tipo de rastreamento.

O que nós temos a partir de agora – que é muita coisa, a gente não pode subestimar isso –? A gente vai ter, nos próximos meses, em relação a 80 empresas, dados que nós nunca tivemos. Vamos ter o faturamento delas e – talvez mais importante do que o faturamento – a margem delas. Essa talvez seja a informação guardada com mais segredos. A gente não sabe quanto que fica para eles. Como eu dizia anteriormente aqui, muitas empresas dizem: "Não, não fica quase nada para mim; eu recebo tudo aquilo, mas tudo eu entrego como prêmio".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Sim, pode ser, mas a gente vai descobrir agora, porque a base de cálculo para o tributo aprovado aqui, no Congresso Nacional, aqueles 12%, é sobre essa diferença. Ele vai ter que apresentar para a Receita Federal...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A planilha.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – ... tudo que ele recebeu, o que ele pagou de prêmio naquele mês – é por mês –, e, sobre aquela diferença, que, em inglês, eles chamam de GGR, que é esse saldo líquido, é sobre ele que incide aquele tributo.

Então, eu sabendo quando a empresa pagou, eu sei qual é a base de cálculo. Então, a partir dos próximos meses a gente vai ter uma ideia.

Em relação a estimativa, algo interessante também, que eu conversava com a nossa equipe. Eu sei que ninguém quer ouvir isto: "Tem que esperar mais tempo para ter dados e tal". Parece-me que há uma sazonalidade; a gente está aprendendo isso agora enquanto a coisa anda. Parece que, no início do ano, há um menor volume de apostas; ele se intensifica ao final do ano.

Então, isso pode ser um indicativo. Quando a gente passar a ter informação nos primeiros meses do ano sobre esse valor, a gente pode estimar que a tendência, ao longo do ano, é esses valores inclusive aumentarem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a partir disso, a Receita Federal já vai ter elementos para, numa eventual autuação de alguém de fora, eu poder arbitrar o valor da autuação, porque tem esse desafio também, né? Enquanto a empresa... Como que eu faço o cálculo desse valor todo? Bom, agora eu tenho. Eu sei que, em média, as empresas têm, em cima de tal faturamento, tal margem de lucro. Então, eu tenho condições de arbitrar o valor a ser lançado, até porque, Senador, a gente tem que lembrar que o trabalho tem que ser muito cauteloso, porque não adianta nada a Receita Federal correr atrás, autuar e depois cair na justiça, porque é um direito de todo cidadão, evidentemente, ir à Justiça depois de uma autuação. Se ele chegar na Justiça e falar: "Olha, essa autuação aqui é arbitrária, porque ele lançou um valor de Imposto de Renda que não tem base na realidade", o juiz vai derrubar. Essa é a tendência da jurisprudência brasileira.

Então, para o Fisco lançar um tributo – e o termo correto para isso é arbitrar o valor relacionado ao tributo –, nós temos que ter alguma base, e nós começamos a ter essa base no início desse ano. Então, pode nos cobrar agora, da Receita Federal, principalmente após o prazo desse grupo de trabalho? Sim. Cada vez mais, nós vamos ter melhores condições de responder às perguntas, agora em cima de dados concretos recebidos pela Receita Federal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

Eu vou fazer algumas perguntas mais objetivas e vou partir para o final, para não ser extensivo aqui, na Comissão, mas em relação a essa questão que nós mencionamos agora há pouco, V. Sa. não concorda que seria possível a desconsideração da personalidade jurídica das empresas já constituídas no Brasil para efeito da cobrança dos sócios dessas empresas, daqueles tributos que não foram pagos? Qual a visão que a V. Sa. tem em relação a isso?

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Sem dúvida, eu concordo. Aquele caso que o senhor já ... Na verdade, tecnicamente não seria nem a desconsideração, seria a consideração, porque ela não exige; eu desconsidero aquela que está lá no paraíso, porque, de fato, como a Senadora Soraya lembrou aqui, eu não gosto de falar "latinês" jurídico, mas é aquela questão do *non olet*. Para a Receita Federal, pouco importa se ela está regular ou não está regular. Se eu tenho elementos para provar que ela estava materialmente aqui – e o senhor deu alguns exemplos no caso concreto –, de que ela estava aqui, eu vou lá lançar. Mas lembre-se: eu tenho que tomar essa cautela. Eu sei que eu tenho a simpatia, vou ter a simpatia do

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor se eu a autuar, mas eu tenho que ter uma autuação que não caia depois na Justiça, que o juiz leia aquele valor e fale "realmente tem fundamento esse valor aqui que você está cobrando". Esse talvez seja o desafio que a gente está prestes a resolver.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu acho que é assim... Veja, por mais que as empresas estejam operando lá fora, todas elas usam para fazer a transação financeira uma empresa de meio de pagamento no Brasil. Eu acho que, se você tem acesso a esse mecanismo, seguindo o caminho do dinheiro, você vai ter revelação de tudo aquilo que se busca e que neste momento me parece estar num ambiente obscuro.

Mas eu queria avançar um pouquinho em alguns questionamentos.

Qual a compatibilização de capital que a Receita Federal do Brasil fará entre as empresas criadas recentemente, que se credenciaram na SPA, mas que estavam operando as marcas consolidadas com empresas estrangeiras?

Outra pergunta conectada com essa: a integralização de capital no valor de 30 milhões das empresas credenciadas na SPA está sob análise da Receita?

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Isso está, sim, no radar, com essa cautela que eu relatei para o Senador. Seria uma espécie, até – desculpa o termo que eu vou utilizar – uma covardia eu pegar essas aí que acabaram de declarar, entende? Porque tenho só 80 que declaram para mim e foram lá e pagaram, e eu vou lá e eu atuo as 80? Eu tenho até moralmente que trazê-los para conversar antes de fazer qualquer ação fiscalizadora. Eu não posso tratá-las pior do que aquelas que nem se apresentaram à Receita. Mas evidente que talvez as dúvidas que tenham passado para o senhor quando ouviu essas respostas já passaram na minha cabeça e passou para todo auditor que está ouvindo esse nosso debate. É evidente que eles vão pensar exatamente isso: "Espera aí! Você já não estava aqui antes? O que você estava fazendo? Mas essa marca eu já conheço, já estava aqui. Como é? Como que não é?".

E aí, para a Receita Federal, repito, e para o direito tributário, o que importa é a realidade material.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Isso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – Se materialmente é a mesma entidade, há, sim, uma responsabilidade. Mas, nessa situação em que a gente pode ir atrás da empresa porque ela se apresentou e apresentou dados, eu acho que é de bom tom que a gente ouça essas empresas e, se for o caso, inclusive, propor aqui ao Congresso Nacional uma legislação para regulamentação, para que a gente não caia nessa armadilha de tratar essas empresas que se apresentaram pior do que aquelas que nem se apresentaram. Eu preciso tratar esses como contribuintes, ainda que a gente precise eventualmente de uma lei para regularizar o passado deles, se for o caso. Claro, a palavra final disso quem dá é o Congresso Nacional, mas eu tenho que ser mais duro com aqueles que continuam na ilegalidade. É essa distinção que nos parece importante.

Eu, Senador – o senhor chegou depois, e mais uma vez agradeço o esforço pela questão de saúde –, deixei já na Presidência aqui esse ato da Receita Federal deste ano que fez essa distinção. Essa distinção para nós é muito importante que seja feita porque a gente tem que continuar nesse caminho de tornar a Receita Federal menos repressiva e mais orientadora. A Receita Federal tem que orientar o contribuinte, até porque isso é mais produtivo para a gente do que a gente ficar litigando. Eu vou lá, autuo e depois fico dez anos discutindo na Justiça se aquele auto de infração vai se manter ou não. É muito melhor a gente conversar. Então, essa nossa instrução vai nesse sentido. Àquela empresa que abriu realmente aqui no Brasil não quer dizer que a gente tenha dado um atestado de idoneidade em relação ao passado, mas quer dizer que eu vou dar certamente um voto de confiança para conversar com essas empresas em relação ao que aconteceu antes de 1º de janeiro de 2025.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

A Receita Federal tem acesso em tempo real às movimentações financeiras das plataformas de apostas que operam no Brasil? De que maneira é feito esse monitoramento?

Uma outra questão – faço três na sequência, para responder com liberdade –: existe um cruzamento de dados entre os valores movimentados em plataformas de apostas de jogos e a declaração de Imposto de Renda dos jogadores?

E, por fim, em relação aos meios de pagamento, esse cruzamento é realizado também de alguma forma?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS – O monitoramento existe não pela Receita Federal. A Secretaria de Prêmios e Apostas tem um sistema construído. Eu não tenho certeza se ele é em tempo real, mas ele é muito ágil no recebimento dessas informações. Para a Receita Federal, não precisa, a rigor, ser em tempo real; para nós, ser mensalmente já resolve, porque a tributação é mensal, que foi aprovada no Congresso. Nós receberemos, sim: há um compartilhamento de informação fiscal com a Secretaria de Prêmios e Apostas.

Cruzamento de dados, esse é o trabalho essencial da Receita Federal. A gestão de riscos da Receita Federal trabalha com cruzamento de dados, trabalha com busca de inconsistências em movimentação financeira, em declarações, porque a gente não tem condições de fiscalizar dezenas de milhões de brasileiros. Como é feita a fiscalização? A fiscalização se debruça a quem precisa ser fiscalizado, para não perturbar também aquele que deve ser tratado ali... deve ser deixado em paz. E como é que a gente seleciona o alvo dessa fiscalização? Buscando inconsistência nos dados apresentados.

Então, sem dúvida nenhuma, há, sempre houve, sempre vai haver cruzamento de dados não só na declaração de Imposto de Renda, mas a Receita recebe, por exemplo, informação das fontes pagadoras, das empresas ali de... Toda empresa presta anualmente informação para a Receita Federal em relação aos salários, por exemplo, pagos. Essas informações... E não tem nenhum auditor que fica ali na ponta. Na verdade é um sistema construído com muita inteligência que faz esse cruzamento, atendendo a determinados parâmetros, e que já manda ali para a seleção, para uma análise mais criteriosa, quando há alguma inconsistência. Sem dúvida, isso será feito também nessa situação.

Meios de pagamentos é uma situação complexa. Você sabe que, há mais de 20 anos, a Receita Federal recebe informações de instituições financeiras. Quando a legislação foi tratada lá 20 anos atrás, não existiam instituições de pagamento. O que nós tratando aqui? Nós temos, então, as instituições financeiras tradicionais e aquelas de pagamento, que basicamente são aquelas *fintechs* e tudo mais. Algumas *fintechs* entendem que não têm o dever de prestar essas informações. A Receita Federal, depois de muito debate com elas no ano passado, publicou, em setembro do ano passado, uma instrução esclarecendo que as instituições também deveriam prestar as informações. Deu no que deu, os senhores acompanharam o que aconteceu em janeiro aqui. Houve uma movimentação muito forte com *fake news*, dizendo que a gente ia

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributar Pix e tudo mais, e isso já estava prejudicando o meio de pagamento, o uso do Pix. Naquele momento, o que foi feito? Nós revogamos aquela instrução que fazia exatamente isso que o senhor está perguntando: impunha também às instituições de pagamento a mesma obrigação que sempre existiu para os bancos tradicionais, os bancos com agências e tudo mais.

A primeira declaração que seria prestada por ela seria agora em agosto. Então, nós temos que conversar, inclusive aqui no Congresso Nacional, o que nós queremos. Eu disse isso anteriormente aqui. Nós temos que ouvir a população, o próprio Congresso Nacional, se a Receita deve ter esse tipo de informação. Eu entendo que deve, porque eu também disse anteriormente que eu não preciso nem dar exemplos, basta googlar aí *fintech*, *bet*, lavagem de dinheiro, que praticamente todas as operações que você vai encontrar são relacionadas a essas entidades.

É uma discussão, e eu também repito o que eu disse anteriormente, V. Exa. não estava naquele momento, que eu falo isso com todo o cuidado para não demonizar todo um setor que é muito importante para a bancarização da população, mas fato é que algumas dessas instituições são, sim, utilizadas para malfeitos, e nós temos que lidar com isso da forma que for melhor para o Brasil. Essa discussão é muito válida e vai ter que ser feita em algum momento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.

Presidente, eu vou finalizar aqui a minha participação, agradecendo ao Secretário Barreirinhas pelas respostas. Eu tinha muitos outros questionamentos, mas acho que ele já tinha feito essas afirmações antes. E eu acho que, de tudo que a gente está ouvindo aqui, a gente tem a impressão de que há realmente um ambiente muito claro, havia no passado com muito mais... assim, muito mais evidente e, a partir do dia 1º de janeiro agora, talvez isso fique menos exposto a essa ausência de controle efetivo. Eu acho que a gente está num novo ambiente agora, num novo momento em que esse controle parece ser instrumentalizado. É a impressão que eu tenho.

Mas, mesmo assim, quando V. Sa. fala que o controle quanto à movimentação vai estar mais sob a guarda da Secretaria de Prêmios e Apostas, isso me gera preocupações. Eu acho que nós temos dois instrumentos que são efetivos e que têm instrumentos próprios para fiscalizar, para monitorar, inclusive com poderes específicos para poder, assim, se impor: é a Receita

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal e o Banco Central. Me preocupa muito permitir que se escape do controle da Receita Federal esse universo, que me parece estar capturado em parte pelo crime organizado, em parte por pessoas que querem viver às sombras, à margem da lei no Brasil, o que é muito mais vantajoso, e de repente a gente não ter instrumentos legais que permitam à Receita Federal fazer o controle mais efetivo, ao Banco Central fazer o acompanhamento mais efetivo.

Essa história de o Banco Central não ter controle sobre as empresas de meios de pagamento em razão de volume ou em razão... é algo que não dá para aceitar. Eu acho que há previsão da vinda aqui nessa CPI também de representantes do Banco Central, vai ser uma oportunidade importante.

E o que eu sugeriria aqui, Presidente, é que, com o avançar da CPI, a gente tivesse a oportunidade de, um pouco mais à frente, de repente trazer novamente aqui o Secretário da Receita Federal, porque, na medida em que nós vamos tomando os depoimentos e tendo acesso às informações, a gente vai tendo mais dúvidas com relação ao trabalho, seja da Receita Federal, seja do Banco Central especificamente.

Com relação à Secretaria de Prêmios e Apostas, para mim é o grande fracasso na condução dessa agenda. A vinda do Secretário aqui da outra vez foi uma coisa escandalosa, ele dava outro nome para reconhecer a falta de acerto do Governo em relação a essa agenda. Uma hora está autorizado, daqui a pouco não está mais autorizado. Não está autorizado, mas está patrocinando veículos de imprensa, patrocinando grandes eventos, e com a propaganda de que está legal, usando inclusive a alcunha de "ah, essa é legal". Que conversa é essa, se você tem uma empresa ancorada lá fora, se você não tem uma outorga aqui, se você não tem tributação?

Então eu agradeço muito a presença do Secretário aqui. Eu acho que ela ajuda muito a gente a entender como é que está sendo a dinâmica de trabalho em relação a esse tema, mas acho que nós vamos ter que, um pouco mais à frente, ouvi-lo novamente, a par de muitas outras informações que nós estamos coletando, para instrumentalizar aqui o relatório final desta CPI.

Acho que nós já conseguimos avançar muito. Era um segmento que parecia estar ali num limbo, que ninguém sabia nada, ninguém conhecia nada, e muita gente achando que está tudo certo, está tudo legal, e não está. Não estava e não está. Muita coisa errada foi feita, lavagem de dinheiro, descaminho, evasão fiscal, sonegação e daí por diante. Se pegar os depoimentos que

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós já tivemos aqui, só do que já foi prestado, nós já temos aqui elementos para subsidiar não só o trabalho da Receita Federal, como o do próprio Ministério Público Federal também.

Agradeço a V. Sa. pela disposição de contribuir com esta CPI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Eu quero aqui salientar que fui contemplado com muitos questionamentos que já foram feitos anteriormente e dizer ao Secretário que eu tenho um profundo respeito pela Receita Federal, até porque a minha vida foi muito próxima de um auditor fiscal, que foi um auditor dos mais antigos do Brasil, que foi um dos mais longevos, que foi meu pai. Meu pai foi delegado da Receita Federal há muito tempo, foi auditor, e eu tenho muito respeito pela instituição.

O Marcos acabou de falar sobre evasão de divisas, sonegação, mas o que me chama mais a atenção, minha querida Soraya, nossa Relatora, é essa renúncia fiscal gigantesca que aconteceu de 2018 até agora no nosso país. E me chama muito a atenção, Secretário, os sinais exteriores de riqueza, tanto dos donos das *bets* – todo mundo sabe quem são os donos da *bets* aqui no Brasil, todo mundo sabe, não é isso? –, como dos *influencers* que dão uma sensação à sociedade e aos jovens de que jogar é uma oportunidade de ficar rico. E aí você vê *influencers* que têm dez ferraris, outro tem oito lamborghinis, tem casa em Miami, enfim.

Eu acho que nós fomos absolutamente míopes ao sermos complacentes – aí eu não vou dizer de quem foi a culpa, mas isso a gente vai esclarecendo ao longo da CPI – com essa jogatina que se tornou o Brasil, sem o menor controle. E, olhem só, essas empresas que operaram ou operam no Brasil desde 2018, segundo um relatório... Eu pedi um estudo, que depois eu vou passar para o senhor, sobre o impacto dessa renúncia fiscal para o nosso país. Segundo esse relatório da Consultoria do nosso Senado, isso vai a valores que chegam a cerca de 50 bilhões em tributos entre 2019 e 2030. Não sou eu que estou dizendo. Esse é um estudo da Consultoria do Senado, que é uma consultoria muito competente.

E aí eu pergunto ao senhor: como é que foi possível, já que a Lei 13.756, de 2018, sempre previu a tributação sobre essas operações, jogos e apostas?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, como uma empresa pode atuar no Brasil, no mercado brasileiro, sem pagar um real sequer de imposto durante tantos anos? E com tantos sinais exteriores de enriquecimento? Quer dizer, a gente vê isso aqui no... Aí entra na internet aí, o senhor... Googla na internet aí, que você vai ver que é uma agressão a nós que trabalhamos há tanto tempo – eu que sou médico há 44 anos, eu operei até essa moça aqui. É uma agressão. Eu fico até com dificuldade de dizer para os meus filhos, que eu tenho dois aqui que fazem, estão no internato de medicina, dizer para eles que vale a pena ser médico. Eu acho que eles estão pensando muito seriamente em abrir uma *bet*.

E, finalmente, por que a Receita não cobrou tributos dessas empresas? E o que a Receita está fazendo para ir atrás desses valores sonegados? Isso é até uma redundância, essa pergunta, o senhor já... Mas tem muitas pessoas no país que nos assistem, tem pessoas que passam o dia todo assistindo a TV Senado, e eu vou chamar a atenção para isso. Nós temos que ser muito veementes em relação a isso, porque eu acho que o Brasil precisa de tantos recursos! Ele se deu ao luxo de abrir mão de uma fonte extremamente lucrativa de auferimento de tributos que podem redundar em bem-estar da sociedade.

E como o senhor falou aqui, esses tributos que são aplicados em cigarro, bebidas, imposto seletivo de modo geral, eles são impostos que têm não só o condão arrecadatório, mas de tentar desestimular atividades que são nocivas ao ser humano ou à sociedade. De forma que, ao vermos o que aconteceu no país, de 2018 para cá, nós praticamos um crime contra as pessoas, nós estimulamos as pessoas a se viciarem nessa atividade que, como o senhor falou aqui, a gente sabe, não é fácil a gente dizer... Ninguém ganha com isso, porque só quem fica rico com isso são pessoas que estão influenciando jovens a se viciarem nessa atividade, e as próprias plataformas e os detentores dessas plataformas, que ficaram milionários, a gente vê.

Eu não sou nada contra a riqueza, não sou contra a riqueza, mas eu acho que você ficar rico explorando a ignorância das pessoas, inclusive fazendo com que as pessoas deixem de ter compromisso com a subsistência das suas famílias para entrar numa atividade que adoece as pessoas...

Inclusive, nossa Relatora, nós temos aqui o convite para uma pessoa que se viciou nesse jogo e perdeu de R$3 milhões a R$4 milhões de sua família. Nós temos médicos que vêm aqui

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para falar sobre o índice de adoecimento de pessoas no país todo. Então, isso nos preocupa muito.

Eu vou continuar com essas perguntas, eu tenho poucas perguntas, Secretário.

O Decreto 9.580 de 22 de novembro de 2018, é um dos pilares da regulamentação tributária no nosso país, no Brasil, ele regulamenta o Imposto de Renda. Nele ficou estabelecido que a tributação de proventos de qualquer natureza deve ser tributada. Portanto, não são apenas hipóteses listadas que sujeitam os lucros auferidos no Brasil por pessoas domiciliadas no exterior ao Imposto de Renda. Por que esses tributos não foram pagos e quais órgãos governamentais deveriam ter realizado essa cobrança?

E, finalmente, a Resolução 277, de 2022, do Banco Central, estabelece que toda transferência de recursos para o exterior deve ser acompanhada de informações detalhadas, incluindo a finalidade da operação. Cada finalidade tem um código específico, e um deles é o código 340.454, referente aos jogos e apostas; ou seja, toda vez que recursos são enviados ao exterior com esse código, sabemos a que estão relacionados. Com isso, eu pergunto ao senhor: como podemos saber quais recursos estão sendo enviados ao exterior com finalidade específica de jogos e apostas? E, além disso, por que a Receita Federal não determinou a retenção na fonte dos lucros auferidos por essas empresas, tal como foi feito com todos os brasileiros em geral? E, além disso, o critério da fonte que vincula a tributação ao território nacional não seria suficiente para justificar essa cobrança?

E, antes de passar a palavra a V. Exa., quero agradecer desde já... Não sei se a Soraya vai querer fazer alguma pergunta. Eu quero agradecer ao senhor e aos seus assessores aqui da Receita Federal a sua presença esclarecedora. E eu tenho certeza de que o senhor voltará aqui, porque, com seu conhecimento, com a experiência, a *expertise* que a Receita Federal do país tem e com o respeito que essa instituição tem do povo brasileiro, eu acho que nós vamos aqui construir um ambiente mais saudável para proteger, principalmente, as pessoas que... os menos favorecidos, inclusive, porque eu não vejo razão para que um pobre, uma pessoa que está no CadÚnico, tenha acesso a essas plataformas de uma maneira muito fácil. A gente não tem nenhum tipo de critério rigoroso para garantir que um menor não está tendo acesso a essas plataformas, não está jogando. Apenas aparece aquela questãozinha lá: "Se você for maior de

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

idade, aperte o 'sim'", aí todo mundo aperta o "sim", e ninguém sabe quem é maior, quem é menor, quem está jogando. E se coloca um CPF qualquer ali e se joga sem o menor controle.

Eu acho que nós precisamos realmente fazer um trabalho juntos, o Parlamento brasileiro, o Governo brasileiro, o Poder Executivo, os órgãos de controle, para que a gente realmente possa dar segurança às pessoas – principalmente às pessoas! E que essa atividade – como a atividade de fumar, de beber – tenha critérios. Que ela tenha critérios sempre no sentido de salvaguardar a saúde, a integridade das pessoas, das famílias. E também que a gente possa, com a eficiência arrecadatória da Receita Federal, trazer recursos para nós aplicarmos em áreas de infraestrutura, de saúde, enfim, que possam gerar algum tipo de bem-estar para o povo brasileiro.

Muito obrigado pela sua presença e dos assessores que o acompanham.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS (Para expor.) – Eu que agradeço, Senador.

E nós, a Receita Federal, estamos, sim, à disposição. E aguardamos, inclusive, o relatório, porque essa troca de informações é muito importante. Muita coisa que foi investigada na CPI certamente servirá de insumos para a Receita aprender mais sobre esse setor e atuar em relação a determinadas situações, até, que já foram narradas aqui. Então, a Receita Federal tem muito a agradecer, sim, ao trabalho dessa CPI.

Em relação ao lucro, o senhor tem toda a razão, para fins da Receita Federal, a regulamentação ou não, a autorização ou não, tem uma relevância para fins de informação, mas não para fins de incidência tributária. Se a empresa estava materialmente no Brasil e teve lucro, ela tem que pagar Imposto de Renda. Se ela estava materialmente no Brasil, o que é materialmente? Ela não constituiu empresa, diz que a empresa está em outro lugar, mas, de fato, ela estava aqui, fazia negócios aqui, os sócios de fato moram no Brasil, movimentam o dinheiro daqui, ela tem que pagar tributo no Brasil. Nem sempre é fácil provar isso. Essa é a situação em que nós estávamos até pouco tempo atrás.

Com essas informações que nós passamos a ter, nós temos mais elementos, não só para identificar – talvez identificar seja até a parte mais fácil –, mas e calcular o valor do tributo que deixou de ser recolhido aqui? Com essa informação nós teremos mais esses dados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor bem citou a questão do câmbio. Nós temos conversado com o Banco Central, o Banco Central pode sim ser uma fonte relevante de informação para nós estimarmos esses ganhos. E há realmente algo que foi relatado aqui – não lembro se foi o... não lembro aqui exatamente qual foi o Senador que levantou a questão – de que muitas vezes não é uma operação de câmbio caso a caso. Isso acontece de fato, a gente tem conversado no Banco Central, e é possível que eles possam identificar aí CPF por CPF, que pode também vir a ser um elemento relevante para esse tipo de fiscalização.

O que é importante é: podemos concordar ou não com a legislação? Ela foi um avanço, porque, a partir dela e da regulamentação, a partir de janeiro deste ano, nós passamos a ter informações que nós não tínhamos, não só em relação ao faturamento dessas empresas, mas em relação à margem também dessas empresas. O que sobra, em tese, para elas depois do pagamento desses tributos. E, a partir daí, nós podemos soltar essa orientação da Receita Federal para fazer essa distinção importante para tratarmos diferentemente aquele contribuinte que se apresentou à Receita Federal, ao Governo brasileiro, em relação àquele que não se apresentou e continua na ilegalidade. Para esses primeiros nós vamos oferecer, sim, oportunidade de autorregularização, de diálogo com a Receita Federal, e aquele que está na ilegalidade vai ser tratado adequadamente como aquele que optou por ficar na ilegalidade.

Eu creio que esse é um grande avanço, nós temos muito o que fazer ainda, e o trabalho está só começando, mas nós contamos não só com o apoio do Parlamento, mas até de toda a sociedade. Também é outra importância desse debate, Senador, porque as pessoas têm que se conscientizar de que nós temos que ter um controle melhor sobre o que acontece no Brasil para tudo isso que o senhor bem colocou: para evitar abusos, para evitar danos à saúde mental das pessoas, danos patrimoniais para as pessoas e também a exploração dessas atividades pelo crime organizado.

Eu repito, Senador, eu é que tenho que agradecer o convite e continuo à disposição aqui da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Secretário, a nossa Relatora, Senadora Soraya Thronicke, tem uma pergunta para fazer ao senhor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – No ano passado, a Secretaria de Prêmios e Apostas editou uma lista de empresas brasileiras, cada uma com CNPJ próprio, que estavam em fase de adequação, o que até virou aqui uma celeuma sobre uma autorização precária naquela fase. Esse aí é o art. 9º da Lei 14.790, de dezembro de 2023.

Para a Receita Federal, essas empresas não seriam, na verdade, empresas espelho, controladas, direta ou indiretamente, pelas mesmas pessoas que controlavam as empresas estrangeiras que já estavam operando as atividades de apostas de quota fixa e jogos *online* no Brasil antes de 1º de janeiro? Ou seja, por mais que elas tenham se formalizado, elas estavam atuando da mesma maneira, porém de forma informal. Então, eu gostaria de saber como é que se apura a responsabilidade de quem se adaptou ou se adequou ao novo regime, à regulamentação e à forma anterior de atuar, ou seja, eram as mesmas empresas, dos mesmos donos, igual – vamos dar um exemplo – à Betano: após a regulamentação, ela se formalizou, mas o que eu posso considerar da atividade anterior à formalização?

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS (Para expor.) – Muito bem, Senadora, a dúvida tem toda a razão de ser, porque é algo que é muito debatido dentro da Receita Federal. Para a Receita Federal, como eu disse anteriormente, o que importa é a realidade econômica ali. Se é a mesma atividade, são as mesmas pessoas prestando o mesmo serviço, auferindo lucro em relação à mesma atividade, para fins da Receita Federal, o tributo já era devido no Imposto de Renda antes e continua devido depois. Então, pode haver, sim, algum tipo de confusão. Não vou falar de um caso concreto, evidentemente precisaria de mais elementos para identificar isso.

Mas o que é importante também lembrar: lembre-se que, para essas 80 empresas que nós temos aqui, nós temos dezenas, talvez centenas de empresas que não se apresentaram. Até por uma questão de política pública, a gente não pode tratar tão mal essas 80 empresas, eu tenho que dar um voto de confiança para elas. Senão a pessoa vai falar: "Pô, isso foi uma armadilha, né? Eu faço aqui... Eu me apresento, constituo uma empresa para ser autuada enquanto as outras não estão nessa situação?". Então, o que faz diferença para a Receita Federal não é tanto essa constituição, essa autorização; é a política pública que nós vamos tratar daqui para frente. Como que nós vamos lidar com essas duas situações?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nos parece adequado, e nós colocamos nesse normativo de 6 de janeiro, é que esse grupo de trabalho vai passar a analisar os dados que tem e – já colocamos aí – vai discutir o passado, porque na prática a gente sabe disso. Nós não temos esse nível de ingenuidade de achar que as pessoas aparecem do nada aqui no Brasil, elas já estavam muitas vezes aqui. Essa própria orientação publicada pela Receita Federal já coloca isso, que, para essas empresas que se apresentaram e foram autorizadas, a Receita vai analisar o caso de haver um programa de conformidade. E, como eu disse, pode ser que a gente volte aqui ao Congresso: "Olha, nós analisamos, as empresas estão de boa-fé, elas reconhecem que estavam aqui no Brasil e eu quero fazer – sei lá – um parcelamento de x mês, com algum tipo de desconto". Nós temos que dar esse voto de confiança para essas entidades e tratar de uma maneira diferente aquelas que nem isso fizeram, que continuam na irregularidade. E, como foi bem lembrado aqui, nós temos uma terceira situação: daquela intermediária, a empresa se apresentou e não foi autorizada. Temos que analisar caso a caso. Nós temos que tratar diferentemente quem se apresenta de boa-fé daquele que não faz isso. Mas essa distinção, em princípio, esse relato que a Senadora fez, pode significar, sim, que há uma continuidade nessa atividade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É importante destacar aqui, Secretário, até para quem já trouxe algumas desculpas aqui para a CPI, dizendo: "Olha, eu fui proprietário da *bet* X, mas em 2023, 2022, eu vendi". Vamos lembrar, perdão, que a responsabilidade dos seus atos pretéritos permanece. Então, sim, tem de responder.

É isso. Obrigada, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu passo, finalmente, a palavra à última inscrita, que é a nossa Senadora aniversariante do dia, Senadora Damares, por favor.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente!

Secretário, foi muito bom o senhor ter vindo aqui, porque todos nós, Senadores, respeitamos muito a instituição, e a passagem do seu Secretário de Apostas por esta Comissão foi um horror, foi desastrosa. Ele continua secretário? Não sei. Se continua, eu só lamento, mas

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi desastrosa. Mas todos nós aqui respeitamos a Receita Federal, e eu sei o nível dos seus técnicos. Eu fui casada com um, ele foi embora, mas, por conta de estar casada com ele, eu conheci sua equipe – sua equipe é boa. Eu me lembro que era o concurso mais cobiçado. Todo mundo queria ir para a Receita Federal. Sei o nível, sei o quanto eles trabalham, e, por um tempo, nós ficamos aqui na CPI perguntando onde esse povo todo estava quando a evasão estava escancarada. Eu fico me perguntando: cadê aqueles auditores que estavam vendo tudo isso? Eu não vi greve, eu não vi barulho, eu não vi nada, e eu fiquei muito preocupada. E eu quero muito, Secretário, que vocês deem conta do recado.

Quando o senhor propôs uma reunião secreta porque não pode publicamente falar aqui, eu entendo; tem serviço ali que, uma frase sua aqui, colocaria tudo em risco. Eu vou orientar, insistir, clamar, pedir ao Presidente e à Relatora que, se possível, a gente tenha uma reunião secreta, porque nós precisamos ter certeza de que vocês estão cuidando do assunto. Nós, aqui, estamos preocupados, e o nosso papel de fiscalizadores tem tudo a ver com o seu trabalho. Nós queremos acompanhar o que está acontecendo.

O que não dá mais é para a gente ver o que está aí na cara. Por exemplo, a gente saber, e eu não tenho certeza, porque é tudo tão nebuloso neste mundo das *bets*, que uma *influencer* tem um contrato de R$200 milhões com uma *bet*. Esse contrato dessa *influencer* está sendo analisado? Ela pagou o imposto de renda desse contrato? A origem desse dinheiro... Tem tanta coisa em torno, que, se a gente for realmente a fundo, são bilhões, e bilhões, e bilhões de reais; e perdas: perdas de arrecadação para o nosso Governo, para o nosso país, para a União. E aí, eu estou mesmo querendo saber se vocês estão cuidando. Se tiver esta reunião secreta, Senadora Soraya, Senador Hiran, eu não sou membro, mas eu gostaria muito de participar, porque eu preciso estar tranquila; eu preciso voltar para casa dizendo que a gente cumpriu o nosso papel de fiscalizadores. Essa é a nossa missão.

E esta CPI tem um peso muito grande nesse nosso papel. Nós não queremos aqui constranger ninguém, nós não queremos aqui lacrar, não queremos. A Senadora Soraya e o Senador Hiran estão conduzindo isso aqui com muita maestria e zelo, e a gente já tem frutos dessa CPI. E, me permita, se eu estiver enganada, a própria criação do grupo de trabalho que vocês criaram, agora em janeiro, eu acho que tem muito a ver com o nosso trabalho aqui – muito a ver.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vou desejar sucesso a esse grupo de trabalho, Secretário, que é composto por três pessoas – vou desejar sucesso! Que eles cumpram esse papel de entender esse mundo das *bets* e encontrar mecanismos; inclusive, um dos objetivos, Secretário, do grupo é: "propor a criação de canal específico para o compartilhamento de informações, nos limites legais de atuação de cada órgão, [...] [observando] o sigilo", quer dizer, a gente cria um grupo, que vai ter seis meses de trabalho, para depois propor um canal. O canal é mais que necessário. Que esse grupo imediatamente já proponha esse canal, porque o que a gente viu aqui... Dados não são cruzados, Secretário. Quando o seu Secretário de Apostas esteve aqui, eu perguntei: "Como é que vocês aceitam o cadastro de 14 empresas no mesmo endereço, na mesma sala lá na Avenida Paulista? Não houve esse cruzamento de dados? Como é o cruzamento de dados com uma empresa dizendo que tem 2 milhões de patrimônio, 20 mil de patrimônio e paga 30 milhões para ter autorização? Como é que ela tem um capital tão pequeno e paga 30 milhões?". Então, os dados entre vocês, realmente, não estão sendo cruzados, e a gente, com um dedinho no Google, sem ter especialização nenhuma, descobriu CNPJs errados, CNPJ com o nome de uma empresa brasileira e que realmente não era brasileiro – o CNPJ –, era de empresa estrangeira... Então, que esse grupo de trabalho que vocês criaram não espere seis meses para propor um canal de compartilhamento de dados.

Secretário, eu queria muito dizer que a lei que a gente entregou para o Brasil em 2023, nós, Senadores, nós estudamos, nós nos debruçamos... Na outra CPI, o senhor elogiou a lei; aqui, o senhor quis trazer muita responsabilidade para nós por conta de um veto que nós derrubamos. A lei não é de todo ruim. Eu gostaria muito que o senhor, nesta CPI, reafirmasse os elogios que o senhor fez à legislação, porque eu me senti muito culpada aqui: "O que eu fiz? Será que eu entreguei [porque eu era legisladora já nesse momento] um cavalo de troia para a nação?".

Eu acho que é um item, o senhor trouxe a sugestão de a gente rever, e esta CPI tem realmente esse papel. A Senadora Soraya estava ali conversando comigo, e nós vamos apresentar no relatório final mudanças legislativas. Olhem a importância de uma Comissão como esta, de uma CPI: não é uma CPI para lacrar, para prender; não, é uma CPI para entender, inclusive, onde nós, legisladores, não fomos atentos o suficiente, onde nós, Congresso Nacional, podemos atuar e de que forma vocês podem também, lá na ponta, atuar.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou querer muito que o senhor elogie a lei como o senhor elogiou na outra CPI, para que a gente não saia daqui constrangido, porque assim, lá na ponta, Secretário, o eleitor vai cobrar de nós: "O que vocês fizeram lá? O Secretário diz que a culpa é de vocês, do Congresso". Não é! Nós fizemos o nosso papel, o dever de casa, tá?

E, por final, Secretário, o que tenho a dizer? Nós estamos preocupados, muito preocupados com tudo que está acontecendo. Eu li seu currículo, Secretário; na verdade, eu já o conhecia. O senhor é autor de obras, o senhor é um jurista, zeloso; o senhor veio para a Receita porque o Ministro Haddad o conhece, confia... O senhor trabalhou com o jurídico dele lá na prefeitura. Eu sei que o senhor chega com o carro andando, especialmente nesse tema, mas a gente tem muitas expectativas em relação ao senhor, porque a gente sabe que o senhor é um homem preparado; a gente sabe disso.

Então, o que nós vamos fazer, Secretário? Nós vamos aguardar, aguardar esse grupo de trabalho fazer as entregas, aguardar que vocês realmente arrecadem, aguardar realmente que a gente vá atrás do prejuízo. A Soraya está o tempo todo perguntando o que fazer para cobrar de quem já ganhou, e ganharam muito, Secretário, muito! E a minha única inquietação com relação à instituição é: vocês são tão inteligentes, e não viam. Então, assim, eu realmente me preocupo, mas eu vou desejar que a Receita realmente se encontre nesse tema – se encontre –, porque o que chegou para nós até agora, na CPI, houve falhas e falhas da instituição. Nós, Parlamento, podemos fazer o mea-culpa, mas a instituição falhou e falhou feio, mas dá tempo de consertar, dá tempo de consertar! E essa CPI quer ajudar, nossa preocupação é o povo lá na ponta. Então, Secretário, são essas as minhas colocações.

Obrigada, Presidente. Eu tenho voz, não tenho voto nesta Comissão, mas estou acompanhando tudo.

E, só para finalizar, Presidente, o Requerimento 215, em que a gente pede para vir aquele delegado de Alagoas da Operação Game Over, houve mais uma etapa. Então, eu queria muito pedir à Comissão que priorizasse, se a gente ainda for ter oitivas, que esse delegado venha, porque eu acho que ele, inclusive, vai trazer dados que vão nos dar elementos para mandar perguntas por escrito para o senhor ou para essa reunião secreta. Esse delegado aqui mergulhou, essa operação aqui pôs muita gente na cadeia. Então, eu quero entender como é

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que um delegado, uma delegacia em Alagoas conseguiu dados que a Receita não conseguiu. Então, esse delegado talvez venha para nos ensinar muito, tanto ao Parlamento como à Receita. Então, eu insisto na oitiva desse delegado. É o Requerimento 215.

Obrigada.

Secretário, eu quero também desejar sucesso à Secretária de Fiscalização. Eu fui, Secretária, muito dura com o Secretário de Apostas, porque a gente estava muito agoniado, e eu fui dura com toda a equipe, mas eu reconheço, Secretária, a sua capacidade. Desejo à senhora sucesso, que vocês realmente façam essa entrega que o Brasil tanto quer, porque a gente não aguenta mais essas *bets*. Meu Deus do céu, a gente não aguenta mais!

Obrigada, Secretária.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senadora Damares.

Secretário, por favor.

O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS (Para expor.) – Obrigado pela intervenção, Senadora.

Ela é boa, sim. Ela teve grandes... ela foi um avanço em relação à irregularidade total que havia anteriormente. No que se falhou, me parece, é ter se dado a legalização em 2018 e não ter sido feita a regulamentação, porque aí você deu um ar de legalidade para uma atividade e permitiu que ela proliferasse nesse período todo, tornando o nosso trabalho, hoje, muito mais difícil. Seria muito mais fácil se, em 2018, 2019, 2020, tivesse sido feita a regulamentação, tivesse sido feito um monitoramento. Então, nesse sentido, a lei é boa, o que falhou foi realmente a falta, o que já foi repetido aqui, por diversas vezes, dessa regulamentação.

O que eu critiquei – e critiquei na outra CPI, sim, duramente – foi a derrubada do veto do §1º, acho, do art. 9º, que deu uma isenção, sim, para o apostador. E fiz isso inclusive por escrito, nas razões de veto, porque, eu lembro, era uma sexta-feira, era o último dia útil lá no... e a gente correndo, porque nós fomos surpreendidos por aquele texto. Esse texto não estava sendo discutido aqui no Congresso Nacional. Talvez, no Congresso, muita gente tenha sido

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

surpreendida. Eu acho que, inclusive, eu converso com Parlamentares, muita gente nem sabia desse dispositivo, mas a verdade é que ele foi alterado de última hora, colocando essa regra de a Receita ter que esperar um ano para, no ano seguinte, verificar se houve um ganho pelo apostador, para só então pensar em pagar Imposto de Renda, caso ele tenha ganhado mais do que a faixa de isenção, o que, no meu entender, praticamente inviabiliza qualquer cobrança assim no macro. Isso eu critiquei, sim, por escrito no pedido do veto.

O Presidente Lula vetou esse dispositivo, e o veto foi derrubado pelo Congresso Nacional. Evidente que eu não sou o dono da verdade. O Congresso é soberano para decidir qual o melhor entendimento, qual a melhor tributação, mas a verdade é que não só eu, mas a Receita se posicionou muito firmemente pelo veto daquele dispositivo que foi posteriormente derrubado.

Na CPI anterior, eu elogiei, de fato, a lei, como eu continuo elogiando, porque ela é um avanço em relação à falta de regulamentação total, mas critiquei, sim, o veto, com a liberdade que eu tenho de criticar num ambiente democrático. E é até importante, porque muita gente não sabia disso. Quando eu critico, muita gente fala: "Ué, teve isso?". Teve isso. E a gente sabe que é assim que funciona realmente num regime democrático. A gente tem que debater e tem que convencer o outro. Então, desde já, peço, inclusive, desculpas se fui duro demais em relação a essa crítica, porque ela não pode tirar as luzes sobre uma realidade de que hoje, tendo a regulamentação dessa lei, nós estamos numa situação muito melhor do que estivemos no passado, porque com informação a gente pode tomar decisões melhor instruídas e mais efetivas.

Muito obrigado, Senadora, novamente.

Obrigado novamente, Presidente e Senadora Soraya.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, obrigado, Secretário, obrigado a todos.

Vamos passar, então, para a segunda parte da nossa CPI.

Eu queria dar ciência a todos os membros da CPI sobre norma de acesso e documentação sigilosa. Nós recebemos solicitação da PGR para aumentarmos o número de servidores dos

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgãos formalmente designados para que tenham acesso a documentações de caráter sigiloso. Então, assim, o inciso V do parágrafo único do art. 2º passaria a permitir que a Presidência da CPI conceda mais de um acesso por órgão de acordo com a necessidade de trabalho, porque são muitos dados, são muitos relatórios, os nossos relatórios de inteligência financeira são muito complexos. Então, essas instituições que estão nos assessorando pedem que a gente conceda mais de um acesso por cada órgão para que eles possam estudar a matéria e ter mais condição de nos assessorar. Eu acho que não há ninguém pensando em contrário, eu acho que podemos conceder essa autorização de acesso para os órgãos que nos assessoram.

Eu quero também passar aqui... Nós temos aqui requerimentos para serem aprovados... (*Pausa.*)

Passamos a deliberar...

Só um momento, por favor, enquanto fazemos aqui nossas despedidas do Secretário. (*Pausa.*)

Passamos à deliberação dos requerimentos pautados, conforme publicado previamente para o conhecimento de todos.

Assim, antes de iniciarmos a votação, informo que foram retirados os itens 1 a 108 da pauta por conta de que o autor não está presente.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

2ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 260/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa PIXBET SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº 261/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa VENTMEAR BRASIL S.A.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 3

Requerimento Nº 262/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa LEVANTE BRASIL LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 4

Requerimento Nº 263/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa NVBT GAMING LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

Requerimento Nº 264/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BETSPEED LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 6

Requerimento Nº 265/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SEGURO BET LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 7

Requerimento Nº 266/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BOA LION S.A.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 8

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 267/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BIG BRAZIL TECNOLOGIA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 9

Requerimento Nº 268/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa KING PANDA GROUP LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 10

Requerimento Nº 269/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa NSX BRASILS.A.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 11

Requerimento Nº 270/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BETESPORTE APOSTA ONLINE LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 12

Requerimento Nº 271/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa APOLLO OPERATIONS LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 13

Requerimento Nº 272/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SUPREMA BET LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 14

Requerimento Nº 273/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa GALERA GAMING JOGOS ELETRÔNICOS S.A.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 15

Requerimento Nº 274/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa GROVE EAGLE GESTÃO DE BENS LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 16

Requerimento Nº 275/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa F12 DO BRASIL JOGOS ELETRÔNICOS.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 17

Requerimento Nº 276/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa LUCKY GAMING LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 18

Requerimento Nº 277/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BLAC JOGOS LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 19

Requerimento Nº 278/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa FAST GAMINGS.A.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 20

Requerimento Nº 279/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa EB INTERMEDIACOES E JOGOS S/A.

Autoria: Senador Marcos Rogério

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 21

Requerimento Nº 280/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BETFAIR BRASIL LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 22

Requerimento Nº 281/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa OIG GAMING BRAZIL LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 23

Requerimento Nº 282/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa CDA Gaming Ltda.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 24

Requerimento Nº 283/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa GAMEWIZ BRASIL LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 25

Requerimento Nº 284/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SC Operating Brazil Ltda.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 26

Requerimento Nº 285/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa HS DO BRASIL LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 27

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 286/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa H2 LICENSED LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 28

Requerimento Nº 287/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa APOSTA GANHA LOTERIAS LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 29

Requerimento Nº 288/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SORENTO BAY LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 30

Requerimento Nº 289/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa FUTURAS APOSTAS LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 31

Requerimento Nº 290/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa RESPONSA CAMMING BRASIL LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 32

Requerimento Nº 291/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa FC ENTRETENIMENTO ESPORTIVO LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 33

Requerimento Nº 292/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa ATLANTIS COMÉRCIO ELETRÔNICO E SOFTWARE HOUSE LTDA.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 34

Requerimento Nº 293/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SPE ÚNICA BET LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 35

Requerimento Nº 294/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa LAGUNA SERVICOS E TECNOLOGIA LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 36

Requerimento Nº 295/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa RR PARTICIPAÇÕES E INTERMEDIAÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 37

Requerimento Nº 296/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa MERIDIAN GAMING BRASIL SPE LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 38

Requerimento Nº 297/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SKILL ON NET LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 39

Requerimento Nº 298/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa LINDAU GAMING BRASIL S.A.

Autoria: Senador Marcos Rogério

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 40

Requerimento Nº 299/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa APOSTA 1 LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 41

Requerimento Nº 300/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa LEMA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 42

Requerimento Nº 301/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BETBOOM LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 43

Requerimento Nº 302/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa ALFA ENTRETENIMENTO S.A.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 44

Requerimento Nº 303/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa ENSEADA SERVICOS E TECNOLOGIA LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 45

Requerimento Nº 304/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa A2FBR Ltda.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 46

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 305/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SELECT OPERATIONS LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 47

Requerimento Nº 306/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SABIÁ ADMINISTRAÇÃO LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 48

Requerimento Nº 307/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BELL VENTURES DIGITAL LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 49

Requerimento Nº 308/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa UPBET BRASIL LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 50

Requerimento Nº 309/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa EA ENTRETENIMENTO E ESPORTES LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 51

Requerimento Nº 310/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa TRACK GAMING BRASIL LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 52

Requerimento Nº 311/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa FOGGO ENTERTAINMENT.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 53

Requerimento Nº 312/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa ANA GAMING BRASIL S/A.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 54

Requerimento Nº 313/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa 7MBR LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 55

Requerimento Nº 314/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BRILLIANT GAMES.

Autoria: Senador Marcos Rogério

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 56

Requerimento Nº 315/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa SORTENABET GAMING BRASIL S.A.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 57

Requerimento Nº 316/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa GORILLAS GROUP DO BRASIL LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 58

Requerimento Nº 317/2024

Requer transferência de relatório de inteligência financeira (RIF), de sigilo bancário e fiscal da empresa BETBR LOTERIAS LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 59

Requerimento Nº 318/2024

Requisição de transferência de sigilo bancário, fiscal, e RIF de DIGIPLUS BRAZIL INTERACTIVE LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 60

Requerimento Nº 319/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal, e RIF de HOPE GAMING LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 61

Requerimento Nº 320/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de SEVENX GAMING S.A.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 62

Requerimento Nº 321/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de ELISA.BET CASA DE APOSTAS ESPORTIVAS E CASINOS ONLINE LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 63

Requerimento Nº 322/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de ESPORTES GAMING BRASIL LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 64

Requerimento Nº 323/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de BET.BET SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS S.A

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 65

Requerimento Nº 324/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de REALS BRASIL LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 66

Requerimento Nº 325/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de SISTEMA LOTÉRICO DE PERNAMBUCO LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 67

Requerimento Nº 326/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de LBBR APOSTAS DE QUOTA FIXA LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 68

Requerimento Nº 327/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de Hiper Bet Tecnologia Ltda

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 69

Requerimento Nº 328/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de BRAND FORCE MASTERY LTDA

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 70

Requerimento Nº 329/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de JBD COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 71

Requerimento Nº 330/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de DEFY LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 72

Requerimento Nº 331/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de BBET LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 73

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 332/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de NEXUS INTERNATIONAL LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 74

Requerimento Nº 333/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de OLAVIR LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 75

Requerimento Nº 334/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de AMPLEXUS CORPORATION LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 76

Requerimento Nº 335/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de ZBET LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 77

Requerimento Nº 336/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de CASH FOR PAY LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 78

Requerimento Nº 337/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de BRX GAMING SA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 79

Requerimento Nº 338/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de PUSKAS BET ADMINISTRADORA DE APOSTAS ESPORTIVAS LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 80

Requerimento Nº 339/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de G2 NEGOCIOS DIGITAIS LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 81

Requerimento Nº 340/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de TROPICALIZE BET LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 82

Requerimento Nº 341/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de LOGAME DO BRASIL LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 83

Requerimento Nº 342/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de JOGO PRINCIPAL LTDA.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 84

Requerimento Nº 343/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de ZONA DE JOGO NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 85

Requerimento Nº 344/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de WORLS SPORTS TECHNOLOGY LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 86

Requerimento Nº 345/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de WK NEGOCIOS E FINANÇAS LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 87

Requerimento Nº 346/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de GGR7 LAZER PAGM E PARTICIP S.A.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 88

Requerimento Nº 347/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de VANGUARD ENTRETENIMENTO BRASIL LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 89

Requerimento Nº 348/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de FORTUNA DIVERSÕES ELETRÔNICAS LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 90

Requerimento Nº 349/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de ESTADOX LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 91

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 350/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de BPX Bets Sports Group LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 92

Requerimento Nº 351/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de SUPERBET INTERACTIVE BRASIL LTDA (SPRBT)

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 93

Requerimento Nº 352/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de SPORTVIP GROUP INTERNATIONAL APOSTAS LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 94

Requerimento Nº 353/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de SIMULCASTING BRASIL SOM E IMAGEM S.A.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 95

Requerimento Nº 354/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de KAIZEN GAMING BRASIL LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 96

Requerimento Nº 355/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de MMD Tecnologia, Entretenimento e Marketing LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 97

Requerimento Nº 356/2024

Transferência de sigilo bancário, fiscal e RIF de MEGAPIX COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

Autoria: Senador Marcos Rogério

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 98

Requerimento Nº 357/2024

Convoca o senhor Roney Carlos Mensch, CEO da Pixtopay

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 99

Requerimento Nº 358/2024

Convoca o Senhor Robinson Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 100

Requerimento Nº 368/2024

Convoca o Senhor Julio Iglesias Hernando, representante da Betano.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 101

Requerimento Nº 369/2024

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca o Senhor Gilneu Vivan, Chefe do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 102

Requerimento Nº 370/2024

Convoca o Senhor Nickolas Tadeu Ribeiro de Campos, CEO da Bet7k e da Cactus Gaming

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 103

Requerimento Nº 371/2024

Convoca o Senhor Edson Lenzi, representante da Paybrokers.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 104

Requerimento Nº 372/2024

Convoca Senhor Alexandre Fonseca, atual CEO da Superbet e ex-CEO da Betano.

Autoria: Senador Marcos Rogério

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 105

Requerimento Nº 373/2024

Convoca o Senhor Daniel Mostardeiro Cola, Coordenador-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro da Polícia Federal.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 106

Requerimento Nº 374/2024

Requisita da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda esclarecimentos quanto à outorga da empresa NSX Brasil (BetBrasileira).

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

ITEM 107

Requerimento Nº 375/2024

Requer apuração pela Polícia Federal de possíveis práticas ilegais envolvendo as plataformas de apostas Betnacional e Mr Jack, operadas pela empresa NSX Enterprise N.V.

Autoria: Senador Marcos Rogério

2ª PARTE

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 108

Requerimento Nº 376/2024

Requer apuração junto à Receita Federal de possíveis irregularidades tributárias e fiscais envolvendo a operação das plataformas de apostas Betnacional e Mr Jack.

Autoria: Senador Marcos Rogério)

Sendo assim, passamos a deliberar sobre os Requerimentos, de convocação, 382, 383, 384, de 2025, todos de autoria da Senadora Soraya Thronicke.

2ª PARTE

ITEM 109

Requerimento Nº 382/2024

Convoca o senhor Alberth Cesar Janjon.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

2ª PARTE

ITEM 110

Requerimento Nº 383/2024

Convocação a senhora Adélia de Jesus Soares.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

2ª PARTE

ITEM 111

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 384/2025

Convoca a Sra. Emiliane de Mendonça Cyriaco, sócia-administradora da Starpayment Instituição de Pagamento Ltda.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Além disso, foram apresentados sete requerimentos extrapauta que são... (*Pausa.*)

São o 385, o 386 e o 387, também da nossa Relatora.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovados.

Também foi apresentado o Requerimento extrapauta de nº 388, de 2025, do Senador Izalci.

Em votação.

Quem estiver de acordo permaneça como se acha. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu já falei. Eu já falei.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e convido-os para a próxima reunião, que será realizada na próxima quinta-feira, 13 de março, às 11h.

Declaro encerrada a sessão.

(*Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3308068284

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA CPI DAS BETS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a CPI das BETS com a presença dos Senadores Angelo Coronel, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores Damares Alves, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Omar Aziz, Humberto Costa, Efraim Filho, Marcos Rogério, Eduardo Gomes e Soraya Thronicke. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva de Adélia de Jesus Soares, em atendimento ao requerimento 383/2024. **Resultado:** Oitiva realizada de forma parcialmente sigilosa. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 395 de 2025** que: "Requisição de informações ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO)" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 396 de 2025** que: "Convite ao Sr. Gabriel Galípolo - Presidente do Banco Central, para prestar informações." **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dr. Hiran
Presidente da CPI das BETS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/18

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da CPI das Bets, criada pelo Requerimento nº 680, de 2024, para investigar, no prazo de 180 dias... 130 dias – desculpem – a crescente influência dos jogos virtuais de apostas *online* no orçamento das famílias brasileiras, além de possível associação com organizações criminosas envolvidas em práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 7ª Reunião.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Senhoras e senhores, a presente reunião se destina à oitava, na condição de testemunha convocada, da Sra. Adélia de Jesus Soares, apontada como representante legal da empresa Playflow Processadora de Pagamentos Ltda.

A convocação se dá nos termos do Requerimento 383, de autoria da nossa Senadora e Relatora desta CPI, Soraya Thronicke.

Hoje, queria informar às senhoras e aos senhores, Senadores e Senadoras e todos os que nos acompanham que o nosso Relator *ad hoc* será o nosso Senador Izalci Lucas, em virtude de ausência justificada da nossa Senadora, que se encontra em missão oficial – da nossa Senadora Relatora.

Inicialmente, cumprimentando a convocada, Dra. Adélia de Jesus Soares, eu lhe concedo a palavra, pelo prazo de 15 minutos, para suas considerações iniciais.

Dra. Adélia, por favor.

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (Para depor. *Por videoconferência.*) – Perfeito. Muito bom dia, caros Senadores, caras Senadoras e serventuários do Senado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de intimação encaminhada a mim, na condição de testemunha, para comparecer a esta ilustre Comissão e audiência designada para o dia de hoje.

Embora esta Casa e esta Comissão contem com todo o meu respeito e admiração, infelizmente eu não posso me manifestar sobre o tema em que se cuida por duas razões. Primeiro, como é fato público e notório, atuei como advogada dos fatos que aqui se pretende esclarecer e, por essa razão, sob pena de violação ao dispositivo do Estatuto da Ordem, conforme o art. 7º, inciso XIX, da Lei 8.906, de 94, e Código de Processo Penal, nos termos do art. 207... Art. 7º: "São direitos do advogado [...], XIX – recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional".

Ainda não posso fazê-lo sob pena de violação do sigilo profissional do advogado, também previsto no estatuto, bem como a divulgação de investigação ainda sob sigilo.

Por outro lado, ainda que pudesse eximir-me do que a lei me impõe, também como é de sabença geral, sou investigada sobre os fatos que se pretende apurar. Assim, caso eu fale, esta convocação, na qualidade de testemunha, traveste minha real condição de investigada, o que me confere também o direito ao silêncio e à não autoincriminação.

Assim, ciente de que V. Exas. compreendem minha delicada situação, saibam que entrei apenas por acatamento e respeito a esta Comissão.

Sendo esta minha posição, agradeço e peço licença para me retirar.

No mais, apenas, por excesso de zelo, informo que pedi gentilmente que minha advogada nos autos da investigação comparecesse apenas para acompanhamento do presente ato.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Sra. Adélia, eu queria salientar à senhora que a senhora está participando desta nossa oitiva na condição de testemunha e que, como testemunha, nós vamos lhe fazer perguntas que, se eventualmente ferirem o seu dever de sigilo profissional, a senhora fique à vontade para não responder. Por outro lado, existem alguns questionamentos que nós vamos fazer para a senhora que até, por absoluto respeito à privacidade das pessoas e ao sigilo de que elas estão protegidas, nós

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faremos, essa pergunta, de maneira secreta. Nós vamos transformar esta oitiva em sessão secreta. Todas essas pessoas que estão participando desta reunião aqui sairão deste recinto e nós faremos as perguntas de maneira absolutamente sigilosa para, mais uma vez, preservar e proteger o sigilo das pessoas.

Então, eu quero aqui, logo em seguida, regimentalmente, passar a palavra para o nosso Relator, Senador Izalci Lucas, para lhe fazer as perguntas. E, ressalto mais uma vez, se a senhora se sentir impedida por conta do dever de sigilo profissional, pode se manifestar.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Como Relator.) – Bem, quero cumprimentar a Sra. Adélia, advogada, e lembrar que um dos objetivos da CPI também é aperfeiçoar a legislação.

V. Sa. atuou no Procon durante 11 anos e também na OAB, na Comissão de Proteção e Defesa do Consumidor. Então, pela experiência de V. Sa., a gente vai poder melhorar a legislação em defesa do contribuinte, em defesa do consumidor.

Então, acho que esta audiência é muito importante nesse sentido e acho que essas questões de aperfeiçoamento da legislação em nada interferem ou prejudicam realmente as respostas de V. Sa.

Eu passo, então, Presidente, às minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, a senhora pode detalhar como foi o processo de abertura da empresa Playflow e esclarecer quem foram os reais responsáveis pela escolha do endereço em Suzano, que foi identificado como fantasma pela Polícia Civil aqui do Distrito Federal? Como é que foi esse processo de abertura? V. Sa. pode nos informar isso?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (Para depor. *Por videoconferência*.) – Não posso em razão do sigilo profissional e também porque o próprio inquérito também tramita em sigilo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com relação aos responsáveis da abertura, também é sigilo profissional? É isso?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Sim, porque é relação cliente-advogado, né?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agora, a senhora, então, prestou serviço lá para a Playflow. Com esse serviço que alinha – né? – com a sua experiência de nove anos de direito do consumidor e contratos... V. Sa. tem essa especialidade com relação à defesa do consumidor e contratos. O que a gente percebe é que essa empresa foi criada e, por incrível que pareça, contraria muito a questão do consumidor. V. Sa. teria como nos ajudar nesse sentido de a gente aperfeiçoar para que não aconteçam mais esses casos, como aconteceu com a Playflow? Com a sua experiência de...

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Na verdade, eu acho que o senhor está buscando como se fosse uma consultoria na área do direito do consumidor. Eu não posso falar especificamente sobre o caso da Playflow, o caso que realmente consta no requerimento que vocês encaminharam, mas em relação à legislativa, eu acredito que podem, sim, implementar vários tipos de dispositivos legais para proteger a sociedade em relação a toda essa estrutura relacionada a jogos *online* e é o que já vem sendo feito, pelo que eu venho acompanhando, em relação à prática legislativa nos últimos meses.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, com a experiência com relação a essa questão dos jogos, a senhora teria alguma sugestão? Porque, de fato, a gente não precisa ser advogado para a gente perceber que a atuação dessas empresas no Brasil afetou diretamente o consumidor: muitas pessoas se suicidando, com dívidas, pessoas que estão viciadas no jogo, inclusive pessoas do Bolsa Família... E o sistema que foi implantado aqui no Brasil, com a utilização de CNPJ falso, de pessoas que já morreram, abertura de empresas, inclusive remessa de recursos para o exterior através das empresas de pagamento... Nesse sentido, nessa forma de atuação, o que a senhora, como advogada e defensora do consumidor, pode nos ajudar a aperfeiçoar isso?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Eu posso contribuir e inclusive encaminhar por escrito a minha contribuição com a carreira, com o entendimento que

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu tenho na área do direito do consumidor, mas de pronto eu já posso falar para o senhor que seria... Eu entendo que seria... Em razão da gravidade do tema, teriam que tomar medidas imediatas no sentido de o próprio Governo ter uma capacidade dentro da tecnologia para bloquear *sites* que não sejam legalizados, uma vez que o próprio Governo aprovou legislação permitindo que empresas atuem nesse segmento. Porém, eu acredito que agora o que precisaria era simplesmente tomar medidas adequadas no sentido de estancar que empresas que não são legalizadas tivessem acesso para operar em território nacional. Isso, por meio da tecnologia, já seria possível. Do mesmo jeito que, digamos, o Governo, quando ele quis, cortou o sinal do Twitter por conta da falta de um representante nacional, poderia cortar o sinal dessas empresas, que são empresas que não atuam dentro da legalidade, porque as que atuam dentro da legalidade já foram autorizadas pelo próprio Governo e cumprem a legislação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Essas empresas, inclusive a Playflow, mas outras empresas também, chegaram a remeter para o exterior muitos recursos, bilhões de reais.

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Sobre o caso da Playflow, eu não posso falar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não. Vamos usar as outras. Esquece a Playflow, vamos dizer das demais empresas, que são várias, são dezenas, centenas de empresas relacionadas aos jogos e que remeteram bilhões para o exterior.

Pela experiência de V. Sa., com relação a essa questão jurídica, e com experiência também na área de defesa do consumidor, não é... A senhora acompanhou isso e tem a experiência sobre essa questão do que aconteceu no Brasil com relação às *bets*.

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Não tenho. Não tenho, porque, na verdade, assim, eu sou uma advogada civilista, então eu sei muito menos do que talvez o senhor que atue dia a dia com isso sabe. Eu acompanho só notícias pelos jornais, pela televisão, mas eu não tenho esse conhecimento profundo para falar de valores.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Dessas empresas que atuaram no Brasil de forma ilegal, independente da Playflow, tem alguma outra empresa que V. Sa. também assessorou na abertura da empresa ou na relação com o Banco Central, com Receita Federal, junta comercial?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Na verdade, assim, o meu escritório é um escritório civilista que presta serviço na elaboração de contratos de publicidade. Então dessa parte relacionada com o Banco Central eu não tenho o que dizer até porque eu não participei, não participo e não tenho conhecimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com relação... Porque um dos sucessos, vamos dizer assim, dessas instituições é exatamente os influenciadores. Nesse aspecto, o escritório de V. Sa. então atuou bem com relação a contratações de influenciadores para as empresas?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Sim. Na verdade, assim, eu atuo prestando serviço para artistas e influenciadores. Então eles possuem contrato de publicidade com várias marcas, entre elas as casas de apostas legalizadas. Então, eventualmente, o nosso escritório pode ter feito algum contrato para algum artista, algum influenciador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – V. Sa. falou que presta serviço para as empresas legalizadas, mas elas foram legalizadas agora a partir de janeiro de 2025. Antes de 2025, elas não eram legalizadas. Então V. Sa. prestou para algumas empresas não legalizadas?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Não, nunca.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Esses contratos de influenciadores foram feitos quando com o escritório de V. Sa.?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Os contratos dos influenciadores foram feitos com diversas marcas, e não com casas de apostas em específico.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, mas V. Sa. elaborou o contrato com os influenciadores e as empresas? Não?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Inclusive, na verdade, está fugindo um pouco do escopo do que eu fui convocada a falar aqui, porque, na verdade, o contrato, ainda que fosse para falar de Playflow, a Playflow não é uma casa de apostas. Então, ela não entraria nessa questão de legalizada ou não legalizada, porque não estamos falando de uma casa de apostas. A Playflow...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu não estou perguntando sobre a Playflow não. Vamos esquecer a Playflow.

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – ... é semelhante a uma PicPay da vida, é uma processadora de pagamentos. Então, quando o senhor me questiona sobre contratos dos meus clientes, primeiro, eu não tenho autorização para falar dos contratos dos clientes sem eles terem me autorizado. Eu só falei o quê? Qual é o meu trabalho: eu trabalho fazendo contratos de publicidade. Então, tem diversas marcas. Eu sei lá, Riachuelo, McDonald's, Nubank.

Então eu faço contratos para os artistas que são meus clientes com essas marcas. É esse o meu trabalho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só lembrando, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Izalci, V. Exa. me permite um aparte? Eu só queria fazer uma pergunta, até para me esclarecer aqui, para formar minha convicção.

Dra. Adélia, a senhora aparece aqui como a administradora da Playflow. A senhora não é administradora da Playflow? A senhora não...

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Sobre esse caso da Playflow eu não posso falar porque era um cliente meu, então eu não posso falar. Eu peço desculpas, mas eu vou reiterar aqui: em razão do sigilo, como advogada, eu não posso falar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A senhora...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – O inquérito corre em segredo, em sigilo, eu estaria violando tanto o sigilo do inquérito e o sigilo também cliente-advogado. Eu não posso violar a legislação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Quer dizer, a senhora não pode falar para nós se a senhora é administradora ou é advogada da Playflow? A senhora não pode falar isso para nós?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Não posso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Desculpa, desculpa, querido...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, vamos esquecer o nome das instituições.

V. Sa. disse aí há pouco que prestou serviços para as empresas hoje legalizadas. E eu estava indagando exatamente... Não precisa citar o nome de nenhuma, não. Eu estou indagando o seguinte: elas foram legalizadas a partir de 2025. Os contratos que V. Sa. fez ou orientou, ou que o escritório elaborou, evidentemente que prestou esse serviço antes de 2025, porque elas já atuam no Brasil já há muito tempo, agora que elas estão regularizando. Eu quero... A informação é exatamente essa. Porque eu vi algumas... V. Sa. inclusive dando algumas dicas com relação à questão legal de sorteio de rifas, etc., nas redes sociais. Então, não é apenas o trabalho de criação de instituições de empresas, mas V. Sa. também orientava, nas redes sociais, como você praticar sorteios e rifas atendendo à legislação, então...

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Exato, atendendo à legislação. Assim, isso daí sempre foi dentro dos limites legais.

E, hoje, não sei se o senhor sabe, mas grande parte dos advogados produzem conteúdo jurídico para a rede social. E eu não sou diferente deles. Então, o meu público são artistas, são influenciadores, são marcas, são... Eu presto lá... Eu falo sobre contratos, eu falo sobre rifas, eu falo sobre sorteios, tudo dentro dos limites da lei.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com a experiência no Procon, quais são as vulnerabilidades das leis brasileiras de proteção ao consumidor que a senhora identifica que facilitam o impacto negativo das apostas *online* no orçamento das famílias? – explorando aqui a sua experiência no Procon.

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Olha, isso daí eu teria que refletir. Eu peço até desculpas por não ter uma resposta de bate-pronto assim, e eu encaminho essa resposta por escrito sem problema algum, porque eu vou pensar, mas eu com certeza tenho que contribuir para isso. Eu tenho condições de contribuir tanto pela experiência que eu tenho de mais de 20 anos dentro da advocacia e a minha experiência dentro do direito do consumidor.

Mas eu entendo, ainda, que tudo parte realmente de um compromisso do Governo em relação a cuidar, inclusive, dessas pessoas que sofrem de ludopatia, que é o vício com jogos. Então, assim, é uma responsabilidade social. Uma vez que o Governo autorizou o funcionamento dessas empresas no Brasil, então ele tem, sim, o compromisso de cuidar dessas pessoas do mesmo jeito que cuida dos alcoólatras, uma vez que a bebida também é liberada.

Então, eu entendo que tem que ter um compromisso governamental já logo de pronto em relação a cuidar dessas pessoas, dessas vítimas aí desse vício.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nessa relação aí com as empresas, com as instituições, com os influenciadores, em algum momento a senhora teve alguma relação com chineses que atuam hoje no mercado de apostas? Algum grupo chinês ou algumas pessoas chinesas procuraram o escritório de V. Sa. para alguma assessoria, alguma coisa?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Não posso responder sobre os meus clientes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, em função também da experiência, os mecanismos jurídicos ou operacionais – a senhora conhece – que são usados aí para transferir os fundos de aposta para o exterior, como esses mecanismos poderiam ser bloqueados por meio de novas regulamentações?

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Na verdade, essa é a pergunta que eu acho que o Governo tem que trazer, né? É uma pergunta muito técnica, acho que deve ter... Eu não sou da área de TI, mas eu acredito que deva ter algum mecanismo tecnológico, hoje em dia, com inteligência artificial, com a tecnologia tão avançada, deve ter algum meio de bloqueio, deve ter algum meio de rastreio, deve ter algum meio, e eu não seria pessoa mais adequada para falar sobre isso, porque eu sou da área jurídica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, dada a sua atuação em direitos do consumidor e contratos, como é que a senhora avalia o papel dos influenciadores na promoção de apostas *online* e o impacto disso na sociedade, especialmente nas famílias vulneráveis? Qual é o impacto dos influenciadores?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Na verdade, o que se objetiva, muitas vezes, é transferir toda a responsabilidade para um influenciador, só que, na verdade, o influenciador está fazendo a divulgação, e ele já responde, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, ele já tem a responsabilidade objetiva solidária por aquilo que ele divulga. Agora, as demais responsabilidades eu entendo que estão na Casa Legislativa, de criar realmente dispositivos legais para proteger a sociedade, está a responsabilidade do Governo, de cuidar das pessoas, e não colocar, transferir a responsabilidade 100% para os artistas que estão fazendo apenas a publicidade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Uma curiosidade aqui, que foi constatada aqui, na CPI, é que a senhora se negou a prestar esclarecimentos à Polícia Civil daqui, do DF, por cinco vezes, mesmo sendo intimada com provas, assim como contrato social da empresa e tal. Só após mesmo a divulgação na mídia é que a senhora se manifestou, dizendo que foi vítima de todo esse processo.

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Isso não é verdade. E eu não... E assim, isso não é verdade. Eu não posso ir a fundo sobre isso porque se trata de inquérito em sigilo.

Então, assim, o problema é que grande parte das pessoas, inclusive talvez os senhores, ficaram com o que vocês assistiram ou leram na mídia. Basicamente é isso, mas isso não é verdade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas se não é verdade, a senhora não acha, exatamente como advogada, que é o momento dizer isso, que não é verdade por isso?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência.*) – Isso os meus advogados estão esclarecendo dentro da investigação, e, por se tratar de um inquérito sob sigilo, eu não vou falar sobre ele aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É porque V. Sa. inclusive entrou em contradição, porque na questão que eu perguntei dos chineses, a senhora disse que não conhecia; e depois que foi divulgado na mídia, foi dito que a senhora conhecia. Isso foi dito aqui pela polícia.

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência.*) – Mas eu não falei para o senhor que eu não conhecia. Se o senhor puder voltar aqui, eu falei para o senhor que eu não poderia falar sobre os meus clientes. Foi essa resposta que eu dei para o senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu não estou falando dos clientes, estou falando dos chineses. Estou falando de modo amplo, não estou dizendo especificamente do seu cliente. Perguntei se V. Sa. conversou com os chineses.

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência.*) – O senhor me perguntou se eu fui procurada por empresários chineses para contratar meu escritório. Foi isso que o senhor perguntou. E eu falei que eu não poderia falar sobre meus clientes. Acabou. Eu não falei que eu não conhecia. Eu não neguei, eu não caí em contradição.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, pelo menos com relação à questão da junta comercial, o escritório de V. Sa. presta serviços com abertura de empresa. Nesse caso aqui, se abriu ou não, esse endereço de Suzano, nem isso pode dizer, sobre isso?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência.*) – Excelência, quem abre empresa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você está dizendo que não é verdade? Não seria...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência.*) – Excelência, quem abre empresa é contador, não é escritório de advocacia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, tem... Só para a senhora ficar sabendo – né? –, nós temos aqui diversos registros de comunicações, *e-mails*, mensagens, contratos com os chineses e outros envolvidos, que comprovam a sua participação na Playflow aí, que V. Sa. está dizendo que não é verdade. Só não pode dizer também qual é o papel que a senhora teve nessa Playflow, assim, de forma da constituição da empresa? V. Sa. constituiu a empresa, o escritório de V. Sa.? Porque isso não compromete, se abriu ou não, porque é fácil de identificar isso.

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência.*) – Eu não posso falar, sob pena de violar a legislação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A senhora já trabalhou em alguma instituição de pagamento, não?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência.*) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ou deu consultoria para alguma instituição de pagamento, casa de câmbio? Não?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência.*) – Casa de câmbio, nunca.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E instituição de pagamento?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência.*) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem contrato? Nenhuma? (*Pausa.*)

Bem, aqui tem várias perguntas, Presidente, com relação à Playflow, porque de fato a Playflow tem muito, está bem enrolada aqui com relação a isso, e a gente tem aqui as informações da participação da Dra. Adélia nos processos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Senador, eu peço que o senhor entenda o meu posicionamento. Eu vim exatamente nesta Casa em respeito que eu tenho ao senhor e aos demais Senadores, mas realmente eu tenho alguns limites, inclusive legais, que me impedem aqui de falar sobre todos os fatos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu entendo, eu entendo perfeitamente.

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – E sequer eu impetrei um *habeas corpus* para não comparecer. Eu quis comparecer e falar no limite do que eu poderia. E dentro do limite do que eu posso foi o que eu respondi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agora, pois é, isso é que eu não entendo, porque a senhora, em todo momento, no depoimento, a senhora disse que foi vítima de terceiro. Então, se foi vítima, qual é o problema de dizer quem são esses terceiros que a vitimaram?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Porque tudo isso ainda faz parte da investigação que está em sigilo. Se fosse uma investigação pública ou algo que já tivesse encerrado, eu falaria aqui com tranquilidade, mas eu não posso. Eu sou advogada, eu não posso violar a lei e falar depois que eu não sabia que eu estava violando a lei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, sim ou não, então. Uma pergunta sim ou não.

O que a senhora diria aqui aos Senadores e às Senadoras para convencer de que não teve participação consciente no esquema bilionário dessas apostas ilegais? Da Playflow?

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Sim ou não a quê? Eu não entendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A senhora disse que foi vítima de terceiro, que na prática não foi a senhora que fez isso. Alguém fez, e aí por isso que eu perguntei dos chineses e tudo mais. A senhora está dizendo... Aqui eu tenho a informação de que a senhora disse que foi vítima de terceiros. E eu estou perguntando aqui: para os Senadores...

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência.*) – Senador, eu não posso falar da Playflow.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O que a senhora poderia dizer para os Senadores para dizer que não tem nada com isso? Só isso, porque, na prática, tudo que a gente tem aqui leva a gente a ter...

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência.*) – Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... certeza da conivência e da participação da Playflow.

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência.*) – Senador, eu não posso falar nada sobre o caso da Playflow.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O.k.

Presidente, para mim quem cala consente, né? Eu acho que a CPI tem que dar a oportunidade...

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência.*) – Eu confio no Judiciário e tudo vai ser decidido lá no Judiciário. Eu confio no Judiciário. Tudo vai ser esclarecido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A CPI dá oportunidade para as pessoas que são inocentes prestarem as suas informações. Infelizmente a gente não teve essa colaboração porque evidentemente está comprometida lá, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor se sente contemplado porque... Só para...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ela não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Só à guisa de informação, nossa convocada, a Dra. Adélia, a sua participação aqui não se extinguiu hoje.

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência.*) – Vou colaborar sempre que solicitada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Se esta CPI achar pertinente... Aliás, nós abrimos uma exceção. Nós fomos informados de que a senhora está fora do Brasil e nós abrimos inclusive uma exceção para a senhora participar desta...

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... Comissão de maneira remota. Isso foi uma excepcionalidade, mas que nós eventualmente poderemos... Aliás, da maneira como está transcorrendo essa oitiva, eu acho que certamente a senhora será convocada novamente para prestar mais esclarecimentos.

A SRA. ADÉLIA DE JESUS SOARES (*Por videoconferência*.) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas eu tenho algumas perguntas e eu vou pedir aqui para a nossa assessoria para que nós possamos fazer uma sessão aqui secreta e de que só vão participar, aqui nesta Casa, os secretários, o advogado e o nosso Relator. Eu queria pedir licença a vocês para que vocês se retirassem momentaneamente, depois... Eu vou fazer algumas perguntas para a nossa convocada e depois vocês voltam aqui para nós continuarmos a nossa reunião.

E a senhora fica à vontade para a senhora responder àquilo que a senhora achar pertinente, Dra. Adélia, por favor. (*Pausa.*)

Eu queria que...

Por favor, vocês poderiam evacuar totalmente a sala? Por favor.

(*Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é tornada secreta às 11 horas e 46 minutos e é reaberta às 12 horas e 12 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, eu declaro reaberta esta sessão e informo aos senhores e às senhoras que nos assistem, aos Senadores e às Senadoras também, que nós acordamos com a convocada para que ela volte presencialmente. Ela encontra-se hoje na Europa. Ela fez, excepcionalmente, esta sessão remotamente – isso é uma excepcionalidade, quero ressaltar –, mas ela se comprometeu conosco de, convocada, daqui a duas semanas, vir presencialmente a esta Comissão para continuar a sua inquirição.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos aqui... Seguindo nossa sessão, nós temos dois requerimentos extrapauta: o 396, de minha autoria, e o 395, que é de autoria do Senador Izalci.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

Requerimento Nº 395/2025

Requisição de informações ao Serviço Federal De Processamento De Dados (SERPRO)

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

Requerimento Nº 396/2025

Convite para comparecimento do Sr. Gabriel Galípolo - Presidente do Banco Central

Autoria: Senador Dr. Hiran

Aqueles que aprovam os requerimentos permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nada mais havendo a tratar nesta sessão, agradeço a presença de todos e convido-os para a próxima reunião, que será realizada em data a ser deliberada posteriormente por esta Comissão.

Eu declaro encerrada a presente reunião.

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6092270161

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI DAS BETS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e doze minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Alessandro Vieira e Izalci Lucas, reúne-se a CPI das BETS com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Marcos Rogério, Soraya Thronicke e Carlos Viana, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Jorge Seif, Weverton, Damares Alves, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Humberto Costa, Efraim Filho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às doze horas e quarenta e quatro minutos e reaberta às doze horas e cinquenta e um minutos. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do André Holanda Rodrigues Rolim, em atendimento ao requerimento 394/2025. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 397 de 2025** que: "Convocação - Bruno Viana Rodrigues - Brax" **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 398 de 2025** que: "Convocação - Anderson Cicotoste - Pinbank" **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 399 de 2025** que: "RIF Playflow Processadora de Pagamentos" **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 400 de 2025** que: "Requisita RIF de Adélia de Jesus" **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 401 de 2025** que: "REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, EM FORMATO DIGITAL" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 402 de 2025** que: "REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, EM FORMATO DIGITAL." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 403 de 2025** que: "REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira
Vice-Presidente da CPI das BETS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/03/25

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da CPI das Bets, criada pelo Requerimento 680, de 2024, para investigar, no prazo 130 dias, a crescente influência dos jogos virtuais de apostas *online* no orçamento das famílias brasileiras, além de possível associação com organizações criminosas envolvidas com as práticas de lavagem de dinheiro, bem como o uso de influenciadores digitais na promoção e divulgação dessas atividades.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa de leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião se destina à oitiva, na condição de convidado, do Sr. André Holanda Rodrigues Rolim, para dar seu testemunho, na condição de ex-apostador, sobre os riscos que as apostas podem trazer para a saúde mental e financeira das pessoas.

O convite se dá nos termos de Requerimento nº 394, de 2025, de autoria do Senador Hiran.

Convido para compor a mesa o Sr. André Holanda Rodrigues Rolim. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, passo a palavra para o convidado, pelo prazo de dez minutos.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM (Para expor.) – Bom dia a todos.

Primeiro, queria agradecer ao Senador Hiran, à Senadora Soraya e ao Senador Alessandro pela palavra, pelo convite.

Na verdade, nada mais sou do que um ex-apostador e um adicto em recuperação, e hoje tantos outros brasileiros estão passando isso na pele. Passei 20 anos – tenho 40 anos –, metade da minha vida, apostando. Iniciei como muitos brasileiros começam: na mesa de casa, com a mãe, brincando de feijão. As coisas começaram a evoluir muito rápido e vieram as apostas *online* lá, há muito tempo.

Mas antigamente era muito mais difícil de ser apostar, eu tinha que ter um cartão internacional, eu tinha que ter uma série de limites que não me deixavam apostar 24 horas por dia. Depois de um certo tempo vieram as *bets*, vieram *sites*. No próprio programa que eu usava para jogar pôquer, foi criada a *bet* dentro do próprio programa, então, dentro de um programa só, eu tinha pôquer, eu tinha *bets*, eu tinha cassino, eu tinha todo tipo de jogo de azar. E aí, quando eu menos percebi, eu vivia para jogar e jogava para viver. E o pior de tudo: quando eu achava que era um modo de viver, eu me vi na lama e percebi que eu estava morrendo aos poucos. Tive pensamentos suicidas, enganei família, enganei irmão, enganei mãe, enganei pai, desviei dinheiro de empresa do meu pai, 15 anos de sociedade eu e ele, tive que sair da empresa porque não tinha mais situação de ficar dentro, foi um racha na família e foi muito duro para eu sair.

O vício em apostas é considerado hoje uma doença de saúde mental, com consequências muito graves. Nos últimos seis meses, eu nunca recebi tanta ligação de pedidos de ajuda, pedido de ajuda de uma mãe desesperada, de um apostador desesperado, dizendo que vai tirar a própria vida...

Em 2021, eu tive a grata intervenção da minha família de ser internado. Passei quatro meses numa clínica de recuperação. Fui o primeiro dentro dessa clínica. Vou fazer quatro anos que estou limpo, graças a Deus, graças à minha família, graças à minha boa vontade!

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda estou pagando dívidas, ainda tem consequências, porque eu tenho que pagar para ex-sócio, tenho que pagar para familiar... Se Deus quiser, este ano eu quito, mas são 4 anos; no total 14 anos de dívida, sem cessar nenhum dia. Desde 2011 que eu venho acumulando dívidas... Se Deus quiser, em 2025, eu quito essas dívidas.

Diante dessa intervenção da minha família, consegui compreender como que o vício funciona: é muito parecido com o vício em drogas, em álcool, muito parecido com o vício em compras, enfim, com todo tipo de vício. No final das contas, o que vale é o comportamento, né?

O comportamento do viciado em apostas é muito mais severo. Por que é que eu digo isso? Porque eu poderia estar aqui e, se eu tivesse tomado minha cerveja, se eu tivesse usado qualquer outro tipo de droga, vocês provavelmente iriam perceber, mas eu posso estar apostando aqui o quanto eu quiser e vocês nunca vão adivinhar! Então, é muito silencioso.

Quando a minha família percebeu, a bola de neve estava muito grande. Essa intervenção que me fizeram para ir para a clínica, no começo achei muito ruim, é desesperador. Eu tinha 36 anos, uma mulher, uma família bacana, dois filhos – os meus filhos tinham, na época, três e oito anos –, e eu tive que largar tudo aqui para passar quatro meses lá me tratando.

Quando eu entendi tudo isso, passei por um momento muito difícil, mas também muito desafiador e também muito valoroso para mim. Eu consegui resgatar a minha dignidade, consegui entender toda a história do vício e, assim que eu saí daquela clínica, eu disse que a minha missão era tentar fazer com que pessoas refletissem na vida e não entrassem. Eu estou aqui para que as pessoas que estão nos assistindo não passem pelo que eu passei.

É uma missão de vida hoje levar a minha palavra, porque as apostas hoje estão legalizadas, né? Então, hoje o que eu posso fazer é mostrar o meu depoimento, mostrar a minha cara, para dizer até aonde eu fui: pensamentos suicidas, dívidas entre famílias, brigas familiares, perda de sociedade com o pai, quase um divórcio... Tinha tudo para eu ser divorciado, mas a minha mulher, graças a Deus, não me largou. Os meus filhos estão comigo, meu pai, minha mãe – ave, Maria! –, os meus amigos também estão comigo, mas é muito devastador.

A preocupação que eu tenho hoje, com os jovens principalmente, entrando nesse mundo, tendo essa ilusão de que é uma renda extra, de que é um investimento, de que é algo do tipo,

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso muito me assusta, vendo redes sociais, vendo tudo muito rápido. Eu, na minha época, comecei com 16 anos. Imagina, 24 anos atrás, como que era a rede social? Praticamente não tinha rede social. Então, foi gradativo, foi muito lento o meu avanço, mas, depois de 2012, 2013, foi muito rápido. Então, eu costumo dizer que eu passei dez anos ali, como se fosse controlado, em uma lua de mel e, depois, dez anos ladeira abaixo, enganando tudo e a todos para conseguir a minha próxima ficha, inconsequente, com muita irritabilidade, impaciente...

Então, hoje a minha voz é de reflexão. Que o povo brasileiro entenda até onde pode se chegar diante de um vício nesses jogos e que, diante de toda ajuda de políticos e da população, a gente possa entender como é a melhor forma de mitigar, de amenizar todas essas consequências drásticas que estão literalmente assolando nossa sociedade. Hoje eu posso dizer que é praticamente uma epidemia e, se duvidar, é pior do que o coronavírus, porque o próprio doente continua tomando seu próprio veneno. O vício é uma das doenças que se nega a si mesmo. Se eu tiver diabetes e alguém me oferecer café, eu vou pedir sem café, mas para o viciado é muito difícil negar uma aposta, é muito difícil negar uma próxima cerveja, é muito difícil negar uma próxima substância. Então, é silencioso, é devastador.

Quem tiver alguém próximo acolha. Só eu sei o que é passar noites em claro, com pensamentos suicidas literalmente, isolamento. Eu sou um cara altamente sociável, gosto de estar entre amigos, gosto de estar entre família, eu não participava mais de momentos como esses. Na verdade, eu criava intrigas internas exatamente para me isolar. Isto é muito característico do vício: criam-se umas inverdades achando que eu estou na verdade para me manter no vício, e a mente da gente vai manipulando... Até que, quando eu me encontrei, eu estava no fundo do poço.

Em uma conversa com meu pai, ele disse a seguinte frase: "Quando a gente está no fundo do poço, meu filho, o que a gente deve fazer?". E eu disse: "Pedir ajuda". E ele: "Não, meu filho, não é pedir ajuda, não; é parar de cavar, porque, se você não parar de cavar, a ajuda nunca chega". E, quando um apostador está dentro do seu quarto, deprimido, entregando os últimos reais que ele tem pela próxima ficha, ele está cavando cada vez mais o poço, ficando cada vez mais distante da ajuda, porque, se eu pedisse isso logo no início, eu tenho certeza de que eu não passaria por 14 anos de dívida na minha mente todo dia. Rapidinho, se eu entendesse o tamanho da potência do vício, eu teria resolvido o problema.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas nada é por acaso. Estou aqui, limpo, vai fazer quatro anos em junho, graças a Deus! E, se Deus quiser, que a gente tenha bons movimentos daqui para frente para a gente tentar diminuir o que está assolando nossa população!

Eu falei dos jovens, mas tenho depoimentos de idosos. Tem uma pessoa próxima da família que eu estou ajudando, que já tem uma certa idade e que faz tempo que luta contra o vício. Já ajudei pessoas dentro da família, ajudo gente de rua, porque o vício é um só. Para mim a doença do vício é uma só; então, ajudo pessoas de rua lá perto da minha cidade. Então, como eu disse, é uma missão de vida. Eu fui ajudado de graça; então, de graça, eu quero levar essa mensagem e tentar ajudar o próximo que está sofrendo, que está na escuridão sem saber por onde começar.

Então, que fique a minha reflexão, um resumo rápido aí da minha vida, do que aconteceu comigo durante 20 anos de apostas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Que a gente possa sair desta Comissão, de todos esses debates aqui, mais fortalecidos e com mais consciência no próximo dia, consciência de onde está vindo esse dinheiro, consciência da transferência de renda que está acontecendo. A gente sabe dos números que vieram aí de Bolsa Família, o quanto que rodou de dinheiro nesse último ano.

É isso. Eu agradeço demais a todos os Senadores que me fizeram o convite. Conte comigo, conte com minha palavra, conte com minha colaboração.

Espero que Deus abençoe todo o Brasil e todo mundo que está assistindo! Que a gente possa ter um futuro de paz neste nosso país!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. André. Parabéns pela história de recuperação e resiliência.

Eu passo a palavra para a Relatora, a Senadora Soraya Thronicke.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Obrigada a todos os colegas; ao Izalci, que está aqui presente. Estou sentindo falta dos demais colegas nossos... Eu gostaria que estivessem aqui também. Esse tema é mais do que importante, porque a saúde mental é o nosso grande foco. É óbvio que também combater o crime organizado, evasão de divisas e tudo isso.

Sr. André Holanda Rodrigues Rolim, muito obrigada por ter comparecido. Muito obrigada pela sua exposição emocionante, porque o senhor quase me faz chorar aqui. Obrigada pela coragem de estar aqui. Parabéns! Parabéns para a sua família, para a sua esposa! Parabéns para aqueles que seguraram, porque toda família tem os seus dramas, ainda mais esse drama tão silencioso. É o que eu digo sempre: esse vício é um vício silencioso. Você percebe quando alguém está sob efeito de álcool ou de droga, e esse vício agora está 24 horas disponível.

Nós estamos aqui fazendo *mea culpa* e precisamos legislar para diminuir ao máximo os riscos e os danos dessa atividade. Basta votarmos "não"? Não basta, porque nós não conseguimos colocar um muro virtual no país. A gente não consegue coibir. Se a gente não consegue coibir, o que é que nós vamos fazer? Então, não adianta ser contra, bradar, gritar, mas não tomar uma atitude concreta. E aqui nesta CPI nós estamos trabalhando para que consigamos encontrar uma saída juntos – juntos –, em todas as vertentes que essa problemática nos traz.

Mas hoje estamos tratando das vítimas, da saúde mental, que, sim, pode ser uma epidemia – já virou uma pandemia. Eu acredito que mais de 700 mil brasileiros já estejam contaminados.

Eu vou fazer algumas perguntas, a que, de repente, o senhor já respondeu, mas para que as pessoas possam acompanhar e a gente tenha a nítida sensação de como o senhor vê isso a partir do momento em que o senhor se conscientizou. Então, eu peço aos colegas um pouquinho de paciência. Se o senhor, em qualquer momento, quiser um café, uma água, ir ao toalete, sinta-se à vontade.

Antes de jogar *online*, Sr. André, o senhor já tinha contato com outras modalidades de jogos de azar? O senhor chegou a comentar alguma coisa nesse sentido.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM (Para expor.) – Baralho – não é? –, buraco, pôquer... Foi o máximo a que eu cheguei antes do *online*.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Brincando, às vezes, na família, joga ali, "cenhão"... É assim, né? Brincando.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Cinquenta reais, às vezes, milho, não é? Milho... Enfim, bem precário mesmo. Uma diversão em família, inicialmente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Em que momento específico o senhor percebeu que havia perdido o controle sobre as apostas? Depois de quanto tempo nisso? Porque é difícil você mesmo acreditar... Porque o interessante é que... Igual ao café – eu já estou pedindo o terceiro café –, a gente precisa daquela substância lá dentro, certo? Tem gente viciada em café.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu vou até meio-dia, mas é que o café daqui é gostoso, o café do bule, tá? O coado. Mas eu entendo que entra uma substância dentro de mim.

O jogo é tão estranho, porque não é uma dependência física. Em que momento o senhor encontrou isso, percebeu, se conscientizou, aceitou? E qual é a sensação?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Bom, como eu disse, eu fui até mais ou menos 2012, 2013 jogando controlado, foi quando começaram mesmo os *sites*, aí virou 24 horas praticamente, E, depois de três, quatro anos, eu percebi que eu não estava mais conseguindo administrar minhas dívidas. Então internamente eu pensava: "Cara, tem alguma coisa errada comigo. Eu sou formado em Engenharia Civil, ganho um bom salário, sou sócio da empresa junto com meu pai e não sobra dinheiro. Está errado, está errado". Então eu comecei... Ali foi o início. Quando eu percebi que eu tinha um problema muito grande foi em 2019, porque, de 2014 até 2019, foi uma decaída muito grande: os valores aumentaram, o tempo de jogo aumentou, a quantidade...

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Quanto tempo? Desculpa. Quanto tempo por dia o senhor jogava?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Não era por dia sequencial, mas eu entrava basicamente umas oito vezes por dia e jogava em torno de meia hora, às vezes uma hora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Um jogo simples ou apenas aquele cassino que é um jogo de azar mesmo? O senhor jogava pôquer ou alguma coisa?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Era tudo, era tudo. No dia de domingo eu abria a televisão assistindo ao campeonato, uma televisão com a roleta e outra televisão com mesas de pôquer. Então eu costumo dizer que eu era meio que um total *flex*: onde tivesse jogo eu estava envolvido. Fora isso, loterias, Mega-Sena, eu tinha conta em... Na verdade, 24 horas eu estava apostando, às vezes até quando eu ia dormir eu fazia aposta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Quando o senhor ganhava, o senhor sentia o quê? E, quando o senhor perdia, o senhor sentia o quê? Quando ganhava, dava que tipo de sensação?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – O ganhar é lindo, dopamina lá em cima; acertei a roleta, acertei uma aposta, era coisa comparada à cocaína, isso os especialistas dizem. O perder é uma decepção, é uma vergonha, é uma vontade não de morrer, mas de inexistir, de não estar mais naquele plano, resolver as dívidas e depois voltar para aquele plano. Então é uma vergonha de chegar para a mulher e dizer que não vai ter dinheiro para pagar a energia do mês; é uma vergonha de não ter o valor ali para, enfim, pagar as mínimas coisas dentro de casa. E o que é que mais me angustiava é porque, se eu falasse que eu estava com aquela quantidade de dívidas, eu ia ter que ser interditado e principalmente parar de jogar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Quantos filhos o senhor tem?

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Dois filhos. E eu não me via parando de jogar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Que idade eles têm?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Hoje eles estão com onze e sete.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor tem ideia de quanto o senhor ganhou nesse período e quanto o senhor perdeu?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Soraya, não dá para saber, foram 20 anos, né? Eu tenho certeza de que eu movimentei muita coisa. Eu posso dizer uma coisa para você: eu perdi casa, eu perdi carro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Sempre perde mais do que se ganha.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Sempre perde mais do que se ganha.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Você se empolga no ganhar. Eu tenho uma funcionária que me disse assim: "Ah, eu estou jogando, eu ganhei R$6 mil nos últimos...". Quando ela começou, um mês, dois meses. Eu falei: "Mas quanto você já perdeu? Isso que eu quero saber". Aí ela disse: "Ah, isso aí eu não faço conta, não". É assim?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – A gente tem que entender o seguinte: mil é pouco e 1 milhão não basta. De novo, mil é pouco e 1 milhão não basta. Para o viciado é basicamente isso. Então assim, não importa quanto você ganha, importa é que você não vai parar – importa é que você não vai parar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor diversificava os jogos, então era, assim, roleta russa mesmo? Antes de ter os *online*, o senhor jogava no bicho, jogava naqueles...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Não.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Não. O senhor não saía de casa, né?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Porque demanda um trabalho, né? Demanda um movimento seu.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Tem que ter gente, né? Tem que ter gente para formar mesa de pôquer, tem que ter gente. No *online* não, entra lá 24 horas. Tem um cara jogando lá na China, outro nos Estados Unidos. E tem vários esportes, né? Quando você diz das modalidades, eu apostava no basquete, tênis, futebol, o que tivesse na hora lá apostava.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor disse que em 2021 o senhor foi internado.

O senhor ficou quantos meses na clínica?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Quatro meses.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Quanto custa, o senhor lembra? Quanto custa uma clínica, mais ou menos, hoje, o senhor tem noção?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Em média, R$15 mil por mês.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É isso o que eu já ouvi, pessoal.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Até mais, tá? Chega a R$30 mil, em algumas situações.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É isso mesmo.

Isto aqui eu já perguntei... É que eu já fui misturando as perguntas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pode se lembrar de um dia em que o senhor teve a maior perda e o dia em que o senhor sofreu, ou a semana em que o senhor sofreu... O dia em que o senhor sofreu a maior perda e um dia emblemático em que o senhor ganhou mais?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Vamos lá.

Praticamente, foi um seguido do outro, né? Em 2021, final de maio, eu já estava numa situação muito decadente, muito... Pensamento suicida, eu já estava entregando minha vida. Eu resolvi, na minha cabeça, ser disciplinado, como se houvesse essa opção, né? E aí, quando fui...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Sozinho, sem ajuda psicológica ainda.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Sozinho, sem ajuda psicológica, achando que eu conseguiria controlar diariamente o quanto que eu ia jogar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – E, mesmo assim, ainda mentindo... Não é mentindo, omitindo da sua família.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – A gente costuma dizer que é uma inverdade. Eu estava vivendo uma inverdade, uma verdade que era só minha. Não estou dizendo que é o certo ou que é o errado, mas pra mim era uma verdade, que na verdade não é. É o cérebro querendo a próxima ficha.

Mas, numa quinta-feira... Eu não gosto muito de falar de valores, mas, enfim... Numa quinta-feira, eu comecei a jogar roleta, ganhei um valor legal, fui dormir; ganhei outro valor bacana, fui trabalhar e fiquei nessa. De 15 em 15 minutos, eu dava uma olhadinha, jogava e saía; jogava e saía. Quinta à noite... Quando foi sexta à noite, eu fiz um valor muito alto, era 20% do que eu devia. Era um valor já muito alto. E eu disse: "Cara, se eu conseguir aqui, devagarzinho, com 30 dias, eu quito minha dívida, eu fazendo de pouquinho em pouquinho". Paguei uma parte da dívida, foi o maior valor que eu ganhei em 24 horas. Quando foi 12 horas depois que eu acertei esse valor, eu já tinha perdido tudo e estava devendo mais um pouquinho.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor devia pra banco, pra agiota, pra quem o senhor devia? Estava no cheque especial? Como é que era?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Cartão de crédito, família, amigos, agiota, banca, o que você imaginar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Amigos...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – E, só pra concluir...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Pode falar.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Naquela hora em que eu percebi, eram 10h, 11h da manhã de um sábado, eu olhei e disse: "É cara, eu sou uma aberração. Eu não tenho mais jeito, eu nunca mais vou ser um cara funcional", porque eu achava que minha mente estava corroída e pra mim eu não conseguia viver sem o jogo. Então, pra mim eu nunca mais ia ser alguém profissional, nunca mais ia ser alguém produtivo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Deve ter sido difícil.

Foi o senhor mesmo que chegou pro seu pai e falou, ou a família percebeu e veio até você pra dizer... Desculpe eu lhe chamar de você, você é muito novo.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Pode me chamar de você.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Foi a família que veio e te enquadrou – vamos dizer assim –, ou foi você que chegou e disse: "Olha..."

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Em 2019, Soraya, a família, meus irmãos chegaram, souberam que eu estava com dívidas, e a gente levou pro meu pai.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2013, já tinha acontecido um movimento desse. Em 2019, foi bem maior, foi acumulada aquela história que eu te disse; de 2014 até 2019, foi um montante muito alto que eu movimentei.

E aí a gente assinou um contrato em que, se eu faltasse terapia, se eu mentisse, se eu pegasse dinheiro, enfim, uma série de coisas – eram cinco cláusulas –, eu seria internado. E não deu outra: em 2019, meu pai quitou a dívida; no dia seguinte, eu estava abrindo outra conta. É como eu estou dizendo, eu vivia pra jogo e jogava pra viver.

Então, quando foi 2021, eu não aguentava mais. Logo depois desse incidente, em maio... Quando foi dia 10 de junho de 2021, eu liguei pra um grande amigo meu e disse: "Cara, eu estou precisando de ajuda, e a gente precisa ir lá conversar com o meu pai e tal", enfim, e eles me ajudaram nesse movimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor já chegou ao ponto de tentar denunciar alguma irregularidade naquela época, o abuso das plataformas? Se sim, qual foi o resultado? Se não, se essa é a primeira vez que o senhor se expõe? Porque eu sei que o senhor enviou vários *e-mails* para a nossa equipe pedindo para ser ouvido, né?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Na verdade, está tudo nas entrelinhas lá, né? A única vez que eu falei alguma coisa foi quando eu recebi um bônus, fiz um dinheiro e eles não deixaram eu sacar. Mas quando eu vi lá no regulamento, estava lá nas entrelinhas. Para você sacar o dinheiro do bônus, você precisa movimentar x vezes o valor do bônus. E tipo assim, o x vezes era 100 vezes, alguma coisa do tipo, 200 vezes. Era um valor muito alto. Então, tipo assim, eu teria que movimentar, sei lá, R$ 200 mil na plataforma para que eu pudesse sacar 2, 3, 4 mil reais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor pode dizer qual a plataforma que é? O senhor prefere dizer...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Eu prefiro... Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ou senhor prefere passar para a gente em *off*?

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Em *off*.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O.k.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Eu trabalhei em várias plataformas. Eu trabalhei em n, então, não adianta falar só de uma, enfim, que não vai...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Está, mas é importante saber que o senhor pode falar de umas ou outras para que a gente entenda quem trabalha...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Sim, sim. Correto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... sério, entre aspas, né? Enfim.

O senhor percebeu se os jogos incentivavam, de alguma forma, a continuidade das apostas, como bônus ou facilidade de crédito?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Com certeza. Eu recebi passagens para ir para Barcelona, passagens para ir para Las Vegas, passagens para ir para Punta del Este com hospedagem paga; bônus de *site*, nem se fala; gerentes de contas me ligavam: "André, você é um cliente nosso, muitos anos aqui e tal. Cara, eu tenho um evento para você participar, tem crédito assim, assado. Venha você e sua esposa". Enfim, recebi convite de todo jeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Quais tipos de propagandas de apostas *online* mais chamavam a sua atenção? Porque isso tem sido... Isso é bem... É novo isso, nós estamos vendo cada dia mais e mais propagandas.

O que você acha que chama mais atenção, o que é mais perigoso para aquela pessoa que já tem essa vocação ruim, deletéria?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Na minha época não tinha os influenciadores como tem hoje, então, enfim, mas hoje eu vejo os influenciadores.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Os influenciadores.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – É, porque são pessoas reais que estão movimentando ali e dizendo que existe uma forma de fazer dinheiro. Então, assim, para mim é isso.

Quando está num estádio, não é tão fácil, mas é o nome que está lá, não é um movimento tão, vamos dizer assim, tão constante como uma rede social.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor já se deparou com crianças em redes sociais fazendo propaganda disso, como *influencers*, com milhões de seguidores?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Sim, já soube de amigos, filhos de amigos meus, 14 anos de idade, 15 anos de idade, se cadastrando e perdendo dinheiro com cartão de crédito do pai.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Pois é, mas *influencers* menores de idade, o senhor já viu?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Já vi, não me lembro quem foi assim, de cabeça, mas já vi passando.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Só para avisar, a responsabilidade é dos pais ou representantes legais. Então, se você está aí monetizando em cima do jogo do teu filho ou da tua filha, nós já vamos avisar, coloque as barbas de molho, porque é inaceitável, André.

André, o senhor acredita que os algoritmos dos jogos *online* podem manipular as probabilidades de estimular mais apostas?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Soraya, no meu caso, eu não joguei esses joguinhos de hoje, tigrinhos, que estão mais falados, né? Eu joguei mais roleta, eu era assim, vamos dizer que eu era assíduo na roleta e no pôquer.

O que eu sei é que existe um histórico do jogador, em que o *site* realmente tem onde ele é mais suscetível, qual é a média de jogo dele, os horários que ele frequenta mais... Na verdade, no meu, acho que o algoritmo lá devia estar vendo "é toda hora", porque toda hora eu estava lá

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jogando. Fim de semana nem se fala. Mas, assim, a história do algoritmo... Eu já ouvi falar de coisas de roleta, que a roleta era viciada e tal, mas eu nunca acreditei muito nisso – afora esses caça-níqueis, tá?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É, porque uma empresa... Normalmente todas as empresas, as privadas, existem para gerar lucro. Ninguém ia fazer um programa para ter prejuízo, concorda?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Concordo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Então, daí a gente já vê a manipulação, o jogo de azar mesmo.

O senhor alguma vez tentou parar de jogar e encontrou dificuldades devido aos estímulos da plataforma?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Eu vou fazer aqui um mea-culpa, tá? Eram os dois. A vontade... Eu pensava em parar, até cheguei uma época a ficar seis ou oito meses sem jogar, mas veio a propaganda de uma das plataformas, e eu estava num momento de vida em que eu tinha sofrido um acidente no ombro, estava em casa. Naquela época, não tinha *home office*, estava em casa quase sem trabalhar, então veio ociosidade, veio... E a propaganda. E essa pessoa veio me dando crédito, porque era uma plataforma nova, enfim... "Ah, cara, então eu vou." E aí recomecei de novo. Isso foi em 2014.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É...

Foi em 2018 que o Presidente Michel Temer assinou essa primeira legislação liberando esses jogos e apostas, mas determinando que o Poder Executivo – o próximo, qualquer que fosse – teria dois anos, prorrogáveis por mais dois, para regulamentar essas plataformas. Então, em 2019, assume o Governo Bolsonaro; e, em 2022, termina. Nada fez. Nada fez. Então, hoje, o Governo Lula, claudicando no problema... porque até nós mesmos estamos aqui aprendendo e trocando pneu com o carro andando, porque é um mundo novo para todos nós.

Agora, aqui o senhor falou que está há quatro anos já sem jogar, mas o senhor sentia, mesmo antes, porque já estava liberado, em tese, legalmente, alguma diferença ao apostar em

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plataformas autorizadas em comparação com as não autorizadas? E, nas que o senhor jogava, elas estavam em português, em inglês? Qual era a língua?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Bom, a diferença é mais visual, né? Você vê que a plataforma está mais bem elaborada, é mais fácil o entendimento. Então, sim, eu jogava em plataformas que tinham um respaldo maior, até porque, como eu jogava valores altos, na minha cabeça um dia eu ia ser ganhador, então precisava ter o respaldo de retirar o dinheiro e lucrar com aquilo. Não que foi verdade, mas era, na época, a minha intenção.

Eu vejo que, como a senhora disse, estão tentando arrumar o carro no meio da estrada. Ninguém vai pedir licença, pagar o valor que tem que pagar para regularizar. É o que eu costumo dizer para as pessoas, e meu avô já dizia: ninguém vai se sentar à mesa do seu outro lado para lhe dar dinheiro. Muitas vezes vai vir para sugar alguma coisa. Então, essa é a reflexão que eu falo para as pessoas com que eu converso: cara, independentemente da propaganda, do influenciador que está falando, não se envolva, porque é muito tentador. Como eu disse, a adrenalina vai lá para cima, mas, depois... Como a gente costuma dizer, Soraya, é um pico de adrenalina e depois um pico de depressão muito alto. E o histórico é negativo, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – E você já... você tomava algum antidepressivo? Você tinha acompanhamento psiquiátrico? É que, às vezes, você está lá no psiquiatra, e o psiquiatra muitas vezes não é também um terapeuta...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... e aí só lhe dá o remédio. Mas o senhor tomava medicações já para depressão, ansiedade, alguma coisa?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Eu cheguei a tomar, não durou acho que quatro dias, porque eu fiquei totalmente inativo. Não tinha vontade de fazer nada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Mas você queria...

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Não tinha vontade de fazer nada, porque o remédio me fazia ficar deitado no sofá assistindo televisão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Entendi.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Então, no fim de semana, a vida acontecendo, e eu deitado no sofá. E eu dizia: "Não, isso não é vida".

Psiquiatra, eu enganei três, só gastei dinheiro, porque eu dizia que estava tudo o.k., tudo certo, na verdade não estava. Eu saía de lá, pegava o celular e ia jogar. Na verdade, eu me enganei, né? Porque era o dinheiro da minha família, meu dinheiro no jogo, e o tempo do psiquiatra. Mas, enfim...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Mas, enfim, o senhor está aqui para contar essa história, que deve ser a história de muitas pessoas.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – De muitas pessoas que estão passando agora e não sabem nem por onde começar, entendeu?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Por onde começar e onde pedir ajuda.

Houve algum momento, porque eu já vi até mesmo... E teve um tempo em que eu e meu marido, nós fizemos cursos de investimento na bolsa de valores. Nós... E, quando você investe na bolsa, a melhor coisa hoje, é o que eu falo, você pode ser... Investimento de longo prazo, aqueles investimentos em empresas mais seguras, mais longevas, enfim.

Só que existe também um liame muito complicado em você começar a jogar até na bolsa de valores. Houve algum momento em que o senhor achou que esse investimento ali... Não, que o jogo seria uma forma de investimento?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Seria, até porque eu sou formado em Engenharia Civil e, para mim, eu sou muito inteligente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor é das exatas.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Sou das exatas, eu sei de número, então para mim era uma forma de investimento, para mim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Olha só, é a pegadinha, né?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Assim como eu tive o relato de um amigo meu que perdeu tudo no mercado de opções. Bolsa de valores. Ele percebeu que ali ele estava numa sequência muito...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor conseguia desenvolver estratégias para investir nas apostas, como uma pessoa boa em números, porque eu já vi pessoas que fazem jogos da Mega-Sena, da loteria e vendem: "Olha, aqui é possível ganhar, aqui não é possível". Tem umas teses assim, o senhor chegou a bolar teses? Como é que é isso?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Eu venho do esporte, eu sempre joguei, sempre joguei futebol, tênis, enfim. E aí, então, eu conheço. Então, o que eu fazia? No começo do dia, eu analisava tudo, então, para mim, eu tinha a certeza de que eu estava fazendo um bom negócio. E aí via os jogos tudo direitinho, via o histórico do time, o histórico do jogador de tênis, tal, fazia toda aquela história. Colocava minhas apostas, na primeira, dava zebra e eu perdia logo tudo. E aí eu dobrava a aposta para recuperar o que eu tinha perdido – já às 10h da manhã. Então, quando dava 5h, 6h da tarde eu já estava, como diz o outro, atolado.

Fora isso, quando eu entrava no *site* que eu via as apostas, mas já via o cassino, quando eu olhava e eu ia fazer a aposta, "não, mas eu vou só aqui no Blackjack, não, eu vou só ali...". Já, já eu estava fazendo tudo menos a aposta, por causa dos chamados que têm no próprio *site*. Então, quando eu olhava eu já tinha perdido o dinheiro e nem tinha feito nenhuma aposta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Mesmo antes do advento das celebridades e dos *influencers*, o senhor já estava envolvido. Mas, quando veio este momento dos *influencers*, o senhor se sentiu mais influenciado ainda com essas celebridades contando isso? Como que foi para o senhor, já um experiente, no caso, né?

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – É. Na verdade, você vê grandes jogadores de futebol aí fazendo *lives*, propagandas e tal. Se eu estivesse na ativa, com certeza eu estaria procurando um evento onde esse influenciador estivesse para participar. Como eu era muito bem visto dentro de uma plataforma de um desses influenciadores, então eu ia chegar para o meu gerente de conta e dizer: "Aí, cara, vai ter um evento que o fulano de tal, atleta, vai participar, me coloca nesse evento também, em Barcelona, em Las Vegas, onde quer que seja".

Depois que eu fiquei limpo, depois que eu vi todo esse movimento – eu posso falar como atleta influenciador lá –, me dá nojo, me dá nojo, porque eu sei...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Cantores...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – ... da potência que ele tem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Tem atletas, tem músicos, tem...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Tem todo tipo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Todo tipo.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – E, assim, teve um que fez uma *live* perdendo alguns milhares de euros e, depois dessa *live*, a vida dele começou a desandar. E eu falei para a turma. Então, assim, é bem forte esse movimento, entendeu?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor tem ideia de quantas recaídas, em tentativas, acertos, enfim, quantas recaídas o senhor teve nesse processo de 20 anos?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Pode-se considerar que 2013 foi a primeira queda forte. Passei oito meses parado, em 2014 voltei. Segui muito forte em 2019. Fingi que parei. Já parei e recaí de novo, logo rápido. E aí foi até 2021. Então, eu considero aí umas três caídas muito fortes, e, se Deus quiser, nenhuma mais. Só por hoje está dando certo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor sentia vergonha ou culpa em relação ao seu comportamento de apostador? Como é que o senhor lidou com esses sentimentos?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Foi a maior luta dentro da clínica. Foi a vergonha e a culpa que eu tinha...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor era sozinho? Era o único na clínica que tinha essa espécie de vício? O restante dos adictos era de substâncias entorpecentes e tal?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Isso, tudo álcool e outras drogas. Eu cheguei lá e o pessoal dizia que eu estava no lugar errado.

Quando eu vi o movimento, que era comportamental, que era uma doença do ego... O vício é uma doença do ego. Então, quando você cai, você assume que perdeu...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Mesmo o vício em *crack*, o vício... é do ego? Tudo é do ego?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Tudo é do ego. É o orgulho que faz com que você continue se afundando, acabou. Porque, se você vê que está afundando e pede ajuda, essa ajuda é muito mais rápida, é muito mais... Eu não precisava de quatro anos para estar quitando minhas dívidas, entendeu? Então, assim, tem pessoas que entram tão forte... Eu ajudo pessoas de rua, eu vejo que é muito difícil aquele cara sair daquela situação, porque ele já foi... ele não tem mais família. Então, assim, eu não digo que eu fui para o fundo do poço. Eu estava numa clínica em São Paulo, muito boa clínica, com todo o apoio familiar e psicológico. Então, para mim, eu estava ainda... ainda tinha muito o que afundar. Por isso que eu digo que eu não tenho mais volta. Eu não quero mais isso para a minha vida.

Mas, assim, a minha maior luta foi comigo mesmo, a culpa que eu tinha de ter gasto o dinheiro da minha família, ter vendido minha casa para jogar, ter enganado meu irmão e depois ter que vender o carro da minha mulher para pagar meu irmão. Até hoje eu só tenho um carro, até hoje eu moro de aluguel, e meu filho até hoje pergunta: "Papai, cadê a nossa casa? Quando que a gente vai voltar para a nossa casa? Papai, por que a gente só tem um carro? Cadê...".

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eles têm consciência nessa idade?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Ainda não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ainda não.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Ainda não, mas minha filha de 11 anos, vai fazer 12 agora em maio, e a minha ideia... Eu fiz um *podcast* de três horas e quarenta minutos, e vamos assistir eu e ela de novo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Vamos lá. As plataformas que o senhor utilizava... É que o senhor parou antes dessa...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Sim, do *boom*.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É, e dessa regulamentação claudicante aí. Mas as plataformas que o senhor utilizava ofereciam algum tipo de suporte ou ferramenta de controle ou um *disclaimer*, um aviso dizendo do perigo do vício, coisa e tal, ou não?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Não falavam do perigo do vício, só falavam que eu poderia me descadastrar a qualquer momento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Mas o senhor tentava se descadastrar e o senhor conseguia?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Para mim, o descadastrar por livre e espontânea vontade é uma mera ilusão. O que aconteceu algumas vezes é que eu saquei dinheiro, e demorava dois a três dias para se repor, para entrar na minha conta, aí no meio-tempo eu já cancelava esse saque e já jogava de novo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – E aí lucram, com essa história, eles investem o teu recurso...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Isso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... lucram em cima dele, além de tudo, né?

Gostaria de saber se o senhor, pessoa inteligente como o senhor é... Que tipo de regulação, *grosso modo*, o senhor acredita que poderia ter impedido, ou impedir ou diminuir o envolvimento das pessoas com jogos *online*, considerando... Vamos supor que o senhor fosse um legislador. Nós estamos sofrendo e fazendo essa *mea culpa*, mas também nos tornando conscientes de que nós não conseguimos coibir, nós precisamos dificultar cada vez mais. Quais ideias o senhor teria para colaborar conosco?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Bom, primeiro a questão do cadastro, porque eu sei de gente que tinha menos de 18 anos e conseguiu entrar na plataforma, utilizando o cartão do pai; queira ou não queira, ele está clonando, está usando de forma... Então, esse cadastro para mim é primordial – fazer o facial, alguma coisa do tipo.

Segundo: tempo de uso. Soraya, você imagina que uma pessoa está jogando às 3h da manhã, apostando num campeonato da China. Essa pessoa não está... Às 3h da manhã é para a gente teoricamente estar dormindo. Essa pessoa não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Não está bem.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – ... não está bem, ela está precisando de ajuda.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Perdão, só... Às vezes ela está bebendo e jogando?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Às vezes sim, tem um cruzado. Eu conheço gente que é cruzado: quando bebe joga, quando joga bebe, um dá vontade do outro. Perguntaram se eu era cruzado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ou usa droga, né? Deve dar uma empolgação. E de repente uma cocaína deve deixar a pessoa acreditando que ela é o máximo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Exatamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Dizem que a cocaína e outras drogas dão essa sensação de superpoder.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Isso, dá essa falsa ilusão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Se chama cruzado esse tipo de vício?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – É, cruzado. E a gente tem que entender que, por exemplo, o álcool vai baixar o nosso senso crítico. Então, tem aquela história de que quem bebe é rico, então provavelmente você bebendo e jogando vai perder mais do que você devia. Isso aconteceu comigo. Eu estou falando do que aconteceu comigo.

E outra situação de coibir, assim, de diminuir realmente é patrocínio. Assim como o movimento que foi feito com a indústria do tabaco, né? Eu lembro que, na Fórmula 1, quase todos os carros tinham "Marlboro", "Marlboro", enfim. Hoje em dia você não vê mais isso. A Heineken que tem é a Heineken Zero. Então, eu acho que é uma forma.

Além disso, a gente sabe que essa turma vem muito forte. Essa turma vem muito forte. Então vem com muito dinheiro. É difícil de os times...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É, é difícil.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – É difícil de os times... pô. Então, assim... Mas, por outro lado, meu filho está vendo lá a blusa do Fortaleza: "Papai, o Fortaleza hoje é cassino". Para mim dói o coração ele falar dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Senadora Soraya e André, apenas... Eu tenho um compromisso já agendado previamente e vou passar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ah, o.k.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... a Presidência para o colega Izalci Lucas.

Meu amigo, obrigado pela atenção.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Presidente, obrigada. Desculpa, mas é importante demais a gente ouvir tudo o que o André tem a dizer. Obrigada.

Estou quase satisfeita.

Eu gostaria que o senhor me dissesse também, compartilhasse se dentro... É algo assim: o jogo sempre existiu, né? Dizem isso. Eu passei a estudar muito essa questão há pouco tempo. Mas o senhor disse que, quando o senhor foi internado, o senhor era o único naquele momento que tinha aquele tipo de vício. E já ouvi também de psicólogos, de terapeutas que, durante a graduação, estudam-se muito outros tipos de vício, e esse não é tão explorado. E eu já vi terapeutas também vivenciando uma novidade junto com o paciente, tendo a humildade de dizer "vamos encontrar juntos a solução". Como que o senhor vê hoje? O senhor continua em tratamento, em terapia? O senhor também usa, tem também um psiquiatra acompanhando? E o senhor vê uma evolução neste meio de ajuda, uma evolução científica no país que possa ajudar os ludopatas?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Soraya, você disse outros vícios. Não é porque eu tenho, vamos supor, ou qualquer pessoa, muito dinheiro que ela pode ir para o *shopping*, gastar o que quiser, comprando coisas que ela nem vai usar. Esse é o problema da compulsão por compra. Então, assim, não é pela quantidade de dinheiro que você pode sair compulsivamente... O vício nada mais é do que o comportamento compulsivo e obsessivo diante de uma situação. Então, se eu entro no bar e não consigo sair, não consigo tomar uma, duas, três cervejas e ir embora, é um comportamento compulsivo; tem que estar acompanhado.

Quando eu cheguei na clínica, fui o primeiro, como eu disse. Só eu já indiquei mais oito pessoas para a mesma clínica, fora as outras pessoas que chegaram na clínica. Eles fizeram um tratamento específico para jogadores compulsivos. O jogo era sociável, ele era sociável. Estava na casa de família, estava o baralho, o dominó, enfim, era um negócio... Só que a gente sabe que

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre existiram os clandestinos, sempre existiu o *underground;* sempre existiu a questão da época lá dos bingos, jogo do bicho, enfim. E ultimamente, com a tecnologia, virou algo que está na mão. Então, assim, por que hoje se fala mais? Porque hoje, como você disse, tem mais gente envolvida. A clientela aumentou, é muito grande. Antigamente eu tinha que ir para um espaço, eu tinha que ter dez pessoas que queriam jogar, e a gente formar mesmo... Hoje em dia não; basta eu com meu dinheiro fazer um Pix e eu estou dentro. Então, assim...

E com isso vêm todos os agravantes que a gente está comentando aqui. Eu tenho hoje o acompanhamento terapêutico, que sigo, sigo. Essa doença é incurável, gradativa e fatal, né? Se eu não parar, não tem outra: ou eu me mato ou me matam. Isso é fato. Vivi na pele isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor já conheceu pessoas fugindo? Eu soube de histórias de gente fugindo de agiota para não ser morto. O senhor conhece esse tipo de história?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Já. Uma mãe me ligou e disse: "André, o agiota ligou e disse que ia entregar o meu filho esquartejado". É nesse nível.

Então, assim, tem que estar acompanhando. Eu não posso achar que ganhei do jogo, não. Zero. Zero. Eu perdi, eu perdi; joguei a toalha branca: "Meu amigo, eu não quero mais conversa". E vou seguir assim, se Deus quiser, pelo resto da minha vida. Mas tem muita gente que ainda não conseguiu atingir isso. E não é fácil atingir. Tem gente que não consegue ter esse acesso à clínica. Às vezes, a família não sabe como intervir; então, às vezes, a família é o próprio gatilho. Então, o negócio é bem complexo.

Eu costumo dizer, Soraya, que eu não sou terapeuta, não sou psicólogo, não sou nada disso. Eu sou um "sobrevivedor" do assunto. Eu não estou aqui para dizer como deve ser feito, eu estou falando como é que eu faço hoje em dia – entendeu? –, para que fique bem claro que eu não quero estar dando aqui uma de *expert* no assunto. Não. Eu sou um "sobrevivedor". Todo dia eu estou aprendendo e estou tomando novas atitudes para que eu consiga me manter limpo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – André, nós também estamos tentando regulamentar algo a que é muito fácil dizer não, né? Ao cigarro

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eletrônicos, a tudo isso, que em tese seria o tabaco. Mas, com essa situação que nós estamos vivendo, você não sabe se tem droga lá dentro.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – É muito parecido.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É muito parecido.

E eu estudei que a indústria tabagista desconsidera um ex-fumante como um potencial cliente a partir de dez anos de ele parar de fumar. Como você vê essa indústria, hoje, dos jogos? Você já está há quatro anos parado. Você sabe se existe alguma ideia? – porque a indústria tabagista faz os seus estudos, né? Então, ela sabe quem ainda pode se viciar. Você acha que você... Eu me lembrei disso agora porque você disse que é incurável e você deverá estar sempre alerta, sempre consciente. É isso?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – É isso, eu tive relatos de pessoas. Por exemplo, agora, uma pessoa com sete anos limpo recaiu.

E tem uma coisa que a gente fala diante das nossas conversas, né? O vício é uma vela acesa que você apagou, tá? Então, quando você reativa o vício, ele volta nos patamares em que foi apagado. Não existe eu achar que eu vou jogar na família de novo R$50, que isso aí para mim não vai dar adrenalina que eu tinha. Eu prefiro nem entrar, porque pode ser que eu vá para a frente. Então a probabilidade é de, se eu voltar, eu voltar com valores absurdos. Por quê? Porque, cara, eu tenho hoje para jogar e eu vou jogar valores absurdos porque minha família vai descobrir amanhã. Então, eu tenho que aproveitar o dia de hoje. Não tem mais aquela história de: "Não, vou jogar R$50 aqui porque é legal". Não, eu não acredito muito nessa falácia, não.

Em 2019, quando eu voltei, dois dias depois, eu já voltei muito acelerado, porque eu imaginei: "Cara, a qualquer momento minha família vai descobrir de novo eu vou parar de jogar". Então, existe essa mente de querer aproveitar cada segundo dentro do jogo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – André, que conselhos você daria para outras pessoas que estão lutando contra o vício em apostas? Nós vamos dar um jeito, nós vamos viralizar esse seu depoimento, ele é muito importante, e admiro muito sua coragem. Eu gostaria que você falasse para essas pessoas o que fazer; e também com

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os familiares, como agir, como perceber. Como é que o viciado, o adicto – com todo o respeito –, como é que ele age para disfarçar? Você consegue saber das artimanhas que você usou inconscientemente? Como foi, como é isso?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Primeiro, para quem está no vício, está desesperado: muita humildade e honestidade para reconhecer que perdeu. Para ser honesto com você mesmo, já deu. Eu passei 20 anos enganando a mim mesmo, achava que estava enganando os outros, mas eu estava me enganando. Então, que você tenha humildade e honestidade para falar a verdade.

Aos familiares: acolhimento, muita paciência, essa pessoa que está no fundo, essa pessoa que está isolada, essa pessoa que está aí... Irritabilidade é um dos... A falta de paciência é um dos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Da família ou do adicto?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Do adicto. Quando a família começa a conversar, e ele já vai com poucas palavras, já vai querendo matar o assunto, pode ter certeza de que tem alguma coisa errada ali por trás.

Então, irritabilidade, falta de paciência e isolamento, esses são os principais comportamentos de um adicto que está precisando de ajuda.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – E do isolamento, mas está o tempo inteiro no celular?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Fora do normal?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – O isolamento é: estar saindo pouco com os amigos, dos eventos da família estar se esquivando, estar há muito tempo dentro do quarto, largou o emprego, largou a faculdade, faz tempo que não vê os amigos, enfim. Tudo isso faz

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte do movimento. Essa pessoa, assim como eu, um dia vai manipular e dizer que não tem nada por trás, vai mentir. Vai inventar mentira sobre mentira e vai ter uma hora que ela vai cair.

Então, eu costumo dizer: pare de mentir para você mesmo. Você não está mentindo para sua mãe, para seu pai, para sua mulher, para seu esposo, você não está mentindo para nenhum deles; você está mentindo para você mesmo e cavando seu próprio poço, né? E eu costumo dizer que... "Ah, eu estou no fundo do poço". Cuidado: um dia pode ser o fundo da vala.

Muita humildade para quem quer começar um caminho de recuperação, muita oração, muita espiritualidade, muita conexão com Deus, muita leitura, muitos ambientes sociais. Falar isso, como eu estou falando aqui, espontaneamente, sem ter vergonha, sem estar escondendo... Eu costumo dizer para meus amigos que, se eu começar a cancelar convites, estar mais ausente e não estar mais participando de eventos como esse, pode ir atrás de mim, que eu estou fazendo besteira. Então é ter mesmo essa coragem de reconhecer.

Exercício físico, por quê? Por causa da adrenalina, por causa da autoestima. Então, a autoestima é a maior afetada; você não quer ver ninguém, você não está muito preocupado com essa parte social. Então, basicamente, espiritualidade, oração, trabalho, se sentir alguém útil, porque perdeu. Não tem como, você não vai ganhar dinheiro, você não vai ficar rico, milionário, fazendo aposta, jogando em cassino. O melhor mesmo é estudar, ler, trabalhar e repor de volta a sua dignidade.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – André, você falou, o seu...

A Damares chegou agora, a Senadora Damares. Não sei se estava acompanhando no gabinete um depoimento muito emocionante – eu já vou terminar –, de muita coragem e que pode, sim, ajudar milhares e milhares de pessoas que realmente não estão em condições ainda de vir falar conosco, mas estão nos procurando, inclusive, escondidas mesmo de suas famílias: "Ajudem-me, pelo amor de Deus!".

Mudou agora o nosso Ministro da Saúde – é o Ministro Padilha –, e eu já pedi agenda para que a gente entenda...

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você tem uma família que teve condições de patrocinar, de pagar, de bancar esse tratamento. Eu não creio que no SUS, hoje, nós tenhamos isso... igual você fala que você procura hoje ajudar pessoas nas ruas e tal.

Por fim, você tem algum grupo, grupo de WhatsApp? Existe alguma forma de vocês estarem conectados? Pessoas te procuram? Você tem uma rede social onde você dá conselhos? Você falou em *podcast*; acho importante as pessoas que têm o mesmo problema, que estão passando pela mesma situação se unirem para que as informações cheguem, que elas tenham esse engajamento. Qual seria o apelo final até mesmo a nós, legisladores, às empresas de apostas e ao público em geral?

Então, primeiro, desculpa, eu misturei. Tem grupos que se autoajudam...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Sim.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... pela internet? Você sabe se pode procurar o SUS hoje em dia – porque não é em toda a cidade que tem –, se na sua área é possível, tem gente especializada nisso, tratando pelo SUS?

E por fim, qual o apelo que você faria para nós, que estamos aqui?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Bom, tem um grupo, tem o JA (Jogadores Anônimos). Assim como o NA, o AA, tem o Jogadores Anônimos, que é nacional, tem grupos *online*, tem grupos presenciais; tem que ver se na sua cidade tem uma sala de JA. Se não tem, tem *online*.

Desde que eu comecei essa minha caminhada, Soraya, eu criei um grupo – eu e um amigo, a gente criou um grupo. Hoje a gente tem 25 pessoas que fazem parte do grupo. "Ah, é pouca gente". É pouca, mas são pessoas que me pediram ajuda e devagarzinho a gente vai colocando dentro do grupo e a gente vai se ajudando lá dentro, joga uma oração, joga um *podcast* para gente assistir, joga um material bacana, joga um desabafo... Às vezes a pessoa está mal, acorda mal, está doida para jogar e ali é um canal de desabafo em que você vai. Muita gente me chama nas redes sociais: André Rolim. Já ajudei pessoas de Minas Gerais, Rio de Janeiro, João Pessoa, Fortaleza, interior do Ceará, todo canto. Pessoas me ligam, eu bato papo, vou, indico. Nunca perdi contato com a clínica que eu fiquei, então os terapeutas da clínica são um apoio para mim.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Você pode dar o nome da clínica para que... Não é para fazer propaganda, é para gente ter. Deve ter muita gente agora desesperada e que pode... Como que é o nome da clínica?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Clínica Jequitibá, lá em Atibaia – Clínica Jequitibá, lá em Atibaia. Se vocês quiserem ver nas redes sociais, eles têm um programa muito bacana.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Que legal!

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Tem várias outras também, mas... E pelo SUS não, não tem, não tem. O que tem, Soraya, é um programa de cada governo de uma ajuda para as casas... que elas são... tem como se fossem parcerias. Mas essa casa tem que ter tantos anos, não é tão simples. É uma ajuda do Governo que você consegue colocar lá dentro, mas até que você consiga convencer que a pessoa precisa ir lá para dentro, não é tão simples, né? Mas, do SUS, assim, você chegar e pedir ajuda, eu nunca vi uma coisa eficaz não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu não sei – aqui a última pergunta – que apelo você poderia fazer a nós legisladores, às empresas de apostas, ao público em geral, e se você – às vezes, isso não vai... não passou pela tua cabeça agora... Eu quero deixar as portas abertas do meu gabinete, desta CPI, tenho certeza de que os demais Senadores estão sensibilizados. E que você nos ajude a legislar, nos ajude a ajudar.

E, por fim, parabéns. Parabéns para sua família, para sua esposa, para os seus filhos, para os seus irmãos. É igual ao vício em geral, parece que também... a família também precisa de tratamento, porque deve ser muito, muito, muito doído.

E, então, se você nos ajudar... De que forma a gente pode dificultar cada vez mais essa atividade que já está legalizada e agora praticamente regulamentada e precisa de melhorias? Que você nos ajude.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Bom, primeiro, esse espaço que você está me dando já é uma boa iniciativa, né? Eu acho que trazer conversas, mais gente vir para cá, mais depoimentos, porque não sou só eu, sou um dos representantes aqui da população de

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários que estão aí no meio da rua, neste momento, se afundando cada vez mais. Obrigado, quando você toca na minha família, né? Se não fosse por eles, eu não estaria aqui, né? Pelos meus filhos, meu pai, minha mãe, minha mulher, todo mundo. São quatro anos de luta, quatro anos de batalha, muita dificuldade, mas a gente precisa de voz. A gente que está sofrendo na ponta precisa de voz. Eu vejo relatos de mães desesperadas, sem saber o que fazer. E eu sei que um dia foi minha mãe. E eu não quero que um dia seja eu com meu filho. Eu não quero que pessoas percam vida. São de vidas que nós estamos falando, não é de dinheiro. Se eu ajudar uma vida, eu estou satisfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Tem gente que morre de verdade, tem gente que morre vivo, não é isso?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Exatamente, tem gente que já está morto por dentro e nem sabe. Então, o apelo que eu faço é este: vocês trazerem a população para conversar, dar voz a quem precisa, dar voz assim como a mim vocês deram, dar voz a pessoas, para que essa pessoa acolha essas pessoas, para que ela possa falar de um problema tão sério que a gente está vivendo.

Eu não sei onde isso vai parar, eu literalmente não sei. Pessoas estão largando escola, largando faculdade, achando que isso é um modo de viver. Esquece, isso é um modo de morrer. Eu estou aqui para dizer que eu olhava para o prédio e dizia que eu ia pular. Isso é um relato meu. Minha vontade era de inexistir. Ninguém tem vontade de morrer, a vontade é de inexistir. Então, familiares, acolham quem está sofrendo, tenham paciência, tenham compaixão pelo próximo!

E a todos vocês que estão aqui fazendo esta Casa é isto: é compaixão por nós que estamos lá na ponta, brigando com unhas e dentes para salvar vidas. Assim como a minha está sendo restaurada, graças a Deus, a minha missão hoje é restaurar outras vidas e fazer com que pessoas não cheguem aonde eu cheguei. Eu fui muito fundo, eu quase não volto, mas, graças a Deus, eu estou aqui hoje para contar essa história para vocês.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – André, obrigada.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu me sinto satisfeita por enquanto. Vou deixar vocês perguntarem.

Eu já estou absolutamente emocionada. Acho que este foi um dos dias mais importantes, porque, afora os crimes e tudo, as vidas importam. E esse seu relato, eu tenho certeza de que estimula outros a virem contar.

Eu quero também ouvir relatos de familiares, e eu sei que seus familiares estão assistindo. Quero mandar um abraço caloroso e dizer do orgulho que eles devem sentir de você, da coragem e da humildade sua em enfrentar um país inteiro, um depoimento que vai além das nossas fronteiras.

O Estado é laico, mas que Deus te abençoe, que Deus te ilumine, que dê força e que você consiga salvar muitas vidas, porque eu sei que é isso que está dentro do seu coração!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem.

Eu quero, Soraya, parabenizá-la pelas perguntas, como também o nosso querido André aqui, que realmente fez um depoimento importantíssimo.

Acho que este momento da CPI é muito importante. Acho que a Soraya conseguiu perguntar quase tudo aqui. Eu tenho muitas perguntas ainda, mas grande parte delas já foi respondida. Mas eu acho que a gente precisa ouvir mais gente nesse sentido, como foi dito aqui, o André mesmo e até a família também, porque a família é afetada diretamente. Mas eu acho que a gente precisa ir à raiz, à causa.

Então, Soraya, essa questão que eu vou levantar aqui é para a gente resolver essa questão da CPI. Nós não podemos transformar essa CPI em brincadeira. A gente tem que levar muito a sério, tem que atacar a causa, a raiz do problema. Eu sei que o depoimento que ele fez foi fantástico, vai servir para muitos viciados que estão aí. E é muita gente, não é pouca gente, porque, para você ser viciado em jogo, é muito fácil de viciar. E é coisa antiga, né? Eu me lembro do meu avô, o pai do meu pai morava em Minas e perdeu uma fazenda em jogo; mudou para

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Goiás e perdeu tudo. Então, essa questão de jogo, de vício é uma coisa que já acontece há muito tempo.

Agora, aqui na CPI, para a gente realmente chegar aonde nós queremos chegar, a gente precisa ouvir também outras pessoas. Tem que ver o que vai acontecer com esta CPI. Por exemplo, a gente precisa urgentemente ouvir alguém do Bacen, do Banco Central, responsável pela fiscalização das instituições de pagamento, porque foram bilhões e bilhões que foram para o exterior, e o Banco Central tinha e tem todas as condições e conhece exatamente cada centavo que saiu do Brasil. Então, não tem lógica a gente não identificar isso.

Nós precisamos ouvir aqui novamente o chefe do SPA – novamente aqui –, porque tem muita contradição; nós temos que ouvir alguém do TCU – eu acabei de receber os relatórios do TCU aqui de vários processos que estão tramitando, inclusive em segredo de Justiça, mas chegaram aqui. Então, a gente vai analisar isso agora, mas isso leva tempo, são vários processos.

Nós temos que ouvir também do TCU aqueles que são responsáveis por esses processos da Bet aqui, ouvir alguns representantes das *bets*. Tem vários requerimentos aqui do Marcos Rogério de quebra de sigilo, e temos que quebrar todos os sigilos, porque hoje nós sabemos que não só as que estão regulares, mas tem muitas irregulares que não conseguiram a regularização, e a gente precisa quebrar os sigilos de todos eles. Nós vamos saber exatamente para onde foi esse recurso, quem está por trás de tudo isso. Não dá para brincar com isso.

Temos que ouvir representantes também de algumas *bets*, os representantes das certificadoras...

Eu acho que temos que trazer aqui o pessoal da Confederação Nacional do Comércio para falar também do impacto disso no comércio, que foi imenso: muita gente está deixando de comer para jogar.

Temos que ouvir alguém também da Associação Nacional dos Jogos de Loteria – é importante também isso –; tem lá o Instituto Brasileiro Jogo Legal... Alguém do Ministério da Saúde, acho que é importante ver o que... Do Ministério do Desenvolvimento Social – quantos milhões de pessoas jogando com o Bolsa Família e ninguém faz nada com isso?

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Coaf... Cara, o Coaf fiscaliza todo mundo. Qualquer valor acima de R$50 mil está na fiscalização, e aí bilhões e bilhões aqui correram frouxos e ninguém fez nada. Então, eu acho que isso é importante.

Temos que ouvir também a Associação Brasileira de Psiquiatria, que vai trazer mais informação para a gente sobre isso; o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, porque isso aí é fundamental; especialistas acadêmicos de instituições como a Universidade do Rio, de São Paulo, a USP, e outras, para a gente ver a questão científica disso; a Abert, porque nós temos essa propaganda toda na televisão, ver como é que é isso aí; e também a Federação Brasileira de Bancos. Acho que tudo isso aqui tem que ser visto.

Então, a gente vai ter que prorrogar esta CPI, mas só vamos prorrogar se realmente a Presidência, os Senadores e as Senadoras estiverem dispostos a aprovar realmente, para a gente descobrir a causa de tudo isso, né?

Então, rapidamente aqui... Eu sei que a Soraya já perguntou muita coisa que está aqui nas minhas perguntas, mas só para alguns detalhes...

O senhor já apresentava comportamento de risco, como o uso de álcool ou substâncias, antes de iniciar as apostas *online*, ou esses hábitos surgiram em consequência do vício?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM (Para expor.) – Não, nunca apresentei. Bebia socialmente, normal... Nunca tive problemas com bebida, nunca usei outras drogas, outros tipos de droga.

Na verdade, o vício em aposta foi maior do que tudo. Na verdade, eu parava de me socializar para ficar em casa jogando.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, normalmente não está ligada a bebida com o vício de jogo, né?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – É...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pode estar, mas não é...

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Pode estar, mas o que acontecia... Tipo assim: eu jogava sóbrio, eu jogava bebendo, eu jogava, jogava, jogava, entendeu? Então, assim, eu não tinha muito... Ah, eu bebia e jogava, não! Eu jogava.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Não tinha ligação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O senhor utilizava múltiplas contas ou plataformas de aposta não regulamentadas? Em caso positivo, como isso influenciou na gravidade do seu vício?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Na época, não tinha essa regulamentação, né? Eu parei em 2021.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Todas eram...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Todas eram internacionais, em paraíso fiscal, enfim... Não tinha isso.

Então, eu tinha três, quatro, às vezes, cinco contas, jogando em plataformas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Jogava pôquer...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Pôquer, roleta, aposta, *blackjack*, torneios de pôquer *o online*... De todo tipo de jogo de azar eu participei.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Durante o período da covid então...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Ali foi o...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... o senhor notou o aumento do seu comportamento de aposta *online*, o que o motivou a apostar mais ainda, né?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Ali foi o começo do fim. Na verdade, pararam os esportes no começo, e aí eu me afundei nos jogos de azar, principalmente roleta. Ali

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi o começo da era, assim... Foi um ano: de 2019 a 2020, começo de 2021, foi um caos para mim. Ali a falta do que fazer literalmente me fez ficar em casa e aumentou muito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, o senhor já falou aqui, mas o senhor já buscou ajuda com a ludopatia, né?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tanto é que ficou em clínica. Quais foram as principais barreiras que encontrou para obter suporte eficaz?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – A falta de material de estudo, um negócio muito novo, então todo mundo dizia: "Não, cara, não é o vício, não é o vício. Relaxa, tu vai passar por isso normalmente". E eu percebi que não era, era algo mais. O preconceito da sociedade: então as pessoas ficavam estigmatizando: "Ah, o devedor. Ah, não sei o quê. Ah, o André quebrou a empresa. Ah, o André é isso, o André é aquilo". Então a vergonha foi uma das maiores barreiras. E essa ajuda que eu só obtive depois da clínica, que foi ajuda terapêutica mesmo, voltada especificamente para os jogos, talvez tenha sido a maior dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O senhor acredita que as apostas *online* se tornaram mais vulneráveis à ludopatia do que as apostas presenciais?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você também jogava em cassinos presenciais assim ou não?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Com certeza, com certeza. Mas no cassino presencial, seja uma lotérica, seja um cassino mesmo, físico, você tem deslocamento, você tem horário, você tem uma série de coisas. Às vezes, eu que sou casado, tenho que dizer para a minha mulher que vou sair de casa. Tem uma série de barreiras que você tem que...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – *Online* é normal.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – *Online,* eu digo para a minha mulher que vou para a varanda assistir a um filme e estou jogando.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quais estratégias ou fatores com relações sociais ou apoio familiar ajudaram o senhor a superar a ludopatia e como eles poderiam ser aplicados em políticas de prevenção?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – A gente costuma dizer que os estudos falam que para cada um adicto, quatro ou cinco pessoas são afetadas. E geralmente são as famílias, são os mais próximos que são afetados na parte negativa e agora estão sendo, no meu caso, afetados na parte positiva.

A minha família participou da minha internação, né? Tem que estar junto da terapia, tem que entender do assunto, tem que estudar o assunto, porque, se não, qualquer movimento que eu faça errado já acha que é outra internação e não é. Às vezes eu vou estar num dia ruim, às vezes eu vou precisar de uma conversa, às vezes eu vou estar... Então a gente tem que entender isto: nem todo dia é dia bom, para ninguém, principalmente para quem está em recuperação. Então o entendimento da família diante da doença e aceitar que é uma doença já é um caminho muito bom. E levar isso para a mesa de uma forma natural e não como se fosse... "Ah, não, o problema do André é o problema do André, deixa que ele resolve lá". Não! "Bora, André, bota na mesa, vamos ver como é que a gente pode ajudar, como é que faz, onde é que eu errei". Às vezes o pai falou alguma coisa que me machucou, o irmão, alguma coisa do tipo. "Cara, vamos ajeitar isso, aquilo". Então, é colocar às claras todo tipo de desentendimento que exista, para que não exista aquela história do isolamento: "Lá vem o André com aqueles problemas dele e tal". Não, vamos colocar na mesa, vamos resolver de uma forma mais amigável possível.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agora, com base na sua vivência, quais medidas regulatórias o senhor recomendaria ao Senado para proteger outros indivíduos do risco de desenvolver a ludopatia em plataformas *online*? Você já tem uma ideia do que a gente pode fazer aqui?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Eu acho que a história do limite de horas, limite de tempo, colocar o limite de perda. O limite de perda ser x e não poder mudar esse limite. Porque o que acontece? Quando eu vou evoluindo na minha vida profissional, eu vou aumentando minha quantidade de valores. Na minha cabeça era assim: "Não, quando eu

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

virar engenheiro, eu largo o jogo porque eu já vou ter dinheiro suficiente para viver a minha vida". E nada! Eu fiz foi aumentar a quantidade de apostas, aumentar os valores. Então, ter esse limite acho que seria uma boa.

A questão da propaganda: limitar a propaganda, limitar acesso. Como eu disse, o meu filho olha e vê, lá na blusa do Fortaleza: "Cassino". Então, para mim isso dói, ver aquilo estampado.

E essa história do meio de pagamento. Tem muita gente utilizando-se de contas de pai, de mãe, de cartões que não são deles. Eu vejo porque tem pessoas que me ligam: "Cara, André, eu vi aqui uma fatura alta e o meu filho usou meu cartão... Como é que eu posso fazer e tal...". Então, assim, tem que ser do próprio titular da conta. Eu não posso criar uma conta e usar o cartão do meu pai, entendeu? Eu acho que isso aí já limita um pouco a utilidade do cara.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Acho que tem que ter um cadastro bem detalhado de renda e tudo, um cadastro completo com renda, exatamente para você... Identificação visual também...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – A identificação visual hoje...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Controlar pelo CPF, apesar de haver muita falsificação de CPF nesse jogo, mas tudo bem. Acho que é interessante isso.

Bem, como o senhor avalia a proibição de pessoas diagnosticadas com ludopatia de participar de apostas *online*, conforme previsto na lei? Está na Lei 14.790, de 2023. Ela teria sido eficaz para evitar o seu envolvimento inicial no jogo?

O problema é esse diagnóstico, porque você não consegue diagnóstico para nada, imagina para o jogo, né?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Era isso que eu ia dizer, eu menti para mim mesmo durante muito tempo. Eu sabia que eu tinha um problema, mas eu não queria dizer que eu tinha problema, porque eu queria continuar jogando. Então, é muito difícil o cara chegar e dizer: "Eu tenho problema, eu vou me autoexcluir, eu vou me limitar". É muito complexo. Eu passei dez anos tentando fazer isso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A não ser que se obrigasse: para jogar, tem que fazer um diagnóstico...

Durante seu período como apostador, o senhor recebeu informações claras sobre os riscos de perda financeira e transtornos do jogo patológico, como exige o artigo? Não, porque a lei não existia na sua época, não é?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Não. A lei não existia e era um assunto – hoje a gente está debatendo mais –, era um assunto muito obscuro. Então, ninguém trazia isso...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nesse grupo de que você participa, eles falam sobre isso atualmente, se realmente estão aplicando a lei com relação a isso?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Falam, mas ainda existe muita reclamação, ainda existe muita incoerência entre o que a gente acha que deveria ser o normal e o que tem hoje. Hoje a gente percebe que tem muito, tem como burlar, tem como, como eu estou dizendo, usar outro CPF, vários tipos de coisas, que eu posso ter três, quatro, cinco contas.

Eu já peguei conta de amigo meu emprestada, então, eu usava a conta de amigo meu emprestada, não usava a minha. Bloqueavam a minha, mas eu usava a do meu amigo. De que adianta bloquear a minha?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É verdade.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Então, assim... E outra, bloqueio de um *site*. Quantos *sites* a gente tem disponíveis? Porque não estão bloqueando o CPF, estão bloqueando a conta de um *site*.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – André, é importante você e esse grupo nos darem sugestões para que possamos aperfeiçoar a legislação, vocês discutirem isso no grupo e – como a Soraya falou – encaminharem para nós aqui essas recomendações.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Está bem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O senhor acredita que a exclusão da regra que impedia pessoas cadastradas de proteção ao crédito de apostador e que foi retirada da lei agravou a situação financeira? Porque, na prática, estava previsto na lei, foi retirado e acredito que tenha agravado mais ainda, não é?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A proteção de crédito, porque quem tinha restrição de crédito era proibido de jogar.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – É, mas aí é o grande lance, ele tem restrição de crédito, mas ele pode ir no agiota da esquina, pegar dinheiro, fazer um Pix e volta a jogar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas eu digo, se ele tiver o nome no cadastro, no Serasa, por exemplo...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Ele não teria acesso a...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso estava na lei, e retiraram da lei. Poderia inibir um pouco mais, né?

Que tipo de política de jogo responsável, prevista no art. 8º da lei, o senhor considera que poderia ter ajudado a identificar ou interromper o seu comportamento compulsivo mais cedo? Você conhece o jogo responsável, essas políticas?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Sim, eu acho... Não tem política, a meu ver, não teria política que me segurasse.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, né?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Não tem, não tem. O adicto, quando ele está na ativa, faz o que tiver, engana quem tiver, dá o jeito dele de... Eu costumo dizer, quando a gente vai ajudar pessoas, eu digo assim: "Cara, vamos usar a nossa inteligência que a gente usava para conseguir a próxima ficha para ajudar pessoas!". Porque a gente... Eu dava um jeito de qualquer forma. Tirava dinheiro de empresa, usava nome de amigo, usava cartão do pai, fazia todo jeito para conseguir jogar. Esquece. Pode não ter recurso, o que for, o viciado vai conseguir,

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendeu? Então, assim, é meio complexo, é meio ilusório a gente achar que a gente vai restringir uma pessoa que está no auge ali e que tem acesso a dinheiro a conseguir parar de jogar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Agora, você ou alguém que você conhece já teve acesso ao programa de tratamento ou prevenção financiado pelo Ministério da Saúde, como está previsto na lei, 1% da receita de aposta, de acordo com o art. 30?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Se tem realmente essa...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Não, pelo que eu saiba, ainda não... As grandes ajudas que a gente teve foram de particular mesmo, a gente se empenhando, juntando dinheiro, às vezes a família junta uma vaquinha e coloca o cara na clínica, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Em nível internacional, as experiências... Você tem alguma...

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Já fui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... alguma coisa, alguma experiência que você teve na regulamentação de plataformas internacionais que pode limitar um pouco isso ou não?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Não, na época...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Nessas plataformas que você usou?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Não, na época que eu comecei, a plataforma era internacional e o cartão de crédito deveria ser liberado internacionalmente. Isso é uma forma de inibir. Nem todo mundo tem o crédito para inibir. Mas eu já sei que hoje não existe mais essa, vamos dizer, proteção. Na verdade, está todo mundo liberando e dando bônus para qualquer um que apareça.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E até ligando, como você disse aqui.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Até ligando, mandando *e-mail*, propaganda em todo canto, em aplicativo em que você entra aparece, em todo canto. Algumas vezes, até em matérias do Senado que eu leio, no meio da matéria...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tem a publicidade.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – ... tem a publicidade de *bets*. Então, você está ali para se alimentar de um assunto, para melhorar o seu ego, para melhorar o seu intelecto, e está ali a *bet* no meio da notícia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, como o senhor avalia a eficácia das ferramentas de autoexclusão oferecidas pela plataforma de apostas que utilizou considerando a experiência de ex-ludopata? Tem... Essas ferramentas praticamente não existem, porque você está dizendo que os caras ficam lhe oferecendo.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Ficam oferecendo. Eu posso até me limitar em uma plataforma e aí, no dia seguinte, eu me cadastro em outra.

Se existisse, vamos supor, num centro que eu protegesse o meu CPF... Mas não, a gente tem registrados mais de mil *sites* de apostas. Então, eu posso fazer uma conta por dia, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você já falou isso aqui, mas para ficar claro: como ex-apostador, evidentemente, o senhor já tentou burlar sistemas de identificação, como CPF, reconhecimento facial, para continuar apostando.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você buscava todos os artifícios para fazer isso.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Isso. Conta de amigos, cartão de terceiros, além de dinheiro de outras pessoas, que eu acho que é aí que está o pior, Izalci, é você

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pegar dinheiro de uma terceira pessoa, de um familiar, alguma coisa do tipo, dizer que é para uma conta de luz, por exemplo, como eu já fiz, e colocar no jogo, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você procurou alguma plataforma, algum suporte desses canais de ajuda indicados pelas plataformas, o que agora é obrigatório, durante esse período, ou não?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Fui ao *chat* reivindicar um bônus, um dinheiro que eu tinha recebido, e ele me deu a triste notícia de que eu tinha que rodar cem vezes o valor do bônus para que eu reouvesse o dinheiro que eu tinha ganhado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Se o senhor pudesse ter sido identificado como apostador de risco e incluído em um banco de dados nacional de proibidos, como está previsto para 2025, isso teria evitado e reduzido os danos que sofreu, né?

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Isso é uma boa solução. Banco de dados, CPF, facial, e aí todos os *sites* sabem que aquele CPF não pode se cadastrar. "Ah, André, mas ele vai conseguir do amigo, do pai..." Beleza, mas já é uma barreira muito boa. É uma barreira muito... Para mim, é muito eficiente você ter um banco de dados geral, e não só de um *site*, porque, se eu excluo o meu CPF de um *site*, eu tenho outros tantos. Agora, se eu tenho um banco de dados que tem um filtro do *site* que vê que o André do CPF x não pode jogar ou não está apto a jogar, aí é uma solução fantástica.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Que legal. (*Fora do microfone.*)

Muito bem, André.

Senadora Damares.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – É só um comentário, Senadora Damares.

Presidente, o senhor estava tratando dessa questão de que nós precisamos ouvir muitas e muitas e muitas pessoas – precisamos –, mas já temos uma gama de requerimentos aprovados.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é necessário? Pautar – não pautar a deliberação, mas pautar a oitiva dessas pessoas. É só colocar na agenda, porque independe, inclusive, de quórum.

Só para lembrar, nós não ouvimos nenhum *influencer* aqui até agora. Temos de ouvir. Não ouvimos tantas pessoas que estão aqui... Então, precisamos, primeiro publicar essas pautas para os novos requerimentos. Inclusive, já foram até para o Supremo, porque nós pedimos informações, os RIFs e tal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Num extrapauta.

Para que isso não ocorra, coloquemos na pauta e deliberemos, porque aí perde o objeto a ação lá, porque não há nenhum problema. Mas ficar deliberando assim para que abra aso para judicializar... A questão é: marcar, e eu estou disposta a fazer duas vezes por semana aqui também.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente...

Obrigada por me dar a palavra, Relatora. Prazer estar aqui.

Eu fiquei do meu gabinete assistindo e eu vim para lhe dar um abraço pessoal, mas achei que, quando eu fosse entrar aqui, esta sala estaria lotada da imprensa – lotada da imprensa –, porque, se fosse um *influencer*, um famoso, a imprensa estaria aqui, fechando os corredores.

Mas está na mesa um ludopata em recuperação. E a mídia, que é financiada pelas *bets*, nunca vai divulgar o seu testemunho – nunca –, de um empresário que hoje é chamado de ludopata em recuperação. E aí, seu André, em recuperação, porque é para a vida toda, o senhor sabe disso; um alcoólatra, a recuperação dele é a vida inteira.

Só que o senhor trouxe algo muito grave aqui. Quando nós estamos tratando de um alcoólatra, a gente não o deixa próximo do álcool. A família trabalha, todo mundo trabalha para ele não se aproximar do álcool. Mas como tratar um ludopata se estamos oferecendo o produto para ele até na hora em que ele lê uma matéria da Agência Senado?

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o senhor, como os ludopatas se recuperam no Brasil se o produto é oferecido a cada um segundo? É impossível viver nesta nação sem ser bombardeado pelas *bets*. Impossível.

E aí, Sr. André, todo o meu respeito e a minha torcida e oração para que o senhor saia dessa – saia dessa.

E aí, para quem está nos assistindo, Soraya, tem algumas pessoas que quando encontram um ludopata, a primeira coisa que falam é:"Você que quis. Safado. Agora está reclamando?"

Deixe-me dizer uma coisa, não são safados. A ludopatia está na CID-11 como patologia do jogo. Está lá, jogo patológico. E o código lá na CID-11 é o 6650.0, chamado por ludopatia ou transtorno dos jogos. É doença. Aí o Izalci disse assim: "Nossos avós lá atrás já apostavam". Mas o meu avô, para ir a um bingo, ele saía de casa, ele percorria um caminho, tendo como barreira a família, a sociedade, a igreja, e muitas vezes ele desistia do caminho. Mas hoje o ludopata, no Brasil, não precisa sair de casa, sair da sua cama, é dentro de casa, é o tempo todo – o tempo todo.

Ah, eu não quero pensar em jogo, não quero pensar em *bet*, vou assistir a um jogo de futebol. Está lá *bet*. Vou assistir a uma novela, está lá *bet*. Vou assistir a um seriado, algum filme, está lá *bet*. Vou à lanchonete, está lá. Vou levar meu filho para assistir a um jogo, está lá *bet*.

Acabou, Presidente, acabou! Olha aonde nós chegamos. Eu sou a Relatora do projeto de lei que proíbe a publicidade. Quer ter *bet*, que tenha, mas como álcool na prateleira, quem vai lá, busque; quem quiser, vá lá e busque. Mas agora não, é a *bet* que me busca, a *bet* que busca meus filhos.

Eu estou muito preocupada com o que está acontecendo. E esta CPI vai ter esse papel importante, Soraya. Essa é uma das mais importantes audiências: ter coragem de transmitir ao vivo o relato de um ludopata em recuperação.

Deixe-me dizer uma coisa, Soraya: às vezes a gente olha para trás e pergunta onde estavam as pessoas de bem há 200 anos atrás, durante a escravidão, que não lutaram contra a escravidão. E o que era escravidão? Homens eram escravizados para que poucos ficassem ricos. O que está acontecendo hoje? É uma escravidão em que homens são escravizados como ele, para que poucos fiquem milionários. Não venham me dizer que tem muita gente ficando rico

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com *bets*, que é mentira. É uma elite que já era rica e que está financiando a mídia hoje, financiando tudo hoje. Poucos estão ficando ricos em troca de uma escravidão. Você foi escravo disso. A gente vai ter que falar sobre isso.

E trago aqui, Senador Izalci, a sua preocupação. Eu quero dizer que o senhor perguntou sobre serviço público. Nós só temos um centro de referência público no Brasil, um em todo o Brasil, para cuidar de transtorno dos jogos. Um. Os nossos Caps não estão prontos, Soraya. Primeiro que a gente não tem nem Caps. Deixe-me falar aqui com o meu colega do DF. Nós temos, eu e o Izalci, essa luta da saúde mental. Só no meu DF nós temos déficit – O DF é desse tamanhinho – de 32 Caps. Estão faltando 32 Caps.

O Caps transtorno, que fica lá em Taguatinga, o único transtorno em Taguatinga, atende 1 milhão de pessoas aqui no meu DF. É um Caps para 1 milhão, o raio de alcance desse Caps. Se no meu DF, que é rico, eu tenho um déficit de 32 Caps, como será, no interior do Norte e do Nordeste? Os Caps não estão prontos para receber os ludopatas, as pessoas que estão em transtornos dos jogos. Não estão.

E aí, Senador Izalci, nós, Parlamento... Infelizmente, tem a digital de muitos de nós, quando a gente liberou *bets* sem saber se nós íamos ter Caps para todo mundo. Não fizemos essa avaliação. Não entendemos se as universidades estão formando psicólogos com especialidade em ludopatia. Nós não temos profissional preparado na rede pública, tampouco na rede privada. Aí um abismo puxa o outro. Sabe o que vai acontecer, Soraya? Um monte de clínica vai surgir agora em cima da desgraça dos ludopatas. Aí nós vamos botar um monte de gente para ficar rica em cima do sofrimento dos ludopatas. Vão aparecer clínicas clandestinas, de pessoas que não têm compromisso nenhum com a vida humana. É um abismo puxando outro abismo. Nós instauramos o caos no Brasil. Quando liberamos *bets*, instauramos o caos.

E aí, Sr. André – e eu encerro a minha fala –, nós vamos ter que rever o serviço de saúde pública no país, nós vamos ter que investir mais dinheiro em saúde mental. Aí eu quero ver se vai compensar, Izalci, a arrecadação das *bets* com o gasto que nós vamos ter em saúde mental. Eu quero ver se a arrecadação vai dar conta disso. Não vai! Foi um erro. Nós erramos. O que vamos arrecadar não será suficiente para a gente atender os ludopatas. E o que vem em volta? Vem crime, vem assassinato, vem roubo. É um abismo puxando outro abismo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerro dizendo o seguinte: esta CPI veio para dar algumas respostas. E a gente vai buscar essas respostas. Talvez, agora eu me dirija a alguém que está do outro lado: "Mas eu jogo na loteria, e eu não fico viciado. Esse homem é um fraco, foi além". Entendam o que é cérebro humano: quando você compra um bilhete da loteria, você tem um tempo para você receber a notícia se você ganhou ou não. Nesse tempo, o cérebro se preparou, não tem adrenalina. Mas nas *bets* não tem. Está aí o segredo do vício. É uma coisa instantânea, instantânea... É adrenalina instantânea, instantânea. Há uma diferença muito grande entre a loteria e as *bets* – também não jogo na loteria, mas há uma diferença. Quem criou as *bets*, aposta *online*, entendia de mecanismo cerebral e criou sabendo que essa geração seria uma geração de escravos.

Que Deus te abençoe.

E, ludopatas do Brasil, procurem ajuda. Procurem ajuda!

Recentemente... Eu encerro dizendo, acho que agora eu posso falar, Sr. André: no ano passado, não sei se foi em setembro do ano passado ou em setembro de 2023, um colega nosso, dentro do Senado, se suicidou dentro do Senado, um servidor viciado em jogos. Ele era terceirizado. O Senado estava dando todo o apoio – nós temos uma diretoria fantástica de apoio ao servidor aqui –, cuidando dele, mas, mesmo com todo o cuidado que ele tinha aqui dentro, ele se suicidou dentro do Senado Federal. Então, não está longe de nós.

Que Deus lhe dê sabedoria. E que Deus nos ilumine nesta CPI: que encaminhamento nós vamos dar? Talvez um encaminhamento aí: entre 22h e 6h da manhã, não ter aposta, porque é nesta hora que o viciado fica, de madrugada. Talvez, Soraya, este seja um encaminhamento desta CPI: entre 22h e 6h da manhã, não tem aposta. Aí, esses viciados que estão dentro do quarto terão barreira. Criar barreiras, nós vamos ter que criar barreiras.

Parabéns! Parabéns, Senadora Soraya, Senador Izalci. Esta CPI acho que está alcançando o objetivo proposto.

O SR. ANDRÉ HOLANDA RODRIGUES ROLIM – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senadora Damares, está faltando quórum para ver se a gente consegue aprovar um... Cadê o... O Marcos Rogério não marcou. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou suspender por cinco minutinhos – cinco minutinhos –, para a gente voltar rapidamente para ver se consegue... Tem coisa importante aqui. Precisamos realmente organizar esta CPI e chamar quem tem que ser chamado aqui.

(*Suspensa às 12 horas e 44 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 51 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está reaberta a sessão.

Temos aqui uma pauta, extrapauta. Foram apresentados sete requerimentos, extrapauta, de autoria da Relatora Senadora Soraya Thronicke, do Senador Dr. Hiran e também dos Senador Izalci Lucas.

Trata-se dos Requerimentos 397 a 403, de 2025.

Requerimento, item 1, 397, de 2025.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 397, DE 2025

Convocação - Bruno Viana Rodrigues - Brax

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Convoca o Sr. Bruno Viana Rodrigues, Administrador da Brax Publicidade.

Vamos votar em bloco.

Item 2.

2ª PARTE

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 398, DE 2025

Convocação - Anderson Cicotoste - Pinbank

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 399, DE 2025

RIF Playflow Processadora de Pagamentos

Autoria: Senador Dr. Hiran

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 400, DE 2025

Requisita RIF de Adélia de Jesus

Autoria: Senador Dr. Hiran

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 401, DE 2025

REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, EM FORMATO DIGITAL

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 402, DE 2025

REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda, EM FORMATO DIGITAL.

Autoria: Senador Izalci Lucas

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 403, DE 2025

REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES à Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda

Autoria: Senador Izalci Lucas

Nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco desses requerimentos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados tanto a proposição de votação em globo como os requerimentos.

Mais alguma coisa, Soraya?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Eu só gostaria de destacar e pedir para a assessoria para marcar um depoimento, para mim muito importante e para todos nós, da Sra. Pamela Drudi para a CPI – 4 milhões de seguidores e absolutamente envolvida –, que possamos marcar o quanto antes; Sra. Deolane Bezerra; e Gusttavo Lima; porque eu quero ver também a imprensa aqui, né? Eu quero ver como é que vai ser pedir para a imprensa que convoque seus colegas, porque isso aqui é sério demais.

Nós, sim, estamos trabalhando. Esta CPI vai ter uma conclusão mesmo tendo gente trabalhando contra, porque nós temos um compromisso com a sociedade brasileira e nós vamos cumprir esse compromisso, Senadora Damares, Senador Izalci e todos os nossos colegas que colaboraram.

É só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Obrigado.

É importante, inclusive, num depoimento desses aí dos influenciadores, que se eu ouvisse o Sr. André, para ver o que eles estão fazendo, né? Mas o.k.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos, em especial aqui do nosso André, que fez uma bela colaboração, e convido para a próxima reunião, que será realizada... Já tem a data? (*Pausa.*)

Na próxima terça-feira, com a oitiva do Presidente do Banco Central.

Presidente? (*Pausa.*)

Está bom.

Então, terça-feira, 11h.

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9186105406

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E7E1907F006A9E5F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.